

ORGANIZADORES

Amanda Gomes Pereira
Ana Caroline Amorim Oliveira
Ângela Bárbara Lima Saldanha Rêgo
Carlos Wellington Soares Martins
Daisy Damasceno Araújo
Maria Emília Miranda Alvares



gênero para além das fronteiras

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS
NA AMÉRICA LATINA E NO SUL GLOBAL

TRABALHOS COMPLETOS



EDUFMA

TRABALHOS COMPLETOS
GÊNERO PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS:
Tendências contemporâneas na América Latina e no Sul Global



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

Vice-reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



EDUFMA

EDITORIA DA UFMA

Coordenadora Dra. Suênia Oliveira Mendes

Conselho Editorial Prof. Dr. Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Prof. Dr. Luis Henrique Serra
Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra Raimunda Ramos Marinho
Profa. Dra Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Profa. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira das Editoras Universitárias



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

ORGANIZADORES

Amanda Gomes Pereira
Ana Caroline Amorim Oliveira
Ângela Bárbara Lima Saldanha Rêgo
Carlos Wellington Soares Martins
Daisy Damasceno Araújo
Maria Emília Miranda Alvares

TRABALHOS COMPLETOS

GÊNERO PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS:

Tendências contemporâneas na América Latina e no Sul Global

São Luís



EDUFMA

2024

© 2024 EDUFMA – Todos os direitos reservados

Revisão Ana Caroline Amorim Oliveira

Projeto Gráfico e Diagramação Sansão Hortegal

Capa e Ilustração A ilustração de capa foi criada, produzida e desenhada por Dante Saldanha Rego, sem nenhuma utilização da IA para elaboração da arte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326

Trabalhos completos [recurso eletrônico]: gênero para além das fronteiras: tendências contemporâneas na América Latina e no sul global / Organizadores: Amanda Gomes Pereira... [et al.]. – São Luís: EDUFMA, 2024.

583 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web

<<https://www.edufma.ufma.br/>>

ISBN 978-65-5363-459-6

1. Gênero. 2. Feminismo. 3. População LGBTQIA+. 4. Diversidade. 5. Evento científico – Trabalhos completos. I. Pereira, Amanda Gomes. II. Oliveira, Ana Caroline Amorim. III. Rêgo, Ângela Bárbara Lima Saldanha. IV. Martins, Carlos Wellington Soares. V. Araújo, Daisy Damasceno. VI. Alvares, Maria Emília Miranda. VII. Título.

CDU 305

CDU: 82.09

Elaborada pela Bibliotecária Rosana Rodrigues dos Santos CRB-13/969

Produzido no Brasil [2024]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste e-book pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão dos autores.

EDUFMA | Editora da UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Cláudia Letícia Gonçalves Moraes
UFMA

Prof. Dr. Francisco Gleidson Vieira dos Santos
UVA

Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa
UFMA

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda
UFPE

Profa. Dra. Mariane da Silva Pisani
UFPI

Profa. Dra. Nilvanete Gomes de Lima
IFMA

Profa. Dra. Paola María Marugán Ricart
Universidad Autónoma Metropolitana UAM-Xochimilco (México)

Profa. Dra. Rarielle Rodrigues Lima
UEMA/UFMA

APRESENTAÇÃO

O evento intitulado **Gênero para além das fronteiras: tendências contemporâneas na América Latina e no Sul Global** é fruto de uma demanda de pesquisadores que estudam gênero e suas dissidências no âmbito do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política-GAEP/CNPq, coordenado pela professora Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira, com o intuito de reunir representantes de diversas vertentes acadêmicas e que pensam, discutem e tensionam o gênero e suas interseccionalidades a partir do Sul global, de modo a fortalecer as trocas acadêmicas e a diversidade de experiências de vida que refletem as leituras e a atuação de pesquisadores do Grupo.

O GAEP se estrutura em duas linhas de pesquisa: a primeira, Gênero e Estudos Feministas, atualmente, com vinte membros entre pesquisadores e estudantes e a segunda, Etnologia, com 18 membros. A linha de Gênero foi implementada em 2018, a partir de demanda do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – PGCult, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, ao qual a líder do grupo está vinculada como professora permanente. Desde então, mais e mais pesquisadores, mestrandos e doutorandos, tanto da UFMA quanto de outras instituições de ensino vêm se interessando pelos estudos de gênero, suas dissidências e interseccionalidades, a partir de um olhar interdisciplinar, decolonial e transfeminista, com atuação direta nos movimentos sociais e na política pública educacional. As reflexões sobre essas produções e atuações têm sido apresentadas em eventos internacionais, nacionais, regionais e locais com vasta produção acadêmica.

Dessa maneira, compreendendo a importância de se descentrar não só o pensamento, mas, igualmente, a produção formal do conhecimento, historicamente vinculada a um sujeito cis-branco-sul-sudestino, o evento, realizado no período de 16 a 18 de outubro de 2024, projetou-se para além dos muros da universidade com a finalidade de fortalecer e ampliar as trocas acadêmicas, conectando-se com a comunidade e promovendo a troca de conhecimento e de atuações sociais de pesquisadores não só do GAEP, mas do norte e nordeste do País com demais estudiosos do Sul global.

O evento teve 314 inscritos participando de 14 minicursos e 02 oficinas com apresentação de 116 trabalhos na modalidade presencial e remoto. O evento realizado de forma híbrida, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), teve por justificativa fortalecer e reocupar os espaços da universidade pública, e, ao mesmo tempo, democratizar a produção de conhecimentos além-muros do espaço acadêmico.

Dessa maneira, o evento propôs fortalecer a produção científica e acadêmica com as apresentações de pesquisa dos palestrantes e conferencistas, com a tecnologia e inovação através dos usos midiáticos para a realização do encontro, dos minicursos e das oficinas e dos grupos de trabalho. O que resultou na produção deste e-book que contém os 44 trabalhos completos dos autores que submeteram suas pesquisas unindo as duas modalidades: Comunicação oral e Minicurso, cujo conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores.

No mais, desejamos a você boa leitura das pesquisas aqui escritas, cuja responsabilidade é inteiramente dos autores, e que cada página lida traga bons conhecimentos e ampliação dos conhecimentos acadêmicos.

Boa leitura!

Comissão Organizadora

SUMÁRIO

COMUNICAÇÃO ORAL	15
EIXO 1 – FEMINISMOS, MULHERIDADES E INTERSECCIONALIDADES	16
A GORDOFOBIA PRESENTE NOS PADRÕES ESTÉTICOS DAS REDES SOCIAIS COMO FATOR CONSTITUINTE DA SUBJETIVIDADE DE MULHERES GORDAS .	17
<i>Amanda de Araújo Bastos</i>	
<i>Carlos Antonio Cardoso Filho</i>	
A NORMATIZAÇÃO DO CORPO FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE: UM “BELO” PROBLEMA.....	33
<i>Thaís Pinto Fontinele</i>	
A VIVÊNCIA ACADÊMICA DE MULHERES DO CURSO DE PSICOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	45
<i>Ana Quêzia Araújo Gomes</i>	
<i>Glenda Aline Monteiro Santos</i>	
<i>Mariana Saldanha Frias</i>	
<i>Cláudia Aline Soares Monteiro</i>	
AS REDES DE MULHERES NO TERRITÓRIO: O PAPEL FEMININO DESDE O FESTEJO DE SANTO ANTÔNIO AO AÇIONAMENTO POLÍTICO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA.....	56
<i>Ana Paula Silva Oliveira</i>	
DESIGUALDADE DE GÊNERO E NEOLIBERALISMO: TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DA ARGENTINA	70
<i>Laryssa Costa Silva</i>	
HISTÓRIA DAS MULHERES E MOVIMENTOS FEMINISTAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL	82
<i>Giovanna Barbosa Soares</i>	
<i>Neuzeli Maria de Almeida Pinto</i>	
NEURODIVERSIDADE: UMA INSPIRAÇÃO FEMINISTA	98
<i>Wlisses Figueiredo Matos</i>	
<i>Marília Samália Ferreira Martins</i>	
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS A PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA E GÊNERO	117
<i>Nyedja Rejane Tavares Lima</i>	
<i>Suelen Cipriano Milhomem Dantas</i>	

EIXO 3 - GÊNERO E DESCOLONIZAÇÃO INDÍGENA..... 132

FEMINICÍDIOS DE MULHERES INDÍGENAS NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DE CASOS RECENTES E DESAFIOS DE ENFRENTAMENTO 133

Maria Alice Pires Oliveira Van Deursen

EIXO 4 - FEMINISMOS NEGROS 145

AMOR PRETO: UMA ESCAVAÇÃO DE SI NO OUTRO 146

Sunshine Cristina de Castro Reis

Matheus Diniz Campelo

AUTODEFINIÇÃO NAS REDES SOCIAIS: EMPODERAMENTO E NOVOS PADRÕES DE AUTOESTIMA PARA MULHERES NEGRAS 164

Bruna Eduarda Fiorentin

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

EFEITOS DA (IN) VISIBILIDADE DOS CABELOS AFRO NAS MÍDIAS SOCIAIS NA AUTOESTIMA DE MULHERES PRETAS E PARDAS..... 174

Aglaia Leslie Martins dos Santos Montenegro

Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE DESIGUALDADES ESTRUTURAIS E REPERCUSSÕES PSÍQUICAS 184

Juliana Ferreira Martins

Carlos Wellington Soares Martins

EIXO 5 – GÊNERO, DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ ... 193

“BEIJO NA FACE”: A REPRESENTATIVIDADE SÁFICA EM *OLHOS D’ÁGUA* DE CONCEIÇÃO EVARISTO 194

Mariana Eulália Teles da Silva

Cláudia Aline Soares Monteiro

A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA) ATRELADA ÀS SUAS QUESTÕES AFETIVO-SEXUAIS 205

Pedro Lucas Negreiros Soares Cruz

Lucas Guimarães Cardoso de Sá

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA E LETALIDADE CONTRA PESSOAS LGBTQIAPN+ NO ESTADO DO MARANHÃO A PARTIR DA LEITURA DE “TÁ LÁ O CORPO ESTENDIDO NO CHÃO...”: A VIOLÊNCIA LETAL CONTRA TRAVESTIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO 215

Brenda Vitória Portela Araújo Soares

Rarielle Rodrigues Lima

ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES COM DELINEAMENTO GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO 224

Victoria Amorim Silva
Hayanne Galvão Pereira Alves
Juliana Ferreira Martins
Lorena Coutinho Lima
Dayse Marinho Martins

COMUNICAÇÃO DIGITAL E IDENTIDADES DE GÊNERO: ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE PESSOAS TRANSVESTIGÊNERE NO PERFIL DA AMATRA, NA REDE SOCIAL INSTAGRAM 237

Thiago Arliton Santos e Santos
Romulo Fernando Lemos Gomes

CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA A POPULAÇÃO TRANS, TRAVESTI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA NO AMBULATÓRIO SABRINA DRUMMOND.....257

Lorena Coutinho Lima

FAKE NEWS DO KIT GAY: NARRATIVAS DE ÓDIO E CONTROLE DA SUXUALIDADE NAS REDES SOCIAIS.....270

Valéria Cristina Lopes dos Santos Souza
Ana Carolina Amorim Oliveira

JUDITH BUTLER: SEXO, GÊNERO E A CRÍTICA À METAFÍSICA DA SUBSTÂNCIA.....282

Charlie B R Costa
Daniel Schiochett

MAS AINDA EXISTE HOMOTRANSFOBIA NO MARANHÃO? NOMEANDO O APAGAMENTO DE CORPORALIDADES LGBTI+ EM 2022 291

Ana Beatriz Carvalho de Sousa
Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo
Cristiane Navarrete Tolomei

TRANSFOBIA COMO BARREIRA DE ACESSO AO SISTEMA DE SAÚDE: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA 303

Amanda Gabrielle Carvalho e Souza
Thaianne Paixão Cantanhede
Vitória Maria da Silva Santos
Cláudia Aline Soares Monteiro

UM BILHETE PARA O TERRITÓRIO DO DESEJO: REFLEXÕES SOBRE A PROSTITUIÇÃO MASCULINA E AS VULNERABILIDADES SOCIAIS 316

Wlisses Figueiredo Matos
Marília Samália Martins Ferreira

VIVÊNCIA *QUEER* NAS MÍDIAS: ABJEÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO.....329

Andressa Lima da Cruz

Larissa Vieira dos Santos Nunes

Luana Viana Coelho

Maria Emília Miranda Alvares

EIXO 6 – ESTADO, PATRIARCADO E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO.....344

CONSTRUÇÃO DE SABERES POR MEIO DAS HISTÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS.....345

Francisca Geysa Lopes Araujo

Alinny Layane Valentim da Silva

Ana Caroline Amorim Oliveira

EXPLORAÇÃO INTERSECCIONAL NA ECONOMIA DO CUIDADO 352

Anna Beatriz Ferreira Lima

Gabriel Rafi Soares Leão Santos

MATERNIDADE NAS MÍDIAS: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NO MATERNAR MEDIADO POR MÍDIAS TRADICIONAIS E DIGITAIS 363

Aglaia Leslie Martins dos Santos Montenegro

Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim

EIXO 7 – GÊNERO, CORPORALIDADES E EXPRESSÕES ARTÍSTICAS 376

A ESTRUTURA MONOGÂMICA: VIOLÊNCIA E CONTROLE DOS CORPOS DE MULHERE NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS 377

Ana Karolyny Diniz Pinheiro

CIDADES INTELIGENTES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: COMO O URBANISMO E A TECNOLOGIA PODEM COMBATER A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS ESPAÇOS URBANOS DA AMÉRICA LATINA 385

Claudiceia Silva Mendes

COMO MODOS DE PENSAR IMPLICAM EM MODOS DE VIVER A PARTIR DA OBRA *MONOCULTURAS DA MENTE* DE VANDANA SHIVA 399

Isnara Maria Frazão dos Santos

Flavio Luiz de Castro Freitas

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

DESIGUALDADE DE GÊNERO E AUMENTO DO ÍNDICE DE “DESOCUPADAS” NO ESTADO DO MARANHÃO: OS IMPACTOS DA COLONIALIDADE NO DESEMPREGO FEMININO 411

Valéria Cristina Lopes dos Santos Souza

Ester Avelar S. R Mariz

Ana Carolina Amorim Oliveira

Márcia Manir Miguel Feitosa

GENDRAMENTOS: IDENTIDADE, ESPAÇO E MEMÓRIA NA CANÇÃO BALADA DE GISBERTA.....425

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo

Luana Kerly Alves Coelho

Cristiane Navarrete Tolomei

GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO COMO FERRAMENTA DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA PATRIARCAL.....439

Ana Catarina Brito Aires

Gabriel Elyfran Oliveira Bonfim

Polyana Gabriele Rodrigues Leal

Romulo Saerlle Oliveira Lima

POLÍTICA, EDUCAÇÃO E GÊNERO: ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.....449

Katiana Souza Santos

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA ELABORAÇÃO DAS BASES CURRICULARES DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO MARANHÃO.....462

Hayanne Galvão Pereira Alves

Fábio Azevedo Palácio

RELAÇÕES DE GÊNERO E UNIVERSIDADE: FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO E GARANTIA DE DIREITOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO 476

Giovanna Barbosa Soares

Neuzeli Maria de Almeida Pinto

VIOLÊNCIA LABORAL NAS UNIVERSIDADES: REFLEXÕES SOBRE BRASIL E ARGENTINA DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO 490

Karoline Parrião Rodrigues

EIXO 8 – GÊNERO, CORPORALIDADE E EXPRESSÕES ARTÍSTICAS.....501

A ATUAÇÃO DE MULHERES COMO LIDERANÇAS NAS TURMAS DE SAMBA DO MARANHÃO 502

Rafaela Moreira Alves da Cunha

Marilande Martins Abreu

CICLANDO O GÊNERO: A MONSTRUOSIDADE *QUEER* NO FILME ‘O AMOR SANGRA’ 509

Maria Emília Miranda Alvares

Ângela Bárbara Lima Saldanha Rêgo

Dante Saldanha

MARIQUINHAS: UMA *GRAFIC NOVEL* SOBRE VIOLENCIA DE GÊNERO NO MARNHÃO DO SÉCULO XIX 519

Nila Michele Bastos Santos

RAP FEMININO E GELEDÉS: APROXIMAÇÕES ENTRE INTERSECCIONALIDADE E MOVIMENTO HIP HOP 532

Renan Augusto Fernandes Silva

Valéria Matos Cutrim

Raul Brunno Pereira Sousa

REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NAS PÁGINAS DO JORNAL PACOTILHA E O PÓS-ABOLIÇÃO MARANHENSE (1888 – 1890) 549

Carlos André Colins dos Santos

MINICURSO 562

EIXO 1 – FEMINISMOS, MULHERIDADES E INTERSECCIONALIDADES 563

FEMINISMOS E A INFLEXÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: EM PAUTA, O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL 564

Elisângela Santos de Amorim

Suly Rose Pereira Pinheiro

Maria do Socorro Gonçalves da Costa



COMUNICAÇÃO ORAL





EIXO 1 – Feminismos, mulheridades e interseccionalidades





A GORDOFOBIA PRESENTE NOS PADRÕES ESTÉTICOS DAS REDES SOCIAIS COMO FATOR CONSTITUINTE DA SUBJETIVIDADE DE MULHERES GORDAS

Amanda de Araújo Bastos

Bacharel em Psicologia – UNDB
amanda.bastos2910@gmail.com

Carlos Antonio Cardoso Filho

Doutor em Psicologia Social e Institucional – UFRGS
carloscardosof@gmail.com
UNDB

RESUMO: A gordofobia é conceituada como ódio ou aversão a corpos gordos, e faz parte da realidade da maioria das pessoas que se encontram acima do peso, podendo chegar a afetá-las em todas as áreas de sua vida: no ambiente familiar, no trabalho, nas redes sociais. Não se trata apenas de bullying, xingamentos e apelidos; a gordofobia é um problema estrutural, e seus efeitos negam acessibilidade e inclusão de pessoas gordas. Essa estrutura é derivada de um conjunto de saberes biológicos e de senso comum que contribuíram para a desumanização do corpo gordo. Sendo assim, tem-se como objetivo compreender como os padrões estéticos perpetuados pelas redes sociais afetam a subjetividade de mulheres gordas. Além disso, visa-se entender o que é o ideal de beleza disseminado pela mídia, como é construída a subjetividade de uma mulher gorda e analisar, através da revisão de literatura, como o padrão de beleza vigente impactam a autoestima e identidade de mulheres gordas. O objetivo da grande mídia é gerar uma busca incessante por satisfazer necessidades que, em sua grande parte, são criadas por ela mesma. Tais soluções são vendidas em anúncios, cartazes, revistas e nas redes sociais. O espaço virtual pode ser interpretado como uma espécie de vitrine, que vende um estilo de vida que nem sempre corresponde à realidade vivida. Cria-se, então, uma cultura de consumo baseada na irrealidade (BRUNELLI *et. al*, 2019). Nas redes sociais, as pessoas são constantemente expostas a imagens e conteúdo relacionados à beleza e ao corpo ideal. As novas mídias digitais podem ser compreendidas como um vasto território onde diferentes estratos sociais são envolvidos no sistema capitalista. A ânsia por ser notado ou ouvido resulta em uma exposição em busca de visualizações e curtidas, criando assim uma rede de ansiedade que, frequentemente, leva à dependência da avaliação e julgamento alheios. Em grande medida, o indivíduo passa a depender da validação do outro para sua aceitação (LELES, 2019). Tentando alcançar um padrão utópico, as pessoas se veem em um *looping* de insatisfação, que atinge principalmente pessoas que estão à margem do padrão, como exemplo, as mulheres gordas. A mulher gorda é incessantemente pressionada para atingir um corpo esteticamente perfeito. Ela é considerada uma monstruosidade e tem sua feminilidade questionada e resumida ao seu Índice de Massa Corporal. O tamanho e o formato de seu corpo são considerados anormais e inaceitáveis. A desumanização é tão evidente que chegam a compará-la com baleias e porcas. O estigma as exclui, não as proporcionando acessibilidade em assentos, catracas em transportes públicos e nem mesmo ao comprar uma roupa. Segundo Joana Novaes (2005 apud NERY, 2017), quando as mulheres se encontram desesperadas e lutam para atingirem o padrão de beleza idealizado, “essas mulheres lutam na verdade contra si, perdendo-se no espelho, à procura de si mesmas”. Verifica-se então que o uso das redes sociais afeta negativamente a Figura corporal e a autoestima principalmente de mulheres que, ao se depararem com imagens representativas de corpos considerados ideais, são impactadas e realizam comparações, almejando atingir o padrão de beleza estabelecido socialmente. O peso está fortemente relacionado à ideia de beleza na atualidade, sendo assim, estar inserida nesse padrão envolveria principalmente possuir um corpo magro. Apesar de todas as mulheres sofrerem com a pressão estética de atingir uma aparência





“perfeita”, as mulheres gordas são as que mais sofrem. A cultura contemporânea valoriza muito o corpo magro, validada principalmente pelo discurso médico, que transforma a gordura em um símbolo de decadência moral, com sérias consequências para a subjetividade dos que não se adaptam a esse ideal de corpo. Para as mulheres gordas, a norma que os atira ao grupo marginalizado de uma repulsa geral torna-se um peso, na alma, um refluxo sobre si mesmo de um corpo recusado (VASCONCELOS, 2004). Como o grupo que mais sofre com a desumanização e patologização de seus corpos são mulheres subalternas, a gordofobia – enquanto estrutura social – é, portanto, violência de gênero. (JIMENEZ, 2020)

Palavras-chave: Gordofobia. Padrões Estéticos. Ideal de Beleza. Redes Sociais.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo da grande mídia é gerar uma busca incessante por satisfazer necessidades que, em sua grande parte, são criadas por ela mesma. Tais soluções são vendidas em anúncios, cartazes, revistas e nas redes sociais. O espaço virtual pode ser interpretado como uma espécie de vitrine, que vendo um estilo de vida que nem sempre corresponde à realidade vivida. Cria-se, então, uma cultura de consumo baseada na irrealidade. (BRUNELLI *et. al*, 2019) Tentando alcançar um padrão utópico, as pessoas se veem em um *looping* de insatisfação, que atinge principalmente pessoas que estão à margem do padrão, como exemplo, as mulheres gordas.

Segundo Rangel (2018), a gordofobia é conceituada como ódio ou aversão a corpos gordos. Esta faz parte da realidade da maioria das pessoas que se encontram acima do peso, e pode chegar a afetá-las em todas as áreas de sua vida: no ambiente familiar, no trabalho, nas redes sociais. Não se trata apenas de bullying, xingamentos e apelidos; a gordofobia é um problema estrutural, e seus efeitos negam acessibilidade e inclusão de pessoas gordas.

Essa estrutura é derivada de um conjunto de saberes biológicos e de senso comum que contribuíram para a desumanização do corpo gordo. A patologização das pessoas gordas se dá através de uma estrutura médica que trata a gordura como sinal de doença. Sendo assim, a obesidade é considerada uma “epidemia mundial”. Quando se observa o senso comum, o conceito de saúde é moldado através de estilos de vida e formatos de corpos, sendo a magreza considerada – no imaginário social – como sinônimo de saúde. Tal compreensão, respaldada pelo saber biomédico, reafirma a ideia de culpabilização da pessoa gorda, a responsabilizando individualmente por possuir um corpo acima do “peso ideal” e desconsiderando fatores sociais, econômicos e culturais. (MARIANO, 2019)

A mulher gorda, que acaba sendo mais afetada pela gordofobia e por padrões de beleza, é pressionada cada vez mais para atingir um corpo esteticamente perfeito. Ela é considerada uma monstruosidade e tem sua feminilidade questionada e resumida ao seu Índice de Massa





Corporal. O tamanho e o formato de seu corpo são considerados anormais e inaceitáveis. A desumanização é tão evidente que chegam a compará-la com baleias e porcas. O estigma as exclui, não as proporcionando acessibilidade em assentos, catracas em transportes públicos e nem mesmo ao comprar uma roupa. Segundo Joana Novaes (2005 apud NERY, 2017), quando as mulheres se encontram desesperadas e lutam para atingirem o padrão de beleza idealizado, “essas mulheres lutam na verdade contra si, perdendo-se no espelho, à procura de si mesmas”.

Partindo disso, questiona-se: quais os impactos que os padrões estéticos gordofóbicos presentes nas redes sociais tem na subjetividade de mulheres gordas?

Os objetivos específicos desse trabalho consistem em perceber os padrões estéticos gordofóbicos nas redes sociais, compreender como é formada a subjetividade da mulher gorda e analisar, a partir da revisão de literatura, como a gordofobia presente no meio virtual influenciam na subjetividade da mulher gorda.

A elaboração deste trabalho utilizar-se-á de uma pesquisa hipotético-dedutiva onde o tipo de pesquisa será exploratório, de abordagem qualitativa. Essa pesquisa será construída através da revisão bibliográfica de livros e artigos que contribuirão para o desenvolvimento e enriquecimento do trabalho. Assim sendo, será investigada a produção científica nessa área, publicada em periódicos e teses nacionais, disponíveis nas bases de dados Scielo, Pepsic e outros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Padrões estéticos nas redes sociais

Na sociedade atual, os interesses da elite econômica sobressaem os anseios coletivos. Nesse panorama, o indivíduo se reinventa a fim de se adequar, na ilusão de atingir uma identidade que alcance a aceitação. Sendo assim, tudo se torna semelhante. Os valores, desejos e vontades particulares dão espaço para um interesse coletivo, influenciado pelos veículos de mídia. Todos passam a querer comprar os mesmos utensílios, o mesmo estilo de roupa, consumir os mesmos conteúdos e até os valores são moldados. Tal homogeneização ameaça diretamente a diversidade cultural, porém beneficia a elite financeira, gerando lucros a esse grupo de pessoas com grande influência e os proporcionando ainda mais poder. Cria-se a necessidade e vende-se a solução e, quanto maior a demanda pelo produto, mais rápida será a sua produção e maior será o mercado consumidor. (BRUNELLI; AMARAL; SILVA, 2019)

A acessibilidade às informações também é uma característica fundamental para a disseminação da indústria cultural. Apesar dos produtos apresentados custarem um determinado





valor, a informação chega de forma gratuita. O indivíduo não precisa pagar para ter acesso aos anúncios ou consumir postagens nas redes, portanto, as obras culturais são dispersadas de forma relativamente fácil. Os meios de comunicação em massa, a globalização, tecnologias e a diversificação de plataformas são facilitadores para a disseminação da cultura de massas.

Há uma clara ligação entre o conceito de Indústria Cultural de Adorno (2009) com a ditadura da beleza. O corpo se torna um objeto de consumo no capitalismo atual, uma espécie de “vitrine” e a aparência corporal é privilegiada na construção da própria identidade. A mídia promove a ideia de que as pessoas devem se conformar a um único estereótipo físico, incentivando assim a procura por produtos que atendam a esse padrão. Isso cria obstáculos para indivíduos com características físicas distintas, tornando mais desafiador encontrar produtos que satisfaçam a suas preferências o que, por sua vez, leva a um desejo de estar também padronizadas. (RIBAS; CALEIRO, 2012)

Sendo assim, é importante ressaltar que ao usar o termo “adquirir” ou “obter”, por exemplo, determinada aparência ou corpo, há estreita ligação com a lógica do consumo em relação ao próprio corpo. Como se o corpo fosse da mesma natureza de produtos que são vendidos em lojas, ou seja, é tratado e visto como se fosse. (SOUSA, 2021)

Dessa forma, aqueles que não se enquadram no que é vendido como ideal, são excluídos dentro do próprio meio social em que estão inseridos. Essa exclusão pode se manifestar de diversas maneiras, desde a discriminação sutil até o isolamento social e o bullying. As pessoas que não correspondem ao ideal de beleza muitas vezes enfrentam estigmatização e pressão para se conformarem, o que pode ter sérios impactos em sua autoestima e bem-estar emocional. Além disso, a exclusão com base na aparência física perpetua a ideia errônea de que o valor de uma pessoa está diretamente ligado à sua aparência, ignorando suas habilidades, personalidade e contribuições para a sociedade.

O ideal de beleza é uma construção social e cultural que representa os padrões e características considerados desejáveis em uma sociedade em relação à aparência física, comportamento e até mesmo personalidade. Este conceito de beleza varia ao longo do tempo e entre diferentes culturas, refletindo os valores e normas de uma sociedade em particular. Tal ideal é disseminado pelos veículos da grande mídia e, também, nas redes sociais que se tornaram uma plataforma-chave para a disseminação desses padrões. Nas redes sociais, as pessoas são constantemente expostas a imagens e conteúdo relacionados à beleza e ao corpo ideal.





Portanto, as redes sociais, assim como outras plataformas midiáticas, classificam-se como meios diretos de propagação de discursos, que estrategicamente formulados, tendem a criar um vínculo com o público a fim de influenciá-lo para alcançar seus objetivos. (MOREIRA, 2020)

As novas mídias digitais podem ser compreendidas como um vasto território onde diferentes estratos sociais são envolvidos no sistema capitalista. A ânsia por ser notado ou ouvido resulta em uma exposição em busca de visualizações e curtidas, criando assim uma rede de ansiedade que, frequentemente, leva à dependência da avaliação e julgamento alheios. Em grande medida, o indivíduo passa a depender da validação do outro para sua aceitação. (LELES, 2019)

O universo das redes sociais dá continuidade a um culto à perfeição estética já presente em outras plataformas midiáticas. Influenciadores digitais especializados em beleza têm um grande número de seguidores e compartilham dicas, tutoriais de maquiagem, produtos de cuidados com a pele e informações relacionadas ao mundo *fitness*, que envolvem técnicas de emagrecimento, ganho muscular e dietas mais elaboradas.

Os influenciadores do universo *fitness* desempenhem um papel notável nas plataformas de mídia social e na cultura do bem-estar e podem, em alguns casos, exercer uma influência negativa. A busca incessante por padrões corporais quase inatingíveis e a promoção de estilos de vida excessivamente restritivos muitas vezes geram repercussões adversas na saúde mental e física de seus seguidores. A exposição constante a corpos que personificam a "perfeição" e a pressão para alcançar esses ideais podem suscitar sentimentos de inadequação, baixa autoestima e, em casos extremos, desencadear distúrbios alimentares. Além disso, o foco excessivo na estética pode negligenciar a importância da saúde em sua totalidade, resultando em uma abordagem superficial ao bem-estar.

Além do estilo de vida *fitness*, existem influenciadores que tem como foco a beleza no geral, inspirando muitos internautas a buscarem “melhorias” em sua aparência. Em alguns casos, essa influência pode ser preocupante, uma vez que alguns influencers de beleza promovem produtos, procedimentos e cirurgias plásticas arriscadas de forma excessivamente entusiástica e, por vezes, irresponsável. Ao destacarem padrões de beleza inatingíveis e promoverem soluções rápidas, como produtos milagrosos e procedimentos estéticos, eles incentivam uma cultura de insatisfação com a aparência natural. Isso pode levar as pessoas a tomar decisões precipitadas e potencialmente perigosas em busca de conformidade com esses padrões irreais, sem considerar adequadamente os riscos para a saúde e os impactos psicológicos. (MOREIRA, 2023)

O alcance das postagens dos influenciadores aumenta de acordo com o seu número de seguidores, criando um ciclo de autopromoção que envolve marcas que se aproximam dos conteúdos





postados. Nesse cenário, muitos influenciadores transformam seus perfis em vitrines para várias empresas, que estão interessadas em atrair potenciais clientes através de uma divulgação relativamente econômica. Assim, uma relação de colaboração é estabelecida que, aparentemente, beneficia ambas as partes e resulta em discursos midiáticos cada vez mais persuasivos. (MOREIRA, 2020)

Além da influência dos blogueiros, os filtros e efeitos das redes sociais que modificam aspectos da aparência do usuário também são potencializadores da distorção da própria imagem. Esses filtros reforçam o padrão de beleza ao clarear a pele, afinar o rosto e aumentar a boca, possibilitando corrigir aspectos físicos que causam incômodo no sujeito, que encontra satisfação na sua Figura alterada.

Muitos filtros nas redes sociais suavizam a pele, afinam o nariz, aumentam os lábios e deixam os olhos maiores, criando uma versão estereotipada da beleza. O uso frequente desses filtros pode levar as pessoas a acreditarem que essa versão idealizada é o padrão a ser seguido. A presença generalizada de imagens retocadas nas redes sociais pode levar as pessoas a comparar suas aparências com essas imagens irreais. Isso pode afetar a autoestima e levar à insatisfação corporal. Segundo Hermans (2022, p.441)

Alongside passive social media usage, social media platforms invite users to be active creators (Fox & Vendemia, 2016) by uploading pictures and videos, which may be edited before being posted. This editing process, predominantly of selfies, has been shown to decrease body satisfaction, feelings of physical attractiveness, and confidence, and to increase levels of social anxiety (Mills et al., 2018, Shome et al., 2020).

A natureza das redes sociais permite que as pessoas comparem suas vidas e aparências com as de outros. Esse comportamento pode gerar ramificações negativas para a autoestima e autoFigura de alguns internautas, que acreditam que suas vidas são menos interessantes, seus corpos menos atraentes e suas experiências menos válidas em comparação com as vidas de seus seguidores. É importante ressaltar que grande parte dos conteúdos postados em redes sociais evidenciam apenas aspectos positivos da vida de cada pessoa, e podem se tratar de performances as quais se distanciam da realidade, se tornando um espaço causador de sofrimento. Franklin (2019, p.157) afirma que “a dicotomia entre a visibilidade proporcionada pelas redes sociais e a solidão da angústia vivenciada pelos mesmos indivíduos, são potenciais fatores dos conflitos internos atuais.”

2.2 Os impactos da gordofobia na subjetividade de mulheres gordas

Atualmente o corpo magro passa a ser valorizado e considerado como padrão a ser seguido, cobrado pela sociedade para assim, o sujeito ser incluído nela (SILVA, et al.; 2018).





Quando se observa o senso comum, o conceito de saúde é moldado através de estilos de vida e formatos de corpos, sendo a magreza considerada – no imaginário social – como sinônimo de saúde. Tal compreensão, respaldada pelo saber biomédico, reafirma a ideia de culpabilização da pessoa gorda, a responsabilizando individualmente por possuir um corpo acima do “peso ideal” e desconsiderando fatores sociais, econômicos e culturais (MARIANO, 2019).

Dessa maneira, a gordofobia acontece por meio de processos de discriminação social das pessoas que não se adequam ao padrão corporal de beleza considerada ideal, tendo como contribuição o discurso da medicina e do apelo estético, reforçando, assim, a dominação desses corpos frente aos padrões atuais (ARAÚJO et al, 2018).

Segundo Arruda e Miklos (2020), a gordofobia é o preconceito contra as pessoas gordas que vai além da pressão estética, por exemplo, às pessoas gordas são privados direitos básicos como o de ir e vir. Para Jimenez (2020), a gordofobia é entendida como um processo de desvalorização e estigmatização desses corpos, incluídos de pré-julgamentos, que pressupõem que a pessoa gorda seja descuidada, doente, menos atraente etc. Ainda segundo a autora acima, a gordofobia estaria enraizada no ponto de vista de corpo, projetando limitações, culpa e exclusão das pessoas gordas.

A autora Madaglena Piñeyro (2016) discorre em seu livro *Stop Gordofobia y Las Panzas Subversas* sobre a tripartite gordofóbica, que possibilita a culpabilização individual das pessoas gordas – ou seja, elas seriam as únicas responsáveis e culpadas por possuírem corpos gordos. Tal tripartite é composta pelo discurso médico, a estética e a moral.

A patologização surge a partir do discurso médico e se trata do ato de considerar a gordura como uma doença ou como causa de várias doenças, sem a realização de um exame adequado. Para Silva (2022), o estigma da patologização do corpo gordo, que é sinônimo de corpo doente, ainda permanece forte na contemporaneidade. Sendo um dos pilares da gordofobia na sociedade brasileira, a associação do sobrepeso ao excesso alimentar é somada à presunção de que todas as pessoas gordas são sedentárias e doentes, como se o corpo humano funcionasse como uma matemática fria. Logo, se o corpo gordo é doente, o corpo magro seria sinônimo de beleza e saúde, sendo considerado o normal. Diante toda essa insistência com o emagrecimento, ocorre o afastamento de pessoas gordas dos serviços de saúde devido a discriminação sofrida dentro deste contexto. Piñeyro (2016 apud PAIM, 2019) questiona: como alcançar o cuidado dos corpos a partir da rejeição destes? Que tipo de decisões sobre nossos corpos pode ser tomadas a partir do ódio e desprezo?





Um outro elemento da tripartite gordofóbica é a estética. Através da mídia, ideais de beleza são difundidos e incentivados. Cria-se então a insatisfação para vender a solução: remédios, técnicas milagrosas, cirurgias e dietas são incentivadas através de anúncios em diversas plataformas. Portanto, o ódio a si mesmo alimenta toda uma indústria que se beneficia da destruição em massa da autoestima de toda uma população. Segundo Soares (2017), a desumanização é um fenômeno de retirar o caráter humano de um indivíduo ou grupo. Isso ocorre de várias formas, quando são comparadas a animais como baleia, porco, elefante, dentre outros; quando seus corpos gordos são colocados como anormais, grotescos ou asquerosos ou como indivíduos com menor valor social. Ainda segundo o autor, esse combate à gordura acaba na desumanização do indivíduo gordo, dado que a gordura é vista como algo negativo, que deve ser combatido.

Por fim, tem-se a moral. Esse elemento está associado a como pessoas gordas são vistas pela sociedade no geral: o discurso médico atinge o senso comum e pessoas gordas são encaradas como preguiçosas e desleixadas com sua própria saúde. Daí surge a culpabilização: assume-se que esse indivíduo está na condição de gordo por escolha própria e por não se esforçar o suficiente para ser saudável – em outras palavras, magro.

A subjetividade de uma mulher gorda, assim como a subjetividade de qualquer pessoa, é altamente complexa e variada, influenciada por uma ampla gama de fatores pessoais, culturais, sociais e individuais. Não é possível generalizar ou reduzir a experiência subjetiva de uma mulher gorda a um conjunto único de características, uma vez que cada pessoa é única. No entanto, alguns dos fatores podem influenciar na constituição da subjetividade de uma mulher gorda, como a identidade e autoimagem, experiências sociais e relações interpessoais. A autora Magdalena Piñeyro (2016) denomina essas experiências comuns às pessoas gordas como “os lugares comuns da gordofobia”.

A forma como uma mulher gorda se vê e se identifica é um aspecto fundamental de sua subjetividade. Isso pode variar amplamente, dependendo de sua autoestima, experiências passadas e autoaceitação. A identidade refere-se à maneira como uma pessoa se vê e como se identifica. Isso inclui a forma como ela percebe sua própria personalidade, valores, crenças, interesses e pertencimento a diferentes grupos sociais. Esta é uma construção complexa que pode ser moldada por experiências de vida, influências culturais, educacionais e sociais. Para uma mulher gorda, sua identidade pode ser influenciada por sua experiência de ser uma pessoa com excesso de peso em uma sociedade que muitas vezes valoriza padrões de beleza magros. A identidade se relaciona também com a autoFigura – refere-se à Figura mental que uma pessoa tem de si mesma, ou seja, como ela percebe sua própria aparência física, incluindo peso,





tamanho, características faciais – que, por sua vez, está intrinsicamente ligada à autoestima, uma vez que uma autoFigura negativa pode afetar a autoestima de uma pessoa, tornando-a menos segura e satisfeita consigo mesma.

A autoestima corresponde à valoração intrínseca que o indivíduo faz de si mesmo em diferentes situações e eventos da vida a partir de um determinado conjunto de valores eleitos por ele como positivos ou negativos. [...] A autoestima se reflete na forma como as pessoas aceitam a si mesmas, valorizam o outro e projetam suas expectativas. (SCHULTHEISZ; APRILE, 2013)

Ademais, tem-se as experiências sociais e relações interpessoais que, assim como as características mencionadas anteriormente, também fazem parte da construção da subjetividade de uma mulher gorda. Socialmente, indivíduos com excesso de peso sofrem com a estigmatização e o preconceito com seu corpo. Podem ser alvo de comentários cruéis, discriminação no local de trabalho, intimidação, ou enfrentar desafios em atividades cotidianas devido à falta de acessibilidade – tais como comprar roupas, utilizar o transporte público, entre outras. Essas experiências negativas podem afetar profundamente a saúde mental e emocional de uma pessoa gorda.

A pressão para se conformar aos padrões de beleza estereotipados que enfatizam a magreza pode ser avassaladora. Isso pode levar a uma constante sensação de inadequação e à busca de dietas extremas ou procedimentos para perda de peso. A falta de representação positiva de corpos gordos na mídia e na cultura popular pode criar uma sensação de isolamento e baixa autoestima. As mulheres gordas podem se sentir invisíveis ou mal representadas.

A gordofobia está em todos os lugares e é, muitas vezes, disfarçada de preocupação com a saúde, dificultando, dessa forma, seu entendimento e embate. Sustentada por discursos de poder, de saúde e beleza como geradores de exclusão, existem comportamentos diários que reforçam o preconceito/estigma em relação às pessoas gordas, corroborando os estereótipos que estabelecem situações degradantes, constrangedoras, marginalizando as pessoas e as excluindo socialmente. (JIMENEZ, 2020)

No que se refere às relações interpessoais, estas podem ter impactos positivos e negativos acerca da Figura corporal de uma pessoa gorda. Ela pode sofrer pressões familiares para perder peso, ser excluída ou alvo de ofensas em seu ciclo social, sentir-se insegura em relações amorosas e até mesmo sofrer preconceito dentro do mercado de trabalho. Em contrapartida, se suas relações forem pautadas no apoio, respeito, incentivo e empoderamento, podem se tornar uma fonte de força e autoaceitação.





O que diferencia a experiência da mulher gorda da experiência dos demais indivíduos é a questão de gênero. Historicamente, a beleza da mulher é associada com sua fertilidade e capacidade de reprodução. As mulheres devem encarnar a beleza, devido a uma necessidade natural e biológica, e os homens fortes lutam pelas mulheres mais belas. Segundo Naomi Wolf (1992), nada disso é verdade. A autora ainda compara a beleza com um sistema econômico semelhante ao padrão do ouro, influenciada por questões políticas e enraizada em crenças que perpetuam o domínio masculino. Através da valoração das mulheres, de acordo com padrões de beleza culturalmente impostos, esse sistema reflete dinâmicas de poder que obrigam as mulheres a rivalizarem de forma não natural por recursos que muitas vezes foram apropriados pelo homem. (WOLF, 1992)

Não existe nenhuma justificativa legítima de natureza biológica ou histórica para o mito da beleza. O que ele está fazendo às mulheres hoje em dia é consequência unicamente da necessidade da cultura, da economia e da estrutura do poder contemporâneo de criar uma contra-ofensiva contra as mulheres. (WOLF, 1992)

Jimenez (2020) afirma que as mulheres gordas são consideradas monstruosidades que não deveriam existir em uma sociedade heteronormativa, o último estágio que as pessoas podem chegar. A estigmatização de seus corpos gera experiências humilhantes em diversos ambientes; universidades, hospitais e as diversas instituições sociais castigam mulheres gordas por não se encaixarem no padrão corporal esperado. Muitas vezes, nem em casa estas se sentem seguras, visto que a opressão pode começar por parte da própria família. Mesmo que as mulheres não sejam as únicas atingidas pela gordofobia, estas são as que mais sofrem, visto que o conceito da beleza feminina como forma de dominação masculina e patriarcal para o desejo. A autora ainda afirma que “A violência de gênero aqui aparece pública e agressiva, como uma vingança contra todas as mulheres que não estão no peso ideal estipulado socialmente.”

É fundamental reconhecer que cada mulher gorda tem experiências únicas em relação a sua subjetividade, identidade, autoimagem, experiências sociais e relações interpessoais. O apoio, a empatia e a compreensão dessas experiências são cruciais para promover a igualdade, a inclusão e o respeito por todos.

3. DISCUSSÃO DO TEMA

Para Viana et al (2021), a estigmatização do corpo gordo indica para uma forma de desumanização desses sujeitos, se caracterizando como uma forma de subjugar o corpo gordo, colocando-o como subumano, ou seja, não passível de amor, carinho, desejo e demais





sentimentos positivos que englobam a vivência humana, existindo, apenas, como uma identidade deteriorada. Desse modo, a pessoa que tem corpo gordo, sofre o estigma e opressão, entrando em um ciclo vicioso de depreciação pessoal e distorção da autoFigura quando o julgamento alheio é considerado normal e o indivíduo se considera merecedor do preconceito.

Maria Luisa Jimenez (2020), em sua pesquisa “Gordofobia: injustiça epistemológica sobre corpos gordos”, coletou diversos depoimentos sobre a experiência de ser uma mulher gorda em uma sociedade lipofóbica.

Meu lugar social sempre foi o da “gordinha” da sala, da rua, do grupo, da brincadeira e assim por diante. Lembro que, com uns sete anos, minha mãe me colocou no ballet e, quando tive que colocar aquele collant rosa, saia rodada de véu, coque no cabelo e me olhei no espelho, na aula com outras meninas, me senti muito mal, e pior ainda foi quando tive que usar sapatilha de ponta, já que as coleguinhas riam, porque eu não conseguia ficar na ponta, e as que conseguiam riam e sussurravam que era porque eu era muito gorda e a ponta podia quebrar. (JIMENEZ, 2020)

De acordo com os depoimentos, a autora conclui que as mulheres gordas, em sua maioria, sofrem com a gordofobia desde a infância.

Minha filha chega chorando quase todos os dias. Já a mudei de escola duas vezes, e percebi que não é a escola, é social o negócio. Todo mundo odeia pessoas gordas. Eu também sofro. E ela é saudável, forte. Já não sei o que vou fazer. Eu não sou mais gorda, porque fiz a [cirurgia] bariátrica, mas ela ainda é um bebê de 8 anos. Regime e exercício já tentei. Ela emagrece um pouco, mas depois engorda, então a infância da minha filha não é uma infância alegre por causa do preconceito (DENISE, 2016 apud JIMENEZ, 2020)

A autora destaca também relatos de mulheres no puerpério, em que mesmo que a gravidez tenha ocorrido tranquilamente e a mãe e o bebê estejam bem, o corpo da mulher ainda é julgado.

Com três dias em casa amamentando e muitas dores ainda [...] em casa, exausta, com nenê chorando, muita dor ainda, minha mãe só falava que eu tinha que me cuidar e emagrecer por causa da minha saúde e do meu marido. Eu entrei naquela onda e não conseguia relaxar com meu corpo, curtir aquele momento, fiquei neurótica. Olhava meu corpo no espelho e pensava que estrago aquela experiência tinha feito em mim e no meu corpo. Hoje, com mais 2 filhos e 12 anos que se passaram essa experiência horrível, penso que tipo de sentimento eu passava pra meu filho quando ia amamentar, pegar ele no colo... uma neurose de tristeza, com repúdio ao próprio corpo. Acho que isso deve acontecer com toda mulher e acho que isso não é bom, não (ROSE, 2017 apud JIMENEZ, 2020)





Segundo Vasconcelos (2004), sentimentos de baixa autoestima são correspondentes à constante insatisfação com a forma corporal, ou seja, a autoestima depende da eficiência de seus métodos para alcançar o corpo desejado. Tudo funciona como se os outros valores pessoais não existissem ou fossem secundários, pois só conseguem se sentir socialmente aceitos se estiverem fisicamente dentro dos padrões desejados pela sociedade (AZEVEDO; ABUCHAIM, 1998 apud VASCONCELOS, 2004).

O uso das redes sociais e as sensações de insatisfação corporal e baixa autoestima estão interligados. A internalização dos padrões culturais de beleza, as comparações de aparência, e receber comentários tanto positivos quanto negativos relacionados à aparência mediaria as relações entre o uso das redes sociais – especialmente o Instagram – e a auto objetificação e a vigilância corporal (FELTMAN; SZYMANSKI, 2017).

De acordo com Alves (2008), partindo de Vasconcelos (2004), se a autopercepção for estigmatizada e oprimida, pode ter efeitos negativos na vida adulta, provocando consequências para sua saúde mental e física, sendo fator de risco para a depressão, ansiedade, abuso de álcool e drogas, transtornos alimentares e sofrimento mental, entre outros, além do envolvimento em atividades físicas intensas e exacerbadas.

Portanto, o desenvolvimento de transtornos alimentares não pode ser justificado apenas por questões médicas e/ou psicológicas, e está diretamente relacionado a fatores socioculturais. O senso de valor e autoestima da mulher está ligado a como ela é percebida pela sociedade, e o peso corporal tem um papel importante em se ela vai ser considerada fisicamente atraente. (HESSE-BIBER, 1996)

Verifica-se então que o uso das redes sociais afeta negativamente a Figura corporal e a autoestima principalmente de mulheres que, ao se depararem com imagens representativas de corpos considerados ideais, são impactadas e realizam comparações, almejando atingir o padrão de beleza estabelecido socialmente. O peso está fortemente relacionado à ideia de beleza na atualidade, sendo assim, estar inserida nesse padrão envolveria principalmente possuir um corpo magro.

Apesar de todas as mulheres sofrerem com a pressão estética de atingir uma aparência “perfeita”, as mulheres gordas são as que mais sofrem. A cultura contemporânea valoriza muito o corpo magro, validada principalmente pelo discurso médico, que transforma a gordura em um símbolo de decadência moral, com sérias consequências para a subjetividade dos que não se adaptam a esse ideal de corpo. Para as mulheres gordas, a norma que os atira ao grupo marginalizado de uma repulsa geral torna-se um peso, na alma, um refluxo sobre si mesmo de um corpo recusado (VASCONCELOS, 2004). Como o grupo que mais sofre com a desumanização





e patologização de seus corpos são mulheres subalternas, a gordofobia – enquanto estrutura social – é, portanto, violência de gênero.

4. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, torna-se evidente que as mídias sociais exercem um papel significativo na perpetuação de padrões estéticos, impactando diretamente na autoimagem e autoestima das mulheres, principalmente de mulheres gordas. Explorou-se as diversas formas pelas quais a gordofobia se manifesta, desde os estereótipos negativos até as expectativas irrealistas impostas pelos padrões estéticos predominantes. No capítulo 2, o conceito de Indústria Cultural (ADORNO, 2009) foi abordado, relacionando-o com a construção de tais padrões, bem como pontuando como o corpo se torna um objeto de consumo.

As redes sociais, enquanto veículo influente na sociedade contemporânea, desempenham um papel crucial na disseminação e reforço desses padrões. A exposição constante a ideais de beleza inatingíveis tem implicações profundas na construção da identidade dessas mulheres, levando muitas vezes a sentimentos de inadequação, vergonha e marginalização. Essa dinâmica contribui para a criação de um ambiente no qual as mulheres, mais do que os homens, enfrentam obstáculos significativos relacionados à pressão estética e gordofobia.

Neste contexto, é imperativo reconhecer a necessidade de uma mudança cultural e social que promova a aceitação da diversidade corporal. Educar e conscientizar sobre a gordofobia é fundamental para desafiar e desconstruir os estereótipos prejudiciais presentes nas redes sociais e na sociedade em geral. A promoção de representatividade positiva e a celebração da diversidade são passos cruciais para a criação de ambientes inclusivos e respeitosos. Além disso, destaca-se a importância do papel dos próprios indivíduos, das instituições e da mídia na promoção de uma narrativa mais inclusiva e empoderadora. É fundamental encorajar a autenticidade e a autoexpressão, proporcionando espaços seguros para que mulheres gordas possam se sentir valorizadas e respeitadas em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. Disponível em: <<https://encr.pw/916eQ>>. Acesso em: 13 set. 2023

ARAÚJO, L. S., COUTINHO, M. da P. de L., ALBERTO, M. de F. P., SANTOS, A. M. D., & PINTO, A. V. de L. (2018). Discriminação baseada no peso: representações sociais de internautas sobre a gordofobia. **Psicologia Em Estudo**, 23.





ARRUDA, Agnes de Sousa; MIKLOS, Jorge. O peso e a mídia: estereótipos da gordofobia. **Libero**, ano XXIII- Jul/Dez, 2020.

BRUNELLI, Priscila B.; AMARAL, Shirlena CS; SILVA, P. A. I. F. Autoestima alimentada por “likes”: uma análise sobre a influência da indústria cultural na busca pela beleza e o protagonismo da Figura nas redes sociais. **Revista Philologus**, v. 25, n. 53, p. 226-236, 2019. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xi_sinefil/completos/autoestima_PRISCILA.pdf> . Acesso em: 13 set. 2023

FELTMAN, Chandra E.; SZYMANSKI, Dawn M.. Instagram Use and Self-Objectification: the roles of internalization, comparison, appearance commentary, and feminism. **Sex Roles**, [S.L.], v. 78, n. 5-6, p. 311-324, 22 jun. 2017. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11199-017-0796-1>.

FRANKLIN, Camila Fortes Monte. TRANSTORNOS MENTAIS NAS REDES SOCIAIS: Da Invisibilidade à Superexposição. **Episteme Transversalis**, [S.l.], v. 10, n. 1, abr. 2019. ISSN 2236-2649. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/1296>>. Acesso em: 21 set. 2023.

HERMANS, Anne-Mette; BOERMAN, Sophie C.; VELDHUIS, Jolanda. Follow, filter, filler? Social media usage and cosmetic procedure intention, acceptance, and normalization among young adults. **Body Image**, [S.L.], v. 43, p. 440-449, dez. 2022. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.bodyim.2022.10.004>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1740144522001784>>. Acesso em: 21 set. 2023.

HESSE-BIBER, Sharlene; LEAVY, Patricia; QUINN, Courtney E.; ZOINO, Julia. The mass marketing of disordered eating and Eating Disorders: the social psychology of women, thinness and culture. **Women'S Studies International Forum**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 208-224, mar. 2006. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.wsif.2006.03.007>.

JIMENEZ, Maria Luisa Jimenez. Gordofobia: injustiça epistemológica sobre corpos gordos. **Epistemologias do Sul**, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 144-161, jan. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Luisa-Jimenez-Jimenez/publication/354180898_Feminismo_Gordo_sexo_desejo_e_prazeres_revolucionarios/links/62b0e47dd49f803365ab9b28/Feminismo-Gordo-sexo-desejo-e-prazeres-revolucionarios.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

LELES, Izabella Chrystina Rodrigues Ferreira. **Internalização, Pressão Estética e Estereótipos nas Mídias Digitais: uma abordagem historiográfica (2008 - 2019)**. 2019. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MARIANO, Barbara. **Da patologização do corpo gordo à cirurgia bariátrica: reflexões a partir do debate sobre gordofobia**. 2019. 24 f. Monografia (Especialização) - Curso de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/203904/Artigo%20TCR%20-%20B%20c3%a1rbara%20Mariano.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. acesso em: 11 ago. 2023





MOREIRA, Marília Diógenes. A Construção Da Figura Corporal Nas Redes Sociais: Padrões De Beleza E Discursos De Influenciadores Digitais. **Percursos Linguísticos**, [S. l.], v. 10, n. 25, p. 144–162, 2020. DOI: 10.47456/pl.v10i25.30680. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/30680>>. Acesso em: 18 set. 2023.

NERY, Joseane de Oliveira. **ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNI7**, 13., 2016, Fortaleza. GORDOFOBIA discursos e estratégias de empoderamento de mulheres gordas ao preconceito. Fortaleza: Uni7, 2017. 21 p. Disponível em: <<https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/368>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

PIÑEYRO, Magdalena. Stop Gordofobia y las panzas subversas Málaga: Zambra y Baladre, 2016.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. **O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados**. 2018. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205904/PSOP0638-D.pdf?sequence=1&isAlloved=y>>. Acesso em: 11 ago. 2023

RIBAS, Raíra Emanuelle Barbosa; CALEIRO, Maurício de Medeiros. Padrões Estéticos e Globalização: a sociedade pós-moderna frente à ditadura da beleza. CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 17., 2012, Ouro Preto. **Anais**. Ouro preto: Intercom, 2012. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/r33-1567-1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2023

SCHULTHEISZ, Thais Sisti de Vincenzo; APRILE, Maria Rita. Autoestima, conceitos correlatos e avaliação. **Revista Equilíbrio Corporal e Saúde**, [s. l.], v. 1, n. 5, p. 36-48, 2013.

SILVA, Ana Flávia Sousa; Freitas LIMA, Taiane; Cremonezi JAPUR, Camila; Gracia ARNAIZ, Mabel; Rodrigues Oliveira PENAFORTE, Fernanda. “A magreza como normal, o normal como gordo”: reflexões sobre corpo e padrões de beleza contemporâneos. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, vol. 6, núm. 4, 2018.

SILVA, A. F. DE S.; JAPUR, C. C.; PENAFORTE, F. R. DE O.. Repercussões das Redes Sociais na Figura Corporal de Seus Usuários: Revisão Integrativa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, p. e36510, 2020.

SILVA, Lara E. Balbo. **A indenização por danos morais nos casos de gordofobia: um estudo do entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Trabalho de conclusão de curso de Direito, Universidade Federal Paulista, Franca, 2022. Disponível em: Silva_LEB_tcc_fran.pdf (unesp.br).

SOARES, Yan Diniz Teles. **Corpos transgressores: a resistência no vestir de mulheres gordas do Instagram** / Yan Diniz Teles Soares. – 2017. 70 f.: il. color. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Curso de Design de Moda, Fortaleza, 2017. Disponível em: Repositório Institucional UFC: Corpos transgressores: o ato político de resistência no vestir das mulheres gordas.





SOUSA, Andressa Alves de. **Padrões Estéticos Hegemônicos, Mídia, Doenças da Beleza e Psicologia Clínica na Sociedade Brasileira Contemporânea**. 2021. 93 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília - Df, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/15842/1/21703961.pdf>> Acesso em: 18 set. 2023.

VASCONCELOS, Naumi A. de; SUDO, Iana; SUDO, Nara. Um peso na alma: o corpo gordo e a mídia. **Rev. Mal-Estar e Subj.**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 65-93, mar. 2004.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.





A NORMATIZAÇÃO DO CORPO FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE: UM “BELO” PROBLEMA

Thaís Pinto Fontinele

Psicóloga e Mestra em Psicologia – UFMA

Professora substituta no DEPSI

thaisfontinele@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O corpo é marcado pelos discursos validados através da rede de poder-saber que vigoram em cada sociedade, como nos ensina DaMatta (1987, p. 76) ao dizer que: “tudo indica que existem tantos corpos quanto há sociedades”. Nesse sentido, o corpo funciona como um marcador de diferenciação social, já que ele é socialmente construído e revela mais o social do que o individual. Portanto, podemos conceber o corpo humano como a expressão simbólica da própria organização da sociedade, que o objetiva e lhe determina normas e padrões aos quais ele deve se submeter. Compreendendo que a sociedade contemporânea ocidental está intrinsecamente relacionada com o consumo, devido ao modo de produção capitalista, temos a concepção do corpo contemporâneo também se estruturando em torno da ideia do individualismo, forte característica identitária desse contexto. Assim, nesse trabalho, pretendo discutir o corpo feminino enquanto um “alvo do poder”, investigando como a cultura contemporânea tem nele investido a fim de modelá-lo e corrigi-lo, em direção à busca de um ideal de beleza normatizado. A normatização do corpo feminino é produzida a partir do investimento de uma rede articulada de discursos e normas, pelos padrões de saúde e beleza, além de critérios estéticos, de produtividade, *status* e visibilidade social. Contemporaneamente a aparência dos corpos praticamente determina a maneira pela qual as vidas podem ser vividas. Sabemos que a beleza real envolve uma gramática variada e extensa; no entanto, a convenção social acerca da atratividade feminina é construída pelo discurso do mercado, que se altera de acordo com o que objetiva a supremacia do patriarcado branco e heteronormativo. O problema da beleza é criado por homens brancos; ou seja, as regras e ideais de aparência são determinados por eles em padrões cada vez mais específicos. Assim como a colonialidade do poder tentou assolarar identidades particulares, forjando papéis sociais marcados por uma noção hierárquica, opondo conquistadores e conquistados, dominantes e dominados, com base em um discurso socialmente produzido e justificado pela criação da ideia de raça; a distribuição social continua acontecendo de modo a fixar lugares para as pessoas a partir dos seus traços corporais. Assim, a cultura do culto ao corpo tem pretendido estetizar a diversidade corporal feminina em torno de uma estética estreita. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é demonstrar que o padrão de beleza implica muito mais do que o controle das aparências, mas visa também o controle dos gestos, comportamentos e atitudes. Nesse sentido, como o ideal de maternidade e domesticidade que se sobrepunham à identidade feminina na modernidade compeliavam às mulheres a um controle social gerador de sofrimento, o ideal de corpo e de beleza da contemporaneidade também é coercitivo e visa controlar a produção de subjetividades. Portanto, o antigo padrão de feminilidade sintetizado na mulher dona de casa e boa esposa foi sobreposto pelo padrão de corpo, indicado pela Figura de uma mulher magra, sempre jovem e bonita. As questões corporais hoje são a expressão de um novo fenômeno social e político, que se orienta pelo signo do consumo e indica uma nova moral. Portanto, o lugar da mulher na sociedade contemporânea continua se mantendo um imperativo tirânico, solapando as singularidades e incidindo na produção de identidades homogeneizadas.

Palavras-chave: Corpo; Contemporaneidade; Normatização; Consumo.





1. INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo de massificação de modelos corporais ideais, as mulheres tornam-se o alvo principal de investimento do poder disciplinar acerca do corpo, visto que são elas as que mais sofrem com as contínuas pressões difundidas por inúmeros discursos para a sua adequação ao padrão hegemônico de beleza. O corpo feminino na contemporaneidade configura-se como um objeto de consumo, para o qual convergem práticas, regulações e normas, que orientam para a construção de uma Figura de “mulher” associada a padrões de aparência minuciosamente definidos socialmente.

Nesse sentido, pretendo discutir nesse trabalho o entendimento do corpo enquanto um entrelaçamento dos sentidos subjetivos e sociais a ele atribuídos. Por isso, entendendo o corpo como um “alvo do poder”, me proponho a investigar como a cultura contemporânea tem nele investido a fim de modelá-lo e corrigi-lo, em direção à busca de um ideal de beleza corporal. Assim, pretendo discutir o corpo feminino como resultado do investimento de uma rede articulada de discursos e normas; e objetivado pelos padrões de saúde e beleza, critérios estéticos, de produtividade, *status* e visibilidade social. Entendendo o panorama que envolve os modos de subjetivação contemporâneos em relação ao corpo, ressalta-se que no contexto contemporâneo vivemos um fenômeno de culto ao corpo, que é caracterizado como um:

Tipo de relação dos indivíduos com seus corpos que tem como preocupação básica o seu modelamento, a fim de aproximá-lo o máximo possível do padrão de beleza estabelecido. De modo geral, o culto ao corpo envolve não só a prática de atividade física, mas também as dietas, as cirurgias plásticas, o uso de produtos cosméticos, enfim, tudo que responda à preocupação de se ter um corpo bonito e/ou saudável. (Castro, 2003, p.15).

Assim, ao propor uma discussão acerca do agenciamento dos corpos femininos na contemporaneidade a partir do avanço dos recursos midiáticos e digitais, enquanto uma rede de saber e poder, faz-se necessário explicitar o entendimento de construção do gênero do qual se está partindo. Nesse artigo, a concepção de gênero que tomo por referência se propõe a problematizar a essencialização a partir de modelos fixos e pré-estabelecidos acerca das noções de masculinidade e feminilidade que se baseiam apenas nos atributos físicos da diferença biológica.

De acordo com Zanello (2018) a questão de um trabalho que se propõe a analisar essa temática não é negar a diferença corporal, mas demonstrar, através da incursão nas teorias de gênero, que determinadas diferenças biológicas foram utilizadas, ao longo da história, para justificar desigualdades sociais, elegendo como foco a afirmação da diferença física entre homens e mulheres para que papéis sociais desiguais gendrados pudessem ser produzidos na sociedade.





Portanto, um entendimento importante acerca da concepção de gênero que auxiliará na compreensão dos efeitos da interpelação da mídia sobre a subjetividade feminina se faz presente nos estudos da filósofa Judith Butler. De acordo com a autora, o gênero não é um construto definido necessariamente em conformidade com o sexo de matriz puramente biológica. Sendo assim, o gênero é construído enquanto uma produção discursiva e como efeito da linguagem (Butler, 2003). Então, não há como se pensar uma mulher essencializada ou universal, pois não existe a categoria “ser” quando se refere à questão de gênero.

2. O PROBLEMA DA BELEZA NA CONTEMPORANEIDADE

Considerando a subjetividade como uma produção histórica, de natureza coletiva, mas como um percurso de atribuição de sentidos e significações individuais, passo agora a analisar as subjetividades contemporâneas a partir do regime social em que elas são arquitetadas. Assim, penso a estética da existência na contemporaneidade de maneira espetacularizada, pautada por um modo de vida em que as aparências representam um grande aporte da identidade, onde a individualidade é valorizada, mas o olhar o do outro é o que reitera a lógica hedonista do prazer em “ser visto”, considerando que o narcisismo também representa uma característica fundamental das identidades promovidas pelo modo de produção capitalista contemporâneo.

É notório que na contemporaneidade a mídia assumiu uma função central no processo de produção e veiculação de repertórios, considerando, principalmente, o largo alcance de público que se pode interpelar através de suas produções. Assim, podemos dizer que a mídia atua como um poderoso veículo de influência sobre a subjetividade contemporânea, porque tem o poder de criar hábitos, verdades e padrões de comportamento e de beleza. Como exemplo, podemos citar a influência que os anúncios comerciais exercem sobre o consumo de produtos, que é massivo sobre os indivíduos contemporâneos.

Em relação ao paralelo que se pode estabelecer entre o desenvolvimento exponencial dos meios de comunicação de massa e a cultura de consumo da sociedade contemporânea, considero relevante ressaltar que a significação desses meios não corresponde apenas a uma expressão desse tipo de arranjo social, enquanto uma consequência ou subproduto dela; mas, além disso, eles representam a própria condição do desenvolvimento da sociedade de consumo (Rodrigues, 2006). Nesse sentido, podemos pensar que os meios de comunicação representam um pilar de sustentação para a manutenção da ordenação capitalista, pautada pela lógica do consumo, pois, como afirma Rodrigues (2006, p. 33): “eliminem-se os meios de comunicação de massa e a sociedade industrial desabará”.





A mídia e a publicidade são responsáveis pela promoção da ideia de que o corpo pode ser manipulado, modificado e remodelado através da posse de determinados produtos e serviços. A partir do século XX, o impacto da mídia impressa, principalmente das revistas, passou a ser massivo na sociedade, principalmente porque há um fenômeno de alienação intrínseco ao diálogo da mídia com os seus interlocutores, visto que não existe um equilíbrio nesse jogo de forças: a mídia tem mais poder. Pode-se pensar em um diálogo quase unilateral, pois existe uma dependência da mídia em relação ao sujeito já que se ela não o sensibilizar ou influenciar, torna-se ineficaz. A interpelação da mídia também se concretiza devido à sua ubiquidade, por estar presente em toda parte, a relação dos indivíduos com a recepção das informações por ela fornecidas tende a um processo de naturalização, pois passam a ser aceitas sem críticas ou questionamentos.

O mercado produz e torna onipresente uma estética corporal limitante e prejudicial, geradora de sofrimento e frustração, pois encerra uma noção de beleza repressora. A proliferação de alternativas comerciais para a manipulação do corpo e da aparência implicam na frustração que surge em consequência direta dessa oferta. O fenômeno de investir no próprio corpo suscita o sofrimento, em decorrência da busca por um ideal que é inatingível, fazendo com que o corpo passe da posição de objeto de investimento à fonte de mal-estar contemporâneo (Fernandes, 2003).

Essa frustração acontece porque na lógica da sociedade de consumo a regra é que primeiro os objetos apareçam para só depois encontrarem suas funções e aplicações (Bauman, 2008). Sendo assim, pensamos que o padrão de beleza está sempre em transformação, pois a engrenagem capitalista só pode se manter funcionando enquanto garantir o status de insatisfação do desejo do consumidor, para que sucessivas tentativas de satisfação possam ser renovadas e apresentadas ao público, fazendo assim a roleta do capital girar. Pensando a partir daqui, entendemos que o agenciamento da insatisfação corporal na contemporaneidade se trata de um ótimo negócio para o capitalismo, com um imenso aparato mercadológico sendo acionado. Mais do que um corpo magro, hoje o padrão de corpo ideal se assenta em uma lógica de magreza e definição, praticamente impossível de ser alcançado sem que se recorra a um procedimento estético cirúrgico ou não-cirúrgico.

3. A CONDIÇÃO FEMININA NA CONTEMPORANEIDADE: “UM BELO PROBLEMA”

A reconfiguração dos entendimentos acerca do gênero desde uma concepção que leva em consideração as diferenças anatomofisiológicas foi engendrada a partir da emergência da família burguesa no entorno social, marcada por necessidades políticas. Assim, de acordo com





Del Priore (2006) a redefinição do papel feminino na sociedade foi articulada a fim de endossar a moral vigente na época, que direcionava a responsabilidade da mulher ao espaço e aos afazeres domésticos. Para garantir a circulação dessa “verdade”, diferentes redes de poder e saber foram articuladas, envolvendo os saberes médicos, educativos e os da imprensa.

Assim, pensando com Scott (2005), no contexto do século XVIII, apesar de o ideal de igualdade ter sido anunciado como um princípio geral da sociedade burguesa, enquanto uma promessa apregoada pela Revolução Francesa de que todos os indivíduos seriam considerados iguais perante os propósitos de participação política, a cidadania não foi conferida a todos. A autora assevera que foram considerados cidadãos possuidores de direitos políticos apenas os indivíduos que detinham certa quantia de propriedade, sendo por essa razão negada aos pobres. Aos escravos, a cidadania foi negada até 1974, apoiada por um discurso que os considerava propriedade de outros indivíduos e, portanto, entendia-se que estes não podiam ser considerados sujeitos livres, aptos a participar das decisões políticas. De modo semelhante, o direito à participação na vida política também não foi concedido às mulheres, sob a justificativa de que os afazeres domésticos e a responsabilidade do cuidado com a família as impediam de ocupar os espaços públicos.

Até o final do século XVIII as diferenças de classe social, cor e gênero foram as principais fontes de exclusão e segregação social, afastando tais grupos das decisões políticas, impedindo que gozassem de direitos e, conseqüentemente, exercessem a sua cidadania. Portanto, entendemos que a concepção de indivíduo que vigorava nesse contexto social era uma abstração, visto que apesar de ser apregoado um ideal de sujeito universal, com vistas a atender certos interesses políticos só foram considerados cidadãos os indivíduos que possuíam um conjunto específico e fixo de características (homens, brancos e financeiramente abastados), o que por consequência gerou a exclusão de todos aqueles que não se adequavam ao padrão (Scott, 2005). O processo de diferenciação social é marcado por um embate que atribui a certos grupos características inerentes a ele e que são utilizadas, com fins políticos, para justificar processos de sujeição. Dessa forma, tem-se:

A maternidade foi frequentemente oferecida como a explicação para a exclusão das mulheres da política, a raça como a razão da escravização e/ou sujeição dos negros, quando de fato a relação de causalidade se dá ao inverso: processos de diferenciação social produzem exclusões e escravizações que são então justificadas em termos de biologia ou de raça (Scott, 2005, pp. 18 e 19).

Ainda pensando acerca dos processos de igualdade e diferenciação de grupos sociais, considero mister ressaltar que compreendo a identidade como relacional, só podendo existir diante da diferença; ou seja, uma identidade se distingue não por aquilo que ela representa, mas





sim por aquilo que ela não é. Assim, as identidades possuem um caráter tanto simbólico quanto social (Woodward, 2000).

A diferenciação dos grupos sociais acontece através de um processo de normalização de determinadas identidades em detrimento a outras. Dessa forma, normalizar significa eleger uma identidade específica, atribuindo a ela todas as características positivas possíveis para alavancá-la como o parâmetro geral ao qual todas as outras identidades passarão a ser avaliadas e hierarquizadas. Nesse sentido, a eleição de certas identidades como o modelo geral de ordenamento da sociedade implica em um processo de fixação de diferenças, pois só se pode definir o que é considerado “normal” quando se definiu, arbitrariamente, o que é o “anormal”.

Assim, considerando que as identidades normalizadas se centram, na maioria das vezes, na supremacia do ideal de homem heterossexual branco, os outros processos identitários são concebidos como não naturais, sendo atravessados e marcados por aspectos de diferenciação a partir do padrão hegemônico. Nesse caso, faz-se necessário discutir sobre os processos de formação das identidades de gênero, considerando a discussão sobre as normas e os padrões que reiteram a lógica da “feminilidade” na sociedade contemporânea ocidental.

De acordo com Lauretis (1994), o gênero é uma representação e uma produção que se dá como efeito das mais variadas tecnologias, discursos e práticas discursivas que interpelam os sujeitos. Segundo a autora, o gênero é o processamento de sua representação aliado à autorrepresentação subjetiva. Sobre a questão da diferença e das tecnologias de gênero, consideramos importante salientar, por exemplo, a maneira como os papéis de “feminino” e “masculino” são apresentados na mídia, uma das práticas reguladoras do gênero na contemporaneidade. De acordo com Beleli (2005), as imagens utilizadas pela publicidade têm no corpo das mulheres um alvo de investimento, a fim de designar um patrimônio e um capital cultural que se sobrepõem aos atributos como constitutivos da masculinidade, como inteligência e competência. Ainda de acordo com a autora:

Mesmo os recentes incentivos aos homens a cuidarem da melhor definição de seus músculos e corpos, e os recorrentes chamados à sensibilidade, a forte identificação de homem com o trabalho, suas conquistas econômicas, sociais e sexuais, escancaradamente exploradas pelas diversas mídias no passado, ainda surtem efeitos – o antigo provedor é um forte apelo da propaganda. Ainda que as imagens de homens estejam também pautadas por um padrão de beleza, não é na beleza que se ancora a masculinidade (Beleli, 2005, p.60).

Nesse sentido, compreende-se que a mídia remete a uma série de normatizações acerca de atributos que definem tipos específicos de feminilidade, os quais se centram principalmente no corpo, que é tomado como um capital cultural; enquanto as noções que abarcam a masculinidade se fundamentam na ideia da posse de bens, orientando-se assim as formas pelas quais as relações





entre homens e mulheres se organizam socialmente. Ainda coadunando essa ideia, Zanello propõe que as pessoas analisem as chamadas de capas das revistas, observando que:

Em geral, homens são destacados como economistas, pensadores, políticos, etc. Já mulheres ganham destaque por emagrecerem (“emagreci 2 kilos em uma semana!”), por realizarem cirurgias plásticas (“Fulana colocou tantos litros de silicone!”), por encontrarem algum “grande amor”. As revistas a elas direcionadas são bons exemplos de tecnologias de gênero com forte pedagogia e colonização afetiva.

O corpo contemporâneo, compreendido a partir da lógica do espetáculo, passa a ser concebido como um capital de consumo, passível de investimentos que se apresentam na forma de atitudes e esforços, com o intuito de modificá-lo. Nesse sentido, a partir de uma concepção que entende o corpo como mercadoria torna-se necessário nele investir para que se conquiste condições de valorização e de competitividade.

Portanto, assim como o ideal de maternidade e domesticidade que se sobrepunham à identidade feminina na Modernidade compeliavam às mulheres a um controle social gerador de sofrimento, o ideal de corpo e de beleza da contemporaneidade também é coercitivo e visa controlar a produção das suas subjetividades. Nessa acepção, pode-se pensar que o antigo padrão de feminilidade sintetizado na mulher dona de casa e boa esposa foi sobreposto pelo padrão de corpo, indicado pela Figura de uma mulher magra, sempre jovem e bonita.

As questões corporais hoje são a expressão de um novo fenômeno social e político, que se orienta pelo signo do consumo e indica uma nova moral. Dessa forma, o lugar da mulher na sociedade continua se mantendo um imperativo tirânico, solapsando as singularidades e incidindo na produção de identidades homogeneizadas, e não sem sofrimento. De acordo com Wolf (2019), em sua obra clássica *O Mito da Beleza* (1991), o ideal estético apregoado às mulheres é muito mais perigoso do que outros padrões hegemônicos de feminilidade de outros tempos, asseverando que a concepção de corpo ideal afeta o emocional e distancia as mulheres das conquistas até então alcançadas pela luta do movimento feminista, que possibilitaram, em certa medida, o afastamento das mulheres de uma definição alicerçada em uma mística de domesticidade. Contudo, o mito da beleza se apropriou e redefiniu o imperativo social que paira sobre a representação da mulher na sociedade, capturando e reordenando a produção de subjetividades.

4. O IMPERATIVO DA BELEZA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA NOVA “MORAL”

Toda essa engrenagem do mercado contemporâneo funciona porque o projeto de embelezamento do próprio corpo atualmente acontece sob a seguinte dinâmica: “de dever social (se





conseguir, melhor), a beleza tornou-se um dever moral (se realmente quiser eu consigo). O fracasso não se deve mais a uma impossibilidade mais ampla, mas a uma incapacidade individual” (Novaes, 2006, p. 29). Destarte, a conformidade ao padrão estético de corpo, minuciosamente estabelecido na contemporaneidade, indica o signo de uma “moral estética”, em que há uma maior liberdade física e sexual do que em outros períodos históricos remotos. Essa “liberdade” configura um momento de “redescoberta” do corpo, visto que ele passa a estar muito mais em evidência e em exposição, e, muitas vezes, desnudado, onipresente na mídia, na publicidade e primordialmente nas redes sociais.

No entanto, o argumento que incide sobre a ideia de “libertação” do corpo das antigas amarras sociais não significa dizer que atualmente a relação da mulher com a sua corporalidade acontece de maneira livre e espontânea. O que consideramos relevante demarcar é que a topografia do controle social mudou e, atualmente, está alicerçada em um sistema econômico capitalista. Sendo assim, elucubramos: “se é bem verdade que o corpo se emancipou de muitas de suas antigas prisões sexuais, procriadoras ou indumentárias, atualmente encontra-se submetido a coerções estéticas mais imperativas e geradoras de ansiedade do que antigamente” (Goldenberg, 2002, p. 9).

Por consequência da moral da “boa forma”, os corpos, que são submetidos a um regime de alta exposição, requerem um autocontrole em relação à aparência física. Ainda de acordo com Goldenberg (2002, p. 25): “[...] o decoro, que antes parecia se limitar à não exposição do corpo nu, se concentra, agora, na observância das regras de sua exposição”, pois na sociedade de consumo, que valoriza o espetáculo e a aparência, há um binarismo que opõe a magreza e a gordura. A magreza representa o ideal a que todas as mulheres deveriam aspirar e se submeter, e a segunda, considerada uma abjeção, corresponde a uma condição a ser evitada, negada e julgada. Assim, a ideia de corpo objeto da contemporaneidade opera como uma marca de distinção social, em que se opõe o corpo “ideal” ao corpo gordo e marca, na própria carne a diferença e a distância entre a “maioria” e a “minoridade”, motivando o desejo por distinção social, como uma busca por atender a uma “necessidade”, socialmente projetada e ilusória, de se alcançar o *status quo* da classe dominante.

Na contemporaneidade, o corpo é submetido a diversos dispositivos de controle que ordenam visibilidades e dizibilidades, e acabam por moldá-lo no cerne de uma gestão biopolítica, reforçada por campanhas publicitárias, discursos médicos e de bem-estar, que incidem sobre a vida da população reordenando subjetividades e processos identitários.





Portanto, o corpo é atravessado por práticas discursivas e não discursivas traçadas por enunciados e imagens, que o circundam e para o qual convergem saberes, poderes, agenciamentos, controle e policiamento. Os saberes e poderes marcam o corpo das mulheres de forma a determinar padrões de “certo” e “errado”, construídos através de normas que anunciam signos para os quais se dirigem conhecimentos que abarcam conceitos tanto de saúde/doença como também estéticos.

São inúmeras as práticas e os procedimentos que são adotados com vistas à regularização da Figura corporal na contemporaneidade. Nesse contexto de normalização do padrão corporal, até mesmo as diferenças que poderiam ser compreendidas como obstáculos ao funcionamento da rede de poder-saber acabam se tornando úteis para uma definição precisa das regularidades e dos possíveis desvios.

Corroborando essa ideia, Freire Costa (2005), defende que o corpo, que em outro momento consistia em um veículo de manifestação social de sentimentos, tornou-se atualmente o próprio fim da busca individual, pois contemporaneamente o que se busca é o prazer físico e a boa aparência, mesmo que para alcançá-los seja necessário sujeitar-se a diversas coerções estéticas que invocam nos indivíduos o desejo de estar em conformidade com o padrão estabelecido, confrontando, assim, o ideal de individualização e singularização dos sujeitos sociais.

No entanto, na contemporaneidade a disciplina do corpo feminino visa mais à ilusão de saúde do que à própria saúde, visto que a aparência torna-se o cerne da busca por uma prática do controle do corpo, como assinala Ortega (2008). Assim, pode-se afirmar que o apelo pelo autodisciplinamento contemporâneo visa exclusivamente o controle do corpo com fins estéticos, visto que este toma à frente no lugar da moral, como o fundamento primordial para o alcance da identidade pessoal nesse contexto.

A partir dessa concepção, o conceito de saúde contemporâneo pode ser associado às noções de autocontrole, disciplina e força de vontade comumente veiculadas pelos meios de comunicação, ou seja, em resumo, podemos considerar que os discursos contemporâneos convergem para o entendimento da saúde enquanto uma meta pessoal, a ser alcançada através de ações dirigistas e intencionais que visam ao enquadramento do corpo dentro de uma lógica guiada por prescrições estabelecidas de maneira instrumental e moralizante.

5. CONCLUSÃO

Na cena contemporânea, devido à influência da mídia há um esforço em se trabalhar o próprio corpo, em consonância com o discurso da propagação da saúde e de modo a se distanciar





ao máximo da “imperfeição”. Assim, o cuidado consigo mesmo, caracterizado por uma dupla sujeição – ao ideal de saúde e de beleza – perpassa pela realização de atividades de consumo, que vão desde as atividades físicas, à regulação da alimentação, ao uso de medicamentos, à aquisição de cosméticos em geral ou de serviços como cirurgias plásticas e procedimentos dermatológicos. O corpo passa a ser concebido como um objeto a ser cultuado, e, portanto, desenvolve-se uma obsessão para a obtenção de recursos que potencializem ou devolvam a juventude, a “feminilidade” e a beleza, características constantemente apregoadas como o passaporte para a felicidade na cena contemporânea.

O fenômeno de se investir no próprio corpo advém do fato contemporâneo que o transformou em um dos mais “belos objetos de consumo”, sendo o corpo enquadrado assim na lógica fetichista da mercadoria como qualquer outro objeto disposto no mercado.

Os conceitos de “beleza” e “saúde” constituem-se em torno das normas fundamentadas em um padrão específico, e entende-se que atualmente a norma principal de controle do corpo é de ordem estética, pois como afirmam Vilhena, Medeiros & Moraes (2006, p. 112): “O binômio saúde-beleza, no qual o segundo termo é o determinante, uma vez que a saúde também possui um padrão estético estabelecido, nos é apresentado como o caminho legítimo e seguro para a felicidade individual”. Nesse sentido, compreende-se que na contemporaneidade o ideal de saúde que se apresenta não significa apenas estar longe da doença, mas sim ter uma aparência que reflete energia, vitalidade e potência física.

O corpo feminino contemporâneo encontra-se submetido a coerções estéticas muito imperativas e geradoras de sofrimento, pois o mesmo discurso que permite aos indivíduos conceberem o seu corpo como um locus de aperfeiçoamento, construção e reconstrução é o mesmo que os torna reféns dele.

Ao eliminar as singularidades pessoais a favor da padronização estética, a mídia favorece que muitas pessoas se coloquem a serviço de uma busca pela melhor aparência, a fim de se apresentar melhor à sociedade. O processo de “homogeneização” da aparência encontra suas raízes na lógica do consumo que move a sociedade atual. Ao se eliminarem as singularidades e as diferenças permite ao mercado fazer com que todas as consumidoras desejem o mesmo, um desejo que é uniforme.

A normalização do corpo engendrada pela mídia não ocorre apenas pela imposição de modelos ideais de beleza, mas sim pela afirmação contínua de que se pode ter o corpo desejável e perfeito, bastando somente que se queira tê-lo. Tal enunciado tem como consequência principal a atribuição da responsabilidade da aparência às próprias mulheres. Assim, os corpos das mulheres,





nesse contexto, são incitados constantemente a consumirem, ao mesmo tempo em que são consumidos pelo mercado, pois, ao serem estandardizados, eles ensinam a norma e servem de modelo e de incentivo para outros corpos femininos, pelo intermédio dos discursos médicos, científicos, midiáticos e, principalmente, publicitários que, associados, criam e vendem a ideia da representação da feminilidade em torno da magreza.

Por fim, elucido que na sociedade de consumo contemporânea o corpo ideal contemporâneo é aquele que tende a se aproximar dos modelos e das normas de conduta expostos pela indústria cultural e pela mídia em geral, pois eles ratificam não só o consumo, mas também, os modos de sociabilidade que dos corpos advêm.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BELELI, I. **Marcas da diferença na propaganda brasileira**. Campinas/SP, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CASTRO, A. L. **Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo**. São Paulo: Annablume, 2003.

DaMATTa, R. **Sobre o simbolismo da comida no Brasil**. Correio da Unesco, v. 15, n. 7, p. 21- 23, 1987.

DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, M. H. **Corpo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003 (Coleção Clínica Psicanalítica).

FREIRE-COSTA, J.A. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOLDENBERG, M. **Nu & Vestido**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LAURETIS, T. A Tecnologia de Gênero. In: Holanda, H. B. (org.). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro. Ed. Rocco, 1994.

NOVAES J. V. **O intolerável peso da feiúra: Sobre as mulheres e seus corpos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.





ORTEGA, F. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

RODRIGUES, J. C. **Comunicação e significado: escritos interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 216, p. 11-30, 2005.

VILHENA, J., MEDEIROS, S. & NOVAES, J.V. A violência da imagem. Estética, feminino e a contemporaneidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Vol. 5, n 1, Fortaleza, UNIFOR p. 111-146, 2006.

WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** Curitiba: Appris, 2018.





A VIVÊNCIA ACADÊMICA DE MULHERES DO CURSO DE PSICOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Ana Quêzia Araújo Gomes
Graduanda em Psicologia – UFMA
ana.quezia@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Glenda Aline Monteiro Santos
Graduanda em Psicologia – UFMA
glenda.monteiro@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Mariana Saldanha Frias
Graduanda em Psicologia – UFMA
ariana.frias@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Cláudia Aline Soares Monteiro
Doutorado – UnB
cas.monteiro@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O gênero pode ser considerado um construtor sociocultural que normaliza comportamentos esperados por parte de homens e mulheres, assim o ingresso das mulheres nas universidades mostra-se historicamente marcado por um processo excludente e desigual, ocorrendo de forma lenta e tardia. Este estudo apresenta os resultados de uma práxis comunitária que investigou a vivência acadêmica de mulheres do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com o objetivo de compreender como as questões de gênero impactam suas vivências acadêmicas. Utilizando a arteterapia como ferramenta de expressão subjetiva, o trabalho explorou temas como a inserção feminina no ensino superior e os desafios enfrentados por essas estudantes, guiando-se através de uma abordagem qualitativa. A metodologia envolveu a participação de seis alunas, selecionadas por amostragem não probabilística por bola de neve, e a práxis foi dividida em três momentos: ambientação, produção artística e discussão coletiva. Durante o processo, as participantes fizeram desenhos e poemas que representavam momentos significativos de suas trajetórias no curso. Os relatos revelaram importantes temas como a construção de redes de apoio entre as mulheres, evidenciando o conceito de sororidade, entendido como a solidariedade e o suporte mútuo entre as participantes, que fortalecem seus vínculos e as ajudam a enfrentar os desafios acadêmicos e pessoais. Além disso, emergiu o conceito de “dororidade”, que advém do feminismo negro e refere-se à experiência compartilhada das dores das mulheres negras, revelando as camadas adicionais de opressão e desafios enfrentados por essas estudantes. As conclusões mostram que, apesar das dificuldades, as mulheres constroem relações de suporte mútuo que permitem a superação de barreiras, destacando a importância de espaços acadêmicos mais inclusivos e seguros. A práxis também evidenciou o valor da arteterapia como um recurso poderoso para a expressão e ressignificação das vivências individuais e coletivas.

Palavras-chave: sororidade, gênero, arteterapia, psicologia.





1. INTRODUÇÃO

O tema da práxis realizada foi sobre vivência acadêmica de mulheres no curso de Psicologia da UFMA. Mais precisamente, buscou-se entender como questões de gênero influenciam as experiências educacionais das estudantes, explorando as disparidades percebidas entre gêneros e suas implicações para a saúde mental. A escolha deste tema se justifica pela relevância de compreender as vivências específicas das mulheres no ensino superior, particularmente no campo da Psicologia, onde questões de gênero e poder são frequentemente discutidas. No contexto acadêmico da UFMA, as mulheres enfrentam desafios únicos que podem afetar seu desempenho acadêmico e bem-estar psicológico, estando entre eles, principalmente, a insegurança e violência. A problematização deste estudo reside na necessidade de investigar como as dinâmicas de gênero impactam a vivência acadêmica das mulheres, identificando barreiras e facilitadores que podem influenciar seu desenvolvimento pessoal e profissional na área da Psicologia. Compreender essas dinâmicas é crucial para promover um ambiente universitário mais equitativo e inclusivo, onde todas as estudantes possam prosperar e contribuir plenamente para a comunidade acadêmica e profissional.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Inserção de mulheres no Ensino Superior

O ingresso das mulheres nas universidades é historicamente marcado por um processo excludente e desigual para estas no que diz respeito ao acesso e oportunidades ao ensino, ocorrendo de forma lenta e tardia. Com a colonização no Brasil os europeus importaram a tradição que pregava a inferioridade da mulher, dessa forma, a sua alfabetização não era necessária (Ribeiro, 2000, p. 79-94). Nesse período, a educação feminina era apenas voltada a orientações e cuidados do lar, com os trabalhos domésticos e cuidados com a família. Em 1822, com a independência do Brasil, o ensino primário é ofertado pelo Estado e estendido para as meninas, porém com pouca representatividade.

O Ensino Superior que veio a se instituir no Período Imperial destinava-se para a preparação das elites e burocratas que iriam trabalhar no aparelho do Estado, logo, o acesso às mulheres nessas instituições não era permitido. Discussões a respeito da admissão das mulheres nas faculdades de Medicina surgem nos anos de 1870. Através da Reforma Leôncio de Carvalho e o Decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879, houve uma reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e o Superior em todo o Império quanto ao ingresso de alunos e à abertura de instituições. Assim, a educação superior estava aberta e permitida para as mulheres. Entretanto, tinha seus limites e restrições, como por exemplo, deveriam ficar em lugares e aulas separadas, e quanto às mulheres negras e





indígenas os obstáculos eram ainda maiores. Compreendendo um grupo menor nas faculdades, frequentemente era alvo da hostilidade masculina.

No século XX é possível observar uma expansão do ensino brasileiro diante do avanço capitalista, aumentando a presença feminina nos ensinos secundário e superior, porém persistindo a sua posição inferior frente às oportunidades. Em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública e as universidades brasileiras são criadas, aumentando as oportunidades de inserção feminina no sistema educacional, mas ainda voltado para a elite. Na década de 1940 o país estava passando por um momento de industrialização, urbanização e expansão da economia, demandando assim pela ampliação de mão de obra, o que acarretou no incremento das mulheres no mercado de trabalho. Logo, havia a necessidade de preparo profissional para ocupar os cargos demandados.

Contudo, isso não significou uma ruptura com a visão conservadora sobre a mulher na sociedade. Outro aspecto a ser levado em conta, foi o ressurgimento do movimento feminista contemporâneo na década de 1970, que adentra a universidade buscando afluência o debate teórico sobre a questão da mulher e contribuindo para a emancipação feminina, mostrando-se como um importante marco na luta feminina. Ademais, na década de 1990 ocorreram as reformas educacionais no Brasil voltadas para reduzir as desigualdades no nível educacional e ampliar o acesso à educação. Entretanto, somente com a criação da Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) em 2000, é que são incluídas as questões de gênero no debate de política educacional a nível federal, reconhecendo e acolhendo as mulheres.

Segundo o mais recente Censo da Educação Superior (2021) as mulheres são a predominância entre os estudantes matriculados no ensino superior, em que dos quase nove milhões matriculados, 58,1% são mulheres. Tais dados representam o resultado das diversas lutas históricas que mulheres enfrentam durante sua trajetória em busca do direito ao conhecimento e por relações mais igualitárias.

2.2 Estereótipos e dominação de gênero

A feminilidade e a masculinidade são ideias construídas culturalmente, variando de noção a partir da localidade e do contexto histórico que está sendo analisado. Nesse sentido, conforme afirma Casemiro (2010, p. 38), “o gênero pode ser considerado um construtor sociocultural que normaliza os comportamentos esperados por parte de homens e mulheres”. Dessa forma, para reconhecer as formas pelas quais o conceito de gênero influencia nas atuais conjunturas sociais, é necessário compreender que a maneira de ser homem e mulher é fruto do contexto cultural e não decorrente somente da anatomia dos corpos. Assim, essas construções irão ditar o modo como cada um deve agir e se comportar diante da sociedade, criando os chamados estereótipos de gênero.





A origem etimológica do termo estereótipo vem das palavras gregas *stereo* (rígido) e *tipo* (traço), referindo-se a “tornar fixo, invariável” (MENESES; RESENDE; GONÇALVES, 2022, p. 177-200), ou seja, diz respeito a um conjunto de crenças e valores, individuais e coletivos, que normatizam certos atributos que membros sociais devem cumprir. Nesse sentido, é possível refletir os papéis atribuídos às mulheres como sujeitos que sofrem coerções de uma formação ideológica, sendo colocadas na posição de passividade e subserviência à figura masculina. Tais noções perpassam por todos os espaços sociais e culturais, incluindo o meio acadêmico.

À vista disso, de acordo com uma pesquisa realizada por Oliveira et al. (2016, p. 22-41), o meio acadêmico reproduz três atributos referentes à figura feminina: organização, emotividade e cuidado ao próximo, sendo acompanhadas de elegância e sentimentalismo. Assim, observa-se que o espaço acadêmico tem sido um reprodutor de noções desiguais de gênero, uma vez que esses estereótipos reforçam a noção de que as mulheres não são capazes de exercerem funções práticas e realizar determinadas funções.

Nesse contexto, é válido ressaltar que em 2023, mulheres eram apenas um terço de pós-graduandos em cursos de exatas e ciências tecnológicas (HAJE, 2023), para além disso o número de mulheres concluintes desses cursos teve uma queda de 2,5% entre os anos de 2012 a 2022 (INEP, 2023, p. 26-28). Tais dados evidenciam a noção de que o sexo feminino, possuindo as características anteriormente citadas por Oliveira et al. (2016, p. 22-41), ainda é considerado inadequado para o desenvolvimento de determinadas atividades, optando pela escolha de outras áreas e reproduzindo desigualdades. Destarte, tais estereótipos que definem papéis desiguais para homens e mulheres induzem a formação de atitudes preconceituosas, discriminatórias e sexistas, indicando diferença de valores na sociedade e podendo desencadear inúmeros tipos de violências às mulheres (MESQUITA FILHO et al., 2011, p. 554-567).

Diante das reflexões apresentadas, é possível concluir que a feminilidade e a masculinidade são construções sociais que moldam e limitam os comportamentos individuais e coletivos, baseadas em estereótipos de gênero enraizados na cultura. Esses estereótipos não apenas reforçam papéis desiguais entre homens e mulheres, como também permeiam diversas esferas sociais, incluindo o ambiente acadêmico. Portanto, é fundamental que se promovam mudanças estruturais e culturais que desafiem esses estereótipos e garantam igualdade de oportunidades e reconhecimento às mulheres em todas as esferas da sociedade, para que seja possível avançar em direção a uma sociedade livre de violências baseadas no gênero.





2.3 Mulheres no curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão

A presença feminina no campo da psicologia é notoriamente significativa, uma vez que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconhece que a profissão é majoritariamente composta por mulheres. Esse cenário se reflete também no curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em que dos 442 alunos ativos, aproximadamente 75% são identificadas como pertencentes ao sexo feminino (Curso de Psicologia, 2024), evidenciando que as mulheres constituem a maioria tanto entre as discentes quanto entre as docentes. Entretanto, a predominância numérica dessas mulheres não garante, por si só, que elas estejam plenamente seguras e que sejam respeitadas no ambiente universitário.

A UFMA, bem como outras instituições de ensino superior brasileiras, enfrenta desafios relacionados à segurança e ao bem-estar das mulheres, visto que existem trechos na universidade que costumam ser desertos e propícios para que ocorra algum tipo de violência contra as mulheres. À vista disso, é válido ressaltar que em 2017

Uma estudante da UFMA foi abordada por um adolescente dentro de um ônibus, que circulava nas dependências da universidade. O jovem, que estava armado, obrigou a estudante a descer do coletivo, e a levou para uma área de matagal, próximo ao prédio Paulo Freire, onde praticou o abuso (MORAES, 2017).

De modo a evidenciar a insegurança e vulnerabilidade de gênero no âmbito acadêmico, o caso de violação sexual foi o segundo a ser noticiado em um intervalo de poucos dias, gerando revolta entre estudantes e professores, que precisaram protestar e reivindicar melhorias dentro do campus. Assim, no que tange à psicologia, embora seja uma área onde a representatividade feminina é alta, questões como assédio sexual, discriminação de gênero e desigualdade salarial ainda são problemas que afetam a vida acadêmica e profissional das estudantes e professoras.

O assédio e a discriminação de gênero contra as mulheres estão muito presentes no ambiente universitário. Diversas estudantes e professoras relatam situações onde ocorreram comportamentos inapropriados, sendo eles desde comentários sexistas até abuso de poder. Segundo o Imirante.com (2022), um professor do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão foi demitido do quadro de professores, após um processo administrativo por denúncias de cometer violência física e abuso sexual contra algumas alunas que eram suas monitoras.

Nesse sentido, de acordo com o relato de uma das vítimas, o professor a desafiou a mostrar os seios, além de falar sobre mulheres empoderadas e donas de si para incentivar que o ato fosse concretizado, além disso, outra aluna relata que o ex docente a acusava de insinuar-se a ele ao supostamente passar as mãos nos seios durante a aula (JMTV 1ª edição, 2022).





Ocorrências como essas criam um ambiente hostil e limitam o desenvolvimento acadêmico e pessoal das mulheres que são universitárias.

Em vista disso, observa-se que a ausência de políticas institucionais que sejam eficazes para apoiar as mulheres em situações de vulnerabilidade também é um problema. Por isso, faz-se necessário a criação de programas de suporte psicológico, campanhas de conscientização e a implementação de protocolos de resposta a casos de assédio dentro da academia, como uma maneira de tentar garantir um ambiente mais seguro, e até mesmo confortável para que as mulheres consigam ao menos denunciar os casos de assédio sofridos em sala de aula ou em qualquer outro ambiente que envolva a universidade.

3. PRÁXIS COMUNITÁRIA

3.1 Comunidade e participantes

A comunidade presente na práxis comunitária foi a de mulheres do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que compreende a maioria dos discentes, bem como dos docentes do curso, refletindo em uma diversidade quanto aos aspectos históricos, culturais e econômicos e suas diferentes vivências no mundo acadêmico. Foram selecionadas 6 mulheres para participarem da prática, não sendo incluídas aquelas que ainda estavam cursando o primeiro período da graduação de Psicologia na Universidade Federal do Maranhão e candidatas com idade inferior a 18 anos. A amostragem estabelecida foi do tipo não probabilística por bola de neve.

3.2 Recursos técnico-instrumentais

Para a práxis comunitária com as mulheres do curso de psicologia utilizou-se como base a arteterapia, definida por Carvalho (1995, p. 23-26) como área de atuação na qual há utilização de recursos artísticos com caráter terapêutico. A arteterapia é uma forma de ampliar as possibilidades de se expressar, pois, em contraponto às abordagens tradicionais, esta não baseia-se necessariamente na linguagem verbal, tendo como vantagens poder expressar-se emocionalmente de maneira mais direta, além de viabilizar o contato e a ressignificação do indivíduo com suas questões por meio da criatividade. Dessa forma, pode ser aplicada a fim de avaliar, prevenir, tratar e reabilitar no concernente às questões de saúde (REIS, 2014, p. 143-157).

A arteterapia, enquanto recurso de expressão subjetiva com viés criativo, mostra-se de grande potencial e importância para a prática psicoterapêutica, tanto individualmente quanto em grupos. Nos grupos é capaz de propiciar conscientização e conexão coletiva, revelando





outras dimensões e facetas de emoções que, em outras circunstâncias, poderiam não encontrar espaço para serem compreendidas e acolhidas.

Uma das linhas teóricas nas quais a arteterapia pode se respaldar é a arteterapia gestáltica, que trabalha de forma a propiciar a aquisição de *insights* por meio da arte - ou seja, ganhar consciência de si e do mundo através do fazer artístico e criativo, no qual o indivíduo pode reconhecer-se e desenvolver-se dentro de seu potencial. Logo, objetiva compreender o ser ali implicado como um todo e o entendendo como plenamente capaz de adquirir consciência acerca de si através do fazer artístico.

3.3 Ações Propostas e Cuidados Éticos

Previamente à práxis comunitária foi encaminhado a cada participante um formulário de inscrição do Google Forms, sendo possível o levantamento de algumas características sociodemográficas das mulheres que participaram da execução do projeto. Nesse momento, também foi esclarecido os objetivos da pesquisa e questões éticas acerca do presente estudo, respeitando as diretrizes e normas presentes na Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a aplicação de procedimentos metodológicos que envolvem a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes. Todas foram informadas sobre os objetivos do estudo, sigilo de dados e liberdade de desistência na participação, posteriormente foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE.

O encontro foi realizado de forma presencial na UFMA, para que as participantes criassem uma peça artística que representasse a sua experiência sobre o ser mulher na universidade e no curso de psicologia. O local compreendeu um espaço seguro em que foram esclarecidas todas as informações necessárias acerca do projeto, as atividades a serem realizadas e os seus possíveis riscos fornecidos, garantindo um ambiente de confidencialidade e respeito. Isso permitiu uma avaliação ampla sobre a vivência acadêmica dessas mulheres a partir dos relatos e resultados obtidos.

3.4 Atividades realizadas

A execução da práxis ocorreu no Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Federal do Maranhão campus Bacanga e dividiu-se em três momentos: ambientação, produção e discussão. Para o primeiro momento, de ambientação, houve uma dinâmica na qual as participantes, em sequência, deveriam formular uma história com as letras do alfabeto, até que se chegasse à última letra. O propósito da dinâmica foi proporcionar uma maior familiarização das participantes umas com as outras e com as discentes responsáveis pela execução da práxis, tornando o ambiente mais





acolhedor e deixando-as mais à vontade. Finda a dinâmica, foi explicado o propósito da práxis, bem como a atividade a ser realizada no momento de produção, abrindo o espaço para possíveis dúvidas acerca do que seria feito. No segundo momento, pediu-se que as participantes produzissem um desenho, poema ou pintura que simbolizasse um momento significativo em suas trajetórias enquanto mulheres no curso de Psicologia da UFMA, com a ressalva de que não necessariamente fosse uma vivência negativa - isso ficaria a critério de cada uma delas. Assim, foram disponibilizados os materiais - papel Chamex A4, lápis de cor, lápis para escrita, borrachas e apontador - e iniciou-se o tempo de trinta (30) minutos para a produção artística.

Findo o tempo destinado à produção, iniciou-se o terceiro momento, de discussão acerca das produções feitas pelas participantes. Enfatizou-se que nenhuma delas deveria sentir-se na obrigação de compartilhar algo muito íntimo ou que não quisesse expor, mas que todas ficassem à vontade para falar o que desejassem sobre suas obras. Todas as produções foram desenhos pintados, exceto por um poema escrito por uma delas. Os relatos compartilhados pelas participantes envolveram temáticas variadas, como: a sensação de liberdade e autenticidade por estar no curso de Psicologia, a participação da mãe como fator fundamental para alcançar conquistas e galgar novos espaços, a formação enquanto meio para descobrir-se e descobrir o mundo circundante, o curso de Psicologia como oportunidade para fazer novas amizades e reconhecer-se como pertencente a um grupo, a formação em Psicologia numa universidade federal como conquista após gerações anteriores não terem finalizado a formação em ensino superior e, por fim, a vivência da maternidade enquanto discente do curso. Durante as falas, nas quais compareceram as temáticas citadas, houve momentos de comoção, onde as participantes se mobilizaram com os relatos umas das outras. Após o fim da discussão, as participantes foram presenteadas com uma lembrança de agradecimento pela participação e a práxis foi, por fim, encerrada.

4. RESULTADOS DA PRÁXIS COMUNITÁRIA

4.1 Resultados quantitativos

A práxis contou a participação de 6 seis mulheres estudantes do curso de psicologia com idades variando entre 20 e 36 anos. E destas, apenas uma possui filho.

4.2 Resultados qualitativos

Após cada uma finalizar a sua criação foi pedido que compartilhassem com as demais e, a partir disso, explicasse o significado por trás desta, trazendo à tona vivência estava ali representada.





Alguns dos relatos trazidos foram sobre a importância e o valor que dão àquele lugar que estão ocupando, de estar cursando uma universidade, visto que outras mulheres da sua família não tiveram a oportunidade. Uma das estudantes trouxe que sua mãe quando mais jovem não pode ingressar no ensino superior, mas hoje tem essa oportunidade e ambas estão na universidade, o que as deixam muito realizadas e felizes.

Outro assunto que apareceu foi sobre como as amigas, que são em sua maioria femininas, fazem da vivência acadêmica algo muito mais tranquilo e positivo. Compartilham momentos dentro e fora da universidade que ficam marcados e sempre serão lembrados, estão juntas passando pelos mesmos desafios no curso, entre as dificuldades, como por exemplo, morar longe da família para poder estudar, elas estão ali para dar apoio. Também como a universidade possibilitou uma maior abertura pessoal e social, encontrando ali um espaço de pertencimento e que pode se conectar com outras pessoas. Uma das participantes é mãe e trouxe como sua vivência acadêmica impacta o dia a dia e sua relação com a sua filha, tendo que ficar muitos momentos distante dela para poder se dedicar aos estudos. Devido a isso, em certas circunstâncias experiencia sentimentos de culpa, apesar de entender que está fazendo aquilo pensando em sua filha, em prol dela e de seu futuro.

O encontro se configurou em um ambiente em que as participantes se sentiram confortáveis e seguras de dividir suas experiências e sentimentos. Foi algo que gerou muita emoção, em que as experiências ao serem compartilhadas tocaram bastante umas às outras, gerando identificações. Além disso, nós discentes que elaboramos o Projeto de Práxis supúnhamos que nesse encontro iriam aparecer em sua maioria assuntos e vivências negativas em relação à universidade, mas fomos pegas de surpresa quanto aos relatos trazidos, que partilharam de muitas experiências positivas.

5. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁXIS REALIZADA

Como os relatos compartilhados pelas participantes envolveram a temática das amigas, com o suporte mútuo entre colegas e a criação de laços, é possível perceber a presença da sororidade. A sororidade é um conceito ligado ao feminismo que representa uma relação de irmandade e união independente de suas peculiaridades, apresentando entre elas o compromisso de empatia, companheirismo e objetivos em comum. Refere-se à ideia de solidariedade entre mulheres, que se apoiam mutuamente buscando enfrentar desafios juntas, conquistar a liberdade e a igualdade que desejam.





Além do conceito de sororidade, outro que aparece também é o de “dororidade”, conceito cunhado pela professora e escritora Vilma Piedade que representa as dores que unem as mulheres negras para além do machismo, dor esta que só pode ser sentida a depender da cor da pele.

Formar-se no ensino superior em uma universidade federal representa uma conquista muito importante para as participantes, visto que, gerações anteriores não tiveram a chance. Isso é um reflexo de todo o processo de ingresso das mulheres nas universidades, que foi historicamente marcado por um processo excludente e desigual para estas no acesso e oportunidades ao ensino, ocorrendo de forma lenta e tardia. Além disso, as oportunidades para mulheres no ensino superior é uma questão que tem influência em diversos aspectos, como, contexto regional, cultural e socioeconômico.

Sendo assim, a práxis comunitária realizada com as mulheres do curso de psicologia contribuiu para um olhar mais ampliado e um melhor conhecimento na área de gênero da comunidade acadêmica, a partir do compartilhamento de vivências cotidianas no meio universitário.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. M. M. J. (1995). O que é arte-terapia. In: M. M. M. J. Carvalho (Org.), **A arte cura?** Recursos artísticos em psicoterapia. Campinas, SP: Editorial Psy II, 1995, p. 23-26.

CASSEMIRO, L. C. **Travestilidade, transexualidade:** revisão da literatura recente das Ciências Sociais. PUC- Rio: [s.n.], 2010. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16664/16664_4.PDF . Acesso em: 07 jul. 2024.

COQUEIRO, N. F.; VIEIRA, F. R. R.; FREITAS, M. M. C. **Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental.** São Paulo: Acta Paulista de Enfermagem, 2010, v. 23, n. 6, p. 859–862.

Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande. CRP-RN.Org.br. Disponível em: <https://crprn.org.br/noticias/psicologia-uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres> . Acesso em: 8 jul. 2024.

CURSO DE PSICOLOGIA. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/alunos_curso.jsf?lc=pt_br&id=85820 . Acesso em: 23 jul. 2024.

HAJE, Lara. **Mulheres são apenas 1/3 de pós-graduandos em ciências exatas e tecnológicas e têm financiamento menor.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/990915-mulheres-sao-apenas-1-3-de-pos-graduandos-em-ciencias-exatas-e-tecnologicas-e-tem-financiamento-menor> . Acesso em: 7 jul. 2024.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022:** notas estatísticas. [s.l.]: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes->





[institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior-2022-notas-estatisticas](#) . Acesso em: 7 jul. 2024.

JMTV 1ª Edição. **Professor da UFMA é demitido após caso de assédio sexual**. Globoplay. [s.d.]. Acesso em: 23 jul. 2024

MENESES, M. M.; RESENDE, R. E.; GONÇALVES, B. D. **Estereótipos de Gênero e Dominação Masculina na Vivência Universitária**. Minas Gerais: Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas: 30 set. 2023, v. 7, n. 13, p. 177-200. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/25842> . Acesso em: 7 jul. 2024.

MESQUITA FILHO, Marcos; EUFRASIO, Cremilda; BATISTA, Marcos Antônio. **Estereótipos de gênero e sexismo ambivalente em adolescentes masculinos de 12 a 16 anos**. São Paulo: Saúde soc., set. 2011, v. 20, n. 3, p. 554-567. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 jul. 2024.

MORAES, P. D. **Autor de estupro na UFMA é apreendido pela polícia**. São Luís: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/04/policia-civil-apreende-autor-de-estupro-na-ufma/> . Acesso em: 23 jul. 2024.

OLIVEIRA, Catarina Sales; BOAS, Susana Villas; HERAS, Soledad Las. **Estereótipos de gênero e sexismo em docentes do ensino superior**. Cidade do México: Rev. iberoam. educ. super, maio 2016, v. 7, n. 19, p. 22-41. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-28722016000200022&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2024.

PEREIRA, Sandra; NUNES, Juraildes. **A presença das mulheres no ensino superior e o papel das políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Vitória: [Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social](#), 2018, v. 1 n. 1.

REIS, A. C. DOS. **Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo**. [s.l.]: Psicologia: Ciência e Profissão, jan. 2014, v. 34, n. 1, p. 142-157. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5vdgTHLvfkzynKFHnR84jqP/#> . Acesso em 11 nov. 2024.

RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. **O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980)**. [s.l.]: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 26 out. 2023, Araraquara, v. 18, n.00,2023. ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/ri-ace.v18i00.18047> .

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.





AS REDES DE MULHERES NO TERRITÓRIO: O PAPEL FEMININO DESDE O FESTEJO DE SANTO ANTÔNIO AO ACIONAMENTO POLÍTICO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA¹

Ana Paula Silva Oliveira

Doutoranda em Antropologia Social – UFSCar

apso@yahoo.com

Universidade Federal de São Carlos

RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa de caráter qualitativo, que foi realizada para a elaboração do meu trabalho monográfico de conclusão do curso de Ciências Sociais, bacharelado e licenciatura (2016). Hoje quase uma década depois da aprovação do trabalho, considere transformá-lo em um dos capítulos em artigo para publicação de alguns dos resultados obtidos naquele período que ainda se fazem pertinentes e contemporâneos, como as questões territorial, interseccional e identitária. Em meados do mês de novembro do ano de 2013, tive a oportunidade de conhecer a comunidade remanescente de quilombo, Rio Grande, localizada em Bequimão – MA, visita proporcionada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Lutas Sociais Igualdade e Diversidade – LIDA, na ocasião eu era recém-chegada ao referido grupo. Durante toda a visita que tinha como objetivo assessorar a comunidade para articular uma reunião de encerramento das atividades da associação do ano de 2013 observei as lideranças, ouvi algumas histórias contadas pelas mulheres do território e soube do festejo. Já naquela oportunidade fui convidada a participar, e nos anos seguintes, 2014, 2015 e 2016, participei do referido festejo. Objetivo analisar as relações entre mulheres e os homens, dando um enfoque especial para as relações entre as mulheres que conseguem durante os treze dias de festejo conciliar as atividades do lar com as tarefas da festa. As mulheres quilombolas contam sempre com o auxílio umas das outras para cuidar de seus filhos que por não ter com quem deixá-los, são levados por suas mães para o barracão onde são produzidas as comidas, lugar onde elas estão concentradas. Os instrumentos de investigação que foram utilizados foram a observação participante e entrevista semi-estruturadas entre uma atividade e outra. Foram as entrevistas e conversas informais com as mulheres do Rio Grande, e participar das conversas quando possível, com as mais velhas pude coletar dados sobre a primeira mãe do Rio Grande. Na atualidade, a vinculação da identidade quilombola do Rio Grande está pautada, dentre outras práticas, na organização desse festejo, fenômeno este que se constitui num grande fato de coesão social, a ponto de não ser preterido, mesmo diante de fatos tão graves quanto um fratricídio que ocorreu no primeiro dia do festejo do ano de 2009 (FURTADO, 2012). A comunidade quilombola Rio Grande, situada no município de Bequimão -MA localizada no Litoral Ocidental Maranhense é formada por aproximadamente 80 famílias residentes em seu território, incluindo os filhos/filhas da comunidade que mesmo não residindo no território, são filhos da comunidade, segundo Barth “as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam” (BARTH, 2000). A configuração das relações sociais na comunidade do Rio Grande especialmente no “domínio” do preparo do festejo de Santo Antônio sempre foram alvo das minhas observações desde de 13 de junho de 2014, ano em que participei pela primeira vez do festejo. Não pude observar todo o processo de produção do festejo, mas pude conhecer sua culminância, a festa grande e soube por moradores como seriam os procedimentos iniciais para produção do festejo. Desde então, busquei conhecer e entender as configurações sociais do Rio Grande para a organização do festejo de Santo Antônio, apresentarei neste artigo, como estão estruturadas as divisões sociais de gênero nas

¹ Todas as imagens deste trabalho foram autorizadas de forma oral pelos interlocutores e interlocutoras para o desenvolvimento desta pesquisa.





atividades, no envolvimento coletivo entre as mulheres e como a comunidade assume as obrigações com Santo Antônio agradecidos pelas honras à comunidade.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Mulheres quilombolas. Resistência. Território.

1. INTRODUÇÃO

A configuração das relações sociais na comunidade do Rio Grande especialmente no “domínio” do preparo do festejo de Santo Antônio sempre foram alvo das minhas observações desde de 13 de junho de 2014, ano em que participei pela primeira vez do festejo. Não pude observar todo o processo de produção do festejo, mas pude conhecer sua culminância, a *festa grande* e soube por moradores como seriam os procedimentos iniciais para produção do festejo. Desde então, busquei conhecer e entender as configurações sociais do Rio Grande para a organização do festejo de Santo Antônio.

Desse modo, irei apresentar neste artigo como acontecem as divisões sociais das atividades, o envolvimento coletivo entre as mulheres e como a comunidade assume as obrigações com Santo Antônio agradecidos pela honra de estarem trabalhando para ele.

No Rio Grande o festejo de Santo Antônio é um dos maiores acontecimentos do ano para comunidade, devido à grande quantidade de recursos financeiros e pessoais empregados para o acontecimento do festejo. Toda a comunidade se envolve na preparação, desde o *fazimento* dos bolos, que será explicado mais adiante, a confecção das bandeirinhas para enfeitar capela, o barracão e o clube, feitas pela comunidade.

As responsabilidades financeiras e sociais com o preparo do festejo começam a ser estabelecidas um ano antes de ela acontecer, ao final de cada festejo, precisamente no dia 13 de junho, dia de Santo Antônio segundo o calendário litúrgico católico. A dona do Santo escolhe os/as novenários/as que serão responsáveis pelas novenas do festejo no ano seguinte. Acerca dessa divisão feita pelos *festeiros*, Prado (2007) afirma:

“a novena apresenta há bastante tempo, outro aspecto, qual seja o de desdobrar a festa do dia em outras tantas festas. É bem verdade que as comemorações das novenas, por serem uma cópia da principal apresentam um esquema bem mais simples. Geralmente, as noites consistem na reza, seguida do espoucamento de foguetes e do oferecimento de uma mesa de café com bolo pelo responsável da noite. Tudo indica que estas iniciativas eram de responsabilidade do próprio juiz (*o festeiro*) que arcava, assim, com as despesas das nove noites e do dia da festa. Na tentativa de distribuir responsabilidades e gastos é que foi criado o cargo de *mordomo* (“*novenário*”) que se incumbia de cumprir em ponto muito menor, é claro, o papel de quase um dono da festa. A escolha desses mordomos é, até hoje, da alçada do *festeiro*, coordenador e autoridade central de todos os festejos” (PRADO, 2007, p.83).





Cientes de suas obrigações com Santo Antônio os/as novenários/as começam a convidar as mulheres e os homens do Rio Grande e de comunidades vizinhas para ajudarem em seus dias de novena, garantindo que o serviço prestado será retribuído no dia da novena de cada convidado, ou mesmo, em uma outra situação.

As responsabilidades dos/as novenários/as em seus dias de novena são: garantir que cada novenários receba um bolo de tapioca com uma garrafa de refrigerante de 250 ml embalados em papel celofane, disponibilizar água, refrigerante e vinho aos rezadores durante a reza e café com bolo ou pão para todos os presentes ao final da celebração da novena.

Todas as despesas mencionadas anteriormente são de responsabilidade dos novenários, seguindo a ordem dos dias do festejo que se inicia no dia 31 de maio e vai até o dia 13 de junho. A novena do dia 31 de maio é sempre de responsabilidade do dono da festa, e segue os mesmos rituais das novenas de feitas no mês de junho. D. Ildene explica porque são sempre os donos do festejo que iniciam as novenas: *“é, a gente que faz a novena do dia 31 de maio, porque foi nós que começamo, né? Então gente que tem que continuar”*, remetendo-se ao uma responsabilidade herdada.

Tendo em vista que a responsabilidade com a novena que acontecerá a noite não se resume apenas as atividades noturnas, tratarei aqui a novena como o dia de novena. Os/as novenários/as precisam iniciar os trabalhos dias antes do dia da novena, é necessário juntar o coco babaçu e quebrá-lo, para fazer o azeite com uma parte das amêndoas e no dia de novena amassá-las no pilão para extrair o “vinho”², ingredientes para os fazimentos dos bolos, é preciso também, juntar ou comprar o *coco manso*³, fazer a tapioca.

Todos esses trabalhos necessitam de mão-de-obra especializada para sua execução, dessa forma os/as novenários/as convidam familiares, vizinhos, compadres e comadres para contribuírem em seu dia de novena, esse convite é feito assim que o/a novenário/a tomam conhecimento de suas responsabilidades no ano seguinte.

O convite para fazer parte dos trabalhos do dia da novena, como o *fazimento de bolo*, na reza e na festa caso aconteça, atribui prestígio ao convidado perante a comunidade, valorizando o trabalho e a amizade, da mesma forma que o dono da novena também é visto pela comunidade quando todos os seus/suas convidados/as comparecem e ao seu dia de novena.

² Nome dado pelos moradores do Rio Grande ao leite extraído da amêndoa do coco babaçu;

³ Também conhecido como coco da praia ou da Bahia (apud FURTADO, 2012)





Para os moradores/as do Rio Grande o convite é um ato de profunda consideração da parte da dona da novena, e o não convite significa exatamente o contrário, e ainda tem os convites que são feitos em cima da hora como eles dizem, feito um ou dois dias antes do dia da novena.

A mesma forma que convidar com antecedência proporcionar um estreitamento dos laços afetivos e sanguíneos, o convite feito *em cima da hora* não é visto com bons olhos. Conversei com D. Sônia que compareceu no dia da novena do dia nove de junho, porque havia sido convidada em cima da hora, conforme relato:

“Não deu pra eu vim porque tava lavando roupa, e também porque me chamaram em cima da hora, ontem foi que Terezinha veio me chamar, eu já tava com minhas roupas tudo sujas... Nunca vi chamar pro fazimento de bolo assim, a gente tem que se organizar pra poder vim.” (D. Sônia, Conversa informal no dia 09 de junho de 2016)

O não comparecimento de um convidado no dia da novena denota que há algo muito grave acontecendo entre eles. Alguma rixa que precisa ser resolvida, e uma maneira de dizer que as coisas não estão bem é não ir ajudar no *fazimento de bolo*.

Durante minha estadia na comunidade do Rio Grande ocorreu uma situação similar a descrita acima, farei um breve relato do ocorrido mantendo em sigilo as identidades das envolvidas.

No sétimo dia de novena uma mulher que havia sido convidada a quase um ano para ajudar no fazimento de bolo daquele dia não compareceu e nem suas duas filhas adultas e seus cinco netos/as. Essa ausência foi o assunto de muitas conversas entre as outras convidadas que estavam presentes. A convidada que se recusou a ajudar no *fazimento de bolo*, só participou da novena.

Depois de entregues os bolos dos/as novenários/as e servido o café com bolo dos participantes da reza a radiola de reggae contratada para animar a noite começou a tocar, algumas pessoas estavam consumindo bebidas alcoólicas (cerveja, vinho ou conhaque) e outras estavam lá apenas observando o movimento. A dona da novena, como eles chamam a esposa do novenário, visivelmente desconfortável com aquela situação chamou D. Ildenê para lhe dizer que ia falar com a convidada para conversar e tentar resolver a rixa que naquele dia havia sido exposta para toda a comunidade.

Dessa forma ela seguiu em direção a mulher, que estava consumindo cerveja, o que já caracterizava uma forma de ajudar, visto que o lucro do *butiquim*⁴ é do novenário responsável, elas começaram a ter uma conversa de *pé de ouvido*, visto que o volume da radiola impossibilitava uma conversa convencional. Não pude ouvir o que elas estavam falando por isso indaguei a D. Ildenê que estava ao meu lado, sobre o porquê de a dona da novena estar tão incomodada por causa

⁴ Parte coberta de palha com um pequeno balcão reservada para a venda de bebidas alcoólicas.





daquela situação. A resposta que tive foi a seguinte: “*ela tinha que sentir na pele!*”. O fato que ocasionou a rixa ocorreu em um churrasco que aconteceu na comunidade do Rio Grande em fevereiro onde a dona da novena teceu um comentário sobre a família da convidada que a desagradou quando ficou sabendo.

Presenciar essa situação foi importantíssimo para este trabalho tendo em vista que naquele momento pude observar uma situação que jamais poderia ou seria descrita por qualquer pessoa do Rio Grande. Pude perceber o quão importante são as relações de cooperação estabelecidas dentro daquela comunidade, o quanto o senso de coletividade é levado em consideração no domínio da produção do Festejo.

Analisarei a seguir as relações fortalecidas e as estabelecidas no domínio da produção do festejo, trazendo aspectos que evidenciam os traços/laços étnicos que norteiam as práticas seculares utilizadas para agradecer a Santo Antônio e nesse interim fortalecer os laços fraternos e de compadrio dos/as moradores/as do território do Rio Grande.

Para entender como se dá o comprometimento das famílias do Rio Grande na preparação do festejo de Santo Antônio é necessário entender como se configurou a construção da comunidade, qual a relação dos moradores/as com Santo Antônio. O preparo une as famílias proporciona interações sociais, traz para o Sítio Velho pessoas que a muito não se viam, ou mesmo não se falavam, o ato de convidar é uma forma de dizer aos outros/as que eles/as são importantes e necessários e suas ausências causa um constrangimento público.

No Rio Grande as rixas, os conflitos são criados e resolvidos publicamente, para que a comunidade saiba o início e o final do desentendimento. A lógica de resolução de conflitos foge aos padrões urbanos, e é extremamente eficaz. A própria comunidade faz o controle social dos fatos, procurando sempre uma maneira coletiva de saná-los.

1.1 A divisão social das atividades no festejo de Santo Antônio

A ação do indivíduo não é condicionada não pelo próprio indivíduo, mas pela coletividade, que é regida por regras sociais estabelecidas pela consciência coletiva de cada sociedade. Na perspectiva de Durkheim (2010), na solidariedade orgânica, o Estado está dissolvido na possibilidade de existência da sociedade, tornando as relações sociais extremamente complexas.

Nas sociedades simples, onde não há Estado, os fundamentos que regem a organização social dessas sociedades são religiosos. Devido essas sociedades serem extremamente simples, os órgãos (escola, igreja e a família) responsáveis pelo controle social daquela sociedade cumprem minimamente seus papéis sociais. Fato que exclui as sociedades simples de uma racionalidade





burguesa, visto que elas são racionalidades totalmente tradicionais que possuem fundamento religioso, conforme Durkheim que afirma:

Procede-se como a religião formasse uma espécie de entidade indivisível, quando ela é um todo formado de partes; é um sistema mais ou menos complexo de mitos, de dogmas, ritos, de cerimoniais. Ora, um todo não pode ser definido senão em relação às partes que o formam. É mais metódico, portanto, procurar caracterizar os fenômenos elementares dos quais toda religião resulta, antes do sistema produzido por sua união. (DURKHEIM, 1996)

A organização social do Rio Grande é simples, fundamentada na religião e possui uma racionalidade tradicional, o que nos possibilita entender a solidariedade mecânica existente no território, que rege a divisão social do trabalho no que tange ao domínio do preparo do festejo de Santo Antônio.

É essa nessa perspectiva da solidariedade mecânica do Rio Grande que iremos abordar as divisões sociais do trabalho no domínio do festejo de Santo Antônio.

As responsabilidades com o preparo do festejo começam a ser compartilhadas com a comunidade um ano antes, quando a dona do Santo D. Ildenê nomeia os/as novenários/as, na comunidade esse ato é conhecido como dar a novena. A partir dali cada novenário/a divide a responsabilidade da novena convidando os/as trabalhadores/as para ajudar no fazimento de bolos.

As provisões que serão consumidas no dia da novena, também começam a ser feitas a partir do momento em que a responsabilidade é atribuída, visto que, todas as despesas da novena são compromisso do/da novenário/a.

O dia de novena inicia-se com a alvorada de foguetes que são atirados ao amanhecer, para acordar os convidados e chamá-los para iniciarem os trabalhos no Sítio Velho, local onde se localiza a igreja de Santo Antônio e a cozinha nas dependências para o preparo dos bolos.

O/A novenário/a e os membros mais próximos da família são os primeiros a chegar levando os ingredientes para o *fazimento de bolo* e a comida para preparar o almoço dos/as trabalhadores/as envolvidas nos trabalhos. O almoço sempre é necessário visto que as atividades não findam antes das treze horas.

Antes do dia da novena as mulheres são convidadas para o quebramento de coco feito na casa do/a novenário/a. Em tempos pretéritos o quebramento de coco era feito no barracão do Sítio Velho, mas conforme relatos “*não estava mais dando certo, por isso que agora cada um quebra seu coco e leva só as emendas⁵ para amassar no Sítio*” (Santinha, entrevista dia

⁵ Nome dado a amêndoa do coco babaçu.





09/06/2016). Tive a oportunidade de participar de um quebramento coco na casa da entrevistada, conforme mostra a foto abaixo:

Figura 1: Mulheres fazendo o quebramento do coco babaçu no Sítio Velho



Fonte: OLIVEIRA, A. P (2016)¹

Figura 2: Mulheres fazendo o quebramento do coco babaçu na casa de Santinha



Fonte: OLIVEIRA, A. P (2016)

A maioria das mulheres do Rio Grande sabem quebrar coco babaçu, isso se deve ao fato de a venda da amêndoa ser uma fonte de renda para as famílias da comunidade. Elas se reúnem para fazer o quebramento num sistema interno de troca de dias de serviços, todas que estão presentes algum dia irão precisar da colaboração da dona do quebramento, nesse caso a Santinha, ou já estão devendo um dia de serviço.

Assim como no quebramento, outras atividades coletivas são feitas nesse mesmo sistema.

¹ Todas as imagens desta pesquisa são da pesquisadora autora deste capítulo.





Para o *fazimento de bolo* a família, os compadres/comadres e os amigos se envolvem nos trabalhos e os outros/as novenários também ajudam nas atividades visto que que eles/as precisam de ajuda em seu dia de novena. Nem sempre todas as famílias se envolvem o dia inteiro nas atividades, mas nos momentos em que estão presentes, ajudam no que podem, e sempre deixam um filho ou filha que não tem outro compromisso para continuar presente no Sítio Velho. Essa prática serve para demonstrar que seu comprometimento com o novenário é verdadeiro.

Não há critérios preestabelecidos para a divisão das tarefas, elas são divididas espontaneamente entre as pessoas presentes na hora que as atividades precisam ser executadas. Cada um vai fazendo aquilo que sabe fazer e o que está sendo necessário no momento. Não há divisão entre gêneros para atividades, quem sabe faz.

A primeira atividade feita no dia de novena é a extração do “vinho” do coco babaçu. Para conseguir o “vinho” é preciso socar as amêndoas no pilão, lavar os farelos dentro de cuias furadas, e armazenar o vinho grosso dentro de grandes panelas, chamadas de caldeirões. Em seguida voltar os farelos maiores para o pilão e juntá-los às amêndoas que ainda restam dentro da bacia com água, onde foram colocadas para serem limpas antes de serem amassadas. Após todas as amêndoas serem amassadas, todo o farelo e misturado ao vinho grosso, que em seguida será lavado e coado em cuias de furos pequenos, o que fará a diluição do vinho, deixando-o no ponto para ser utilizado.

Na hora de extrair o “vinho” geralmente são os homens que socam as amêndoas no pilão, algumas mulheres que sabem utilizar o pilão, se juntam aos homens para realizarem essa atividade juntos. Dessa forma, constatei que os homens ajudam a socar das amêndoas, e as mulheres lavam os farelos para serem recolocados dentro do pilão novamente para o máximo aproveitamento das amêndoas.

As imagens abaixo mostram os procedimentos descritos anteriormente:

Figura 3: Mulheres lavando os farelos das amêndoas do coco babaçu



Fonte: OLIVEIRA, A. P (2016)





Figura 4: Envolvimento coletivo para a extração do “vinho” das amêndoas do coco babaçu



Fonte: OLIVEIRA, A. P (2016)

É na produção coletiva do festejo que a comunidade do Rio Grande aciona seus elementos étnicos fazendo a manutenção de seu território através das expressões culturais herdadas dos seus ancestrais africanos e ameríndios, que construíram e ressignificaram aquele território, atribuindo-o significados, nomes e relações que não podem ser catalogadas ou mesmo extraídas da vivência em comunidade.

A exemplo temos as formas de produção dos bolos, como são assados, o próprio forno, que utiliza a queima de lenha para aquecer o forno construído de maneira artesanal pelas moradoras da comunidade usando barro, cipós e madeira. A maneira de conduzir o festejo, a organização social, as manifestações culturais realizadas nas festas, elementos herdados culturalmente pelos antepassados dos moradores da comunidade do Rio Grande

O festejo de Santo Antônio representa para a comunidade do Rio Grande a continuidade da tradição, um estreitamento dos laços que foram alargados pelas condições materiais de existência, que fomenta o êxodo rural, ocasionando um alargamento das fronteiras étnicas, que se estendem até os filhos/filhas do Rio Grande que saíram do território, trazendo-os para o preparo do festejo de Santo Antônio para ajudar no *fazimento de bolo*, ou participar da festa grande.

Esse ano uma das novenárias reside atualmente em Brasília, mas sua novena será feita, sua filha e sua irmã que residem na comunidade foram as responsáveis pela novena, já que a dona não estava fisicamente presente, dessa forma, o próprio rezador o Sr. Agnaldo, não reside





mais no Rio Grande, mas todas as noites ele está presente nas rezas para rezar junto com os devotos de Santo Antônio na capela da comunidade.

Na luta pela manutenção do território os moradores do Rio Grande, acionam elementos étnicos na construção e manutenção cultural da comunidade, proporcionando aos moradores/as maior empoderamento na luta por reconhecimento e direitos específicos para quilombolas. Esse empoderamento acontece quando a comunidade se auto identifica como remanescentes de quilombolas e percebem quais as suas “armas” contra as instituições políticas que tentam desapropriá-las de seus territórios e as extinguir.

Na próxima seção faremos uma análise etnográfica das relações sociais entre as mulheres da comunidade, afim de entender as motivações individuais e coletivas que “unem” as mulheres do Rio Grande no *fazimento de bolos* e nas atividades indispensáveis para que o dia de novena aconteça, e todas as obrigações do/da novenário/a sejam cumpridas.

1.2 As obrigações com o festejo são de todas: uma análise do envolvimento coletivo entre as mulheres da comunidade

O aquilombamento de Santo Antônio trouxe a comunidade responsabilidades para com o Santo, dessa forma, as obrigações com agradecimento são coletivas e tradicionais tendo em vista que os atuais moradores da comunidade do Rio Grande não sabem precisar quando iniciou a produção do festejo, mas sabem que precisam dar continuidade.

O festejo de Santo Antônio não é apenas uma expressão da religiosidade dos/das moradores/as da comunidade, mas, uma expressão da identidade construída coletivamente dentro território ao longo dos séculos.

O ritual do *fazimento de bolos* do festejo de Santo Antônio evidencia a coletividade e cooperação que existe dentro do território quilombola, onde as diferenças não são tratadas como problemas. Não ser igual não significa não ser do Rio Grande, ninguém é excluído por suas diferenças no Rio Grande, elas são respeitadas e valorizadas.

Em um dos meus dias de trabalho junto com a mulheres que estavam peneirando a tapioca para receber o “vinho” do coco, D. Benedita me contou que o fiscal do projeto de construção habitacional que está sendo realizado na comunidade lhe questionou sobre a minha origem, de onde eu era, D. Benedita me disse: - “*de onde ela é eu num sei, só sei que agora ela é fazedeira de bolo daqui!*”. E depois me contou que existem muitos moradores do Rio Grande que não se sabe ao certo de onde vieram, segundo ela, “*eles só chegaro e ficaro e tem mais de vinte anos que eles tão por aqui.*”





No festejo de Santo Antônio as mulheres novenárias e as esposas dos novenários, que são chamadas de donas das novenas, como se fossem nomeadas responsáveis pela novena, se reúnem nas imediações da capela de Santo Antônio, erguida dentro de uma área chamada pelos moradores/as da comunidade de Sítio Velho, local onde mora a família que possui a tutela da Figura do Santo. Abaixo imagens do local onde o fazimento de bolo é realizado dentro do Sítio Velho:

Figura 5: Barracão feito para o *fazimento de bolos* do festejo de Santo Antônio



Fonte: OLIVEIRA, A. P. (2016)

No dia da novena o novenário e seu núcleo familiar se dirigem ao Sítio Velho bem no início da manhã, entre as seis e meia e as sete horas da manhã, levando todo o material necessário para o *fazimento de bolos*. Ao chegar, eles atiram foguetes para avisar aos convidados que os trabalhos já vão começar chamando-os para comparecerem.

Feito isso as pessoas vão chegando aos poucos, geralmente os convidados são parentes próximos, compadres e comadres e os/as novenários que ainda vão precisar de ajuda em seus dias de novenas. Os trabalhos do dia se iniciam com a extração do vinho do coco babaçu, descrito anteriormente, e em seguida é feita a separação da tapioca, ingrediente principal para o preparo dos bolos.

Separar a tapioca grossa do *cuim*² é extremamente importante para que o bolo tenha uma boa qualidade, segundo D. Benedita, que afirma: “*se num separar o cuim dos caroços o bolo num presta, porque o caroço pega mais vinho do quê o cuim, num sabe?*”.

Dessa forma, as *fazedeiras* de bolo fazem a separação da massa com cuias³ furadas. Após separada a tapioca é corada com azeite de coco babaçu tingido com urucum, “*pra deixar o bolo com uma cor mais bonita*”, afirma D. Josefa.

² Parte da tapioca que não possui caroços, sendo uma massa homogênea, de fácil amolecimento.

³ Utensílio feito do fruto de uma árvore da região, denominada *cueira* pelos moradores de Rio Grande.





Em seguida a tapioca é umedecida com o *vinho* de coco babaçu já temperado com sal, e colocada para descansar e inchar. Enquanto a massa descansa, outras mulheres batem os ovos com pedaços de casca de limão para lagar o *pitiu*⁴ até se tornarem uma mistura cremosa e pouco fétida. Depois do descanso os caroços e o cuim são misturados para que sejam acrescentados os ingredientes. A tapioca é misturada com os ingredientes ovos, canela, erva-doce, dentro de bacias de alumínio.

Após os ingredientes serem acrescentados a massa precisa ser sovada, para que aja um homogeneização. O sovamento é feito dentro de uma *gamela*, utensílio produzido artesanalmente de madeira na comunidade.

Com a massa pronta, as mulheres se organizam para enrolar os bolos, fazendo-os em formatos circulares, alguma fazem desenhos de animais que fazem parte de suas realidades, colocando-os sobre um pedaço de folha de bananeira para assar sem entrar em contato com a terra acumulada no chão do forno.

O forno onde os bolos serão assados foi construído por D. Benedita, filha do Rio Grande. Para aquecer o forno o foguista (homem escolhido pelos novenários para ser responsável pelo forno) insere vários pedaços de lenha e colocar fogo, deixando-as queimar até virarem brasas, que em seguida serão retiradas ainda acesas de dentro do forno, um procedimento que exige muita habilidade e técnica.

Removidas as brasas, é hora de colocar os bolos, para a execução dessa atividade, foi construída uma espécie de pá, com o cabo bem comprido, que possibilita inserir todos os bolos até nos espaços mais distantes de dentro do forno.

Observamos que o ritual do *fazimento de bolos* caracteriza-se como uma de grande importância social para o dia de novena. Prática coletiva definida pelas regras sociais do Rio Grande, que norteia as ações de cada morador da comunidade. Acarretando sanção social caso, as ações individuais interferiram de alguma forma na dinâmica social do preparo do festejo de Santo Antônio estabelecida e mantida secularmente pela comunidade.

As regras sociais do Rio Grande impedem que seus moradores não se sintam na obrigação de participar da organização do festejo, toda a comunidade se envolve de forma direta ou indireta.

Durante o *fazimento de bolo* os trabalhos são divididos por grupos, uns vão preparar o bolo, outros se ocupam em preparar o almoço para ser servido a todas as pessoas que estão presentes no preparo da novena, a maioria das pessoas envolvidas nas atividades são mulheres.

⁴ Nome utilizado pela comunidade ao odor natural dos ovos.





Algumas pessoas terminam as atividades mais cedo do outras, e vão se aglomerando embaixo da cobertura onde está localizado o forno, algumas mulheres que tem filhos pequenos se fazem presentes nas dependências do Sítio Velho, mas não podem colaborar em nenhuma atividade, mas permanecem no local até que as outras se desocupem.

Depois das atividades concluídas todas as mulheres se reúnem e começam a conversar sobre suas famílias, as dificuldades vividas por alguns moradores da comunidade, a conduta moral de algumas jovens, os cuidados com os filhos pequenos, as condições da casa, em alguns momentos a conversa segue descontraída quando o assunto em questão é sexualidade.

Uma das formas de controle social feito no Rio Grande, é feito pelas moradoras da comunidade, que tomam conhecimento de ações individuais que de algum modo ferem a consciência coletiva da comunidade, e começam a tecer comentários reprovando tais atitudes. Essa prática foi observada durante o preparo do festejo, onde após o almoço, algumas mulheres se reuniam nas dependências do barracão e começavam esse ritual, durante minhas observações, essas reuniões espontâneas foram recorrentes em todos os dias que aconteceu o fazimento de bolos.

O que nos mostra que o que condiciona a ação do indivíduo não é o próprio indivíduo é a coletividade, tendo em vista que o fundamento da organização social é religioso, que possui uma racionalidade tradicional que não está dentro dos padrões racionalidade burguesa weberiana, é a religião que organiza as práticas e as regras sociais.

Dessa forma, analisaremos no próximo capítulo as práticas religiosas do festejo de Santo Antônio, como a comunidade agradece ao Santo padroeiro, que outrora fora o intercessor dos donos de escravos, e no contexto de “libertação” tornou-se o redentor dos alforriados, que expressam seu agradecimento por gerações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinas e fundos de pastos:** tradicionalmente ocupados. 2ª ed. Coleção e ordenamento Jurídico. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

_____. Quilombos e novas etnias. In: **Quilombos:** sematologia face a novas identidades²³. Manaus: UEA Edições, 2011.

_____. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: **SMOH/CCN**. Frechal: terra de pretos. São Luís: SMOH/CCN.1996. 11-19.

ARAÚJO, Daisy Damasceno. **“Aê meu pai quilombo, eu também sou quilombola”:** o processo de construção identitária em Rio Grande – Maranhão. São Luís, 2012.





BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. In. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva (Coletivo Syco-rax, trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2017, 464 p. 2020.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução: Vera Joscelyne. 13 Ed. – Petrópolis – RJ, Vozes, 2013.

MOTT, Luiz. Santo Antônio, o divino capitão-do-mato. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. – São Paulo, 1996.

MOURÃO, Laís. **O pão da terra**: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense. Org. Maristela de Paula Andrade; Benedito Souza Filho. São Luís: EDUFMA, 2007.





DESIGUALDADE DE GÊNERO E NEOLIBERALISMO: TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DA ARGENTINA

Laryssa Costa Silva

Graduada em Ciências Econômicas – UFPI

Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico – UFMA

laryssa1costa@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho busca apresentar a influência e as transformações que o neoliberalismo provocou na desigualdade de gênero no mercado do trabalho, na trajetória do Brasil e da Argentina, os quais possuem em comum a adoção de estratégias neoliberais na década de 90. Através da análise das condições históricas e econômicas de desenvolvimento das relações de gênero e trabalho no Brasil e Argentina, o caráter antineoliberal é destacado como ponto fundamental do feminismo latino-americano, pois este trouxe para o cerne do debate político e econômico: a) o trabalho do cuidado como trabalho invisível; b) o papel das infraestruturas públicas e as privatizações dos serviços sociais, que são substituídos por trabalho não remunerado das mulheres; c) a interseccionalidade entre raça, gênero e classe como importante ferramenta teórica e política.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Desigualdade. Gênero.

1. INTRODUÇÃO

Uma das novidades, em destaque nos últimos anos, do movimento feminista é o fato de ter se transformado em um fenômeno mundial que emerge do Sul Global, se fortalecendo na América Latina em diversas esferas de lutas, por meio de organizações e movimentos locais.

Desde outubro de 2016, quando mais de 100 mil mulheres se uniram, na Polônia, contra a criminalização do aborto, a Greve Feminista Internacional vem se tornando mais um marco capaz de impulsionar internacionalmente o movimento feminista. Na Argentina, a greve aconteceu em resposta ao feminicídio de Lucía Pérez, com o grito combativo do coletivo “Ni una menos”. Assim, logo a mobilização deixou de ser nacional e passou a ser corroborada em países como Espanha, Brasil, Itália, Turquia, Peru, Estados Unidos, México e Chile.

A força dessas ações levou à convocação de um movimento transnacional em 8 de março de 2017, o qual se repetiu com ainda maior encadeamento organizativo na mesma data dos anos seguintes, o 8M. Em 2019, no Brasil, gritava-se que o fascismo do governo “não passará” junto ao feminismo negro, que pedia justiça por Marielle Franco, e a todas as que sustentam as economias populares e das favelas, contra a criminalização dos seus afazeres. Aconteciam também





manifestações no Uruguai, na Colômbia e no Peru, pelos direitos reprodutivos, pela igualdade de oportunidades e contra a desigualdade¹ e violência de gênero.

Em 2020, com o lema “A América Latina será toda feminista”, a Argentina foi um dos países que lideraram a Greve Feminista Internacional. Nesse mesmo ano, o país aprovou a legalização do aborto (ARGENTINA, 2020), uma conquista construída ao longo de 40 anos por vários grupos e organizações feministas.

O avanço do feminismo reapropriou-se da luta de classes, reformulando-a (feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista), e da própria greve, que, além de colocar à vista um acumulado histórico de lutas anteriores, estende seus braços e amplia sua abrangência a partir das discussões sobre as novas configurações e definições do trabalho.

A greve integra a questão trabalhista porque inclui realidades de labor precário, informal, imigrante, não assalariado, não remunerado, não reconhecido, que se referem às formas de trabalho doméstico e reprodutivo, obrigatório e gratuito. Para Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 25), a manifestação é oportuna porque:

A militância das mulheres grevistas irrompeu em um momento em que sindicatos anteriormente poderosos, baseados na produção fabril, foram bastante enfraquecidos. Para revitalizar a luta de classes, as ativistas se voltaram para outra arena: a agressão neoliberal ao sistema de saúde, à educação, às pensões e à habitação. Ao atingir essa outra ponta das quatro décadas de ataque do capital contra as condições de vida da classe trabalhadora e da classe média, elas exercitam suas visões sobre trabalhos e serviços que são necessários para sustentar seres humanos e comunidades sociais.

Pensando nas condições históricas e econômicas de desenvolvimento das relações de gênero e trabalho na América Latina a partir dos anos de 1990, o caráter antineoliberal é destacado por Gago (2020) como ponto fundamental dos feminismos, que trouxeram para o cerne do debate político o problema da cultura extrativista sobre corpos e territórios, passando pelo extrativismo de uma mineradora multinacional que desabriga toda uma comunidade em prol do desenvolvimento, até o extrativismo do capital financeiro sobre a dívida, que extrai valor da precariedade. Buscaram também a questão do resultado dos restos da infraestrutura pública e das privatizações dos serviços sociais, que são substituídos por trabalho não remunerado das mulheres. Os feminismos articularam, portanto, a dimensão do ajuste estrutural do modelo neoliberal.

¹ Utilizo-me do termo “desigualdade de gênero” pois reconheço que esse é um fenômeno que atinge as mulheres em toda pluralidade de identidades que possam apresentar.





Neste trabalho propõe-se vincular a questão da influência e das transformações que o neoliberalismo provocou na desigualdade de gênero no mercado do trabalho, na trajetória do Brasil e da Argentina, os quais possuem em comum a adoção de estratégias neoliberais na década de 90.

2. A QUESTÃO DE GÊNERO NAS RUÍNAS DO NEOLIBERALISMO

Atualmente existe uma vasta literatura acadêmica que discute as características constitutivas do neoliberalismo. Scherer-Warren (2008) ressalta que não é possível compreender um fenômeno social sem entender as suas relações com o Estado e com o mercado. Diante disso, os trabalhos de Wendy Brown (2019), em “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente”, o de Nancy Fraser (2020), em “O velho está morrendo e o novo não pode nascer” e “A razão neoliberal” de Verônica Gago (2014), destacam-se porque abrangem, ao mesmo tempo, manifestações filosóficas, políticas, econômicas e epistêmicas que levam a uma definição de neoliberalismo e se vinculam às questões da divisão sexual do trabalho.

Brown (2019) apoia-se tanto em uma abordagem neomarxista – que caracteriza o neoliberalismo como “um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar keynesianos, às sociais-democracias e ao socialismo de Estado” (BROWN, 2019, p. 29) – como na abordagem foucaultiana – que descreve a mesma doutrina como uma racionalidade política moderna que atravessa e vai além da política econômica e do fortalecimento do capital. A autora explica que:

Se o neoliberalismo for concebido somente como uma política e seus efeitos econômicos, o quadro para o descontentamento é limitado a fatores econômicos – desigualdade crescente, desindustrialização, perda de emprego sindicalizado e da proteção do Estado social. [...] Se é concebido somente como uma racionalidade política caracterizada pela ubiquidade dos mercados e do homo economicus não conseguimos apreender os investimentos afetivos nos privilégios da branquitude e da existência primeiro-mundista presentes na nação e na cultura nacional ou na moralidade tradicional. [...] Isso significa que não conseguimos apreender as novas formações subjetivas e políticas que são, em boa parte, efeitos neoliberais. (BROWN, 2019, p. 222-223).

Dardot e Laval (2016, p. 17) compartilham da posição de Brown, quando adota o neoliberalismo como uma racionalidade, “e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”. Os autores abordam a questão pela ótica de uma reflexão política sobre um modo de governo, colocando o Estado como o cerne do sustento dos mercados modernos.





Nesse sentido, Brown (2019) aprofunda a “antinomia entre cidadania e neoliberalismo”, com o argumento de que esse último delimita os espaços democráticos tanto em um nível macroestrutural como no âmbito das organizações sociais. Ela define esse processo como a “economização” da vida social, que modifica a própria natureza do que se entende por “política” e que torna a cidadania, não apenas um conjunto de direitos, mas uma sorte de ativismo contínuo, ao qual estamos forçados para nos autovalorizar.

O neoliberalismo descaracteriza e sufoca a noção de democracia. Na concepção de Brown (2019), o ataque neoliberal tem o objetivo de estreitar o controle político sobre os agentes econômicos e os mercados, substituindo a regulação e a redistribuição por liberdade de mercado e direitos de propriedade descomprometidos.

O argumento da autora é de que a privatização econômica, de bens e serviços públicos e da educação superior, assim como o encolhimento do Estado social e a consolidação da noção de “justiça social”, subverte a democracia de forma profunda e restringe as liberdades privadas (BROWN, 2019).

O desmonte da provisão pública vai rotineiramente de par com normas da esfera privada estendida para deslegitimar o conceito de provisões de bem-estar social e o projeto de democratização dos poderes sociais de classe, raça, gênero e sexualidade. À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e "familiarizada" de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum. (BROWN, 2019, p. 132).

A contribuição de Fraser (2020) parte da sua definição de neoliberalismo progressista, uma aliança improvável e poderosa entre as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais, como feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e ativismo pelos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e mais (LGBTQIA+) e os altos setores financeiros dinâmicos e “simbólicos” da economia norte-americana (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). Segundo Fraser (2020, p. 40), “o bloco progressista-neoliberal combinou um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática”. Nessa aliança, as forças progressistas estão, de fato, unidas às forças do capitalismo, principalmente a financeirização, ocasionando o enfraquecimento dos sindicatos e o aumento dos trabalhos precários e mal remunerados.

Verónica Gago (2014) aborda o neoliberalismo em duas topologias, não excludentes, a de cima para baixo e a de baixo para cima. A de cima para baixo, “*el neoliberalismo da cuenta de una modificación del régimen de acumulación global [...] que induce a una mutación en las instituciones estatal-nacionales*” (GAGO, 2014, p. 22), nesse ponto, a autora classifica o





neoliberalismo como uma fase do capitalismo. Ao passo que, de baixo para cima “*el neoliberalismo es la proliferación de modos de vida que reorganizan las nociones de libertad, cálculo y obediencia, proyectando una nueva racionalidad y afectividad colectiva*” (GAGO, 2014, p. 23). Segundo a autora, o neoliberalismo existe tanto por cima quanto por baixo, como renovação da forma extrativista em tempos de soberania financeirizada, e como racionalidade que negocia benefícios no contexto de espoliação.

Identificar as transformações que a lógica neoliberal provocou no mercado do trabalho, as formais atuais com os quais o capitalismo vem ganhando vitalidade e o contexto em que se pôs em curso o processo de reestruturação produtiva são discussões fundamentais que nos ajudam a compreender os elementos que caracterizam as particularidades que afetam a classe trabalhadora na atualidade. Portanto, como aponta Antunes (2000, p. 167) é necessário reconhecer a centralidade da categoria trabalho na vida das pessoas “que se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana”.

Brown (2019) insere, ainda, a superordenação branca e masculina na dimensão do projeto neoliberal de mercado e moral. Por um lado, os mercados desregulamentados tendem a multiplicar os poderes e a estratificação social produzidos historicamente, o que inclui as divisões raciais e sexuais do trabalho – como é o caso do trabalho doméstico, em geral não é remunerado e sua versão sub-remunerada (como cuidado domiciliar de saúde, de crianças e idosos, limpeza doméstica e trabalho na cozinha). Abrange também as desigualdades tanto na educação pública quanto privada, somadas às culturas de classe, raça e gênero, que estruturam o mercado de trabalho. Por outro lado, a moralidade tradicional afasta o combate às desigualdades, como reconhecer e assegurar a liberdade reprodutiva das mulheres.

De acordo com Fraser e Jaeggi (2020), Brown (2019) e Fraser (2020), o neoliberalismo estabelece diferentes posições de gênero e determina essa diferença como um pilar que estrutura o próprio neoliberalismo. Para Fraser e Jaeggi (2020, p. 49) a questão de gênero no capitalismo sempre foi historicamente central, de modo que instituiu-se uma divisão entre produção de mercadorias e reprodução social:

A separação entre elas [reprodução social e produção de mercadorias] é fundamental ao capitalismo – é, de fato, um artefato dele. Como muitas feministas enfatizaram, essa divisão é inteiramente marcada por gênero, com a reprodução associada às mulheres e a produção, aos homens. Historicamente, a separação entre trabalho assalariado “produtivo” e trabalho não pago “reprodutivo” sustentou as formas capitalistas modernas de subordinação das mulheres.





Federici (2021) aborda o trabalho doméstico e de cuidado, o que chama de trabalho não pago e oculto, realizado prevalentemente por mulheres, como aquele que assegura a manutenção da força de trabalho como principal mercadoria para acumulação capitalista. Isso explica a tese de que a divisão sexual do trabalho ocupa um dos fundamentos que sustenta o modo de produção capitalista.

Saffioti (1976) já havia analisado o processo de incorporação do trabalho das mulheres segundo as exigências do sistema capitalista, o qual ora as integra no sistema de produção ora as desconsidera, para diminuir salários e dividir a classe trabalhadora. A divisão sexual do trabalho existe em todos os estágios do desenvolvimento capitalista e, por esse motivo, até hoje, nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o trabalho doméstico e a família são pilares da produção capitalista (FEDERICI, 2021).

Biroli (2018) e Hirata (2014) elucidam que, como resultado da divisão sexual, o trabalho das mulheres é prestado gratuitamente, ou direcionado a ocupações específicas e menos remunerado que o dos homens que desempenham as mesmas atividades, além de sub-representado na política. O fato dessa divisão não atingir todas as mulheres de forma igual implica que ela se dá na interseccionalidade das variáveis de gênero, raça e classe.

Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade assenta especificamente a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios geram desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias e classes. Para Gonzalez (2020, p. 142) “lidar com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco”.

3. BREVE PANORAMA DA AGENDA NEOLIBERAL ADOTADA PELO BRASIL E ARGENTINA

A década de 1990 foi marcada pela reconversão do capitalismo financeiro mundial a partir da hegemonia neoliberal. Os países da região latina passaram por uma sequência de reformas nas estruturas econômicas provenientes do “Consenso de Washington”, evidenciando-se a abertura comercial, a desregulamentação dos mercados e as privatizações das empresas estatais. Tais medidas ocasionaram desajustes significativos em diversos setores de produção, afetando diretamente os processos de trabalho e os salários dos trabalhadores, assim como as condições sociais da fração mais desamparada da população latino-americana (MATTEI, 2017).

A Argentina é considerada o melhor exemplo de devoção à receita neoliberal, diante da rapidez com que aderiu às advertências do Consenso durante o governo de Menem, de 1989 a





1999, e seguindo pelo breve governo de De La Rúa, de 1999 a 2001, o que resultou na maior crise política, econômica e social do país. A taxa de desemprego triplicou frente à média da década de 1980 e os salários reais atingiram os piores níveis das últimas três décadas. A concentração de renda aumentou significativamente, atingindo seu máximo em 2002, quando o índice de Gini marcava 0,578, tornando a Argentina um dos países mais desiguais da América Latina, conforme dados da Comisión Económica Para América Latina y El Caribe (CEPAL, 2008). Depois dos governos neodesenvolvimentistas de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner, entre 2003 e 2015, o país voltou ao ajuste neoliberal com Mauricio Macri, de 2015 a 2019.

O caso brasileiro com o regime de política econômica neoliberal começou no governo Collor, em 1990, com a abertura comercial; em 1992, depois do insucesso do Plano Collor, a abertura financeira, seguindo as ordens do FMI; em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com as privatizações e a desnacionalização dos serviços públicos; e em 1999, ainda no governo FHC, a instituição do “tripé macroeconômico”, que consiste em superávit primário, meta de inflação e câmbio flutuante. Soares (2010) destaca que é possível afirmar que, na vigência do “tripé”, as políticas econômicas agravaram as condições de emprego e trabalho, com a informalização, a redução dos salários e o corte dos direitos sociais. Apesar da recuperação do quadro social brasileiro durante os governos Lula, de 2003 a 2010, e Dilma Rousseff, de 2011 a agosto de 2016, o golpe sofrido por Dilma levou ao reenquadramento do Brasil na agenda neoliberal, com Temer, de setembro de 2016 a 2017, e Bolsonaro, de 2018 a 2022. Nesse período, foram aprovadas as reformas trabalhista e da previdência e, de acordo com dados do IBGE, o desemprego atingiu 14,4% da população, em 2020, e 17,9% das mulheres, em 2021, as maiores taxas desde 2012 (IBGE, 2021).

Segundo Barrancos e Archenti (2019), com a crise de 2001 da Argentina, ocorreu uma significativa mudança cultural e política: o Movimento de Trabalhadores Desempregados, conhecido também como o movimento piquetero², adquiriu reconhecimento nacional, se multiplicou e se diversificou, incluindo o protagonismo feminino como aliado. No Brasil, as novas articulações entre os feminismos e movimentos populares também se fortaleceram. Alves et al. (2019) destacam o papel importante das Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas, que trabalharam de forma especializada e profissionalizada para pressionar o Estado ausente e com o objetivo de influenciar nas políticas públicas.

² Piquetero ou corte de ruta está relacionado ao significado que o movimento deu à clássica ferramenta do piquete fora de fábrica, usando-a para interromper a circulação de mercadorias por meio do bloqueio de vias (WIDGDOR, 2016).





4. DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E ARGENTINO

As reformas trabalhistas promovidas pela agenda neoliberal geralmente apresentam o argumento de que com as privatizações e a redução dos custos laborais, a economia se torna mais competitiva e, como consequência, há geração de novos postos de trabalhos. Entretanto, os benefícios dados aos empresários afetam diretamente a taxa de desemprego, renda do trabalhador, as contribuições previdenciárias, os sindicatos, e, conseqüentemente, o acesso à saúde e à educação.

Nesse sentido, Wigdor (2016) destaca que durante os governos neoliberais os mecanismos de redistribuição de produtividade para os setores mais vulneráveis da sociedade, como os programas de transferências de renda, via políticas públicas, como pensões, benefícios de auxílio doença e maternidade, etc., são os primeiros a sofrerem restrições econômicas. Portanto, tais ajustes causam um impacto regressivo na qualidade de vida das mulheres e das pessoas que reproduzem sua vida a partir das delas.

A Tabela 1 mostram alguns indicadores de mercado de trabalho classificados por gênero da Argentina e do Brasil em 2021. As mulheres apresentam uma taxa de ocupação significativamente menor do que a taxa de ocupação dos homens nos dois países, independente da presença ou ausência de filhos e filhas dentro do ambiente familiar. A taxa de ocupação mais alta para os homens se apresenta nas famílias com filhos e filhas entre 0 e 4 anos, enquanto para as mulheres evidencia a menor taxa de ocupação. Além disso, a autonomia econômica das mulheres se deteriorou entre o ano de 2019 e 2021, aumentando de 16,8% para 17,2 % de mulheres argentinas sem renda própria, e de 24,1% para 26,2% mulheres brasileiras sem renda própria (CEPAL, 2023).

Tabela 1: Indicadores de mercado de trabalho segundo a presença de filhas, filhos e adolescentes, Argentina e Brasil (2021)

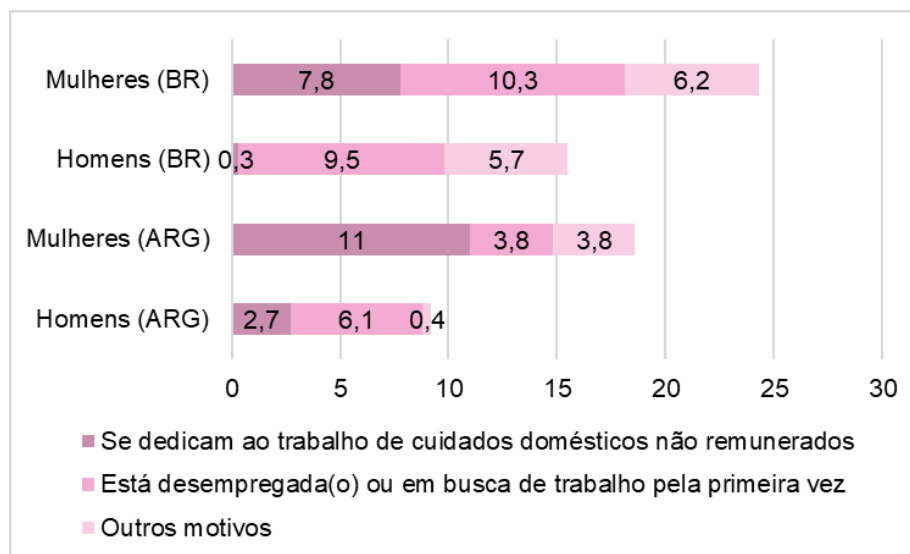
Dimensão	Indicador	Presença de filhos (crianças ou adolescentes)	Argentina		Brasil	
			Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Mercado de trabalho	Taxa de ocupação (entre 20 e 59 anos)	Famílias com filhas e filhos entre 0 e 4 anos	56,3	90	47,8	84,4
		Famílias com filhas e filhos entre 5 e 15 anos	66,6	86,8	56,1	81,2
		Famílias sem filhas, filhos e/ou adolescentes	67	78,5	56,8	73,4

Fonte: CEPAL (2023).





Gráfico 1: População sem renda própria, Argentina e Brasil (2021)



Fonte: CEPAL (2023)

O Gráfico 1 apresenta para cada motivo descrito a porcentagem de mulheres e homens que não estudam e não estão empregados. Em 2021, na Argentina, 11% das mulheres não estudavam e não estavam empregadas por se dedicarem ao trabalho de cuidado doméstico não remunerado. No Brasil, este índice era 7,8%. No caso dos homens 2,7% dos argentinos apresentaram o mesmo motivo, e 0,3% dos brasileiros (CEPAL, 2023).

A realidade das mulheres brasileiras e argentinas perpassa também pelo elemento raça, porém os dados argentinos não contemplam essa categoria. De acordo com a análise de Braz (2021), a (des)construção do censo demográfico argentino foi um dos fatores que causou o processo de invisibilização e negação dos afrodescendentes na Argentina.

No contexto brasileiro, o Boletim Especial 8 de março dia da mulher (DIEESE, 2022) apresenta o aumento da precarização do trabalho das mulheres, no cenário dos enftretamentos da pandemia, onde elas estiveram nas posições mais vulneráveis. Neste boletim mostra que, entre 2019 e 2021, 1,1 milhão de mulheres ficaram desempregadas, sendo 925 mil mulheres negras e 189 mil não negras. Durante o período houve também o aumento do número de mulheres na informalidade e volume de trabalhadoras por conta própria (ibidem, 2022). Em 2021, a diferença salarial entre homens e mulheres para o Brasil foi de 9,1% mais desigual que a Argentina, que marcou 6,3%.

5. CONCLUSÃO

A fim de verificar a relação entre as dinâmicas de trabalho que são geradas e exploradas dentro do sistema neoliberal e a consequência dessas dinâmicas na desigualdade de gênero no





mercado de trabalho argentino e brasileiro, é necessário levar em conta especificidades históricas e econômicas da região. Esses países possuem sua própria história econômica, política, social e também de colonização.

É interessante pensar a relação que Gago (2014) apresenta, como uma autora latino-americana, do pensamento feminista com o neoliberalismo. Ela alcança a ideia de que corpos latino-americanos, principalmente de mulheres, são explorados como se fossem um território, pela desvalorização e exploração do trabalho reprodutivo como matéria-prima para manutenção do capital.

As consequências das reformas políticas neoliberais trouxe uma crise do desemprego, aumento do endividamento e a precarização das condições de trabalho, que afetam principalmente as trabalhadoras mais vulneráveis, que trabalham por conta própria e estão frequentemente em situação de incerteza e alto endividamento. A divisão sexual do trabalho é fator persistente na realidade brasileira e argentina. O trabalho do cuidado, principalmente não remunerado, são distribuídos de forma assimétrica entre mulheres e homens, e são socialmente condicionadas como uma função feminina, o que resulta na diminuição do tempo disponível das mulheres para trabalhos fora do ambiente doméstico e também para frequentar escolar e universidades.

Além da diferença de participação laboral, a discriminação também é reforçada pelo papel da raça. Diante disso, é importante destacar que a abordagem interseccional é instrumento fundamental na formulação de políticas públicas para mulheres, pois, em vez de priorizar apenas uma identidade social, investe, de forma estratégica, em grupos ou segmentos sociais que são mais vulneráveis à estrutura do regime neoliberal. Considerando a interseccionalidade como importante ferramenta teórica e política, dado que a sociedade ainda necessita de mudanças estruturais e institucionais, é necessário que estudos futuros se dediquem à intersecção raça, gênero e classe gerando outra racionalidade para compreender a nossa conjuntura atual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. Campinas: Cortez, Ed. Unicamp. 2000.

ARGENTINA. **Ley 27.610, de 30 de diciembre de 2020**. Acceso a la interrupcion voluntaria del embarazo. Buenos Aires: Congreso Argentino, [2020]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/345000-349999/346231/norma.htm>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99**: um manifesto. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.





BARRANCOS, D.; ARCHENTI, N. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, E.; AVELAR, L. (org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 2019. p. 55-64.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdade**: limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAZ, D. L. F. A resistência de movimentos sociais e feminismos negros em Buenos Aires: Uma cidade que se crê fenotipicamente branca e culturalmente europeia. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 9, n. 1, p. 150-174, 2021.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. 1. ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CEPAL. **Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2008**. [s. l.], 2008. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/970-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2008>. Acesso em: 23 mai. 2023.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina y el Caribe 2022**. [s. l.], 2023. Disponível em: <https://oig.cepal.org/es/documentos/panorama-social-america-latina-caribe-2022>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acesso em: 21 jun. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **Boletim Especial 8 de Março Dia da Mulher**. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html>. Acesso em: 24 mai. 2023.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GAGO, V. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020.

GAGO, V. **La razón neoliberal**: economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.





GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>. Acesso em: 23 mai. 2023.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>. Acesso em: mai. 202.

MATTEI, L. F. Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. **REBELA**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2017.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SOARES, L. T. R. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, retrocessos, recorrências e avanços. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. especial, p. 15-24, ago. 2010.

WIGDOR, G. B. “El ajuste tiene rostro de mujer”: A 20 años de la plataforma de Beijing, las desigualdades se profundizan. **Revista Latinoamericana de Derechos Humanos**, v 27(2), II Semestre, p. 21-51. 2016.





HISTÓRIA DAS MULHERES E MOVIMENTOS FEMINISTAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Giovanna Barbosa Soares¹

Graduanda em História – UEMA
Giovannasoares1620@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Neuzeli Maria de Almeida Pinto²

Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento – UFPA
Neuzelipinto2609@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: A presente pesquisa propõe reflexões acerca das opressões de gênero com base nos estudos sobre a história das mulheres e a pluralidade dos movimentos feministas, abordando também a interseccionalidade como ferramenta de análise, ao interpretar as mulheres em suas especificidades. Assim, a metodologia do referido trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica qualitativa a partir da análise de livros, teses e artigos que privilegiam a perspectiva de gênero a partir das intersecções de raça e classe. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a história das mulheres é imprescindível para a emancipação feminina, visto que ao incorporá-las como sujeitos políticos e históricos toda a cultura de uma sociedade machista passa a ser questionada, abrindo espaço para novas interpretações da história. Nesse viés, destaca-se o paradoxo referente à participação das mulheres ao longo da história, pois ao mesmo tempo em que elas participaram ativamente do processo histórico e contribuíram em diversas esferas da sociedade, sejam elas políticas, econômicas, educativas, religiosas, culturais ou literárias, também foram oprimidas e silenciadas nesse processo. Além disso, elucida-se acerca dos movimentos feministas na conquista dos direitos das mulheres e na luta contra a violência e desigualdade de gênero, pois entende-se que estudar o feminismo significa desnudar a trajetória das mulheres por reconhecimento pelo seu lugar na história, expondo uma realidade de violência e invisibilidade. Outrossim, privilegia-se uma análise interseccional ao reconhecer a pluralidade feminina e a diversidade dos sistemas de opressões, evidenciando vulnerabilidades sociais e raciais de determinados grupos de mulheres. Por fim, o presente artigo discute as causas, consequências e permanências das opressões que permeiam o cotidiano feminino, o gênero como categoria de análise histórica, as intersecções de raça e classe e a heterogeneidade dos movimentos feministas, constatando que o debate de gênero, a criação de uma consciência feminista e a mobilização política são primordiais para a autonomia das mulheres.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo; Interseccionalidade; Pluralidade.

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), membro do Núcleo de Estudos de História das Américas (NEHA/UEMA) e do Grupo de Pesquisa e Estudos de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF/UEMA), e-mail: Giovannasoares1620@gmail.com

² Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA), professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e orientadora do presente trabalho, e-mail: Neuzelipinto2609@gmail.com





1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe efetivar um estudo crítico e reflexivo sobre as opressões de gênero a partir da história das mulheres e da trajetória dos movimentos feministas, privilegiando uma análise interseccional ao abordar a variedade dos sistemas de opressões e as intersecções de gênero, raça/etnia e classe. Para tanto, voltou-se para os estudos teóricos, perpassando temas como a construção do sistema patriarcal, o gênero como uma categoria útil de análise histórica e a interseccionalidade como instrumento teórico, consolidando, assim, uma pesquisa bibliográfica qualitativa no campo da história.

Desta feita, parte-se do pressuposto de que a história das mulheres é imprescindível para a emancipação feminina, pois ao incorporar mulheres como sujeitos políticos e históricos toda a cultura de uma sociedade machista passa a ser questionada, abrindo margem para novas interpretações da história. Paradoxalmente, a historiadora Gerda Lerner (2019) inaugurou a expressão “dialética da história das mulheres”, ou seja, a contradição referente à participação feminina na história, pois ao mesmo tempo em que as mulheres participaram ativamente desse processo e contribuíram em diversas esferas da sociedade, como políticas, econômicas, educativas, religiosas, culturais e literárias, também foram oprimidas e silenciadas ao longo desse processo histórico (Lerner, 2019).

A fim de adentrar no estudo da história das mulheres, deve-se conceituar o que é história e diferenciá-la dos eventos passados registrados, uma vez que esses registros foram feitos por homens, que consideravam a existência e os feitos de outros homens como fatos historicamente importantes, omitindo a história de metade da humanidade (Lerner, 2019). Nesse sentido, tais registros são parciais, pois privilegiam a ótica masculina ao passo que inferiorizam a vivência feminina. Assim, é necessário frisar que as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história, isto é, as mulheres participaram do processo histórico tanto quanto os homens, contudo, dada a exclusão feminina à medida que os feitos masculinos eram enaltecidos, o protagonismo foi integralizado aos homens, fazendo com que as mulheres vivessem à margem da sociedade (Lerner, 2019).

Ademais, é preciso enfatizar que homens e mulheres sofreram exclusões ao longo da história, porém, em contextos diferentes; toma-se como exemplo a discriminação por classe ou raça/etnia: homens e mulheres foram marginalizados em decorrência da sua classe social ou raça/etnia, mas nenhum homem foi excluído pelo seu gênero, apesar de todas as mulheres terem sido (Lerner, 2019). Nesse viés, é inegável que as mulheres foram vitimadas e oprimidas pelos homens, porém, é um erro básico definir as mulheres essencialmente como vítimas, pois essa





narrativa contribui para o apagamento e invisibilidade das práticas de resistências adotadas por mulheres, retirando o protagonismo feminino e colocando-as em uma posição de vulnerabilidade e inferioridade (Lerner, 2019).

Conforme o que foi exposto, enfatiza-se que é fundamental abordar os movimentos feministas para o estudo da história das mulheres em sua totalidade e extensão. Inicialmente, destaca-se as décadas de 1920 e 1930, pois as mulheres conquistaram direitos importantes em termos formais e judiciais, sobretudo no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação (Piscitelli, 2001). Posteriormente, ver-se-á o movimento feminista nos anos 1960 e 1970, somado ao contexto de censura e repressão da ditadura militar. Assim, sabe-se que o feminismo é um movimento político que defende a igualdade entre os gêneros, sendo responsável por diversas conquistas das mulheres ao longo da história.

1.1 Gênero e pensamento feminista: uma análise histórica

De forma geral, pode-se afirmar que o gênero é a construção social do sexo. Para a historiadora Joan Scott (1989), gênero é um elemento que constitui as relações baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos, isto é, uma forma básica de dar significado às relações de poder. Dito isso, o conceito de gênero, tal qual o conceito de poder, são fundamentais para estabelecer essa linha de pensamento.

O termo “gênero” surgiu entre as feministas estadunidenses e para Scott (1989), o conceito é uma rejeição ao determinismo biológico, presente no uso de definições como “sexo” ou “diferenciação sexual”. Nesse contexto, a categoria gênero é uma reivindicação das feministas contemporâneas, que não acreditam na definição do sexo como fator determinante nas diferenças entre homens e mulheres, pois o gênero e o sexo são compreendidos aqui como distintos, apesar de estarem relacionados. A fim de corroborar o argumento, tem-se um trecho da obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1980), que propõe a desmistificação das representações que inferiorizam as mulheres, incentivando uma nova forma de pensar sobre a construção do ser mulher:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma como a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado que qualificam de feminino. [...] a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade (Beauvoir, 1980, p.9-21).





Ao analisar a fala de Beauvoir, torna-se evidente que “ser mulher” é uma construção sociocultural. É possível perceber esse fato sobretudo quando a autora afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, ou seja, a feminilidade e o comportamento disciplinador imposto às mulheres desde o seu nascimento é uma aquisição cultural e não um fato biológico. Teorizando acerca do gênero, pode-se considerá-lo como uma construção cultural a partir do processo de socialização que prepara os indivíduos para desempenharem papéis sociais conforme o seu sexo biológico, ou seja, a sua “natureza”. Em outras palavras, o gênero é uma aquisição sociocultural que atribui ao homem e à mulher papéis distintos dentro da sociedade, que podem variar conforme os costumes de cada lugar (Scott, 1989). Nessa mesma perspectiva, a socióloga Heleieth Saffioti (1987) explica:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (Saffioti, 1987, p.8).

Historicamente, o conceito de gênero foi utilizado como rejeição ao determinismo biológico e às noções normativas da feminilidade na sociedade. Para a historiadora Natalie Davis (1976), o objetivo da análise histórica acerca do gênero consiste em desvendar a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas variadas sociedades e épocas, a fim de compreender a sua estrutura e o seu funcionamento através da preservação ou transformação da ordem social (Scott, 1989).

Nesse contexto, os discursos que objetivavam legitimar o homem e a mulher como sexos biologicamente e socialmente distintos corroboraram as desigualdades políticas, sociais e econômicas entre os gêneros, de modo que essas assimetrias foram utilizadas para consolidar comportamentos de subordinação e submissão feminina em diversos aspectos (Piscitelli, 2001). Na mesma perspectiva, tem-se a concepção foucaultiana, que elucida acerca da existência de dispositivos de poder atuando sobre o indivíduo, um determinado grupo ou até mesmo a sociedade como um todo, constituindo um caráter normalizador que beneficia as estruturas sociais e as classes dominantes através do controle, ou seja, do poder (Foucault, 1979). Dessa maneira, é de suma importância estudar e compreender as nuances que permeiam a opressão feminina e a institucionalização do poder masculino, presente no sistema patriarcal.

1.2 Patriarcado e opressão de gênero

O termo “opressão” significa subordinação forçada e é utilizado para descrever a condição vulnerável de indivíduos ou grupos específicos; o patriarcado, por sua vez, é a





manifestação e institucionalização do poder masculino sobre as mulheres e crianças na família e a extensão desse poder na sociedade em geral (Lerner, 2019). Dito isso, parte-se da premissa de que “a sociedade é patriarcal quando é dominada pelo homem, identificada pelo homem e centrada no homem. E, também, envolve vários aspectos da opressão das mulheres” (Richartz, 2007, p. 35).

A existência da história das mulheres foi ignorada e escondida pelo patriarcado, que as subjugou e fomentou uma narrativa misógina: as mulheres não produziram avanços importantes no campo intelectual, pois estavam ocupadas tratando de questões domésticas/familiares, conforme a sua “natureza” (Lerner, 2019). Essa premissa foi baseada no determinismo biológico a fim de justificar uma suposta “inferioridade” feminina; sabe-se que homens e mulheres possuem distinções biológicas, no entanto, os valores machistas atribuídos a essas diferenças são resultantes da cultura patriarcal (Lerner, 2019).

Desse modo, questiona-se como e onde surgiu esse sistema patriarcal. No livro “A criação do Patriarcado”, Lerner (2019) afirma que o patriarcado como sistema histórico tem início na história e é exatamente por isso que ele pode ser extinto pelo processo histórico. Além do mais, a autora reitera que os questionamentos sobre a forma como o patriarcado se consolidaram e se institucionalizou são muito mais importantes do que a origem de fato desse sistema.

Conforme a perspectiva de Lerner (2019), o estabelecimento do patriarcado não foi um evento, mas sim um processo que se desencadeou no tempo e na história. Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, Saffioti (2004) discorre sobre o surgimento do sistema patriarcal no seu livro “Gênero, patriarcado e violência”, no qual a autora afirma que a palavra patriarcado originalmente se refere à autoridade do pai, que exerce poder sobre a família, ou seja, mulheres e crianças.

No patriarcado, a opressão das mulheres pelos homens é inevitável, o que constitui relações de gênero desiguais, nas quais o poder masculino é hegemônico, seja na ordem política, moral, social, econômica ou cultural. Assim, a base para o sistema patriarcal é a ideologia machista, que defende a superioridade natural dos homens à proporção que as mulheres são tidas como inferiores, sendo que essa forma de dominação depende da sujeição feminina (Saffioti, 1987). Nesse viés, a socióloga Terezinha Richartz (2007) produziu uma tese na qual aborda as relações de gênero:

Analisando como se estabelecem as relações entre homens e mulheres, em parte significativa dos países, é possível mostrar como as desigualdades são construídas historicamente, numa relação de exploração-dominação e o privilégio dos homens em detrimento das mulheres. Isso quer dizer que os valores e ideias existentes na sociedade, estabelecem uma hierarquia





de poder entre os sexos e fazem com que a relação dominação/submissão entre homens e mulheres esteja presente em todos os lugares: na família, na empresa, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos (Richartz, 2007, p.26).

Nesse sentido, entende-se que as relações de gênero estão imbricadas com as relações de poder, ou seja, tem-se uma hierarquização dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres nas mais diversas esferas da sociedade. Desse modo, no sistema patriarcal, o homem detém o poder de múltiplas formas, demonstrando que a história da humanidade está baseada nas relações de gênero (Saffioti, 1987). Além disso, é de extrema importância ressaltar a construção de uma consciência feminista ao longo da história como uma alternativa de resistência e combate a esse processo de dominação masculina.

Alguns teóricos elucidam acerca do despertar tardio dessa consciência feminista. Historicamente, o “poder masculino” foi legitimado pela Igreja e corroborado pela Bíblia através das representações de Eva, a pecadora, fruto de todo mal e Maria, a redentora, exemplo de submissão e obediência. Assim, tal qual a mentalidade produzida pelo patriarcado, as ideias conservadoras cristãs estavam intrínsecas na sociedade, de modo que os papéis sociais não pudessem ser questionados, baseados nessa premissa machista e excludente (Federici, 2017).

Dessa forma, a cultura machista presente no sistema patriarcal é um dos aspectos para a construção tardia de uma consciência feminista, uma vez que “a ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos” (Saffioti, 1987, p.34). Assim, o machismo estrutural muitas vezes impede as mulheres de perceberem as opressões que as cercam, entretanto, isso não quer dizer que elas são incapazes de se organizarem politicamente a partir da construção de uma consciência feminista, que defende a emancipação feminina em todas as esferas sociais.

1.3 História das mulheres e relações de gênero: apontamentos históricos e debates teóricos

Dados os debates acerca da historicidade do gênero, os teóricos (as) voltavam seu olhar para uma construção da história das mulheres, entretanto, essa narrativa foi elaborada sob uma premissa limitante, pois estava exclusivamente atrelada ao sexo e à família e não à política ou economia, por exemplo; ou seja, atribui-se às mulheres unicamente à questão familiar e desse modo volta-se à estaca zero (Scott, 1989). É nesse sentido que a autora Joan Scott (1989) tece críticas ao modo como os historiadores tentaram teorizar acerca do gênero, uma vez caíram no senso comum, propondo explicações simplistas e universais, sem considerar a análise interseccional.





Ademais, as feministas marxistas também não escaparam das críticas da autora, que ao analisar as teorias materialistas desenvolvidas sobre o gênero, percebeu que essa interpretação priorizou um viés econômico, ignorando a construção histórica do gênero como categoria de análise. Portanto, para a historiadora, no seio do marxismo, o conceito de gênero foi tido como subproduto das estruturas dominantes e isso significa que esse viés não analisou o gênero como uma categoria autônoma (Scott, 1989).

Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, Piscitelli (2001) também elucida acerca da contradição do feminismo marxista. A autora afirma que, consoante as feministas adeptas à teoria, as formas de opressão sexual teriam uma base material na estrutura de classes e a opressão das mulheres, tal qual a exploração de classe, poderia ser superada com a instauração de um regime comunista, em uma sociedade sem classes. A contradição torna-se evidente quando se percebe que hierarquias de gênero se mantiveram em países socialistas, onde o novo regime implementado supostamente libertaria as mulheres (Piscitelli, 2001). Do mesmo modo, Saffioti (1987) afirma:

Um exame, ainda que superficial, das relações sociais cotidianamente praticadas nas sociedades socialistas mostra que nenhuma delas resolveu os problemas do racismo e da inferioridade social da mulher. Alegam seus líderes e outros defensores que são necessários séculos para eliminarem-se preconceitos milenares, como o racial e o sexual. Teme-se que estas sociedades jamais cheguem a extirpar de seu seio estes dois cânceres, se persistirem em considera-los meramente enquanto ideologias (Saffioti, 1987, p. 91).

Para a socióloga, a discriminação de gênero e o racismo persistiram em regimes socialistas, pois foram incorporados apenas como meros preconceitos e não como ideologias que são sustentadas pelas estruturas dominantes, “pois existem estruturas de poder, traduzidas por relações sociais de dominação-subordinação, que não se alteram enquanto forem tratadas, de maneira simplista, como preconceitos” (Saffioti, 1987, p. 91). Nesse mesmo viés, no livro “Calibã e a bruxa”, a historiadora Silvia Federici (2017) também esboça críticas ao marxismo, pois, na concepção da autora, Karl Marx negligenciou a participação das mulheres no contexto da acumulação primitiva. Desse modo, Federici (2017) propõe ampliar a ótica marxista e atrelá-la à categoria histórica do gênero.

As feministas marxistas se baseavam na perspectiva do teórico alemão Friedrich Engels, que escreveu o livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” em 1884, onde discute as causas da opressão feminina atreladas à instauração do sistema capitalista. Nesse viés, o autor acreditava que os primeiros seres humanos viveram em sociedades não hierárquicas nas quais as mulheres não sofriam opressões, ou seja, Engels argumentava que a subordinação feminina surgiu com a propriedade privada e seria extinguida em uma sociedade sem





classes. Dessa forma, o teórico afirmou que “uma das concepções mais absurdas advindas do Iluminismo do século XVIII é a de que, no início da sociedade, a mulher teria sido escrava do homem” (Engels, 1972, p.113).

Autoras como Gerda Lerner (2019) e Heleieth Saffioti (1987) vão na contramão do argumento do autor, pois acreditam que as mulheres são oprimidas desde o surgimento da humanidade. Somado a isso, Lerner afirma que a primeira forma de escravização humana foi a feminina, pois antes dos homens escravizarem os prisioneiros de guerra de grupos rivais, já haviam praticado essa forma de opressão com as mulheres do próprio grupo (Lerner, 2019). Por conseguinte, a teórica afirmou que embora os pressupostos básicos defendidos por Engels sobre a “natureza” dos sexos fossem pautados na aceitação de teorias evolutivas da biologia, a grande contribuição do marxista foi perceber o impacto social e cultural na estruturação e definição das relações entre homens e mulheres, pois o teórico não acreditava na universalidade da opressão feminina (Lerner, 2019).

1.4 História dos movimentos feministas: mobilização e consciência

Ao longo da história, as mulheres foram silenciadas de muitas maneiras, seja pela religião, pelos sistemas políticos ou pelas regras normativas impostas na sociedade. Assim, as denúncias sobre as opressões das mulheres passaram a ter maior alcance com o crescimento dos movimentos feministas, que têm seu marco legal no século XIX com as sufragistas, entretanto, sua ação política determinante se dá em meados do século XX, quando as mulheres intensificam suas lutas por direitos, igualdade e justiça social (Teles, 1999).

No começo do século XX, o voto era um direito exclusivamente masculino em quase todos os países do mundo. O novo século trouxe consigo muitas transformações e o ideal de modernidade estava em evidência, juntamente com as concepções de civilização e progresso. Nesse sentido, muitas mulheres começaram a se mobilizar para garantir o direito ao voto feminino; essas ativistas ficaram conhecidas como sufragistas. Gradualmente, entre os anos de 1890 e 1994, mulheres de diferentes nações adquiriram o direito de votar e de se candidatar a um cargo público (Pinto, 2003).

Contudo, essa trajetória foi dura e muitos desafios ainda estão postos no que se refere à garantia de direitos das mulheres, mesmo na contemporaneidade. Para compreender melhor esse percurso histórico, em primeiro plano pretende-se pensar o direito ao voto feminino em um contexto mundial para posteriormente analisar o cenário brasileiro, estabelecendo uma linha cronológica.





Para a historiadora francesa Michelle Perrot (2007), os movimentos feministas do século XIX e início do século XX buscavam a transformação da condição feminina na sociedade através, principalmente, da luta pela participação no cenário eleitoral. De fato, essa é uma das primeiras pautas dos movimentos de mulheres capaz de se difundir pelo mundo industrializado ou em industrialização. Na Europa, a luta das sufragistas se misturava à luta do movimento operário contra a exploração dos trabalhadores, atuando nos partidos de esquerda, socialistas e comunistas.

Na Inglaterra, a filósofa Mary Wallstonecraft, conhecida como a primeira feminista do mundo, produziu uma obra de extrema relevância para se pensar a luta das mulheres: “Reivindicações dos direitos da mulher”, publicado originalmente em 1792. Nas Américas, a Constituição dos Estados Unidos, promulgada em 1787, definiu apenas em 1919 o direito ao voto para as mulheres, no contexto da luta contra a escravidão e com forte influência das sufragistas inglesas. As estadunidenses conquistaram o direito ao voto no início da década de 1920, enfatizando os debates no tocante à democracia.

Direcionando a análise para o cenário brasileiro, destaca-se a educadora brasileira Nísia Floresta, que em 1833 publicou o livro “Direitos das mulheres e injustiças dos homens”, no qual acentua que a situação de ignorância em que as mulheres estavam mantidas era o fator principal para as dificuldades que enfrentavam, pois estavam submetidas a um círculo vicioso, uma vez que não possuíam instrução e não podiam participar da vida pública, e não participando da vida pública, continuavam sem instrução. Dessa forma, entende-se que a educação é a base para a emancipação feminina, pois é a partir desta que se cria a consciência para reivindicar o lugar das mulheres na história.

No Brasil, a história dos movimentos feministas é permeada por diversidades e peculiaridades representada por mulheres que marcaram a história e enfrentaram a sociedade patriarcal a fim de desfazer narrativas misóginas e machistas que inferiorizaram as mulheres ao longo dos séculos. O Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado brasileiro a conceder o voto à mulher, sendo o marco em 1927, registrando a primeira eleitora, Celina Guimarães Viana. No entanto, na primeira eleição em que as mulheres votaram, seus votos foram anulados por decisão da Comissão de Poderes do Senado Federal, em 1928, alegando que era necessária uma lei específica a respeito. Em seguida, o estado elegeu, em 1929, a primeira prefeita da América do Sul, Alzira Soriano, na cidade de Lajes (Tosi, 2016).

Em 1930, começou a tramitar no Senado o projeto que garantiria o direito de voto às mulheres, mas devido à revolução ocorrida naquele ano as atividades parlamentares foram





suspensas. Após a vitória das forças democráticas, foi nomeado um grupo de juristas responsável por elaborar o novo código eleitoral e dentre eles estava Bertha Lutz, a líder do movimento sufragista (Tosi, 2016).

Finalmente, em fevereiro de 1932, Getúlio Vargas assinou o tão esperado direito de voto, sendo incorporado à Constituição de 1934, porém esse voto era facultativo e apenas em 1965 é que o voto feminino se tornou obrigatório, se equiparando ao voto dos homens. É importante destacar que apesar do avanço no que se refere à conquista do voto feminino, esse marco não alcançou todas as mulheres, pois estava limitado às mulheres casadas que tivessem autorização do marido, viúvas e solteiras com renda própria (Pinto, 2003).

Muitos movimentos sufragistas presumem que suas ações eram parte de uma luta coletiva internacional, possuindo um sentido universal, mesmo em face da oposição interna significativa. Outras linhas de pensamento, ao contrário, acreditam que a mudança social se deu a partir dos processos nacionais de modernização e de desenvolvimento político, colocando a aquisição do sufrágio feminino como uma vitória nacional específica (Tosi, 2016). A conquista do direito ao voto feminino foi um fato muito importante para a história das mulheres. Em contrapartida, a estudiosa June Hahner (2003) alega que a campanha sufragista no Brasil não foi um movimento das massas populares, mas apesar disso, alcançou o mérito de se caracterizar por sua excelente organização e mobilização política.

De todo modo, o direito ao voto feminino, acompanhado do direito de se candidatar e ser eleita, foi conquistado por meio de lutas históricas de longa duração com mulheres desbravadoras que lideraram as primeiras conquistas feministas e mostraram que lugar de mulher é também na política e nos centros de decisão do país. Ampliou-se significativamente o protagonismo feminino na sociedade, porém a discriminação de gênero persiste, devido à cultura patriarcal e ideologia machista que inferioriza mulheres e muitas vezes impossibilita a sua ascensão social, o que faz com que elas sigam lutando pelos seus direitos, sendo um dos grandes desafios a ocupação dos espaços de poder (Teles, 1999).

Por conseguinte, já nos anos 1960 e 1970, tem-se a segunda onda do feminismo no Brasil, marcada pelas lutas de direitos civis e culturais; nesse período, as discussões voltavam-se para questões de identidade, sexualidade e direitos reprodutivos (Pedro, 2006). Assim, na década de 1970 surgem diversos grupos de consciência feminista que se organizam em eventos visando discutir pautas femininas; esses encontros resultaram na criação do Centro da Mulher Brasileira (RJ) e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (SP); subsequentemente, em 1979, acontece o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres. Nesse cenário, a categoria





gênero representa a ampliação das teorias feministas e na segunda metade da década de 1980 tem-se o começo da desarticulação da teoria homem/mulher, surgindo vários grupos feministas espalhados por todo o país (Teles, 1999).

Desse modo, a historiadora Céli Pinto (2003) divide as fases dos movimentos feministas (1ª onda e 2ª onda) como “feminismo bem-comportado” e “feminismo mal-comportado”, pois explica que o caráter do primeiro não era de ruptura, mas sim de aliança com as estruturas dominantes, diferentemente do segundo feminismo, que afrontava os poderes e possuía uma postura mais radical:

O primeiro não afrontava os poderes, mas buscava apoio neles. Não pode ser percebido a partir de uma clivagem de classe social, mas certamente a partir da forma como essas mulheres viviam suas posições de elite econômica e intelectual. O segundo era de enfrentamento: o feminismo “malcriado” expressava-se nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de mulheres livre-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro. Somavam-se a elas as anarquistas radicais que traziam para a discussão o mundo do trabalho, muito distante das preocupações das feministas de elite (Pinto, 2003, p. 38).

As estratégias de lutas presentes nos movimentos feministas possibilitaram mudanças nas estruturas legais, criação de instrumentos de proteção e ampliação dos direitos das mulheres. No entanto, é imprescindível ressaltar que essa é uma luta contínua, pois os direitos das mulheres têm sido frequentemente questionados e muitas vezes são ignorados. Ademais, o movimento feminista é o responsável por trazer à tona uma série de dilemas sofridos pelas mulheres que perpassam a falta de reconhecimento como agentes do processo histórico, a desvalorização e inferiorização do seu trabalho e a violência sofrida por muitas mulheres, invisibilizadas pelas amarras do patriarcado (Teles, 1999).

O feminismo é um movimento coletivo pautado na luta pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos na sociedade, através da desmistificação de verdades absolutas baseadas em premissas limitantes, como a ideia de que a submissão das mulheres estava presente na sua natureza feminina, dados os estereótipos consolidados na sociedade patriarcal e as crenças religiosas que impuseram durante séculos posições subalternas às mulheres. Por fim, o feminismo é um movimento político com clareza de que as relações patriarcais que são submetidas às mulheres não são naturais, mas sim socioculturais e por isso há a possibilidade política de sua transformação (Saffioti, 1987).

Estudar os movimentos feministas é o mesmo que desvendar a luta das mulheres por reconhecimento e reivindicação pelo seu lugar na história. Essa luta é também pela existência de um grupo social que foi silenciado e que ainda resiste atualmente para sair da invisibilidade. Vale ressaltar





que as mulheres são sujeitos plurais e diversos, e o que todas têm em comum, independente de classe social, nacionalidade ou raça/etnia é a opressão de gênero, no entanto, apesar dessa unidade de opressão, é imprescindível frisar que as mulheres possuem especificidades próprias e que dentro do sistema patriarcal, que é também racista e classista, algumas mulheres possuem privilégios perante outras, isto é, as opressões que as permeiam são diversas e as atingem de diferentes formas, ou seja, certas mulheres estão mais expostas e vulneráveis do que outras, conforme ver-se-á adiante.

1.5 Gênero: uma análise interseccional

A interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária (entre tantas outras categorias de análise) são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade nada mais é do que uma forma de explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Hill; Bilge, 2021).

Inicialmente, faz-se necessário conceituar o surgimento histórico da interseccionalidade como ferramenta analítica. Nas décadas de 1960 e 1970, temas como condições de trabalho, educação, emprego e acesso à saúde estavam em evidência, sobretudo devido às pautas abordadas pelas ativistas negras estadunidenses, no entanto, elas não obtiveram o apoio almejado nos movimentos antirracistas, nem no feminismo ou nos sindicatos que defendiam os interesses da classe trabalhadora, pois cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria em detrimento de outras, por exemplo: raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical (Hill; Bilge, 2021).

Contudo, tendo em vista que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, não existia um movimento que englobasse a complexidade das dificuldades enfrentadas por elas. Assim, as questões específicas no tocante às mulheres negras continuavam invisíveis dentro dos movimentos, uma vez que nenhum deles iria ou sequer poderia abordar sozinho todos os tipos de opressões vivenciadas por essas mulheres. Dessa maneira, a interseccionalidade é utilizada como instrumento de análise em resposta a esses desafios (Hill; Bilge, 2021).

Em relação ao Brasil, Pinto (2003) destaca que de 1932 até as primeiras manifestações nos anos 1970, pode-se considerar um período de refluxo do movimento feminista, em que havia pouco espaço para as chamadas pautas específicas. Desta feita, a socióloga Saffioti (1987) assinala que as mulheres afro-brasileiras passam a sistematizar seus estudos feministas a partir da sua condição específica de mulher negra, enfrentando os preconceitos de raça, classe e gênero, pois “Tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas de dominação-exploração, que





garantem relações sociais do mesmo gênero, isto é, também de dominação-exploração” (Saffioti, 1987, p. 91). O sistema patriarcal de dominação e exploração feminina se torna evidente, sobretudo quando se refere à questão da raça/etnia:

De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente na discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na “ordem das bicadas” é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres (Saffioti, 1987, p.16).

Seguindo com essa mesma linha de pensamento, Lélia González (1984) elucida sobre o “duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, onde o racismo se constitui para as mulheres negras como a “sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (González, 1984, p. 224). Desta feita, a articulação entre essas duas formas de opressão, racismo e sexismo, proporciona resultados violentos sobre a mulher negra em específico. A intelectual Saffioti (1976) aborda a função da mulher escravizada no sistema produtivo da sociedade escravocrata e relaciona com a “prestação de serviços sexuais”. Dessa maneira, a autora enfatiza que a mulher negra foi convertida no “instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar” (Saffioti, 1976, p. 165). Assim, percebe-se que historicamente a mulher negra foi desumanizada e utilizada como objeto sexual, ao passo que à mulher branca cabia a função de ser “rainha do lar” e esposa.

Originalmente, o termo interseccionalidade surgiu em 2001, quando a jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw palestrava na África do Sul no tocante à questão racial. Sobre a necessidade da implementação do conceito interseccional, Butler (2018) afirma que a teoria feminista demandava uma linguagem que representasse de modo completo as mulheres, porém o próprio movimento feminista estava fragmentado e começaram a surgir questionamentos referentes à eficiência de tal representatividade. Assim, a interseccionalidade surge nesse contexto, como uma teoria que engloba diversos sistemas de opressão:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

A partir da análise dos estudos teóricos, percebe-se que o conceito de interseccionalidade desconstrói a ideia de universalidade das mulheres, pois reconhece a pluralidade dos





sujeitos femininos e das opressões que as cercam. Em outras palavras, uma mulher de elite branca não vai experimentar as mesmas formas de opressões que uma mulher negra periférica, conforme está explícito no livro “O que é lugar de fala?” de autoria da filósofa Djamila Ribeiro: “Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma” (Ribeiro, 2017, p.61).

O reconhecimento da multiplicidade de opressões enfrentadas pelas mulheres não minimiza a opressão primeira no tocante ao gênero, mas sim admite que em uma sociedade patriarcal, machista, racista e classista os grupos sociais de maior vulnerabilidade estarão mais expostos aos variados tipos de exploração:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas de peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetam desproporcionalmente apenas algumas mulheres (Crenshaw, 2002, p.173).

Conforme o que foi exposto, entende-se a variedade de opressões que atingem as mulheres negras e pobres. Desse modo, a interrelação do patriarcado com o racismo evidencia os sujeitos femininos mais expostos às opressões cotidianas. Em contrapartida, a interseccionalidade considera as pautas identitárias coletivas, se mostrando como um instrumento de análise a fim de abordar a complexidade dos problemas específicos de um determinado grupo (Hill; Bilge, 2021).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os apontamentos teóricos, a presente pesquisa parte do pressuposto de que a história das mulheres é fundamental para a emancipação feminina. Desse modo, pretendeu-se abordar a trajetória dos movimentos feministas, considerando o gênero como uma categoria útil de análise histórica e a construção da história das mulheres como combustível para a formação do pensamento feminista e mobilizações dos movimentos de mulheres.

Além disso, evidenciou-se a variedade dos sistemas de opressões femininas a partir das intersecções de gênero, raça/etnia e classe, enfatizando que determinadas mulheres estão mais vulneráveis do que outras, tendo em vista que uma sociedade patriarcal é também racista e elitista, impactando a vivência feminina de diferentes formas. Por conseguinte, foram discutidas





as nuances que permeiam a exploração das mulheres através da institucionalização do poder masculino e as estratégias de resistência contra esse sistema de dominação.

Por fim, constata-se que o debate em torno das questões relacionadas ao gênero, o conhecimento acerca da história das mulheres, a construção de uma consciência feminista, a ferramenta interseccional como resposta às diversidades dos sistemas de opressões, o senso de coletividade entre as mulheres e a mobilização política são primordiais para a autonomia feminina, para que seja possível pensar em uma sociedade mais justa e livre das discriminações de gênero, raça e classe social.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Câmara dos Deputados – 24 DE FEVEREIRO – DIA DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História (São Paulo)**, v. 30, p. 196-213, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero**. Tradução Liane Schneider. Los Angeles: University of California, 2002.

DAVIS, Natalie. Womens History in Transition: the European case. **Feminist Studies**, v.3, n.3/4, 1976, p.83-103.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 1972. Editores internacionais.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. **Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Editora Boitempo, 2021.





HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: EDUNISC, 2003, p.333.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo, Cultrix, 2019.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, n.52, vol. 26, 2006. p. 249-272

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto. 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. “**Recriando a (categoria) mulher?**”. In: ALGRANTI, L. (org.). “A prática feminista e o conceito de gênero”. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCHUnicamp, 2002, p. 7-42.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

RICHARTZ, Terezinha. Paradoxos da implementação da lei de cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB e PFL. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). São Paulo, 2007, p. 26-52.

SAFFIOTI, Heileitch I.B., *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heileitch I.B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Trabalho feminino e capitalismo. Perspectivas: *Revista de Ciências Sociais*, v. 1, 1976.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 1º edição, 1989.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TOSI, Marcela. *Voto feminino: a história do voto das mulheres*. Politize, 2016. Disponível em: [Voto feminino: a história do voto das mulheres | Politize!](#)

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Boitempo. Editorial, 2017.





NEURODIVERSIDADE: UMA INSPIRAÇÃO FEMINISTA

Wlisses Figueiredo Matos

Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA
wlissesfmatos@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Marília Samália Ferreira Martins

Mestranda em Políticas Públicas – UFMA
marilia.samalia@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A neurodiversidade é um termo cunhado em 1999 pela socióloga australiana Judy Singer, que se identifica como uma pessoa no Espectro Autista (TEA). O conceito refere-se às variações naturais no funcionamento neurológico dos indivíduos, destacando a importância do respeito e da inclusão de pessoas autistas, frequentemente chamadas de neurodivergentes, neuroatípicas e/ou neurodiversas. Este estudo adota uma perspectiva das ciências sociais e dos estudos feministas para explorar o surgimento do termo, contextualizando-o como uma pauta central de um movimento social liderado por pessoas neurodivergentes. Para isso, serão analisadas as contribuições de autores e pesquisadores dentro desse espectro, como Judy Singer(1999), Tiago Abreu (2021), Jim Sinclair (1993), além de estudiosos da temática da Neurodiversidade como Francisco Ortega (2008) e Débora Diniz(2007). A pesquisa é de caráter descritivo, com uma abordagem qualitativa, baseada em um levantamento bibliográfico contextualizado historicamente. A investigação se motiva pelas referências históricas que fundamentam o Movimento Social da Neurodiversidade, destacando as influências dos estudos feministas, com destaque para Joan Scott (1998), Judith Butler (2003, 2004), Carla Akotirene (2019) e Simone Beauvoir (1980). Ambos os movimentos compartilham experiências de opressão e exclusão, seja em relação ao corpo da mulher ou da pessoa com deficiência. Os estudos sobre deficiência, sustentados pelo arcabouço teórico das Ciências Sociais, ganharam força no Reino Unido na década de 1970, quando pesquisadores propuseram o modelo social da deficiência. Este modelo critica as estruturas excludentes e os mecanismos de segregação de corpos presentes nos discursos tradicionais. A incorporação deste modelo foi influenciada pelas teorias feministas, que, assim como a deficiência, consideram o gênero um construto cultural, moldando instituições, subjetividades, práticas culturais, comunidades históricas e posicionamentos políticos (Garland-Thomson, 2002). Com base nessas abordagens, em que os estudos feministas se entrelaçam com os estudos da deficiência à luz do modelo social, surgem novas problematizações. Essas incluem a culpabilização das mães pela condição de filhos com TEA, a necessidade do cuidado, a distinção entre justiça social e igualdade de direitos, e a compreensão da deficiência como uma experiência interseccional, envolvendo marcadores sociais como geração, gênero, etnia e classe social. Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional sobre a intersecção entre gênero, deficiência e neurodiversidade.

Palavras-chave: Feminismo; Neurodiversidade; Movimento Social.

1. INTRODUÇÃO

O movimento da neurodiversidade tem raízes históricas de luta pelo respeito à diferença, entretanto ganhou uma repercussão e base com o advento das mídias sociais, fóruns e blogs da





internet, trazendo uma perspectiva inovadora e transformadora, desafiante das visões tradicionais sobre condições neurológicas e cognitivas. Em vez de tratar características como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a dislexia, entre outras, como meros déficits ou patologias, o movimento propõe compreendê-las como variações naturais da diversidade humana.

Inspirado por mobilizações sociais e avanços nos estudos interdisciplinares, o conceito de neurodiversidade enfatiza a valorização das diferenças neurológicas e busca promover a inclusão e a equidade em diferentes contextos sociais, ponto de encontro com as pautas feministas. A neurodiversidade e o feminismo, embora originados em contextos diferentes, compartilham objetivos comuns: a valorização da diversidade, a luta contra opressões estruturais e a promoção da inclusão e da equidade. Enquanto o feminismo questiona e desconstrói normas de gênero que perpetuam desigualdades, o movimento da neurodiversidade desafia paradigmas médicos e sociais que patologizam variações neurológicas, como as relacionadas ao TEA, TDAH, dislexia, discalculia, entre outras.

A interseção entre esses movimentos revela uma dimensão pouco explorada, mas profundamente significativa. Dado que na construção epistemológica da Neurodiversidade, pela socióloga Judy Singer (1999) foi a Interseccionalidade, uma categoria analítica central no feminismo contemporâneo.

Neste contexto que este artigo se projeta, com o objetivo de elaborar um ensaio teórico sobre os dados referentes à construção inicial do movimento social da Neurodiversidade e a influência do Movimento Feminista nas teorizações de algumas situações da deficiência e estruturação do entendimento da própria Neurodiversidade. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre sociólogos, médicos, antropólogos, historiadores, entre outros cientistas e pesquisadores dos movimentos sociais.

A metodologia adotada para a construção desta pesquisa é descritiva, com uma abordagem qualitativa fundamentada no método etnográfico (GIL, 2017). Paralelamente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os movimentos sociais, com ênfase no movimento feminista, devido ao seu papel significativo como catalisador de mudanças sociais ao longo do tempo.

Nesse sentido, para explorar os benefícios da pesquisa bibliográfica, utilizamos um conjunto diversificado de instrumentos e dados previamente desenvolvidos sobre a temática. Conforme Fonseca (2002, p. 32), "qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto". Os





instrumentos de coleta de dados empregados incluíram livros, artigos científicos, monografias e dissertações, compreendendo um acervo de registros provenientes de pesquisas anteriores, conforme descrito por Severino (2007, p. 122): "registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.".

2. NA CRISTA DA ONDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A característica democrática de dar visibilidade a demandas historicamente marginalizadas ao longo dos processos sociais constitui um eixo central dos movimentos sociais até os dias atuais. Esse processo tem possibilitado a ampliação do debate político como forma de promover direitos a populações anteriormente excluídas. Exemplos marcantes dessa expansão do espaço democrático incluem os movimentos Feminista, Negro e LGBTQIAP+, que têm desempenhado papéis fundamentais na construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

A socióloga feminista e pesquisadora da área de gênero Saffioti (1986), aponta que as respostas dos grupos oprimidos à opressão estrutural de dominação, seja do patriarcado, da dominação masculina, dos burgueses e/ou pessoas brancas (entre outras), sempre tiveram existência no transcorrer da história, porém foram silenciadas, suprimidas ou tiveram suas vozes abafadas/descontextualizadas pelos dominantes.

Alguns prováveis registros e representações das lutas de mulheres contra a desigualdade foram estrategicamente atenuados, de tal forma que não é possível identificar com certeza a existência, dada a intencionalidade do silenciamento da atuação política do gênero (SAFFIOTI, 1986).

Desta forma, tomando como parâmetros as perspectivas espaciais e temporais europeias e estadunidenses, tem-se que a primeira onda do Movimento feminista é datada da eclosão da Revolução Francesa, final do século XVIII, se prolongando até as primeiras décadas do século XX, tendo como protagonistas, mulheres brancas e de classe média que reivindicavam a sua inserção no cenário político, pautando primordialmente a sua participação cidadã e por direitos jurídicos e políticos (Miguel, 2014; Pinto, 2010).

É importante destacar que, embora essas mulheres enfrentassem inúmeras adversidades decorrentes de uma estrutura patriarcal que limitava seu acesso à educação, sua participação nas decisões públicas e privadas, bem como a possibilidade de viver para além das funções domésticas, foram suas condições de privilégio de classe que garantiram maior visibilidade às suas demandas por direitos fundamentais. Ainda que esse processo tenha sido difícil e restrito, ele permitiu que suas reivindicações fossem notadas. Em resumo, as demandas desse grupo específico centravam-se na livre





participação democrática, com destaque para o direito ao voto e a inserção em atividades laborais fora do ambiente doméstico, que socialmente lhes era imposto.

As sufragistas, por exemplo, lutaram incansavelmente pelo sufrágio feminino, reivindicando o direito das mulheres de votar e serem representadas politicamente (Bittencourt, 2015). Esta onda também trouxe à tona discussões sobre a desigualdade de gênero, a discriminação no local de trabalho e a opressão social enfrentada pelas mulheres.

As feministas dessa época se organizaram em associações e movimentos, escreveram livros e panfletos, realizaram protestos e buscaram conscientizar a sociedade sobre a importância da igualdade de direitos. No transcorrer desta onda ocorre certo emparelhamento das correntes políticas entre os movimentos, como: a liberal, a anarquista, a socialista e a conservadora (cristã) (Rodrigues, 2001).

Importa ressaltar que, este caráter amplo das pautas da primeira onda, propulsionada pela ótica liberal, mantém-se fundamentado na ideologia burguesa, juntamente com seu conceito amplificado sobre o que seria cidadania (Matos, 2010), o que, de certa forma, agregaria a estas demandas as mulheres, os homens negros e algumas camadas populares.

Já Saffioti (1986, p. 107), compreende que a pauta principal a ser reivindicada era a de “ampliar o que se entende por democracia, tornando iguais perante a lei os crescentes contingentes humanos das sociedades competitivas”. Tal compreensão destaca a reivindicação das mulheres por igualdade de direitos, no que concerne à relação com os homens, com destaque para as demandas referentes à formação profissional e a representação política, bem como, a viabilização do acesso à educação formal, ao trabalho remunerado e ao voto.

Por conseguinte, a segunda onda se iniciou em meados do século XX entre as décadas de 1960 e 1980. Tal fase do movimento, foi marcada pela invenção da pílula anticoncepcional e da resignificação do sexo, questionando o caráter dogmático que assolava as mulheres por longos anos, salienta-se que estas demandas embasarão o ressurgimento das organizações políticas protagonizadas por mulheres, que organizavam manifestações públicas, protestos, formação de grupos de conscientização, criação de publicações feministas e uma maior presença das mulheres em posições de liderança política e social (Pinto, 2010).

Pautas associadas ao direito reprodutivo, à saúde feminina, liberdade sobre seu próprio corpo e os abusos sofridos fora e dentro das uniões afetivas tornaram-se o centro do debate, fortemente embasadas e teorizadas pela filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), mais especificamente em sua obra “O Segundo Sexo”, publicada em 1949, que trazia como problematização fundamental a desbiologização da definição de mulher e atrelando este





conceito a uma construção social, provocações que seriam suscitadas outros movimentos subsequentes, tudo isso, a partir da célebre frase: “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” (Beauvoir, 1980, p. 9).

O movimento trouxe importantes discussões sobre questões de raça, classe e sexualidade, buscando uma compreensão mais ampla das experiências das mulheres e lutas interseccionais, pontuando recortes de classe e raça, relações de poder e transversalidade de opressões estruturais para além do gênero (Bittencourt, 2015). Além das contribuições teóricas de Beauvoir, esta onda feminista também teve destaques de renome como Gloria Steinem, Gloria Jean Watkins, Heleieth Iara Saffioti, Joan Scott, Betty Friedan, Nancy Fraser, Juliet Mitchell, Angela Davis, entre outras.

A percepção pós-modernista é característica marcante na terceira onda do movimento feminista, identificada também como “pós-feminismo” ou “feminismo da diferença”, com constantes críticas à segunda onda por seu suposto caráter monolítico, universal e generalizante, sem perceber as implicações individuais ou subjetivas das mulheres.

Tais concepções são dadas devido a fundamentação teórica ser fluída, particular e flexibilizada, contrapondo o estruturalismo e evidenciando como demandas fundamentais de entendimento as dinâmicas na ótica do micropoder e da micropolítica. Num contexto mais amplo, o pós-feminismo “têm por objetivo desconstruir/desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável” (Macedo, 2006, p. 813).

Este momento do feminismo emergiu temporalmente no transcorrer da década de 1990 e se estendeu até o início dos anos 2000, sendo caracterizado por uma abordagem mais diversa e inclusiva, levando em consideração a interseccionalidade das opressões e reconhecendo as diferentes experiências das mulheres com base em raça, classe social, sexualidade, entre outras identidades.

Uma vez que se fez necessária a inserção de novas pautas relacionadas às permanentes desigualdades sociais que ainda assolavam as mulheres, trazendo para o debate o conceito de interseccionalidade, objetivando compreender as problemáticas que se somavam à ótica machista do patriarcado, tais como as perspectivas de opressão existentes nos recortes de raça, classe e orientação sexual, que aos se correlacionarem produzem novas violências e com demandas específicas.

Sobre a visão interseccional, é importante pontuar que esta permite a percepção do mundo como “um sistema de opressão interligado” (Akotirene, 2019, p. 14), em que a identidade se constrói nas relações de poder. Nas palavras desta pesquisadora:





A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avindas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (Akotirene, 2019, p. 14).

A terceira onda do feminismo se concentrou em combater estereótipos de gênero, desafiar normas culturais e institucionais, e dar voz às experiências das mulheres marginalizadas. A diversidade de vozes das ativistas dessa época se engajou em diferentes perspectivas como a representação delas nos meios de comunicação, a violência de gênero, o direito ao próprio corpo e a construção de uma sexualidade livre de julgamentos e opressões.

Dentre as conquistas desta fase notabilizam-se os avanços concernentes ao campo dos estudos de gênero, maior representatividade de mulheres em posições de liderança política e empresarial, bem como mudanças culturais e legais em relação a questões como o casamento igualitário, a proteção contra a violência doméstica e o direito reprodutivo (Bittencourt, 2015).

A filósofa Judith Butler (1956 – até o presente) é uma grande expoente desta onda, e se destaca por grandes teorizações acerca do gênero e seus papéis sociais, com ênfase para a obra “Problemas de gênero” (de 1990), e outros conceitos como teoria *queer*, ao criticar a heteronormatividade abrindo portas para atuais conceitos como o Transfeminismo (BUTLER, 2003). Importante pontuar que somente a partir desta onda e com forte influência dos estudos decoloniais que novas vertentes também estão em ascensão, como: o feminismo indígena e o feminismo negro, feminismo pós-colonial, entre outros. Além da proeminente autora, outras pesquisadoras também se destacam na produção intelectual formulando novas categorias de análises à dominação masculina na atualidade e propõem a ressignificação dos gêneros numa perspectiva pós-identitária, como a Teoria Queer, tais como Susan Bordo, Elizabeth Grosz e Donna Haraway.

As teorizações desta última autora são tidas, por muitas teóricas do feminismo, como impulsionadores iniciais da 4ª onda do feminismo, temporalmente iniciada a partir do ano de 2010, embora o livro tenha sido lançado nos anos 80, a difusão da internet a nível mundial só se deu nos anos seguintes. Concomitante a tudo isso, agrega-se para o surgimento da onda, a crescente e significativa atuação política nas redes cibernéticas, fortemente influenciadas por questões de representatividade feminina nos espaços e os sucessivos e alarmantes casos de violência sexual. A forte influência da filósofa, bióloga, pesquisadora e teórica feminista Donna Haraway, com sua obra *O Manifesto Ciborgue* (1984), e o engajamento social e políticos de mulheres jovens nas redes sociais levou o movimento a ser chamado também de Ciberfeminismo.





Um dos marcos desta onda foi a organização social de mulheres, em sua maioria estudantes canadenses, por intermédio das redes sociais. Mais precisamente na cidade de Toronto, Canadá, em 2011 autodenominado de *Slut Walks*. O termo “*slut*”, priorizado pelo movimento, tinha significado político de ressignificar o estereótipo social do próprio termo, que carrega estigmas sexuais e sociais que culpabilizam as mulheres, vitimadas por distintas espécies de violências, por exercerem autonomia sobre seus corpos, invertendo os papéis de vítimas para “autoras de um crime” por elas sofrido, simplesmente por estarem vestindo-se com as vestimentas que mais lhes agrada, em suma, o crime só ocorrera em função da exposição de seus corpos ou de suas sexualidades. A primeira marcha de protesto arrebatou cerca de 3 mil pessoas às ruas de Toronto. O caso ganhou repercussão internacional e até os dias atuais é organizado, uma vez que os casos de assédio e violência contra mulher são frequentes e crescentes ao redor do mundo (Galetti, 2014).

No Brasil, a *Slut Walk* se popularizou pela nomenclatura de Marcha das Vadias, se propagando por diversas partes do mundo também, dada a potência dos meios digitais como elemento propulsor de disseminação das pautas desta onda feminista. Aqui no país, mais de 30 cidades diferentes já aderiram.

Importante salientar que a busca pela autonomia, controle e liberação sobre seu próprio corpo, ainda é uma questão latente nas pautas do movimento feminista. Nesta onda, muito perceptíveis nos slogans de cartazes expostos nas passeatas reivindicatórias, tais como: “Meu corpo, minhas regras”, “Nosso corpo nos pertence!”, “Tirem seus rosários dos nossos ovários”, entre outros. Evidenciando circunstâncias em que a mulher é notada de forma mercantilizada ou como alvos de violência dos mais diversos tipos (Galetti, 2014, p. 2).

Neste contexto, faz-se necessário pontuar concepção do sociólogo e economista Max Weber sobre ação social, que seria definida como: “uma ação que, quando a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere aos comportamentos de outros, orientando-se por este em seu curso” (Weber, 1999, p. 3). Desta forma, o autor elucida que as pessoas agem com intencionalidade, independentemente das ações, todas tem uma finalidade norteadas pelos princípios que carregam consigo, e estas interagem com a resposta dada com quem elas se relacionam. A quarta onda feminista evidencia esta definição weberiana, no exemplo da *Slut Walk*, em que a reação policial ao tratamento dado à mulher agredida e a identificação mundial com a opressão sofrida pelas mulheres ao redor do globo, deram a potencialização exata para o movimento, inspirando novas movimentações políticas de diferentes grupos vulnerabilizados.





3. O MOVIMENTO PROTAGONIZADO POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A luta pela inserção social que diversos grupos sociais tiveram ao longo dos processos históricos, intercepta também as pessoas com deficiência, visto que são identificados socialmente pela diferença, e por séculos foram segregados e apartados em lugares ermos. No transcorrer dos processos de estigmatização das pessoas com deficiência, alguns “flagelos” sociais lhes foram impostos, como a capacidade de administrar a própria vida, carecendo de uma tutela particularizada, geralmente executada pelos familiares ou entidades especializadas nestas atividades.

Esta suposta capacidade das pessoas ditas “normais” é fruto de um construto social de séculos, em que esta própria definição foi sendo interpretada, alterando os sentidos em relação às pessoas com deficiência. Importante pontuar que uma das principais características da humanidade, é a capacidade e a necessidade de se atribuir sentidos às coisas, atitude proveniente do universo simbólico e das relações sociais construídas no decurso das experiências no cotidiano. Segundo a percepção de Goffman (1988), estes mesmos ambientes sociais constituem parâmetros e valores sobre a expectativa do normal e do patológico e, por conseguinte, quais tipos de pessoas têm maior possibilidade de serem consideradas membros normais de cada um desses ambientes.

Assim sendo, notabiliza-se as concepções de significação social discutidas pelos sociólogos Durkheim e Mauss (1990), ao mencionarem sobre os processos de organização das sociedades e suas classificações, levando em consideração que estas seriam como sistemas de noções hierarquizadas que têm como objeto não facilitar a ação, mas fazer compreender, tornar inteligíveis as relações existentes entre os seres. Para estes sociólogos:

O que caracteriza as referidas classificações é que as ideias estão nela organizadas de acordo com o modelo fornecido pela sociedade. Mas desde que esta organização da mentalidade coletiva exista, ela é suscetível de reagir à sua causa e de contribuir para modificá-la. (Durkheim; Mauss; 1990, p. 189).

A intersecção deste discurso de classificação se conecta com as temáticas propostas pelo professor e pesquisador Silva (2000, p. 81), acerca da produção de identidades a partir da diferença, o que permite um entendimento acerca da construção da ideia da deficiência no lugar de vulnerabilidade, a construção de um indivíduo diferenciado, e por consequente, vulnerabilizado. Nas palavras do autor:

“A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas”, estando sujeitas a outros marcadores de poder, tais como: [...] incluir/excluir (‘estes pertencem, aqueles não’); demarcar fronteiras (‘nós’ e ‘eles’); classificar (‘bons e maus’; ‘puros e impuros’; ‘desenvolvidos e primitivos’; ‘racionais e irracionais’); normalizar (‘nós somos normais; eles são anormais’). A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer ‘o que somos’





significa também dizer ‘o que não somos’. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. (Silva, 2000, p. 81-82).

Emílio Carlos Figueira da Silva, jornalista, psicólogo, psicanalista, cientista, teólogo, escritor, dramaturgo, poeta brasileiro, ativista e pesquisador sobre a temática da Educação Inclusiva; em sua obra “Caminhando em Silêncio – Uma Introdução à Trajetória da Pessoa com Deficiência na História do Brasil”, lançada em 2008, aponta um percurso da história da educação das pessoas com deficiência no Brasil. Em sua primeira parte o autor descreve certas políticas de exclusão existente entre os indígenas e as ações assistencialistas dos Jesuítas, a estrutura violenta do período escravagista que proliferava deficiências entre os escravizados, os processos de medicina, hospitais e reabilitação e o estabelecimento da cultura “deficiência associada à doença” (Figueira, 2008).

Em meados dos séculos XIX e XX, o Imperador D. Pedro II deu início à construção de instituições e das entidades assistenciais na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil, na época. O destaque destas construções é para a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que, atualmente é intitulado de Instituto Benjamin Constant, e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que na atualidade é denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). As problematizações relacionadas a estas instituições é o caráter segregador que atuavam, dado que mesmo com o objetivo de acolhimento e auxílio a pessoas com deficiência, a atuação destas entidades se dava com a retirada destes indivíduos do convívio social e colocando-as em isolamento em espaços específicos de sociabilização, delimitando a estas pessoas a compreensão de mundo a partir de sua ótica segregacionista. Uma vez que uma das máximas do discurso de segregação, consistiria na supervalorização da força do corpo avido para a batalha em guerras, cabendo ao corpo não-correspondente ao ideal esperado a segregação ou a própria eliminação (Schewinsky, 2004).

O discurso disseminado pelo Cristianismo traz consigo certa interferência na concepção da deficiência também, dado que, a teoria religiosa evidencia uma ideia de perfeição divina atrelada ao ideal de humanidade, condição necessária para a existência do ser, já que o homem se originara da “Figura e semelhança de Deus”, e seguindo esta lógica Deus é perfeito, e o homem, por conseguinte o é também. Logo, as pessoas diferentes deste ideal, imperfeitas, seriam marginalizadas socialmente (Mazzotta, 2005). “O diferente do preferível é [...] o refutável, o detestável, aquele que se deve evitar” (Mendes; Piccolo, 2013, p. 289). Em outros casos contidos nos autos escritos de alguns setores da Igreja Cristã, a deficiência foi categorizada como um castigo divino, numa proliferação discursiva maléfica que demonizava as pessoas com





deficiência, apresentando-as socialmente como resultado da “punição atribuída à irresponsabilidade de alguns membros de uma sociedade permissiva” (Marquezan, 2007, p. 81).

Por conta destas conclusões cruéis e violentas, estes indivíduos foram expostos a situações horrendas com “ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos” (Aranha, 1995, p. 65), com intuito de purificação de seus corpos e de suas almas, uma vez que o discurso religioso cristão os demonizava. Sobre isso, Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011, p. 134), apontam que os “indivíduos com deficiência [...] eram vistos como feiticeiros ou como bruxos. Eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para poderem se purificar”.

Com o advento e o crescente desenvolvimento da medicina, estas percepções teológicas e morais a respeito da deficiência foram perdendo a credibilidade, em substituição ao engrandecimento e favorecimento científico do discurso médico (Aranha, 1995). Essa visão científica e médica sistematizou o entendimento da deficiência, tomando como base as classificações, as categorias para delimitar. Retomando o explicitado por Durkheim e Mauss (1990), sobre a compreensão de que a classificação é algo comum para toda sociedade, uma ferramenta de entendimento da mesma, principalmente no âmbito científico.

Importante pontuar que o interesse médico nos estudos da deficiência, cresceu significativamente após a Primeira Guerra Mundial, dado a enorme quantidade de pessoas lesionadas após a guerra. O viés dos estudos científicos da deficiência da época estava focalizado nos processos de reabilitação da pessoa com deficiência, que além do “restabelecimento das funções físicas remanescentes do sujeito, [buscou] favorecer a melhora na qualidade de vida deste, tendo em vista aspectos biopsicossociais” (Pacheco; Alves, 2007, P. 245). O primeiro país a conduzir as pesquisas foi a Inglaterra, criando uma Comissão Central da Grã-Bretanha, intentando como principal objetivo proporcionar melhorias nas condições e nos processos de recuperação de pessoas mutiladas e reintegrá-las na sociedade, segundo autores.

Já o discurso integracionista, preceitua a ideia de que a pessoa com deficiência deve se integrar à sociedade. Os processos de integração se embasam na condução normalizadora do indivíduo focando numa espécie de aproximação das pessoas com deficiência ao ideal de normalidade, em outras palavras, o indivíduo se adapta ao meio, num enquadramento do sujeito para a vida na comunidade (Aranha, 2001).

Por conseguinte, os discursos de inclusão enfatizam uma mobilização da sociedade e do indivíduo para mudanças significativas de inclusão social (Marchesan, 2017), investindo no desenvolvimento do sujeito e a criação de condições certificadoras de acesso e a participação da pessoa com deficiência na sociedade, possibilitando acessibilidades por intermédio de





suportes e aparatos de diferentes meios de físico, psicológico, entre outros. Os discursos da inclusão social notabilizam a deficiência no ambiente social em que a pessoa convive e não na pessoa, como fora estigmatizado por séculos e ainda o é. Entretanto a inclusão ainda se projeta como um dos maiores desafios para a transformação e eliminação de estigmas sociais reducionistas e capacitista.

As problematizações elaboradas pelo cientista social, antropólogo e sociólogo canadense Erving Goffman (1922-1982), assentam sobre o estigma social como a situação em que o indivíduo se encontra “inabilitado” para a aceitação social plena, compreendido também como uma peculiaridade profundamente pejorativa (Goffman, 1988). Este autor também classifica o estigma social em existem três categorias: deformidades físicas (deficiências motoras, auditivas, visuais, desfigurações do rosto ou corpo); características pessoais e comportamentais (distúrbios mentais, comportamento político radical, desemprego, toxicodependências, vícios, prisão) e estigmas tribais (pertencimento a uma raça, nação, religião).

É justamente, a partir da ideia de exclusão e/ou segregação propostas pela análise do estigma social, que faz importante suscitar a pauta do movimento social protagonizado pelas pessoas com deficiência, uma vez que a marginalização, por vezes, fora um item marcante deste processo de desaprovação das características e crenças pessoais deste determinado grupo social, uma vez que confrontavam as normas culturais e a padronização de normalidade prevalentes no Modelo Médico, por exemplo.

Importa saber, também, como, este discurso de visibilização da diferença, oriundo do discurso médico é proveniente de uma sintomatologia específica identificada numa biologização esperada do corpo humano. Tem-se uma caracterização e definição de normalidade, e por conseguinte, uma padronização do que é ser anormal, ou patológico. O enquadramento de um indivíduo num corpo de sintomas, sintetizados num diagnóstico acaba por depreender e reafirmar um padrão de normalidade, firmando atributos tidos como biologicamente saudáveis e normais, projetando e acentuando a depreciação partir de um estigma social, clinicamente embasado. Semelhantemente acontece com a referência da perspectiva grega de exposição pública das mazelas humanas (Goffman, 1988), conquanto cabe ressaltar que o entendimento diagnóstico produz esta identificação social nos corpos com deficiência de maneira indireta, com a justificação de atenuação das características que diminuem sua funcionalidade.

A situação em que uma pessoa com deficiência é categorizada como um desviante a partir da manifestação de um comportamento que não está de acordo com as regras estipuladas por determinado grupo, coincide com a definição de outsider, denominada pelo sociólogo





americano Becker (2008). É interessante salientar que a noção de desvio utilizada pelo autor advém de uma analogia direta com a literatura médica especializada em saúde e doença, conceito este relacionado a algo essencialmente patológico. Segundo ele, o viés sociológico seria mais relativista identificando o desvio como falha em obedecer a regras do grupo.

Alguns sociólogos usam um modelo de desvio baseado essencialmente nas noções médicas de saúde e doença. Consideram a sociedade, ou uma parte de uma sociedade, e perguntam se há nela processos em curso que tendem a diminuir sua estabilidade, reduzindo assim sua chance de sobrevivência. Rotulam esses processos de desviantes ou os identificam como sintomas de desorganização social. (Becker, 2008, p. 20).

Nesse contexto, é relevante comentar que algumas discussões levantadas por Foucault (1984, 2001, 2013, 2015) em algumas obras tratam justamente sobre mecanismos de poder, muitas vezes se utilizando da manipulação de um saber para obter tal intento. Sendo assim, nesta conjuntura de proeminência do discurso médico no seio social, salienta-se um dos argumentos foucaultianos concernentes à construção social do conhecimento especializado em torno da “normalidade” e da “anormalidade” humanas. Algo que, segundo o filósofo, não seria natural ou objetivamente dado pelas circunstâncias da vida, é constituído num mecanismo crucial de manifestação de poder nas sociedades modernas, construindo um conhecimento sobre o corpo e influenciando o comportamento dos indivíduos afetando suas experiências subjetivas de incorporação, delineando suas identidades e ratificando intervenções médicas e/ou farmacológicas. Neste interim que surge umas de suas mais célebres expressões: “saber/poder”.

Esta perspectiva sociológica sobre os diagnósticos, relacionando doença, poder e diferenciação social, possibilitou compreensões críticas ao Modelo Médico, que até então se propunha neutro e universal, se estabelecendo com indubitável até mesmo no senso comum. Salienta-se que tal Modelo é representado pela compreensão da deficiência como um fenômeno biológico, portanto, uma incapacidade do indivíduo em si, consequente e naturalmente advinda de um corpo com lesão, adquirida inicialmente por meio de uma doença, e/ou como sendo uma como consequência desta, ocasionando certo encadeamento de desvantagens sociais. Nesta perspectiva, assim que a deficiência fosse correlacionada como orgânica, os procedimentos apropriados como solução seriam sequenciados por intervenções indicativas de melhorias no funcionamento do corpo com deficiência (dentro das possibilidades esperadas), intentando certa redução de danos sociais a serem experienciados por este indivíduo (Diniz, 2007). A ideia de um compêndio internacional de doenças, denominado de Classificação Internacional de Doenças (CID), representa e fundamenta precisamente o Modelo médico. A primeira edição da CID foi publicada pelo Instituto Internacional de Estatística





em 1893, e somente em 1948, as publicações ficaram sob o encargo da Organização Mundial de Saúde - OMS (Laurenti, 1991).

Nos anos 60, um grupo de pessoas começou a elaborar um pensamento crítico a cerca desta percepção universalista do Modelo Médico. O sociólogo Hunt (1966) foi um dos pesquisadores percussores desta nova abordagem no Reino Unido, denominada como o Modelo Social da Deficiência. Ele teve escritos relacionados com a ótica do estigma de Erving Goffman, porém seu escrito de maior impacto nesta causa, foi uma carta enviada ao periódico inglês *The Guardian*, em 20 de setembro de 1972. No documento constava:

Senhor Editor, as pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, onde suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve ao Parlamento as ideias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las. Atenciosamente, Paul Hunt. (Campbell, 1997, p. 82).

A publicação do documento evidencia questões problemáticas relacionadas ao Modelo Médico, uma vez que mostrava as caóticas condições socioambientais que alguns indivíduos estavam vivenciando dentro destes locais de “tratamento” da deficiência. A comoção subsequente à carta, impulsionou a formação, em cerca de 4 anos após, da primeira organização política protagonizada por pessoas com deficiência a *The Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), entidade responsável pela concepção de deficiência como um fenômeno de natureza social. Além de Paul Hunt, os sociólogos Michael Oliver, Paul Abberley e Vic Finkelstein se destacam como percussores deste movimento (França, 2013).

A fundação da UPIAS inaugura um precedente histórico nos estudos da deficiência: “A UPIAS foi, na verdade, a primeira organização política sobre deficiência a ser formada e gerenciada por deficientes” (Diniz, 2007, p. 7). Apesar de já existirem instituições mais antigas, como o Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, fundado pelo linguista Valentin Haüy em 1784, e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atual INES, fundado no Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1857. Salienta-se a diferença significativa, é que estas instituições criadas a mais ou menos dois séculos funcionavam como centros de recuperação, reabilitação e/ou tratamento para pessoas cegas, surdas, com restrições cognitivas, entre outras características abarcadas pelo conceito da deficiência. Também, nestes locais, tais indivíduos eram confinados, lhes sendo ofertado cuidados específicos e educação. Em contraponto, estas instituições e centros intentavam o distanciamento das “pessoas com lesão” (termo utilizado à época) da convivência em sociedade e/ou recuperá-las para reinserção no seio familiar e/ou social. A luta da





UPIAS e dos críticos do Modelo Médico seguiu até a publicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF) em 2001, conhecido como o Modelo Biopsicossocial de entendimento da deficiência.

As teóricas feministas estendiam estas questões sobre a deficiência, suscitando as problemáticas em centralidade com as temáticas do cuidado, da dor, da lesão, da dependência e da interdependência, em se tratando da deficiência. Estas críticas pautavam uma resignificação do corpo por intermédio da experiência da dor, ampliando o debate sobre a deficiência para esferas mais complexas da vivência do corpo doente ou com lesão, tudo isso colocando em evidenciar a subjetividades destes corpos. Ressalte-se que estas teóricas tinham o lugar de fala no debate ou por serem mulheres experienciando a deficiência, seja num corpo com lesões ou como cuidadoras de seus filhos e/ou familiares.

A célebre pesquisadora nos estudos da deficiência e teórica feminista Garland-Thomson (2002), aponta abordagens de como a cultura induz significações sobre o corpo, construindo um imagético representativo e hierarquizado pelo gênero, a raça, a etnia, as habilidades, as sexualidades e/ou a interseccionalidade destes, produzindo identidades e movimentos de opressão social. As premissas elencadas por esta crítica engendram que a deficiência não está apenas no indivíduo, mas é construída socialmente por meio de narrativas culturais e normas dominantes, visto que tanto o gênero como a deficiência são estruturas de significação das relações de poder, bem como também são representações construtoras de realidades; uma vez que as margens definem o centro, a identidade humana é multifacetada e inconstante, e toda investigação têm implicações políticas. Em suma, as ponderações desta célebre intelectual destacam a potencialidade política destas subjetivações interseccionais da cultura nos estudos da deficiência, dada a influência dos atravessamentos da raça, gênero, sexualidade e classe na construção da subjetivação destes sujeitos.

As teorizações críticas presentes nos estudos de Butler (2004) e Kittay (2015), apontam para esta construção supracitada, dado que emergem diferenciações do tratamento social de alguns indivíduos nos espaços sociais com categorizações de sujeitos a serem visibilizados e outros a serem silenciados, possibilitando a perpetuação de violências institucionalizadas normativamente, que, em detrimento de alguns, desumanizam outros.

É justamente no contexto destas problematizações que surge as primeiras investigações concernentes ao Movimento Social da Neurodiversidade. Tendo como foco a visibilização das pautas e das pessoas neurodiversas, na década de 1990, a socióloga australiana Judy deu a alcinha de “neurodiversidade”, utilizando das associações teóricas similares ao levantamento das





bases do Modelo Social da Deficiência, criticando veementemente a visão médica que, até então, tinha um caráter tipicamente patologizante sobre diferenças neurocognitivas. Dentro da percepção clínica patologizante, concretizada na estrutura de um diagnóstico, a visibilização da diferença possibilitava a insurgência de novas identidades, entendidas por Scott (1998) como construção social, médica, antropológica e política, circundadas por diferentes intempéries construtoras de suas subjetividades. A ideia central da neurodiversidade é que as diferenças neurológicas não são necessariamente disfuncionais ou problemáticas, mas sim variações naturais da diversidade humana, intentando a promoção de uma abordagem mais inclusiva em relação às diferenças neurológicas. O termo “neurodivergente” é utilizado para englobar uma ampla gama de condições e diferenças neurológicas, incluindo, mas não se limitando as condições clínicas conhecidas como Autismo/TEA, TDAH, Dislexia, Discalculia e Síndrome de Tourette (Mendonça, 2019).

Assim, o Movimento da Neurodiversidade, tem entre suas principais pautas a relativização desta ideia diagnóstica, pois compreende a neurodivergência acima como uma “conexão neurológica (neurological wiring) atípica (ou neurodivergente), não uma doença a ser tratada e, se for possível, curada” (Ortega, 2008, p. 477 e 487). Ou “uma nova categoria de diferença humana”, nas palavras da precursora deste movimento, a socióloga autista Singer (1999, p. 63), devendo assim, ser compreendida como outras tantas diferenças humanas, tais como as sexuais, raciais, étnicas, entre outras.

Uma das principais características da Neurodiversidade, bem como de todo movimento social, é o protagonismo de seus agentes, e bem como o Feminismo e outros movimentos sociais a ressignificação de termos e inserção de novos também é algo que se faz presente. Influenciado pelo debate feminista de formação de identidade a partir da diferença (Butler, 2004; Scott, 1998). A realocação dada pela Neurodiversidade foi o entendimento das conexões neurológicas divergentes da pretensa normalidade seria percebida como fator da condição humana, ou seja, uma característica da diferença humana, e não uma patologia suscetível de cura ou tratamento, e as intervenções seriam tomadas como processo humano, entendido dentro dos padrões de normalidade esperados (ABREU, 2021; SINGER, 1999).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do acima citado, torna-se importante ressaltar que o feminismo é um movimento em constante evolução, e as ondas do feminismo são mais uma forma de categorização histórica do que uma divisão rígida. A relação entre o feminismo e o movimento da neurodiversidade é





multifacetada e baseada na busca pela igualdade e inclusão. Ambos os movimentos lutam contra estereótipos, preconceitos e discriminação. No primeiro, há um reconhecimento de que as mulheres têm sido historicamente marginalizadas e subjugadas, enfrentando desigualdades sociais e estruturais. Da mesma forma, o movimento da neurodiversidade busca desafiar a visão tradicional de que as diferenças neurocognitivas são desordens a serem corrigidas, promovendo a aceitação e a valorização da diversidade de funcionamento cerebral.

Ambos os movimentos destacam a importância de ampliar as vozes marginalizadas e garantir que todas as pessoas, independentemente de seu gênero ou neurodiversidade, tenham direitos iguais e acesso a oportunidades. A interseccionalidade é essencial nessa relação, reconhecendo que mulheres neurodivergentes podem enfrentar desafios adicionais devido à sua identidade de gênero e funcionamento cerebral. Além disso, o feminismo e o movimento da neurodiversidade compartilham uma perspectiva crítica em relação à medicalização excessiva e à patologização das diferenças. Ambos questionam a ideia de que as mulheres devem se encaixar em normas e expectativas estreitas de gênero, assim como questionam a ideia de que as pessoas neurodivergentes devem se esforçar para se "encaixar" em um padrão neurotípico.

O vocábulo “ondas” largamente difundido na literatura dos movimentos sociais com o intuito de parametrizar a pluralidade de espaços e tempos das reivindicações da causa feminista, outorgando consigo arquétipos, procedimentos e idealizações ontológicas de diferentes perspectivas, juntamente com a trajetória social e histórica de seu tempo.

Cada onda carrega consigo a significação de uma métrica de seu tempo, demarcando os avanços e as causas a serem pautadas em cada trajetória temporal. Todavia, tal qual as ondas do mar, que cotidianamente irrompem nos grãos de areia de uma praia a beira-mar, em um bailar cadenciado de movimentos gravitacionais de conquista de espaços. Percorrendo grandes espaços, regressando ao oceano, forçosamente impulsionadas até colidirem novamente em pedras ou desliarem pelos infinitos grão da areia do mar. A dinâmica das ondas dos movimentos feministas segue um arquétipo similar às ondas do mar que embora sejam impelidas pelas estruturas dominantes que as oprimem, persistem em suas demandas, tomando impulsos nos regressos e ressignificando suas questões, e a si própria, sendo temerosamente sutis, como uma simples marola, ou avassaladoras, como um tsunami.

REFERÊNCIAS

ABREU, Tiago. **O que é neurodiversidade?** Goiânia: Câne Editorial, 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.





ARANHA, M. S. F. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência.** Revista do Ministério Público do Trabalho, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Integração social do deficiente:** análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 63-70, 1995.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo.** Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders, tipos de desvio:** um modelo sequencial, A teoria da rotulação reconsiderada. In: BECKER, Howard Saul. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008. p. 15-49.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos feministas. In: **SURgência:** Revista de Direitos e Movimentos Sociais, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 198-210, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BUTLER, Judith. **Precarious life:** the powers of mourning and violence. London: Verso, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 22. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPBELL, Jane. **Growing pains:** disability politics - the journey explained and described. In: BARTON, Len; OLIVER, Michael. Disability studies: past, present and future. Leeds: The Disability Press, 1997.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 324).

DURKHEIM, E.; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: DURKHEIM, É. **Ensaio de sociologia.** 9. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990. cap. 17, p. 182-203.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia,** Curitiba, v. 2, p. 132-144, 2011.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio:** uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. [S. l.: s. n.], 2008. E-book.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, Apostila, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.





FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FRANÇA, Tiago Henrique. **Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social**. Lutas Sociais, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

GALETTI, Camila Carolina H. Feminismo em movimento: a Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. In: **Rede feminista norte e nordeste de estudos e pesquisa sobre a mulher e relações gênero**, 18., 2014, Recife. Anais [...]. Recife: Redor: 2014. p. 2196-2210.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. **Integrating disability, transforming feminist theory**. NWSA Journal, New York, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Tradução Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Guanabara/ LTC, 1988.

HUNT, Paul (Ed.). **Stigma: the experience of disability**. London: Geoffrey. Chapman, 1966.

KITTAY, Eva F. **Centering justice on dependency and recovering freedom**. Hypatia, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 285-291, 2015.

MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 813-817, set./dec. 2006.

MARQUEZAN, Reinoldo. **O discurso sobre o sujeito deficiente produzido pela legislação brasileira**. 2007. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MATOS, M. **Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67- 92, 2010.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MENDES, E. G.; PICCOLO, G. M. **Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica**. Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 283-315, jan./abr. 2013.

MENDONÇA, S. **Neurodivergentes: autismo na contemporaneidade**. Manduruvá Edição Especiais, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-30.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Como usar a CIF: um manual prático para o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Genebra: OMS, 2013.





ORTEGA, Francisco. **Sujeito Cerebral e o movimento da neurodiversidade**. Mana, Rio de Janeiro v. 14, n. 2, p. 477-509, 2008.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma**. Acta Fisiátrica, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242- 248, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo: história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RODRIGUES, Almira. Práticas sociais, modelos de sociedade e questões éticas: perspectivas feministas. In: SUSIN, Luiz Carlos (org.). **Terra prometida: movimento social, engajamento cristão e teologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 131-142.

SAFFIOTI, Heleieth B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986.

SCHEWINSKY, Sandra Regina. **A barbárie do preconceito contra o deficiente: todos somos vítimas**. Acta Fisiátrica, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 7-11, abr. 2004.

SCOTT, Joan W. **A Invisibilidade da Experiência**. Projeto História, São Paulo, v. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. p. 73-102.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life?' From a 'problem with no name' to the emergence of a new category of difference". In: CORKER, Mairian; FRENCH, Sally (org.). **Disability discourse**. Philadelphia: Open University Press, 1999. p. 59-67.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado São Paulo, 1999.





CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS A PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA E GÊNERO

Nyedja Rejane Tavares Lima

Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA
nyedja.lima@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Suelen Cipriano Milhomem Dantas

Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA
suelen_dantas@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O tempo passou e junto dele é possível observar que ocorreram significativas mudanças no que diz respeito à organização social brasileira. Porém, quando observamos as questões raciais, infelizmente ainda é possível enxergar a população parda e negra, em sua maioria, estacionada à marginal da sociedade. A negritude ainda vive em condições análogas ao período de escravização, facilmente se observa isso por meio de dados estatísticos - a exemplo do percentual da população carcerária, do nível de escolaridade, de trabalhadores com remuneração mais elevada e/ou cargos de chefia, dentre outros números, na comparação entre negros e não negros, que podemos concluir que, efetivamente, essa libertação não se concretizou de fato. Até hoje, a população negra segue às margens da sociedade, sendo a mais prejudicada tanto econômica quanto socialmente (SOARES & CASTRO, 2023). Da mesma forma, é urgente a necessidade de se pensar o papel das mulheres pardas e negras na sociedade e o tratamento que elas recebem, para a partir então ser possível analisar possibilidades de inversão desse quadro que coloca a mulher negra na base da pirâmide social, como objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 2018). O presente trabalho visa estudar a trajetória de vida das mulheres quilombolas e a construção de suas identidades, a partir dos marcadores sociais de raça e gênero, cujos dados são provenientes de artigos relevantes publicados na Plataforma Google Scholar, ao longo dos anos de 2020 a 2023, tendo como termos de busca: “mulheres quilombolas”, “racismo”, “mulheres quilombolas maranhenses”. Para tanto, realizaremos uma revisão bibliográfica ampla e detalhada, do tipo pesquisa quantitativa através de levantamento de dados, bem como pesquisa qualitativa para complementar as abordagens com a análise de documentos históricos, registros oficiais e outras fontes escritas relevantes é fundamental. A presente pesquisa tem como objetivos: analisar os significados, as lutas e desafios para a superação das opressões sociais e investigar o pertencimento étnico-racial e de gênero das mulheres quilombolas. Ademais, abordaremos gênero e raça como ferramentas de poder que estruturam as práticas discursivas, as relações sociais, instituições, comportamento, o cotidiano laboral, inclusive fixando normas, conceitos e teorias que mantêm ao longo do tempo (FOUCAULT, 1997), logo, preferimos buscar referencial teórico a partir de autoras como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Lelia González, uma vez que as citadas pesquisadoras, além de proporcionar uma reflexão à sociedade brasileira, retratam o racismo e o sexismo como fatores estruturantes nas relações sociais, políticas e de gênero no Brasil. Nessa senda, observaremos como a rede de relações construída pelas mulheres quilombolas nas comunidades, as articulações de suas identidades como mulheres negras se revelam na defesa da ancestralidade e da negritude como um ato político (FERREIRA, 2016). Além disso, trazemos como reflexão, a luta pela superação da opressão, desafio de vencer a subalternidade e o racismo cotidiano. As contribuições desta pesquisa circundam as discussões que podem emergir acerca da interseccionalidade em espaços pouco conhecidos, com ênfase em gênero, raça e etnia no contexto de mulheres quilombolas.





No mais, almeja-se externar os desafios que enfrentam diante das desigualdades sociais (DA COSTA LEAL et al, 2023). Por fim, observa-se que ser mulher negra e quilombola significa enfrentar diariamente as mazelas coletivas e individuais causadas pelos marcadores sociais atrelados a seus corpos, principalmente pelo racismo e o machismo. Fica também evidente que as mulheres quilombolas, ao tomarem ciência da sua condição de mulher negra e quilombola, se aproximam e fortalecem a luta antirracista (SOARES & CASTRO, 2023).

Palavras-chave: gênero; mulheres quilombolas; mulheres negras; relações de poder.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que se manteve por mais tempo na condição de Estado escravocrata (SILVA, 2019), a escravidão atravessou mais de três séculos e deixou marcas que ainda hoje operam em desfavor das pessoas negras. Mesmo sustentando uma narrativa de um país livre da escravidão-colonização e anuncie igualdade entre os brasileiros - herança do mito da democracia racial - as brasileiras e brasileiros coexistem com efeitos profundos de dominação de um povo, povo branco, sobre os outros: a população negra e os povos indígenas (GONZALEZ, 2018; NASCIMENTO, 2019).

A história do Brasil produziu vidas que deveriam buscar refúgio nos guetos, sob o risco de serem exibidas nas cadeias e nos antigos manicômios. Os discursos científico, jurídico e religioso autorizaram moral, científica e legalmente que as vidas de negras/os escravizadas/os, de mulheres (cis e trans) e da população LGBTI fossem negligenciadas, discriminadas e invisibilizadas em relação à proteção do Estado. Na lógica do biopoder (FOUCAULT, 1988), eram vidas que, caso não se conformassem às posições de inferiorização e abjeção nas quais a sociedade as alocava, deviam ser extintas, uma vez que constituíam um projeto de nação às avessas.

Falar da história do negro e da negra, suas contribuições e sobre o racismo que os/as afeta é fundamental. No entanto, não basta contar essa história, é preciso olhar através das lentes dos/as que experincia a violência do racismo sobre seus corpos negros para poder compreender, ou tentar se aproximar dos impactos que o racismo produz na vida das pessoas negras. (RAPOSO et al, 2019, p. 31)

As histórias das mulheres negras no Brasil são atravessadas pelo sexismo, racismo, gênero, classe social e patriarcado, elementos que discutiremos a seguir. No entanto, além do olhar para as fragilidades e mazelas que assolam essa população é necessário reconhecer as potencialidades e a resiliência dessas mulheres, pois reduzir a história delas apenas à negatividade e ao sofrimento é permitir que o racismo vença. (PEREIRA, 2022, p. 24)





Ademais, os marcadores sociais que incidem sobre todos os corpos negros, as comunidades quilombolas no Brasil possuem mais um fator que é a *identidade quilombola*, por isso lidam com questões específicas como o cenário de vulnerabilidades de condições de vida e saúde. Apesar disso, há que reconhecer os êxitos desse grupo étnico-racial que ao longo do tempo criou estratégias para desenvolver e proteger sua ancestralidade, sua memória - acultura afro-brasileira. (PEREIRA, 2022, p. 26)

Cabe pontuar que a negritude ainda vive em condições análogas ao período de escravidão, e isso facilmente se observa por meio de dados estatísticos que aprisionam o povo negro brasileiro à marginalidade: quando são o maior percentual da população carcerária; do nível de escolaridade mais baixo; quando compõe o percentual de trabalhadores com remuneração menos elevada e/ou ocupando menos cargos de chefia; dentre outros números - na comparação entre negros e não negros, que podemos concluir que, efetivamente, essa libertação não se concretizou de fato. Até hoje, a população negra segue às margens da sociedade, sendo a mais prejudicada tanto econômica quanto socialmente (SOARES & CASTRO, 2023).

A presente pesquisa surge a partir da inquietação de entender em que medida os marcadores de raça e gênero contribuem para opressão, discriminação e desigualdade social e econômica das mulheres negras quilombolas no Brasil, portanto, esse estudo visa investigar a trajetória das mulheres negras quilombolas e a construção de suas identidades, a partir dos marcadores sociais de raça e gênero, através da análise dos significados, lutas e desafios para superação das opressões sociais e da investigação quanto ao pertencimento étnico-social e de gênero das mulheres quilombolas.

No presente trabalho, a metodologia utilizada, será por meio da revisão bibliográfica ampla e detalhada, do tipo pesquisa quantitativa através de levantamento de dados, bem como pesquisa qualitativa para complementar as abordagens com a análise de documentos históricos, registros oficiais e outras fontes escritas relevantes é fundamental.

2. SIGNIFICADOS, DESAFIOS E LUTAS ENFRENTADAS PELAS MULHERES NEGRAS/QUILOMBOLAS: SUPERAÇÃO DAS OPRESSÕES SOCIAIS

Desde o período colonial está em curso um projeto de apagamento da população negra, que se concretiza através das narrativas historiográficas que representam o colonizador - beneficiário do processo de escravização e de exclusão do povo preto. Narrativas estas que apresentam as/os negras/os por um viés pejorativo, colocando-o como o outro, vil, ser inferior e





exaltando o supremacismo branco, como bem nos diz Abdias Nascimento (2019, p. 35-36) em trecho:

A história do Brasil é uma versão concebida por brancos pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutural econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite minoritária brancoide, presumidamente de origem europeia.

Os quilombos foram fundados no Brasil no século XVI por escravos, predominantemente negros, que escapavam das senzalas com o objetivo de fugir da escravidão e alcançar a tão almejada liberdade. Os quilombos eram vistos com um espaço de luta e de resistência contra a escravidão (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014, NASCIMENTO, 2019). Vale ressaltar que o quilombo não existe apenas no Brasil, pois havia na África e ainda existem comunidades quilombolas nos países da América do Sul (IPEA, 2012; MUNANGA, 2001).

Mesmo tantos anos após a abolição da escravidão, o racismo à brasileira, provoca na população negra sentimentos de inferioridade e exclusão. Todavia, a população negra ao longo dos anos vem lutando para recuperar a identidade e obter reconhecimento social, definido como sentimento de pertencimento e significado emocional (TAJFEL; TURNER, 1986). Sendo assim, em 1989 foi promulgada no país a lei do crime racial nº 7.716 que pune os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (BRASIL, 1989).

Para esse sistema escravocrata de dominação, tornou-se essencial a criação de novas formas de expressar as manifestações (às vezes minuciosas) do preconceito, e que ainda influenciam a sociedade nos dias de hoje (Rodrigues, 2013). Dessa forma, a teoria da interseccionalidade defendida pela jurista afro-americana Kimberly Crenshaw proporciona um olhar minucioso sobre as desigualdades, decorrendo da interação entre marcadores sociais, pois, gênero, raça e classe partem de uma unidade indissociável (Hirata, 2014). Para tanto, os termos interseccionais, desenvolvidos a partir dos estudos de Crenshaw (2002), focam em dois eixos categóricos: gênero e raça.

Cabe pontuar que no Brasil há cerca de 6 mil quilombos, com um contingente populacional de 16 milhões de pessoas (IPEA, 2012). Segundo a Fundação Palmares (2020), Maranhão e Bahia estão no topo do ranking com grandes números de comunidades certificadas pela Fundação, com 835 e 817 comunidades, respectivamente. Há 181 territórios titulados, no entanto, ainda há 1.691 processos para regularização de territórios quilombolas abertos no INCRA. Conforme a CONAQ e a Terra de Direitos (2018), devido à morosidade no processo de titulação de terras, o Brasil levaria mais de seiscentos anos para conceder o título da terra a todos os quilombos do país.

Estigmas e estereótipos circundam a realidade das mulheres negras no Brasil, como a questão de estarem mais ligadas à natureza e impulsos biológicos, a erotização do corpo dessas





mulheres e, quase sempre, midiaticamente ligadas a profissões menos prestigiadas intelectual-mente. Sueli Carneiro advoga sobre a urgência de dar voz a essa mulher negra. (CASTRO, 2013, p. 36)

À mulher negra brasileira foi negada sua identidade enquanto sujeito político na história do país. Estereótipos, estigmas e lugares-comuns circundam a memória coletiva dos brasileiros, em que foi potencializado pela subvalorização do status dessas mulheres por meio do ideal de branqueamento da população. Sueli Carneiro nos atenta à relevância da variável racial frente às questões de gênero.

Essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a variável “racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). (2003, 119)”

Ademais, Furtado et al. (2022) destacaram que a produção do conhecimento advinda do Ocidente desconhece a capacidade e autoridade do saber das mulheres, uma vez que as objetiva. Além disso, os autores esclarecem que a abordagem explorada pelo conhecimento eurocêntrico e patriarcal alimenta hierarquias de gênero, raça, classe e violências, uma vez que desqualifica outras maneiras de conhecimento que reiteram valores, fundamentando-se nas experiências do cotidiano da mulher.

Nessa perspectiva, situações vivenciadas pelas mulheres quilombolas explica a intersecção entre gênero, etnia, classe social e como esses fatores regeneram as opressões que cruzam o caminho dessas mulheres, assim como permite apresentar as estratégias adotadas por elas para garantir de seus direitos de cidadania, bem como a sua resistência mediante ao processo de lutas sociais (Grossi et al., 2018). Visto que, além de sua abordagem teórica, a interseccionalidade também possui potencial político (Bilge, 2018).

A diáspora negra vivida pelas comunidades remanescentes do quilombo é um espelho no qual, na atualidade, aparecem refletidas as marcas de um racismo iniciado desde o Brasil Colônia. Seus territórios existenciais continuam longínquos, de difícil acesso, com uma população esquecida, deixada à margem, e são as mulheres, vozes da comunidade, que denunciam: um serviço de saúde distante da comunidade e onde encontram dificuldade de acesso; faltam políticas públicas; há descrédito e desvalorização de seus saberes ancestrais. Além disso, estas mulheres, em sua maioria, não são contempladas com a implementação das ações das políticas de assistência social, e quando questionadas sobre os aparatos culturais típicos de uma tradição ancestral negra, não se reconhecem como membros de uma comunidade quilombola (Araújo et al. 2020).





As mulheres quilombolas, pelo fato de serem negras, também carregam o mito de inferioridade sobre sua etnia e, na maioria das vezes, ainda apresentam situação econômica desfavorável, o que intensifica sua condição e as desigualdades vivenciadas (Neto et al., 2022).

Quanto ao território, as mulheres quilombolas foram e são essenciais para a sobrevivência do quilombo, ao longo dos anos desenvolveram várias estratégias para a preservação do quilombo, proteção do meio ambiente, e lutam em defesa dos direitos e das políticas públicas, são elas as responsáveis por transmitir as tradições e os valores sociais, políticos, religiosos, culturais, medicinais e educacionais do quilombo entre as gerações (DIAS, 2020; SILVA, 2020).

Nas relações culturais, espirituais e materiais com os territórios, é perceptível a força de mobilização das mulheres e o papel por elas desempenhado, dentro e fora dos quilombos. Seja nas atividades de rotina e organização, nas reuniões, nos clubes de mães, nos atos culturais e religiosos, seja em atos de mobilização coletiva ou nos processos de titulação dos territórios, as mulheres mantêm vivos os quilombos (FERNANDES; SILVA; DEALDINA, 2018, p. 107).

O debate das mulheres quilombolas nos últimos tempos nos parece ter entre suas características a persistência e a autodefinição individual e do coletivo como corpo político, posicionado e se posicionando com ações que visam transformar as instituições, sejam elas oriundas dos próprios quilombos, sejam da estrutura do Estado. No debate sobre autodefinição como uma ação política das mulheres, Patrícia Hill Collins (2019) afirma que as mulheres negras não buscam a sua autodefinição, que também podemos chamar de autonomia política, por uma única via. Ao mesmo tempo que se autodefinem, como um corpo individual, esse corpo é também coletivo e que a persistência na transformação é um quesito fundamental.

Ademais, cabe ressaltar que, a opressão enfrentada pelas mulheres subalternizadas envolve processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualismo, que se forem vistas de forma separadas, “desagregam-se as fontes subjetivas-intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas”, impedindo sua resistência (LUGONES, 2014, p. 941).

O sistema de gênero não é só hierárquico, mas, racialmente diferenciado e a diferenciação racial nega humanidade, e portanto, gênero às colonizadas. O gênero é uma imposição colonial:

O longo processo de subjetificação dos/as colonizados/ as em direção à adoção/internalização da dicotomia homens/mulheres como construção normativa do social – uma marca de civilização, cidadania e pertencimento à sociedade civil – foi e é constantemente renovado. (LUGONES, 2014, p. 942).

Neste contexto, as mulheres negras “habitam um espaço vazio, um espaço que se sobre põe às margens da raça e do gênero, o chamado terceiro espaço”, pois no “debate sobre racismo o sujeito é o homem negro”, enquanto “no discurso genderizado o sujeito é a mulher branca e





nos discursos de classe raça não tem lugar” (KILOMBA, 2019, p. 97). Como se fosse possível separar raça e gênero, tal separação é que mantém “a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos”. Assim, quando se tratar de mulheres negras precisamos entender “o racismo genderizado” para entender “a opressão sofrida por elas como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero” (KILOMBA, 2019, p. 98 - 99):

A opressão sexista deriva do patriarcado, a racista do colonialismo e de classe do modo de produção capitalista que impõe a mulher negra “naturalmente” os papéis de “cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta”, empregada doméstica (GONZALES, 1984, p. 226). Melhor exemplo disso segundo Lélia Gonzales são “as discriminações de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes”. “Não adianta serem ‘bem-educadas’ ou estarem ‘bem-vestidas’, afinal a boa aparência é uma categoria atribuída unicamente a mulheres brancas ou clarinhas”. “Os porteiros as obrigam a entrarem pela porta de serviço, obedecendo às ordens do síndico branco”. (GONZALES, 1984, p. 230).

Outrossim, Nubia Regina Moreira defende a ideia de que o movimento feminista negro é fruto de uma intersecção entre os movimentos negro e feminista, pois segundo a autora hoje o movimento negro não pode desconsiderar a questão do gênero assim como o movimento feminista não pode desconsiderar a questão da raça. Então se possibilita através das lutas do feminismo negro a generificação da raça e a racialização do gênero. Para perceber em que medida raça, classe e gênero estão interligados por sistemas de opressões caracterizando o sujeito identitário específico que é a mulher negra e quilombola (MOREIRA, 2018).

Assim as ações políticas do pensamento feminista negro buscam desenvolver estratégias para enfrentar determinados desafios impostos às mulheres negras cotidianamente tais como sobreviver à violência que lhes é imposta, revisitar sua ancestralidade em busca ações culturais que valorizem a identidade negra, lutar constantemente para diminuir as desigualdades sociais, tendo em vista que o movimento feminista negro está comprometido com a justiça social, pois segundo Collins ele “assumiu a postura ética e política de que a desigualdade é errada e injusta” (COLLINS, 2020).

3. MULHERES QUILOMBOLAS E SUA TRAJETÓRIA

Nessa senda, conforme já anotamos anteriormente, à população negra e quilombola foi relegado esse lugar de invisibilidade e opressão gerado pelo racismo, desde quando os africanos e africanas chegaram no século XV até os dias atuais. Infelizmente, pouco se sabe sobre a vida das africanas e dos africanos durante o período do regime escravista, a historiografia não registrou muita coisa na perspectiva da população preta e seu modo de vida. Os poucos registros encontrados advêm da visão do colonizador (eugenista) sobre os acontecimentos do período,





ou seja, representando o interesse dos colonizadores que se beneficiavam da exploração do trabalho escravo e da manutenção do povo africano na posição de objeto (Nascimento, 2018).

Nascimento afirma ainda que teve dificuldade de encontrar materiais históricos com registros escritos que possibilitassem a realização de uma pesquisa profunda sobre a vida, conflitos e acontecimentos significativos do ponto de vista histórico sobre negras e negros escravizados (NASCIMENTO, 2018, p. 81).

Soares e Castro (2023) argumenta que a história negra do período colonial foi escrita por brancos, e também proveniente num contexto de repressão, pois o levantamento documental encontrado adveio da polícia da época, por isso a leitura e interpretação desses documentos com cautela, tendo em vista a cultura racista da época.

Cabe ressaltar que, os autores Beatriz Nascimento (2018), Clovis Moura (1986) e Abdias Nascimento (2019) estão na lista dos primeiros autores que se dedicaram a pesquisas sobre quilombos e quilombolas, inclusive coordenaram estudos que buscavam examinar o passado escravista no Brasil em confronto a pesquisas conservadoras que buscavam legitimar a ordem social e hierárquica vigente até os dias de hoje, contrariando - a exemplo de Gilberto Freire com sua obra “Casa Grande e Senzala” (2003) - o mito da democracia racial, desenhando um cenário falso de harmonia entre os senhores e seus escravos.

As obras dos autores buscam enfatizar o protagonismo negro - sujeitos da sua própria história. A esses interessava ver as diferentes formas como as negras e os negros se constituíam em uma sociedade alternativa à escravidão. Tal como reafirma Moura (1986, p. 10) em trecho:

isso decorre em primeiro lugar do fato de ser o escravo negro analisado através de estereótipos que, no transcurso da nossa formação social e histórica, contaminaram o subconsciente do brasileiro, através da injeção da ideologia do colonizador: o racismo expresso concretamente, no caso brasileiro naquilo que se convencionou chamar eufemisticamente de preconceito de cor. Nesse mesmo movimento de ressignificação da visão sobre o período da escravidão e do povo negro escravizado, Emilia Viotti da Costa (2010), em sua obra intitulada “a abolição”, apresenta a sua interpretação acerca da escravidão no Brasil.

Se a situação do povo preto na atualidade ainda é preocupante devido a herança do período escravocrata, ao pensar a respeito da condição da mulher preta da sociedade, se torna evidente estar num patamar pior que o do homem negro: ser mulher e ser negra. O sistema social aloca as mulheres negras na mesma posição social desde o período escravagista, como nos ensina a historiadora Beatriz Nascimento (2018, p. 82):

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito a mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não





muda muito. Ao mesmo tempo em que nós, mulheres negras, somos atravessadas por pelo menos dois marcadores sociais que nos colocam às margens da sociedade, enquanto mulher e preta, essa mesma sociedade que nos sufoca e explora, condiciona nossa existência enquanto corpos pretos que servem apenas para a força de trabalhos se tivermos a pele escura e a servidão sexual para aquelas mulheres que tem tom de pele clara, conhecidas pelo termo pejorativo de mulatas.

Por isso, vê-se a dificuldade de viver em uma sociedade em que um grupo exerce dominação sobre o outro, atribuindo um tratamento diferente para as mulheres pelo fato de serem mulheres em todas as esferas da sociedade.

Pois bem, ao tratarmos da trajetória das mulheres quilombolas, observamos que processo de engajamento da mulher no espaço igualitário socioeconômico tem enfrentado problemas maiores, ocasionados pela discriminação à sua cor (ARAUJO et al, 2020). Igualmente, as mulheres quilombolas necessitam de políticas públicas que possam levá-las ao acesso básico dos direitos humanos e as suas garantias, para tanto, deve envolver o empoderamento da mulher negra na construção de sua identidade e autoconhecimento, com intuito de vencer esses obstáculos provocados pela discriminação racial.

Ainda, faz-se necessário inserir as pautas das lutas quilombolas no quadro de sociabilidades, também a partir de um ponto de vista feminino, para construir uma história significativamente brasileira, uma vez que o território quilombola reflete a forma da comunidade se auto reconhece em razão de suas diferentes condições ao meio social (ARAUJO et al, 2020).

Cabe dizer que suas tradições estão em permanente construção em meio a diferentes conflitos, mais corriqueiramente, em geral, na luta pela resistência e preservação em seu território ancestral. Direitos à demarcação de terras é uma das garantias de efeitos legais, reconhecidas legal e juridicamente, após a aprovação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal Brasileira de 1988. Tal artigo estabelece que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado lhes emitir os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Segundo ARAUJO et al (2020), as mulheres quilombolas, por meio de sua atuação nas comunidades, buscam melhorias, deliberam sobre decisões coletivas, e tentam ao máximo, manter o engajamento de seus iguais, para que a invisibilidade não amargue mais derrotas. Obviamente, é difícil mudar situações enraizadas culturalmente, bem como se faz necessária a atuação constante junto aos órgãos estatais para mapeamento, análise de casos e solicitação de políticas públicas, sem olvidar que a discriminação racial, machismo e sexismo perduram.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS





É urgente a necessidade de se pensar o papel das mulheres negras na sociedade e o tratamento que elas recebem, para a partir então ser possível pensar em possibilidades de inversão desse quadro que coloca a mulher negra na base da pirâmide social, como objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 2018).

Tanto a mulher negra e sua falta de perspectiva, quanto a possibilidade de novas alternativas fazem com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, de cuidado (em sua maioria, não remunerado) o que a coloca numa situação de serviços de sujeição e de dependência das famílias de classe média e alta brancas (GONZALEZ, 2018). Além disso, as mulheres negras, por mais que se esforcem, dificilmente serão citadas ou vistas em destaque, visto que a forma como fomos educadas nos levou à submissão pelos pais, pelos companheiros, não sendo muito diferente no trabalho.

O quadro analítico apresentado neste documento teve como único propósito facilitar o diálogo produtivo e o desenvolvimento de informações acessíveis sobre as dimensões de raça e gênero da subordinação interseccional. A análise é provisória e, conforme sua utilidade, poderá ser revisada ou até mesmo descartada. A análise também não pretendeu ser exaustiva. Os exemplos expostos funcionam meramente como ilustrações concisas de algumas das dinâmicas principais da subordinação interseccional. Na verdade, há dezenas de questões que poderiam também ser discutidas nessa perspectiva, entre as quais pode-se incluir: Aids e outros tópicos relacionados à saúde, desenvolvimento econômico, acesso à terra e aos recursos naturais, casamento e família, velhice, violência doméstica, chefia de domicílios, direitos reprodutivos e controle populacional, poder político, cultura popular e educação. Certamente essa lista crescerá, bem como a análise aqui sugerida, quando mulheres de todo o mundo entrelaçarem o fio de suas vidas no tecido dos direitos humanos.

Por fim, fica clara a necessidade de se construir políticas públicas na sociedade brasileira que tenham como a principal intuito fomentar e garantir os direitos fundamentais às mulheres negras e quilombolas – e de uma vez por todas, que se reconheça suas situações de vulnerabilidade social decorrente das múltiplas opressões que sofrem cotidianamente -, bem como reparar a situação que se encontram, no intuito de assegurar a elas o acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade (CAPORAL, 2020, p. 76).

Para tanto, é fundamental que tenham participação, voz ativa e assento nos conselhos locais por meio da sociedade civil organizada, a fim de acompanhar, analisar e pressionar a





inclusão de suas pautas, de modo a serem implementadas e de maneira a fazer valer seus direitos historicamente negligenciados pelo colonialismo e sexismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo. **Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos de definições arqueológicas.** In: Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 21, 1998, Vitória.

ARAÚJO, Mayra Janda da Silva; CASTRO, Aline Karoline; SOUZA, Antonio Felipe da Silva; SILVA, Elaíne Caline da; LIMA, Juliane Bomfim de Oliveira; CARVALHO, Jussarina Adriana da Silva; PEREIRA, Marianne dos Santos; FREITAS, Maura Vitória Carvalho; PEREIRA, Rodolfo de Sousa et al. (2020). Quilombola representations of the Dandara group of the Sussuarana community of Piripiri, Piauí, Brazil. **Research, Society and Development**, vol. 9(7). Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4376>. Acesso em 08 de nov. de 2024.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.

BILGE, Simone. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. **Revista Feminismos**, 2018, vol. 6(3), p. 67-82.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jun. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado; Horizonte Ltda., 1988.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 1 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 04 de nov. de 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Decreto nº 4.887.** Brasília: Senado Federal, 2003.

CAPORAL, Angélica Azeredo Garcia. **Pedagogia decolonial aplicada ao movimento de mulheres negras:** um estudo sobre a ampliação da participação social e luta por direitos na intersecção de raça e gênero. 2020. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7777>. Acesso em 05 de nov. de 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez./2003.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONCEIÇÃO, Jaqueline. Lélia Gonzalez: **o racismo estrutural.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X2ruqJntOWc>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.





CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Terra de Direitos. **Quilombo sem COVID-19**. 2021. Disponível em: <https://www.quilombo-semcovid19.org/>. Acesso em: 04 de nov. de 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, 2002, vol. 10, 171-188 (L. Schneider, Trad.). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em 04 de nov. de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA COSTA LEAL, Brenda Lorena; DOS SANTOS SANTANA, Aleff; DE MACENA ARAÚJO, Risolene Alves. “Lugar de mulher é onde ela quiser”: interseccionalidade e Empoderamento Feminino de Empreendedoras Quilombolas na Ilha do Marajó. **Revista Paraense de Contabilidade**, v. 8, n. 2, p. e131-e131, 2023. Disponível em: <https://www.crcpa.org.br/revis-tapaense/index.php/crcpa/article/view/131>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

DE CASTRO, Silvia Elaine Santos. **Marcadores sociais da diferença**: sobre as especificidades da mulher negra no Brasil. 2013. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/marcadores-sociais-da-diferenc3a7a-sobre-as-especificidades-da-mulher-negra-no-brasil-silvia-elaine-santos-de-castro1.pdf>. Acesso em: 04 de nov. de 2024.

DIAS, Vercilene Francisco. **Eu Kalunga**: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola. In: DEALDINA, S.S (Org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020, p.75-85.

FERNANDES, Ana Carolina Araújo; SILVA, Gilvânia; DEALDINA, Selma dos Santos. O quilombo fala: enegrecendo debates sobre violência estrutural e políticas públicas no território quilombolas. In: **Racismo e violência contra quilombos no Brasil / Terra de Direitos**, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Curitiba: **Terra de Direitos**, 2018. Disponível em: [https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/\(final\)-Racismo-e-Violencia-QuilombolaCONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violencia-QuilombolaCONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf). Acesso em: 04 nov. 2024.

FERREIRA, Maria Raquel Dias Sales. **Mulheres quilombolas e culturas do escrito: voz e letra na comunidade quilombola do Mato do Tição/MG**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

FERREIRA, Maria Raquel Dias Sales, Eiterer, C. L., & Miranda, S. A. de. Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas. **Revista Estudos Feministas**, 2020, vol. 28(3). Disponível: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n63121>. Acesso em: 04 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FURTADO, Fabrina Pontes; KATO, Karina Yoshie Martins & BARROS JUNIOR, Orlando Aleixo de (2022). **Raça, gênero e classe**: as interseccionalidades da estrutura fundiária





brasileira. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/6583>. Acesso em: 09 de nov de 2024.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. **Identidade e subjetividade quilombola**: uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p.106–115, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>. Acesso em: 08 nov. 2024.

GOMES, Nubia Pereira; PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Mundo encaixado; significação da cultura popular**. Belo Horizonte: Mazza, 1992.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GROSSI, Patricia Krieger, OLIVEIRA, Simone Barros de; OLIVEIRA, Jairo da Luz. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas**, 2018, vol. 22, 929-948. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9825>. Acesso de: 08 de nov. de 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EDUEMG, 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, 2014, vol. 26, 61-73. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso: 08 de nov. de 2024.

Hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, jan. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso: 08 de nov. de 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Quilombos das Américas**: articulação de comunidades afrrorrais : documento síntese . – Brasília: Ipea, SEPIR, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2769>. Acesso em 04 de nov. de 2024.





LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas: Florianópolis, setembro-dezembro/2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/>. Acesso em 04 de nov. de 2024.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. **Quilombos, Resistência ao Escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo em África**. In : MOURA, Clóvis(Org.). Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 21-31. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 04 de nov.de 2024.

NARDI, Henrique Caetano; KVELLER, Daniel Boianovsky; MACHADO, Paula Sandrine. **Direitos Humanos e os Marcadores Sociais da Diferença**: Desafios do cenário brasileiro. Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional, p. 9-16, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/download/62329958/Políticas_publicas_relacoes_de_genero_diversidade_sexual_eraca_na_perspectiva_interseccional20200310-79177-1aq7kx9.pdf#page=11. Acesso em 04 de nov. de 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NETO, Leandro João; SOUZA, Francisca Laudeci Martins; PAIVA, Victoria Regia Arrais de; PINHEIRO, Adriana de Alencar Gomes; QUEIROZ, Zuleide Fernandes; NUNES, Cicera. (2022). The principles of Good Living in the relationship with women's protagonism. **Research, Society and Development**, vol. 11(1). Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25508>. Acesso em 04 de nov. de 2024.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PEREIRA, Amanda dos Santos. **Racismo e justiça ocupacional**: construção de identidade e engajamento ocupacional de mulheres negras quilombolas. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15775>. Acesso em: 05/11/2024.

RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença. **Revista Eletrônica Labrys**, jan./jun. 2008. Disponível em Disponível em <https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm> ISSN: 1676-1951. Acesso em 25/06/2014.

RAPOSO, Otávio, ALVES, Ana Rita, VARELA, Pedro e ROLDÃO, Cristina. Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa». **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], vol. 11, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/8937>. Acesso em 16 de nov de 2024.

RODRIGUES, Cristiane. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero de 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618_AR-QUIVO_cristianorodriguesFG2013.pdf. Acesso em: 09/11/2024.





SILVA, Gilvânia Maria da. **Territorialidades quilombolas ameaçadas pela colonialidade do ser, do saber e do poder.** In: OLIVA, Anderson Ribeiro; CHAVES, Marjorie Nogueira; FILICE, Renísia Cristina Garcia; NASCIMENTO, Wanderson Flor do (org.). Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasil e Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 65-76. Disponível em:

SILVA, Gilvânia Maria. **Mulheres quilombolas:** afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, S.S (Org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020. p.51-58.

SILVA, Marcilene da. **Conflito, estigma e resistência: um estudo a partir da comunidade quilombola do Matição – MG.** 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 71-100, fev. 1995.

SOARES, Juliana; CASTRO, Amanda Motta. MULHERES QUILOMBOLAS DO QUILOMBO COXILHA NEGRA. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 6, n. 3, p. 72-85, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6218>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. The social identify theory of intergroup behavior. In WORCHEL, S.; AUSTIN, W.G. (Org.). **Psychology of intergroup relations**. Chicago: Nelson, 1986.





EIXO 3 - Gênero e descolonização indígena





FEMINICÍDIOS DE MULHERES INDÍGENAS NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DE CASOS RECENTES E DESAFIOS DE ENFRENTAMENTO

Maria Alice Pires Oliveira Van Deursen
Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA
alicejevi@yahoo.com.br

RESUMO: O presente estudo investiga o alarmante aumento dos casos de feminicídio de mulheres indígenas no estado do Maranhão, com foco nos acontecimentos de 2024. Adotando uma abordagem qualitativa, a pesquisa busca compreender como as múltiplas formas de opressão – racismo, sexismo, classismo – se articulam para produzir e reproduzir a violência contra essas mulheres. A metodologia utilizada neste estudo compreende revisão bibliográfica, através da análise de artigos, teses, dissertações e de quatro casos selecionados a partir de notícias veiculadas na imprensa. Com base em autores como Fonseca (2015), Quijano (2009) e Segato (2012) a pesquisa mostra a gravidade e a frequência desses crimes, demonstrando como as múltiplas formas de opressão se entrelaçam para perpetuar a violência contra essas mulheres. Os resultados da pesquisa evidenciam a urgência de políticas públicas que combatam a violência de gênero e promovam a justiça para as mulheres indígenas. É fundamental adotar uma abordagem interseccional que leve em consideração as especificidades da violência contra essas mulheres, garantindo o acesso à justiça, à saúde e à educação, e promovendo a participação das mulheres indígenas na construção de políticas públicas.

Palavras-chave: feminicídio; mulheres indígenas; Maranhão; violência de gênero.

1. INTRODUÇÃO

O termo "feminicídio" surgiu como uma forma de nomear e dar visibilidade a uma realidade cruel: o assassinato de mulheres motivado por questões de gênero. Esse neologismo, cunhado pela socióloga sul-africana Diana Russell em 1976, busca diferenciar esses crimes de outros homicídios, evidenciando a dimensão de gênero e a violência intrínseca a esses atos.

No Brasil, a Lei Maria da Penha (nº 13.104/2015), conhecida como Lei do Feminicídio, tipificou esse crime, reconhecendo-o como um crime hediondo e garantindo penas mais severas para os seus autores. De acordo com matéria publicada pela Câmara dos Deputados em 2023, a legislação brasileira define o feminicídio como o assassinato de uma mulher em decorrência do seu gênero, incluindo situações de violência doméstica, menosprezo ou discriminação.

Destacando ainda que, nem todo assassinato de mulher é considerado feminicídio. Para que o crime seja enquadrado como tal, é necessário que haja indícios de que a motivação do agressor tenha sido o gênero da vítima. A violência doméstica é um contexto comum em casos de feminicídio, mas não é o único. O crime pode ocorrer em diversas situações, inclusive em crimes de ódio ou em casos de estupro seguido de morte, mesmo quando o agressor e a vítima não se conhecem.





O objetivo do presente estudo é investigar os crescentes casos de feminicídios de mulheres indígenas em 2024, no estado do Maranhão. A pesquisa de natureza qualitativa, adota uma perspectiva interseccional para analisar os dados, buscando compreender como as múltiplas formas de opressão – racismo, sexismo, classismo – se articulam para produzir e reproduzir a violência contra essas mulheres. Incorporando as perspectivas teóricas de Fonseca (2015), Quijano (2009) e Segato (2012)), os aportes teóricos utilizados oferecem um arcabouço analítico para examinar as relações de poder que moldam a história. Através da análise de casos de feminicídio de mulheres indígenas ocorridos no estado do Maranhão em 2024, este estudo busca compreender as dinâmicas, contextos e características específicas dessas violências. A metodologia foi construída a partir de uma revisão bibliográfica abrangente, que incluiu artigos científicos, teses, dissertações e matérias divulgadas na imprensa. Um dos casos estudados foi o de Joanilde Rodrigues Paulino Guajajara, de 33 anos, assassinada a facadas pelo marido no último mês de agosto, na cidade de Amarante do Maranhão. Outro caso trágico foi o de Yolete Krikati, cujo corpo foi encontrado no dia 30 de agosto. Além disso, dois feminicídios ocorreram no mesmo dia, no último 4 de setembro: Mikaelene Guajajara e Licia Guajajara. Os resultados da pesquisa revelam um cenário alarmante, com um aumento significativo dos casos de feminicídio de mulheres indígenas no Maranhão. As vítimas, predominantemente jovens, são assassinadas por parceiros ou ex-parceiros. Nos quatro casos analisados, os assassinos não eram indígenas. A impunidade é um problema recorrente, dificultando a responsabilização dos agressores e a garantia de justiça para as famílias das vítimas.

2. VIDAS INTERROMPIDAS: UMA ANÁLISE DE QUATRO CASOS DE FEMINICÍDIOS DE MULHERES INDÍGENAS NO MARANHÃO EM 2024

Ao longo da história, as mulheres indígenas têm sido frequentemente invisibilizadas. Mesmo nos dias atuais, elas enfrentam desafios específicos em suas interações sociais e na luta contra a violência de gênero. Entre 2003 e 2022, os casos de feminicídio de mulheres indígenas no Brasil, aumentaram em 500%, revelando um problema crescente e alarmante. As vítimas são predominantemente jovens, e com baixa escolaridade, segundo o Relatório Técnico sobre Homicídios contra Mulheres e Adolescentes Indígenas no Brasil, elaborado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas, os dados foram publicados pelo Jornal Brasil de Fato em 2023. É fundamental adotar uma abordagem interseccional que leve em consideração as especificidades da violência contra essas mulheres,





garantindo o acesso à justiça, à saúde e à educação, e promovendo a participação das mulheres indígenas na construção de políticas públicas.

Segundo o Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil do Conselho Indigenista Missionário-CIMI, o Maranhão lidera em violência contra povos indígenas na região Nordeste, o estado maranhense registrou 10 assassinatos de indígenas em 2023, também foram contabilizados outros crimes como tentativas de homicídio, ameaças, violência sexual e racismo.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), a violência contra a mulher também é alarmante, até o dia 12 de setembro de 2024, o estado registrou 46 feminicídios, sendo nove deles na Grande Ilha de São Luís. Esse número já se aproxima da totalidade de feminicídios registrados em todo o ano de 2023, o que demonstra um aumento assustador desse tipo de crime.

Ainda de acordo com a SSP, a maioria dos suspeitos de feminicídio já foi presa, mas há casos de foragidos, suicídios e até mesmo de pessoas respondendo ao crime em liberdade.

Em suma, o Maranhão enfrenta uma grave crise de violência, tanto contra os povos indígenas quanto contra as mulheres. Os dados apresentados evidenciam a necessidade de ações urgentes por parte das autoridades para coibir esses crimes e proteger as vítimas.

O feminicídio de mulheres indígenas no Brasil, especialmente no estado do Maranhão, representa um grave problema de saúde pública e violação dos direitos humanos. A interseccionalidade de fatores como o racismo, o sexismo, a desigualdade social e a violência estrutural, intensifica a vulnerabilidade dessas mulheres, tornando-as alvos preferenciais de crimes violentos.

Nos últimos anos, tem-se observado um aumento alarmante nos casos de feminicídio de mulheres indígenas. Em menos de duas semanas, quatro mulheres indígenas foram brutalmente assassinadas no Maranhão, demonstrando a urgência de uma análise aprofundada das causas subjacentes a esse tipo de violência e a necessidade de proposição de soluções eficazes para combatê-la.

2.1 Primeiro Caso

Joanilde Rodrigues Paulino Guajajara – Tinha 33 anos, trabalhava como técnica de enfermagem, no Centro de Parto Normal da Secretaria de Saúde de Amarante do Maranhão, foi brutalmente assassinada a facadas em sua própria casa, no dia 21 de agosto de 2024, no bairro Industrial, em Amarante. O principal suspeito do crime é o seu ex-marido, Wendel Silva





Machado, que foi preso dois dias após o ocorrido. Segundo a polícia, Wendel já possui antecedentes criminais por violência doméstica e é suspeito de outro feminicídio ocorrido em Imperatriz em 2021.

De acordo com informações da polícia e matéria veiculada no G1, Joanilde foi encontrada pelo seu pai, com as mãos amarradas para trás com fita adesiva e com diversas perfurações por faca. A vítima, mãe de dois filhos, havia se separado de Wendel devido à violência doméstica e havia buscado refúgio na casa de seus pais que moravam na aldeia. No entanto, ela precisou retornar para sua casa em Amarante e decidiu conversar com Wendel, foi assassinada ao chegar à residência. A técnica de enfermagem era muito querida por seus familiares e amigos. Seu irmão, José Guajajara, cacique da Aldeia Guaruru, relatou que Joanilde estava com os cabelos curtos nos últimos dias, pois Wendel havia cortado seus cabelos com uma faca. Esse detalhe revela a dimensão da violência física e psicológica sofrida pela vítima.

“A violência foi só aumentando, ela chegou cortada, ele cortou o cabelo dela com a faca, bateu nela, cortou às coxas dela, ele foi tentar furar o pescoço dela, ela estava cheia de marcas de faca, ela tentava se defender e ele cortou o dedo dela”, lembra Francisca Maria, mãe da vítima” (G1 MARANHÃO, 2024).

Dois dias após o crime, Wendel foi localizado e preso no povoado Piripiri, entre Amarante e Grajaú. Durante a tentativa de fuga em uma motocicleta, houve um confronto e ele foi baleado no calcanhar. A prisão de Wendel trouxe um alívio para a comunidade indígena, que clamava por justiça.

2.2 Segundo Caso

Yolete Krikati – Encontrada sem vida em uma área próxima a uma fazenda no município de Montes Altos. A indígena desapareceu durante uma atividade de pesca, foi encontrada 12 dias depois, em estado avançado de decomposição, chocando a comunidade e levantando diversas questões sobre as circunstâncias de sua morte.

Segundo relatos, Yolete fazia parte de um grupo que havia deixado a aldeia Arraia para pescar no rio Arraias no dia 18 de agosto. Os pescadores que a acompanhavam afirmaram não terem percebido quando ela se afastou do grupo. O corpo foi encontrado 12 dias depois, por outros membros da comunidade, que sentiram um forte odor próximo à fazenda. A Polícia Civil do Maranhão instaurou um inquérito para investigar o caso. Peritos do Instituto Médico Legal (IML) foram ao local para realizar a remoção do corpo e iniciar os procedimentos de necropsia, que poderão auxiliar na identificação das causas da morte (CIMI, 2024).





2.3 Terceiro Caso

Mikaelene Guajajara – Assassinada a tiros no dia 4 de setembro, a indígena de 23 anos, morava na Aldeia Januária, Terra Indígena Rio Pindaré, zona rural do município de Bom Jardim. Ela foi encontrada morta em um dormitório em Santa Inês. A jovem era vítima de um relacionamento abusivo com João Paulo Paixão de Oliveira, de 27 anos, que também foi encontrado morto no local, em aparente suicídio. (G1, 2024)

2.4 Quarto Caso

Lícia Oliveira Guajajara – Tinha 35 anos, foi assassinada a facadas pelo companheiro, Izane Santos, no mesmo dia que Mikaelene Guajajara, no bairro Caninana em Amarante do Maranhão. De acordo com a polícia, o casal tinha um relacionamento de 10 anos. O crime ocorreu após uma discussão e o corpo da vítima foi encontrado pelo filho. Izane Santos está foragido. O artigo apresentado delineia um cenário alarmante de violência contra mulheres indígenas no Maranhão, com destaque para os casos de feminicídio de Joanilde Rodrigues Paulino Guajajara, Yolete Krikati, Mikaelene Guajajara e Lícia Oliveira Guajajara.

A análise a seguir, aprofunda as questões levantadas no texto, buscando identificar as causas subjacentes a essa violência e propondo soluções para combatê-la.

Colonialismo e racismo: A história da colonização brasileira e o persistente racismo estrutural criam um contexto de desigualdade e opressão, tornando as mulheres indígenas alvos preferenciais de violência. Muitas vezes, homens não indígenas que se envolvem com essas mulheres, utilizam essa proximidade para exercer domínio e perpetuar relações de poder desiguais.

Desvalorização da vida indígena: A desvalorização da vida indígena e de suas culturas contribui para a naturalização da violência contra essas mulheres. A percepção de que as mulheres indígenas são diferentes e menos valiosas, legitima a violência e a impunidade.

Invasão de terras indígenas: A invasão de terras indígenas, a exploração de recursos naturais e os conflitos territoriais geram um clima de insegurança e violência que afeta diretamente as mulheres indígenas.

Impunidade: A impunidade para crimes contra mulheres indígenas é um problema grave, que incentiva a perpetuação da violência. A falta de investigação e punição dos agressores demonstra a desvalorização da vida dessas mulheres.

Falta de acesso à justiça: As mulheres indígenas enfrentam dificuldades para acessar a justiça, devido à distância, à falta de recursos e à discriminação. A complexidade dos sistemas





jurídicos e a falta de conhecimento sobre os direitos indígenas dificultam a denúncia e a punição dos agressores.

Alcoolismo: A introdução do álcool nas aldeias indígenas, resultado do processo colonial e da intensificação do contato com a sociedade não indígena, desencadeou profundas transformações culturais e sociais. O consumo excessivo de bebidas alcóolicas, muitas vezes associado a práticas violentas, tem sido apontado como um fator agravante da violência contra as mulheres indígenas. Essa substância altera padrões de comportamento, intensifica conflitos e contribui para a desestruturação familiar, minando os valores tradicionais.

Segundo Rhjwaa Krepym, liderança do povo krepym Kartejé, de Itaipava do Grajaú-MA, uma das principais barreiras para combater a violência de gênero nas comunidades indígenas é a falta de acesso à justiça. Nas áreas mais remotas, as mulheres indígenas encontram dificuldades para registrar boletins de ocorrência, principalmente em pequenas cidades onde a maioria dos policiais são homens que, muitas vezes, minimizam a gravidade dos casos.

Ela relatou que uma Cacica¹, sofreu uma tentativa de homicídio, mas não conseguiu registrar um boletim de ocorrência após diversas tentativas em diferentes cidades. Essa experiência demonstra a jornada desgastante e frustrante que muitas mulheres indígenas enfrentam em busca de proteção.

“No interior, não tem onde as mulheres Indígenas fazerem boletim de ocorrência, principalmente nas cidades pequenas onde a maioria dos policiais são homens e fazem pouco caso da violência sofrida pelas mulheres. Teve uma Cacica que sofreu tentativa de homicídio, um homem correu atrás dela atirando com uma arma, a sorte é que ela conseguiu se esconder dentro do mato. Depois disso, ela tentou fazer boletim por três vezes. Foi para Grajaú, disseram que era pra fazer em Itaipava, chegando em Itaipava, disseram que era em Barra do Corda, não teve êxito e desistiu. Ou seja, as mulheres sofrem as violências e sequer tem o direito de fazer boletim de ocorrência” (KREPYM, 2024).

Os relatos de Rhjwaa Krepym corroboram com os dados apresentados anteriormente, evidenciando as múltiplas barreiras que as mulheres indígenas enfrentam para denunciar e combater a violência.

A falta de acesso a serviços de segurança pública, especialmente em áreas remotas, é uma das principais dificuldades enfrentadas. A ausência de delegacias especializadas, a distância entre as aldeias e os centros urbanos, a falta de transporte e a desconfiança em relação às instituições policiais dificultam o registro de ocorrências e a busca por justiça. A experiência da

¹ Cacica: Termo utilizado para designar a liderança feminina em algumas comunidades indígenas, equivalente ao cacique masculino. A cacica desempenha um papel fundamental na tomada de decisões e na preservação da cultura de seu povo.





Cacica, que sofreu tentativa de homicídio e não conseguiu registrar um boletim de ocorrência é um exemplo emblemático dessa realidade.

Além disso, a falta de conhecimento sobre as leis que protegem as mulheres, como a Lei Maria da Penha, e o medo de serem afastadas de suas comunidades e famílias, inibem as denúncias. A crença de que a denúncia levará à perda do contato com seus filhos é um obstáculo para muitas mulheres. Ela destaca a necessidade de levar informações sobre leis como a Maria da Penha para as aldeias.

“Outro dia uma mulher na aldeia sofreu violência doméstica ela quis denunciar, mas ouviu falar que se denunciasse ela iria ser obrigada a ficar num abrigo longe do território, longe da família e dos filhos, então ela desistiu de fazer a denúncia” (KREPYM, 2024).

O alcoolismo, por sua vez, agrava a situação, atuando como um fator desencadeante da violência doméstica. A introdução do álcool nas comunidades indígenas, associada a outros fatores como a desigualdade social, a perda de referências culturais e a fragilidade dos sistemas de apoio tradicionais, contribui para a desestruturação familiar e para o aumento da violência. É fundamental compreender que a violência contra mulheres indígenas é um problema multifacetado, com raízes históricas e sociais profundas. A combinação de fatores como o racismo, o machismo, a invasão de terras, a falta de acesso à justiça e o alcoolismo cria um contexto de vulnerabilidade para essas mulheres.

O relato de Rhjwaa Krepym sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas para acessar a justiça, especialmente em áreas remotas, ecoa os conceitos desenvolvidos pela antropóloga Rita Segato. A autora, em suas obras, aprofunda a análise sobre as violências de gênero, especialmente as sofridas por mulheres em contextos coloniais e pós-coloniais. A antropóloga destaca como a colonização e as estruturas de poder patriarcais impõem violências simbólicas e físicas sobre os corpos femininos, desumanizando-os e naturalizando a violência. O caso da Cacica que busca justiça e não a encontra demonstra como as estruturas de poder, herdadas do colonialismo, continuam a operar, dificultando o acesso das mulheres indígenas aos seus direitos e perpetuando a desigualdade de gênero.

De acordo com Segato:

“Da mesma forma, a colaboração com a Coordenação de Mulheres Indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na divulgação da Lei Maria da Penha contra a Violência Doméstica, levou-me à necessidade de pensar na defesa das mulheres indígenas perante a violência crescente que as vitima em número e grau de crueldade, não só a partir do mundo branco, mas também dentro de seus lares e sob as mãos de homens também indígenas. Apresenta-se aí um dilema semelhante, pois como seria possível recorrer ao amparo dos direitos estatais sem propor a progressiva dependência de um Estado permanentemente colonizador cujo projeto histórico não coincide com





o projeto das autonomias e da restauração do tecido comunitário? É contraditório afirmar o direito à autonomia e, simultaneamente afirmar que deve-se esperar que o Estado crie as leis que deverão defender os frágeis e prejudicados dentro dessas autonomias” (SEGATO, 2012, p.412).

A fala de Rhjwaa Krepyim sobre a dificuldade das mulheres indígenas em acessar a justiça e a análise de Aníbal Quijano, a seguir, sobre o poder, convergem em um ponto fundamental: a colonialidade do poder.

A violência contra mulheres indígenas, como a descrita pela indígena, não é um evento isolado, mas sim um produto de um sistema de poder que historicamente desvalorizou e oprimiu os povos indígenas.

“Tal como o conhecemos historicamente, à escala societal o poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controlo dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças.” (QUIJANO, 2009, p.76).

A partir da perspectiva de Quijano a violência contra mulheres indígenas não é apenas um problema individual, mas sim um problema sistêmico, relacionado às estruturas de poder coloniais e patriarcais que persistem até os dias de hoje. A análise de Quijano nos ajuda a compreender como esses diferentes elementos se articulam para manter a dominação e a exploração das mulheres indígenas.

Dessa forma, ao analisar a fala de Rhjwaa Krepyim com a teoria de Quijano, podemos afirmar que a violência contra mulheres indígenas é uma expressão da colonialidade do poder, que se manifesta em diferentes esferas da vida social e que exige uma análise profunda e crítica das estruturas de poder que a sustentam.

(FONSECA, 2015), nos convida a uma reflexão profunda sobre a relação entre o Estado, o direito e a situação das mulheres indígenas no Brasil. Ele evidencia como a construção de um Estado-nação, com suas leis e normas homogêneas, historicamente marginalizou e invisibilizou os povos indígenas, incluindo suas mulheres.

Ao afirmar que o sistema normativo busca espelhar uma sociedade idealizada o autor destaca o caráter excludente desse modelo, que se baseia em uma visão única e homogênea da sociedade. Essa visão, construída ao longo da história, desconsidera as especificidades culturais e as demandas dos povos indígenas.



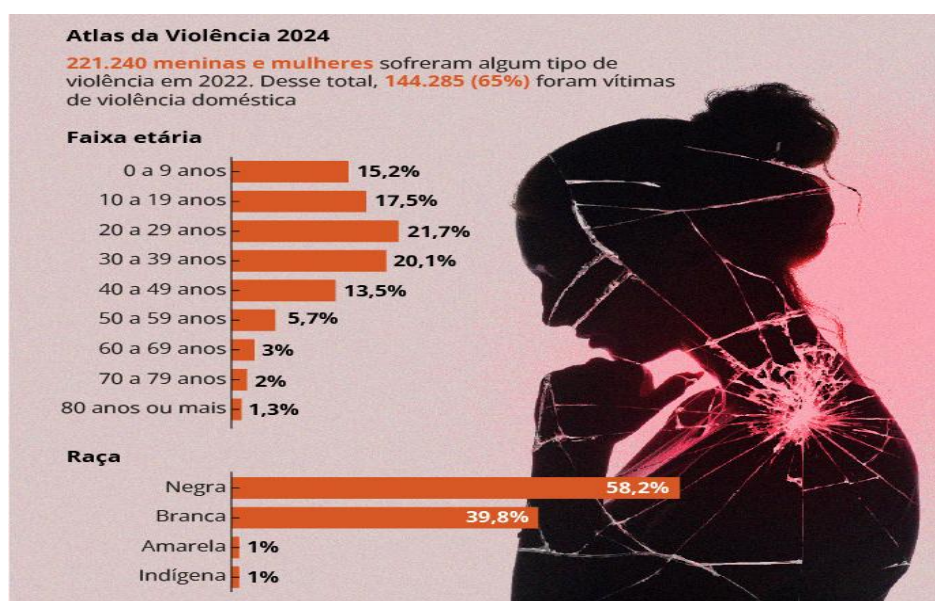


A desestruturação cultural causada pela colonização e pela imposição de uma cultura dominante é apontada como um dos principais fatores que contribuem para a violência sofrida pelas mulheres indígenas. A perda de suas referências culturais e a imposição de valores externos fragilizam os sistemas de proteção e aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres.

O autor também ressalta a importância de reconhecer a diversidade das realidades indígenas e a necessidade de um diálogo constante para a construção de políticas públicas mais justas. Ao defender o direito à identidade, à demarcação de territórios e à autonomia normativa dos povos indígenas, ele aponta para a necessidade de uma descolonização do direito, ou seja, de uma transformação profunda do sistema jurídico para que ele possa atender às necessidades e demandas desses povos.

De acordo com publicação da Agência Câmara de Notícias, a Lei nº 14.994/2024, em vigor desde 10 de outubro de 2024, elevou a pena para o crime de feminicídio, tornando-o autônomo no Código Penal. A nova legislação prevê reclusão de 20 a 40 anos, agravada em até metade se praticado durante a gestação, contra menores, idosos, pessoas com deficiência, na presença de familiares ou em descumprimento de medidas protetivas. Além disso, a lei permite a aplicação de qualificadoras, como o uso de veneno ou tortura, tanto ao autor quanto os coautores ou participantes do crime. Essas mudanças visam facilitar a tipificação do feminicídio e aumentar a punição para esse tipo de violência, que antes era considerado uma qualificadora do homicídio. A Figura 1, ilustra a violência contra a mulher por faixa etária e raça.

Figura 1: Violência Contra a Mulher



Fonte: Brasil, 2024





O Atlas da Violência 2024 apresenta um quadro alarmante sobre a violência contra mulheres no Brasil. Embora os dados evidenciem que mulheres negras são o grupo mais atingido, é importante destacar a invisibilização da violência sofrida pelas mulheres indígenas.

2.5 Por que há invisibilidade?

Subnotificação: Muitas mulheres indígenas vivem em áreas remotas, com acesso limitado a serviços de saúde e segurança, dificultando a denúncia e o registro de casos.

Interseccionalidade: A violência contra mulheres indígenas é marcada pela interseção de diversas formas de opressão: gênero, raça, etnia e classe social. Essa complexidade dificulta a criação de políticas públicas específicas e eficientes.

Preconceito e discriminação: A cultura machista e racista, presente em diversas instituições, incluindo o sistema de justiça, dificulta a credibilização dos relatos dessas mulheres e o acesso à justiça.

Desconhecimento da realidade indígena: A falta de conhecimento sobre as culturas indígenas e suas especificidades contribui para a naturalização da violência e a desvalorização das suas vidas. A invisibilização da violência contra mulheres indígenas tem graves consequências como:

Perpetuação de um ciclo de violência: A falta de denúncias e a impunidade incentivam os agressores a continuarem praticando seus crimes.

Impacto na saúde e bem-estar: A violência física e psicológica tem sérias consequências para a saúde física e mental dessas mulheres.

Na data em que finalizo este artigo, 25 de novembro de 2024, a Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou um novo relatório que acende um alerta vermelho sobre a violência contra mulheres em todo o mundo. Um estudo conjunto da ONU Mulheres e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), intitulado "Feminicídios 2023: Estimativas Globais de Feminicídios por Parceiros Íntimos ou Membros da Família", revela dados chocantes: a cada 10 minutos, uma mulher é assassinada por razões de gênero. Os números são chocantes: mais de 85 mil mulheres e meninas foram intencionalmente mortas em 2023, sendo que cerca de 60% desses casos foram cometidos por parceiros íntimos ou familiares. Essa estatística demonstra a gravidade da violência doméstica e o risco que as mulheres correm em seus próprios lares.





O relatório também revela um padrão preocupante: muitas das vítimas haviam denunciado agressões antes de serem assassinadas. Isso evidencia que o feminicídio é o ápice de uma escalada de violência, que se inicia com abusos físicos, sexuais e psicológicos.

É importante destacar que esses dados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para prevenir e combater a violência contra todas as mulheres, incluindo aquelas de comunidades indígenas. Entre as medidas necessárias, destacam-se:

Fortalecimento das políticas públicas: É preciso investir em políticas públicas que garantam segurança, como a criação de casas de acolhimento, a ampliação do atendimento especializado e a capacitação de profissionais para o atendimento a mulheres indígenas.

Acesso à justiça: É fundamental garantir o acesso à justiça, com a criação de delegacias especializadas e a capacitação de agentes públicos para o atendimento a casos de violência de gênero.

Educação e conscientização: É preciso investir em ações de educação e conscientização sobre a violência de gênero, com foco na prevenção e na promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Participação das mulheres indígenas: É fundamental garantir a participação das mulheres indígenas na elaboração e implementação das políticas públicas, valorizando seus conhecimentos e suas experiências.

Em suma, é fundamental investir em serviços de proteção às vítimas, fortalecer os mecanismos de denúncia e punição dos agressores, além de promover campanhas de conscientização sobre a igualdade de gênero e o respeito aos direitos das mulheres. A cada feminicídio, a sociedade como um todo perde. É preciso agir agora para romper esse ciclo de violência e construir um futuro mais seguro para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Entra em vigor lei que amplia para até 40 anos a pena para casos de feminicídio.** Câmara dos Deputados. Brasília, DF. 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1101978-entra-em-vigor-lei-que-amplia-para-ate-40-anos-a-pena-para-casos-de-feminicidio/>>. Acesso em: 14 de nov. de 2024.

BRASIL DE FATO. **Número de feminicídios indígenas cresce 500% em 10 anos.** Brasil de Fato. Curitiba, PR. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/05/24/numero-de-feminicidios-indigenas-cresce-500-em-10-anos>>. Acesso em: 15 de out. de 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Desaparecida há 12 dias, indígena Krikati é encontrada morta em Montes Altos (MA).** Brasília, DF, 2024. Disponível em: <





<https://cimi.org.br/2024/08/indigena-krikati-encontrada-morta-ma/>> Acesso em: 12 de nov. de 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil**. Dados de 2023. 21.ed. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf> Acesso em: 12 de nov. de 2024.

FONSECA, Livia Gimenes Dias da. (2016) **Despatriarcalizar e decolonizar o Estado brasileiro – um olhar pelas políticas públicas para mulheres indígenas**. Orientador: Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Junior. 2016. 209 fls. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) – Programa de Pós! Graduação em Direito Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF.

G1. **Maranhão já registra 46 feminicídios em 2014**: quatro suspeitos ainda estão foragidos. G1 Maranhão, São Luís, MA, 2024. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/09/14/maranhao-ja-registra-46-feminicidios-em-2024-quatro-suspeitos-ainda-estao-foragidos.ghml> > Acesso em: 20 de nov. de 2024.

G1. **Suspeito de matar companheira em Amarante do Maranhão já responde por outro feminicídio**. G1 Maranhão. São Luís, MA, 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/08/22/suspeito-de-matar-companheira-em-amarante-do-maranhao-ja-responde-por-outro-feminicidio.ghml>> Acesso em: 18 de nov. de 2024.

KREPYM, Rhjwaa. [Entrevista cedida] Alice Pires Van Deursen. São Luís, nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Feminicídios em 2023**: Estimativas Globais de Feminicídios por Parceiro Íntimo ou Membro da Família. Nações Unidas Brasil. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/284409-feminic%C3%ADdios-em-2023-estimativas-globais-de-feminic%C3%ADdios-por-parceiro-%C3%ADntimo-ou-membro-da>> Acesso em: 17 de nov. de 2024.

QUIJANO, Aníbal. (2009) Colonialidade do poder e classificação social, *in*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, M. Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, p. 73, 2009.

SEGATO, Rita Laura. (2012) Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E! Cadernos Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra**, p.412.





EIXO 4 - Feminismos negros





AMOR PRETO: UMA ESCAVAÇÃO DE SI NO OUTRO

Sunshine Cristina de Castro Reis

Bacharel em turismo – UFMA
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
sunshine.santos@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Matheus Diniz Campelo

Bacharelando em Psicologia - UFMA
matheus.campelo@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Segundo Bell Hooks (2022), a maior estratégia do patriarcado supremacista branco é impedir a solidariedade entre mulheres e homens negros, ou seja, a manutenção da disputa de quem é mais oprimido, impossibilitando o trabalho coletivo de autodeterminação negra. As marcas provocadas pelas violências raciais, assim com o perecimento dos corpos negros não devem ser hierarquizados, mas precisam ser compreendidos com distinções necessárias para articularmos uma agenda política que promova táticas de enfrentamentos que neutralizem a reprodução das violências sistêmicas entre os nossos. Desenvolver o amor preto é um ato político que não está assentado nas relações afetivas sexuais, mas uma ética essencial na luta política, portanto um ato de residência às teias de auto-ódio tecidas pela colonização, requerendo um processo de descolonização dos afetos, um processo de retorno aos saberes ancestrais que invocam a incorporação do espírito da intimidade. Nesta perspectiva, o presente trabalho visa refletir sobre o impacto do amor afrocentrado na construção identitária de homens e mulheres, assim como seus desdobramentos psicossociais. Para tanto, recorreu-se a um levantamento bibliográfico com cruzamento do pensamento de Bell Hooks, Geni Nunes, Sobonfu Somé entre outras. Utilizamos uma abordagem qualitativa, visando analisar as várias camadas que atravessam a problemática apresentada. Nesse sentido, em nota conclusiva, podemos reafirmar a importância do estabelecimento de uma política de autorrecuperação e autoajuda que promova esquemas de transgressões que gere um agenciamento coletivo de resistência em uma sociedade racista.

Palavras-chave: Amor preto; Amor interior; Autorrecuperação; Descolonizando afetos.

1. O QUE CHAMAMOS DE AMOR?

Amor. Quando nos debruçamos sobre esta palavra na contemporaneidade, deparamo-nos com uma pluralidade de significados que atravessam e constituem as mais diversas relações sociais. Renato Nogueira (2020) afirma isto ao pontuar que as narrativas sobre o amor são muitas, que vão desde a falta como sua constituinte até a abundância como elementos intrínsecos ao amor. No entanto, apesar de várias formas de dizer e contar o amor, no mundo ocidental contemporâneo, há uma narrativa hegemônica e coercitiva que se sobressai frente às outras formas de amar, como, por exemplo, o amor preto.

Esta narrativa hegemônica atravessa a história e se consolida em nossas fantasias e em nossos corpos por meio dos bombardeios midiáticos que costumam enfatizar que a





incompletude do ser humano será sanada e preenchida pela presença total de um outro sujeito conhecido como a “metade da laranja” (Costa e Leite, 2019). Este mito da “metade da laranja”, “da alma gêmea” e de que existe um outro-aí-no-mundo que nos preenche por completo se consolida na indústria cinematográfica hollywoodiana, que constrói cenas em que o amor romântico é tomado como o único possível.

As comédias românticas corroboram essa única forma de amar: os protagonistas (em sua maioria brancos) se colocam em uma busca insaciável de encontrar alguém que lhe possa dar tudo o que lhes falta, passando por sacrifícios e obstáculos que colocam em questão que tudo vale em nome desse amor. Ao encontrar essa outra parte que lhes falta, surge, assim, um único desfecho mais atraente e convincente possível, seguido de um ponto final para não deixar espaços e aberturas para as (des) continuidades da vida real; ou seja, fecha-se a história com um “foram felizes para sempre” (Oliveira e Santana, 2016). Nesse sentido, como pontua a psicanalista Ferreira (200, p.7), esse tipo de amor contracenado nas telas e na vida real se vende como uma única saída possível para “encontrar a felicidade como sinônimo de plenitude”.

Esta concepção de amor tem indícios na obra grega “O Banquete”, onde reúne vários diálogos de filósofos atenienses que tinham como missão discorrer sobre o amor a partir de suas perspectivas. Um destes filósofos foi o comediógrafo Aristófanes, que, segundo Noguera (2020), explicou o amor a partir de uma bela narrativa mítica onde, em um passado remoto, havia seres humanos completos e poderosos, redondos, com quatro braços, quatro pernas, dois rostos e uma única cabeça. Tais criaturas poderiam ser compostas por dois homens, duas mulheres ou um homem e uma mulher (esta última chamada de andrógina). Devido a pretensão de atacar os deuses, estas criaturas foram punidas com a divisão de seus corpos em dois e, então, passaram a viver em busca de sua outra metade.

Este mito, explicitado pela lógica da “metade da laranja”, perdura de forma mais evidente nas relações afetivo-sexuais, onde a constante busca pela alma gêmea produz um grande mal-estar na sociedade cujo sintoma é a incapacidade de dar conta dos sentimentos e afetos reais que circulam pelos corpos; sentimentos e afetos estes provenientes do contato com um outro que não lhe completa em sua plenitude e que aponta as suas faltas e vazios (Suy, 2022).

Ainda sobre o amor romântico ocidental, Geni Núñez (2023, p. 39) problematiza que a concepção monogâmica cria e corrobora com outro problema social: o feminicídio. A premissa do “até que a morte nos separe” evidencia a “indissociabilidade do vínculo” como uma cláusula contratual indispensável para formação e regularização de um relacionamento afetivo-sexual. Quando esta cláusula se rompe, devido a vários fatores que vão desde a compreensão de que





uma relação pode acabar e de que o amor vai perdurar enquanto durar, os autores da violência contra as mulheres, – com as quais tinham um vínculo romântico –, apontam que o assassinato se deu por não aceitarem o fim da relação. Em suma, como sinaliza Nunes (2020, p. 41), “esta forma de amar é perigosa para a vida das mulheres”. Aqui, para além da morte de um sujeito, pode-se falar também em mortes no âmbito do simbólico, da perda da autonomia, das particularidades, das singularidades e da homogeneização dos sujeitos em nome desse mito do amor romântico.

Nesse sentido, questiona-se: a quem interessa esse tipo de modelo e para quê? Quais corpos são atravessados por este tipo de amor? Como o corpo preto se constitui nessa forma e exercício de amar?

Em contraposição a esse discurso do amor romântico, a autora Bell Hooks (2022) propõe analisar o amor sob uma nova perspectiva, que desvincula o conceito de amor de uma ideia abstrata, etérea e imaterial. Esta desvinculação tem como objetivo problematizar interpretações equivocadas acerca do ato de amar que atravessam o nosso cotidiano. Em seu livro “Irmãs de Inhome” (2023), estas confusões ficam evidentes quando a autora afirma que

Uma vez que muitas mulheres negras fazem do cuidado um sinônimo de amor, nós confundimos a questão. O cuidado pode ter lugar, por exemplo, em um contexto familiar em que também há abuso, mas não significa que o amor esteja presente (2023, p. 179).

Além disso, ao decorrer de suas obras, Bell Hooks (2023; 2024) salienta que o amor não pode ser confundido com violências, abusos, repressões, opressões, controles e negligências. Sendo assim, para ir em direção contrária a esses discursos que falsificam o amor, a autora propõe que “entender o amor como uma força vital que nos impulsiona a agir contra a morte nos permite ver claramente que, onde há amor, não pode haver abusos incapacitantes, debilitantes ou destrutivos” (2023, p. 179).

Seguindo esta perspectiva, o amor para Bell Hooks (2023) se dá em ato intencional e em ação que promove a vida, que permite o crescimento pessoal meu e de outrem ou de uma comunidade. Sendo assim, esta categoria ética do amor, concebido e construído pela vivência de uma autora negra como Bell Hooks, busca resgatar e forjar um novo lugar para que homens e mulheres negras se autorrecuperem dos processos violentos do patriarcado, do colonialismo e de outras formas de opressões. Dar amor a nós mesmos, amando a nossa negritude, é restaurar o verdadeiro significado da liberdade, da esperança e da possibilidade na vida de todos nós.

O presente trabalho surgiu do encontro de duas pessoas pretas que se conheceram em um espaço de cura, o aquilombamento, grupo de estudo sobre relações étnico-raciais vinculado





ao Programa Cultura e Sociedade (PGCULT) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Foi a partir deste espaço que nós dois começamos a refletir sobre um tema tão delicado: o amor. Perguntas e considerações como: “o que é o amor?”, “um dia já fomos amados?”, “amor nos curou” e “o amor nos fez viver” povoavam o nosso corpo, levando-nos a uma empreitada singular que exigia uma investigação e compreensão sobre que tipo de amor estávamos falando. O amor preto, especialmente atravessado pela perspectiva de Bell Hooks, Geni Núñez, Sobunfú Somé e Renato Nogueira, foi o tema de nossa investigação. A partir das nossas vivências de dois corpos pretos, forjados no fogo do amor preto ancestral, de uma continuidade histórica que a todo tempo luta para reafirmar e gestar as nossas vidas apesar das dores e opressões, buscamos, neste trabalho, elaborar o amor preto enquanto espaço de recuperação de si, de cuidado, de humanização, bem como de luta e de resistência coletiva encontrada nas mais diversas relações que estabelecemos com os outros: nas relações afetivo-sexual, nas relações familiares ou de amizade, entre outras.

2. A PRIMEIRA HISTÓRIA DE AMOR QUE UMA CRIANÇA PRETA OUVIU

É a hora de mexermos em nós. Visitar-nos de dentro para fora e de fora para dentro. É hora de conhecer o avesso e a própria pele. Para isso, segundo Bell Hooks, é necessário falarmos do amor, de um amor preto, que convoca a discutir a noção do amor mais próxima da nossa realidade, que nos faça entender, no mínimo, que a violência, o controle e a manipulação jamais sejam confundidos com o amor. Se for necessário, é deixar bem preto que isto é tudo, menos amor. Estamos diante de um pseudoamor. É urgente que voltemos o olhar para uma ética amorosa, forjada no fogo pelos nossos ancestrais.

Histórias sobre o amor povoam o nosso imaginário desde a nossa concepção. O amor circula por diferentes espaços e territórios. O ventre pode ser um desses primeiros espaços onde as ondas sonoras das vozes carinhosas emanam potência e energia para si e para o outro, gestando, neste movimento, um futuro ancestral, de cuidado, de respeito e de zelo (Pontes, 2017). Este foi o gesto contado pela minha mãe para mim, para o meu irmão e para quem quer que fosse e estivesse disposto a escutar do seu processo de gestação.

Para ser sincero, quando criança e adolescente, este tipo de detalhe e narrativa contínua me trazia um certo constrangimento. Constrangimento porque, nos meus pensamentos, um menino homem não poderia ser alvo destes tipos de cuidado, que beiravam a frescura ou melhor, sintetizado pelos comentários maldosos, “filhinho da mamãe” ou “do papai”. Que bom que sou filho desses meus pais.





Hoje, enquanto um gay preto afeminado, diante da narrativa que transcende o tempo, ouço com atenção esta história que traz consigo um ensinamento e uma ética amorosa (Hooks, 2022) que aquela mulher preta - minha mãe - sabe e tem muito a ensinar. Este meu novo lugar/reposicionamento no mundo me permite recordar das primeiras histórias de amor que eu, enquanto criança preta, ouvi e ainda, gentilmente, peço para ouvir.

Antes mesmo de eu nascer, dos meus pais, meus avós, o amor se faz narrável. Ele se apresenta nas canções, nos filmes, nos discursos e nas histórias com diferentes concepções e sentidos. Muitos destes sentidos são intocáveis. Proposital ou não, parecem fazer do amor um lugar inacessível, colocando-o em um pedestal, trancado em uma gaiola de ouro para que seja visto de longe, mas sem muitos detalhes. O capricho está em compartilhar frases canônicas que dizem filosoficamente que: “o amor é dar ao outro o que não se tem”, “o amor é falta”, “o amor é um sentimento puro”, “você só será feliz quando for amado por outra pessoa”, entre outras que parecem dizer muito, mas ao mesmo tempo dizer nada. No entanto, por outra perspectiva discursiva, nota-se um caminho contrário, de materializar o amor e torná-lo um assunto próximo e palpável, que diz respeito à nossa realidade de sujeitos que se relacionam para além de um amor romântico. Bell Hooks (2022; 2023) evidencia este incômodo, por exemplo, ao se debruçar de forma genuína sobre o tema do amor. Conforme esta intelectual negra, o amor é pensado enquanto uma reunião de ações, como carinho, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso, confiança, honestidade e comunicação (Hooks, 2022).

O amor por esta perspectiva permite um olhar mais real e genuíno acerca do comportamento humano, que possui repertórios e nuances singulares e específicas que podemos analisar e compreender de forma amorosa. Nesse sentido, ao ler os seus trabalhos como “Tudo sobre amor”, “Irmãs de Inhamé”, entre outros, consigo perceber o quanto a minha vida foi marcada de forma política e transgressora pelo amor preto dos meus pais, das minhas avós e das minhas tias. O amor cura é uma máxima que apreendi desde criança. A história dos meus pais carrega essa terapêutica do amor no encontro entre eles, de dois corpos pretos violentados e negligenciados sistematicamente.

Ambos os corpos são marcados por cicatrizes coloniais, interditados pelo sistema que via no encontro dos dois um perigo. Um perigo para quem? Por que alguns familiares não os queriam juntos? Eu não sabia ou fingia não saber, mas a resposta estava dada nas entrelinhas pela minha mãe. Minha mãe, mulher negra, “refugiada” da sua própria cidade do interior do Maranhão enquanto criança, que teve ainda na sua infância uma relação muito íntima com o seu território, com a terra, com a sua família extensa. Recorda em transe das brincadeiras com





os seus irmãos, das disputas com os animais que coexistem com eles, das birras e dos sermões da sua mãe e a preocupação do pai com as roças e os plantios. A terra é lembrada com respeito, com cuidado, com afeição. A memória a leva aos inúmeros percursos que ela fazia com os seus pais e seus irmãos a casas de familiares, aos rios, a outra cidade vizinha. Tudo com todos os detalhes possíveis. A sua relação com o pai é sempre alvo de maior atenção. Ela era a filha preferida de Seu Zé Maria. É a cena em cima dos seus ombros; é a Figura de uma criança que sempre estava tentando alcançar as pernas longas do pai aonde fosse; é o momento marcante que ele a ensinava a pescar, a resolver problemas familiares, entre outros. Narrando, é possível perceber que seu olhar está distante e que o seu corpo está recebendo uma quantidade de energia, uma onda imensa de ternura, saudades e, sim, o amor. Está se revigorando de amor. O amor, como uma arte, se aprende constantemente. E a sua experiência de vida evidencia essa proposição. Eu percebo atualmente que a sua ética do amor sempre foi posta em primeiro lugar para tomar qualquer decisão, mesmo diante de todos os acontecimentos e adversidades da vida. Em momentos de crises pessoais, eu tive colo e ensinamento de que as coisas não são para sempre, haverá algo melhor esperando por mim na esquina. Mesmo me queixando e me indignando diante das violências, eu me questionava por que as coisas eram tão difíceis assim. E, de forma perspicaz, ela dizia “meu filho, as coisas nunca foram fáceis”. É uma frase potente, mas essa frase é um dos atos de amor mais caros que qualquer pessoa pode pagar e sustentar: honestidade frente à realidade que nos cerca e nos preparar com armas e dispositivos para lidar com estas circunstâncias. Era necessário nos a(r)mar. A arma mais poderosa que tive acesso foi ter um espaço para falar do meu mal-estar, do que eu sentia. Um espaço para entrar em contato comigo mesmo. Talvez por isso eu sinta demais e pense demais. Perguntam se eu não canso de pensar e sentir demais. Sinceramente, a quem foi retirado o direito de sentir, pensar, falar e, violentamente, de viver. A resposta é que eu não canso e espero não cansar. Espero, na verdade, que eu, ao longo dessa vida, entre mais em contato com outras sensações e outros aspectos do meu corpo que o amor ocidental não permite.

3. ENTRE CONFLUÊNCIA E DESENCONTROS

Um dia um caboclo me falou que quando sabemos a resposta não é investigação, mas repetição. Essas palavras estão conduzindo a minha escrita nesse momento. Escrevo em busca de uma resposta, não apenas para compreender, mas sobretudo para me permitir desejar emoções e sensações que me foram negadas. O caminho mais fácil para realizar esse trabalho seria realizar uma revisão bibliográfica e citar tudo o que já foi escrito sobre o amor.





Entretanto, a cada leitura realizada, assim como Liniker,¹ me questiono: “quando eu alçar o voo mais bonito da minha vida, quem me chamará de amor, de gostosa, de querida?”.² Dessa maneira, assim como a cantora, “no fundo, eu tenho medo de correr sozinha e nunca alcançar”. E esse é o maior desafio dessa escrita, ou seja, refletir sobre o que nunca foi acessado, descrever sobre uma condição básica de existência que não sei se alcançarei.

O amor preto é real e notável na minha vida quando se trata de aquilombamento. Foram as mulheres negras que me levantaram e me mantiveram em pé. Quando olho para os homens negros da minha vida, sou invadida pela sensação de ausência. Lembro do dia que li Fanon³ pela primeira vez, como cada palavra presente na obra ‘‘Pele negra, máscaras brancas’’ (2008) me trazia desconforto, pois tinha a sensação de estar sendo sufocada pela verdade que me era apresentada.

Questionei se a escolha por um casamento inter-racial tinha sido minha. Questionei se não tinha reproduzido a escolha de todas as mulheres da minha família. Afinal, o único casamento visto como problemático e mal-sucedido era o da minha mãe: a única mulher negra da minha família que tinha casado com um homem negro.

Contrariando a estatística, eu sou uma mulher negra que ganhou flores, que foi levada para jantar, que se casou de branco na igreja. Sou uma mulher negra que construiu uma família, que tem o pai dos meus filhos presentes. Que conheceu o amor, mas o amor branco, um amor cheio de “cuidado”, mas que deixava escorrer entre os dedos a colonialidade. Depois que me separei, desejei ardentemente viver um amor preto. Queria conhecer o tal sonhado “amor afro-centrado”. Acreditei fielmente que o amor preto me curaria, e em certa medida, talvez ele tenha me curado mesmo.

Lembro da sensação de ser vista em completude pela primeira vez. Das horas e horas de conversas profundas, dos áudios longos, da necessidade de respiro depois das perguntas que nunca tinham sido feitas. Lembro do desconforto confortante das reflexões que se apareciam em cada encontro. Das leituras atentas para escrita do outro, das escritas compartilhadas. Lembro da sensação de que juntos eram os sonhos dos nossos ancestrais e que tínhamos o espírito da intimidade. “A união de dois espíritos dá à luz a outro espírito. Podemos chamá-los de espírito do relacionamento ou espírito da intimidade” (Somé, 2007, p.33).

¹ Cantora, compositora, atriz e artista visual brasileira

² Trecho de uma composição musical que compõem o álbum Caju da cantora e compositora Liniker

³ Intelectual, médico, psiquiatra e ativista, especialmente no que tange às questões raciais





Segundo Somé (2007), a intimidade é algo sagrado, não deve ser levado na brincadeira, visto que existe um grande perigo na intimidade. Quando mergulhamos nela de olhos fechados, podemos nos ferir, uma vez que reúne duas almas, dois propósitos, dois mundos, sendo uma oportunidade para expressar suas dádivas em benefícios à comunidade. Visto que é a união de duas ou mais linhas ancestrais, o “nós” nesse contexto não representa a união de duas pessoas, mas de toda uma aldeia.

Para a autora é importante compreender a intimidade como um alinhamento entre o ser e o sagrado. Abandonando assim a ilusão do amor romântico, uma vez que relacionamentos que começam com romance ocultam as dificuldades, impossibilitando o acesso à verdadeira identidade do seu parceiro, levando muitas das vezes a dividir uma vida inteira com um estranho. O romance significa esconder o seu verdadeiro ser para ser aceito, um processo de negligenciamento de si. Quando temos medo de mostrar quem somos e assustar o outro, estamos em um movimento de conquista e não em uma dinâmica de encontro.

A cosmopercepção apresentada por Sobonfu Somé tem um fundamento relacional assentado na intimidade, uma maneira de se relacionar que serve ao espírito, a comunidade e aos ancestrais. “A intimidade não é formulada para conquista da felicidade pessoal, mas sim para o cumprimento da pessoa, para o enriquecimento da aldeia e para a expressão do espírito. É um meio de oferecermos os dons que carregamos.” (Somé, 2007, p.8).

A ausência do apaixonamento é vista no ocidente como ausência de amor, mas gosto do exercício de apreciação do outro, uma dinâmica de romper com a lógica utilitária de satisfação do ego, imprimida na necessidade absurda de controle. Olhar de forma atenta ao mover existencial do outro me encanta, gosto de sentir o poder do encontro e como ele reverbera no meu corpo. Gosto de registrar as mudanças estruturais que acontecem na dimensão íntima do meu ser. Uma tentativa de materializar o espírito da intimidade, através da captação sensorial do não dito. Sensação expressa na obra confluência, como podemos observar na figura a seguir:



**Figura 1:** Confluência**Fonte:** CASTRO, S. (2023)⁴

3.1 Confluência (2023)

O diálogo cosmológico
 O encontro das águas
 O movimento que anula a coincidência
 A visita orgânica de um saber ancestral
 Que sussurra a importância de apreciar as ondas que quebram as estruturas
 O fluir que aborta o controle
 Que evidencia a colonialidade
 As marcas do navio negreiro
 Que gera enjoou, mas te faz respirar fundo
 Te faz compreender que o medo de flutuar pode te afogar
 Que precisa de coragem para receber a benção da encantaria
 E mergulhar em águas profundas
 Para acessar outros fundamentos
 A imersão poética que incorpora a liberdade
 A liberdade para transbordar
 Para traçar o seu próprio percurso
 A liberdade para sentir, ser e existir
 (Sunshine Castro)

Ao desenvolver esse trabalho, eu repetia compulsivamente que não era uma declaração de amor. Preocupava-me ele ser enquadrado como uma demonstração piegas de amor romântico, apagando todas as dimensões que atravessava esse encontro.

Um dia, em uma mesa de bar, conversando sobre esse trabalho com um casal de amigos negros, fui questionada se esse trabalho não era sobre amor preto, sobre um amor que não cabia nos moldes ocidentais, que não comportava a clássica performance das comédias românticas. Lembro de ficar em silêncio sem saber o que responder, olhando para aquele homem negro na minha frente que repetia que aquele trabalho era sobre o amor que só nós, pessoas pretas, conhecemos. O silêncio pairou naquele momento e nossos olhos se cruzaram, pois

⁴ Esta imagem é da pesquisadora Sunshine Cristina de Castro Reis uma das autoras deste capítulo.





silenciosamente concordamos que éramos três intelectuais negros que não sabíamos definir exatamente o que seria esse amor preto.

Mas a beleza do encontro, que sempre teve gosto de reencontro, foi visitada pelo desencontro. E foi uma visita violenta. O peso dos traumas, as dores de uma vida de preterimento, o histórico de subjugação falou mais alto que o nosso amor. Assim como o descreveu Jeferson Tenório no romance “O Averso da Pele” (2020), muitos dos amores pretos são sucumbidos pelo racismo e suas mazelas.

A verdade é que vocês não se amavam o suficiente para suportarem os seus fantasmas. Vocês eram apenas duas pessoas quebradas. Cada um com seus cacos. Cada um buscando uma escora. O amor como muleta. Naquele momento, a vida já havia tirado tanto, que vocês achavam injusto que o amor não pudesse servir como amparo. Acontece que, em vez de buscarem algo que pudesse reconstituir os afetos, vocês resolveram se cortar com o que restou. Laceraram um ao outro porque, a certa altura da vida, as pessoas perdem a capacidade de amar. (Tenório, 2020, p.22)

A ficção relatada pelo autor é um retrato fidedigno do avesso das nossas peles. Os atravessamentos que o racismo nos deixou, não permitindo o nosso amor respirar. Sufocando de forma precipitada e covarde uma história que poderia ser de cura, mas se tornou de dor. Dessa maneira, fizemos um com outro extremamente o que sistema faz a gente. Nos violentamos. A identificação que inicialmente nos encantava, agora se apresentava como insuportável. Doía olhar nos olhos do outro a nossa fraqueza, e covardia. Era como se a presença do outro gritasse aos quatro cantos que tínhamos fracassado.

Ao me deparar com o desafio dessa escrita, tive receio de revisitar essas memórias. Sobre tudo as boas lembranças, visto que me apegar nos momentos dolorosos talvez tenha sido combustível que tenha me feito seguir em frente. Encarar a realidade dos dias corridos, é o melhor mecanismo de fuga para quem luta todos os dias pela sobrevivência. Pessoas negras seguem a vida, não importa o qual quebradas elas estejam. O direito de elaborar a dor também nos é negado.

Mas a vida seguia porque, mesmo quando se ama errado, ainda temos de viver. O amor não impedia a vida. Continua-se porque os carros não param, homens e mulheres se levantam e vão trabalhar. Todos os dias. Segue-se, não por bravura ou altivez, mas porque simplesmente não há o que fazer. E não há aí nenhum ensinamento ou lição a aprender. A não ser domar a tristeza e aceitar conviver com ela. (Tenório, 2020, p.132)

Não olhar, não escutar me trazia a ilusão de não sentir, embora eu nem saiba definir direito o que não desejo sentir. Talvez a sensação de ter sido roubada. Me sinto roubada, é primeira vez que consigo relatar essa sensação. Sinto que o racismo de formas variadas capturou





a possibilidade mais próxima de conhecer o amor preto. E agora só resta preservar o avesso da minha pele, como recomendou Jeferson Tenório:

É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos. (Tenório, 2020, p.27)

Segundo bell Hooks (2021), nós não nascemos sabendo como amar alguém, quer se trate de nós mesmo ou outra pessoa. Refletindo sobre a máxima “Se você não se ama, não poderá amar mais ninguém”. A autora complementa: “Não espere receber de outra pessoa o amor que você não dá a si mesma”. Nesse sentido, preservar o avesso torna-se um processo completamente complexo, quando se trata de pessoas negras socializadas para se ver indigna do amor e do cuidado.

O auto-ódio engendrado em uma sociedade racista que compromete a noções de valor e merecimento, muitas das vezes é a mola propulsora para desencontros de pessoas negras, como descrevo no poema a seguir:

3.2 Desencontro (2024)

Ilusão binária de um mundo ocidental.
Resquícios do individualismo colonial.
Incorporação da domesticação.
Do saber cartesiano.
Da temporalidade linear.
O anseio pela dominação.
O grito do ego ferido.
O imediatismo reluzente.
Sepultamento de mil vidas.
O apego a um recorte da história.
O silenciamento de muitas vozes.
O conformismo da negação.
A fuga de si...
O medo paralisante.
A flecha do tempo atravessa o peito, repetindo o ciclo.
Fazendo sangrar quem não ousar se movimentar.
(Sunshine Castro)

Como podemos observar, as feridas coloniais geram sequelas que precisam de muitas vidas para serem curadas. “O amor-próprio não pode florescer em isolamento” (Hooks, 202 p. 84). Precisamos acessar as tecnologias ancestrais para que a energia de cura se manifeste em nossas vidas, e possamos modificar a nossa perspectiva sobre os conflitos que a colonialidade nos apresenta.

Para Somé (2007) os conflitos são dádivas que nos ajudam a avançar e a praticar nossos dons. Portanto, não devem ser nutridos, mas ouvidos. A filósofa relata que em sua aldeia, as





peessoas são estimuladas a lidar com conflitos em vez de fugir deles, e quando não são capazes de resolver o problema, compartilham com a comunidade. Ressaltando a diferença entre tornar um problema público para descobrir a solução e exposição sem propósito.

“Nosso medo da exposição, em uma cultura em todo mundo veste máscara, pode prejudicar muito nossa capacidade de pedir ajuda. É por isso que é tão crucial ter um círculo de amigos no quais se confia, que possa dar essa sensação de pertencer a uma comunidade.” (Somé, 2007, p.116). Nesse sentido, a perspectiva individualista ocidental, impossibilita que estratégias contracoloniais sejam pensadas e desenvolvidas, visto que a compressão que o pessoal é político, ainda não é amplamente compreendida e a suposta neutralidade científica é alimentada pela colonialidade.

Os estudos étnicos raciais não são vistos como universais, mas como subjetivos e identitários. Logo fragilizam as reflexões socioculturais que possam enfrentar a estruturas racistas que comprometem o bem viver da população negra. E no que tange a modos relacionais, torna-se fundamental ressaltar que fazer um relacionamento “dar certo” não é o mesmo que “cultivar o amor” (Hooks, 2024). O cultivo do amor implica em superar a negação que o racismo nos impede de conhecer o amor. Nesse sentido, não buscamos estabelecer uma lógica com vítima e algoz, mas restaurar a solidariedade entre mulheres e homens negros.

4. “TUDO QUE NÓIS TEM É NÓIS”: O AMOR PRETO ENQUANTO UMA ANCESTRAL

De maneira massiva, o conceito "lugar de falar" tem sido debatido de maneira superficial e até mesmo esvaziada. Mas pouco se fala sobre ocupar o lugar de escuta com a metodologia analítica. Desse modo, optamos por realizar uma escuta ativa como o nosso principal método de investigação. Logo buscamos pensar juntos em tecnologias que possibilitem um futuro ancestral, visto, que “se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui.” (Krenak, 2022)

Uma escrita em quatro mãos negras. Ou seja, de uma mulher e um homem negro. Uma busca por escavar a si no outro, em um movimento contínuo de autoexpressão e apreciação que reivindica o direito ao amor. O direito que nossos ancestrais não tiveram, seja pelo sistema escravocrata que dilacerava famílias negras ou pelo projeto higienista de embranquecimento.

Autobiografias e biografias de pessoas negras escravizadas contam uma história coletiva de indivíduos emocionalmente devastados pela separação da pátria, do clã e da família. Naturalmente, essas histórias falam pouco sobre amor; nos dizem mais sobre a natureza do sofrimento e da mágoa do ser humano. (Hooks, 2024. p.43)





Portanto, somos a geração sobrevivente. Nesse sentido, temos a responsabilidade de promover uma revolução amorosa. Desfazer as amarras que desencantam a nossa existência, visto que, amar e ser amado, ser preto e ser feliz é um ato revolucionário. Segundo bell Hooks (2024), o amor seria uma fusão de cuidado, respeito, conhecimento e responsabilidade, logo pode ser compreendido como a vontade de nutrir o próprio crescimento e o de outra pessoa. Nesse sentido, o amor preto é uma revolução pessoal e coletiva que requer um movimento transgressor, que nos convoca a confrontar os nossos demônios, as sombras e as luzes que nos compõem.

Encarar o espelho da alma e bancar quem somos, em um exercício de identificar e nomear os desconfortos, e, sobretudo, sair da zona de contentamento é um primeiro passo para a afirmação desse amor. Amor esse que requer coragem para acolher a mudança. Como afirma Bell Hooks (2024, p. 177), “mudanças não são fáceis para a maioria das pessoas. Com frequência, uma realidade ruim é preferível à ideia de mudança; preferimos abraçar os demônios que conhecemos do que a força positiva que não conhecemos”.

A ótica romântica sobre o amor precisa ser abandonada quando se trata de amor preto. Não basta repetir que o amor preto cura ou que beijar um preto (a) em praça pública é revolucionário. O movimento é outro. Requer inicialmente conseguir fazer a distinção do que é um relacionamento monoracial e afrocentrado. Uma vez que não são sinônimos. Portanto, quando falamos de uma relação monoracial, estamos falando de uma relação composta por pessoas da mesma etnia, duas pessoas negras, por exemplo. Mas isso não implica que sejam pessoas que tenham letramento racial ou estejam em movimento decolonial. Em contrapartida, uma relação afrocentrada, diz respeito a uma relação em que as pessoas têm uma posição política bem definida. Ou seja, tem ligado ao pan-africanismo, sendo essa ideologia o fundamento dessa relação.

Em vista disso, observamos que não basta se relacionar com outra pessoa preta para que você consiga ser visto com completude; requer, acima de tudo, um comprometido com movimento decolonial. Pretos com máscaras brancas são facilmente encontrados, alguns por falta de acesso ao letramento racial e outros por pura conveniência. “Sobreviver em uma sociedade racista exigia, e às vezes ainda exige, tanto acomodação quanto assimilação. Isso muitas vezes leva pessoas negras a desenvolver um falso eu, enraizado no fingimento e na negação de sentimentos genuínos” (Hooks, 2024. p.43).

Dessa forma, a busca por letramento racial, o abandono ao auto-ódio e a ruptura com os estereótipos são passos iniciais na travessia em busca do amor preto.

Você sabe amar uma mulher preta? Você consegue enxergar uma mulher preta? É um questionamento que ressoa nesse processo de escrita. Visto que amar uma mulher preta que





performa branquitude é muito fácil. Quantas mulheres pretas não se sentem encurraladas nessa encruzilhada. Entram no molde, condicionam o vestir, andar, o falar, o existir. O medo da rejeição leva ao processo de anulação. A síndrome da escolhida⁵ leva muitas mulheres pretas a abandonarem o empoderamento. “Ao escolherem ser poderosas, elas estão automaticamente se colocando fora do molde no qual poderiam ser vistas como mulheres capazes de dar e receber amor” (Hooks, 2024. p.182)

Como relembra Bell Hooks (2024), homens não gostam de mulheres inteligentes. E se você for uma mulher preta, a regra é clara, seja discreta, fale baixo, não questione, seja agradável e esteja sempre a disposição. Fugir desse modelo pode trazer como consequência a solidão. Afinal, quem quer lidar com uma neguinha atrevida?

Mulheres poderosas, sobretudo intelectuais, sempre foram estereotipadas como emocionalmente defeituosas. A sabedoria e o juízo crítico são frequentemente vistos como alimentados por uma crueldade interior, por uma falta de empatia pelos outros, e não por observações zelosas aprimoradas por brilhantismo intelectual e por uma compreensão profunda e compassiva de como nossa cultura funciona (Hooks, 2024. p.188)

A pedagogia patriarcal ensina mulheres a renegar a natureza rebelde e os seus incômodos, ensinando-as a subordinação e o disciplinamentos de seus próprios corpos. Quando essa mulher é preta é posto sobre ela as imagens de controle⁶. Ser subserviente é o destino traçado, seja na cozinha ou na cama. Mulheres pretas são vistas como um corpo servil, um corpo utilitário e facilmente descartável. Amar mulheres pretas é abandonar o privilégio adquirido pela desumanização das suas vidas.

A projeção sexista que fomenta a existência de um matriarcado preto que retira o poder dos homens pretos construiu uma narrativa vitimista pautada na ideia de castração, colocando as mulheres pretas como suas inimigas, minando a solidariedade entre ambos, tendo como consequência a fragmentação das possibilidades de construção do amor preto. Infelizmente, essa movimentação de denúncia da misoginia nas comunidades pretas é mal compreendida, uma vez que é vista como traição ou ataque pessoal. Logo, precisamos compreender que discordar não é mesmo provocar, machucar e/ou inferiorizar. Sendo assim, destruir com esses mal-entendidos é fundamental no processo de restituição desse laço.

⁵ De acordo com Adriana Ventura, a Síndrome da Escolhida é um reflexo da idealização e das expectativas românticas que prendem as mulheres em uma sociedade que as controla e as mantém dependentes de validação externa.

⁶ O conceito de imagens de controle foi cunhado por Patrícia Hill Collins, que são os elementos operacionais indispensáveis das matrizes de dominação e essenciais para o exercício da violência simbólica.





Os homens negros amorosos encontram o caminho do amor ao abandonar o pensamento patriarcal que insiste em defini-los a partir do que fazem com o pênis ou do quanto conseguem ser brutos, maus e dominadores com outra pessoa. O pensamento feminista é útil para homens negros e para todos os homens que estão lidando com a questão do amor-próprio porque oferece estratégias que lhes permitem desafiar e mudar a masculinidade patriarcal. Oferece aos homens uma visão de masculinidade libertadora. (Hooks, 2024. p.138)

Segundo Bell Hooks (2024), existe um patriarcado benevolente, ou seja, uma atuação sutil, e a passividade é uma dessas frentes. Muitos homens pretos não cometem violência direta, mas são extremamente violentos em sua falta de posicionamento. A falta de enfrentamento às estruturas dominantes é uma contribuição indireta à sua preservação. Desafiar a paralisia diante da culpa, do medo, da dor. Romper com pacto de silêncio e a terceirização da reflexão sobre si, talvez seja o caminho de substituição da ótica competitiva pela ética amorosa.

Quando os homens negros internalizam os valores do patriarcado supremacista branco capitalista, negam a necessidade de amar e ser amados. Homens negros descolonizados e maduros sabem que o amor é a força de cura que permite a verdadeira liberdade. Sabem que homens e mulheres amorosos, juntos ou sozinhos, podem indicar o caminho da autorrealização para meninos negros e para homens negros perdidos que procuram encontrar o caminho de casa. (Hooks, 2024. p.142)

Portanto, a autora salienta que o patriarcado pode ser desafiado e transformado. Nesse sentido, mulheres e homens negros podem encontrar a comunhão através de um olhar generoso para si e para outro. Tornando-se companheiro de luta e aliados na construção de um futuro ancestral.

A colonização implementou a hierarquia relacional pautada no ideal de conquista, condicionando os relacionamentos a uma dinâmica de dominação e submissão. Impossibilitando um compartilhamento afetivo, amplo e recíproco. Sobretudo no corpo-território que carregam na alma as marcas dessa violação.

A noção colonial de exploração da terra, dos rios, das matas, é a mesma que opera na exploração do nosso território-corpo, esgotando-o, exaurindo-o. A vida é um laço de interdependência, e, para que esses fluxos se movimentem de maneira saudável, é necessário que o cuidado seja reparador. Todos os seres merecem bem viver para além de sua utilidade, de sua funcionalidade para o outro (Núñez, 2023 p.116).

Para ir em movimento contrário às essas opressões, é necessário criar um espaço para que as dores e cicatrizes causadas por estas opressões tenham espaço para se curar. O amor preto exige o encontro com os nossos sentimentos, com as nossas faltas, com as nossas potências para podermos seguir adiante. Bell Hooks salienta que ser uma pessoa amorosa significa estar aberta à dor e ao luto: "a forma em que vivemos o nosso luto é informada pelo fato de conhecermos ou não o amor" (Hooks, 2020, p. 230). Portanto, se for preciso encarar de vez este luto, urge cada vez mais criar espaços de





acolhimento para que possamos elaborar as nossas dores e convocar toda uma comunidade para que enfrentemos isso em conjunto quando necessário.

Seguindo esta mesma perspectiva, Núñez (2023) aponta que o caminho para a decolonização dos nossos afetos precisa ter sempre em perspectiva o acolhimento das nossas vulnerabilidades, ainda que seja difícil encontrar a referência de outras formas de viver e se relacionar consigo e com os outros. Portanto, precisamos compreender o cuidado como uma reparação histórica, ou seja, "Construir terrenos relacionais em que possamos ser visto/as/es com dignidade" (Núñez, 2023, p.115).

Se mostrar vulnerável é um desafio, que precisa ser superado com urgência. Bell Hooks enfatiza em suas obras que a todo tempo pessoas pretas são ensinadas a silenciar e sufocar os seus sentimentos, as suas emoções e vestir uma roupa de que são fortes, impenetráveis pela dor. Essa postura desumanizante traz consequências negativas à saúde destas pessoas pretas, especialmente a alienação total de seu corpo. Por isso, sentir e amar é um ato revolucionário, pois é uma dimensão necessária para a libertação coletiva (Hooks, 2022).

Nogueira (2020) ressalta a importância de nos conectarmos com os sonhos e nossa ancestralidade. Visto que é a consciência que temos um passado que nos ultrapassa, assim como a compreensão de que o futuro depende de como enxergamos o presente. Uma vez que antes de sabermos para onde ir, precisamos saber de onde viemos, precisamos acessar a nossa história, para não condicionar os nossos desejos à colonialidade.

Durante todo o processo da escrita questionamos o que seria o amor. Nogueira (2020) sussurrava algo que o amor não era: uma emoção individual; Núñez (2022), por sua vez, ressaltava que ele é uma construção coletiva que exige um trabalho emocional e psicossocial comunitário. Bell Hook sentencia que o amor é uma ação, uma arte marcada por todos os atos intencionais que promovam a vida e não a morte. Nesse sentido, precisamos com urgência reflorestar o imaginário para acessar um amor potável, resgatar a nossa humanidade a partir do acolhimento das dores, uma vez que, ao acolher a dor do outro, estamos acolhendo a nossa dor; ao acolher a nossa dor, estamos acolhendo a dor do outro. Para além disso, é necessário que o amor seja construído e forjado em nosso dia a dia, em cada ação permeado por cuidado, responsabilidade, respeito, luta e resistência contra opressão e aceitação das nossas singularidades e potencialidades, da nossa cor de pele e de nossa história.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da escrita deste trabalho, deparamo-nos com questões que, inevitavelmente, nos paralisam e, ao mesmo tempo, nos movimentam em direção a construção de saberes e





práticas que dizem muito respeito a quem somos e quem queremos ser: sujeitos pretos orientados pela ética amorosa de autores como Bell Hooks, por exemplo, que propõe uma nova perspectiva de amor, especialmente de um amor preto.

Este trabalho buscou problematizar a concepção tão coercitiva e marcante do amor romântico, que beira a ilusão e a fantasia, construindo e perpetuando uma série de violências em nossas relações: amor sendo confundido com violência, desrespeito, controle, cuidado, e outro mais já discutido. Para repensar o amor, faz-se necessário olhar para novas perspectivas de amor que vão ao encontro das realidades, da promoção de saúde, do bem-estar psicossocial e da autorrecuperação, especialmente de pessoas pretas. Para isso, Bell Hook surge para lançar luz acerca desse tema do amor que nos fortalece como pessoas pretas, pois, segundo ela, ao citar outros autores, o amor é força motriz da nossa capacidade de sobreviver e florescer.

Discutir sobre o amor é se deparar constantemente com os desafios que se apresentam a cada palavra, a cada frase, a cada parágrafo e a cada leitura: há muitas pedras nos caminhos para colocar em evidência esta nova perspectiva de amor. Estas pedras forjadas na opressão precisam ser retiradas do meio do caminho por meio da criação de espaços que façam circular o mal-estar gerado por elas. É necessário falar do silenciamento das pessoas pretas, que são impedidas de sentir devido a um racismo que se estrutura e se atualiza constantemente; é necessário falar das posições que as mulheres negras são colocadas nesse sistema, que as desumanizam e as colocam no lugar de objeto sexual; além disso, é preciso reformular a masculinidade dos homens pretos que flertam e dialogam com o patriarcado como um reposicionamento de um poder desleal, opressor e enganador.

Portanto, para a reafirmação desse amor preto, é preciso agir de maneira transgressora. Nestas considerações finais, eu me pego pensando de que maneira concluir. Ou melhor, o que dizer, pois então vos digo, parafraseando a poeta Sonia Sanchez, em seu poema “Catch the Fire” (“Pegue o seu fogo”, em tradução livre):

Onde está o seu amor? (2024)
Eu me pego pensando o que dizer para você agora:
Eu pergunto: “onde está o seu amor?”.
Você precisa encontrá-lo e passar adiante.
De você para mim, de mim para ela,
do filho para o pai, do irmão para a irmã,
da mãe para o filho.
Eu pergunto: “Onde está o seu amor?”.
Não sente o seu cheiro vindo do nosso passado?.
O amor que produz vida e não morte.
O amor da negritude e não da opressão e controle.
Onde está o amor que trouxe luz ao nosso mundo?.
O amor que estava presente nas marchas, nos protestos e nas lutas.





O amor que nos faz ultrapassar todos os dias limites, barreiras e obstáculos.
Comunidade, pegue o amor que é de vocês.
Não sufoque, mas abrace e cuide desse amor.
Não esqueça o amor, seja o amor preto.
Pegue este amor preto e viva!
(Matheus Diniz)

REFERÊNCIAS

- COSTA, J.; LEITE, M. **Do nó ao laço: um estudo sobre o amor na psicanálise**. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, v. 34, n. esp., p. 138-153, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/1014/943>.
- FERREIRA, Nadiá P. **A teoria do amor na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- HOOKS, Bell. **Comunhão: a busca das mulheres pelo amor**. São Paulo: Elefante, 2024.
- HOOKS, Bell. **Salvação: pessoas negras e o amor**. São Paulo: Elefante, 2024.
- HOOKS, Bell. **Irmãs de Inhamé: mulheres negras e autorrecuperação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.
- HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 122 p. Localização: 869.0(81) KRENA-A FUTUR REIMPR (CAM)
- NOGUERA, Renato. **Por que amamos: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2020.
- OLIVEIRA, J. G. de; SANTANA, T. C. A. da S. **Imagens do amor romântico no cinema hollywoodiano**. *Revista Café com Sociologia*, v. 5, n. 3, p. 219-223, 2016. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/704>. Acesso em: [colocar a data de acesso].
- NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos** [livro eletrônico]: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- PONTES, K. R. **Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10.639/03**. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado) — Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2017.
- SOME, Sobonfu; **O Espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo, Ed. Odisseus, 2007.
- SUY, Ana. **A gente mira no amor e acerta na solidão**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.
- TENÓRIO, Jeferson. **O Averso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.





AUTODEFINIÇÃO NAS REDES SOCIAIS: EMPODERAMENTO E NOVOS PADRÕES DE AUTOESTIMA PARA MULHERES NEGRAS

Bruna Eduarda Fiorentin

Mestranda em em Desenvolvimento Comunitário – UniCentro
brunaeflorentin@gmail.com
Universidade Estadual do Centro Oeste

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Docente do Departamento de História – UniCentro
lucianarfk@gmail.com
Universidade Estadual do Centro Oeste

RESUMO: A autodefinição tem se mostrado um instrumento poderoso na luta das mulheres negras contra os padrões estéticos hegemônicos e eurocêntricos. Historicamente, a representação da mulher negra foi moldada por estereótipos negativos que serviam à agenda de dominação, especialmente durante o período escravocrata. Esses estereótipos persistiram mesmo após o fim da escravidão, perpetuando a marginalização e a inferiorização estética das mulheres negras. Este estudo é parte de um projeto de dissertação de mestrado que está em construção e busca analisar como o poder de autodefinição nas redes sociais está criando novos padrões de autoestima e empoderamento para as mulheres negras, desafiando as normas estéticas tradicionais. O objetivo deste estudo será investigar como a autodefinição nas redes sociais contribui para a construção de uma autoestima positiva e autovalorização das mulheres negras. A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa, centrada no sujeito, com realização de entrevista não diretiva. Serão analisados perfis de mulheres negras na rede social *instagram*, que utilizem as redes sociais como estratégia de autodefinição, empoderamento e autoestima positiva. As entrevistas terão como objetivo resgatar a história de vida das entrevistadas quanto à relação que construíram com seus corpos, assim como sua entrada e atuação nas redes sociais.

Palavras-chave: Feminismo Negro, Autodefinição, Autoestima, Redes Sociais

1. INTRODUÇÃO

O posicionamento social imposto às mulheres negras remonta a um passado impregnado de opressão e colonialismo. Desde os primeiros momentos da diáspora africana, a Figura da mulher negra foi moldada por narrativas que visavam justificar a escravização e a marginalização sistemática.

Durante o período escravocrata, a mulher negra foi retratada por estereótipos que serviam à agenda de dominação. As representações caricatas, seja na literatura, perpetuam a ideia de inferioridade, contribuindo para a criação de um ideal estético excludente (Hooks, 1981). A pele escura, os cabelos crespos e a anatomia foram sistematicamente associadas a valores negativos, consolidando a marginalização e restringindo as possibilidades de autorreconhecimento.

Mesmo com o fim da escravidão, as normas estéticas eurocêtricas persistiram, de modo a influenciar a definição de beleza aceitável. A valorização de características físicas mais próximas aos padrões europeus deixou sequelas duradouras na autoestima das mulheres negras. O





alisamento dos cabelos e a busca por uma pele mais clara tornaram-se, muitas vezes, estratégias de assimilação social, evidenciando as pressões externas sobre a construção da identidade da mulher negra (Collins, 1990).

O final do século XIX e início do século XX testemunhou movimentos de resistência que desafiaram ativamente esses padrões prejudiciais. O feminismo negro, ao ganhar força nas décadas seguintes, tornou-se um catalisador para a desconstrução desses padrões, promovendo a aceitação da beleza natural e rejeitando a imposição de normas externas (Hooks, 1984; Collins, 1990).

A jornada em direção à autodefinição tem implicações políticas, desafiando narrativas externas e questionando não apenas o que é dito sobre as mulheres negras, mas também a legitimidade daqueles que detêm o poder de definição. A insistência na autodefinição valida o poder das mulheres negras como sujeitos humanos, transcende limitações impostas por interpretações externas de sua realidade (Collins, 2009). No entanto, a construção da Figura é um desafio, pois as representações sociais muitas vezes negam a existência plena do sujeito. Patricia Hill Collins argumenta que é essencial assumir o controle da Figura para possibilitar uma autodefinição positiva e uma reconstrução do sujeito enquanto agente em sua própria narrativa (Figueiredo, 2020).

O presente trabalho busca analisar como o poder de autodefinição nas redes sociais cria padrões de autoestima e empoderamento para as mulheres negras, desafiando as normas estéticas instituídas.

1.1 O poder de autodefinição de empoderamento de mulheres negras

No contexto do pensamento de Michel Foucault, a formação da identidade é delineada pela imposição da norma disciplinar sobre o sujeito e pela participação ativa do sujeito na sua reprodução. Isso implica que conquistar uma identidade socialmente compreensível muitas vezes requer a subordinação, confinando o sujeito em papéis sociais restritos. No entanto, esse processo de confinamento é eficaz apenas quando o próprio sujeito está envolvido ativamente, resultando, assim, em uma forma de "auto-opressão". Examinando a experiência negra brasileira, há um processo identitário que envolve tanto a ruptura com normas desumanizadoras quanto uma busca ativa na recriação de discursos e práticas capazes de renovar a experiência negra (Figueiredo, 2020).

O discurso homogeneizador associado às identidades pode oprimir indivíduos, forçando-os a se conformar à coletividade. Em contextos moldados pelo racismo, discursos identitários procuram conferir significado à experiência por meio da articulação coletiva de um discurso hegemônico, que também busca combater estereótipos generalizados para o grupo. A visão homogeneizante que





subsume singularidades não está restrita aos discursos afirmativos de reconhecimento e de identidade; ela permeia estruturalmente o discurso dominante (Figueiredo, 2020).

Na dinâmica identitária, a autoidentificação dos sujeitos vitimizados é crucial. O processo de se tornar negro, como descrito por Neusa de Souza, é uma jornada lenta, permeada por contextos históricos, políticos, tensões e descobertas. A construção da identidade feminina negra no Brasil, como resposta à sexualização excessiva da mulata, visa desconstruir essa imagem, buscando uma representação valorizada e orgulhosa (Figueiredo, 2020).

As mulheres negras nos Estados Unidos historicamente encontraram refúgio e construíram suas vozes em três locais seguros, sendo um deles nos relacionamentos entre si. Esses laços, seja em amizades informais ou em organizações mais formais durante a escravidão, foram essenciais para nutrir comunidades poderosas. No conforto das conversas cotidianas, as mulheres afro-americanas afirmam umas às outras, celebrando sua humanidade, sua excepcionalidade e seu direito de existir (Collins, 2009).

Os espaços seguros são estratégias destinadas a promover o empoderamento e a participação das mulheres negras em projetos de justiça social, permitindo a análise franca de questões relevantes para elas. A autodefinição emerge como um tema central, de modo a destacar a capacidade única das mulheres negras de derivar sua identidade de si mesmas, possibilitando autodefinições mais profundas e significativas através da conectividade entre indivíduos (Collins, 2009).

A jornada em direção à autodefinição tem implicações políticas, desafiando narrativas externas e questionando não apenas o que é dito sobre as mulheres negras, mas também a legitimidade daqueles que detêm o poder de definição. A insistência na autodefinição valida o poder das mulheres negras como sujeitos humanos, transcende limitações impostas por interpretações externas de sua realidade (Collins, 2009).

Gillian destaca o cabelo como uma interseção entre gênero e raça, enfatizando sua importância simbólica. Além disso, a vivência do racismo difere para homens e mulheres, com as mulheres enfrentando violência ligada a normas de aparência e padrões de beleza hegemônicos. Tornar-se negra é um processo de afirmação e autodefinição, conforme propõe Patricia Hill Collins, pela busca do controle positivo da Figura (Figueiredo, 2020).

No entanto, a construção da Figura é um desafio, pois as representações sociais muitas vezes negam a existência plena do sujeito. Patricia Hill Collins argumenta que é essencial assumir o controle da Figura para possibilitar uma autodefinição positiva e uma reconstrução do sujeito enquanto agente em sua própria narrativa (Figueiredo, 2020).





O tema da autovalorização transcende as autodefinições, desafiando imagens distorcidas que ameaçam os arranjos de poder existentes. Valorizando características frequentemente estereotipadas, as mulheres negras desafiam ideias fundamentais de uma ideologia da dominação, aconselhando umas às outras a cultivar autorrespeito e a exigir respeito dos outros (Collins, 2009).

A crítica feminista negra Claudia Tate destaca a importância da autoestima na escrita das mulheres negras, defendendo que elas fortaleçam sua autoestima aprendendo a amar e a apreciar a si mesmas, apoiada por figuras como Alice Walker e June Jordan. As práticas de autovalorização, permeadas pela independência, resistem conscientemente às normas culturais e sociais, tornam-se uma poderosa estratégia de resistência que capacita as mulheres negras a afirmarem suas identidades (Collins, 2009).

Uma massa crítica de indivíduos com consciência modificada pode promover o empoderamento coletivo das mulheres negras, incentivando a transformação das condições de vida. A mudança é vista como uma ação necessária para melhorar o mundo, e se essa transformação não for possível externamente, a sugestão é direcionar essa mudança para si mesmo, conectando o eu individual ao empoderamento coletivo tanto no contexto da comunidade, quanto no âmbito pessoal da consciência (Collins, 2009).

As palavras "Nós temos que viver no mundo real. Se não gostamos do mundo em que estamos vivendo, que o transformemos. E se não podemos transformá-lo, nós nos transformamos em nós mesmos. Nós podemos fazer alguma coisa" refletem ações destinadas a possibilitar a mudança, enfatizando a conexão entre o eu individual e o empoderamento que surge da mudança no contexto da comunidade. Além disso, reconhece que a transformação pode ocorrer tanto no espaço público quanto no privado, e na consciência individual (Collins, 2009).

A mudança no espaço privado e pessoal da consciência de uma mulher negra é fundamental e pessoalmente empoderadora. Diante das restrições externas, a mulher negra que é forçada a permanecer "imóvel do lado de dentro" pode desenvolver a "esfera de liberdade" dentro de sua consciência modificada. Essa mudança interna não apenas representa uma forma de resistência, mas também oferece um meio pessoal de empoderamento, permitindo que a mulher negra se liberte das limitações impostas e redefina sua própria narrativa (Collins, 2009).

1.2 Mídia Social, Figura Corporal e Autoestima

A partir do século XX, o corpo assume um papel extremamente relevante como mediador cultural, ganhando cada vez mais visibilidade e importância. É somente por meio do corpo que o indivíduo pode se agarrar à sua própria existência. É nele – e com ele – que o indivíduo





escreve sua história, constrói suas narrativas e projeta e concretiza suas expectativas de vida (Ghisleni e Lucas, 2016).

De fato, o corpo feminino e todas as suas facetas podem desempenhar um papel crucial no empoderamento das mulheres e na busca por direitos e reconhecimento. O corpo não deve ser visto como uma prisão que limita a individualidade, mas sim como uma ferramenta que possibilita a liberdade e a capacidade de se movimentar ao longo da jornada da vida. Nesse sentido, a ampla visibilidade do corpo não é encarada de forma negativa, mas como um catalisador para o empoderamento feminino (Del Priore, 2004).

No ano de 2019, a plataforma *We Are Social* revelou que os aplicativos de comunicação e interação social mais populares foram o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Snapchat*. O crescimento rápido e contínuo dessas mídias sociais permite a observação de redes bem definidas, com perfis e gostos diversos, e, também, proporciona liberdade de expressão e a possibilidade de compartilhar momentos, sentimentos e opiniões sem qualquer filtro moral, devido ao anonimato e à rapidez com que as informações são disseminadas. Essas plataformas permitem que os indivíduos expressem suas ideias sem a necessidade de se identificar, mas também permitem que exibam aspectos de suas vidas através de recursos de multimídia (Ciribeli e Paiva, 2011).

Lira, Ganen, Lodi e Alvarenga (2017) destacam que essas mídias sociais reforçam os padrões de beleza vigentes e o narcisismo, afetando a Figura corporal dos indivíduos. Segundo as autoras, a Figura corporal consiste na Figura construída pela mente em relação ao corpo, abrangendo pensamentos, ações e sentimento em relação a si mesmo. Silva e Lange (2010) também abordam a questão da Figura corporal, conceituando-a como a Figura que o indivíduo vê no espelho e estrutura como uma figura mental para si, percebendo-se como um ser completo e singular. Essa percepção pode ser positiva ou negativa, levando o indivíduo a buscar a aprovação de outras pessoas para se sentir inserido nos padrões estéticos estabelecidos.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar como o poder de autodefinição nas redes sociais cria padrões de autoestima e empoderamento para as mulheres negras, desafiando as normas estéticas instituídas.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer o processo histórico-cultural de construção das concepções acerca da beleza negra.





- Contextualizar feminismo negro e sua contribuição interseccional em relação à beleza negra, autodefinição, empoderamento como estratégias de elevar a autoestima em mulheres negras.
- Selecionar perfis de mulheres negras na rede social *instagram* utilizem essa ferramenta para se autodefinirem, discutir questões relacionadas ao corpo, empoderamento e autoestima.
- Ouvir a história de vida dessas mulheres, com foco na construção da sua relação com seus próprios corpos assim como sua entrada e experiência dentro das redes sociais.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, com o objetivo de analisar como o poder de autodefinição nas redes sociais está criando novos padrões de autoestima e empoderamento para as mulheres negras, desafiando as normas estéticas tradicionais.

A abordagem qualitativa será utilizada, pois possibilita uma análise profunda das narrativas e vivências das participantes, permitindo que suas subjetividades e experiências individuais sejam reconhecidas e analisadas a partir de suas próprias perspectivas (Denzin e Lincoln, 2018). Essa metodologia permite que a pesquisa se concentre na interpretação e na construção de significado, um aspecto central ao se discutir questões de identidade, raça e autoestima.

Conforme destaca Kilomba (2019, p. 81), a pesquisa aqui proposta busca "reconhecer mulheres negras, em particular, e pessoas negras em geral, como sujeitos desta sociedade – em todos os sentidos reais da palavra". Ao centrar o foco nas experiências de mulheres negras, a pesquisa pretende recuperar e reconstruir suas histórias de vida em torno da estética, dos padrões de beleza e da autoestima, considerando o impacto do gênero e do racismo na relação com seus corpos.

É importante conduzir a pesquisa a partir de uma abordagem centrada em sujeitos, utilizando entrevistas narrativas biográficas com mulheres negras que compartilham suas histórias pessoais em contextos marcados pelo racismo. Essa abordagem busca examinar as experiências, autopercepções e negociações de identidade a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. É fundamental que os indivíduos pesquisados tenham o direito de se posicionar como sujeitos políticos, sociais e individuais, em vez de serem reduzidos à condição de 'Outridade', que é frequentemente limitada à objetividade. Essa expressão da própria realidade e das experiências individuais é vista como essencial para que os sujeitos possam redefinir e recuperar suas histórias e realidades (Kilomba, 2019).

Para a realização desta pesquisa serão selecionados perfis de mulheres negras que mantêm uma presença ativa na rede social *Instagram* e que discutem regularmente questões ligadas





ao corpo, estereótipos de beleza e racismo. A seleção será feita a partir de critérios como: regularidade na produção de conteúdo, número de seguidores (mínimo de 5 mil), e o engajamento em discussões sobre autodefinição e autoestima. A escolha do *Instagram* como plataforma baseia-se no fato de ser um espaço onde a visibilidade, a *performance* identitária e a construção de narrativas pessoais são amplamente exploradas, também por mulheres negras que utilizam a rede para desafiar padrões estéticos hegemônicos e compartilhar suas experiências de vida (Marwick, 2015).

O critério de exclusão inclui perfis que utilizam a rede exclusivamente para fins comerciais ou que não apresentem postagens regulares que possam ser identificados temas como autodefinição e empoderamento.

Inicialmente, será realizada uma análise de conteúdo dos perfis selecionados, com foco nas postagens, *stories*, *lives* e *reels* que abordam temas relacionados à autoestima, empoderamento, corpo negro e autodefinição. Serão levantadas as seguintes questões: Os perfis utilizam as redes sociais para comunicar sobre a autoestima feminina? São utilizadas estratégias visuais e discursivas que comunicam autodefinição e empoderamento?

Após a análise dos perfis, a mestrandia entrará em contato com as donas dos perfis, pelo *direct* do *instagram*, apresentando a projeto de pesquisa e convidando-as a participarem de entrevistas não diretivas que possam trazer a luz narrativas biográficas, que serão realizadas de forma *online* (via plataforma *Google Meet*). Devido a possível dificuldade de acesso a elas, serão enviadas mensagens a, no mínimo 10 perfis, caso haja resposta e interesse de todas, as participantes serão selecionadas a partir da apresentação de interseccionalidades em seus perfis, como: corpo gordo, corpo portador de deficiência, corpo transsexual, entre outros.

A metodologia das entrevistas biográficas é fundamentada na perspectiva centrada no sujeito, conforme proposto por Mecheril (1997, 2000 *apud* Kilomba, 2019), e visa reconstruir as experiências pessoais das participantes dentro de seu contexto de vida. Essas entrevistas permitirão que as mulheres negras contem suas histórias de vida, com foco nas suas relações com seus corpos, a construção da autodefinição e autoestima, e sua atuação nas redes sociais. Cada entrevista terá duração aproximada de 60 a 90 minutos e será gravada para posterior transcrição, com possibilidade de ser realizada mais de uma entrevista com cada entrevistada, respeitando as diretrizes éticas de consentimento informado e confidencialidade.

Na análise dos resultados, serão utilizadas as narrativas de vida das entrevistas, que posteriormente serão analisadas tematicamente, conforme a abordagem proposta por Braun e Clarke (2006), com o objetivo de identificar e examinar os temas centrais que emergem das





histórias de vida das mulheres negras. Isso incluirá questões sobre a relação com o corpo ao longo do tempo, os desafios enfrentados na construção de uma autoFigura positiva, episódios de racismo e seus impactos nesta construção, e os impactos de sua atuação nas redes sociais na percepção de si mesmas e nas dinâmicas de empoderamento.

A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética, buscando atender às diretrizes éticas, assegurando que as participantes sejam devidamente informadas sobre os objetivos do estudo, seu papel nele e seus direitos, como o de retirar-se a qualquer momento. As entrevistas serão conduzidas pela entrevistadora de forma sensível aos sentimentos das entrevistas, e caso haja algum incômodo ou desconforto, serão realizados o acolhimento e os devidos encaminhamentos. Será solicitada a leitura e, caso haja concordância, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes da participação nas entrevistas, e será garantido o anonimato das participantes para proteger sua privacidade, especialmente considerando a natureza pública dos perfis analisados. Todas as informações sensíveis serão tratadas com confidencialidade, e os dados coletados serão armazenados em locais seguros.

Por fim, apresenta-se o cronograma para a realização da pesquisa.

Quadro 1: Cronograma de Realização da Pesquisa

Etapas	2024		2025			
	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Revisão Bibliográfica	x					
Fichamento e Discussão Bibliográfica	x					
Elaboração das entrevistas e questionários	x					
Submissão do Projeto ao Comitê de Ética	x	x				
Contato com as possíveis entrevistadas e agendamentos			x			
Entrevistas			x	x		
Organização e análise dos dados coletados				x		
Discussão					x	
Redação e Revisão					x	





Submissão e Apresentação em Eventos						x
Entrega Final						x

Fonte: Os autores (2024)

REFERÊNCIAS

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Using thematic analysis in psychology**. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CIRIBELI, Juliana Pavani; PAIVA, Vinicius Henrique Pedroso. **Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado**. *Mediação*, v. 13, n. 12, p. 57-74, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: A Significação Sociológica do Pensamento Feminista Negro. In: **Revista Sociologia Política**, v. 6, n. 1, p. 115-126, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e reflexão. In: MORENO, Regina. **Reflexões e Práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

FIGUEIREDO, Ana. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GHISLENI, Patrícia Cruz; LUCAS, Débora Cristina. **EU-PELE: O corpo feminino como lugar de significação e empoderamento da mulher**. Salão do Conhecimento. Unijuí. 2016.

Hooks, bell. **Não Sou Uma Mulher: Os Muitos Modos de Ser Negra**. São Paulo: Editora Brasileira, 1981.

Hooks, bell. **Teoria Feminista: Da Margem Para o Centro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Editora Cobogó, 2019.

LIRA, Ariane Gomes; GANEN, Adriana Pereira; LODI, Ana Paula Sperandio; ALVARENGA, Márcia Silva. **Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a Figura corporal de adolescentes brasileiras**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 66, n. 3, 164-171, 2017.





MARWICK, Alice E. **Status Update:** Celebrity, Publicity, and Branding in the Social Media Age. New Haven: Yale University Press, 2015.

SILVA, Graciela Alves; LANGE, Eliane Simone Nascimento. **Figura corporal:** A percepção do conceito em indivíduos obesos do sexo feminino. Revista Psicologia Argumento, v. 60, n. 28, p. 43-54. 2010.

WE ARE SOCIAL. **Digital 2019:** Global internet use accelerates. Recuperado em 19 de outubro, 2020, de <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-useaccelerate.2019>.





EFEITOS DA (IN) VISIBILIDADE DOS CABELOS AFRO NAS MÍDIAS SOCIAIS NA AUTOESTIMA DE MULHERES PRETAS E PARDAS

Aglaia Leslie Martins dos Santos Montenegro

Bacharelado em Psicologia – UNDB

Especialização em Neuropsicologia Clínica – UniAmérica Descomplica

montenegro.aglaia@gmail.com

UniAmérica Descomplica

Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim

Doutora em Ciências da Comunicação – USP

eliasimeia@yahoo.com.br

RESUMO: Entendendo-se a importância da representação midiática e social sobre a autoestima, a presente pesquisa procura investigar como a visibilidade e a invisibilidade dos cabelos afro atuam sobre a autoestima de mulheres pretas e pardas, enquanto aspectos que afetem tanto positiva quanto negativamente. Percebe-se autoestima sob a perspectiva analítico-comportamental, ou seja, enquanto comportamento instalado e modelado socialmente. Neste sentido, por objetivo geral busca-se esclarecer sobre as questões relacionadas ao cabelo afro, como é retratado midiaticamente e a repercussão deste retrato nas mulheres pretas e pardas que consomem conteúdo em mídias sociais. Com os objetivos específicos busca-se: estabelecer o que é autoestima, por meio do referencial teórico da Análise do Comportamento; fazer ligação entre as mídias sociais, autoestima e visibilidade capilar e como estas se afetam; discutir os aspectos históricos e culturais relacionados à (in) visibilidade dos cabelos afro. Em sua natureza, a pesquisa é de caráter descritivo e exploratório. Como metodologia usou-se a pesquisa teórico-bibliográfica e a revisão bibliográfica, para discutir o tema e explorar suas nuances, interligando os conceitos de: autoestima, mídias sociais, beleza e negritude. Conclui-se que a presença e ausência de representação de cabelos afro atuam sobre a autoestima de mulheres pretas e pardas. A autoestima enquanto comportamento social é modelado e moldado pelas mídias sociais, que são um ambiente de controle social significativo na atualidade. Numa sociedade historicamente voltada à beleza europeia e branca, os cabelos afros tornam-se, deste modo, uma forma de revolucionar, remodelar e repensar ideais acerca da beleza e estima de mulheres pretas e pardas.

Palavras-chave: Mídias Sociais; Cabelo Afro; Autoestima; Análise do Comportamento.

1. INTRODUÇÃO

As mídias sociais se formam como espaço de interação e modelagem de comportamentos sociais (Montenegro, 2022), configurando-se como agência de controle (Wang, Pereira & Andery, 2017). Nelas, comportamentos sociais (verbais) são reforçados ou extintos, são manipulados, implantados e mantidos. Com sua popularização, tornaram-se ferramentas de comunicação importantes, capazes de conectar pessoas (Montenegro, 2022), que agora estão no alcance – cabem no bolso.

Nossos aparelhos celulares, individuais e individualizados, não só permitem a busca instantânea de informações, de localizações, compras, pagamentos etc., como a troca





instantânea de mensagens, produção e compartilhamento de imagens, uso de aplicativos notícias, lazer e promoção de saúde. (Souza, 2019, p. 306)

Além da facilidade de acessar as redes, também há presença marcante das tecnologias de informação e comunicação no dia a dia. “Deixamos de “entrar na internet” para “ser na internet” pois há ações, comportamentos e relações que só existem na red. Atualmente estamos conectados todo o tempo (*always on*)” (Idem, ibidem).

Dentre os comportamentos sociais passíveis de modelagem pelas mídias sociais, inclui-se a autoestima. Conforme os sujeitos passam a “ser na internet” (Idem, ibidem), há a possibilidade de uma “construção de uma autoestima moldada a partir do que lhes é exposto nas mídias sociais digitais” (Montenegro, 2022).

A crítica levantada por Amorim (2019, p. 17) denuncia como as mídias têm afetado a percepção de crianças pretas quilombolas acerca de beleza e de si mesmas. O que levanta a questão: que contingências presentes nas mídias sociais, referentes aos cabelos afro e à cultura negra, afetam a autoestima de mulheres negras, pretas e pardas?

Delimita-se, então, por objetivo geral: esclarecer sobre as questões relacionadas ao cabelo afro, como é retratado midiaticamente e a repercussão deste retrato nas mulheres pretas e pardas que consomem conteúdo em mídias sociais. Enquanto objetivos específicos de pesquisa há: estabelecer o que é autoestima, por meio do referencial teórico da Análise do Comportamento; fazer ligação entre as mídias sociais, autoestima e visibilidade capilar e como estas se afetam; e discutir os aspectos históricos e culturais relacionados à (in) visibilidade dos cabelos afro.

Em sua natureza, a pesquisa é de caráter descritivo e exploratório. Como metodologia usou-se a pesquisa teórico-bibliográfica e a revisão bibliográfica, para discutir o tema e explorar suas nuances, interligando os conceitos de: autoestima, mídias sociais, beleza e negritude. Buscou-se na plataforma de pesquisa Google Acadêmico as palavras: mídias sociais; cabelo afro; autoestima; análise do comportamento; negritude; beleza. Usando como critério de inclusão e exclusão a relevância com o tema aqui sugerido.

2. DISCUSSÃO

Historicamente a Figura da mulher negra é atrelada ao sensual, ao violento e ao selvagem, e os padrões de beleza expostos nas mídias são os da beleza branca, com sua pele clara e cabelos lisos (Amorim, Silva & Perez, 2017). Dificilmente uma mulher, ou criança, preta ou parda conseguiria se identificar de modo positivo com uma figura pública, quando as figuras





bonitas e elegantes são brancas. Então, como ela se veria com o passar do tempo, sem alguém similar a si em local de visibilidade? Como fica sua autoestima?

Inicialmente, vale explorar o que se chama aqui de autoestima. Em seguida, discutir-se-á o conceito de beleza, como ele foi construído historicamente, como tem se modificado, e como aparece nas mídias. Por fim, será debatido como o cabelo afro afeta a compreensão de beleza e autoestima das mulheres pretas e pardas.

2.1 Autoestima na Análise do Comportamento

Guilhardi (2002) explica que a autoestima é um sentimento e, enquanto um, é comportamento. De forma mais específica, é um comportamento modelado verbalmente, ou seja, social e culturalmente, através de atenção, afago, afeto, sorrisos, carinho (Idem, ibidem).

O autor mostra que esse comportamento é ensinado através da comunidade verbal do sujeito, que mostra e age com afeto e o nomeia. O sujeito só compreende o que é esse sentimento quando ele recebe nome, quando lhe é apontado que aquilo que está ocorrendo é amor, gostar, é afeto. “Assim, a autoestima, enquanto gostar de si mesmo, é aprendida conforme outros demonstram o quanto gostam de um sujeito e esse sujeito, por sua vez, passa a se comportar da mesma maneira consigo. Ao se sentir amado, aprende-se a se amar” (Montenegro, 2022, p. 126).

Atualmente as mídias sociais têm mediado as interações sociais, servindo de meio de reforçamento de comportamentos, incluindo a autoestima. Nelas, a autoestima é modelada através do que se vê, compartilha e curte, dos conteúdos midiáticos que são criados e consumidos (Idem, ibidem).

Em pouco mais de duas décadas, as TICs transformaram alguns aspectos básicos da existência humana: a identidade, a sociabilidade e a pertinência; os limites do que é público e o que é privado; a formação, manutenção e rompimento de vínculos; o espaço, o tempo e o ritmo do viver e do vivido; os relacionamentos interpessoais, conjugais e familiares; além do fazer político. (Souza, 2019, p. 307)

A percepção dos sujeitos, seja sobre outros ou sobre si mesmos, é mediado pelos conteúdos presentes nas mídias sociais (Montenegro, 2022). Conteúdos esses que refletem a cultura e sociedade vigente. Wang, Pereira & Andery (2017, p. 160) mostram que nem as mídias e nem os indivíduos que ali estão escapam do controle da cultura.

Sendo assim, o viés cultural é bem presente nas mídias sociais, perpassando pelas fotos, vídeos, textos, páginas e perfis, que afetam a autoestima das mulheres que as consomem, que veem em seus corpos e cabelos ali representados, nem sempre de forma positiva. Amorim (2019) nos mostra como marcas podem tanto interagir não apenas nas mídias tradicionais (revistas, jornais, TV), mas





também nas digitais (mídias sociais) de forma a apagar ou destacar a beleza negra; e esse movimento torna aparente a (in) visibilidade. A mesma mídia que exalta, diminui.

Todas afirmam utilizar produtos de beleza para rosto e cabelos, sendo o maior destaque nos cabelos, uma vez que representam a identidade negra. Contudo, ainda utilizam chapinha, alisamentos e escovas, creio pela dificuldade de incorporar totalmente a negritude como um valor. A sociedade ainda exige o modelo de cabelo “arrumado”, liso, com pouco volume e muito movimento. Nas imagens que estas mulheres disponibilizaram de si mesmas, apenas 10% tinham cabelos naturais e 90% apresentaram cabelos alisados. Estas imagens estão no Facebook e Instagram das mesmas. (Amorim, 2019, p. 115)

2.2 Beleza

“No Século XX, beleza e escolha de vestidos, sapatos caros e a combinação de com tons de pele e cabelo são sinônimos” (Amorim, 2019, p. 47). Ao pensar em mídias, autoestima e cultura, pensa-se em beleza ditada pela moda. A moda aponta para o ideal, o desejado, e vendem a ideia de que ao segui-la, as mulheres podem se tornar mais belas, e elegantes. “Estar na moda significa aderir aos valores de sua época, é ter graça e bom gosto. Seguir as tendências” (Idem, ibidem).

Schmitz e Bonin (2009, p. 48) afirmam sobre a moda midiaticizada pelas revistas femininas e publicidade “assim como outros meios de comunicação, ao trabalharem com modelos padronizados de feminilidade e de beleza, contribuem para dar inteligibilidade às exigências do parecer que, à sua maneira, também significam o que é ser mulher em nossa sociedade hoje”. (Amorim, 2019, p. 49)

Ou seja, o significado e o padrão de beleza estão intimamente ligados aos padrões culturais e sociais, que são reafirmados e corroborados pelas mídias.

2.2.1. Beleza também é questão de gênero

Santos (2022, p. 765) mostra que na contemporaneidade o corpo, feminino, em especial, tornou-se mercadoria. Braga (2013, p. 68-69) trás que, historicamente, o corpo da mulher branca era mercadoria para casamento e constituição de família, para a maternidade, procriação; já o da mulher negra era para o prazer, para o desejo animalesco, para a lascívia. Na escravidão, quando o corpo negro era desejado para procriar, era para gerar mais escravos e força de trabalho (Santos, 2022, p. 766). Assim, conforme a cultura se estabelece ao redor da mercantilização do corpo, a beleza desse corpo também passa a ser objeto a ser vendido (Idem, ibidem, p. 765).

Braga (2013) aponta que, na imprensa negra, a beleza da mulher já era pauta em 1920. Mesmo falando em beleza, esses jornais ressaltavam nas mulheres negras aspectos pouco relacionados ao físico, mas sim ao moral. As mulheres vencedoras eram meigas, carismáticas,





inteligentes. O cuidado com a forma como retratavam essas jovens exprime a tentativa de afastar a Figura de mulher negra enquanto criatura devassa, sensual; ali buscava-se criar o que a autora chama de “contra-imagem”.

Segundo Braga (2013), independente da forma de beleza, os mesmos jornais que chamavam os concursos femininos de concurso de beleza, chamava aos concursos masculinos exatamente disso: concurso masculino. A Figura da mulher, mesmo que na busca pela visibilidade negra e de “contra-imagem”, ainda é atrelada fortemente ao conceito de beleza. Torna-se impossível falar em mídia e beleza sem falar em feminino. A Figura da mulher é associada à beleza – seja ela moral ou física, seja para mudança ou para venda.

2.2.2. Beleza nas mídias

Braga (2013) traça a representação da beleza negra nas mídias do Brasil, percorrendo diversos momentos históricos, iniciando na colonização e escravidão do povo africano, até um momento mais contemporâneo. Em seu texto se vê a predominância da figura feminina, numa dualidade entre a hipersexualização de corpos femininos e a tentativa de aproximar a beleza da mulher negra ao padrão moral de beleza.

Historicamente os padrões de beleza estão associados à beleza europeia, às características do homem branco¹. Ser branco não era apenas bom, era desejável, era símbolo de status. Quando posta na mídia, as pessoas negras “difícilmente são vistas, seguindo um padrão estético de negra natural, isto é, pele com matizes escuras e cabelo afro” (Carvalho & Barbosa, 2020, p. 2).

No Brasil, à medida que um indivíduo ascende socialmente, inversamente sua cor vai embranquecendo ou o contrário, assim a cantora Alcione vira “marrom”; figuras ilustres são branqueadas a fim de não “sujarem” a História brasileira, como Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga e Juliano Moreira, de quem não são citadas nem sua etnia ou cor (Amorim, Silva & Perez, 2017, p. 551).

Os valores do que era uma mulher bela eram europeus e atrelados “às funções de maternidade, da docilidade, da obediência e aos valores de família” (Amorim, 2019, p. 59)

Em contrapartida, a cultura afro foi tradicionalmente mercantilizada "através das figuras sensuais, de corpo semi nu, temperos fortes e movimentos violentos, misturados aos sons estonteantes de tambores, que quando não enfeitiçam, deixam marcas de promiscuidade, exagero e selvageria" (Amorim, Silva & Perez, 2017, p. 552).

¹ No sentido da forma genérica de "pessoa caucasiana", não como configuração de gênero





Falando de um anúncio de cerveja, Braga (2013, p. 185) nota haver um retorno à sexualização do corpo negro, no caso de uma “mulata” – termo que nomeia a cerveja –, um corpo pardo.

Para representá-la, flagra-se não apenas a caricaturização de um corpo dotado de absoluto teor sexual e a tarefa que exerce em cana, mas, do mesmo modo, flagra-se a história que temos desse corpo e o modo como a cultura brasileira lhe atribuiu sentido em nossa formação social.

A Figura da mulher que está sendo vendida nessa propaganda específica denuncia a visão geral que o Brasil construiu para si. “A mulher e a comida são espelhos de nossa sociedade” (Idem, ibidem), e o que está espelhado pela cerveja é a visão de mulher sensual, de prazeres, do “corpo negro superexcitado sexualmente” (Idem, ibidem, p. 187).

Concomitantemente, na contemporaneidade, a beleza negra tem tomado novas forças, aparecendo de forma mais proeminente e até comum. Falando sobre uma campanha da Boticário, com figura de centro a modelo e atriz Jéssica Barbosa, Amorim, Silva & Perez (2017, p. 557) apontam que:

Atente-se ao fato de duas novas categorias de consumidores aparece, a primeira mulher e a segunda de etnia negra. Considerando que às mulheres, geralmente são destinados anúncios de produtos de utilidades de casa, limpeza ou alimento, respaldados pelo ideário da dona de casa, sem poder aquisitivo próprio e; de igual forma, lança-se um produto destinado à mulher negra, a quem até então era considerada alheia aos produtos caros do mercado, em especial, de beleza ou cosmética.

A mídia, assim, reflete a nova realidade social e cultural, na qual mulheres pretas e pardas estão visíveis e se tornaram, além de outras coisas, consumidoras em potencial. Disso nasce necessidade de nova representação e criação de nova imagem. As mulheres negras ganham potencial de serem bonitas e elegantes, de se cuidar, se maquiar, perdendo um pouco a Figura de promiscuidade, porém não completamente, “sendo que em certos casos, elas estão absolutamente reduzidas à beleza física e a subjetividade sensual e sexual decorrente desta condição” (Idem, ibidem, p. 562).

2.2.3. Cabelos afro

Na supracitada campanha da Boticário, Jéssica Barbosa é vista com seus cabelos naturais. Amorim (2019) discorre sobre a importância dos cabelos na cultura africana e negra, enquanto símbolo de poder e de beleza. Os cabelos, seus adornos, os penteados, tudo isso tem mais significado do que apenas algo que se tem ou se põe na cabeça.





"O significado social do cabelo era uma riqueza para o africano" (Braga, 2013, p. 104). Tudo que era feito com o cabelo havia um propósito, mostrava o status da pessoa, até mesmo o interesse da mulher em cortejar ou ser cortejada (Amorim, 2019).

Na cultura e religião dos orixás, o feminino é sinônimo de força, charme, beleza, inteligência e beleza. "Os cabelos trançados, turbantes, roupas coloridas são marcas do feminino, que também se relacionam ao sagrado" (Idem, ibidem, p. 59).

Mesmo quando trazidas para o Brasil como escravas, normalmente com cabelos barbeados, as mulheres africanas não deixaram de usar seus cabelos como forma de mostrar sua identidade (Braga, 2013). Todavia, Braga (ibidem) aponta que os cabelos também foram usados pelos senhores de escravos como forma de determinar a função da escravizada. Os cabelos mais desejados eram os "mais soltos", "menos crespos", os cabelos que alguns mestiços e mulatos, pardos, possuíam.

Assim, o cabelo negro e afro foi tratado como inaceitável, recebendo apelidos cruéis como "cabelo ruim", "Bombril", "pixaim", "cabelo duro", entre outros (Carvalho & Barbosa, 2020, p. 14). Isso rebaixa os traços pretos ao estereótipo de feio e inadequado, fazendo nascer o movimento de "branqueamento" dos cabelos, que recebiam tratamentos para se tornarem "cabelos socialmente aceitos e adequados às mulheres negras modernas" (Amorim, 2019).

Assim, na mídia o cabelo dito por ideal passou a ser o liso. Braga (2013) aponta que desde 1920s há um movimento em prol do alisamento. Nessa época, nasceram uma série de produtos e técnicas para alisar o cabelo e deixá-lo mais aceitável - e branco. A autora mostra que ainda em 2005 havia uma propaganda na Revista Raça Brasil sobre um especialista em cabelos crespos, que oferece solução ao "problema" da mulher negra; a solução é o alisamento e o problema o cabelo crespo.

Paradoxalmente, vê-se em 2006 a publicação: "Ruim" que nada, cabelo bonito é o seu. Braga (2013, p. 205-206, grifo da autora) diz que: "em detrimento de um discurso que almejava a *inclusão* do negro numa sociedade branca, teríamos então um discurso que passa a *afirmar* o negro pelo negro: sua identidade, sua estética, sua história". Em vez de embranquecer o negro, o discurso deveria ser de aceitar o negro pelo negro, em todas as suas características e suas nuances – seja no cabelo afro, na trança, rastafári, ou com turbante, do 3A ao 4C².

² Os números e letras correspondem aos graus de curvaturas, sendo estes os que englobam desde o cabelo cacheado até o crespo.





Amorim (2019) desenha uma Figura de mudança, de maior representação e de visibilidade dos cabelos afro, também de representatividade e identificação. A cultura e a mídia estão em constante evolução, acompanhando-se mutuamente – modificando-se mutuamente.

Por isso, a visibilidade midiática é um debate sempre presente, pois há um espaço que precisa ser reivindicado, de novo e novamente. Jéssica Barbosa aponta para uma mudança nas representações nas mídias. Amorim, Silva & Perez (2017, p. 556) afirmam que:

Vê-se uma cultura antes invisível ou discriminada, adquirindo novos conceitos, com nomenclaturas repaginadas, seja na música, nos adereços e roupas, nos estilos; centrada mais na cor e nas diferenças, numa estética do corpo, dando sentido a uma etnicidade consciente.

As peles e cabelos negros estão mais visíveis, mostrando uma mudança gradual na cultura e no conceito de belo (Amorim, Silva & Perez, 2017). Apesar de aparentemente os cabelos associados à cultura negra estarem em moda, ainda há um longo caminho a se percorrer. A presença de mulheres pretas e pardas na mídia tradicional ainda vem impregnada com estereótipos ou se dá uma forma de falsa inclusão.

A beleza negra como característica de uma identidade precisa desafiar o padrão hegemônico. Não é apenas a inserção social de grupo em sociedade ou até mesmo no mundo, do mercado de trabalho, mas a recriação de uma cultura que começa a enxergar como bonito o cabelo crespo e a pele de cor escura. (Carvalho & Barbosa, 2020, p. 8)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos falar em (in) visibilidade, em apagamento e enaltecimento. Sobre a invisibilidade, falou-se na forma como a beleza negra, principalmente da mulher, foi retratada no passado como algo “menor que” a beleza branca, ou até mesmo “ruim”, em comparação com a branca, que é “boa”. O que era natural ao negro, ao africano, os seus signos, imagens e representações do belo foram apagados, e deturpados.

Quanto a visibilidade, espera-se ter elucidado sobre a importância de trazer à discussão e à mídia o cabelo afro. A pesquisa de Amorim (2019, p. 70) sugere os aspectos positivos na autoestima de mulheres negras que a presença de “publicidades com fotos de negras sorridentes, cabelos livres ou enfeitados, coloridos” causa. Essa representação num contexto de controle social como a mídia social favorece ao sujeito o aprender a gostar de si mesmo que Montenegro (2022, p. 126) cita. Poder se ver e se identificar com imagens positivas, “boas”, de outras mulheres negras, no contexto social amplo das mídias, mostra para pretas e pardas que elas também são boas.





Vemos uma grande possibilidade de mudança dentro das mídias digitais e sociais, pensando que “as novas tecnologias de comunicação poderiam ser usadas como suportes em intervenções com objetivo de educar o público para a mídia” (Wang, Pereira & Andery, 2017, p. 161). Ou seja, por conta de sua natureza acessível, as mídias sociais formam uma agência de controle, mas também de contra controle. O conteúdo ali presente não é apenas consumido unilateralmente, os consumidores também têm poder para gerar conteúdo. Não são mais poucos os detentores do poder de disseminar mensagens, agora qualquer um com acesso à internet pode fazê-lo, o que poderia democratizar mais as mídias.

“Dentro da cultura negra, os cabelos exercem papel fundamental, que sobrepõe a estética. Eles representam (...) um elemento de consciência racial, compreensão das relações sociais em combate à exclusão, racismo, sentimento de pertença” (Amorim, 2019, p. 69). Numa sociedade historicamente voltada à beleza europeia e branca, os cabelos afros tornam-se, deste modo, uma forma de revolucionar, remodelar e repensar ideais acerca da beleza e estima de mulheres pretas e pardas.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, E. S. M. S. **Mediações sógnicas da beleza da mulher jovem negra quilombola**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-16032021-155744/>. Acesso em: ago. 2024.
- AMORIM, E. S. M. S.; SILVA, E.R.S.; PEREZ, C. **A mulher negra na publicidade: entre estereótipos, preconceitos e tendências**. 2017, Anais. Recife: Ed. UFPE, 2017. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002919850.pdf>. Acesso em: ago. 2024.
- BRAGA, A. **Retratos em preto e branco: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil**. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6222>. Acesso em: ago. 2024.
- CARVALHO, Y. D.; BARBOSA, F. J. **A invisibilidade da beleza negra**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 3., 2020, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13821>. Acesso em: ago. 2024.
- GUILHARDI, H. J. **Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade**. In M.Z.S. Brandão; F.C.S. Conte & S.M.B. Mezzaroba (Eds.), *Comportamento Humano - Tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor* (pp. 63-98). Santo André: ESETec Editores Associados. 2002.





MONTENEGRO, A. L. M. S. **As Mídias Sociais E A Construção Da Autoestima Em Adolescentes**: Uma Revisão Bibliográfica. In: Ezequiel Martins Ferreira; Jaisa Klauss; Patrícia Gonçalves de Freitas. (Org.). *Psicologia: Abordagens, reflexões e pesquisas contemporâneas*, Volume 1. 1ed. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023, v. 1, p. 118-136. Disponível em: <https://doi.org/10.47402/ed.ep.c23118512324>. Acesso em: ago. 2024.

SANTOS, L. L. **A inquestionável beleza do cabelo afro**: diálogos e (des) conexões sobre o impacto do racismo na construção da identidade da mulher negra no Brasil . *Eventos Pedagógicos*, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 757–777, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/10638>. Acesso em: ago. 2024.

SOUZA, R. M. **A Pesquisa Por Meio da Internet na Psicologia Clínica**. In: Ida Kublikowski; Edna Maria Severina Peters Kahhale; Rosa Maria Tosta. *Pesquisas em Psicologia Clínica: contexto e desafios* [recurso eletrônico]. São Paulo: EDUC, 2019, p. 305-320. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/handle/handle/40665>. Acesso em: ago. 2024.

WANG, M. de L., PEREIRA, M. E. M., & ANDERY, M. A. **Mídia, comportamento e cultura**. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 7(2), 147–164. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18761/pac.2015.024>. Acesso em: jul. 2024.





TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE DESIGUALDADES ESTRUTURAIS E REPERCUSSÕES PSÍQUICAS

Juliana Ferreira Martins

Graduada em Psicologia – CEUMA

Mestranda em Psicologia - UFMA

juliana.fm@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Carlos Wellington Soares Martins

Doutor em Políticas Públicas – UFMA

Professor PPGPSI – UFMA

carlos.wellington@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: As desigualdades no trabalho, especialmente quando consideradas sob as lentes de gênero, raça e classe, permanecem como desafios fundamentais para a justiça social no Brasil, como o avanço do neoliberalismo, caracterizado pelo discurso da meritocracia e pela crescente precarização das condições de trabalho, tem intensificado as disparidades e mantido a hierarquização entre os trabalhadores. Nesse contexto, os grupos historicamente marginalizados, como as mulheres, enfrentam barreiras agravadas pela interseção de preconceitos, que amplificam a desigualdade nas oportunidades de trabalho e na ascensão econômica. O presente trabalho tem como objetivo geral: analisar pesquisas que abordam as experiências interseccionais de raça e gênero no trabalho doméstico remunerado e, objetivos específicos: discutir os principais resultados alcançados nas produções científicas; compreender como o debate sobre o trabalho doméstico remunerado, relacionado às interseções de gênero e raça, perpassa aspectos de saúde mental; e mapear possíveis lacunas identificadas na literatura sobre o tema. Para isso, o método utilizado foi a Revisão Bibliográfica Integrativa, através do levantamento nas bases de dados *SciELO* e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), representados em um fluxograma, no qual obteve um total de 7 publicações selecionadas, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, ademais, os materiais foram analisados por meio da Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2016). Os resultados demonstram que há estudos atuais e significativos com relação ao tema, abordando discussões sobre as repercussões psíquicas e sociais, destacando a relevância de considerar o impacto das condições laborais sobre a saúde mental das trabalhadoras, a pressão por produtividade, aliada à necessidade de lidar com a dupla jornada de trabalho. Conclui-se que é urgente que políticas públicas sejam implementadas para enfrentar essas desigualdades de maneira integrada, considerando as interseccionalidades que delineiam a realidade de mulheres, negras e pobres. A promoção de uma cidadania inclusiva depende do reconhecimento de que as questões de gênero, raça e classe não podem ser abordadas isoladamente, mas devem ser compreendidas como partes de um sistema complexo de opressões interligadas. Por fim, a luta por igualdade no mercado de trabalho não deve ser restrita a um grupo específico, mas sim vista como uma luta coletiva que envolve a sociedade como um todo. A valorização do trabalho reprodutivo, assim como a garantia de condições dignas de trabalho para todos os segmentos, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; Mulheres; Divisão sexual do trabalho; Gênero.





1. INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico no Brasil reflete desigualdades sociais e de gênero, sendo realizado predominantemente por mulheres negras, periféricas e de baixa renda; a formalização dessa categoria avançou a partir da PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72, de 2013), que ampliou os direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos, além disso, em 2015, a Lei Complementar nº 150 regulamentou alguns direitos como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) obrigatório, seguro-desemprego, jornada de trabalho de até 44 horas semanais, horas extras e adicionais noturnos (Brasil, 2013; Brasil, 2015).

Apesar desses avanços, o trabalho doméstico ainda enfrenta dificuldades consideráveis, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) demonstram que boa parte das trabalhadoras domésticas permanece na informalidade, que é ainda mais elevada entre mulheres negras e periféricas, o que reflete a intersecção de desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho.

O trabalho doméstico também é caracterizado pela precarização, com remunerações expressivamente inferiores em comparação com outras ocupações, ausência de benefícios como aposentadoria e assistência médica, e enfrentam, em muitos casos, condições de trabalho que envolvem exploração, assédio e riscos de acidentes (Souza, 2021).

Durante a pandemia de COVID-19, a vulnerabilidade dessas trabalhadoras foi intensificada, especialmente para aquelas sem contratos formais, que perderam empregos ou permaneceram trabalhando, indo contra as orientações sanitárias que durante um período considerou manter em atividade apenas os serviços ditos essenciais; a exclusão de benefícios emergenciais devido à informalidade agravou a insegurança financeira e social dessas profissionais (Cunha, 2021).

Referente a esse contexto, a discussão sobre Psicodinâmica do Trabalho contribui de forma significativa, se trata de uma abordagem que estuda a relação entre o trabalho e o sofrimento psíquico. Dejours (1992) propôs que o trabalho não é apenas uma fonte de remuneração, mas também um espaço de realização pessoal e subjetiva, onde os trabalhadores buscam reconhecimento e sentido para suas vidas. No entanto, o mesmo autor também constatou que o ambiente de trabalho pode ser fonte de sofrimento, especialmente em situações em que há falta de autonomia, sobrecarga ou condições precárias.

Federici (2004) argumenta que o trabalho doméstico, historicamente invisibilizado, foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Ela afirma que, ao separar o trabalho reprodutivo do produtivo e atribuí-lo às mulheres como uma responsabilidade natural e não remunerada, o





sistema capitalista conseguiu explorar o trabalho feminino, mantendo as mulheres em uma posição de subordinação. Isso permitiu que o trabalho produtivo fosse valorizado e remunerado, enquanto o trabalho doméstico era desvalorizado e não reconhecido enquanto trabalho.

No que concerne à divisão sexual do trabalho, Acker (1990) argumenta que é uma característica estrutural das organizações, onde o trabalho é dividido de acordo com normas de gênero que favorecem os homens e subordinam as mulheres. Ela demonstra que as organizações não são neutras em relação ao gênero, ao contrário, são construídas com base em uma lógica que associa o trabalhador ideal ao masculino, reforçando desigualdades de poder e perpetuando a segregação de gênero nas funções e salários.

Este estudo tem como objetivo geral analisar pesquisas científicas e acadêmicas que investigam as experiências interseccionais de raça e gênero no contexto do trabalho doméstico remunerado. Entre os objetivos específicos, estão: discutir os principais resultados apresentados e analisados nas produções acadêmicas; compreender como o debate sobre o trabalho doméstico remunerado, relacionado às intersecções de gênero e raça, perpassa aspectos de saúde mental; e identificar possíveis lacunas na literatura sobre o referido tema.

Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica integrativa, com busca nas bases de dados *SciELO* e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), buscando produções acadêmicas brasileiras no período de 2020 e 2024. No processo de pesquisa, além da utilização das palavras chaves: “*trabalho doméstico*” e “*mulheres*”, também foram utilizados os seguintes filtros: artigos; artigo completo disponível; idioma português. Além disso, houve a leitura dos resumos para seleção daqueles que melhor compatibilizam com os objetivos do trabalho.

O processo de seleção das publicações, que totalizaram 7 textos e a análise dos materiais, foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

2. RESULTADOS

Título	Autor	Ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
Trabalho Doméstico Remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil	Ávila & Ferreira	2020	Analisar as contradições históricas e emergentes nas relações sociais que envolvem o trabalho doméstico.	Revisão integrativa de literatura	Complexidades das relações trabalhistas, desigualdades de gênero e raça, e mudanças nas condições de trabalho, influenciadas por legislações e cultura.
			Compreender o modo como		Ressaltou a relação do racismo,





Quase da família: Perspectivas interseccionais do emprego doméstico	Furtado, Carvalho & Winnie	2020	diferentes marcadores sociais se sobrepõem no estabelecimento desta função como subalterna e na invisibilização destas trabalhadoras.	Revisão bibliográfica	patriarcalismo, opressões de classes e outros sistemas discriminatórios, reconhecendo estes como marcadores da desigualdade social.
Trabalho doméstico remunerado e covid-19: aprofundamento das vulnerabilidades em uma ocupação precarizada	Tokarski & Pinheiro	2021	Investigar as vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no Brasil durante a pandemia de COVID-19.	Revisão de literatura	Aumento na precariedade do trabalho doméstico, maior exposição à contaminação, sobrecarga de trabalho, violação de direitos e insuficiência de proteção social.
Mulheres trabalhadoras domésticas e a qualidade de vida no trabalho	Antoniassi Junior <i>et al</i>	2023	Analisar sob a luz das categorias do instrumento QVT QWLQ-78 como as trabalhadoras domésticas atribuem ou não o valor de qualidade de vida ao seu trabalho.	Pesquisa narrativa e observação participante, de natureza qualitativa, com trabalhadoras domésticas.	As trabalhadoras domésticas estão no nível médio de satisfação no trabalho, segundo o QWLQ-bref.
Migração, relações interseccionais e cuidados domésticos transnacionais	Faria	2023	Explorar a interseção entre migração, gênero e cuidados domésticos e como afetam a organização familiar e o papel da mulher migrante.	Análise documental e entrevistas com mulheres migrantes envolvidas em trabalhos domésticos.	Abordou as dinâmicas de trabalho doméstico, de cuidados realizados por mulheres migrantes, e como essas atividades são influenciadas por fatores econômicos e sociais.
Trabalho Doméstico Remunerado e Resistência: Interseccionando Raça, Gênero e Classe	Carvalho & Gonçalves	2023	Compreender a resistência enquanto categoria fundamental para compreensão do trabalho doméstico	Os dados foram coletados por meio de documentos, notícias, reportagens, sindicatos da categoria e realização de entrevistas.	As trabalhadoras resistem às estruturas opressoras de raça, gênero e classe. Desenvolvem formas de resistência cotidiana, tanto individual quanto coletiva, apesar da precariedade e exploração a que estão submetidas.





“Patrão é patrão, empregado é empregado”: identidade profissional de doméstica	Mourão <i>et al</i>	2022	Discutir a identidade profissional e as relações de trabalho a partir dos discursos das próprias trabalhadoras domésticas	Foram realizadas dez entrevistas, sendo cinco com empregadas mensalistas e cinco com diaristas.	Foram identificados dois núcleos centrais: ingresso na profissão e identidade profissional; e ambiguidade na relação empregada-empregadora ou empregador.

Fonte: Elaboração dos autores

3. INIQUIDADES ESTRUTURAIS

A herança da escravidão e o racismo estrutural perpetuam a exploração das trabalhadoras negras no Brasil, vinculando-as ao serviço doméstico, função naturalizada e desvalorizada. (Furtado; Carvalho; Santos, 2023). Além disso, as mulheres no trabalho doméstico, assim como em demais ocupações, geralmente conciliam múltiplas demandas, como tarefas domésticas do seu próprio lar, trabalho informal e o trabalho de cuidado (Junior et al, 2023).

Esse campo é majoritariamente ocupado por mulheres, especialmente negras, e as relações de exploração e dominação que permeiam essa ocupação, são reforçadas pelas heranças coloniais e a divisão sexual e racial do trabalho (Ávila; Ferreira, 2020); os autores relacionam o trabalho doméstico às contradições sociais do país, mostrando como ele expressa desigualdades históricas que atravessam a sociedade brasileira.

O trabalho de Carvalho e Gonçalves (2023) também explora o trabalho doméstico a partir de uma perspectiva interseccional, focando nas articulações entre gênero, raça e classe, apontando que essa interseccionalidade intensifica a vulnerabilidade psicológica das trabalhadoras, agravada pela discriminação e falta de direitos adequados.

Ao abordar os impactos da pandemia de Covid-19, autores enfatizam que empregadas domésticas foram expostas a riscos de saúde, muitas vezes forçadas a continuar trabalhando para empregadores que se permitiram realizar isolamento social; esse ponto revela a precariedade das condições de saúde e segurança enfrentadas por essas trabalhadoras, especialmente em períodos de crise sanitária, em que a desigualdade em termos de privilégios se mostrou expressiva (Ávila; Ferreira, 2020).

Tokarski e Pinheiro (2021) também contribuem no debate sobre o trabalho doméstico durante a pandemia, o artigo aborda questões de gênero e raça, focando principalmente nas vulnerabilidades das trabalhadoras negras; a crise sanitária intensificou desigualdades preexistentes devido ao histórico de precarização e informalidade desse setor de trabalho, durante a





pandemia, muitas trabalhadoras permaneceram em atividade, em ambientes com alto risco de contaminação e sem acesso a proteções adequadas.

4. REFLEXOS PSICOSSOCIAIS

O aumento da demanda por trabalho doméstico remunerado está ligado ao envelhecimento da população, mudanças nas estruturas familiares e maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, nesse contexto, o autor aborda especificadamente a situação de mulheres migrantes, que são exploradas em condições precárias e recebem salários mais baixos, que impactam diretamente suas condições de vida e de saúde (Faria, 2023).

As trabalhadoras domésticas enfrentam, além de baixos salários, a informalidade, isolamento social, discriminação racial e de gênero, o que afeta sua saúde mental, gerando altos níveis de estresse, ansiedade e depressão (Carvalho; Gonçalves, 2023). A falta de benefícios formais de emprego, como seguro saúde, segurança, além de vivenciar tensões físicas e psicológicas em seus ambientes de trabalho aumenta a vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas, afetando seu bem-estar (Antoniassi Junior *et al*, 2023).

O trabalho de Faria (2023) corrobora com os resultados apresentados, discutindo como precarização e invisibilização do trabalho doméstico gera efeitos como ansiedade, estresse, e risco de depressão, o estigma e a falta de suporte institucional agravam essa situação. A precariedade no trabalho doméstico resulta em impactos significativos na saúde mental, sobrecarga física e emocional e a ausência de reconhecimento social; o isolamento, falta de estabilidade e a invisibilidade da profissão contribuem para um desgaste emocional constante, especialmente entre mulheres negras (Carvalho; Gonçalves, 2023).

Condições de trabalho precárias, falta de valorização e reconhecimento profissional, além de relações dúbias entre funcionários e empregadas, podem gerar um ambiente de estresse e desconforto emocional para as trabalhadoras (Mourão *et al*, 2022). O autor anteriormente citado também defende que o ingresso precoce no trabalho doméstico e a falta de escolha na profissão podem ser comuns, gerando sentimentos de inferioridade, exploração e sofrimento, como mencionado nos relatos de exploração infantil e condições específicas de trabalho, esses fatores podem desencadear problemas como estresse, baixa autoestima e até mesmo traumas emocionais.

Em relação ao contexto pandêmico citado em alguns artigos, a sobrecarga de trabalho, o medo de contágio, a insegurança financeira e a violação de direitos fundamentais agravaram o adoecimento mental dessas trabalhadoras; a intensificação das tarefas, a necessidade de permanência no isolamento





nos locais de trabalho e as restrições de mobilidade exercem condições de trabalho exaustivas, aumentando o estresse e a ansiedade, esses fatores são somados ao histórico de desamparo e às condições de vida muitas vezes desfavoráveis (Tokarski; Pinheiro, 2021). A pandemia de Covid-19 expôs e intensificou a vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas (e sua importância social), agravando sua situação econômica e emocional (Faria, 2023).

Quanto ao trabalho de Furtado, Carvalho e Santos (2023), embora mencione aspectos que podem impactar a saúde mental, como a desvalorização social e as condições precárias de trabalho, o texto não explora profundamente sobre como esses fatores afetam o bem-estar das trabalhadoras (Furtado; Carvalho; Santos, 2023).

Em contribuição, o estudo de Antoniassi Junior e outros autores (2023) revelou que, apesar de enfrentar desafios como baixos salários e longas jornadas de trabalho, as trabalhadoras domésticas tendem a aceitar essas condições devido à responsabilidade de sustentar suas famílias (Antoniassi Junior *et al*, 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia como o trabalho doméstico está intrinsecamente ligado a desigualdades históricas existentes no Brasil, as quais perpetuam a desvalorização e exploração das trabalhadoras, especialmente mulheres negras, refletindo as contradições sociais profundas do país. Além disso, a análise interseccional demonstra como a vulnerabilidade dessas trabalhadoras é agravada pela falta de proteção social, condições precárias e, em alguns trabalhos, pelos impactos da pandemia de Covid-19, que trouxeram à tona a urgência de reformas que promovam melhores condições de trabalho, segurança e dignidade para as profissionais.

A invisibilização do trabalho doméstico, além de comprometerem a saúde física e mental das trabalhadoras, perpetuam a marginalização social dessa atividade. Os resultados ressaltam a necessidade de políticas públicas de apoio psicológico e jurídico para essas trabalhadoras, que enfrentam desigualdades estruturais e precisam de maior proteção social e direitos trabalhistas formalizados, a fim de construir um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo, reduzindo as desigualdades de raça, gênero e classe que ainda permeiam essa ocupação.

Apesar dos achados significativos, os trabalhos ainda apresentam considerável superficialidade na compreensão dos efeitos de longo prazo do trabalho doméstico na saúde mental e na qualidade de vida geral; fatores como a violência de gênero no ambiente de trabalho, incluindo assédio e abusos, e outros os desafios específicos enfrentados pelas trabalhadoras domésticas ainda não são aprofundados de maneira suficiente na literatura.





Outro aspecto a ser investigado em estudos futuros é a dinâmica de exploração e dominação enfrentada por essas trabalhadoras e, de que modo, repercutem no processo de subjetivação da identidade dessas profissionais. Além disso, embora a resistência seja um tema abordado, poucos estudos exploram de forma mais ampla e profunda as estratégias de enfrentamento e apoio psicológico para essas trabalhadoras.

É indispensável o desenvolvimento de análises sobre como esses fatores afetam o bem-estar psicológico das trabalhadoras, como ansiedade, depressão ou estresse relacionados à precariedade e às dinâmicas de poder nas relações empregatícias no ambiente de trabalho, especialmente em contextos em que enfrentam múltiplas formas de opressão.

REFERÊNCIAS

ACKER, Joan. Gendered Organizations: Theory and Practice. **Gender & Society**, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990.

ANTONIASSI JUNIOR *et al.* Mulheres trabalhadoras domésticas e a qualidade de vida no trabalho. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, Brasil, v. 12, p. e4844, 2023.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 03 abr. 2013.

BRASIL. Lei Complementar n. 150, de 1 de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras disposições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 02 jun. 2015.

CARVALHO, M. G. GONÇALVES, M. G. M. Trabalho Doméstico Remunerado e Resistência: Interseccionando Raça, Gênero e Classe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, 2023.

CUNHA, M. A Trabalho doméstico e pandemia: os impactos sociais e econômicos da COVID-19 para trabalhadoras domésticas. **Revista de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 2, pág. 45-67, 2021.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FARIA, G. J. A. de. Migração, relações interseccionais e cuidados domésticos transnacionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 40, p. e0258, 2023.





FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2004.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FURTADO, O.; CARVALHO, M. G.; WINNIE, S. Quase da família: perspectivas interseccionais do emprego doméstico. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 355–369, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MOURÃO, L. et al. “Patrão é patrão, empregado é empregado”: identidade profissional de domésticas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 25, 13 dez. 2022.

SOUZA, L. A precarização do trabalho doméstico e os desafios da regulamentação. **Revista Brasileira de Sociologia**, Rio de Janeiro, v. 3, pág. 123-140, 2021.

TOKARSKI, C.; PINHEIRO, L. Trabalho Doméstico remunerado e covid-19: aprofundando das vulnerabilidades em uma ocupação precarizada 1,2. [s.d.].





EIXO 5 – Gênero, dissidências sexuais e população LGBTQIAPN+





“BEIJO NA FACE”: A REPRESENTATIVIDADE SÁFICA EM *OLHOS D’ÁGUA* DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Mariana Eulália Teles da Silva
Graduanda em Psicologia – UFMA
mariana.eulalia@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Cláudia Aline Soares Monteiro
Doutora em Psicologia - UnB
cas.monteiro.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: “Beijo na face”, um conto de Olhos d’água, obra de Conceição Evaristo, narra a trajetória de Salinda, uma mulher negra que, após doze anos de um casamento opressivo, descobre seu amor por outra mulher, também negra. A jornada de Salinda é marcada por uma luta constante entre a rigidez de sua vida familiar e a leveza de um amor secreto. Conceição Evaristo nos provoca a refletir sobre como um corpo negro feminino pode romper com o sistema social brancocêntrico e cisheteronormativo, desafiando tanto as normas étnicoraciais quanto as da afetividade e sexualidade. A escolha pelo termo *sáficas*, em vez de *lésbicas*, é fundamentada na história de Salinda. Embora presa a um casamento heterossexual insatisfatório, ela também teve um relacionamento heterossexual consensual no passado, tornando a rotulação de lésbica insuficiente. O foco recai sobre as experiências homoafetivas de mulheres negras, que são frequentemente desconsideradas e transgressoras, representando uma nova forma de existir que desafia os paradigmas hegemônicos. A narrativa evidencia um forte contraste entre a violência que Salinda enfrenta no casamento e a suavidade de sua relação amorosa secreta. Desde o início do conto, esse amor subversivo é descrito com uma sensibilidade notável. Evaristo aborda a afetividade entre mulheres com grande poeticidade e sutileza. Contada em terceira pessoa, a narrativa é construída a partir das lembranças de Salinda enquanto aguarda a chegada do marido. Após deixar os filhos em Chã de Alegria, ela volta para casa e descobre que o marido não a buscará, proporcionando-lhe, pela primeira vez, um tempo sozinha. Considerando a escassez de estudos sobre literatura sáfica, especialmente com foco em personagens negras, este artigo tem por objetivo analisar o conto “Beijo na face”, destacando as experiências lesboafetivas e sexuais como formas de resistência à dominação brancocêntrica e heteronormativa, refletindo sobre a heterossexualidade compulsória relacionada ao gênero. Trata-se de um trabalho de leitura e análise de material bibliográfico, isto é, estudo das fontes com o suporte de textos teóricos e críticos. Para que esta análise se tornasse viável, foram necessárias leituras sistemáticas, tendo como ponto de partida o texto literário – neste caso, o conto –, a fim de que a análise das publicações e das obras fosse realizado de modo seletivo, buscando atender aos objetivos do estudo. A situação de Salinda se agrava quando seu marido desconfia dela, levando-a a um cárcere doméstico. Para proteger a si mesma e aos filhos das ameaças constantes, Salinda se vê obrigada a buscar estratégias de sobrevivência, refletindo um quadro de violência psicológica onde é constantemente vigiada e ameaçada. Essa punição ocorre porque Salinda não se conforma aos padrões esperados de uma “mulher”. Em “Beijo na face”, ao compartilhar amor e afetividade com outra mulher, Salinda reafirma seu valor e dignidade. O amor que ela oferece à companheira é devolvido, simbolizando um ato de autoamor. Assim, amar a outra é, simultaneamente, um ato de amor próprio. Através do afeto e do desejo entre duas mulheres negras, a dignidade do corpo negro feminino é elevada, especialmente aquele que desafia normas de gênero. A protagonista de Evaristo nos leva a refletir sobre a desnaturalização da heterossexualidade como um destino inevitável, enfatizando as diversas maneiras de expressar sexualidades e





afetividades. A invisibilidade das mulheres negras sáficas no mundo branco e heterossexual se estende à literatura. Analisar essa invisibilidade envolve considerar o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado como sistemas de opressão que moldam a sociedade e as identidades. Isso também implica desafiar a concepção de feminilidade branca heterossexual como norma. Assim, esse conto desestabiliza essas noções, trazendo uma narrativa contra hegemônica onde uma identidade marginalizada assume o protagonismo, validando sua história e amor. Portanto, “Beijo na face” quebra o cânone, subvertendo a norma do falocentrismo e ampliando os limites de gênero, sexualidade, raça e etnia. Ao mover uma identidade triplamente oprimida da invisibilidade para o protagonismo, Evaristo não apenas apresenta novas formas de amar, mas também legitima um amor historicamente desautorizado entre mulheres negras, que se configura como um ato político de resistência e promove mudanças profundas no sistema social racista e heteronormativo. O amor de Salinda e sua parceira é, assim, um gesto de insubmissão, não apenas como uma expressão de amor-próprio, mas também como uma rejeição à dominação brancocêntrica e heteronormativa, desafiando discursos hegemônicos e promovendo um ato revolucionário.

Palavras-chave: Sáficas; Conceição Evaristo; Olhos d’água; Mulheres negras.

1. INTRODUÇÃO

Olhos d’água, lançado em 2014 pela editora Pallas e agraciado com o prêmio Jabuti no ano seguinte, é uma antologia de contos da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo. A obra apresenta 15 narrativas que trazem personagens diversas e profundas, desafiando a lógica estereotipada e essencialista que a literatura tradicional frequentemente adotou ao abordar a questão da negritude, reconfigurando de maneira positiva as identidades negras.

As figuras criadas por Conceição Evaristo são dotadas de uma profundidade que transcende as palavras: baseada em um texto que valoriza as vivências, sua obra desconstrói as barreiras impostas ao longo de séculos de silenciamento de vidas marcadas pelas diferenças de gênero e raça. As mulheres negras descritas por Evaristo trilham caminhos repletos de dor e luta, mas, ao mesmo tempo, ocupam um papel central em suas histórias, decidindo seus próprios destinos e, acima de tudo, demonstrando sua capacidade de amar e de serem amadas.

“Beijo na face”, conto presente na obra Olhos d’água, narra a história de Salinda, uma mulher negra que, vivendo no interior de um opressivo arranjo familiar tradicional, com marido e filhos, descobre, depois de doze anos de casada, o amor por outra mulher, também negra. O percurso de Salinda é traçado na corda bamba, marcado pela pungente tensão entre uma vida austera, de constante vigilância e ameaça, e uma vida leve e prazerosa, de gozos secretos e profundo amor. Neste conto, Conceição Evaristo nos fornece meios para refletir sobre as rupturas que um corpo negro feminino promove no sistema social brancocêntrico e





heteronormativo, quando, além de não se submeter ao discurso hegemônico no âmbito étnico-racial, também não o faz no âmbito da afetividade e da sexualidade.

A escolha pelo termo *sáficas* em vez de *lésbicas* é justificada pela própria história de Salinda - protagonista do conto. Apesar de estar presa em um casamento heterossexual fracassado e vivendo concomitantemente um relacionamento amoroso com outra mulher, Salinda é apresentada como uma personagem que já se envolveu, no passado, em outro relacionamento heterossexual consensual. Não é possível, portanto, afirmar que estamos tratando de uma mulher lésbica, haja vista que a bissexualidade constitui uma identidade sistematicamente invisibilizada no cerne das relações sociais de gênero. O que nos interessa de fato são as vivências negras femininas homoafetivas. Sejam elas experimentadas por mulheres lésbicas ou bissexuais, trata-se de vivências desautorizadas, e, portanto, transgressoras, insubmissas. Vivências que, ao romper com os paradigmas hegemônicos, enunciam outro modo de existir.

A narrativa é caracterizada por um forte contraste entre a violência que Salinda vivencia no casamento com um homem e a suavidade da relação amorosa que vive secretamente com outra mulher. Desde as primeiras linhas do conto, esse amor subversivo é descrito através de uma sensibilidade potente. Evaristo manuseia o tema do afeto entre mulheres com grande poeticidade, expressividade e uma sutileza aguçada. O campo semântico do texto é constantemente atravessado pela metaforização de um amor genuíno, em sua simbiose com a dor da interdição, conforme podemos constatar na seguinte passagem: “Sim, lá estava o vestígio de carinho. Algo tão tênue, como os restos de uma asa amarela, de uma borboleta menina, que foi atropelada nos primeiros instantes de seu inaugural voo” (EVARISTO, 2016, p. 51). A Figura da borboleta atropelada nos remete a uma liberdade fragilizada, ameaçada. Os sentidos de desintegração da alegria da evolução e da transformação traduzem-se em sua asa amarela despedaçada.

Encarcerada em um ambiente matrimonial hostil, Salinda precisa se manter sempre alerta, buscando estratégias para se encontrar com a amada sem ser descoberta e para não sucumbir à violência exercida pelo marido: “Salinda precisava embrutecer o corpo, os olhos, a voz. Estava sendo observada em todos os seus movimentos. A vigilância sobre os seus passos se pretendia, se possível, abarcar até seus pensamentos”. (EVARISTO, 2016, p. 52). O companheiro de Salinda é descrito como um homem extremamente controlador e possessivo. Desconfiado de que ela o traía, ele contratara detetives para segui-la. Não fosse para o trabalho, a esposa não tinha permissão para sair só. Sem saberem, até os próprios filhos de Salinda tinham se tornado seus vigias, sendo sempre convocados pelo pai a relatar detalhadamente os passeios que faziam com a mãe.





Com narração em terceira pessoa, os eventos do conto são resgatados pelas lembranças de Salinda enquanto espera, sozinha em casa, pela chegada do marido. Depois de ter deixado os filhos para passar as férias em Chã de Alegria, na casa de sua tia Vandu, a protagonista retorna ao seu lar. O marido não vai buscá-la na rodoviária, mas avisa que está na casa da mãe, deixando Salinda surpresa e satisfeita por finalmente ter, depois de tantos anos, a oportunidade de passar algum tempo sozinha. Enquanto desfaz as malas, Salinda vai reconstruindo, nas tramas da memória, o relacionamento com o marido.

Recorda-se de como o comportamento obsessivo do homem foi se tornando cada vez mais grave ao longo dos anos: “Aos poucos, as ameaças feitas pelo marido, as mais diversificadas e cruéis, foram surgindo. Tomar as crianças, matá-la ou suicidar-se deixando uma carta culpando-a.” (EVARISTO, 2016, p. 53). Segundo Tânia Navarro Swain (2010), a naturalização da homossexualidade constrói, em parte, o papel do feminino no dispositivo amoroso, de modo que “[o]s excessos cometidos na relação homossexual aparecem como “naturais”, e aí estão as raízes do perdão, da aceitação e do assujeitamento a situações inenarráveis de abuso e de violência física e psicológica.” (SWAIN, 2010, p. 49).

Salinda recorda-se, ainda, do início do relacionamento, do homem que um dia fora seu primeiro amor adolescente e que, com o passar dos anos, havia se tornado agressivo, rude e autoritário. Ao longo do casamento, Salinda é perseguida e intimidada reiteradamente com os mesmos questionamentos: o que ela havia feito durante os anos de solteira na juventude; quem era o homem com quem tivera sua primeira filha. O marido assume a menina com apenas onze meses de vida, quando Salinda o aceita de volta e acaba se casando com ele. Atitude da qual, anos mais tarde, viria a se arrepender. Durante todo o casamento, a protagonista sujeita-se ao abuso e à violência psicológica exercida pelo marido, práticas que, conforme vimos acima, são tomadas como “naturais” na relação homossexual (SWAIN, 2010).

2. METODOLOGIA

Tendo isto em vista, e considerando-se, pois, a carência de estudos relativos à literatura sáfica, sobretudo quando se trata de personagens sáficas negras, este artigo tem por objetivo fazer uma análise do conto “Beijo na face”, de modo a conceber as vivências lesboafetivas e sexuais negras, presentes na narrativa, como formas revolucionárias de subversão à dominação brancocêntrica e heteronormativa, refletindo, assim, sobre a homossexualidade compulsória atinente ao gênero.





Trata-se de um trabalho de leitura e análise de material bibliográfico, isto é, estudo das fontes com o suporte de textos teóricos e críticos. Para que esta análise se tornasse viável, foram necessárias leituras sistemáticas, tendo como ponto de partida o texto literário – neste caso, o conto –, a fim de que a análise das publicações e das obras fosse realizado de modo seletivo, buscando atender aos objetivos do estudo.

Esta análise está fundamentada nas formulações teórico-críticas de Beatriz Nascimento (2006), Judith Butler (2019), Sueli Carneiro (2003), Grada Kilomba (2019), Lélia Gonzales (1984) e Glória Anzaldúa (2000).

3. DISCUSSÃO

Ao refletirmos brevemente sobre o cânone literário que é validado e reforçado pelas instituições de poder, como exposto por Pierre Bourdieu (2017), podemos recuperar uma vasta galeria de mulheres notórias dentro da literatura, tanto a chamada literatura universal, que inclui personagens como Julieta, Madame Bovary, Hester Prynne, Anna Karenina, entre tantas outras, quanto a literatura brasileira, que é consagrada nos manuais escolares de literatura é ensinada nas escolas, com obras e personagens como *Iracema*, *Lucíola*, *Capitu*, entre outras. Essas figuras literárias, marcadas por grande notoriedade, poder e vivacidade, podem à primeira vista parecer contraditórias ou mesmo ambíguas, pois, na maior parte, são criadas por autores homens, predominantemente brancos.

A reflexão de Virginia Woolf, em sua obra *Um Teto Todo Seu*, ilumina uma questão fundamental: para que a mulher consiga se tornar autora, é necessário que ela tenha dois requisitos essenciais para escrever: um espaço em que ela possa se isolar e as condições financeiras que possibilitem a dedicação integral à escrita. Ao analisar a ausência de mulheres nas prateleiras da Universidade de Oxford, a autora aponta como essa falta de representatividade histórica sobre a posição das mulheres na sociedade se reflete diretamente na produção literária. Woolf observa, com um olhar crítico, que nos poucos casos em que há alguma menção histórica sobre as mulheres, os registros são frequentemente de subordinação e submissão aos maridos, um padrão que contrasta com a forma como muitas personagens femininas são apresentadas: como figuras admiráveis, belas e de grande importância. Ela descreve esse paradoxo: "Uma criatura muito estranha, complexa, surge então. Na imaginação, ela é da mais alta importância; em termos práticos, é completamente insignificante. Atravessa a poesia de um ponto a outro; por pouco está ausente da história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer raposa cujos pais lhe enfiassem uma aliança de dedo" (WOOLF, 2019, p. 55).





A ausência de mulheres nas posições de autoras e a falta de uma historiografia específica das mulheres criam uma nova dificuldade, estabelecendo um distanciamento entre o ideal literário e a realidade das mulheres. Essas imagens idealizadas, construídas por autores canonizados, seguem promovendo um modelo de feminilidade difícil de ser alcançado pelas mulheres reais, distantes da abordagem que o discurso ficcional lhes confere. Além disso, essas representações acabam confinando as mulheres em espaços de violência simbólica, nos quais seus corpos se tornam mercadorias de troca simbólica e de poder (BOURDIEU, 2017). Esses corpos femininos, muitas vezes, são vistos como geradores de vidas, materializando-se como instrumentos de reprodução, uma visão que ressoa fortemente nas dinâmicas sociais e culturais.

No contexto da sociedade brasileira, a figura da lésbica é frequentemente atravessada pela lesbofobia. Ao mesmo tempo em que há uma fetichização das lésbicas nas novelas e produções literárias, que tendem a reproduzir modelos heteronormativos de relacionamento, as personagens lésbicas são, em sua grande maioria, feminilizadas, o que as torna mais aceitáveis para o público. Essa feminilização se configura como uma maneira de tornar as personagens mais "palatáveis", distantes daquilo que seria um comportamento desviado dos padrões estabelecidos. Por outro lado, as lésbicas que não performam as feminilidades tradicionais, ou que adotam uma aparência mais masculina, são muitas vezes vistas de forma pejorativa. Elas são comumente estigmatizadas como "machonas" ou mulheres que aspiram a ser homens, um tipo de violência simbólica que as coloca à margem da aceitação social. Dentro dessa perspectiva, o desejo de ser lida como homem é interpretado como algo errado ou "não natural", e as mulheres que não se encaixam nos padrões de gênero esperados são frequentemente tratadas como inferiores, como se estivessem desafiando a ordem natural das coisas.

Esse processo de patologização das mulheres que não se conformam às normas heteronormativas é evidente em várias representações de lésbicas. O desejo de rejeitar as normas de gênero estabelecidas resulta em uma condenação social que as coloca como mulheres "diferentes", "anormais" ou até "insanas". A presença dessas personagens é frequentemente acompanhada por representações de hostilidade, preconceito e violência. A violência sexual, em particular, aparece como uma forma extrema de punição, usada pelos homens para reprimir mulheres que não se encaixam no modelo heteronormativo de performance de gênero. As lésbicas, portanto, são constantemente reprimidas por sua identidade de gênero e sexualidade de maneiras que envolvem a objetificação e a violência física, criando um ciclo de marginalização.

Além disso, a representação de lésbicas em nossa cultura está imersa em uma forte dinâmica de poder, que, por um lado, fetichiza a relação, mas, por outro, estigmatiza e desumaniza





as lésbicas que fogem ao molde esperado. Isso gera um distanciamento entre a realidade da vivência lésbica e as imagens construídas pelas narrativas ficcionais. O impacto disso nas mulheres reais é profundo, pois as distâncias entre o ideal e a prática se tornam mais evidentes, e as imagens de mulheres na ficção acabam moldando e reforçando a violência simbólica que acompanha a identidade de gênero e a sexualidade das mulheres lésbicas. Em última instância, as figuras de mulheres que não seguem o padrão heteronormativo de gênero são uma das manifestações mais claras dessa violência institucionalizada e repetida nas esferas pública e privada, criando espaços de exclusão e discriminação que ainda são predominantes na sociedade.

Se Virginia Woolf afirmava que é necessário um "teto todo seu" para que as mulheres possam escrever, outras autoras, como Gloria Anzaldúa, propõem que as mulheres escrevam quando e como puderem, sem jamais deixar de fazê-lo. Anzaldúa escreveu a partir de sua posição como mulher e chicana, com sua mensagem voltada especialmente para as mulheres do Sul Global.

Anzaldúa descreve como escrever enquanto mulher e lésbica é essencial para construir uma referência de existência, desafiando as normas coloniais que cercam a representação feminina. Ela reflete sobre os estereótipos racistas e sexistas impostos às mulheres, como as imagens da mulher preta como empregada ou a mulher chicana com traços subjugados, e como essas representações tentam diminuir a força da mulher, principalmente aquelas que não se enquadram nos padrões tradicionais de feminilidade. Ela também destaca que a mulher do Terceiro Mundo, ao se rebelar, revoga esses estereótipos e rejeita as marcas impostas pela sociedade branca patriarcal, contestando os rótulos de "burra", "histeria", "puta" e "passiva", e reafirmando sua autonomia e identidade.

Dessa forma, é essencial que as vozes das mulheres subalternizadas ultrapassem as barreiras impostas pela lógica do cânone literário, criando representações alternativas que desestabilizem os padrões estabelecidos por uma longa tradição escrita e imposta por autores homens brancos no cânone ocidental. Se essa tradição é predominantemente branca, é necessário que novas figuras surjam para transformá-la. Surge a figura da mestiça, uma mulher que habita vários mundos simultaneamente, atravessando e desafiando fronteiras culturais e sociais. Ela é uma viajante constante, uma mulher em movimento, que transita por diversos espaços e identidades, rompendo as limitações impostas.

Diante dos apagamentos históricos e culturais impostos pela colonialidade dos saberes, novas vozes femininas emergem, tornando possível uma "sociologia das ausências", que visa transformar os objetos impossíveis em possíveis, convertendo as ausências em presenças.





Quando mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ ou outras minorias, que raramente são representadas pelos discursos midiáticos ou literários, conseguem publicar suas obras ou aparecer nas mídias que consomem, há uma ruptura significativa com as barreiras de representação. Através desse processo de autorrepresentação, esses corpos dissidentes deixam de ser coisificados e passam a ser reconhecidos como sujeitos, reivindicando seu espaço e sua voz na sociedade.

No conto, a situação entre Salinda e o companheiro se agrava quando, cinco anos antes, ele desconfia de Salinda com um colega do trabalho, submetendo-a, a partir de então, a um cárcere doméstico. Com medo de romper o relacionamento, a protagonista busca estratégias para sobreviver, tentando se defender e proteger os filhos das frequentes ameaças do marido. Com isso, percebemos como a protagonista se encontra confinada em um quadro de violência psicológica, no qual é perseguida, vigiada, questionada e ameaçada constantemente.

Em sua obra, Judith Butler (2003) expõe que o gênero é uma performance com consequências punitivas. “Os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero.” (BUTLER, 2003, p. 199). Salinda é um exemplo de personagem que sofre essa punição. Por não “performar” o que é esperado de uma “mulher”, a moça é violentada pelo marido.

No que diz respeito à violência de gênero, Sueli Carneiro (2003) aponta que, para além da violência doméstica e sexual, que alcançam todas as classes e grupos raciais, as mulheres negras enfrentam ainda outra dimensão do problema; uma forma específica de violência, nas palavras da autora: uma violência “invisível”, que está relacionada à limitação do trânsito afetivo destas mulheres. De acordo com Carneiro, o predomínio da branquitude no imaginário social compromete uma representação positiva da mulher negra, impactando, consequentemente, a sua autoestima e o pleno exercício de sua sexualidade.

Segundo Beatriz Nascimento (2006, p. 129), as possibilidades afetivas da mulher negra ficam restritas “[e]m uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até à branca)”. Ademais, a consolidação de um padrão de beleza e modelo romântico brancos dificulta também que as mulheres negras desenvolvam o amor-próprio e vejam em si mesmas qualidades que as permitam se reconhecer como merecedoras de afeto e cuidado.

Em “Beijo na face”, temos uma protagonista que, ao compartilhar a afetividade e a sexualidade com outra pessoa, reafirma em si mesma o merecimento e a dignidade desse amor. Isto é, o amor que Salinda estende à companheira é o mesmo que retorna a ela, na forma de autoamor. Assim, “por um repetir constante do eu te amo, declaração feita, muitas vezes, em





voz silenciosa, audível somente para dentro, fazendo com que o eco dessa fala se expandisse no interior mesmo do próprio declarante” (EVARISTO, 2014 p. 52), amar a outra significa, ao mesmo tempo, amar para dentro, amar a si mesma.

Dessa forma, é através do afeto e do desejo compartilhado entre duas mulheres negras – que se colocam à disposição uma da outra para satisfazer, reciprocamente, seus prazeres – que o corpo negro feminino é dignificado. Mais do que isso, é dignificado o corpo negro feminino desviante das normatizações dos gêneros, isto é, aquele corpo que subverte a premissa do continuum sexo-gênero-sexualidade (BUTLER, 2019). Com isso, a personagem de Evaristo nos permite refletir, conjuntamente às questões de gênero e raça, sobre a desnaturalização da heterossexualidade como destino de todas as mulheres, endossando as múltiplas possibilidades de expressar e experimentar as sexualidades e as afetividades.

O corpo negro feminino foi, historicamente, confinado à servidão, à punição física e à exploração sexual, com isso, o sentimento amoroso e a sexualidade foram negados às mulheres negras, fazendo com que elas fossem abandonadas às margens do mercado afetivo. Se para as mulheres negras o amor é lugar de interdito, para as mulheres negras cujas sexualidades subvertem os modelos vigentes heteronormativos, esse lugar é de completa ausência.

Como nos ensina Lélia Gonzalez, o lugar no qual está localizada a mulher negra define a forma como ela interpreta a dupla discriminação racial e de gênero. A autora declara: “Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZÁLEZ, 1984, p. 224). Assim como o sexismo e o racismo são experimentados de diferentes formas e em diferentes níveis de intensidade pelas mulheres negras em relação às mulheres brancas e aos homens negros, também a LGBT+fobia terá uma configuração diferente quando enfrentada pela mulher negra. “A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe” (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

A invisibilidade da mulher negra sáfica no mundo branco heterossexual, a que Glória Anzaldúa se refere, se estende, pois, à literatura. Pensar essa invisibilidade implica pensar sobre o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado enquanto sistemas de opressão que estruturam a sociedade e forjam identidades. Implica pensar, ainda, a concepção de uma feminilidade branca heterossexual enquanto norma a partir da qual se institui a noção do que significa ser “mulher”. Tais construções abarcam a academia, as produções literárias e todas as estruturas sociais de um modo geral. Nesse sentido, “Beijo na face” promove uma desestabilização dessas noções, trazendo uma narrativa contra hegemônica, na qual uma identidade marginalizada





desloca-se para o protagonismo e traz, para o centro do debate, a sua história, a validade do seu amor e a sua postura resoluta e insubmissa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista disso, “Beijo na face” subverte o cânone, desestabilizando estereótipos impostos pelo falocentrismo e diversificando as fronteiras de gênero, sexualidade, raça e etnia. Ao deslocar uma identidade triplamente oprimida, da invisibilidade para o protagonismo, a narrativa de Evaristo não apenas apresenta novas formas de amar como também positiva e legítima um amor desautorizado social e historicamente, o amor entre duas mulheres negras, um amor que é também um ato político e de resistência, pois promove profundas fissuras no sistema social racista e heterossexista.

A representação da relação amorosa entre Salina e sua amada, em “Beijo na face”, é marcada por grande sensibilidade lírica e, sobretudo, por um olhar contra hegemônico, que reafirma as múltiplas possibilidades de se viver as sexualidades e as afetividades, desestabilizando a noção da heterossexualidade como destino biológico para todas as mulheres. Ademais, Conceição Evaristo desconstrói a noção de que o amor, para as mulheres negras, é lugar de interdito.

A afetividade e a sexualidade, negadas historicamente às mulheres negras, são reapropriadas e narradas no conto segundo a visão de uma mulher negra que, ao vivenciar o amor e o prazer com outra mulher, também negra, reafirma em si mesma o merecimento e a dignidade desse amor. Amar sua igual significa, ao mesmo tempo, amar a si mesma.

O amor de Salinda e sua companheira é um gesto de insubmissão não apenas por ser um gesto de autoamor, mas porque resiste à matriz de opressão colonial, porque rejeita, ao mesmo tempo, a dominação brancocêntrica e heteronormativa e porque ousa desconstruir os discursos hegemônicos alicerçados no falocentrismo. O amor entre mulheres negras é, pois, um ato revolucionário.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 2000.

BERNARDES, Iara. **Gênero e poder: Uma análise sobre as relações entre homens e mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

BORDIEU, Pierre. **A distinção: Crítica social do julgamento**. Trad. Maria de Lourdes R. Silva. São Paulo: Ed. 34, 2017.





BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2003.

COSTA, Regina. **Feminismo e a luta por direitos: História e trajetória no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DUARTE, Renata. **A representatividade na literatura brasileira contemporânea**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

GOMES, Ângela. **Mulheres e desafios no campo da política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

GONZÁLEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, 1984.

GOUVEIA, Ana Lúcia. **A mulher negra e o movimento feminista no Brasil**. São Paulo: Ed. Almedina, 2015.

KIM, Marta. **Identidade e cultura: Reflexões sobre o feminino e o racial**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

LUCK, Regina. **O feminino na literatura e as narrativas da resistência**. São Paulo: Editora Scortecci, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. **A emoção da dignidade: Entre a opressão e a resistência**. São Paulo: Ed. Moderna, 2006.

SWAIN, Tânia Navarro. **Gênero e violência: O feminismo no Brasil e na África**. São Paulo: Editora 34, 2010.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Maria José X. de Araújo. São Paulo: Editora 34, 2019.





A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA) ATRELADA ÀS SUAS QUESTÕES AFETIVO-SEXUAIS

Pedro Lucas Negreiros Soares Cruz
Graduando de Psicologia – UFMA
pedro.negreiros@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Lucas Guimarães Cardoso de Sá
Doutor – UFSCar
lucas.gcs@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Diante do histórico de violência direcionada à comunidade LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais) ao longo dos anos, tanto pela comunidade científica, quanto pela sociedade geral, e dos alarmantes dados de homicídios a essa população no Brasil, indaga-se a respeito das possíveis afetações de ser LGBTQ+ na sociedade brasileira atual. Portanto, o presente estudo se trata de uma pesquisa quantitativa que objetiva comparar índices de saúde mental entre estudantes universitários heterossexuais cisgênero (pessoas que se atraem afetivo e sexualmente por pessoas do sexo oposto e se identificam com o sexo de nascimento) e da comunidade LGBTQ+. Para isso, foram coletados, via *Google Forms*, dados de estudantes de graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que responderam a um Questionário de Caracterização Simples e ao Teste DASS-21, objetivando a mensuração de Depressão, Ansiedade e Estresse. Na amostra, 51.2% dos participantes são da membros da comunidade LGBTQ+ e 48.8% são heterossexuais cisgênero. Os dados foram analisados quantitativamente através do *Teste t de Student*, utilizado para comparar médias entre grupos, e foram interpretados mediante contextualização com literatura especializada, em especial a Teoria do Estresse de Minorias, de Meyer. Os resultados dos dados coletados indicaram menores índices de saúde mental para os estudantes universitários que fazem parte da comunidade LGBTQ+. Assim, a pesquisa corrobora com estudos anteriores e discute o *status* de minoria sexual enquanto um causador de doença mental, fruto da violência social sofrida e dos processos de invisibilização e estigmatização.

Palavras-chave: Saúde Mental; Sexualidade; Grupos Minoritários.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 1952, é publicado pela primeira vez, nos Estado Unidos, o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM I) que, entre muitos outros transtornos, considerou a homossexualidade - na época, homossexualismo, com sufixo indicador de patologia - como uma doença mental dentre as perversões ou desvios de natureza sexual (Macedo, 2018). Foi somente na republicação de sua terceira edição, após a luta de diversos movimentos sociais, no ano de 1973, que a homossexualidade deixa o DSM. Com um atraso de dezessete anos em relação ao DSM, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retira a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no dia





17 de maio de 1990. A transexualidade, por sua vez, só é desconsiderada enquanto doença pela OMS em 2018, seis anos atrás da escrita deste texto (Welle, 2020).

Os dados apresentados se referem ao percurso de patologização e despatologização dos membros da comunidade LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais) e indicam, por si só, a forma como esse grupo era visto socialmente e pela comunidade científica. Além disso, revelam a desigualdade das lutas e reconhecimento LGBTQ+ (sigla diminuída para fins de leitura), dado que, apesar dos avanços apontados, fazem somente seis anos desde que pessoas trans e travestis deixaram de ser consideradas ‘doentes’ - um descompasso de 28 anos em relação aos outros membros da comunidade (lésbicas, gays e bissexuais - LGB). Assim, a trajetória dos membros da comunidade LGBTQ+, entre outras coisas, alinha a eles o termo de minorias sociais. Esse termo não é quantitativo, em número populacional, mas qualitativo, na medida em que se refere a minorias de poder na hierarquia social (Costa et al., 2020, p. 208).

Essa imposição de uma normalidade a ser seguida, outrora regulamentada pelos órgãos de saúde, e de uma convenção culturalmente aceita, se mantém pelos discursos conservadores, que tomam a conduta heterossexual como natural e superior, que regulam as práticas de gênero e que decifram o outro através da referência de sexualidade (Couto Júnior, Oswald e Pocahy, 2018, p. 130). Portanto, as mulheres e homens que se envolvem sexual e afetivamente, independente da identidade de gênero, com pessoas do mesmo sexo (lésbicas e gays, respectivamente) ou com pessoas de ambos os sexos (bissexuais), estão em desconformidade com o que a sociedade heteronormativa impõe (Ministério dos Direitos Humanos, 2018). Desse modo, a comunidade LGBTQ+ entra numa lógica inversamente proporcional: ultrapassa a normatividade, é mais do que a norma social vigente e, justamente por isso, é menos válida e aceita na teia social - quanto mais desviante do esperado, menos incluída.

Portanto, mesmo após um longo percurso e com o aumento das lutas sociais, a comunidade LGBTQ+ ainda é vítima do preconceito e da discriminação. Um dossiê divulgado pela organização não governamental (ONG) Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil apresentou 273 mortes de pessoas da comunidade no ano de 2022. Desse número, foram 228 assassinatos, 30 suicídios e 15 mortes por outras causas. Além disso, em 2023, a referida ONG contabilizou 230 mortes contra membros da comunidade.

Nessa linha de pensamento, se consideramos a definição de saúde mental de Almeida Filho, Coelho e Peres (1999, p. 123) enquanto a possibilidade de “emprego, satisfação no trabalho, vida cotidiana significativa, participação social, lazer, qualidade das redes sociais,





equidade, enfim, qualidade de vida”, então, a partir do percurso histórico e dados já expostos, é notável que a vulnerabilidade e o risco de ser LGBT+ no Brasil certamente influenciam nos níveis de bem estar e saúde mental dessa população. Tendo isso em vista, a ideia deste projeto nasce justamente a partir dos dados alarmantes de violência contra essa comunidade e da curiosidade em investigar como a realidade brasileira em pauta afeta a subjetividade desses sujeitos.

Sob essa ótica, ainda em 2003, o epidemiologista americano e estudioso da sexualidade humana Ilan H. Meyer, publicou um estudo sobre as questões conceituais e evidências de pesquisa relacionadas ao preconceito, saúde mental e estresse social em gays, lésbicas e bissexuais (LGB). Desse modo, o autor destaca que uma das formas de estresse social é chamada de *estresse de minorias*, uma categoria de sofrimento que está diretamente relacionada à posição social minoritária e estigmatizada que estes indivíduos se encontram. Meyer (2003, p. 676) define, ainda, esse tipo de estresse como único, portanto, um aditivo aos estressores gerais que outros grupos não-estigmatizados sofrem; crônico, pois está ligado a estruturas sociais e culturais estáveis; e de base social, já que decorre de processos sociais, institucionais e estruturais, independente de características biológicas, genéticas ou não-sociais.

Em sua teoria, o autor divide em três processos o estresse de minoria, sendo eles o estigma imposto, logo, as situações de agressão física e verbal, perseguição, exclusão, etc. motivadas pela orientação sexual; a homonegatividade internalizada, que se relaciona a vergonha e desconforto de ser o que se é, influenciado pelas atitudes sociais; e encobrimento da identidade sexual, quando o indivíduo esconde sua orientação por medo de retaliações nos âmbitos sociais (Meyer, 2003, p. 676; Costa et. al, 2020, p. 208). Em vista disso, a pesquisa de Meyer (2003, p. 679) evidenciou que pessoas LGB estão mais propensas a desenvolverem transtornos mentais devido a sua condição de minoria e as consequências atreladas a isso. Esse modelo de estresse é utilizado até hoje para pesquisas, inclusive adaptado à realidade brasileira e à vivência de pessoas trans e travestis.

Nessa mesma direção, uma pesquisa realizada mais recentemente em uma universidade pública não especificada no nordeste do Brasil, com estudantes da área da saúde, utilizou do modelo de estresse de minoria para estabelecer comparações entre a saúde mental dos estudantes de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. As escalas utilizadas visavam medir homofobia internalizada; preconceito contra a diversidade sexual e de gênero; depressão, ansiedade e estresse (a partir do DASS-21); e estresse percebido, aplicadas através de uma plataforma virtual. A partir disso, os resultados corroboraram o proposto por Meyer (2003) e apontaram que estudantes não-heterossexuais (LGBT) tiveram piores indicadores de saúde mental quando comparados aos estudantes heterossexuais e revelaram, ainda, uma correlação forte





entre esses indicadores e o preconceito contra a identidade sexual e de gênero (Cerqueira-Santos, Azevedo e Ramos, 2020, p. 16).

Além disso, resultados similares foram encontrados em uma outra pesquisa, fruto de uma tese de doutorado e realizada a partir dos relatos de dois meninos que se denominam gays. A pesquisa é qualitativa e reúne um compilado de experiências de homofobia sofridas pelos estudantes em seus ambientes escolares, executada através de conversas realizadas de modo online. As falas dos meninos participantes revelam o preconceito – muitas vezes velado e encoberto pela escola – por parte de professores, alunos e diretores, que os colocavam em uma posição de inferioridade em relação aos demais por não se encaixarem nos padrões heteronormativos. Portanto, as marcas e traumas gerados pela discriminação devido às suas orientações sexuais revelam a suscetibilidade dessas minorias, neste caso, os jovens homossexuais, de perda da saúde mental e qualidade de vida (Couto Júnior, Oswald, Pocahy, 2018, p. 134).

Outrossim, para além dos espaços físicos em que a discriminação aparece, as redes sociais também se tornaram ambientes inseguros para a comunidade LGBTQ+. É isso que mostra os resultados de uma pesquisa realizada a partir de um grupo do *Facebook* nomeado “Rio sem Homofobia - Grupo Público”, constantemente bombardeado de comentários violentos e de cunho homofóbico, principalmente por religiosos e conservadores. Dentre os comentários, os membros da comunidade LGBTQ+, entre outras coisas, foram chamados de “possessos pelo demônio, promíscuos e pedófilos”. O que se observa a partir disso é que mesmo em espaços de afirmação identitária, onde os membros deveriam sentir-se livres e seguros para se expressar, há violência social, que reforça o estigma contra as minorias em pauta e podem impactar diretamente na sua saúde emocional (Dantas e Pereira Neto, 2015, p. 34).

Diante disso, cabe a indagação: é possível dizer que o status de minoria sexual afeta a saúde mental dos estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)? Responder tal questionamento se faz importante e justifica a pesquisa na medida em que grupos historicamente marginalizados não recebem a devida atenção no que se refere às pautas de saúde e bem estar, servindo, dessa maneira, como um complemento de investigações anteriores e uma tentativa de construir diálogos acerca da realidade da comunidade LGBTQ+ nas universidades brasileiras e de um modo geral. Ademais, pode servir como forma de dar visibilidade à causa e à existência desses indivíduos, expandindo o debate à comunidade científica e produzindo materiais que tornem a prática psicológica inclusiva e vinculada à realidade histórico-social dos grupos brasileiros.

O objetivo geral desta pesquisa é, portanto, investigar a saúde mental dos estudantes da UFMA atrelada às suas questões afetivo-sexuais. O objetivo específico, por sua vez, será





comparar os índices de saúde mental de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ com o de pessoas de fora da comunidade, portanto, heterossexuais cisgênero (pessoas que se atraem afetivo e sexualmente por pessoas do sexo oposto e se identificam com o sexo de nascimento). A hipótese é de que os índices de saúde mental dos estudantes membros da comunidade LGBT+ serão inferiores ao dos estudantes heterossexuais cisgênero, devido ao seu status de minoria.

2. MÉTODO

2.1 Participantes

Compuseram a pesquisa 90 estudantes matriculados em cursos de graduação da Universidade Federal do Maranhão, com média de idade de 21.3 anos ($SD = 2.68$), em que o participante mais novo tinha 18 anos e o mais velho 32 anos. Para quantificar os participantes, foi utilizado o software “*G*Power*”, útil para calcular potências estatísticas. Os critérios estatísticos para o cálculo foram: pesquisa comparativa com hipótese bicaudal, tamanho de efeito 0.3, significância 0.05, poder 0.8 e proporção de grupos 1:1. Para os critérios de inclusão, os participantes da pesquisa deveriam estar matriculados em algum curso de graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Bacanga e ter mais de 18 anos. Os critérios de exclusão se referem aos participantes que apresentaram algum tipo de erro na aplicação do teste. A amostra foi não-probabilística, por conveniência. Mais detalhes sobre a amostra estão especificados na Tabela 1.

Tabela 1: Características dos participantes

Categoria	Porcentagem
Área do Curso	
Ciências Humanas	65.5
Ciências Sociais	25.5
Saúde	6.6
Exatas	2.2
Sexualidade/Identidade de gênero	
Heterossexual Cisgênero	48.8
LGBT+	51.2

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Questionário de Caracterização Simples, 2024.





2.2 Instrumentos

Foi utilizado um Questionário de caracterização Simples para a obtenção das informações de sexualidade, idade e curso em que está matriculado. Além disso, para a mensuração da saúde mental dos participantes da pesquisa, foi utilizado o Teste DASS-21 (Anexo A), escala que avaliou os níveis de Depressão, Ansiedade e Estresse dos participantes. O teste, criado por Peter Lovibond em 1995, foi adaptado para o português brasileiro e conta com 21 itens. Cada item possui 4 alternativas (de 0 a 3), que variam entre “Não se aplicou de maneira alguma”, “Aplicou-se em algum grau, ou por pouco de tempo”, “Aplicou-se em um grau considerável, ou por uma boa parte do tempo” e “Aplicou-se muito, ou na maioria do tempo”.

O critério de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foi de 0.949 e indicou que a adequação do modelo foi alta. O Alpha de Cronbach indicou bons resultados de consistência interna para as subescalas, com 0.92 para a subescala de depressão, 0.90 para a subescala de estresse e 0.86 para a subescala de ansiedade. Esses resultados também evidenciam que cada subescala mede o que se propõe a medir e que os participantes entenderam as proposições. Além do mais, indicam forte correlação do Teste DASS-21 com outras escalas semelhantes, como BDI, BAI e IDSSL (Vignola e Tucci, 2013, p. 106).

2.3 Procedimentos de coleta

Toda a parte de divulgação e coleta foi realizada de modo online. Assim, a pesquisa, que ocorreu via Formulários do *Google*, foi divulgada nas redes sociais, como grupos do *WhatsApp* e *Instagram*, através do link de acesso. Dessa forma, foi apresentado para os participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com os propósitos da pesquisa, benefícios, direitos, dentre outras coisas (Anexo B). O TCLE foi assinado para participação efetiva da pesquisa. Em seguida, foi aplicado o Teste DASS-21, que visa mensurar níveis de Depressão, Ansiedade e Estresse.

2.4 Delineamentos

A pesquisa se qualifica enquanto um estudo empírico quantitativo, de originalidade primária, realizada com humanos, mas sem intervenção, portanto, observacional. Ademais, o tipo de grupo é experimental, comparativo, sem aleatorização e inter sujeito. A pesquisa foi de período transversal, com direcionalidade retrospectiva, mascaramento aberto e local unicêntrico (Hochman et al., 2005, p. 3).





2.5 Análise de dados

O caminho analítico da pesquisa é quantitativo e a análise foi realizada a partir da diferença de grupos, que são independentes. Para isso, foi realizado o *Teste t de Student*, que é utilizado para comparar médias, geralmente entre dois grupos. Assim, o *t* do teste avalia se a média dos dois grupos estão iguais, e quanto maior o valor de *t*, maior a probabilidade de diferença entre os grupos - em outros termos, mede o quanto um grupo está longe do outro. O *p* (ou significância estatística) indica a probabilidade de diferença significativa ou não entre os grupos em análise; e o *d de Cohen*, por sua vez, indica o tamanho de efeito, uma medida objetiva e comparável da relevância entre as diferenças dos grupos (Iglesias e Valentini, 2021, p. 67).

3. RESULTADOS

As comparações entre grupos foram realizadas e indicaram que há diferença no grau de Depressão, Ansiedade e Estresse – portanto, de Saúde Mental – entre pessoas Heterossexuais Cisgênero e pessoas da comunidade LGBTQ+. A diferença foi significativa e os resultados revelam que o grupo LGBTQ+ possui menores indicadores de saúde mental do que pessoas Heterossexuais Cisgênero, já que obtiveram maior média para Depressão, Ansiedade e Estresse, com tamanho de efeito médio. Os detalhes dos dados obtidos podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2: Comparação de Médias de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21) Conforme Sexualidade/Identidade de Gênero.

	Sexualidade/Identidade de Gênero		<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>
	Heterossexual Cisgênero	LGBTQ+			
	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>			
Depressão, Ansiedade e Estresse	20.818 (13.34)	29.239 (13.84)	-2.938	.004	-0.619

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Teste DASS-21 e análise pelo Teste t de Student, 2024.

4. DISCUSSÃO

No que se trata das questões de saúde mental dos estudantes da Universidade Federal do Maranhão ligada às suas questões afetivo-sexuais, pôde-se perceber, através dos dados da amostra, que os estudantes universitários que são membros da comunidade LGBTQ+ sofrem mais impactos na sua saúde mental do que aqueles que se denominam heterossexuais cisgênero.





Dessa forma, os índices de Depressão, Ansiedade e Estresse dos grupos confirmam a hipótese inicial na medida em que revelam uma média maior para os estudantes LGBTQ+. Tal efeito pode se dar por questões próprias de pertencimento a minorias sociais que, quando adicionadas ao percurso universitário, podem agravar o estado de saúde mental. Assim, as questões de sexualidade e identidade de gênero não aparecem como um problema para as pessoas heterossexuais cisgênero, dado que estão de acordo com o que é posto como normativo, no ponto de vista social.

Entretanto, isso não significa que pessoas heterossexuais cisgênero não são atravessadas por outras problemáticas, inclusive com a própria identidade, mas revelam que o aspecto de sexualidade e identidade de gênero, algo basal à existência dos sujeitos e que traz efeitos diretos em todos os âmbitos da vida, diminui consideravelmente os estressores e fatores de doença, a depender da forma como as pessoas se identificam.

Além disso, trata-se de uma amostra composta por pessoas que, em relação à faixa etária, se encontram majoritariamente entre a saída da adolescência e início da vida adulta, período de grandes mudanças, adaptações e descobertas. Dessa forma, o fator sexualidade e identidade de gênero pode apresentar-se como um grande estressor, a depender dos contextos.

Os achados da pesquisa vão de encontro com resultados de outros estudos que se propuseram a pesquisar sobre o efeito de pertencer a população LGBTQ+ na saúde mental. Assim, é possível dizer que pessoas LGBTQ+, devido a sua condição de minoria e todas as consequências atreladas a esse status, são mais vulneráveis a possuírem algum tipo de transtorno mental, assim como Meyer (2003) indica em seu estudo teórico e de campo.

Ademais, a pesquisa corrobora o encontrado por Cerqueira-Santos, Azevedo e Ramos (2020) em uma universidade do nordeste do Brasil, apontando dados que revelam menor saúde mental em estudantes universitários não-heterossexuais, também através do Teste DASS-21. Além disso, os dados qualitativos da pesquisa de Couto Júnior, Oswald e Pocahy (2018), que revelam as marcas da homofobia sofrida durante a adolescência e deixam claro vivências causadoras de doença que afetam somente a população LGBTQ+, servem de apoio para os índices encontrados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou discorrer sobre a saúde mental dos estudantes da Universidade Federal do Maranhão atrelada às suas questões afetivo-sexuais, investigando a partir dos grupos de pessoas heterossexuais cisgênero e LGBTQ+. O objetivo era comparar os resultados fornecidos pelos grupos em questão através do DASS-21, teste que mede Depressão, Ansiedade e Estresse, e





verificar se os índices de saúde mental eram diferentes entre si. Assim, os resultados revelaram diferença entre os grupos, mostrando piores indicadores para a amostra de estudantes LGBT+.

A partir do exposto ao longo de todo o texto e com os resultados da pesquisa, nota-se a necessidade de discutir as vivências de pessoas LGBT+. Não há possibilidade de mudança sem engajamento social e, ao colocar as pautas de violência, desigualdade, saúde e doença mental em voga, caminha-se um pouco na direção do que se deseja. Dessa forma, a divulgação de estudos e dados pode contribuir para a conscientização da realidade em que se vive. Além disso, valida vivências e existências de sujeitos que são cotidianamente invisibilizados. Para a Psicologia, fornece indicadores que complementam pesquisas anteriormente realizadas e fomenta novos estudos, discussões, observações na própria UFMA e em outros contextos.

Apesar dos muitos alunos de diversas áreas que estudam na Universidade Federal do Maranhão (Campus Bacanga), a amostra não foi grande, de modo a não abarcar alunos de todas as áreas. A coleta foi divulgada somente por meio das redes sociais, o que pode diminuir o alcance da pesquisa. Para mais, a amostra não foi tão diversa entre os membros da comunidade LGBT+, com pouca adesão de pessoas transexuais e travestis, por exemplo, o que pode comprometer os dados quando se fala na totalidade dos grupos. A pesquisa também não contou com perguntas sobre gênero separadamente, o que impede a separação entre homens e mulheres heterossexuais cisgênero – que, certamente, possuem vivências diferentes – e que impossibilita análises mais aprofundadas.

Para isso, é possível pensar em possibilidades em estudos futuros. Assim, seguindo a linha do proposto neste trabalho, é possível aumentar o número de participantes da amostra e incluir outros campi da UFMA, de outras cidades, a fim de obter-se dados que realmente falem pela instituição. As formas de coleta também poderiam ser incentivadas pelos meios de comunicação oficiais da Universidade e espalhadas em cartazes pelos prédios. No mais, com maior tempo de divulgação e alcance, os grupos participantes podem se equiparar ou chegar perto disso. Por fim, por se tratar de fatores que causam danos à saúde mental, a pesquisa pode incluir recortes de gênero, raça, etnia, classe social e outros fatores que permitam expandir o entendimento da sexualidade em um contexto multifacetado, já que há outros estressores e problemáticas que entram na dinâmica de saúde e doença e que precisam ser lembrados.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; AZEVEDO, Hanna Valença Pereira; DE MIRANDA RAMOS, Mozer. **Preconceito e saúde mental**: estresse de minoria em jovens universitários. Revista de Psicologia da IMED, v. 12, n. 2, p. 7-21, 2020.





COSTA, Angelo Brandelli et al. **Protocolo para avaliar o estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais**. Psico-USF, v. 25, n. 2, p. 207-222, 2020.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro do; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos; POCAHY, Fernando Altair. **Gênero, sexualidade e juventude (s)**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 18, p. 124-137, 2018.

DANTAS, M. L. G.; PEREIRA NETO, A. de F. **O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no facebook Rio sem Homofobia-Grupo Público**. 2015.

DE ALMEIDA FILHO, Naomar; COELHO, Maria Thereza Ávila; PERES, Maria Fernanda Tourinho. **O conceito de saúde mental**. Revista Usp, n. 43, p. 100-125, 1999.

DOSSIÊ contabiliza 273 mortes violentas de pessoas LGBTI+ em 2022. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/dossie-contabiliza-273-mortes-violentas-de-pessoas-lgbti-em-2022>>. Acesso em: 07 de out. de 2024.

DOSSIÊ denuncia 230 mortes e violências de pessoas LGBT em 2023. Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, 2024. Disponível em: <<https://observatoriomortesviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2023/>>. Acesso em: 07 de out. de 2024.

HOCHMAN, Bernardo et al. **Desenhos de pesquisa**. Acta cirúrgica brasileira, v. 20, p. 2-9, 2005.

IGLESIAS, F; VALENTINI, F. **Testes t para amostras independentes e pareadas**. In: Tutoriais em análise de dados aplicados à Psicometria. Petrópolis: Editora Vorazes, [s.d.]. p. 64–73, 2021.

MACEDO, Cleber. **Linha do Tempo**. CLAM, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://clam.org.br/campanhas-e-direitos/linha-do-tempo/20533/>>. Acesso em: 07 de out. de 2024.

MEYER, Ilan H. **Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence**. Psychological bulletin, v. 129, n. 5, p. 674, 2003.

Ministério dos Direitos Humanos (2018). **Manual Orientador sobre Diversidade** (1ª ed.). Brasília, DF: Autor.

VIGNOLA, Rose Claudia Batistelli; TUCCI, Adriana Marcassa. **Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese**. Journal of affective disorders, v. 155, p. 104-109, 2014.

WELLE, Deutsche. **Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças – Diversidade**. Carta Capital, [S.l.], 17 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/>>. Acesso em: 07 de out. de 2024.





ANÁLISE DA VIOLÊNCIA E LETALIDADE CONTRA PESSOAS LGBTQIAPN+ NO ESTADO DO MARANHÃO A PARTIR DA LEITURA DE “TÁ LÁ O CORPO ESTENDIDO NO CHÃO...”: A VIOLÊNCIA LETAL CONTRA TRAVESTIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Brenda Vitória Portela Araújo Soares
Graduanda em Ciências Sociais - UEMA
portelabrenda3@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Rarielle Rodrigues Lima
Doutora em Ciências Sociais – UFMA
rariellerodrigues@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: Em uma análise primária para a escrita desse trabalho, tomo como referência bibliográfica o artigo “Tá lá o corpo estendido no chão...” a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro, em que Carrara e Vianna (2006) aprofundam-se na análise da violência e letalidade direcionada a gays e travestis, destacando nuances essenciais. Carrara e Vianna (2006) examinam minuciosamente o perfil social das vítimas, as características distintivas dos crimes e, de maneira crucial, exploram como esses casos são tratados tanto pela polícia quanto nas instâncias judiciais, demonstrando a importância de investigar os matizes da violência homofóbica, evidenciando que as relações entre cor, classe e gênero desempenham um papel central na forma como essa violência é perpetrada, socialmente codificada e, por fim, sancionada judicialmente. Assim, objetivo com este trabalho construir a análise dos casos de assassinato de pessoas LGBTQIAPN+¹ utilizando o caminho metodológico de Carrara e Vianna (2006), para isso tomarei como contexto, o assassinato brutal de quatro travestis no estado do Maranhão de 2020 a 2022, e mais recentemente, o lesbocídio de uma jovem desfem no interior do estado no final de 2023. Todos os casos foram poucos divulgados pela mídia, assim como a maioria permanece sem divulgação de conclusão na justiça, o que revela o descaso de investigação criminal a violências homofóbicas no Maranhão. Esses casos destacam a vulnerabilidade das pessoas transexuais e gays a violência e crimes hediondos, que apesar de mais de uma década após os estudos de Carrara e Vianna (2006), ainda é constante não só no Rio de Janeiro e Maranhão, mas em todo Brasil.

Palavras-chave: Violência; Letalidade; Homofobia; Maranhão.

1. INTRODUÇÃO

A violência letal contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil continua sendo um tema de extrema gravidade, destacando padrões históricos de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade. Apesar de avanços legislativos e maior visibilidade da pauta LGBTQIAPN+ nos últimos anos, o país ainda registra números alarmantes de assassinatos motivados por preconceito e ódio.

¹ Siglas que abrangem pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.





Essas mortes revelam não apenas a fragilidade das políticas públicas voltadas para a proteção dessa população, mas também a perpetuação de práticas discriminatórias em diferentes esferas sociais, incluindo o sistema de segurança pública e o judiciário. Diante desse cenário, a compreensão das dinâmicas que envolvem a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ é crucial para problematizar e combater a cultura de marginalização e impunidade.

Este trabalho utiliza como principal base teórica o artigo de Carrara e Vianna (2006), “Tá lá o corpo estendido no chão...” A Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro, uma análise pioneira sobre a letalidade direcionada a gays e travestis. No estudo, os autores aprofundam-se em três dimensões fundamentais: o perfil social das vítimas, as características dos crimes e os desdobramentos nos âmbitos policial e judicial. A abordagem dos autores ressalta como as interseções entre cor, classe e gênero desempenham papéis centrais na perpetuação da violência, refletindo um cenário em que essas categorias são determinantes tanto na execução dos crimes quanto na forma como eles são tratados pelas instituições.

Carrara e Vianna (2006) evidenciam, ainda, como a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ é socialmente codificada, ou seja, fundamentada em estereótipos e estigmas que associam essas identidades a “desvios” de comportamento. As travestis, por exemplo, são frequentemente percebidas como duplamente desviantes – por questões de gênero e sexualidade –, o que não apenas as torna alvos preferenciais de crimes de ódio, mas também contribui para que esses crimes sejam vistos com indiferença por grande parte da sociedade e do sistema de justiça. Essa codificação social reforça a impunidade, perpetuando um ciclo em que a vulnerabilidade das vítimas é naturalizada e sua luta por justiça, frequentemente negligenciada.

Ao adotar as reflexões de Carrara e Vianna (2006) como marco teórico, este trabalho busca compreender como esses padrões de violência se repetem em diferentes contextos e épocas, mesmo após mais de uma década da publicação do estudo. A análise proposta tem como foco casos ocorridos no estado do Maranhão, cujas especificidades permitem ampliar a discussão sobre o impacto do preconceito e da exclusão social na perpetuação da violência contra a população LGBTQIAPN+. Dessa forma, o objetivo central é contribuir para o entendimento dos processos que sustentam essa violência, questionando as limitações das respostas institucionais e apontando caminhos para ações mais efetivas de enfrentamento.

1.1 A luz do caso do estado do Maranhão

Segundo Carrara e Vianna (2006) no cenário das grandes cidades brasileiras, indivíduos cuja identidade não-heterossexual se destaca, muitas vezes por meio de características de gênero





não alinhadas com o sexo atribuído ao nascimento, enfrentam uma incidência proporcionalmente maior de violência e discriminação. A análise foca nas travestis, destacando que a desestabilização provocada por sua expressão de gênero as torna alvos preferenciais de violência homofóbica, influenciada por estereótipos negativos sobre homossexualidade. Carrara e Vianna (2006) não apenas buscaram compreender os contextos sociais em que homossexuais são vitimados, mas também examinaram de qual maneira as instituições policiais e judiciais respondem a essa violência, especialmente quando a vítima é uma travesti. Os dados analisados por Carrara e Vianna (2006), tomando como base a classificação de cor atribuída por policiais e médicos legistas, puderam concluir que entre as travestis vitimadas há predominância de pretas e pardas, ou seja, negras, um indicativo de seu pertencimento às classes mais pobres da sociedade brasileira. Enquanto entre os gays, ou seja, homossexuais que não exibem tão claramente as marcas de sua “diferença”, predominam indivíduos classificados como brancos, com alta escolaridade e pertencentes às camadas médias urbanas (Carrara e Vianna, 2006).

Ainda com base nos dados analisados por Carrara e Vianna (2006), ao contrário das travestis, os gays são frequentemente vítimas letais em ambientes domésticos, sofrendo ataques com arma branca, asfixia ou objeto contundente (60,7% dos casos), predominantemente associados a crimes por motivação financeira. Já os assassinatos de travestis ocorrem mais comumente nas ruas, envolvendo arma de fogo (68% dos casos), majoritariamente configurados como crimes de execução. Surpreendentemente, a maioria dos casos de execução é arquivada (78%), indicando muita impunidade, o que justifica uma investigação aprofundada sobre a construção dessa impunidade. A respeito da idade das vítimas, em sua maioria tem idade inferior a 35 anos (Carrara e Vianna, 2006). Tais dados revelam o assassinato massivo de jovens LGBTQIA+ pobres e negros e o descaso da mídia, da polícia e do poder Judiciário para a resolução desses crimes hediondos. Nas palavras de Carrara e Vianna (2006), a baixa resolução dos casos de execução parece ser condicionada por um conjunto de fatores, entre os quais gênero e classe social, que se entrelaçam para colocar as travestis e homossexuais entre os grupos socialmente mais desfavorecidos.

Embora todas as informações expostas por Carrara e Vianna (2006) sejam a respeito do Município do Rio de Janeiro há mais de uma década atrás, a homofobia e a violenta letalidade de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente de travestis, gays e lésbicas ocorrem com frequência no Estado do Maranhão. Segundo o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ (2023), o Maranhão está entre os 6 estados do Brasil que mais matam pessoas desse grupo, por milhão de habitantes, enquanto o Brasil lidera o ranking que mais mata pessoas trans, de acordo com a ONU. Apesar da Lei 8.444, 2006, no Maranhão, que penaliza a prática de discriminação em virtude de orientação sexual, em 2022

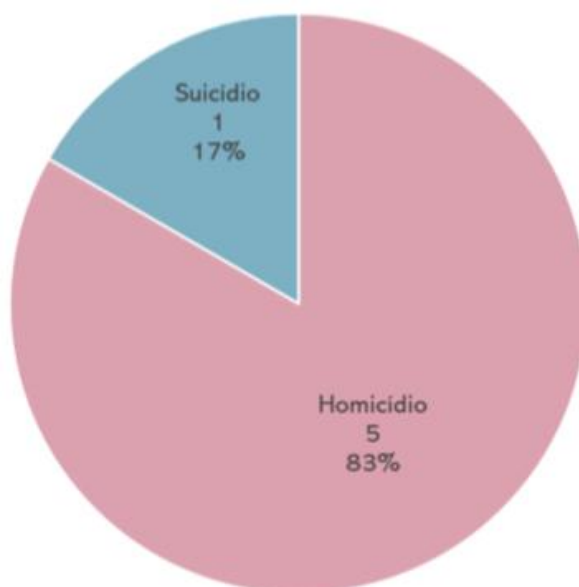




ocorreram cinco homicídios contra pessoas LGBTI+ no estado, e uma morte por suicídio, conforme o documento do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ (2023).

A respeito do perfil e detalhamento das ocorrências da violência letal considerada pelo Boletim de Mortes e Violências contra LGBTI+, inclui a prática de homicídio contra pessoas trans e travesti e suicídios consumados, os dados coletados pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ (2023) se referem à situação seis vítimas no Maranhão, levantamento feito a partir do cenário de subnotificações existentes no estado e em todo território nacional. Assim, conforme o Boletim, verifica-se no Gráfico 1, dos seis casos de violência letal, em cinco ocorreu o crime de homicídio (83,33%) e em 01 (caso) a morte por suicídio (16,67%).

Gráfico 1 – Tipificação da violência letal



Fonte: Boletim de Mortes e Violências contra LGBTI+, 2023.

Quanto ao local em que ocorreram as violências letais, foi identificado que 3 dos casos ocorreram na cidade de São Luís/MA (50%). As cidades de Raposa, Serrano do Maranhão e Timon registraram cada um 1 caso de violência letal (16,66%).





Quadro 1 – Ranking da violência letal por cidades em 2022

RANKING	CIDADE	QUANTITATIVO	PORCENTAGEM
1º	São Luís	3	50%
2º	Raposa	1	16,66%
3º	Serrano do Maranhão	1	16,66%
4º	Timon	1	16,66%
	TOTAL		100%

Fonte: Boletim de Mortes e Violências contra LGBTI+, 2023.

Abaixo, no quadro se verifica o bairro ou localização específica em que as violências letais foram cometidas em cada município.

Quadro 2 – Localização específica em que as violências letais ocorreram

CIDADE	BAIRRO/LOCALIZAÇÃO
São Luís	Cidade Operária Jardim das Margaridas São Francisco
Raposa	Vila Maresia
Serrano do Maranhão	Povoado Deus Bensabe
Timon	Centro

Fonte: Boletim de Mortes e Violências contra LGBTI+, 2023.

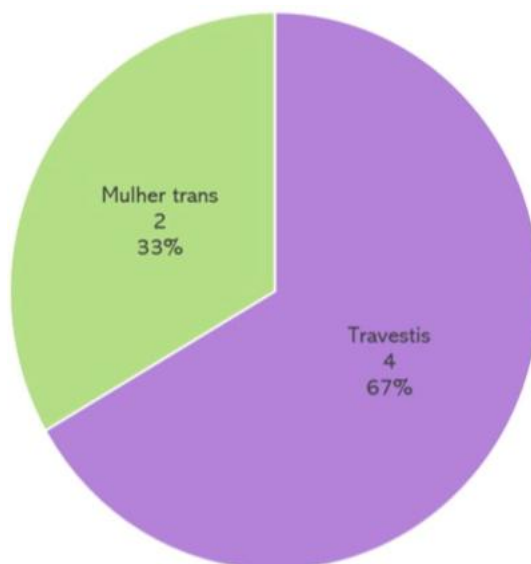
Quanto a caracterização do perfil das vítimas, o boletim colheu informações em fontes diversas como matérias de jornais, blogs e contatos com pessoas que testemunharam e/ou possuíam contato direto, mas também indireto com as vítimas e concluiu que os casos ocorridos de mortes de pessoas trans e travestis ainda são pouco noticiados ou mesmo não sinalizam informações completas sobre o fato, ou seja, desconfia que exista muito mais casos. A busca de elementos que possam colaborar o colhimento de dados é inconclusiva, mas ainda assim não pode deixar de ser apresentada, visto que são esses dados que mostram para a sociedade a extrema vulnerabilidade dos corpos e a ausência de importância ou mesmo de proteção dada a essas pessoas em nossa sociedade. Dessa forma, dos 6 casos de morte de pessoas trans, que é de conhecimento deste observatório, ocorridas no estado do Maranhão, 02 (duas), ou seja, 33,33% se identificavam como mulher trans e 04 (quatro) equivalente a 66,67% dos fatos eram pessoas travestis. Diante dessa





caracterização, observa-se que em 100% dos casos trata-se da morte de pessoas do gênero feminino, corroborando com a vulnerabilidade dessa população no país.

Gráfico 3 – Tipificação da violência letal por identidade de gênero



Fonte: Boletim de Mortes e Violências contra LGBTI+, 2023.

1.1.1. Em memória: As vidas interrompidas pela violência brutal

Em setembro de 2020, Natasha Nascimento, uma travesti de 29 anos, parda, foi brutalmente espancada até a morte por cinco pessoas enquanto passava pela BR-316, no município de São Luís Gonzaga – MA. Natascha teve seis costelas quebradas, o maxilar deslocado e várias fraturas pelo corpo. Ela ficou internada por duas semanas no Hospital Dr. Carlos Macieira, em São Luís, mas não resistiu à gravidade da agressão e faleceu. O caso não foi muito divulgado pela mídia, dois homens e três mulheres foram apontados como principais suspeitos, três foram presos após duas semanas do ocorrido, duas mulheres foram julgadas após 8 meses do crime. Não se tem notícias sobre a conclusão do caso. Natascha não é um caso isolado de violência transfóbica. Nos primeiros meses de 2022, três travestis foram mortas brutalmente no Maranhão. No dia 23 de janeiro, Paulinha, de 31 anos, foi assassinada a pedradas, pauladas e a golpe de facas na praça Higino Cunha, no bairro Formosa, no município de Timon. O suspeito foi identificado e preso. Gabrielly Monteiro foi morta no dia 22 de fevereiro, foi encontrada morta na quitinete do assassino, no bairro Jardim das Margaridas, em São Luís. O suspeito também foi identificado e preso. No dia 15 de março, Soraia, de 59 anos, foi morta a golpe de facas na Vila Maresia, no município de Raposa, região Metropolitana de São Luís. Os outros crimes ocorreram em Serrano, no dia 1º de janeiro; e em São Luís no dia 29 de novembro. Todas as





vítimas eram pessoas transexuais jovens e negras, assassinadas brutalmente por serem quem são. Não há mais informações sobre o desenvolvimento dos casos no Tribunal de Justiça disponível na mídia. Aparentemente, há uma diferença entre o contexto dos crimes relacionados a homofobia e transfobia no município do Rio de Janeiro há mais de uma década atrás e os recentes no estado do Maranhão, aos quais as autoridades prenderam os envolvidos, demonstrando menos descaso com os crimes transfóbicos, embora não se tenha informações se os casos foram arquivados ou se os suspeitos foram julgados culpados ou inocentados.

Ainda trazendo exposições a luz do caso, no início de dezembro de 2023, Carol Campêlo, de 21 anos, lésbica desfem foi encontrada morta e com diversos sinais de tortura no município de Maranhãozinho – MA. A jovem desapareceu após voltar ao trabalho e teve a pele do rosto, couro cabeludo, olhos e orelhas arrancados – sinais claros de tortura. A morte de Carol, embora pouco divulgada pelas grandes mídias, escancarou a invisibilidade do lesbocídio, em outras palavras, expôs a violência letal a qual mulheres lésbicas estão expostas no 6º estado que mais mata pessoas LGBTQIA+ no Brasil.

A morte de Ana Caroline, conhecida como Carol, trouxe à tona a realidade alarmante da violência letal contra mulheres lésbicas, evidenciando o contexto de vulnerabilidade no qual se encontram no Brasil. O Maranhão, identificado como o sexto estado com maior número de mortes de pessoas LGBTQIAPN+ no país, tornou-se palco de um crime que mobilizou familiares, entidades de defesa dos direitos LGBTQIAPN+ e ativistas. Juntos, eles reivindicam a classificação do caso como lesbocídio – termo que descreve homicídios motivados pelo ódio a mulheres lésbicas, denunciando a interseccionalidade de gênero e orientação sexual na motivação dos crimes.

Em 16 de fevereiro de 2024, a Perícia Oficial do Maranhão realizou a exumação do corpo de Ana Caroline, uma decisão tomada após determinação judicial. A solicitação partiu da Polícia Civil, que apontou falhas no procedimento inicial, já que o corpo da vítima foi sepultado sem a realização de exames periciais essenciais para esclarecer as circunstâncias do crime. Tal omissão reforçou as críticas de ativistas e especialistas quanto à negligência do sistema de justiça em casos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

A brutalidade do caso gerou protestos em diversas cidades do país e uma manifestação contundente da ministra da Mulher, Cida Gonçalves, que classificou o assassinato de Carol como um ato de lesbofobia e crime de ódio contra mulheres. Durante os atos, manifestantes cobraram respostas concretas da Polícia Civil do Maranhão, questionando, entre outros pontos, a ausência de perícia na bolsa supostamente utilizada como instrumento para enforcar a vítima. Além disso, os protestos





trouxeram à tona a necessidade urgente de avanços legislativos que garantam proteção efetiva às mulheres lésbicas, cujos direitos ainda enfrentam fragilidades institucionais.

A morte de Carol tornou-se um símbolo da luta por justiça e pela visibilidade das violências estruturais que atingem mulheres lésbicas, chamando atenção para a importância do reconhecimento e da tipificação do lesbocídio como forma de combate à impunidade.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises à luz do caso evidenciam a contínua vulnerabilidade de pessoas transsexuais e gays à violência e a crimes hediondos, um cenário que, mesmo após mais de uma década dos estudos de Carrara e Vianna (2006), permanece alarmante não apenas no Rio de Janeiro e no Maranhão, mas em todo o Brasil. Carrara e Vianna (2006) destacam que a identidade “travesti” frequentemente figura como o principal motivo para execuções, caracterizando crimes de ódio enraizados em preconceitos que reforçam a desordem urbana e a percepção dessas pessoas como “duplamente desviantes”, tanto em gênero quanto em sexualidade.

De forma semelhante, a morte de Carol, uma jovem lésbica que não correspondia ao padrão de feminilidade imposto socialmente, evidencia a intersecção de preconceitos: sua sexualidade e sua expressão de gênero destoante dos padrões heteronormativos a tornaram alvo de uma dupla punição. Conforme Carrara e Vianna (2006), a indiferença das esferas policial e judicial reflete estigmas profundamente negativos contra pessoas LGBTQIAPN+, especialmente quando estas desafiam as normas hegemônicas de gênero e sexualidade. Essa marginalização estrutural não apenas perpetua a violência, mas também dificulta a busca por justiça, reiterando a necessidade de transformações urgentes no sistema de proteção e nos padrões sociais que regem a percepção e o tratamento dessas pessoas.

Para a polícia e a sociedade, o não reconhecimento do real número de pessoas LGBTQIAPN+ assassinadas está profundamente ligado à negação sistemática da existência dessas pessoas. Essa invisibilização ocorre tanto no registro formal dos crimes quanto na maneira como eles são interpretados pelas autoridades e pela opinião pública. A ausência de categorização adequada, como o não reconhecimento de lesbocídios ou transfeminicídios, revela um esforço tácito de apagar as identidades LGBTQIAPN+, tratando os casos como episódios isolados ou crimes comuns, desvinculados de motivações de ódio e preconceito.

Esse apagamento é reforçado pela insistência em ignorar a diversidade de orientações e expressões de gênero, refletindo a dificuldade da sociedade em aceitar a legitimidade e a humanidade dessas identidades. Para muitas instituições, reconhecer plenamente a existência de pessoas LGBTQIAPN+ significaria admitir a profundidade das violências estruturais e enfrentar um





histórico de negligência e preconceito que permeia o sistema de segurança pública e a justiça. Essa negação, portanto, perpetua a marginalização, impedindo que as mortes sejam vistas como parte de um padrão maior de violência motivada por homofobia, transfobia ou lesbofobia.

A consequência direta é que o número oficial de mortes nunca reflete a realidade vivida pela população LGBTQIAPN+, especialmente por grupos mais vulneráveis, como travestis, pessoas trans e lésbicas desfeminizadas. Além disso, a ausência de dados concretos contribui para a perpetuação da impunidade e do descaso, dificultando ações de enfrentamento e políticas públicas que realmente protejam essas vidas. A invisibilidade é, portanto, uma forma de violência institucional que aprofunda o ciclo de exclusão e vulnerabilidade dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “**Tá lá o corpo estendido no chão...**”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):233-249, 2006.

Caso Natasha Nascimento: acusadas da morte de transexual brutalmente espancada são julgadas no MA. Por **G1 – MA**, São Luís, 02/08/2023. Acessado em 04 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/ma/maranhao/noticia/2023/08/02/caso-natasha-nascimento-acusadas-da-morte-de-transexual-brutalmente-espancada-sao-julgadas-no-ma.ghtml>

Jovem lésbica é brutalmente assassinada após sair do trabalho em Maranhãozinho (MA). **Afirmativa Notícias**. 19/12/2023. Acessado em: 05 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/jovem-lesbica-e-brutalmente-assassinada-apos-sair-do-trabalho-em-maranhaozinho-ma/>

Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão. **Boletim 2022 de Violência Letal da População Trans e Travesti**. São Luís – MA, 2023.

Violência contra LGBTI+: Maranhão entre os 6 estados com mais mortes. **O Imparcial**, Por Patrícia Cunha, 20 de maio de 2023. Acessado em: 04 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2023/05/violencia-contralgbti-maranhao-entre-os-6-estados-com-mais-mortes/?amp>





ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES COM DELINEAMENTO GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Victoria Amorim Silva

Mestranda – UFMA

victoria.amorim@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Hayanne Galvão Pereira Alves

Mestranda – UFMA

hayanne.galvao@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Juliana Ferreira Martins

Mestranda – UFMA

juliana.fm@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Lorena Coutinho Lima

Mestranda – UFMA

lorena.coutinho@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Dayse Marinho Martins

Doutora em Políticas Públicas – UFMA

Doutora em História – UFMA

dayse.mm@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi criado com base no parecer favorável da CAPES em 17 de novembro de 2011, com o objetivo de formar pesquisadores que trabalham em prol da ampliação e do fomento de pesquisas, tendo como Área de Concentração o campo temático da Psicologia. O programa desenvolve atividades de ensino em três Linhas de Pesquisa: Avaliação e Clínica Psicológica, Trabalho, Saúde e Subjetividade e História, Epistemologia e Fenômenos Psicológicos. Desde a sua criação, o programa tem em seu histórico diversos temas em investigação por parte de seus pesquisadores, mas é importante frisar que algumas categorias de pesquisa ainda merecem maior ampliação, para que possam refletir as demandas sociais e acadêmicas contemporâneas. As perspectivas de gênero e sexualidade, em particular, fazem parte dessa categoria que carecem de mais estudos. O objetivo deste estudo é analisar as dissertações defendidas no programa que possuem como descritores: “gênero” e “sexualidade”, buscando identificar tendências, lacunas e contribuições significativas para o campo da psicologia. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, que será realizada no Repositório de Teses e Dissertações da UFMA, tendo como filtro os trabalhos publicados no PPGPSI, que possuam como palavras-chave: “gênero” e “sexualidade”. Serão analisadas dissertações defendidas entre os anos de 2012 e 2024, totalizando 9 trabalhos com o descritor “gênero” e 4 trabalhos com o descritor “sexualidade”, sendo 2 abrangendo os dois descritores. Os resultados preliminares indicam que as dissertações abordam uma variedade de temas que se relacionam com as categorias, a análise revela uma evolução nas abordagens teóricas e metodológicas ao longo dos anos, com um aumento na utilização de perspectivas interseccionais e metodologias qualitativas no que se refere aos estudos de gênero. Conclui-se que o programa tem contribuído para o avanço dos estudos de gênero na psicologia, oferecendo insights valiosos para a academia e para a sociedade em geral. No





entanto, ainda é necessário ampliar o enfoque nos estudos que possuam como perspectiva os estudos de gênero e de sexualidade, não só como categoria de classificação, mas como referencial teórico e epistemológico que requerem maior investigação, especialmente no que diz respeito à aplicação prática das pesquisas e à inclusão de vozes marginalizadas.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Psicologia; Dissertações.

1. INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento científico é essencial para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas e sensíveis às demandas sociais, especialmente em áreas como a psicologia, que lida diretamente com as complexas interações humanas e com os determinantes culturais que moldam identidades e comportamentos.

A partir dessa perspectiva, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), instituído com o parecer favorável da CAPES em 2011, tem como principal objetivo a formação de pesquisadores e a promoção de investigações que atendam às necessidades acadêmicas e sociais contemporâneas. Tendo como Área de Concentração a Psicologia, o programa é estruturado em três linhas de pesquisa: (a) Avaliação e Clínica Psicológica; (b) Trabalho, Saúde e Subjetividade; e (c) História, Epistemologia e Fenômenos Psicológicos.

Como campo do conhecimento, a psicologia possui diferentes maneiras de compreender o ser humano, bem como, os temas que afetam e penetram as relações humanas. Essa compreensão pode ser por uma perspectiva comportamental, humanista, de orientação psicanalítica, cognitiva-comportamental, existencialista, dentre outras possibilidades. Mesmo com as distintas formas de compreensão, Bock (1999) expõe que a ciência psicológica deve estar atenta às mudanças sociais e políticas do país, mantendo o seu compromisso social a partir de sua práxis.

Diante disso, como campo do saber científico e também de poder, a Psicologia - para além de pautar questões de gênero e sexualidade - vem sendo requerida a se posicionar contra posturas e manifestações que reforçam discursos LGBTfóbicos, machistas, misóginos, sexistas e tantas outras formas de violência e exclusão social, justamente pelo fato desta ciência considerar a pessoa a partir de sua individualidade, e se afasta da premissa do sujeito que é universal (AMARAL; RIBEIRO; BARROS, 2022).

Dentro das discussões científicas, autoras como Butler (2018) e Louro (2004) caracterizam gênero e sexualidade como sendo construções sociais e culturais multifacetadas, caracterizadas pela instabilidade e fluidez. A perspectiva de Butler (2018) sobre a performatividade de





gênero desafia as noções de identidades fixas e normativas, propondo que o gênero não é uma essência, mas uma prática reiterada que conforma expectativas e papéis sociais.

Por sua vez, Louro (2004) aponta que as identidades de gênero e sexuais, fragmentadas e instáveis, são moldadas no contexto histórico-cultural, sendo reconfiguradas por relações de poder e hegemonia. Em um contexto de sociedade heterocisnormativa, algumas identidades frequentemente enfrentam processos de exclusão, configurando uma produção de marginalidade que impacta profundamente as populações, sobretudo mulheres e pessoas LGBTQIA+.

No Brasil, a psicologia tem mostrado avanços no reconhecimento das questões de gênero e sexualidade, mas ainda há lacunas que dificultam uma abordagem inclusiva e crítica tanto no âmbito acadêmico quanto na prática profissional (MUSSI, 2022). O presente estudo, ao propor uma análise das dissertações defendidas no PPGPSI/UFMA entre 2012 e 2024, busca analisar as dissertações defendidas no programa que possuem como descritores: “gênero” e “sexualidade”, buscando identificar tendências, lacunas e contribuições significativas para o campo da psicologia. Com isso, espera-se contribuir para o debate acadêmico sobre a ampliação do foco em gênero e sexualidade como categorias epistemológicas no PPGPSI/UFMA, auxiliando na construção de uma psicologia crítica e atenta às realidades diversas e complexas da sociedade atual.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, cuja natureza privilegia a compreensão aprofundada de fenômenos sociais e culturais por meio da análise de contextos específicos. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa é especialmente útil para explorar e interpretar significados subjetivos e sociais, o que justifica sua aplicação no estudo em questão. O método utilizado é bibliográfico, com foco na análise das dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI).

Inicialmente, foram estabelecidos critérios específicos de inclusão, restringindo a pesquisa a dissertações disponíveis no Repositório de Teses e Dissertações da UFMA e produzidas exclusivamente no âmbito do PPGPSI. O período de análise foi delimitado entre os anos de 2012 e 2024, compreendendo 12 anos de produção acadêmica do programa. Na interface de busca, aplicou-se o filtro "Programa de Pós-Graduação em Psicologia", inseriu-se os descritores "gênero" e "sexualidade" no campo de palavras-chave, totalizando 9 trabalhos com o descritor "gênero" e 4 trabalhos com o descritor "sexualidade", sendo 2 abrangendo os dois descritores. Os trabalhos foram registrados em uma planilha de controle para uma organização preliminar





e sistematização dos dados. A planilha foi alimentada com informações como: título; autor; orientador; ano de defesa; orientador(a); palavras-chave; objetivos; metodologia; dados da amostra e relevância científica e social da temática.

Com os 17 trabalhos identificados, foi realizada uma leitura inicial dos resumos de cada dissertação, garantindo que o conteúdo abordasse diretamente os temas de gênero e/ou sexualidade. Após a seleção, procedeu-se à leitura de cada dissertação, com foco nas seções de introdução, objetivos, metodologia e conclusão, para compreensão das abordagens adotadas. A análise concentrou-se nos seguintes critérios: a) abordagem teórica utilizada (como teorias feministas, estudos de gênero, psicologia social etc.); b) metodologias adotadas (qualitativa, quantitativa ou mista); e c) principais contribuições e achados relacionados aos temas de gênero e sexualidade.

Com base nas leituras, realizou-se uma categorização dos temas abordados nas dissertações, agrupando-as conforme enfoques semelhantes, tais como representações de gênero, políticas de sexualidade e identidades de gênero. As informações foram organizadas em uma matriz de análise, na qual cada dissertação foi descrita quanto a temas centrais, metodologia empregada e contribuições para o campo. Na etapa final, os dados foram interpretados de forma a identificar padrões, contribuições teóricas e lacunas nos estudos analisados. A análise procurou evidenciar o papel das dissertações do PPGPSI na construção do conhecimento sobre gênero e sexualidade, oferecendo uma visão crítica sobre a abordagem dessas temáticas no contexto da UFMA entre os anos de 2012 e 2024.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO

3.1 Os principais objetivos das dissertações

Em 2011, quando o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi criado, o Brasil passava por um período de grandes transformações sociais, políticas e culturais. Questões como direitos humanos, diversidade e igualdade de gênero ganhavam cada vez mais visibilidade, refletindo em importantes debates públicos e mudanças nas legislações do país. Durante esse contexto de mudança, e conforme registrado no repositório da UFMA, a primeira dissertação sobre os temas de gênero e sexualidade foi defendida em 2015, marcando um ponto de partida significativo para as pesquisas e discussões acadêmicas na instituição. Essa dissertação não apenas reflete o avanço dos estudos na área, mas





também se insere em um momento histórico em que as questões de gênero e sexualidade estavam se tornando centrais nas pautas sociais e acadêmicas do Brasil.

Nesse mesmo ano, em 2015, aconteceu a Marcha das Mulheres Negras em Brasília, que foi um marco importante na luta contra o racismo, a desigualdade de gênero e a violência contra mulheres, especialmente as negras. As mulheres negras, que enfrentam opressões múltiplas por conta do racismo e do sexismo, estavam cada vez mais articuladas para exigir seus direitos (MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, 2015). De forma concomitante, nas redes sociais, campanhas foram lançadas para denunciar os assédios que as mulheres sofrem no dia a dia, com destaque para as hashtags #MeuPrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, que chamou a atenção de milhares de pessoas. Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei conhecido como PL do Estupro gerou manifestações em todo o Brasil, com milhares de mulheres se mobilizando contra o texto, que foi amplamente considerado uma afronta aos direitos das mulheres. O tema da violência contra a mulher ganhou ainda mais visibilidade quando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) escolheu como tema de redação a persistência da violência contra a mulher no Brasil, o que gerou um amplo debate sobre o assunto no país em 2015.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através da resolução 175/2013 proibiu a negação da realização de casamento por pessoas do mesmo sexo. Além disso, determinou que casais do mesmo sexo poderiam adotar crianças, sem discriminação, em qualquer estado do Brasil. Essa foi uma continuação do avanço das políticas de igualdade de direitos para a população LGBTQIA+.

A Organização Panamericana de Saúde (OPAS) emitiu nota técnica em 2012, que ressaltava que a terapia de reconversão carece de qualquer base científica, considerando que ser LGBTQIA+ não se trata de "doença" ou "transtorno". A nota fez referência, inclusive, a um estudo da APA, que constatou que em 83 casos de pessoas submetidas a esse tipo de procedimento, fora o fato de não terem mudado a condição de LGBTQIA+ do paciente, sofriam de depressão, ansiedade, insônia, sentimento de culpa e vergonha, além de ideação e tentativas de suicídio. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2014, num total de 15 meses, documentou 770 atos de violência contra pessoas LGBTI, sendo que desses, 594 foram homicídios de pessoas LGBTI ou percebidas enquanto tal; 176, LGBTI ou assim percebidos, foram vítimas de agressões violentas em 25 Estados membros da OEA. Em 2015, a CIDH aprovou o relatório "Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais nas Américas", estruturado como segue: apresentação de definições terminológicas, tais como orientação, identidade e expressão de gênero (VIANA, 2018). O Conselho Federal de Psicologia (CFP) havia proibido





o uso dessas terapias desde 1999, mas a partir de 2013 o tema voltou a ser debatido com o lançamento de projetos de lei que buscavam legalizar essas práticas. A resistência das organizações LGBTI+ foi intensa nesse período, inclusive em 2015.

Após abordar alguns dos principais acontecimentos que marcaram o cenário social, político e cultural do Brasil, especialmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade, este tópico se propõe a apresentar os objetivos centrais das pesquisas realizadas. Assim, ao longo do texto, serão expostos os principais objetivos das pesquisas que, a partir de uma análise crítica e aprofundada, buscam compreender e problematizar as dinâmicas de gênero e sexualidade no Brasil, além de contribuir para o avanço das discussões acadêmicas e sociais. As dissertações que abordam a diversidade de gênero e sexualidade, a violência de gênero, a masculinidade, o assédio sexual, a educação e a política educacional, bem como a divisão sexual do trabalho, refletem uma análise crítica das dinâmicas sociais contemporâneas. Esses temas interconectados revelam como normas de gênero e orientações sexuais influenciam as experiências individuais e coletivas, moldando não apenas as relações interpessoais, mas também as estruturas institucionais.

Um dos temas recorrentes nas dissertações sobre gênero e sexualidade diz respeito à importância da inclusão e representação feminina, além de abordar as desigualdades de gênero. É fundamental destacar que, historicamente, a mulher foi posicionada como o "Outro", o "segundo sexo", enquanto o masculino foi reconhecido como o "primeiro sexo", aquele que tem voz e prioridade na sociedade, conforme argumenta Pires (2017). Em outras palavras, a exclusão das mulheres de certos espaços ao longo da história também contribuiu para a ideia de que o corpo feminino é, em muitos casos, um "instrumento de trabalho". A destreza do corpo da mulher, muitas vezes considerada para a produção de riquezas, foi modelada pelo capitalismo industrial, que objetifica o corpo como uma mão de obra, subordinando-o às exigências de rendimento máximo para garantir a produtividade.

Esse controle sobre a participação feminina nas esferas sociais sempre foi visível, especialmente no esporte, onde as mulheres nem sempre tiveram a permissão ou a aceitação para competir. A comparação entre os gêneros, nesse contexto, é inevitável, e ela revela as discrepâncias entre a popularidade e a aceitação das mulheres em modalidades esportivas, em comparação com os homens (MATOS, 2020). No entanto, com o avanço das mulheres nos espaços públicos, principalmente no mercado de trabalho, surgem também novos dispositivos de controle sobre os espaços que lhes são permitidos. Apesar das conquistas, às normas sociais insistem em definir que a mulher deve ocupar o ambiente doméstico, sendo responsável pelo





cuidado do lar, do marido e dos filhos. Mesmo com a crescente presença feminina no mercado de trabalho, as expectativas sociais impunham um controle rigoroso para garantir que os papéis tradicionais fossem preservados, com uma clara definição do que seriam as "mulheres de bem" e como elas deveriam se comportar (SOUSA, 2019).

Outro tema relevante nas dissertações analisadas é a violência de gênero, um fenômeno complexo, que possui diversas facetas e aspectos histórico-culturais, sendo permeado por questões de classe, geração e etnia. A violência presente nas relações de intimidade e namoro é transversal a toda a sociedade, existindo desde tempos imemoriais. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a violência praticada por um parceiro íntimo pode se manifestar de várias formas, como agressões físicas, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controle sobre o outro. Nesse contexto, a violência de gênero é profundamente enraizada na cultura, que desde muito cedo estabelece papéis de gênero definidos, os quais são passados de geração em geração, por meio de hábitos, costumes e regras. Esses papéis, frequentemente naturalizados, definem o que é esperado de homens e mulheres em uma sociedade (OLIVEIRA, 2023).

Parte dos homens que apresentam respostas agressivas na relação com suas companheiras justificam suas atitudes como uma validação da sua masculinidade, externalização da culpa por meio da culpabilização a outra pessoa ou estímulo, como a própria mulher ou o uso de alguma substância psicoativa, além do "ciúme". A masculinidade, frequentemente associada a comportamentos de dominação e controle, desempenha um papel crucial na perpetuação de práticas violentas e discriminatórias. As expectativas sociais em relação ao que significa ser homem podem contribuir para um ciclo de agressão e silenciamento de vozes marginalizadas (OLIVEIRA, 2023).

Outro tema relevante nas dissertações, diz respeito ao assédio sexual, ele pode ocorrer em locais previsíveis, como vias públicas e transportes coletivos, por serem espaços carentes de controle e segurança, deixando as mulheres vulneráveis. Essa violência, no entanto, se estende para diversos ambientes, incluindo o ambiente de trabalho, onde pode assumir a forma de assédio sexual, trazendo sérios prejuízos profissionais, físicos e emocionais, como o transtorno de estresse pós-traumático. Mulheres que atuam no setor varejista, por exemplo, enfrentam uma sobreposição de assédios — vindos das ruas, transportes coletivos e também do ambiente laboral — o que afeta diretamente sua integridade física, moral e profissional, além de comprometer seu equilíbrio sócioemocional e financeiro. Muitas dessas mulheres são responsáveis pelo sustento da família, muitas vezes sendo mães solteiras ou divorciadas (COSTA, 2022).





Butler (2018) e Louro (2004) apontam as identidades de gênero como algo múltiplo, instável e fragmentado. Enfatizam a fluidez das identidades, destacando que essas identidades são formadas dentro de um contexto cultural e histórico, sendo influenciadas por diversas situações e instituições sociais. As identidades são construídas a partir das interpelações sociais — ou seja, o sujeito se reconhece em uma identidade ao responder afirmativamente a um chamado social, estabelecendo um sentido de pertencimento. No entanto, essas identidades podem mudar ao longo do tempo, com o sujeito podendo aceitá-las ou rejeitá-las, conforme sua experiência e os contextos em que se encontra. Em sociedades ocidentais modernas e heteronormativas, as identidades de gênero e sexualidade, que são vistas como flexíveis, nem sempre são bem aceitas, o que resulta em pressões para fixá-las dentro de normas rígidas e binárias.

A produção de sexualidades marginalizadas em sociedades heteronormativas gera homofobia, resultando em altos índices de violência contra a comunidade LGBTI+ no Brasil. A homofobia e a diversidade sexual não são abordadas adequadamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que carecem de investimentos na formação profissional, sendo criticadas por movimentos sociais e acadêmicos. Em resposta, o governo federal criou, em 2004, o "Programa Brasil Sem Homofobia", com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, buscando a equiparação de direitos e o combate à violência e discriminação homofóbicas (FREITAS, 2024; SILVA, 2018).

Uma política pública relevante na área educacional foi o curso "Gênero e Diversidade na Escola (GDE)", voltado para a formação de professores em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Oferecido na modalidade à distância, é resultado de uma parceria entre órgãos do governo federal e entidades como o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) e o British Council. No entanto, a gestão pública brasileira tem desenvolvido essas políticas educacionais específicas aos interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais (SILVA, 2018).

A reforma do ensino médio flexibiliza os conteúdos, com mudanças nas disciplinas do currículo ao longo dos três anos desse ciclo. O currículo será definido pela BNCC, que estava em elaboração até março de 2018, com previsão de ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A Lei nº 13.415 (2017) elimina a obrigatoriedade de disciplinas como artes, educação física, sociologia e filosofia, propondo estudos e práticas nessas áreas, enquanto português, matemática e inglês se tornam obrigatórios. Essas mudanças são consideradas ao desenvolvimento de um senso crítico nos estudantes, limitando a reflexão sobre os jogos de saber-





verdade-poder que moldam os discursos e as dinâmicas sociais, incluindo questões de gênero e sexualidade (SILVA, 2018).

4. OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DAS DISSERTAÇÕES

As dissertações analisadas empregam uma variedade de percursos metodológicos que refletem a complexidade e a interdisciplinaridade das pesquisas realizadas. Entre as principais abordagens destacam-se a Fenomenologia, que busca compreender as experiências subjetivas e vivências dos indivíduos; o Materialismo Histórico-Dialético, que examina as transformações sociais e econômicas a partir das contradições históricas; e a Psicodinâmica do Trabalho, que explora as dimensões psíquicas e emocionais envolvidas no contexto laboral. Além disso, utiliza-se a Arqueogenealogia foucaultiana, uma metodologia inspirada nas obras de Michel Foucault para investigar a constituição histórica dos saberes e práticas. A Sociologia do Trabalho também é recorrente, analisando as relações de trabalho e suas implicações sociais, ao passo que a Psicanálise é empregada para compreender os processos inconscientes que influenciam comportamentos. Por fim, o Pós-estruturalismo de Deleuze e Guattari propõe uma análise que rompe com as estruturas fixas, destacando a fluidez e as múltiplas possibilidades de compreensão da realidade. Esses percursos metodológicos demonstram a riqueza teórica e a diversidade de enfoques que permeiam os estudos acadêmicos, possibilitando análises profundas e multifacetadas dos fenômenos investigados.

5. CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS

As pesquisas desenvolvidas no PPGPSI-MA têm contribuído significativamente para a produção acadêmica e para a sociedade, abordando temas contemporâneos e socialmente relevantes. Do ponto de vista científico, as dissertações enriquecem a literatura ao investigar questões como violência de gênero e dinâmicas de poder, oferecendo tanto fundamentos teóricos quanto dados empíricos que subsidiam políticas públicas e práticas organizacionais. Por exemplo, estudos sobre assédio sexual no ambiente de trabalho não apenas ampliam a compreensão sobre essa violência, mas também fornecem informações essenciais para a formulação de estratégias preventivas.

As dissertações do PPGPSI-MA são relevantes cientificamente pela diversidade metodológica dos estudos, ao incorporar teorias feministas, estudos de gênero e abordagens da psicologia social. Essa multiplicidade não apenas enriquece a análise dos fenômenos investigados,





mas também possibilitam uma compreensão mais profunda das experiências de grupos historicamente marginalizados, como mulheres em contextos de trabalho precarizado e pessoas trans. Esses esforços refletem o caráter interdisciplinar e socialmente engajado das pesquisas, alinhando-se à visão de Minayo (2001), sobre a pesquisa social como uma prática que combina ciência, técnica e arte para compreender fenômenos humanos e propor transformações sociais.

Estudos sobre as vivências de travestis no ambiente escolar exemplificam como as dissertações não apenas preenchem lacunas na literatura, mas também promovem maior visibilidade para essas populações, desafiando estereótipos e normas sociais. Essa abordagem encontra respaldo no pensamento de César (2010), que argumenta que compreender gênero e sexualidade no contexto educacional exige uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e os discursos que reproduzem desigualdades. Segundo a autora, esses estudos devem não apenas desvelar as formas de opressão que se manifestam nas instituições, mas também propor intervenções que promovam a diversidade e a inclusão.

Além do impacto acadêmico, as pesquisas desenvolvidas no PPGPSI têm relevância social, ao promover visibilidade e reflexão crítica sobre desigualdades estruturais. Questões como a divisão sexual do trabalho e o discurso de ódio nas redes sociais são analisadas a partir de uma abordagem que articula rigor científico e sensibilidade interpretativa, conforme destacado por Minayo (2001). Essa combinação permite que os estudos estimulem a conscientização sobre as normas sociais que perpetuam desigualdades, bem como incentivam a criação de políticas públicas mais inclusivas. Ao tratar do gênero como uma construção social historicamente situada, conforme argumenta Scott (1995), as dissertações demonstram como essas normas são não apenas naturalizadas, mas também utilizadas para legitimar desigualdades e exclusões.

Ao discutir os desafios enfrentados por jogadoras de futebol feminino, as pesquisas tornam visíveis as condições adversas enfrentadas por essas atletas e fomentam o debate sobre igualdade de gênero no esporte. Scott (1995) defende o gênero como uma categoria de análise histórica indispensável para compreender as relações de poder, as hierarquias sociais e os discursos que as legitimam. Para a autora, estudar gênero é fundamental porque as diferenças de gênero estruturam não apenas a subjetividade, mas também as instituições e as práticas sociais.

Por fim, as dissertações desempenham um papel crucial ao identificar lacunas nas pesquisas existentes, estimulando novas investigações e debates acadêmicos. Um exemplo disso são os Estudos sobre Práticas Pedagógicas em Contextos Heteronormativos, que revelam a necessidade de formar educadores que valorizem a diversidade e elaborem políticas





educacionais mais inclusivas. César (2010) destaca a relevância de estudos de sexualidade e gênero na educação. A autora sugere que a formação docente deve incluir uma compreensão aprofundada das questões de gênero e sexualidade, capacitando os professores a abordarem esses temas de maneira eficaz e a criar um espaço seguro para que os alunos expressem suas preocupações e experiências. Assim, ao combinar a análise de gênero com a investigação crítica das desigualdades, essas pesquisas exemplificam como o campo acadêmico pode transcender as barreiras da academia, promovendo transformações sociais que valorizem a diversidade e a inclusão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMA tem demonstrado avanços significativos na incorporação de temas como gênero e sexualidade, evidenciando seu compromisso com a reflexão crítica e o engajamento com demandas sociais. Ao longo dos anos, as dissertações desenvolvidas refletem uma evolução nas abordagens metodológicas, com maior uso de perspectivas interseccionais e qualitativas.

Contudo, os resultados apontam que ainda há espaço para a ampliação e diversificação das pesquisas, pois se tratam de temáticas que tocam diretamente a vida de populações marginalizadas, com isso, exigem um tratamento que vá além da classificação descritiva, demandando uma análise que valorize as vozes silenciadas pela estrutura social e cultural.

Essa pesquisa também abre espaço para uma reflexão acerca da necessidade de investimento nas temáticas no Programa de Pós-graduação, não reduzindo aqui a solução para as lacunas encontradas. Nesta e em outras pesquisas, assim como, neste programa de pós-graduação em Psicologia como em outros programas, torna-se necessária a inserção de espaços seguros de estudo e discussão sobre sexualidade e gênero, que por si não garante a compreensão ou a absorção de conceitos importantes.

No entanto, acredita-se que maiores investimentos de espaços seguros, discussões e pesquisas acerca das questões da sexualidade, diversidade sexual e de gênero seja um fomento para o interesse de discentes e docentes, contribuindo, dessa maneira, para uma nova postura social com mais consciência crítica e com o desenvolvimento de uma práxis inclusiva da ciência psicológica. Neste sentido, fortalecer o compromisso com essas abordagens no PPGPSI implica não apenas dar visibilidade às discussões, mas também promover um espaço de construção crítica e emancipatória que auxilie na formação de pesquisadores comprometidos com a transformação social.





REFERÊNCIAS

AMARAL, A. C.; RIBEIRO, P. R. C.; BARROS, S. da C. de. Por uma psicologia que (re) conheça a todos/as: discussões curriculares sobre a formação de psicólogos/as em relação às discussões sobre gêneros e sexualidades. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 332–357, 2022. DOI: 10.23925/2594-3871.2022v31i2p332-357. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/52238>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/3kb7RpBydsW5OmGZxNGTwBQ/>. Acesso em 10 nov. 2024.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos**. Instrumento, v. 12, n. 2, p. 67-73, 2010.

COSTA, A. C. S. **Assédio sexual: prevalência e consequências em trabalhadoras do varejo formal na cidade de São Luís do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

FLICK, Uwe. 2009. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ed. Editora Artmed, São Paulo, SP, Brasil.

FREITAS, L. F. **Programa Brasil sem homofobia: uma análise acerca das repercussões do programa no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Marcha das mulheres negras. Brasília, 2015.

MATOS, T. T. C. **A terceirização em um campus do Instituto Federal do Maranhão: Um estudo sobre saúde e subjetividade das agentes de limpeza**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social** In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUSSI, S. V. **Estudos sobre sexualidade e gênero, e a avaliação do curso “Considerações a respeito da psicoterapia dirigida a pessoas LGBTQIAP+”**. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.





OLIVEIRA, P. K. F. **Violência no namoro, regras de masculinidade e habilidades sociais:** um estudo com adolescentes. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

PIRES, B. S. **Mulheres em campo:** um olhar fenomenológico sobre os elementos que possibilitaram a escolha do futebol pelas jogadoras em São Luís do Maranhão. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade, v. 20, nº 02, jul./dez., 1995.

SILVA, J. R. S. **Gênero e sexualidade no contexto educacional:** o que dizem os docentes do Instituto Federal do Maranhão – IFMA. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SOUSA, C. P. C. **Muros do gênero:** processos de subjetivação e invisibilidade feminina no contexto prisional. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

VIANA, G. T. **Direito internacional arco-Íris:** O reconhecimento do direito à diversidade sexual e de gênero no Sistema Interamericano de Direito Humanos. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.





COMUNICAÇÃO DIGITAL E IDENTIDADES DE GÊNERO: ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE PESSOAS TRANSVESTIGÊNERE NO PERFIL DA AMATRA, NA REDE SOCIAL *INSTAGRAM*

Thiago Arlton Santos e Santos

Graduando em Comunicação Social com
habilitação em Publicidade e Propaganda
thy.lancaster12@gmail.com
Universidade CEUMA

Romulo Fernando Lemos Gomes

Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP
romulo005295@ceuma.com.br
Universidade CEUMA

RESUMO: Esta pesquisa analisa as narrativas que estão sendo construídas sobre pessoas transvestigêneres no perfil da Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra) na rede social Instagram. Foram selecionados conteúdos que abordam dois momentos relevantes para a comunidade: 1) realização da "1ª Marsha Nacional Pela Visibilidade Trans" - Brasília (DF) e 2) realização da "Semana Estadual da Visibilidade Trans" - São Luís (MA). O período que abrange as postagens analisadas é de 6 de janeiro a 26 de fevereiro de 2024. Os principais autores utilizados foram: Benevides (2024), Butler (2018), Jesus (2012), Kotler (2017), Landowski (2017), Moraes (2024), Preciado (2014), San'tanna (2018), Trevisan (2018), Vergueiro (2016). A pesquisa apontou que novas narrativas têm emergido sobre pessoas transvestigêneres e que, embora o preconceito e a transfobia estrutural ainda persistam, o protagonismo trans tem possibilitado realidades mais prósperas e dignas.

Palavras-chave: Comunicação. Identidade de Gênero. Transvestigêneres. Amatra.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa discorrer sobre como as pautas de pessoas transvestigêneres¹ são abordadas no perfil da Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra): @amatramaranhao. Levando em consideração os princípios da Comunicação e Propaganda Digital, procuramos ainda analisar e dissertar, baseado na análise semiótica na vertente greimasiana, sobre como o trabalho da Amatra na rede social *Instagram* tem contribuído para a construção de novas narrativas, imaginários e oportunidades, sobretudo para a população transvestigêneres do estado do Maranhão.

A criação da Amatra aconteceu durante o “Encontro Estadual de Travestis e Transexuais” realizado no Maranhão em 5 de maio de 2014. Configura-se como uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, e que tem como principal objetivo a construção de

¹ Transvestigêneres: termo cunhado pela Deputada Federal Erika Hilton (PSOL) e pela ativista Indianarae Siqueira que abarca todas as identidades que fogem do “Cistema”. CORREIA, Mariama. Erika Hilton e a resistência transvestigêneres no poder. **Agência Pública**, 2022. Disponível em: <Erika Hilton e a resistência transvestigêneres no poder - Agência Pública (apublica.org)>. Acesso em: 22 de mar. de 2024.





políticas públicas, junto aos setores governamentais e a lideranças sociais, e do empoderamento de pessoas travestis e transexuais, por meio do acesso à saúde, educação, segurança, justiça, cultura, esporte e lazer, acesso ao mercado de trabalho de forma que lhes possibilite independência financeira, entre outros fatores fundamentais para a cidadania e dignidade das pessoas transvestigêneres maranhense (Amatra, 2024).

Embora tendo sua criação datada em 2014, os trabalhos em prol da população transvestigêneres do estado do Maranhão começaram a se desenvolver muito antes disso. De acordo com a atual presidente da Amatra, Andressa Sheron Santana Dutra (Informação verbal)², é entre os anos 1980 e 1990 que esse trabalho começa a se articular a partir da ativista e militante Sabrina Drumond. Pioneira na luta pelos direitos das pessoas transvestigêneres maranhense, Sabrina, que fez parte do grupo “Gayvota” (*considerado um dos primeiros grupos de militância LGBTQ+ do Maranhão*), foi responsável por dar início à estruturação do que viria a ser a ATRAMA na época. Ela era ativista e militante do movimento LGBTQI+ do Maranhão, “foi uma das primeiras mulheres transexuais que levantou a bandeira do segmento Trans no estado, tornando visível a luta por garantias de direitos dessa população. Foi a fundadora da primeira instituição Trans do Maranhão a Associação de Travestis e Transexuais do Maranhão (Atrama)” (Ses/Ma, 2022).

Sabrina Drumond, junto com outras líderes da época, como Babalu Rosa, desenvolveram um trabalho que foi fundamental para que a população transvestigêneres do Maranhão pudesse se organizar a partir de um lugar de propriedade sobre suas vivências e protagonismos. Sabrina foi cruelmente assassinada em 2009, vítima de transfobia, enquanto realizava um de seus trabalhos sobre Prevenção a IST (HIV/AIDS) para mulheres trans e travestis, profissionais do sexo, na Avenida Guajajaras, no bairro São Cristóvão.

Andressa Dutra conta que, após a morte de Sabrina, entre os anos de 2011 e 2013, o movimento LGBTQIA+ do Maranhão ficou sem discussões, sobretudo “no âmbito do poder público para as pessoas travestis e transexuais”. Até que, em 2014, a Amatra foi fundada durante o “Primeiro Encontro de Travestis e Transexuais do Maranhão”, no qual diversas lideranças nacionais estiveram presentes, como Jovanna Cardoso, também conhecida como “Jovanna Baby”: ativista, escritora, matriarca do Movimento Trans no Brasil e uma das fundadoras do primeiro movimento travesti na América Latina.

Na rede social *Instagram*, o perfil da Amatra (@amatramaranhao) vem sendo alimentado desde agosto de 2018 com uma diversidade de conteúdos informativos, educativos e de

² Entrevista concedida por Andressa Sheron Santana Dutra (Presidente da Amatra), por meio do aplicativo WhatsApp, no dia 24 de março de 2024.





conscientização sobre as pautas transvestigênera. Atualmente, possui um total de 1.748 seguidores, 2.252 pessoas são seguidas pela página e 788 publicações já foram compartilhadas no feed³.

Ao longo desses cinco anos, o perfil da Amatra no *Instagram* tornou-se um dos principais meios de comunicação entre o trabalho da associação e a população transvestigênera maranhense. A diversidade de seus conteúdos perpassa assuntos como discussões sobre gênero, sexualidade, identidade, questões mais centrais acerca de vivências transvestigênera, reuniões institucionais e projetos. A página também se configura como um espaço de denúncia, uma vez que casos de transfobia, lgbtfobia e discriminação também são relatados e compartilhados.

Para além disso, e sobretudo, o perfil da Amatra busca compartilhar para as pessoas transvestigêneras a possibilidade de se criar novas narrativas, outros saberes, humanizando e potencializando suas vivências, e reivindicando maior visibilidade. A relação com o público, por meio dos comentários nas publicações e das mensagens no *direct*, também configura-se como uma forma de acolhimento e orientação. Também procura-se demarcar seu lugar de protagonismo, enquanto organização atuante, pioneira e de referência na luta transvestigênera no estado do Maranhão, que desempenha um trabalho reconhecido local e nacionalmente.

Segundo o portal Resultados Digitais (2023), o Brasil é um dos países que mais consome redes sociais em todo o mundo, ficando atrás apenas da Índia e Indonésia: “os brasileiros passam, em média, 3 horas e 46 minutos por dia conectados às redes”. Uma pesquisa feita pelo mesmo portal revelou que o *Instagram*, que possui um total de 113 milhões de usuários, foi a terceira rede social mais usada em 2023 no Brasil.

O Brasil também é um dos países que mais mata pessoas transvestigênera em todo o mundo. De acordo com o relatório anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), de autoria de Benevides (2024), foram mais de 145 pessoas trans assassinadas só no ano de 2023. Destas, 136 eram travestis e mulheres trans e 9 eram homens trans e pessoas transmasculinas. Ainda segundo o relatório, o país configurou, pelo 15º ano consecutivo, como o mais perigoso para pessoas transvestigênera viverem.

A relevância desta pesquisa se faz a partir de sua vasta abordagem que perpassa por temáticas que ampliam as discussões tanto acadêmica, quanto socialmente. No campo da Publicidade e Propaganda, busca compreender e analisar, com base na Semiótica, como as narrativas de pessoas transvestigênera têm sido construídas, a partir do trabalho de uma instituição do 3º setor, em uma das redes sociais mais usadas em todo o mundo: o *Instagram*. No que

³ Dados atualizados no dia 16 de novembro de 2024.





tange à relevância social, propõe-se um olhar de mais atenção aos cenários e recortes que compõem as vivências transvestigêneres, e como a construção dessas novas narrativas, para além da violência e marginalização, têm colaborado para essa população.

Diante do contexto apresentado, buscamos responder a seguinte pergunta: quais narrativas estão sendo construídas sobre pessoas transvestigêneres no perfil da Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra), na rede social *Instagram*? A partir dos levantamentos preliminares, emergiram-se duas hipóteses: H1) As narrativas transvestigêneres construídas no *Instagram* da Amatra versam por uma diversidade que realmente inclua todas as pessoas, a partir de representações que geram identificação, possibilidades e pertencimento; H2) Na construção dessas narrativas, o perfil da Amatra utiliza de recursos como a linguagem neutra e a diversidade de corpos transvestigêneres para garantir a inclusão.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) Descrever como as pessoas transvestigêneres são representadas no perfil da Amatra; b) Identificar quais são os corpos presentes nos conteúdos; c) Mapear o uso da linguagem neutra e demais aspectos de gênero nas legendas; d) Apresentar quais narrativas predominam nos conteúdos do perfil.

Os principais autores utilizados para tratar sobre Gênero, Sexualidade e Diversidade foram: Benevides (2024), Butler (2018), Jesus (2012), Moraes (2024), Preciado (2014), Souza (2023), Trevisan (2018) e Vergueiro (2016). Já para as temáticas que versam sobre Comunicação, Propaganda, Semiótica e Narrativas, utilizamos Heller (2013), Kotler (2017), Landowski (2017), Laudares e Goulart (2019), Lévy (1999), Prado (2017), Rodrigues (2023) e San'tanna (2018). Para a análise, foram selecionadas duas postagens de momentos de relevância para a comunidade, retiradas do perfil da Amatra (@amatramaranhao) no *Instagram*.

O protagonismo de pessoas trans nas redes sociais, sobretudo no *Instagram* - foco de análise deste trabalho, tem resultado em importantes produções científicas ao longo dos anos. Como exemplo, podemos citar HBlynda Moraes (2024) que aborda esse protagonismo a partir, também, da não binariedade: termo que ela menciona como “guarda-chuva” e que engloba as mais diversas possibilidades de identidades transvestigêneres, podendo ser pessoas trans, travesti, pessoas intersexo, pessoas de gênero fluido ou qualquer outra pessoa que não se identifique, nem tampouco se sinta contemplada pelo binarismo. Através de análises de perfis de pessoas não-binária, como Nick Nagari (@nicknagari), ela busca compreender como a articulação da comunidade não binária “tem criado rotas de fuga, subvertendo as armadilhas do CISTema, com o qual rompem, colaborando com o protagonismo trans nas redes” (MORAIS, 2024, p. 45).





Pedro Souza (2023) também é autor de outra relevante pesquisa científica sobre a representação de narrativas transvestigêneres no Instagram, dessa vez, fazendo uma análise de caso sobre a artista brasileira Linn da Quebrada. A partir de um recorte mais específico sobre raça e gênero, o trabalho discorre sobre as narrativas criadas pela artista, em seu perfil do Instagram, durante sua participação no reality show Big Brother Brasil (BBB). Negritude e transexualidade são os aspectos focais que norteiam a análise.

Estes trabalhos mencionados dialogam profundamente com os aspectos e abordagens usados ao longo da nossa pesquisa. De referências a perspectivas metodológicas, são ensaios que propõem um olhar mais crítico e interseccionalizado para as pautas transvestigêneres.

O presente artigo inicia-se com a parte do referencial teórico, no qual discorreremos sobre os conceitos de Comunicação, Propaganda e Narrativa Digitais, Transgêneridades e Identidades de Gênero. Em seguida, apresentamos a abordagem metodológica e, por fim, chegamos às análises semióticas e respectivas considerações finais.

2. COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA DIGITAL E NARRATIVAS DIGITAIS

A comunicação é um processo fundamental e totalmente inerente à existência humana. Desde as civilizações mais remotas aos grandes centros urbanos atuais, a comunicação sempre esteve presente enquanto fenômeno responsável por profundas transformações sociais. Sant'Anna (2018, p. 02), ao falar sobre comunicação e humanidade, afirma que “tudo comunica”: “Para os seres humanos, o processo não é só fundamental, como vital. É fundamental porque toda sociedade humana - da primitiva à contemporânea - se baseia na capacidade do homem de transmitir suas intenções (...)”.

A propaganda é outro fenômeno que ocorre há séculos na sociedade, mesmo que inicialmente não tenha surgido com esse termo e sua função específica. A disseminação de ideias era algo comum em diversas comunidades antigas. Ao abordar a origem histórica do termo “propaganda”, Cezar e Silva (2015) mencionam que começou a ser difundido a partir da “Congregatio Propaganda Fide”, ou Congregação para a Propagação da Fé, instituição criada pelo Vaticano no início do século XVII. No entanto, é durante a Segunda Guerra Mundial que a propaganda se desenvolve tecnicamente ao nível que conhecemos hoje.

Cezar e Silva (2015) também pontuam a origem do termo propaganda que vem do latim *propagare*, que quer dizer “propagar, ato de difundir”. Cabe ainda ressaltar, conforme reforçado pelas autoras, a diferença entre os conceitos de publicidade e propaganda: a primeira versa mais





pelo lado mercadológico, enquanto a segunda possui um cunho mais social, voltado para a propagação de causas e ideias.

As redes sociais, por sua vez, surgiram em um cenário pós-globalização, impulsionadas pela criação da Internet e pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tornando-se um recurso fundamental para alcançar dimensões globais. Durante a pandemia da Covid-19, que teve início em dezembro de 2019, houve um aumento significativo na quantidade de pessoas conectadas e no consumo de informações, sobretudo pelo fato delas estarem mais tempo em casa (*lockdown*) como medida de segurança.

Para Ramos e Martins (2018), as redes sociais vão além da simples promoção de entretenimento e comunicação. Com base em um amplo estudo histórico e estrutural, as autoras buscaram identificar as potencialidades do Instagram em sua textualidade, ultrapassando a função básica de um aplicativo.

As redes sociais ainda são capazes de possibilitar a criação de novas narrativas mais autônomas e conscientes. Ramos e Martins (2018, p. 120) reforçam tal argumento ao afirmar que: “Ao usuário do aplicativo fica a escolha do conceito que desejar aplicar à sua rede social, personalizando e explorando sua textualidade, enquanto autor não só de textos, mas de si mesmo”.

As narrativas digitais emergem desses processos comunicacionais desenvolvidos ao longo do tempo. De acordo com Lévy (1999, p. 151), existe uma universalidade nas narrativas que, independentemente do formato utilizado, oral ou escrito, influenciou a narrativa digital por meio do ato de narrar. O autor expõe que as narrativas digitais são compostas por três formas: imagem, texto e música, e ressalta o protagonismo da participação de quem produz essas narrativas.

Prado et al. (2017, pg. 1164) também disserta sobre os novos cenários narrativos. “As novas tecnologias ampliaram as possibilidades narrativas, incluindo recursos de som, Figura e técnicas variadas; usualmente, a estas narrativas, dá-se o nome de narrativas digitais ou histórias multimodais”.

3. COMUNICAÇÃO DIGITAL, TRANSGÊNERIDADES E IDENTIDADES DE GÊNERO

3.1 Identidades de gênero

As primeiras discussões sobre “gênero” são atribuídas aos movimentos feministas da década de 1960, juntamente com os estudos até a década de 1970, nos Estados Unidos e na Europa. Meio século depois, o debate sobre Identidade de Gênero, sobretudo no Brasil, segue presente com avanços importantes.





A nova edição do “Guia LGBTQIA+” (2023, p. 16-27), de autoria do Ministério Público do Estado do Ceará, lançado em 2023, traz diversas informações acerca da pauta. Inclusive, os conceitos básicos que perpassam gênero e sexualidade:

Sexo Biológico está ligado a características físicas. Trata-se do “conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que diversificam os seres humanos”.

Já a **Identidade de Gênero** é sobre autopercepção, sobre como a pessoa se enxerga e reconhece em si. Diz respeito às experiências internas e individuais relacionadas ao gênero com o qual se identifica, podendo ser “masculino, feminino, a combinação de ambos, ou ainda a negação de qualquer um deles”.

Cabe aqui ressaltar a distinção entre Sexo e Gênero, uma vez que não são as genitálias do indivíduo que irão determinar o seu gênero. Jesus (2012, p. 8-9) reforça essa diferença ao ressaltar que gênero é construção social:

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo. O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. Se adotamos ou não determinados modelos e papéis de gênero, isso pode independer de nossos órgãos genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais (Jesus, 2012, p. 8-9).

O Guia LGBTQIA+ (2023) traz ainda o conceito de **“Expressão de Gênero”** que está relacionado a forma como as pessoas manifestam publicamente a sua identidade de gênero, seja através de roupas, adereços ou comportamentos. Vale ressaltar que não é regra a expressão de gênero corresponder ao sexo biológico.

O pensamento transgressor é um dos fundamentos que norteiam a obra de Judith Butler que se deleita em legitimar as vivências independente de determinadas normas de gênero. Em “Problemas de Gênero”, publicado originalmente em 1990, a autora propõe uma reflexão sobre como compreendemos “gênero” e nos movimentamos em sua construção.

Ao problematizar, literalmente, as discussões sobre gênero, Butler (2018) prontamente questiona: “Porventura a noção de “construção” sugere que certas leis geram diferenças de gênero em conformidade com eixos universais da diferença sexual? Como e onde ocorre a construção do gênero?” (Butler, 2018, p. 28).

3.2 Identidades Dissidentes em Comunicação, Memórias e (R)Existências

De acordo com Carvalho e Bortolozzi (2020, p. 7), as identidades dissidentes são aquelas “cuja identificação de gênero e/ou orientação sexual foge ao que é tido socialmente como





norma: a cisgeneridade, a heterossexualidade e a monossexualidade (relação afetiva/sexual por apenas um gênero/sexo)". Quem não se enquadra nesse "padrão correto", construído socialmente, além de desafiar essa norma, muitas vezes é alvo de discriminação e violências.

Vergueiro (2016) sintetiza o termo cisgeneridade como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja "experiência interna e individual do gênero" corresponde ao "sexo atribuído no nascimento" a elas (Vergueiro, 2016, p. 44). Em consonância com Jesus (2012), o termo "cisénero" engloba as pessoas que se sentem alinhadas com o gênero atribuído ao nascimento, ou seja, "as pessoas não-transgênero".

A partir de uma pesquisa profunda, decolonial e de análise sobre a cisgeneridade, Vergueiro (2016) aborda temáticas que revelam e desafiam as dissidências existentes. "Falar sobre essas diferenças de corpos e identidades de gênero sem desumanizá-las, patologizá-las e exotificá-las - sem colonizá-las, enfim - é um desafio significativo" (Vergueiro, 2016, p. 46).

Perceber como esses corpos dissidentes se articulam ao longo da história é fundamental para compreender como os processos de comunicação dentro, e a partir dos movimentos, se formularam e corroboraram para o fortalecimento de tais identidades. É também uma oportunidade de assimilar como se desenvolveu o movimento LBTQIA+ no Brasil através de uma luta que levou tempo para (r)existir enquanto organização reconhecidamente digna e respeitada socialmente.

A luta militante pelos direitos que versavam sobre a diversidade sexual e identidade de gênero emerge, no Brasil, por volta de 1970, em plena resistência contra a Ditadura Militar. É nesse período que também surgem alguns expoentes, como o Jornal da Esquina: projeto jornalístico construído por intelectuais, jornalistas e artistas homossexuais no Rio de Janeiro (Trevisan, 2018).

Nesta mesma década, em São Paulo, tem-se também o surgimento do SOMOS: fundado por homossexuais em 1978, foi considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa dos direitos LGBT+. No Maranhão, o "movimento embrionário" estava a cargo do "Grupo Tibira": batizado assim em homenagem ao indígena Tibira - "executado ainda no período da colonização em São Luís, por ser homossexual; alegadamente consistindo no primeiro caso de execução por homofobia das américas" (SANTOS, 2018, p. 44-45).

À memória, num contexto pós-ditatorial, no dia 27 de fevereiro de 1987 era iniciada em São Paulo a Operação Tarântula: liderada pela polícia paulistana, "tinha como objetivo eliminar das ruas as ameaças à "família tradicional brasileira" e higienizar a cidade de tudo aquilo que a tornava 'suja' (...). O alvo era claro: pessoas trans e travestis que trabalhavam nas ruas de São Paulo" (NASCIMENTO, 2023).

A "justificava" para a operação policial era o combate à epidemia de HIV/Aids através da prisão de travestis. Após uma repercussão hedionda, a operação foi suspensa alguns dias depois do





lançamento e motivou duras críticas acerca dos métodos utilizados. “(...) Percebiam que, no enfrentamento ao HIV/Aids, travestis foram tratadas como meros vetores do vírus e não como um grupo populacional a que também se devia proteger” (MOIRA, 2022).

As violências contra pessoas transvestigêneres, infelizmente, ainda se mantêm presentes e preocupantes. A transfobia estrutural, resultante do processo de construção de uma sociedade baseada na cis e heteronormatividade, continua a fazer vítimas diariamente.

Compreender a história do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil é fundamental, sobretudo, para que se perceba o quanto a discussão é mais profunda e urgente do que se imagina. Demarcar os lugares de pioneirismo e enfrentamento na linha de frente, como no caso das pessoas transvestigêneres, é também manter suas memórias vivas e reconhecidas.

4. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa descritiva e exploratória, em conjunto com a análise semiótica na vertente greimasiana, sobre como estão sendo construídas as narrativas acerca de pessoas transvestigêneres no perfil da Amatra no Instagram: @amatramaranhao. Para isso, foram selecionados conteúdos que tratam de dois momentos relevantes para a comunidade: 1) realização da “1º Marsha Nacional Pela Visibilidade Trans”, que ocorreu em Brasília (DF) e 2) realização da “Semana Estadual da Visibilidade Trans”, realizada em São Luís (MA). O período que compreende os posts analisados é de 6 de janeiro a 26 de fevereiro de 2024.

Para a análise geral dos conteúdos selecionados, será utilizada a Análise Semiótica (greimasiana), compreendendo seus aspectos fundamentais, tais como Figuratividade, Signos e Significações. A abordagem traz ainda Dimensões Cromáticas, Eidéticas e Topológicas a fim de uma compreensão mais holística sobre a temática.

Além disso, a análise também versa sobre os aspectos políticos, sociais e de identidade de gênero que envolvem os conteúdos transvestigêneres em questão. Marketing digital e de Conteúdo também serão pontos utilizados para contextualizar e gerar links entre os conteúdos e as análises.

5. ANALISANDO A AMATRA E SUAS SIGNIFICAÇÕES

5.1 “1º Marsha Nacional Pela Visibilidade Trans”

O primeiro conteúdo analisado trata-se de um vídeo (*reels*) que convoca a sociedade, em especial a população transvestigêneres, para participação na Marsha em Brasília. Os critérios de seleção foram: a) Emblematicidade: por ser o 1º material sobre a Marsha divulgado pela





Amatra sobre o assunto (como uma apresentação desse momento para o MA); b) Diversidade de corpos presentes; c) Mobilização e Identificação Social.

Figura 1 – Abertura do reels sobre a 1º Marsha Trans



Fonte: Página do Instagram Amatra (@amatramaranhao), 2024

Em formato de *reels*, o vídeo possui 15 segundos e apresenta elementos de Signos e Significações inerentes à comunidade transvestigênera. A abertura exhibe o título do evento seguido do subtítulo "A MAIOR OCUPAÇÃO TRANS E TRAVESTI DO PAÍS". As cores azul, rosa e branco, utilizadas na parte textual, fazem referência às cores da Bandeira Trans, representando pessoas transmaculinas, transfemininas e intersexos, em transição de gênero, neutro ou indefinido. O uso dessas cores, que em conjunto significam "leveza", proporciona uma harmonia visual e de sentido, conforme Heller (2013). No entanto, há uma descontinuidade ao incluir também as cores preto e "verde água" na mesma composição.

A abertura traz ainda a bandeira trans hasteada junto a estrelas brilhantes em diferentes formatos, sugerindo um momento de luta, celebração e orgulho. O uso da Figura ao fundo do Prédio do Congresso Nacional de Brasília, juntamente com as letras em negrito dos elementos textuais, destaca a importância participativa e histórica para a comunidade trans.

O conjunto desses signos compõem aspectos que configuram relações e permeiam a narratividade e a representatividade das pessoas transvestigêneras. Essa relação semiótica é expressa por Landowski (2017) quando ele afirma que "a figuratividade, como componente da discursividade, se define semioticamente por sua relação com a narratividade". Ambos os conceitos (discursivos e narrativos) referem-se, respectivamente, à "dimensão semântica dos discursos" e à "sua organização sintática".





Figura 2 – Reels - Sequência dos demais momentos analisados



Fonte: Página do Instagram Amatra (@amatramaranhao), 2024

"Ocupar, (RE)Existir, Lutar, Avançar", apresentadas em letras cursivas e maiúsculas, são expressões verbais que compõem o segundo momento do vídeo. Nas cores rosa e azul, em tons mais suaves, elas buscam dialogar, em primeiro plano, com a identidade visual da comunidade trans, enquanto ao fundo, em segundo plano, temos momentos coletivos de corpos diversos durante atos políticos nas ruas. Entre as possíveis interpretações, está o objetivo de estimular a participação das pessoas por meio da identificação e do empoderamento social.

O seguinte ato do vídeo apresenta uma composição básica e visualmente poluída. O uso de momentos de atos de rua da comunidade junto com informações textuais sobre a Marsha Trans dificultou a leitura como um todo. A diversidade tipográfica, bem como cromática, torna o momento possivelmente desconfortável para quem assiste. Os elementos eidéticos utilizados não favorecem uma experiência positiva, comprometendo os aspectos topológicos de suporte e consumo do usuário por meio de seu dispositivo, resultando, respectiva e supostamente, na perda de interesse e saída do conteúdo.

A parte seguinte do vídeo também é composta por grupos de pessoas diversas em atos de rua, em segundo plano, enquanto palavras de afirmação ganham forma, através de animação, em primeiro plano: "Direitos, Dignidade, Cidadania". O uso desses termos configura signos presentes como parte fundamental e temática da Marsha Trans.

Por fim, a última parte do vídeo traz o conjunto de logos das instituições realizadoras e apoiadoras da Marsha. São um total de 37 logos, em diversos formatos, cores e tamanhos, que podem gerar significados que vão desde a simples representação de uma marca até a identificação pessoal e emocional de pessoas que possuam alguma relação com determinada instituição. A apresentação das logos atribui ainda credibilidade ao evento, bem como visibilidade para as próprias instituições.



Outro elemento analisado, presente nesta publicação, é a legenda - aqui considerada como "elemento verbal". Inicialmente, ela é composta pelo título do evento, seguido da seguinte frase: "Ajuda a gente a fazer barulho pelos direitos das pessoas trans no Brasil?". Tal expressão configura-se como uma chamada direta e clara para o público, trazendo significados que vão além do simples sentimento, como a mobilização social. Landowski (2017, p. 105) discorre sobre essa questão do sensível e ressalta que ele não "apenas se sente", mas também é capaz de produzir conhecimento. Aqui, no caso, um conhecimento prático e mobilizador.

Topologicamente, o formato do conteúdo expõe a intenção do consumo através de dispositivos móveis, como o smartphone. No geral, é possível que o usuário tenha uma experiência interessante ao se deparar com o vídeo. O termo "Marsha" intriga, uma vez que estimula a curiosidade para saber se houve um "erro ortográfico" ou o que de fato está por trás dessa expressão. Na ocasião, o nome do ato se tratou de uma homenagem a uma das figuras mais importantes do movimento trans mundial: a ativista americana, Marsha P. Johnson.

5.2 Semana Estadual da Visibilidade Trans

O conteúdo em questão refere-se ao primeiro post de divulgação oficial das atividades realizadas em São Luís (MA) durante o "Mês da Visibilidade Trans", que acontece anualmente em janeiro. "Semana Estadual da Visibilidade Trans: Empregabilidade e Reconhecimento Trans e Travesti" - esse foi o nome e tema da ação realizada pela Amatra em parceria com a Defensoria Pública, SEDIHPOP, Governo do Estado e demais parceiros.

Os critérios de seleção foram os seguintes: A) Fator de representatividade: diversidade de corpos; B) Importância para a comunidade transvestigênera do estado; C) Riqueza de elementos e impactos.

Composto no formato "Carrossel", o conteúdo original possui um total de 8 imagens que trazem informações sobre o evento, a programação detalhada e figuras representativas. A parte textual (legenda) atua como um complemento das imagens, fornecendo mais elementos e informações, além de desempenhar o papel de convidar o público para o evento.





Figura 3: Semana Estadual de Visibilidade Trans - Card 01 (*abertura*)



Fonte: Página do Instagram Amatra (@amatramaranhao), 2024

A primeira peça gráfica apresenta, em primeiro plano, a Figura de uma jovem trans em uma pose que transmite confiança, com um olhar fixo e atento. O uso de sua Figura representa a presença e participação ativa de jovens transvestigêneres na luta pelos direitos da comunidade no Maranhão. Além disso, destaca-se pelo fato de ser uma jovem militante reconhecida, associando-se ao tema por meio de sua Figura e significado.

Na parte superior esquerda da imagem, encontra-se a logo do evento. As cores rosa, branco e azul fazem referência à bandeira do movimento trans. Uma mão branca aberta segurando um coração, nas cores do movimento trans, no centro, chama a atenção para o tema, enquanto simboliza união, afeto e acolhimento para a comunidade. A harmonia cromática combina com as bordas onduladas da logo, complementada pelo título do evento que se estende pela extensão circular da logo. A composição desperta sensações de conforto, positividade e dinamismo.

O título, em letras garrafais e com uma fonte mais "rústica", juntamente com a data do evento, tem o objetivo de chamar a atenção para uma informação crucial do conteúdo. Além do aspecto estético, o destaque do tema evidencia a intenção de enfatizar que as narrativas das pessoas transvestigêneres estão sendo reescritas, e que este evento representa um momento de agregação e ruptura. A escolha da tipografia também visa facilitar a leitura e conferir contemporaneidade à composição.

Na parte inferior, está a régua com os logos das instituições e órgãos públicos envolvidos na realização do evento. Em um fundo branco, a presença desses logos interrompe a harmonia visual da Figura como um todo. Apesar disso, elas permanecem visíveis, conferindo





credibilidade ao evento. Logo acima, o indicativo de continuidade do conteúdo, "Confira a Programação", é acompanhado por um conjunto de pequenas setas apontando para a direita, sugerindo ao usuário que conheça a programação nas imagens seguintes.

Figura 4 – Semana Estadual de Visibilidade Trans - *Imagens 01, 02 e 03*



Fonte: Página do Instagram Amatra (@amatramaranhao), 2024

O fundo da Figura é outro elemento que carrega diversos significados. A variação nas tonalidades cromáticas do movimento trans se mescla com corações dispostos ao longo de toda a imagem. Conforme Heller (2013) explica, o rosa transmite positividade, frequentemente associada a características femininas, enquanto o azul é considerado a cor da harmonia. Ambas cores, mesmo em tonalidades distintas aqui, se unem aos outros elementos que compõem a mensagem, evocando sensações e sentimentos convidativos.

As demais imagens seguem a mesma linha em termos cromáticos e eidéticos, inspiradas na identidade visual do movimento trans e detalhando o conteúdo programático. As peças mantêm um padrão de alinhamento dos elementos textuais e não textuais, alternando-se a cada representação figurativa.

Figura 5 – Semana Estadual de Visibilidade Trans - *Imagens 04 e 05*



Fonte: Página do Instagram Amatra (@amatramaranhao), 2024





A representação da figura feminina nestas imagens do conteúdo (mulher trans, negra - *figura 08*), apresentada em 1º plano, emerge com uma expressividade receptiva que em um primeiro contato já é capaz de provocar efeitos positivos e interessantes. A figuratividade dessa representação também perpassa as mãos que juntas podem ter significados diversos, como de escuta, compartilhamento e demais sensações desta natureza.

Desta vez, um signo a ser ressaltado é o fato desta figura representativa possuir uma idade diferente da anterior. O que pressupõe uma intencionalidade na representatividade que buscou trazer diversidade nos corpos, incluindo pessoas transvestigêneres de diversas faixas etárias. Não é sobre idade em si, mas sobre as significações presentes no reconhecer e celebrar as multiplicidades existentes e suas ancestralidades.

Os componentes cromáticos e eidéticos mantêm o mesmo padrão, inspirado na identidade visual do movimento e alinhado ao discurso que o conteúdo como um todo deseja transmitir.

Figura 6 – Semana Estadual de Visibilidade Trans - *Imagens 06, 07 e 08*



Fonte: Página do Instagram Amatra (@amatramaranhao), 2024

As últimas imagens do conteúdo (*carrossel*) trazem a representação de um jovem transmasculino junto a uma mulher transvestigênera mais madura, em 1º plano, sugerindo um “encontro” entre gerações. Fenômeno este que possivelmente será vivenciado durante a Semana Estadual, dado a diversidade do público.

O jovem se apresenta com uma postura mais tímida, meio sério. Já a mulher está sorrindo e em uma pose que representa confiança e recepção. Ambos contrastam em termos de expressividade. Os demais elementos, cromáticos e eidéticos, complementam o discurso e reforçam os aspectos seminarrativos.

A figuratividade presente desta composição perpassa aspectos do sentir e conhecer inerentes ao público que recebe a mensagem, ainda que possua intencionalidades. Ambos os corpos juntos imprimem a representatividade do movimento que se faz por e para todes, independente da idade. A inclusão de uma mulher transvestigênera mais velha também remonta ao propósito





de manter as memórias e reconhecimento pelas que “vieram antes”, numa perspectiva de respeito e ancestralidade.

A sequência de imagens sobre a Semana Trans em São Luís (MA) vai muito além de um simples conteúdo de divulgação. Pensada e idealizada por e para pessoas transvestigêneres, essa mensagem se configura, entre seus inúmeros significados, como um marcador de participação política, um espaço de protagonismo no movimento como agentes atuantes e também como instrumento de celebração das ancestralidades.

Um fator importante a ser destacado refere-se à interseccionalidade do discurso. Esse conceito, basicamente, se preocupa em compreender os marcadores sociais do indivíduo, tais como raça/etnia, gênero, classe social, orientação sexual, por exemplo. No conteúdo em análise não vemos apenas corpos transvestigêneres representados, mas também as singularidades no que se refere aos aspectos raciais, geracionais, e prováveis distinções de classe social também.

Segundo Akotirene (2019, p. 14), “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”. A autora traz uma abordagem sobre o conceito a partir do feminismo negro, das tradições Yorubá, da luta antirracista e com uma base referencial que parte de autoras como Audre Lorde, Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez.

Ao estabelecer relação com o feminismo negro, a autora reforça a necessidade de um aprendizado a partir dos mais diversos grupos sociais: “o letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras (Akotirene, 2019, p. 16).

Vergueiro (2016, p. 30-31) também aborda a interseccionalidade a partir das suas próprias vivências. Partindo de uma abordagem decolonial, a autora ressalta a importância de se atentar aos demarcadores sociais para que não se ocorra “erros generalizantes”.

A luta pela criação de novos imaginários sociais, de novas possibilidades, da desconstrução de estigmas e preconceitos também precisa assumir o compromisso de um fazer mais profundo e que abarque todas as vivências em seus aspectos identitários e subjetivos. Compreender a importância, e urgência, de se interseccionar os discursos é fundamental para que o movimento LGBTQIAPN+ avance, de fato, de uma forma mais inclusiva, equitativa e consistente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises semióticas e narrativas apresentadas, podemos perceber que os conteúdos da Amatra analisados durante esta pesquisa convergem em seus objetivos,





apresentando pontos em comum, como informar, empoderar, mobilizar, reivindicar direitos e respeito, celebrar e reconhecer lutas e ancestralidades, e demarcar espaços e lugares que se querem e têm o direito de estar. Os grupos transvestigêneres presentes nas publicações, predominantemente no formato visual, demonstram a relação semântica entre os elementos dos conteúdos e as identidades visuais que compõem os signos pertencentes ao movimento trans, buscando atingir não apenas esse público, mas também ampliar o alcance para além da comunidade LGBTQIAPN+.

Ao longo das análises, ficou evidente a importância do estudo das temáticas, especialmente relacionadas ao gênero, de forma interseccional. Compreender que, para além de corpos e representações, as pessoas transvestigêneres também possuem marcadores sociais e subjetividades de sentido foi essencial para um processo analítico mais completo e assertivo. Outro fator relevante foi a predominância da diversidade representativa em todos os conteúdos analisados, visando gerar identificação social, despertar sensibilização e provocar mobilizações concretas.

Um dos objetivos específicos propostos nesta pesquisa foi apresentar as narrativas predominantes no perfil da Amatra no *Instagram*, visando a tornar conhecidos outros imaginários para além daqueles impostos socialmente para as pessoas transvestigêneres. Todos os conteúdos analisados trazem em sua construção semionarrativa a figura trans como agente autônomo, ativo e protagonista de suas histórias. Seja no reels de divulgação da Marsha Trans, no discurso da deputada Erika Hilton ou nas imagens de divulgação da Semana de Visibilidade Trans em São Luís (MA), todos esses conteúdos são compostos por pessoas transvestigêneres em primeiro plano, assumindo posições representativas de liderança, empoderamento, demarcando e ocupando seus lugares de direito, e sendo vistas e ouvidas em todas as suas demandas e reivindicações. Perceber predominantes essas novas narrativas mais prósperas e dignas para essa população, subvertendo as margens que a sociedade cisheteronormativa historicamente impôs, é reforçar o discurso compartilhado por autoras como Vergueiro (2016) e Moraes (2024) sobre autoafirmação identitária, subversão decolonial do sistema e valorização das memórias ancestrais.

Por outro lado, dentro dos objetivos específicos, identificamos a impossibilidade de analisar plenamente os recursos provenientes do uso da legenda nas publicações. Embora ausente em apenas um dos três conteúdos analisados, a não utilização desse recurso evidencia a necessidade de construir conteúdos de forma mais estratégica e potencializada pelos recursos existentes nas redes sociais, como o *Instagram*. Kotler (2017) e Torres (2018) discorrem sobre a importância desses elementos inerentes ao marketing digital, fundamentais para assegurar que o conteúdo performe de forma





promissora e eficiente. Neste caso, o Marketing de Conteúdo, enquanto estratégia para as redes sociais, configura-se como aspecto sugerido a partir das análises.

A pesquisa realizada evidenciou que tem surgido, a partir de muito trabalho e luta de base, ancestral e coletiva, novos tempos para as pessoas transvestigêneres. Essa nova era, percebida através do perfil da Amatra no Instagram, pode ser vista através de novas narrativas criadas e recriadas, e novos imaginários construídos, especialmente de forma direta para a população trans que outrora sequer teve a oportunidade de se ver num lugar mais digno e próspero. Se antes as pessoas transvestigêneres só eram imaginadas nas esquinas noturnas, agora elas também estão presentes nas universidades, na TV, no cinema, na política, lecionando em sala de aula, no teatro e nos mais diversos espaços possíveis. Tem sido um trabalho gradativo, com uma luta oficial e nacional de 20 anos reconhecidos, mas que têm transformado muitas vidas.

O trabalho da Amatra, percebido por meio do perfil no *Instagram*, é prova dessa movimentação que reconhece, humaniza e amplia as novas narrativas dissidentes. Seja pela da Semana Estadual de Visibilidade Trans ou ao compartilhar o discurso de uma das figuras mais emblemáticas para a comunidade trans, é indiscutível que o papel da Amatra, enquanto agente mobilizador e transformador, tem sido fundamental para a construção de novas narrativas e possibilidades para a população transvestigêneres maranhense.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

AMATRA. **AMATRA - Associação Maranhense de Travestis e Transexuais**, 2024. Página Inicial. Disponível em: <AMATRA – Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (wordpress.com)>. Acesso em: 22 de mar. de 2024.

Associação Maranhense de Travestis e Transexuais. **Abertura do reels sobre a 1ª Marsha Trans**. São Luís, 6 jan 2024. Instagram: @amatramaranhao. Disponível em: <http://instagram.com/amatramaranhao>. Acesso em: 20 jun 2024.

Associação Maranhense de Travestis e Transexuais. **Reels – Sequência dos demais momentos analisados**. São Luís, 28 jan 2024. Instagram: @amatramaranhao. Disponível em: <http://instagram.com/amatramaranhao>. Acesso em: 20 jun 2024.

Associação Maranhense de Travestis e Transexuais. **Semana Estadual de Visibilidade Trans – Card 1 (abertura)**. São Luís, 29 jan 2024. Instagram: @amatramaranhao. Disponível em: <http://instagram.com/amatramaranhao>. Acesso em: 20 jun 2024.

Associação Maranhense de Travestis e Transexuais. **Semana Estadual de Visibilidade Trans – Imagens 01, 02 e 03**. São Luís, 29 jan 2024. Instagram: @amatramaranhao. Disponível em: <http://instagram.com/amatramaranhao>. Acesso em: 20 jun 2024.





Associação Maranhense de Travestis e Transexuais. **Semana Estadual de Visibilidade Trans – Imagens 04 e 05**. São Luís, 29 jan 2024. Instagram: @amatramaranhao. Disponível em: <http://instagram.com/amatramaranhao>. Acesso em: 20 jun 2024.

Associação Maranhense de Travestis e Transexuais. **Semana Estadual de Visibilidade Trans – Imagens 06, 07 e 08**. São Luís, 29 jan 2024. Instagram: @amatramaranhao. Disponível em: <http://instagram.com/amatramaranhao>. Acesso em: 20 jun 2024.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. **ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)**, Brasília, p. 01-119, jan. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORREIA, Mariama. Erika Hilton e a resistência transvestigênere no poder. **Agência Pública**, 2022. Disponível em: <Erika Hilton e a resistência transvestigênere no poder - Agência Pública (apublica.org)>. Acesso em: 22 de mar. de 2024.

FEDERAL, Ministério Público; CEARÁ, M P E. **O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTQIA+**: conceitos e legislação. 3 ed. Brasília: MPF, 2023. Disponível em: <GUIA LGBT+ (2023, CE).pdf>. Acesso em: 24 de mar. de 2024.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores**: como as cores afetam a emoção e a razão. 1º Edição. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2º Edição. Brasília, 2012.

KOTLER, P; KARTAJAYA, H; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0**: Do Tradicional ao Digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

LANDOWSKI, Eric. **Com Greimas**: interações semióticas. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Copyright Editora 34, 1999.

MOIRA, Amara. Há 35 anos, "Operação Tarântula" prendia travestis para combater a Aids. **BuzzFeed**, 2022. Disponível em: <"Há 35 anos, "Operação Tarântula" prendia travestis para combater a Aids (buzzfeed.com.br)>. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

MORAIS, HBlynda. “Pane no sistema”: discutindo a não binariedade e o protagonismo trans nas redes sociais. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 20, p. 45-71, jan-abr, 2024. Disponível: <“Pane no sistema” | Revista Periódicus (ufba.br)>. Acesso em: 23 de mar. de 2024.

NASCIMENTO, Rafael. Operação Tarântula: perseguição a trans e travestis completa 35 anos. **IG Queer**, 2023. Disponível em: <Operação Tarântula: perseguição a trans e travestis completa 35 anos (ig.com.br)>. Acesso em: 02 de abr. de 2024.





PRADO, Ana Lúcia. et al. Narrativas Digitais: conceitos e contextos de letramento. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. v. 12, n. esp. 2, p.1156-1176, 2017. Disponível em: <Narrativas digitais: conceitos e contextos de letramento - Dialnet (unirioja.es)>. Acesso em 29 de mar. de 2024.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Constrassexual**. São Paulo: N-1 edições, 2014.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. 9º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

SANTOS, Lucas Moraes. **Se a esfera pública fosse um quadro, nós pintamos fora das margens: a Parada LGBT de São Luís do Maranhão como esfera pública de luta por direitos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SOUZA, Pedro Vitor F. de. **A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS TRANS NO INSTAGRAM: o caso de Linn da Quebrada**. 2023. Monografia (Bacharel em Jornalismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

TREVISAN, João. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.





CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA A POPULAÇÃO TRANS, TRAVESTI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA NO AMBULATÓRIO SABRINA DRUMMOND

Lorena Coutinho Lima

Graduada em Psicologia – Universidade Ceuma
Especialista em Sexologia Aplicada – InPaSex
Discente do Mestrado Acadêmico em Psicologia – UFMA
lorena.coutinho@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Carlos Wellington Soares Martins

Doutor em Políticas Públicas – UFMA
Docente do PPGPSI – UFMA
carlos.wellington@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A sociedade contemporânea é marcada fortemente por uma perspectiva generificada, racializada e sexualizada com fortes implicações nas esferas pública e privada. Em países colonizados com um histórico escravocrata, com ditaduras militares e presença de um fundamentalismo religioso incidindo nas relações sociais que tendem a ser opressoras para as minorias raciais, sexuais e de gênero. O Brasil segue, pela décima sexta vez, sendo o país com a maior estatística de casos de violência letal sofrida pela população LGBTQIAPN+, com prevalência da população trans e travesti conforme dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (BENEVIDES, 2024), e o Maranhão ocupa o sexto lugar com o maior número de casos em 2022, conforme dados do Observatório de Políticas Públicas LGBTI+. Essa LGBTfobia estrutural é alicerçada por várias tipologias de violências (física, verbal, econômica, moral, etc.) que se manifestam de formas diferentes, às vezes de forma sutil e velada e, em alguns casos, de forma agressiva e explícita, sendo a população trans e travesti como o recorte mais atingido, com uma expectativa de vida ainda estimada até os trinta anos, vítimas de transfeminicídio, além de serem evadidas do sistema educacional e mercado de trabalho formal. Diante desse cenário opressor convém destacar a importância do debate do cuidado com a saúde mental e o combate, entre outros fatores, do estresse minoritário acometidos massivamente por esta população e compreender tanto as estratégias de garantias de políticas públicas direcionadas a saúde integral da população LGBTQIAPN+ quanto a atuação de profissionais da Psicologia no cuidado com a saúde mental, nesse caso específico, a atuação em um ambulatório trans. Nesse sentido, este relato de experiência objetiva descrever os serviços disponibilizados pela equipe multiprofissional do Ambulatório Sabrina Drummond, na Policlínica do Cohatrac, em São Luís do Maranhão, com foco na atuação da pessoa profissional de Psicologia. É importante denotar que a conquista do serviço pelo ambulatório era uma reivindicação histórica dos movimentos sociais organizados que contribuiu para a formulação e implementação do Plano de Saúde Integral da População LGBTI+ do Maranhão (2023). Sabrina Drummond, travesti e profissional do sexo, foi uma militante histórica do movimento social no Maranhão fundando uma das primeiras organizações de reivindicação dos direitos da população trans no estado: a Associação de Travestis e Transexuais do Maranhão (ATRAMA). Sabrina foi brutalmente assassinada quando distribuía preservativos em campanha de prevenção e combate ao HIV, e teve seu nome reivindicado pelo movimento para nomear o ambulatório em uma homenagem e reconhecimento póstumo de sua militância. O referido ambulatório funciona como um espaço de acolhimento e cuidado em saúde de pessoas trans e travestis, de acordo com o proposto pelo Processo Transexualizador, Portaria nº 2.803 de 2013 do Ministério da Saúde a partir do





Sistema Único de Saúde. O serviço é formado por uma equipe multiprofissional composta por: 2 profissionais da recepção, 1 profissional do serviço social, 1 profissional da enfermagem, 1 profissional da clínica médica, 1 profissional da psicologia, 1 profissional da psiquiatria, 1 profissional da fonoaudiologia e 2 endocrinologistas. Como este relato de experiência é direcionado ao serviço de Psicologia, ressalta-se que faz parte do papel da psicologia o acolhimento, cuidado e promoção da saúde mental, do bem-estar e prezar pela qualidade de vida. Nessa vivência, esses são alguns exemplos de motivações para buscar o atendimento psicológico: estar em processo de descoberta da identidade de gênero e/ou questionamento sobre si; consequências da transfobia na saúde mental; iniciar ou dar prosseguimento à hormonização; desenvolver autoconhecimento e autoestima; vivência de conflitos familiares; desenvolver habilidades sociais; fortalecer a autonomia, assim como, desenvolver estratégias para construir ou ampliar a rede de apoio. Outra forma de cuidado da saúde mental é combater as barreiras de acesso, bem como, a transfobia estrutural para que seja possível cuidar da saúde das pessoas trans e travestis de forma integral, humanizada e digna.

Palavras-chave: Saúde mental; População trans; Travesti; Atendimento psicossocial

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da apresentação no evento intitulado: “*Gênero para além das fronteiras: tendências contemporâneas na América Latina e no Sul Global*” que ocorreu em outubro de 2024 na Universidade Federal do Maranhão e foi organizado pelo Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política-GAEP/CNPq.

Diferentes termos são utilizados para se referir às pessoas cujo gênero diverge daquele ora designado ao nascer. Existem disputas políticas e acadêmicas que defendem o uso de nomenclaturas diversas, neste manuscrito, os termos: pessoa/população trans e travestis serão utilizados com a intenção de abranger todas as pessoas que não se reconhecem com o gênero atribuído ao nascimento, objetivando manter o texto compreensível e evitar exclusões. Além disso, para respaldar o processo de pessoas trans e travestis em busca de se afirmar à sociedade, este artigo alinha-se sob a perspectiva afirmativa de gênero.

A ideia de apresentar e refletir sobre a saúde mental da população trans e travesti surge a partir da vivência e atuação da pessoa profissional de Psicologia com esse público no Ambulatório Sabrina Drummond, localizado no bairro do Cohatrac, em São Luís do Maranhão, e dos debates sobre um contexto opressor e excludente na sociedade contemporânea que afeta as diversidades raciais, sexuais e de gênero de maneira distinta considerando as interseccionalidades.

A população LGBTQIAPN¹ é formada por diversos grupos aglutinados sob o mesmo acrônimo. Do ponto de vista das iniquidades em saúde, cada grupo que compõe essa população

¹ Para esse debate optamos por utilizar a sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexos, Pansexuais e Não-binários) mas não perdemos de vista que existe um amplo debate acerca da sigla e





apresenta especificidades que os diferem entre si e constituem características singulares, as quais necessitam de atenção pelos profissionais de saúde que oferecem cuidado a esses indivíduos (Calazans *et al.*, 2021).

As pessoas trans, travestis e não-binárias, constituindo-se, como uma população minoritária e dissidente da sociedade heterocisnormativa, é marcada por trajetórias que refletem, em maior ou menor grau, vivências de marginalização e exclusão social. Essa realidade, consolidada pelo estigma e pela violência, revelam a disparidade de efeitos negativos na saúde física e mental quando comparados aos contextos de saúde da população *cis*² (Leite; Medeiros, 2021).

Diante dessa realidade, destaca-se a relevância deste relato de experiência que possui como objetivo: descrever os serviços disponibilizados pela equipe multidisciplinar do Ambulatório Sabrina Drummond, alocado na Policlínica do Cohatrac na cidade de São Luís - Maranhão, com o foco na atuação da pessoa profissional de Psicologia.

Para melhor compreensão, este trabalho está dividido da seguinte maneira: introdução, desenvolvimento e, por fim, a conclusão.

2. DESENVOLVIMENTO

Este trabalho se configura enquanto um relato de experiência de caráter descritivo e com abordagem qualitativa. Para isso, apresenta-se inicialmente uma síntese sobre a realidade brasileira e estadual sobre os dados de violência do coletivo em discussão, além da sua relação com os serviços de saúde no Brasil. Em seguida, apresenta-se o Ambulatório, mencionando sobre a história de Sabrina Drummond, a caracterização do local onde o serviço é disponibilizado, bem como, apontamentos da prática da pessoa profissional de Psicologia.

2.1 “Andar em paz, eu mereço. Mereço sorrir, mereço cantar. Andar em paz, eu mereço. Mereço viver, mereço amar, mereço que parem”

A Constituição Federal de 1988 afirma, no seu artigo quinto, que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988).

usos diferentes em diversos contextos, dessa forma se constituindo enquanto um campo de disputa e correlações de forças, mas para fins acadêmicos e de identificação consideramos que a sigla atende o requisito atual.

² Pessoa em conformidade com o gênero atribuído no nascimento.





Segundo Jesus (2024), em desrespeito à lei, diversas pessoas brasileiras – e também estrangeiras – têm as suas vidas afetadas por diferentes “ismos” e “fobias”: racismo, machismo, sexismo, classismo, xenofobia, LGBTfobia e etc. Além disso, afirma ainda que a superação dessas discriminações, dado o entrelaçamento e considerando a conexão de diferentes identidades e opressões que se associam, somente será possível quando as políticas públicas, sociais e institucionais forem efetivas na aplicabilidade da interseccionalidades dentro de suas ações.

O Brasil segue, pela décima sexta vez, sendo o país com a maior estatística de casos de violência letal sofrida pela população LGBTQIAPN+, com prevalência da população trans e travesti de acordo com os dados da Transgender Europe (TGEU) e divulgado também pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A América Latina e o Caribe foram as regiões com mais casos, chegando a 70% do total. Nos dados de 2024 foram identificados 350 assassinatos, sendo cerca de 106 casos no Brasil, o que representa 30% do total. Ressalta-se que 94% se caracterizam enquanto feminicídios sendo as vítimas **mulheres trans ou pessoas transfemininas, o que faz** Benevides (2024) afirmar que o Brasil é o país do transfeminicídio³.

Além disso, no âmbito estadual, conforme o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão (2022), o estado ocupa o sexto lugar no ranking nacional, com o maior número de casos no ano de 2022. Desses casos, 06 (seis) casos de violência letal foram de pessoas trans e travestis, sendo que em 05 (cinco) casos ocorreram o crime de homicídio (83,33%) e em 01 (um) caso a morte foi por suicídio (16,67%).

O contexto de violência contra pessoas trans no Brasil é alarmante em todas as fases do ciclo vital. Centenas de pessoas têm as suas vidas ceifadas, anualmente, por crimes motivados pelo ódio e discriminação. Segundo Benevides (2024), a falta de políticas de públicas direcionadas e eficazes para combater tal realidade tem reforçado a continuidade dessas estatísticas, tornando o Brasil um dos países mais inseguros e insalubres para as vidas trans, travestis e não-binárias.

Mesmo com essa realidade alarmante, a relação de tal população com os serviços de saúde também é complexa. De acordo com Santos e Santana (2021), o coletivo em discussão possui dificuldade de adentrar os espaços de saúde para acessar os serviços e, mesmo quando adentram, vivem situações de constrangimento, negligência, transfobia e negação de direitos.

³ Transfeminicídio é um conceito criado para descrever o assassinato de travestis e mulheres transexuais por razão de gênero, cuja motivação é especificamente o desprezo ao trânsito que essas pessoas realizam desde o que socialmente é entendido como masculino (gênero que lhes foi atribuído ao nascer) em direção ao que socialmente é entendido como feminino (Bento, 2014, 2017).





Ou seja, no que se refere aos serviços de saúde, espaços que deveriam ser de cuidado inclusivo e de acesso equânime estão representando dificuldade na busca por assistência e cuidado, desde a atenção básica à alta complexidade. Assim, as pessoas trans e travestis vivenciam uma série de entraves que dificultam, e podem chegar a impedir, a busca por cuidados em saúde, afastando a população de um direito básico (Chazan; Pereira, 2019; Ramos; Taquette, 2022).

Nota-se, a partir das discussões e dados apresentados, que a dignidade e o acesso aos direitos básicos ainda são precarizados para o referido público. De forma mais específica, no âmbito da saúde, mesmo considerando os avanços já existentes nas Políticas Públicas em Saúde no Brasil, ainda há lacunas entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua aplicabilidade. Assim, a população trans, travesti e não-binária enfrenta, em seu cotidiano, a invalidação de suas próprias vidas.

Convém destacar que por meio de uma forte mobilização articulada pelos movimentos sociais capitaneadas pelo Fórum de ONGs LGBTQIAPN+ do Maranhão e pelo Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIAPN+ do Maranhão em diálogo com a gestão pública e poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário) resultou na formulação e atual implementação de dois marcos nas políticas públicas para minorias sexuais e de gênero no Maranhão (Martins, 2024), a saber: Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTQIAPN+ e Política Estadual de Saúde Integral da População LGBTQIAPN+ (MARANHÃO, 2023) que em ambos os instrumentos traziam em suas reivindicações o serviço ambulatorial que se materializou no Ambulatório Sabrina Drummond que será detalhado na seção posterior.

2.2 O Ambulatório Sabrina Drummond

2.2.1. Quem foi Sabrina Drummond?

Sabrina Drummond foi uma travesti, profissional do sexo, além de se tornar uma militante histórica do movimento social no Maranhão fundando uma das primeiras organizações de reivindicação dos direitos da população trans e travesti no estado: a Associação de Travestis e Transexuais do Maranhão (ATRAMA).

Assim como diversas vidas trans ceifadas pela discriminação, ela foi brutalmente assassinada no dia de 12 de dezembro 2009, por golpes de faca. O corpo dela foi encontrado em um matagal à margem da Avenida Guajajaras, no bairro São Cristóvão em São Luís-MA (Portal Guará, 2017).

Sabrina tinha o costume – que representava cuidado – de distribuir preservativos em campanha de prevenção e combate as IST's. Assim, diante da sua representatividade e





significado, teve o seu nome reivindicado pelo movimento para nomear o ambulatório em uma homenagem e reconhecimento de sua militância e relevância social para a população.

Ressalta-se que Sabrina não teve a sua identidade de gênero respeitada, nem o seu nome social e nem os seus pronomes respeitados pelos canais de comunicação quando da divulgação de seu assassinato.

2.2.2. Caracterização do local e a Portaria nº 2.803/2013

O Ambulatório Sabrina Drumond fica localizado dentro da Policlínica do Cohatrac, com o endereço: rua nove, S/N - Cohatrac II, São Luís – MA. O serviço do ambulatório, até o momento da escrita desse artigo, é formado por uma equipe multidisciplinar composta por: 2 profissionais da recepção, 1 profissional do serviço social, 1 profissional da enfermagem, 1 profissional da clínica médica, 1 profissional da psicologia, 1 profissional da psiquiatria, 1 profissional da fonoaudiologia e 2 profissionais da endocrinologia.

O trabalho do Ambulatório está pautado na Portaria nº 2.803/2013 do Ministério da Saúde, nomeada de “Processo Transsexualizador”. Essa nomenclatura é polêmica, criticada por profissionais da saúde e pelo movimento social, pois possibilita interpretações equivocadas sobre as identidades trans e travestis. Além disso, o “processo transsexualizador” poderia ser interpretado como um processo de aval institucional, circunscrito à área da saúde, por meio de procedimentos específicos, que legitimaria – ou não – a existência e identidade trans (Caetano; Martins, 2021). Ressalta-se que as identidades trans, travestis e não-binárias são autodeclaradas.

A portaria nº 2.803/2013, amplia, redefine e descreve uma série de medidas, modalidades de serviços a serem acessados, a composição das equipes de saúde envolvidas e os critérios para realização do credenciamento de serviços junto ao Ministério da Saúde. As suas diretrizes se orientam nos princípios do SUS. É imprescindível também a articulação da portaria com as dimensões do Programa Nacional de Humanização (PNH), a saber: acolhimento, projeto terapêutico singular, respeito ao nome social⁴, e responsabilidade dos serviços pelo acesso de pessoas trans ao SUS (Brasil, 2003; Brasil, 2013).

A modalidade ambulatorial está designada ao acompanhamento pré e pós-operatório – sendo as cirurgias permitidas a partir dos 21 anos de idade – e ao acompanhamento para hormonização, que é permitida a partir dos 18 anos. E, vale ressaltar que a hormonização pode ser ministrada independentemente do interesse por algum procedimento cirúrgico (Caetano;

⁴ O nome social possui a mesma proteção concedida ao nome de registro, assegurada pelo Decreto Presidencial nº 8.727/2016.





Martins, 2021). Atualmente, o ambulatório Sabrina Drummond dispõe do acompanhamento com a equipe multidisciplinar, exames laboratoriais, a dispensação e aplicação dos hormônios dentro da unidade.

Ademais, dentro do Ambulatório também são realizados encontros de Grupos Reflexivos com as pessoas usuárias do serviço. Esses encontros contribuem para a construção de vínculos, identificação de pares, construção de rede de apoio, além de propor discussões e reflexões sobre temas que permeiam as suas múltiplas vivências.

Esse trabalho não é exclusivo da profissional da Psicologia, podendo ser mediado pelos profissionais da equipe multi e em parceria com profissionais externos ao Ambulatório de diferentes áreas.

2.3 Cuidado em saúde mental: realidade brasileira e experiência própria

O presente subtópico não objetiva esgotar a ampla discussão e possibilidades de análises, mas corroborar com a discussão do ponto de vista de quem estuda e também trabalha nesse serviço no SUS.

Como apontado anteriormente, o contexto de iniquidades abrange também o campo da saúde, perante um histórico de patologização e invisibilização dos corpos trans e travestis. Diante desse panorama, fruto da luta pela despatologização e pela busca por um atendimento em saúde equânime e que considere as especificidades do cuidado dessa população, a transexualidade deixou de ser considerada doença em 2018, após a publicação da 11ª da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018). A CID-11 adota o termo “incongruência de gênero”, apresentado no capítulo “condições relacionadas à saúde sexual”, para nomear situações nas quais o gênero com que uma pessoa se reconhece não é o mesmo daquele atribuído a ela ao nascimento (Cazeiro *et al.*, 2022).

A decisão da OMS reforça a Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 01/2018, que orienta a atuação de profissionais da Psicologia para que as travestilidades e as transexualidades não sejam consideradas patologias. Dessa maneira, profissionais da Psicologia devem prezar para que a sua atuação seja em prol da eliminação da transfobia, do preconceito e da discriminação:

Art. 7º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis. Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero (CFP, 2018, p. 3).





Mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade e da própria despatologização das transgeneridades através de muita luta, as pessoas dessa população apresentam maiores índices de comprometimento da saúde mental quando comparados as pessoas cis (Branquinho; Benedito; Ciasca, 2021; Mussi; Malerbi, 2020).

Resultado dos diferentes contextos de discriminação e do histórico de vulnerabilidade e exclusão social, Hendricks e Testa (2012), Branquinho, Benedito e Ciasca (2021) concordam que o sofrimento tem sido associado ao estresse de minorias – categoria empregada para classificar o estresse excessivo vivenciado por alguns grupos sociais, como: a população LGBTQI-APN+, população negra, mulheres, devido à discriminação e ao estigma que são alvos.

Assim, é comum perceber, ao longo dos atendimentos realizados, as consequências das experiências recorrentes de preconceito, a saber: vigilância em excesso, lutos, angústias, avaliação negativa de si, baixa autoestima, dificuldade para confiar em outras pessoas, inclusive em profissionais da saúde, ocultação da própria orientação afetivo-sexual e/ou da identidade de gênero, entre outros fatores.

Dessa maneira, a experiência prática corrobora com a literatura científica, até então divulgada, em relação a existência de adoecimentos mentais específicos. A população trans, travesti e não-binária pode estar mais vulnerável a adoecimentos e agravos de saúde mental, tais como: depressão, ansiedade, uso abusivo de substâncias, estresse pós-traumático (TEPT), autolesões não-suicidas, ideação suicida e tentativa de suicídio. Entretanto, ressalta-se que tais fatores não resultam das identidades trans/travestis, mas sim da exclusão social e da vulnerabilidade social que essas pessoas estão submetidas em diversos contextos na sociedade atual (Branquinho; Benedito; Ciasca, 2021; Battaglia, 2023).

Um estudo realizado por Reis *et al.* (2021) na cidade de São Paulo, analisou dados de 763 mulheres trans e travestis e expõe que 26,5% das participantes já tiveram diagnóstico de ansiedade e 19,1% de depressão, além de mais da metade da amostra já ter vivenciado ideação suicida ou tentado suicídio em algum momento da vida.

A violência e exclusão social também afeta diretamente a saúde mental de pessoas transmasculinas. Em 2015, foi realizado o projeto “*Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans*” pelo núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais. O referido projeto apresenta que 85,7% de pessoas transmasculinas participantes já teriam pensado em ou tentado cometer suicídio (NUH – UFMG, 2015).





Além disso, Bezerra *et al.* (2018) apresentaram o relatório “*Homens transexuais: invisibilidade social e saúde mental*”. Nesse estudo expõe-se que 94,5% das pessoas transmasculinas que participaram da pesquisa se sentiram deprimidas em algum momento do seu ciclo vital, sendo 66,4% com ideação suicida. Outro estudo importante para a compreensão da realidade de saúde de pessoas transmasculinas é o “*Mapeamento de saúde das transmasculinidades vivendo no Brasil (2023)*” (IBRAT, 2024).

A partir dos estudos e da prática profissional, o Quadro 1 foi pensado para elencar fatores que podem impactar negativamente a saúde mental (fatores de vulnerabilidade) e fatores que podem impactar positivamente a saúde mental dessas pessoas (fatores protetivos) observados pela profissional da Psicologia do Ambulatório Sabrina Drummond ao longo dos últimos 2 anos de trabalho:

Quadro 1 – fatores de vulnerabilidades e fatores protetivos

Fatores de vulnerabilidades	Fatores protetivos
Exposição a discriminação	Rede de apoio e solidariedade
Evasão/expulsão escolar	Suporte familiar/vínculo familiar seguro
Desemprego/dificuldade para inserção no mercado de trabalho formal	Acesso e permanência no mercado de trabalho formal
Abuso físico e/ou verbal	Respeito à identidade de gênero
Isolamento social	Uso e respeito ao nome social/pronomes
Baixa autoestima	Autoestima satisfatória
Rede de apoio social e/ou familiar inexistente ou insatisfatória	Permanência escolar (com sensação de segurança e pertencimento)
Falta de pertencimento nos espaços sociais	Sentimento de bem-estar nos diferentes espaços de convivência
Situação socioeconômica ruim	Boa situação socioeconômica
Dificuldade de acesso e permanência nos serviços de saúde	Acesso e permanência nos serviços de saúde

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

De janeiro a outubro de 2024 foram realizados mais de 650 atendimentos psicológicos dentro do Ambulatório. Durante os atendimentos são necessárias posturas afirmativas em sessão,





acolhimento – que começa antes mesmo atendimento em si – escuta qualificada das demandas, a utilização de linguagem inclusiva, são realizadas intervenções e/ou ações educativas sobre saúde sexual, diversidade sexual e de gênero. Além disso, as intervenções para o desenvolvimento de habilidades sociais, autoestima, autoconfiança são de suma importância.

E, a partir do exposto e trabalhado até então, é possível notar e ter consciência que os problemas enfrentados por essa população estão para além do que um acompanhamento psicológico é capaz de suprir sozinho. São necessários também moradia segura, suporte familiar, rede de apoio, vínculos afetivos, segurança, acesso à educação, cultura, lazer, alimentação, emprego e renda – até mesmo para sustentar as idas e vindas para os atendimentos presenciais no Ambulatório Sabrina Drummond – todos esses aspectos fazem parte do que se chama “saúde”.

Dessa maneira, concorda-se com Santos e Santana (2021) quando expõem a necessidade de uma política de saúde transinclusiva. Essa política se faz a partir de pilares que se consideram essenciais para o cuidado integral da saúde, a saber: transdisciplinaridade, transversalidade, interseccionalidades e intersetorialidade.

Assim, considerando a Psicologia como um campo de saber que possui um potencial transformador também em questões sociais e que possui um compromisso social com a realidade brasileira, é importante que se mantenha um posicionamento afirmativo frente às diversidades sexuais e de gênero, inclusive fora dos ambientes de trabalho. A aliança com movimentos e posicionamentos contra a transfobia é de grande relevância também para o cuidado em saúde mental.

3. CONCLUSÃO

Pessoas trans, travestis e não-binárias experienciam diferentes formas de discriminação advindos da cisnormatividade, o que afeta a sua saúde física e mental. Assim, trabalhar com pressupostos afirmativos perpassa pela compreensão dos padrões sociais impostos e por seus impactos. O trabalho psicológico precisa considerar a existência do estresse de minorias, bem como, o combate constante da transfobia em diferentes contextos. As intervenções e o cuidado em saúde mental devem considerar as particularidades dessa população, a diversidade de identidades e corporalidades.

É importante, então, pensar um cuidado atento às implicações estruturais e sociais que possam afetar essas subjetividades. Na produção da saúde e do cuidado em saúde mental, as diversidades não podem ser reforçadas enquanto marcadores de iniquidades, mas sim como mais um estímulo para uma prática em saúde acolhedora, integral, que respeite a dignidade humana e a sua pluralidade.





Além disso, qualificar políticas de saúde já existentes, planejar novas políticas mais inclusivas – que ressalte a saúde de pessoas não-binárias –, investir em educação qualificada e permanente dos profissionais de saúde, assim como, investir na ampliação da equipe, do espaço físico e estrutural são maneiras possíveis de contribuir para a re(existência) do Ambulatório Sabrina Drummond.

REFERÊNCIAS

BATTAGLIA, Fer Pontes. Atendimento de Pessoas Transexuais e Travestis na Clínica Afirmativa. In: RAMOS, Mozer de Miranda. **Manual de Terapia Afirmativa: um guia para psicoterapia com pessoas LGBTQ+.** Aracaju (SE): Afirmativa, 1 ed., 2023, p. 181-194.

BENEVIDES, Bruna. **Brasil segue sendo o país do transfeminicídio.** 2024. Disponível em: <https://caterinas.info/columas/brasil-segue-sendo-o-pais-do-transfeminicidio/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. **Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos**, 4 jun. 2014. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos.** Salvador: EDUFBA, 2017.

BEZERRA, Daniel Sarmiento *et al.* HOMENS TRANSEXUAIS: INVISIBILIDADE SOCIAL E SAÚDE MENTAL. **Temas em Saúde**, João Pessoa, v. 18, n. 1, 2018. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/04/18122.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013. **Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 26 set. 2024.

BROILO, R.; JESUS, J. G. de. Acesso e permanência de pessoas trans e travestis ao Sistema Único de Saúde: Uma revisão integrativa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 94–125, 2022. DOI: 10.9771/cgd.v8i2.49102. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/49102>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CALAZANS, Gabriela *et al.* Necessidades de saúde: demografia, panorama epidemiológico e barreiras de acesso. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; Junior, Ademir Lopes. **SAÚDE LGTQIA+:** práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba (SP): Manole, 1 ed., 2021, p. 82-91.





CAZEIRO, Felipe *et al.* Processo transexualizador no SUS: questões para a Psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e48503, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP n. 1, de 29 de janeiro de 2018**. 2018. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>.

FONTANARI, Anna Martha Vaites *et al.* Childhood maltreatment linked with a deterioration of psychosocial outcomes in adult life for southern Brazilian transgender women. **Journal of immigrant and minority health**, v. 20, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10903-016-0528-6>. Acesso em 16 nov. 2024.

IBRAT. **Mapeamento de saúde das transmasculinidades vivendo no Brasil (2023)**. Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). 2024. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/wp-content/uploads/2024/05/mapeamento-de-saude-das-transmasculinidades-vivendo-no-brasil-2023-1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. LGBTFOBIA: conceituação e estratégias de enfrentamento. **Campo de Públicas: Conexões e Experiências**, v. 3, n. 1, p. 218-231, 2024. Disponível em: <https://revista.fjp.mg.gov.br/index.php/campo-de-publicas/article/view/64>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Estadual de Saúde Integral da População LGBTI. 2023**. Disponível em: <https://observatoriolgbtma.com.br/docs/politica-estadual-de-saude-integral-de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-transsexuais-e-intersexos-lgbti-do-maranhao/>. Acesso em: 26 set. 2024.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. Movimentos sociais LGBTI+, políticas públicas e estratégias de enfrentamento à lgbtfobia no maranhão. In: PIMENTEL, Carlos Viana, ABREU, Marilande Martins; MARTINS, Carlos Wellington Soares (orgs.). **Teorias, experiências e narrativas sobre sexualidades dissidentes: comunidade LGBTQIA+ no Estado do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2024. Disponível em: <https://www.edufma.ufma.br/index.php/produto/teorias-experiencias-e-narrativas-sobre-sexualidades-dissidentes-comunidade-lgbtqia-no-estado-do-maranhao/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MUSSI, Samir Vidal; MALERBI, Fani Eta Korn. Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2020. DOI: 10.31505/rbtcc.v22i1.1438. Disponível em: <https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/1438>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans**. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH – UFMG), Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA – UFMG), 2015. Disponível em: <https://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PEREIRA, Lourenço Barros de Carvalho; CHAZAN, Ana Cláudia Santos. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de**





Medicina de Família e Comunidade, p. 1795-1795, 2019. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1795>. Acesso em: 8 nov. 2024.

PORTAL GUARÁ. **Suspeito de assassinar travesti Sabrina Drummond é julgado**. 2017. Disponível em: <https://portalguara.com/suspeito-de-assassinar-travesti-sabrina-drummond-e-julgado/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PNH. Política Nacional de Humanização. Brasília, DF: SUS, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO. **Boletim da violência letal LGBTI+ no Maranhão**. Dados de 2022. <https://observatoriolgbt-tima.com.br/docs/boletim-da-violencia-letal-contra-populacao-lgbti-no-maranhao-em-2022/>. Acesso em: 26 set. 2024.

RAMOS, Aline Sharlon Maciel Batista; TAQUETTE, Stella Regina. Ser e viver a transexualidade: significados e reflexões em usuários de um ambulatório do Sistema Único de Saúde no Nordeste do Brasil. **Conjecturas**, p. 998-1018, 2022.

REIS, Arianne *et al.* A cross-sectional study of mental health and suicidality among trans women in São Paulo, Brazil. **BMC psychiatry**, v. 21, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/59882>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SANTOS, Ailton; SANTANA, Yuna Vitória. Do texto ao contexto: por uma política de saúde para a população trans. In: SANTOS, Adriano Maia dos *et al.* (orgs.). **População LGBT+: demandas e necessidades para a produção do cuidado**. Salvador: EDUFBA, 2021, p. 51-76.





FAKE NEWS DO KIT GAY: NARRATIVAS DE ÓDIO E CONTROLE DA SAXUALIDADE NAS REDES SOCIAIS

Valéria Cristina Lopes dos Santos Souza

Cientista Social – UFMA

Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA

valeria.cristina@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Ana Carolina Amorim Oliveira

Professora do Curso de Ciências Humanas/ Sociologia

Professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – UFMA

oliveira.ana@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este artigo de pesquisa documental e exploratória analisa como as *Fake News* associadas ao “kit gay” produzem narrativas fictícias e pânico sexuais e/ou morais sobre a diversidade sexual e gênero na sociedade brasileira. A metodologia usada envolve o levantamento de artigos, dissertações, teses e nas principais notícias sobre o tema. Com isso, tensionamos o campo dos estudos de gênero, para entender os significados produzidos pela retórica dos discursos de ódio nas redes sociais. A partir da teoria de Judith Butler (2018) (2021) a partir de suas reflexões sobre linguagem, performatividade e violência simbólica, investigamos como essas narrativas geram discriminação contra vidas dissidentes e reforçam gramáticas de ódio e LGBTfobia. A pesquisa também explora de que maneira os discursos sobre corpos dissidentes e prazeres são instrumentalizados para promover a desinformação e legitimar práticas de controle social e moral, particularmente na sociedade brasileira contemporânea. Como os regimes de verdades, poder e enunciados são validados nos contextos da rede social? Para compreender estes discursos disciplinares de controle da sexualidade, nos apoiaremos na teoria de Michael Foucault (2015) que permite reconhecer como as sociedades lidam com a sexualidade moldadas por instituições de poder, moralidade e conhecimento. Como as redes sociais monitoram, catalogam e regulamentam a sexualidade? Como resultados iniciais, observamos que os discursos de ódio são responsáveis pela construção do “inimigo” transformando grupos em “outros” ameaçadores. O “kit gay”, foi instrumentalizado para criar a ideia de um “inimigo interno”, com os educadores, lideranças de movimentos sociais e defensores dos direitos LGBTQIA+ sendo falsamente acusados de promover uma agenda sexual para crianças. A linguagem tem papel fundamental na construção de subjetividades, e essa expressão mobiliza um tipo de discurso de ódio que reforça preconceitos e institucionaliza uma única forma de sexualidade - a heteronormativa -, regulando e disciplinando os corpos por meio das verdades difundidas nas redes sociais.

Palavras-chave: *Fake News*, Kit Gay, Discursos de Ódio, LGBTfobia.

1. INTRODUÇÃO

As *fake news* associadas ao “kit gay” repercutiram no Brasil, especialmente durante o período eleitoral de 2018. Naquele momento, grande parte da sociedade acreditou que a educação brasileira seria afetada por ensinamentos sobre a “homossexualidade” na educação básica, o que levou à disseminação de desinformação acerca do “kit gay” (Souza, 2022). Essa situação não apenas reforçou uma gramática que apresenta apenas uma sexualidade como possível, mas





também produziu narrativas e pânicos morais, gerando discriminação contra sexualidades dissidentes e LGBTfobia. As narrativas fictícias contribuíram para a validação de um “inimigo social interno”, mobilizando discursos de ódios e produzindo “verdades” em torno da sexualidade dissidente contemporânea.

Os estudos sobre sexualidade são necessários, mas os conteúdos ministrados pelos professores devem ser adequados à idade escolar, contribuindo para a reflexão sobre o corpo, os prazeres, os sentimentos e as formas sociais de se relacionar socialmente. Assim, diante de novas descobertas sobre o corpo, compreendemos a possibilidade de viver a sexualidade. Esse movimento deve ser livre, mas reconhecemos que as práticas sociais e sexuais são disciplinadas por controles morais vigentes na sociedade brasileira conservadora, os quais se voltam para um único modelo possível, inspirado nas práticas ocidentais cristãs, excluindo as demais formas não-binárias, não-normativas de viver a sexualidade.

Michel Foucault (2015) compreende que a sexualidade é vivenciada de acordo com as experiências socioculturais de uma época, produzindo modelos possíveis. Ele investigou como as sociedades modernas criam elementos discursivos para normalização das sexualidades, não por meio da repressão, mas promovendo uma ideia de sexualidade “correta” e digna de ser vivida. Essa sexualidade, produzida nas relações discursivas, torna-se disciplinada e organizada pelas normas binárias (homem/mulher), (feminino/masculino), sendo reduzidas ao mínimo e recolocadas. Diante dessas práticas, as repressões são naturalizadas e invisibilizadas pela “decência” das palavras e dos discursos.

Esses pudores devem se manifestar nos saberes médicos, jurídicos, políticos, culturais e virtuais, reforçando uma matriz heterossexual (sexualidade normativa), que invisibiliza corpos transgressivos e os submetem a tais normativas. Esses corpos e prazeres são invisibilizados não podem se expressar de forma visível e legítima. Em alguns casos, corpos vistos como abjetos ou degenerados não são sequer dignos de luto. Judith Butler (2018; 2021) argumenta que a performatividade desse corpo, que fogem à norma, os submete a violências simbólicas e físicas pela impossibilidade de se expressarem como corpos legítimos.

A metodologia desta pesquisa se ocupa do levantamento de artigos, dissertações, teses e principais notícias sobre o tema, tensionando o campo dos estudos de gênero para entender o significado dos discursos de ódio nas redes sociais. Na sociedade contemporânea, os discursos sobre sexualidade atravessam diversos espaços, e este trabalho busca compreender esse contexto.

O embasamento teórico se apoia nas reflexões de Judith Butler (2018; 2021) sobre linguagem, performatividade e violência simbólica. Investigamos como as narrativas geram





discriminações contra corpos e vidas dissidentes, reforçando gramáticas de ódio e LGBTfobia nos espaços virtuais.

A pesquisa busca entender como os discursos sobre corpos dissidentes e prazeres sexuais são instrumentalizados nas narrativas sociais para promover desinformação e legitimam práticas de controle social nas redes sociais. Para compreender os regimes de verdade e poder, além dos enunciados considerados válidos nas práticas de controle social e moral na sociedade brasileira contemporânea, utilizamos a teoria de Michel Foucault (2015) para reconhecer como as sexualidades são moldadas por práticas institucionais de poder, moralidade imposta e saberes considerados válidos.

Buscamos entender como as redes sociais monitoram, catalogam e regulam esses discursos sobre a sexualidade. Observamos que os discursos de ódio são responsáveis por incitar animosidade ao construir a Figura do “inimigo” na figura de sujeitos dissidentes, transformando-os em ameaças a serem combatidos. O “kit gay” é apresentado como um “instrumento” produzido por “inimigos internos”, que praticam ações vistas como inapropriadas e perigosas. Esses sujeitos são educadores, lideranças de movimentos sociais e defensores dos direitos LGBTQIAPN+, acusados falsamente de promover uma “agenda gay” e sexual para as crianças.

Diante desse contexto, a linguagem desempenha um papel fundamental na construção das subjetividades. No cenário contemporâneo das redes sociais, a expressão “kit gay” mobiliza um discurso de ódio que reforça preconceitos e discriminações sexuais, reafirmando a heteronormatividade como a única forma de sexualidade possível, regulando corpos por meio de “verdades” difundidas nas redes sociais.

Este artigo é composto pelo Capítulo I – **Introdução** – no qual é apresentado uma breve explanação do contexto. Em seguida, no item 1.1 **A Produção de Pânico Sexuais e Ódio nas Fakes News sobre o “kit gay”** é produzido na sociedade brasileira, analisaremos como os discursos e narrativas são utilizados para criar a figura do inimigo interno. No subitem 1.1.1 **A Instrumentalização do “Kit Gay” e a criação do Pânico Moral na Sociedade Brasileira**, discutimos sobre o “kit gay” são capazes de reforçar a heteronormatividade.

No capítulo II. **Performatividade, Regulação e Discursos de Ódio nas Redes Sociais – Uma análise com Judith Butler e Michael Foucault**, tecemos uma breve análise sobre as investigações e de como a teoria de performatividade e violência simbólica nos ajuda a compreender as discriminações sobre vidas dissidentes, nos deteremos em compreender como esses mecanismos controlam as sexualidades e validam os discursos sobre poder e verdade nas redes sociais.





1.1 A Produção de Pânico Sexuais e Ódio nas Fakes News sobre o Kit Gay

As fakes news do “kit gay” se popularizaram em 2018, período em que o país vivia uma onda massiva de notícias falsas impulsionadas pelo crescente acesso e uso de redes sociais. Essa *fake news* afirmava que o Ministro da Educação (Fernando Haddad - 2010) havia criado um conjunto de programas voltados para educação básica, uma interpretação distorcida do projeto “Brasil sem homofobia” de 2004, que era, na verdade, um programa voltado para a formação de educadores, com o objetivo de combater a discriminação no ambiente escolar.

Entretanto em 2010, as cartilhas voltadas para o Projeto do Governo Federal “Brasil Sem Homofobia - Escola Sem Homofobia”¹ tornaram-se alvo direto de narrativas fictícias que contribuíram para disseminar ideias de um inimigo interno, supostamente capaz de ameaçar as crianças em espaços escolares ou mesmo transformá-las em homossexuais. As *fake news* sobre o “kit gay” promoveram uma visão limitada sobre a sexualidade no Brasil. Esses conceitos, usados para afirmar possíveis “verdades”, foram mobilizados em espaços virtuais e pelos discursos de ódio, culminando na ascensão de um presidente de extrema direita ao poder (Souza, 2022).

Desde sua invenção médico-legal em fins do século XIX, a homossexualidade representou uma suposta ameaça à ordem. Uma prática sexual estigmatizada, a sodomia, passou a ser encarada como o cerne de um desvio da normalidade e o recém-criado homossexual tornou-se alvo de preocupações por encarnar temores de uma sociedade com rígidos padrões de comportamento. Por trás dos temores de degeneração sexual residia o medo de transformações profundas em instituições como a família. Considerava-se que a então chamada “inversão sexual” constituía uma ameaça múltipla: à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder entre o homem e a mulher na família e na sociedade e, sobretudo, à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo. Essas razões levaram os saberes psiquiátricos e as leis a colocarem o homossexual no grupo dos desviantes, ao lado da prostituta, do criminoso nato e daquele que talvez fosse seu parente mais próximo: o louco (Miskolci, 2007, p. 104,105)

Neste intento, as políticas de educação sobre a diversidade sexual, foram deslegitimadas pela compreensão de que as sexualidades das crianças inocentes seriam corrompidas pelo contato com essas temáticas. A dicotomia entre “puro” e “impuro” versus “proteção” e “perigosos” são acionadas nos discursos construindo as influências externas como as mais perigosas.

O inimigo interno, uma construção das narrativas do “kit gay”, se constituiria pelo lado de fora do processo institucional, mas emergia de dentro das instituições educacionais e políticas. Para tanto, essas narrativas utilizavam como alvos as pautas do movimento LGBTQIA+

¹ BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004, p. n. p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.





apontados como agentes da suposta “agenda ideológica” que destinada a corromper as crianças e estrutura familiar tradicional. “Os principais interesses de Discursos de ódio são tantos retóricos como políticos” (Butler, 2021, p. 34).

Os políticos progressistas, como Jean Willian (deputado 2011-2019), e Manuela D’Ávilla (deputada 2007-2015), que defendiam políticas para a inclusão da diversidade na escola e debates sobre gênero (Câmara dos deputados, 2011), foram acusados de propor uma “agenda gay” no ensino, considerada por alguns como uma ameaça aos valores morais e tradicionais ensinados pela família e pela religião.

É claro que persiste até os dias atuais no imaginário social impedindo que haja avanços nas políticas da população LGBTQIA+.

O procurador da República Lucas Costa Almeida Dias, coordenador do Grupo de Trabalho “Populações LGBTQIA+”, afirmou ter registrado mais de 80 projetos de lei que tramitam nas duas Casas Legislativas com o objetivo de atacar direitos dessa comunidade. Entre esses projetos ele citou iniciativas que buscam acabar com o casamento entre pessoas do mesmo sexo e proibir o uso da linguagem neutra, por exemplo (Senado notícias, 2024).

Além disso, educadores e escolas, enquanto agentes ativos na transmissão de conteúdos, foram vistos como responsáveis pela produção de materiais que poderiam, segundo essas acusações, transformar e enfraquecer a disciplina e a confiança nas instituições de ensino.

1.1.1. A instrumentalização do Kit Gay e a Criação do Pânico oral na Sociedade Brasileira.

A instrumentalização política em torno do “kit gay”, visou o uso político da temática, dessa forma as lideranças políticas conservadoras que também são grupos religiosos mobilizaram as narrativas para consolidar as bases eleitorais, usando os afetos e os valores morais como a “destruição da família tradicional” por grupos de homossexuais, ao mesmo que são supostos “corruptores” da inocência do outro, que é o corpo infantil.

Três grandes estigmas marcaram a identidade homossexual: sexualidade, loucura e crime. A partir desse triplo estigma foram aplicadas práticas sociais disciplinadoras como o internamento, a terapia e a prisão. Saberes e práticas se uniam em busca da “cura” ou reabilitação desses indivíduos (Miskolci, 2007, p. 105,106).

Os estigmas em torno da sexualidade ultrapassam as barreiras temporais e permanecem presentes no período contemporâneo. Dessa forma, o “kit gay” torna-se um marcador de uma suposta “loucura” atribuída ao “ser” homossexual, visto como degenerado e considerado merecedor de terapia e cura. Essa produção do saber, vinculado à prática médica do séc. XIX, está





presente nos argumentos sobre o material e sobre os agentes promovedores de uma educação para a diversidade (Foucault, 2015).

De acordo com a reportagem, o “kit gay” teria sido adotado pelo governo brasileiro para crianças de 6 anos pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad, que também é professor. Em um trecho do G1, lê-se:

Circulam pelas redes sociais vídeos, fotos e textos que atribuem ao candidato Fernando Haddad (PT) a criação de um “kit gay” para crianças de 6 anos. Parte dos posts diz ainda que o livro “Aparelho Sexual e Cia” foi adotado em programas governamentais enquanto Haddad ocupou o cargo de ministro da Educação, entre 2005 e 2012. As mensagens são #FAKE (G1, 2018).

A “promulgação das ideologias de gênero no país”, seria disseminada nas escolas por meio do Projeto Escola Sem Homofobia- ESH, pelos professores, considerados os principais responsáveis pela idealização e aplicabilidade dos ensinamentos (Leite, 2019). No entanto, esses conteúdos, segundo o discurso conservador, deveriam ser transmitidos pelos pais no âmbito doméstico, e não na escola. Entretanto, tais ideias estigmatizadas se organizam no espaço social por meio da linguagem e de práticas baseadas na divisão sexual do trabalho, que impõe uma visão dicotômica de gênero, baseada nos papéis sociais femininos e da defesa de uma identidade essencializada do feminino.

Aponta-se, por exemplo, a maternidade (elemento central dessa argumentação) como uma característica intrínseca à identidade feminina, fundamentada em princípios do conservadorismo religioso e pautada na ideia de uma natureza fixa - um centro de pensamento fechado sobre a diferença sexual (Campana; Miskolci, 2017).

Assim, a temática da “ideologia de gênero” persistiu no imaginário popular, sendo pautada nos discursos sobre gênero em espaços escolares e em uma educação de vertente binária. Iremos citar uma *fake news* do “kit gay” que circularam nas redes sociais:

“Ideologia de gênero” é uma forma de ensinar meninos a serem meninas e vice-versa

Falso: Discutido desde 2014, quando o estudo sobre gênero foi vetado de entrar para o Plano Nacional de Educação (PNE), o debate sobre a chamada “ideologia de gênero” ganhou ainda mais força com projetos como o “*Escola Sem Partido*” e as ideias enviesadas sobre o que isso seria. De acordo com alguns grupos conservadores, a “implementação” da ideologia de gênero nas escolas seria uma forma de ensinar às crianças que a própria ideia de gênero não existe e que elas poderiam escolher se querem ser homem ou mulher quando atingissem certa idade. Nas palavras de Jair Bolsonaro, a discussão também seria uma forma para “ensinar meninos a brincarem de boneca”.

Verdadeiro: A proposta de discutir gênero nas escolas não passa pela “doutrinação de gênero” (até porque isso seria impossível), mas diz respeito sim a uma educação não-





sexista e discriminatória, não só para LGBTs, mas também para mulheres. Dentre os princípios de educação sobre gênero está o papel da mulher na sociedade e como ela é encarada como “mais apta” para tarefas domésticas e não para raciocínios lógicos, por exemplo – construções meramente sociais e sem qualquer evidência científica/biológica. Outro ponto levantado é a própria educação, abordando o funcionamento do sistema reprodutivo, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos (Revista híbrida, 2019).

O “kit gay”, neste contexto, torna-se um elemento disruptivo dos ensinamentos educacionais e, nessa perspectiva, seria interpretado como um incentivador de comportamentos ou identidades diversas no campo sexual entre crianças. Assim, ao ser direcionada a um grupo minoritário, essa narrativa visa menosprezá-los e humilhá-lo. De acordo com Butler (2021, p.12), o problema do discurso injurioso está nas representações que ofendem, pois

[...] a injúria linguística parece resultar não apenas das palavras utilizadas para se dirigir a alguém mas também do próprio modo de endereçamento, um modo – uma disposição ou um posicionamento convencional – que interpela e constitui o sujeito.

A *fake news* do “kit gay”, que circulou nas redes sociais, fomentou uma associação entre pedófilos e a comunidades LGBTs+, retratando-a como um grupo que “performa” um gênero pervertido e composto por criminosos. Citamos abaixo:

“Pedófilos fazem parte da comunidade LGBT+”

Falso: No Twitter, **Eduardo Bolsonaro** divulgou a Figura de um cartaz no qual é possível ver a adição do “P” na sigla LGBT, como uma suposta inclusão de pedófilos na comunidade.

Verdade: A Figura verdadeira foi publicada no site 4chan, em 2017, como parte de um fórum da extrema-direita criado especificamente para produzir notícias falsas que difamassem a comunidade LGBT (Revista híbrida, 2019).

Um pânico moral se constitui pela instrumentalização e pelas adjetivações negativas que performatizam e repetem o “kit gay” criando um enunciado que delimita e condensa um tipo de discurso, retratando determinado grupo como vulnerável e como produtor de mazelas sociais. Seguindo a perspectiva de Butler (2021), poderíamos questionar como um chamamento meramente linguístico pode produzir medo como resposta. De maneira prática, a autora sugere, por meio de questionamentos, que ao ser chamado, evocam-se e se reconstroem ações que perpetuam certos reconhecimentos instrumentalizados no ritual social, sustentando a exclusão e a violência. Assim, a linguagem pode sustentar um corpo quanto ameaçar sua existência, dependendo de como os atos de fala são instrumentalizados.





Para compreender as relações, performances, regulação e discursos de ódios nas redes sociais, apresentaremos no próximo capítulo uma breve análise com Judith Butler e Michael Foucault, visando entender como os micropoderes atravessam as relações e se inter cruzam.

2. PERFORMATIVIDADE, REGULAÇÃO E DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS – UMA BREVE ANÁLISE COM JUDITH BUTLER E MICHEL FOUCAULT

O gênero, como ideologia, passa integrar os debates públicos, sendo extremamente útil como categoria analítica. No entanto, algumas de suas premissas tornam-se evidentes no cotidiano, incluindo as redes sociais. Nesses espaços, o gênero não apenas performatiza como também é regulamentado, e os discursos de ódio, especialmente nas plataformas, produzem violências simbólicas contra vidas dissidentes (Butler, 2021). O “kit gay”, passa a nomear o “anormal” e funciona como um mecanismo de validação de discursos de poder e verdade. Nos amplos espaços de diálogos múltiplos, isso pode resultar em discriminações (Foucault, 2015).

As redes sociais, tornaram-se um espaço potencializador de discursos violentos, narrativas de ódio e controle da sexualidade, e neste cenário que o kit gay se instaura, e o conteúdo falso reforçam os estereótipos negativos que ameaçam a moralidade pública, e à “proteção das crianças”, cria-se uma verdade sobre o sexo. Michael Foucault (2015), leva em consideração que em torno do sexo se cria um aparato de produzir verdade.

O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, que a verdade do sexo tenha se tornando coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida; em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade (Foucault, 2015, p.63).

Dessa forma, o gênero/sexo no discurso e o poder performativo da linguagem como ação, de acordo com Judith Butler (2021), constituem-se no discurso de ódio como uma linguagem que gera ferimentos. Para a autora, ele é um modo de atuação que fere ao ser dito, e o faz por meio do poder performativo que as palavras possuem. Neste contexto, o “kit gay” não se torna apenas uma expressão de hostilidade, mas uma ação que impõe violência e exclusão ao “performar” uma realidade estigmatizada sobre o sexo e a sexualidade.

O poder de regulação desse discurso, nos termos de Butler, inspirado em Foucault, está voltado para a linguagem como sujeição, pois, ao ser chamado de um certo nome, o indivíduo é, paradoxalmente, submetido a uma forma de assujeitamento, uma vez que esse nome cria a posição que ele deve ocupar ao ser nomeado. Assim, seu argumento indica que a linguagem de ódio exerce poder ao designar identidades de forma pejorativa, o que se aplica aos discursos





sobre o “kit gay”, onde a identidade LGBTQIA+ é frequentemente rotulada de modo a sugerir perigo ou imoralidade.

Ao repetir um discurso que fere, um indivíduo pode ser posicionado como subordinado, pois há elementos subjacentes a essas repetições injuriantes que naturalizam a sua existência. A autora considera que tais discursos criam uma realidade para os marginalizados e “degenerados”, reforçando posições de subordinação estigmatizadas pela repetição. Desse modo, ocorre a reprodução da violência e a normalização do ato (Butler, 2021).

Os efeitos do discurso de ódio no sujeito vão além de apenas feri-lo; ele se entrelaça e engendra nas dinâmicas das relações socioculturais desse sujeito, que é forçado a ocupar a posição inferior criada pelo próprio discurso de ódio. Isso evidencia o papel desse discurso na manutenção da hierarquia social que promove controle e a sujeição nos grupos marginalizados. Neste trabalho destacamos as performances que se manifestam em espaços das redes sociais (Butler, 2021).

Casos de *ciberbullying*, são recorrentes na internet, e questões relacionadas à sexualidade e à LGBTfobia têm ganhado destaque no meio virtual. Neste contexto, momentos extremos de pressão popular podem afetar vidas ao reforçar formas discursivas de violências, como no caso citado abaixo:

Um caso que ganhou notoriedade, foi o de Lucas, de 15 anos, filho da cantora Wal-kyria Santos. Após postar um vídeo na rede social *Tik Tok*, no qual fingia beijar seu amigo. O vídeo repercutiu e surgiram comentários homofóbicos contra o garoto, que apagou o primeiro vídeo, a pedidos da tia, segundo ele.

Segundo a Revista *Quem*, o menino foi encontrado morto após cometer suicídio, no dia 3 de agosto de 2021, em sua casa. Sua mãe se pronunciou nas redes sociais afirmando que o filho era heterossexual e que o vídeo era apenas uma brincadeira, mas que mesmo que ele fosse gay, nada mudaria, “seria meu filho do mesmo jeito”. (Ad-net, 2024).

Destacamos que discursos de ódio no contexto virtual também se pautam em moralidades e na heteronormatividade confessadas no ritual das redes sociais, articulando-se a normas produzidas e reproduzidas nos discursos cotidianos. Esses discursos reafirmam que a forma considerada mais adequada de viver a sexualidade é atravessada pelo controle e pela assepsia, regulando as possibilidades da sexualidade e transformando o corpo e os comportamentos em matéria-prima para essas narrativas (Butler, 2021); (Foucault, 2015).

Dessa forma, com as postagens em redes sociais ou site de relacionamentos dos atores sociais, políticos - que também podem ser lideranças religiosas - na estrutura plataformizada de redes como o *Instagram*, que conta com funções e recursos como *hashtag*; vídeo de *feed*; vídeo





ao vivo; *stores*; localização; edição de imagens; curtidas; comentários; seguidor; marcação de fotos; mensagens diretas, entre outros, permite-se que as informações alcancem diversos interlocutores pelas prática e pela novas (formas) das confissões nas redes sociais (Foucault, 2015). Essas informações se concatenam nas múltiplas performances, vinculando-se entre os usuários e, nas polifonias das vozes, constroem-se em uma teia de enunciados (Silvia, 2021).

Em uma estrutura semelhante, o X (antigo Twitter) se constrói por meio do envio de mensagens curtas e é considerado um grande microblog. Sua entrega de mensagens instantâneas o torna mais interativo entre os usuários, aumentando o alcance das postagens (Silvia, 2021). Neste sentido, ao pensar com Judith Butler (2021, p. 22): “Um performativo de sucesso é aquele em que não apenas eu performatizo o ato, mas uma série de efeitos decorre do fato de que eu o performatizo”.

As redes sociais monitoram e catalogam as *fake news* do kit gay por meio de recursos plataformizados, clicks e curtidas, e do uso de algoritmos, interligando os usuários nas redes. Assim, torna-se mais evidente que o controle da atenção se estrutura nessa tecnologia de poder, capaz de naturalizar discursos no meio virtual e de regular corpos por meio das “verdades” difundidas nesses espaços virtuais.

Quanto à possibilidade de resistência e ressignificação, mesmo que a linguagem de ódio tenha potência de ferir, há também potência criativa na reapropriação dessas palavras. Esse processo pode permitir que indivíduos feridos pelo discurso de ódio reconfigurem seu significado e se rearticulem por meio de uma contranarrativa criadora e potente (Butler, 2021).

3. PARECER CONCLUSIVO

O Uso das Narrativas de Ódio, além de ser um instrumento estratégico mobilizados para promover vantagens políticas, levou ao crescimento da LGBTfobia, ao aumento dos ataques a educadores e à implementação de políticas educacionais de censura a temas sobre gênero e sexualidade. Esse reforço da polarização social em torno de questões morais e culturais contribui para políticas excludentes e repressivas relacionadas a gênero.

Michael Foucault (2015) nos ajuda a refletir, como o poder regula corpos e o desejo, criando categorias normativas. Essas normas sustentam estruturas de poder, e, nesse contexto, os discursos de ódios tornam-se ferramentas para disciplinar e controlar práticas sexuais e identidades não-normativas, como as sexualidades LGBTQIA+.

Judith Butler (2018) (2021), em suas práticas filosóficas, questiona e nos leva a refletir sobre realidades múltiplas e sobre como as conexões entre subjetividades, linguagens,





performances e discursos de ódios podem atravessar e reforçar estereótipos e preconceitos voltados a grupos minoritários, muitas das vezes sob o argumento de proteção da “família tradicional” e dos “valores morais”, o que justifica estatizações e violências simbólicas.

Butler é fundamental para esta pesquisa, pois desafia a visão tradicional de que gênero é expressão natural e estável de nossas identidades, propondo que o gênero é performativo e construído por meio de repetidas ações e comportamentos. Dessa forma, “fazemos” o gênero mesmo quando somos atravessados pelas redes sociais; corpos que não se conformam às normas são marginalizados, invisibilizados e alvo de violência do ódio.

As estratégias de pânico social exploram ansiedade profundas e resultam na marginalização de vidas dissidentes, além de fortalecerem regimes de controle e vigilância sobre os corpos, como argumentam autores como Judith Butler e Michel Foucault.

Este artigo abre múltiplas possibilidades de reflexão teórica ao considerar que o simbólico do “kit gay” se constitui e se ressignifica no imaginário popular brasileiro. As práticas de pânico morais permanecem presentes nas narrativas políticas e religiosas, controlando e designando uma forma possível e disciplinar de vivência da sexualidade. Em um período prolongado, essas práticas continuam a impactar negativamente as minorias sociais por meio dos marcadores sociais da diferença, promovendo atravessamentos que resultam em discriminações contra grupos sociais.

REFERÊNCIAS

ADNET. Nana. Falta de regulação na internet mantém violência homofóbicas, avaliam especialista e vítimas. **Agência de notícias CEUB**, 19 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciade-noticias.uniceub.br/preconceitos/falta-de-regulacao-da-internet-mantem-violencia-homofobica-avaliam-especialistas-e-vitimas/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BUTLER. Judith. **Discurso de Ódio**. Uma política do performativo; tradução Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo. Editora: Unesp Digital. 2021.

BUTLER. Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade/Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Começa seminário sobre ações contra a homofobia no Plano de Educação**, 23 nov. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/225247-comeca-seminario-sobre-acoes-contr-a-homofobia-no-plano-de-educacao/>. Acesso em: 09 out. 2024.

CAMPANA, Maximiliano; MISKOLCI, Richard. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**.v.32, n.3, p.725-





747,2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 out.2024.

É#FAKE que Haddad criou ‘kit gay’ para crianças de seis anos. **G1**, 16 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>. Acesso em: 28 nov.2024.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A Vontade do Saber. V.2ª. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra. 2015.

Kit Gay: relembre a polêmica sobre a cartilha. **Gazeta do Povo**, 22 out.2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/kit-gay-relembre-a-polemica-sobre-a-cartilha/> Acesso em: 04/10/2024.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro [online], ago. 2019, n. 32, p. 119-142. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>. Acesso em: 09 out. 2024.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**. v. 08, p. 101-128, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006> . Acesso em: 02 set. 2024.

SILVA, Rannyelle Andrade da Silva. Discursos de Ódio nas Redes Sociais Instagram e Twitter, nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil. 2021.136 f. **Dissertação** (Programa de Pós- Graduação em Comunicação, do Centro de Ciência da Educação, Linha de Pesquisa Mídia e Produção de Subjetividades) – Universidade Federal do Piauí. 2021.

SOUZA, Valéria Cristina Lopes dos Santos. A atuação da *Fake News do Kit Gay* como dispositivo da sexualidade: produção de discursos e disputas pela hegemonia. 2022. 89 f. **Monografia** (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2022.

Veja 10 fake news contra a comunidade LGBTQ. **Revista Híbrida**, 2019. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/10-fake-news-sobre-a-comunidade-lgbt/>. Acesso em: 04 out.2024.





JUDITH BUTLER: SEXO, GÊNERO E A CRÍTICA À METAFÍSICA DA SUBSTÂNCIA

Charlie B R Costa

Graduando em Filosofia – UFMA
costa.charlie@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Daniel Schiochett

Doutor em Filosofia - UFSC
daniel.schiochett@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente artigo visa analisar como o conceito de identidade de gênero desenvolvido por Judith Butler critica a metafísica da substância, desafiando a naturalização do sexo e do gênero. Por meio de uma análise da obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (1990), pretende-se mostrar de que modo a filósofa desenvolve seus argumentos para pensar a possibilidade da construção de identidades contingentes e subversivas. Os conceitos a serem abordados, de maneira explicativa, são: sexo, gênero, sujeito e identidade, todos sob a ótica pós-estruturalista, entrelaçando-se assim com Michael Foucault e Gilles Deleuze. Preocupada em levantar questões sobre a formação da identidade e os processos pelos quais nos tornamos sujeitos dentro das estruturas de poder (na família, escola, trabalho, etc), Butler aponta a necessidade de uma revisão crítica das teorias feministas que estão embasadas em uma metafísica substancial ao desestabilizar a concepção de sexo como algo fixo. Quando dizemos que o gênero é cultural, mas ainda assumimos que o sexo é natural, estamos disfarçando um esquema biopolítico que fere identidades humanas. Como o sujeito de Butler não existe antes do ato (isto é, não há aquele que faz algo, mas aquele que é feito enquanto faz algo) e o gênero é montado na medida em que é performado, sujeitos marcados pela sociedade como subversivos no contexto da coesão entre sexo-gênero-desejo encontram validação. Uma vez que o sexo é uma produção discursiva e o gênero é performativo, seu argumento desagua numa formulação de identidade que contesta a metafísica da substância presente na dicotomia corpo e gênero comum ao pensamento ocidental.

Palavras-chave: Sexo; Gênero; Metafísica da substância; Identidade.

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo situado aqui é o conceito de gênero, inicialmente guiado pela pergunta *de onde vem a ideia de que ele é uma construção social?* Que desembocou em *é possível entendê-lo de uma forma não-substancial?* Butler, postulando o sexo como produção discursiva, por conseguinte mostra que não há essencialidade no gênero ao defini-lo como performatividade, isto é, “uma estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (2023, p. 69). A filósofa afirma, ademais, que realizar uma genealogia política das ontologias do gênero, se exitosa, desconstrói a





Figura substantiva dele. A proposta é mostrar de que modo a filósofa desenvolve seus argumentos para possibilitar a construção de identidades contingentes e subversivas.

Em razão das pessoas se tornarem inteligíveis somente ao adquirir seu gênero em conformidade com os padrões reconhecíveis¹ pela sociedade em vista, a discussão sobre a identidade não pode vir antes da discussão sobre a identidade de gênero, conforme assegura Firmino (2017, p. 57). Butler está preocupada em levantar questões sobre a formação da identidade e os processos pelos quais nos tornamos sujeitos dentro das estruturas de poder (na família, escola, trabalho e assim por diante). Explorar as premissas postuladas pela autora para sustentar a tese de que o gênero não tem base ontológica – a saber, não existe por si só – é o objetivo deste artigo.

Não obstante, a autora trabalha com categorias comuns do discurso filosófico moderno e contemporâneo – sexo, desejo, discurso, sujeito – que remontam o ser do homem a partir de um *ethos*, conceito abordado filosoficamente desde a Antiguidade. O *ethos* envolve, enquanto dimensão social e individual, um conjunto de costumes e hábitos nos quais uma normatividade se instaura – pressuposto provir da natureza ou instituído pela sociedade. Sendo uma extensão da cultura, o *ethos* é sobretudo implicado pela questão da manifestação do íntimo humano, ou seja, em que proporção a liberdade se concretiza estando submetida a normas (Vaz, 1998, p. 17). Como esse conceito alcança a identidade do sujeito desenvolvida por Butler será exposto no desenvolvimento teórico, bem como assimilações que a filósofa faz entre sexo e gênero, desaguando numa formulação de identidade que contesta a metafísica da substância presente na dicotomia corpo e gênero comum ao pensamento ocidental.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Os limites do sexo

Michel Foucault, em *Dispositivo da sexualidade*, afirma que a questão acerca de quem somos, no decorrer do tempo, foi intrinsecamente associada ao sexo – não somente o biológico, mas principalmente o sexo-história, sexo-significação e o sexo-discurso (1988, p. 88). Atuando como legislador, o discurso enuncia as regras pelas quais o sexo ganha significado e o pressiona a renunciar a si mesmo de forma que, tão comum às conexões múltiplas do poder, força a negação da nossa individualidade até que caíamos na inexistência (Foucault, 1988, p. 94).

Butler, abordando à sua maneira as ideias de discurso, sexo e poder articuladas pelo filósofo, questiona se “haveria uma história de como de estabeleceu a dualidade do sexo, uma

¹ i.e., a coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo discutida por Foucault.





genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais?” (2023, p. 27). Que a resposta para suas perguntas possivelmente é afirmativa, isso podemos imaginar. Margaret Mead, em 1935, bem ilustrou que diferentes sociedades constroem diferentes papéis sociais ao analisar três comunidades indígenas na Papua-Nova Guiné (os Arapesh, Mundugumor e os Tchambuli).

Em *Sexo e temperamento*, a antropóloga relata que inicialmente buscou estudar construções sociais que iluminassem de outro modo as diferenças sexuais postas no ocidente. Para sua surpresa, seja nas sociedades em que os homens são caprichosos e as mulheres viris, ou ambos são caprichosos ou ambos são viris, concluiu que o temperamento não está ligado ao sexo e, por compartilhar da crença geral de que certa composição anatômica baseia temperamentos específicos, nem suspeitava que os temperamentos reputados naturais a um sexo pudessem, ao invés, ser meras variações do temperamento humano (Mead, 2011, p. 27). Se, no imaginário popular, a coerência entre sexo e disposição prescreve um modo *correto* de agir, como poderia a cultura não estar diretamente associada à seleção de formas desejáveis de comportamento?²

É difícil fazer parecer *natural* o que é construído, mas possível com a força da *linguagem discursiva*³ se levarmos em conta que as relações de poder atuam, segundo Foucault, de modo diretamente produtor. O gênero, utilizado por teóricas feministas como Beauvoir, Wittig e Irigaray para contestar a ideia de imutabilidade do sexo, possibilita uma leitura das identidades humanas não mais determinadas pela biologia, mas construídas socialmente. Outro modo de dizer isso é afirmar que, para elas, o gênero seria uma interpretação social do sexo, pois a ideia propagada é: o sexo está para a natureza assim como o gênero está para a cultura. Joan Scott (1995 [1986], p. 75) explicita esse tipo de argumento reiterar que o gênero

também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade de dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior.

Desde o final do século XX essa distinção fortalece os ideais feministas por políticas equitativas e proporciona também uma saída à opressão vinda do regramento comportamental próprio a homens e mulheres. Nessa perspectiva, a discriminação entre sexo e gênero abre

² Pode-se chegar a conclusões semelhantes analisando as diferentes abordagens educacionais para meninas e meninos na obra *Emílio ou Da Educação* de J. J. Rousseau (1762).

³ O discurso, admitido por Foucault como instrumento e ponto de resistência para o poder, não serve a um lado específico; além disso, é composto por segmentos descontínuos, não sendo estável nem possuindo núcleo.





espaço tanto para uma interpretação múltipla do sexo quanto para a teorização do gênero como fluxo autônomo (Butler, 2023, p. 26). Pessoas intersexo e transgênero, por exemplo, com frequência demonstram o abismo entre os dois conceitos ao desempenharem socialmente trejeitos divergentes da expectativa acerca de seus sexos, chegando até ao não-reconhecimento por parte dos instrumentos discursivo-jurídicos, como relata Paul B. Preciado em seu artigo *Meu corpo não existe*:

“Meu corpo trans não existe como variante possível e vital do humano nos livros de anatomia, nem nas representações do aparato reprodutivo saudável dos manuais de biologia do ensino médio. Discursos e técnicas de representação afirmam unicamente a existência de meu corpo trans como espécime numa taxonomia do desvio que deve ser corrigido.” (2020, p. 224)

Com os avanços da ciência nos últimos tempos, é incontestável: o sexo não é estável, de maneira que há indivíduos XX, XY, XXY e das mais variadas composições cromossômicas, hormonais e anatômicas. Por que deveria o gênero, então, restringir-se à binariedade [homem e mulher] dado que é concebido independentemente das atribuições do corpo sexuado? Consequentemente, faz sentido perguntar também se não seria o sexo tão culturalmente construído quanto o gênero, porque “*homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher e feminino* tanto um corpo masculino como um feminino” (Butler, 2023, p. 26, grifos do autor). A divergência entre eles é hipotética pois os fatos naturais do sexo – chamados *temperamentos* por Mead – são produzidos discursivamente por diferentes esferas a serviço de interesses políticos e sociais.⁴ Para Judith Butler, o sexo é, desde o início, o gênero.

Quando De Lauretis se debruça sobre o significado de *gênero*, ela nos elucida como as categorias *feminino* e *masculino* formam um sistema simbólico que relaciona o sexo à cultura de acordo com valores e hierarquias sociais (1987, p. 211). E, posto que é no âmbito do discurso em que se articulam poder e saber (Foucault, 1988, p. 111), o sexo é formado desde o primeiro anúncio: “É menino!” – quando o resultado do ultrassom chega, antes mesmo do nascimento. Essa simples oração, formada pelo verbo *ser* somado ao substantivo *menino*, carrega todas as normas que a criança deverá desempenhar caso queira ser lida socialmente como sujeito.

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura.”

⁴ A autora articula suas ideias acerca das políticas de discriminação que determinam quais vidas tem valor simbólico, violentando e excluindo as demais, em *Vida precária* (2004).





Manter algo no domínio do *a priori* é por demais conveniente para assegurar qualquer estrutura e, como afirma De Lauretis, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade.⁵ Após quebrar a célula do sexo-pré-discursivo e diante da necessidade de reformular o conceito de gênero de modo que ele enfrentasse as imposições por trás das produções discursivas, Butler explora a dinâmica da identidade a partir do gênero como performatividade.

2.2 Gênero como performatividade

Pesquisar por *gênero* no dicionário é encontrar que ele corresponde a um processo de socialização, ou a um padrão de comportamento não-natural: papéis sociais, representações simbólicas atribuídas ao feminino/masculino e as relações sociais entre eles. Usado comumente no campo acadêmico como ferramenta teórico-epistemológica para entender culturalmente a complexidade das subjetividades humanas, Butler enfurece de estudiosos a leigos ao publicar *Problemas de gênero* na década de 90 e sugerir, com sua obra, o desmonte do conceito de gênero aceito na época. Uma vez que, para delimitá-lo, é necessário excluir uma série de subjetividades, Butler primeiro visa explicitar a problemática de fixar “mulheres” como o sujeito do feminismo, recusando seu caráter essencialista.

“Existiriam traços comuns entre as ‘mulheres’, preexistente à sua opressão, ou estariam as ‘mulheres’ ligadas em virtude somente da sua opressão? [...] Existe uma região do ‘especificamente feminino’, diferenciada do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e consequentemente presumida das ‘mulheres’? [...] A ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular de identidade” (Butler, 2023, p. 22).

Desde Platão parece cristalizada não somente a ideia do dualismo corpo/mente, como também a ideia de que o corpo é inferior à alma, a qual deve governá-lo. É contra a concepção humanista de corpo como recipiente no qual são inscritos significados culturais, ou à compulsão cultural do dever *tornar-se*⁶, que Butler age. O corpo, para ela, não tem nada de natural: é formado pelo discurso e pela relação estabelecida com os outros, assim como o gênero. Não obstante, embora o gênero possa aparentar estabilidade, está em eterna desterritorialização – apenas se *assemelha* a uma substância (Butler, 2023, p. 69). Assim, essa “incompletude essencial”

⁵ Vide “A tecnologia do gênero”, 1987, p. 211.

⁶ Crítica direta a Simone de Beauvoir.





permitirá ao gênero servir permanentemente como um *espaço* disponível para contestar significados, “livre de qualquer força coercitiva”.

Por consequência, ao reformular desse modo a concepção de gênero, suscita a desconstrução daquilo que a autora chama de “metafísica da substância”, isto é, a crença de que sexo e corpo são entidades materiais (Safih, 2015, p. 72, *apud* Recke, 2019, p. 29). Ela ainda acrescenta (p. 30-32): pela própria descrição de gênero oferecida por Butler, fica evidente que o gênero não tem caráter ontológico, mas é constituído por atos repetitivos e estilizados que, com o tempo, constroem a ideia de que é “um atributo natural do ser”; portanto, seu efeito substantivo é produzido por meio da performatividade.⁷

A performatividade, em síntese, é fabricar uma identidade “tanto por sinais corporais quanto por meios discursivos” (Figueiredo, 2018, p. 44), produzindo um efeito de verdade sobre o corpo que age. Portanto, a noção de sujeito, sexo, masculino e feminino não podem ser concebidos em termos de estabilidade se levado em consideração o caráter performativo do gênero.

2.3 A crítica da metafísica como prática política

Sendo necessário um reconhecimento social para ter uma identidade inteligível, a saber, o enquadramento na categoria *homem* ou *mulher*, tem-se que o sujeito não existe antes do que expressa, mas é consequência daquilo que manifesta.

Butler argumenta que a identidade é uma sequência de atos [...], mas ela também argumenta que não existe ator (um performer) preexistente que pratica esses atos, que não existe nenhum fazedor por trás do feito. Ela esboça aqui uma definição entre performance (que pressupõe a existência de um sujeito) e performatividade (que não o faz). Isso não significa que não há sujeito, mas que o sujeito não está onde esperaríamos encontrá-lo – isto é, “atrás” ou “antes” de seus feitos. (Salih, 2015, p. 65-66, *apud* Recke, 2019, p. 35).

Para Paul Preciado (2020, p. 314), qualquer regime sexo-gênero não é natural, pois “trata-se de uma estética de dominação historicamente construída e codificada, que erotiza e perpetua a diferença de poder.” Sua crítica, somada ao conceito de *assujeitamento* foucaultiano – processo pelo qual os indivíduos são submetidos e moldados pelas práticas sociais, instituições e discursos dominantes em uma determinada sociedade, influenciando a forma como se veem e nos relacionamos com os outros – capta o que Butler quer explicar: naturalizar o sexo

⁷ Performatividade diferencia-se de expressividade na medida em que “[...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados (BUTLER, 2023, p. 48).





e limitar o gênero⁸ é a receita perfeita para disfarçar o esquema biopolítico que os engendra às custas da exclusão de diversas subjetividades. Desse modo, nas palavras de Firmino (p. 60), a identidade butleriana é posta em um *não-lugar*, sem definição objetiva, pois é construída na medida em que se expressa. Esse lugar-não-lugar concede ao sujeito a possibilidade de assumir múltiplas faces, finalmente exercendo sua liberdade plena de ser quem desejar.

Em *Desfazendo o gênero* (2022 [2004]), Butler dá continuidade à sua proposta anterior em termos de explorar o humano para além do gênero, sondando os limites do reconhecimento social – passível de modificação:

“[...] às vezes, os próprios termos que conferem ‘humanidade’ a alguns indivíduos são igualmente responsáveis por privar outros indivíduos da possibilidade de alcançar essa condição, produzindo um diferencial entre o humano e o menos-que-humano.”
(p. 12)

Sua afirmação levanta dúvidas quanto ao que a humanidade alcança, a saber, quais formas de desejo, corpo, raça, são reconhecidas enquanto parte do todo. As implicações sócio-políticas são múltiplas e a autora as estuda longamente em diversas obras – como *Corpos que importam* (1997), *Vida precária* (2004), *Quadros de guerra* (2009), entre outras. Não obstante, uma vez inteligível perante o outro os marcos constituintes da vida humana (ou “distintivamente humana”, nas palavras da autora) tornam-se explícitos. “Para quem ainda procura se tornar possível, a possibilidade é uma necessidade” (Butler, 2022, p. 59), de forma que os indivíduos passíveis de não-reconhecimento pela sociedade persistem em afirmar-se. Inspirada pelas palavras de Hegel, Butler (2022, p. 59) declara que “se não houver normas de reconhecimento pelas quais somos reconhecíveis, então não é possível persistir no próprio ser e não somos seres possíveis; fomos excluídos de qualquer possibilidade.”

Reiterando sua concepção de sujeito como um ser inacabado, sempre à vista de tornar-se, Butler diz que as normas sociais e a noção de humano variam igualmente. Para ela, manter essa formulação em aberto é essencial para políticas de direitos humanos e, como declara Preciado (2020, p. 316), “nossa maior urgência [...] é desidentificar-nos da coação política que nos força a desejar a norma e a repeti-la”, a exemplo a homo e a transgeneridade não serem mais consideradas doenças pelos meios médico-jurídicos; ou o casamento homoafetivo ter sido legalizado em uma série de países a partir de 1989 e outros tantos direitos conquistados por aqueles que subvertem as normais do sexo, gênero e desejo.

⁸ É certo que, dito dessa forma, alguns aspectos fundamentais não estão devidamente explicitados e, por isso, podem ser motivo de questionamento. Reitero, no entanto, que uma explicação detalhada foge do objetivo deste artigo.





3. CONCLUSÃO

A partir da obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” datada de 1990, Judith Butler expõe sua crítica substancial e, ao fazê-lo, desterritorializa a identidade de gênero, permitindo a contestação das normas de comportamento impostas pela cultura por meio do discurso – que serve aos interesses políticos e sociais das malhas de poder. Quando dizemos que o gênero é cultural, mas ainda assumimos que o sexo é natural estamos disfarçando um esquema biopolítico que fere identidades humanas. Como o sujeito de Butler não existe antes do ato (isto é, não há aquele que faz algo, mas aquele que é feito enquanto faz algo) e o gênero é montado na medida em que é performado, sujeitos marcados pela sociedade como subversivos no contexto da coesão entre sexo-gênero-desejo encontram validação.

Sua proposta, em suma, é de extrema relevância na contemporaneidade por legitimar identidades de gênero que divergem da norma homem/mulher; crucial não somente para o autoconhecimento individual, sua formulação de sexo/gênero possibilita a implantação de políticas públicas emancipatórias. Ao desestabilizar a concepção de sujeito como algo fixo, Butler aponta a necessidade de uma revisão crítica das teorias feministas embasadas numa metafísica substancial, cuja contribuição para repensar o humano é incontestável em estudos filosóficos hodiernos.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2023.

_____. **Desfazendo gênero**. Coordenação de tradução por Carla Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revis. Criação & Crítica**, Dossiê Sáfico, N. 20, 2018.

FIRMINO, Flávio; PORCHAT, Patrícia. Feminismo, Identidade e Gênero em Judith Butler: Apontamentos a partir de “Problemas de Gênero”. **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.





HASLANGER, Sally e Ásta. Metafísica Feminista, em **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Edição de Edward N. Zalta. Universidade de Stanford, edição de outono, 2018. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/feminism-metaphysics/>>. Acesso em 31 de agosto de 2024.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 9-40.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde...** [et al.]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RECKE, Amanda Luzia. **A crítica à metafísica da substância na Teoria de identidade de gênero em Judith Butler** [livro eletrônico]. São Paulo: Paulus, 2019.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia filosófica I**. 4ª edição comentada. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 9-21.





MAS AINDA EXISTE HOMOTRANSFOBIA NO MARANHÃO? NOMEANDO O APAGAMENTO DE CORPORALIDADES LGBTI+ EM 2022

Ana Beatriz Carvalho de Sousa

Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
abc.sousa@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo

Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA
igor.farias@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Cristiane Navarrete Tolomei

Doutora em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa – USP
Docente do Mestrado em Cultura e Sociedade – UFMA
cristianetolomei@unifesp.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este artigo se caracteriza como uma pesquisa exploratória-descritiva, bibliográfica e documental com abordagem quantitativa, onde buscou-se nomear vítimas diretas da violência letal por homotransfobia do Maranhão no período de 2022. A partir do levantamento de subdados articulados pelo Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, organização civil responsável em subsistematizar e subproduzir os indicadores desse fenômeno letal, pode-se compreender a produção colonial do gênero como ordem social na contemporaneidade, que a partir de um determinismo biológico dita que corpos cisheteronormativos gozam do privilégio da existência e corpos LGBTI+, quando não enquadrados/ajustados ao modelo dominante, são relegados a morte. Entende a homotransfobia como um conceito de ampla espessura, permeada pelas noções de sexismo e cisheteronormatividade. Os resultados causais indicam, por meio do levantamento, que corpos LGBTI+ são encarados como um perigo para a ordem social binária. Ao apresentarem manifestações identitárias e sexuais dissonantes para com os modelos dominantes vigentes, são reprimidos pela própria sociedade através de atos de violência, de intolerância e discriminação. A morte se opera como fonte legítima e justificadora do fenômeno da violência letal. O verbo nomear é posto como forma de chamamento aos casos de homotransfobia, de dar nome a esse tipo de violência e de reivindicar por políticas de existência para todos os corpos, descortinando um modelo social historicamente posto e que tenta se manter a qualquer custo inteligível.

Palavras-chave: Violência letal; Homotransfobia; Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão; Ordem social.

1. INTRODUÇÃO

O fantasma, agitado pelo fascismo, virou álbi para restaurar a hierarquia patriarcal e destruir quem busca viver em liberdade. A tarefa é enfrentar o sadismo moral disfarçado de moralidade, por meio de uma visão ética e política transformadora (Judith Butler - *Quem tem medo do gênero?*).

Desde a concepção de nascimento, a partir de uma mera evidência biológica feito a partir de exame de ultrassonografia em que se reconhece a presença ou ausência de um embrião, inicia





se uma produção tida como natural de gênero, através de um profissional médico, que nomeia um corpo: “É menino”; “É menina”. Neste momento, uma pequena evidencia biológica com mera expectativa de vida tem o sexo definido e catalogado com *xis* em uma ficha de inscrição. Trata-se da primeira ficha social regulatória do corpo.

Quando se conhece o resultado de um exame médico que designa o sexo de uma possível criança ou quando, antes do nascimento, fantasia-se o bebê que se deseja ter, com escolha de nome (João/Maria) e separados de artigos infantos por cores (Azul/Rosa), e até mesmo a realização de um chá revelação. Desde então já se provocou uma relação de um intrincado processo de produção de gênero e de sexualidade, que será relançado diversas vezes ao longo da vida, mas que nunca vai ser completado.

Mas o que seria a definição de ser “menino” ou “menina”? Poderia se questionar essa episteme que designa o sexo já no nascimento ou antes mesmo? É neste momento que se discute o gênero e a sexualidade como fatos não naturais, uma vez que a existência não se reduz a uma necessidade de existência puramente biológica. Não se trata de algo com que já se nasça e que apenas se desdobraria no curso da vida, a partir de um núcleo original. São, na verdade, processos sociais e históricos complexos de produção de sujeitos, no curso dos quais interferem diferentes fatos e que envolvem, dentre outras coisas, a atualização e o questionamento sobre normas sociais corporais regulatórias.

A realidade do gênero e da sexualidade não é, afinal de contas, natural e biológica, mas linguística e social. Materializa-se no universo das construções simbólicas, das fabricações significantes sobre enredados enquanto seres humanos. Tais ditos devem ser entendidos como performativos no sentido de que, em vez de simplesmente designarem o que a realidade é, produzem essa mesma realidade pela injunção de que assim seja (Butler, 2003).

O gênero e a sexualidade não é uma mera decorrência direta e sem desvios de enunciados discursivos. Se coisas importantes, no que diz respeito ao gênero e à sexualidade, se produzem em momentos precoces da vida, desde as socializações mais iniciais, como o nascimento, não é menos verdade que seu curso posterior se encarrega de pô-las à prova e imbricar novos movimentos e significações não generificadas (Butler, 2003).

É neste momento, de novos cursos e movimentos, que a sexualidade e a identidade de gênero começam a desestabilizar/conflitar com uma ordem social definida a partir de um arranjo médico, social e jurídico. A sexualidade e identidade são processos complexos que se ajustam, em recortes radicalmente singulares e contingentes, com elementos diferentes e dissidentes de estruturas biológicas, nomeações e pregações sociais.





Mas como tratar sexualidade e identidade de gênero como processos fluidos e não rígidos, uma vez que o sujeito, desde o nascimento e, por passar e ser inserido em uma ordem social ao longo de sua vida, tem seu corpo imbuído em cisheteronormatividade compulsória que dita, logo no nascimento, padrões relativos à padronização e delimitação de corpos e identidades?

A partir dessas análises, vê-se que a ordem social é tida como binária, onde a cisheterossexualidade é naturalizada, estrutural, estruturante e imposta. Esta ordem tenta causar apagamento de outras identidades não correspondentes com as expectativas normativas, provocando a não visibilidade ou não inserção de identidades e sexualidades dadas como dissidentes.

A cisheteronormatividade ganha um condão de construir, compulsoriamente, espaços sociais que aprisionam corpos, sexualidades e identidades, uma vez que estes espaços se organizam e se estruturam, a partir dessa própria lógica. As identidades sexuais e de gênero, assim, são tecidas em um marco de limites nítidos e expectativas socioculturais em diferentes espaços: nas relações interpessoais, no seio familiar, nas escolas, no trabalho e sobretudo em instituições supervenientes, não exaurindo outras infinitas possibilidades.

A questão que boqueja a fragilidade dessa representação binária de gênero é quando este corpo dado como dissidente questiona a sociedade: “*Mas eu não posso ser um corpo LGBTI+?*” A existência de corpos LGBTI+ expõe os aspectos construídos do sistema sexo-gênero-sexualidade e abrem margem para subversões dos ideais de uma masculinidade/feminilidade normalizada.

Deste início de milênio, questionar a cisheteronormatividade ainda é encarado como problemático, em vista das diferenças sexuais homem/mulher e de suas representações sociais que exigem a correspondência exata de gênero/sexo, a multiplicidade do sujeito e suas subjetividades, e, quando não se consegue essa correspondência, o indivíduo é apagado socialmente (Swain, 2002).

Nota-se então que sexo, sexualidade e gênero foram e ainda são violentamente naturalizados e formatados, forçadamente, para apresentarem e representarem uma coerência entre si. A reprodução social deste enquadramento cisheteronormativo permite a não evidenciação de uma desigualdade que apaga a existência de corpos LGBTI+. Por serem inseridas em uma ordem social, estarão submetidas a imposições sociais que ditam, de forma compulsória, os padrões relativos à padronização e às marcações de seus corpos e identidades. Nessa análise, ganha condão de técnica de dominação, um *modus* de controle, e quando não controlado, de eliminação.

A partir desse questionamento, uma série de eventos violentos recai sobre corpos LGBTI+, que são relegados aos quadros de invisibilidade, marginalização e violência, com atuações epistêmicas cuja matriz de inteligibilidade é uma necropolítica. A necropolítica atua e





possibilita que determinados sujeitos e coletivos sejam nomeados como corpos inexistentes, matáveis e morridos, com vilipêndios e com real poder de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada (Mbembe, 2016).

Mbembe (2016) nos possibilita ponderar os desdobramentos da biopolítica foucaultiana, ao afirmar que o que caracteriza o mundo contemporâneo é uma necropolítica. Para o autor, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também e afirma que, a “[...] preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas ‘a instrumentalização generalizada’ da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2016, p. 125).

O apagamento de corpos LGBTI+ revelam a persistência de imaginários sociais avessos às diferenças e que se concretizam em práticas letais sexistas e LGBTfóbicas. O medo do gênero ou a fantasiosa ideologia de gênero faz com que a sociedade encare as identidades e sexualidades desses corpos sejam socialmente encaradas como um perigo para a ordem social binária e que precisam ser eliminadas a qualquer custo.

Nesta trilha de pensamento, Rita Segato nos faz refletir como funciona a agência da cisheteronormatividade através das Pedagogias da Crueldade – termo utilizado em seu livro “Contra-pedagogías de la crueldad”, expondo que a sociedade tem produzido e conduzido uma educação para a violência e a crueldade, que violenta corpos, que os rebaixa e depois os mata. Uma pedagogia machista, sexista e patriarcal que massacra os corpos vulneráveis e dissidentes, uma educação que quer excluir tudo o que não se encaixa nos moldes da masculinidade cisheteronormativa (Segato, 2018).

Segundo ela, pode ser entendido como Pedagogia da Crueldade “todos os atos e práticas que ensinam, habituam e programam os sujeitos a transmutar o vivo e sua vitalidade em coisas” (SEGATO, 2018, p. 11), isto é, todos os atos de apagamento do corpo do outro, de rebaixamento dos corpos e da crueldade social exercida nestes. A alteridade em coexistência com a empatia aqui é colocada para passar a ideia de não capacidade de reconhecer a individualidade e as especificidades de corpos LGBTI+ ou das minorias sexuais e de gênero.

A necropedagogia da Crueldade tem suas várias interfaces. Ela é fomentada por pedagogias de morte e seus reflexos nos corpos matáveis a partir das masculinidades tóxicas e hegemônicas, legitimadas por uma espécie de contrato social que reúne vários tipos de preconceitos e violências exercidas em pessoas objetificadas e vulneráveis, tanto social, quanto





institucional. É assimilada a baixa empatia, que dá margem para que seus corpos LGBTI+ sejam violentados, massacrados e apagados.

Que papéis desempenham as pedagogias de morte e reflexos nesse processo? A parte inicial da exposição deste presente artigo é a de tratar do tema que foi proposto: Nomear o apagamento de corporalidades LGBTI+ em 2022 no Maranhão, onde a ausência de recurso às mortes não oportuniza analisar o fenômeno da condição de apagamento, temática que será tratada na próxima sessão.

2. DA SAÍDA DO ARMÁRIO PARA DEBAIXO DE SETE PALMOS DO CHÃO: O APAGAMENTO ESTATÍSTICO TAMBÉM É UMA REALIDADE

A ausência de dados oficiais sobre graus de violência que acomete corpos LGBTI+ no Brasil é forte resultante da não proteção Estatal, que exercita técnicas de “deixar morrer” e “fazer morrer” através das políticas de morte promovidas nas diferentes esferas estatais. Segundo o Dossiê de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil a cada 32 horas uma pessoa LGBTI+ foi morta em 2022. E que ao todo foram assassinadas 273 pessoas entre janeiro e dezembro (Dossiê Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil, 2022).

A inexistentes as estatísticas oficiais dos bancos de segurança pública sobre a violência letal homotransfóbica (não contabilização) no Brasil é também uma das facetas do apagamento existencial. Conceitos como pedagogias de morte ou “Necropedagogia”, são colocadas para fomentar as ideias de violência e morte são aprendidas e executadas na sociedade e, também, executadas pelo Estado sobre o corpo LGBTI+ (Buttler, 2018).

Os dois subindicadores que subproduzem da violência letal contra a população LGBTI+ no Brasil são de organizações sociais, como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), constituídos a partir de uma necropedagogia, a partir de reflexões sobre corpos matáveis.

No contexto estadual quem fica encarregado de subproduzir esses dados é o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+, por estar no Maranhão e ter seu *locus* de pesquisa no Estado, nasce e constitui-se como uma articulação civil mais profunda sobre a temática da violência letal junto aos movimentos sociais locais.

Nesse diapasão, há pelo menos dez anos, os movimentos de luta pela defesa dos direitos LGBTI+ reivindicam do Governo de Maranhão a formulação de dados constantes no sistema de registros de ocorrência da Polícia Civil do Maranhão, por meio de boletins de ocorrência e





procedimentos policiais, cuja estatística atingem patamar de construto de política de segurança pública estadual.

No relatório do ano de 2022 do Observatório de Políticas Públicas LGBTI+, a violência letal considerada por meio de Boletim inclui a prática de assassinatos contra pessoas LGBTI+ e suicídios consumados, onde se utilizou diversas fontes de dados que possibilitam o cruzamento dos elementos obtidos para que sejam descritos com maior precisão, a saber: dados da imprensa tradicional, meio da imprensa informal, dados e informações alcançadas em redes sociais, processos judiciais e entrevistas.

Os subdados coletados nomeiam a situação de 15 (quinze) vítimas de homotransfobia no Estado do Maranhão, se ajusta para afirmar que experiências como seres humanos são historicamente negadas para pessoas LGBTI+. Nessa encruzilhada, utiliza-se o conceito pedagógicas de morte como “Necropedagogia”, para cruzar as ideias de promoção de violência e morte que são aprendidas e executadas na sociedade e, também, executadas pelo Estado sobre os corpos dissidentes do padrão cisheteronormativo (Buttler, 2018).

Assim, conforme verifica-se no Gráfico 1, dos 15 (quinze) casos de violência letal, em 14 (quatorze) ocorreu o crime de homicídio e em 01 (um) caso ocorreu a morte por suicídio (7%).

Gráfico 1 – Tipificação da violência letal

Violência letal	Tipificação do Crime
14 casos	Homicídio
1 caso	Suicídio

Fonte: Os autores (2024)

Desse modo, analisa-se o perfil da vítima que sofreu a violência letal, nomeando nome a nome de cada vítima, seu perfil por orientação sexual, identidade de gênero, o local em que ocorreu a violência e fontes de coleta desses dados, indicando se as informações foram obtidas por meio de mídia, ativistas locais, família e/ou amigos. A análise do perfil da vítima, orientação sexual, identidade de gênero, o local em que ocorreu a violência e fontes de coleta não se encerram por si só, mas nos faz refletir sobre normas e comportamentos historicamente incorporados e performatizados, na propositura de crítica reflexiva sobre os dados coletados.





Categorias como período em que ocorreu a violência cor/etnia, atividade econômica, classe econômica, faixa etária, tipificação dos instrumentos e métodos utilizados nas violências letais e a forma como as informações foram apresentadas pela mídia, em específico, não foram sequer tocadas.

Assim, conforme verifica-se no Gráfico 2, há a nomeação das vítimas da violência letal, suas sexualidades, identidades de gênero e cidade em que ocorreu a violência.

Gráfico 2 – Tipificação da violência letal

Número de casos	Nomeando Vítimas	Sexualidade	Identidade de Gênero	Cidade/UF
1º caso	Paulinha Ferrara	heterossexual	Travesti	Timon-MA
2º caso	Gabrielly Monteiro	heterossexual	Mulher Trans	Raposa-MA
3º caso	Soraya Montenegro	-	Mulher Trans	Raposa-MA
4º caso	Lauro Henrique M. Evangelista	homossexual	Mulher Trans	São Luís-MA
5º caso	Não identificado	homossexual	Cis	-
6º caso	Nicole	heterossexual	Cis	Apicum-Açu-MA
7º caso	Adriano Pereira da Silva	homossexual	Cis	-
8º caso	Paulo Roberto Sartutino	-	Cis	-
9º caso	Neylson Oliveira da Silva	homossexual	Cis	-
10º caso	Alan	homossexual	Cis	-
11º caso	Luise	-	Mulher trans	-
12º caso	Thiago Felipe Leão	homossexual	Cis	Timon-MA





13º caso	Ítalo Bruno França Barreiro	homossexual	Cis	-
14º caso	Diomar Guterres Filho	homossexual	Cis	-
15º caso	Stephane	-	Mulher Trans	São Luís-MA

Fonte: Os autores (2024)

A busca pelo apagamento dos sinais de “humanidade” nas inúmeras “Paulinhas”, “Thiagos” e “Stephane”, o ódio desproporcional voltado a seus corpos indefesos e que teimam em existir, são a manifestação de uma necropolítica, reforçando mais uma vez uma lógica binária que tenta se manter acima de qualquer vida, impossibilitando a existência concreta de corpos LGBTI. estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. A necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também (Mbembe, 2016).

A lógica montada em referenciar o primeiro caso levantamento de homotransfobia ao último nos revelam que dentro dessa nova lógica, identidades dissidentes, estilos de vida não naturais, formas ininteligíveis, novos arranjos de gênero, entre outras possibilidades, funcionam com “justificativa suficiente” para um apagamento social. A morte, assim, não é mero acaso de atos isolados de violência contra corpos LGBTI, mas sim como uma das fontes resultantes desse apagamento.

Esse apagamento radical revela a persistência de imaginários sociais avessos às diferenças e que se concretizam em práticas sexistas letais LGBTfóbicas. Essa aversão não é casual ou esporádica. Pelo contrário, é sistemática, pois encontra sua razão de ser numa inteligibilidade historicamente construída em que as imagens do feminino reiteradamente precisam ser controladas, contidas, e (quando dissidentes e desejantes) eliminadas. Trata-se dos crimes hoje conhecidos como "homotransfobia" e que representam uma novidade, uma transformação contemporânea da violência de gênero vinculada às novas formas de guerra.

A humanidade presencia em tempos hodiernos tenebrosos e cruéis inovações na forma de vitimar os corpos LGBTI+, uma crueldade que se difunde e se expande de forma sem precedentes e como guerra não declarada. Trata-se de uma eliminação consciente de vítimas indefesas, uma vez que a sociedade está plenamente consciente de que pessoas estão sendo mortas pelo simples fato de serem quem são (Segato, 2018).





Quanto ao indicador de identidade de gênero, dos 15 (quinze) casos 9 (nove) eram cis-gênero e 6(seis) pessoas transgênero e travestis. No tocante à orientação sexual, 8 casos foram identificados como gays, % como heterossexuais e 4% não tiveram essa informação adquirida. O “dimorfismo sexual” converteu-se na base para a compreensão dicotômica do gênero, a característica humana” (Lugones, 2014, p. 937).

A diferença entre “humano” *versus* “não humano” é compreendida como a pedra angular da projeção sobre sexo e identidade de gênero na contemporaneidade, de modo que somente são dotados de reconhecimento quem apresenta uma concordância civilizatória entre sexo e gênero. Aos outros, só resta a bestialidade, a incontrolável prática selvagem de ter prazer, e ao fetichismo (Lugones ,2014).

É a cisheteronormatividade que dita tais regras, que expurga tudo o que for considerado frágil e feminilizado, que não permite que corpos existem e projetam suas subjetividades. É uma cisheteronormatividade hegemônica que determina as mortes de vários corpos LGBTI+. É uma masculinidade que assassina outros corpos que se distanciam do modelo cisheteronormativo, porque a socialização e a formação para a vida do corpo que deve carregar o fardo da masculinidade o obrigam a performar uma afinidade significativa, entre masculinidade e guerra, entre masculinidade e crueldade., (...) entre masculinidade e baixa empatia. (Segato, 2018, p. 13)

As mortes nomeadas neste presente artigo simboliza também o mecanismo do Estado do Maranhão com suas técnicas de fazer morrer, haja vista que este é culpado a partir do momento que não promove políticas públicas para que as minorias socialmente estigmatizadas tenham propensão à igualdade, ou quando nega essas políticas existenciais, sendo culpado, também, pela não contabilização desses corpos que se encontram à margem da nossa sociedade capitalista, sem fazer parte dessa sociedade do consumo (Bauman, 1998), sem oportunidades de vida e de serem inseridos na máquina do capital, contribuindo, assim, para que estejam vulneráveis à morte por serem corpos improdutivos, logo rebaixados para não contabilizados.

As experiências subjetivas de pessoas LGBTI+ são apreendidas como corpos sociais que sofreram maior discriminação, controle, estigmatização e violência, justamente por não estabelecerem correspondência a uma lógica dominante. como um defeito de fabricação, uma farsa ou desvantagem, se traçando uma linha específica entre a fabricação de uma identidade determinada e dita como natural e identidades sociais. Tal traçagem nos leva a reenquadrar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria dissidente, mas igualmente prevista e com inversão de valores já avaliados.





Em Vigiar e punir, Michel Foucault (1987) analisa a produção de uma nova subjetividade – a do delinquente – pela análise das técnicas modernas de encarceramento. O autor desvenda uma nova tecnologia política do corpo que faz com que o corpo supliciado – numa determinada técnica penal seja substituído pelo corpo controlado, vigiado, corrigido. A figura do carrasco dá lugar a um conjunto de técnicas produtoras de corpos dóceis, a que Michel Foucault nomeia de poder disciplinar.

Parafraseando os ensinamentos foucaultianos, a sociedade exerce o papel de carrasco, exercendo um poder disciplinador, vigilante, observador e coercitivo para corpos que teimam em existir fora da lógica dominante de gênero, através de técnicas de poder. A morte, por sua vez, é vista como um ato necessário, dado um corpo delinquente, subversivo, perigoso, que ao ser nomeado como um corpo não vigiado, não observado ou corrijo, deve ser eliminado.

A sociedade categorizada/normatizada, que vangloria o gênero binário e a cisheteronormatividade (FOUCAULT, 2014), produz a morte. O ato de nomear uma normalização é “impor uma exigência a uma existência” (CANGUILHEM, 2012, p.189). Quando o corpo LGBT não segue essa exigência ou persistir em existir fora dessa lógica que lhe nomeia, não existe, nem sequer pode ser contabilizado como vida matada. Forjados nessas zonas, os corpos LGBTI+ persistem em existir, resistir e (re)existir em uma ordem onde a cisheterossexualidade é naturalizada e imposta.

Dispositivos e tecnologias na segurança pública (não contabilizada de mortes lgbts), são importantes tecnologias biossociais de fabricação de gênero, cujo objetivo também será impor normas de gênero. A política de produção de sexo e gênero na ordem, é um dispositivo de manutenção do campo social como um espaço generificado/categorizado, produtor de corpos generificados, no qual constrói o que é socialmente pertencente ao mundo feminino e ao mundo masculino.

Assim, a mesma lógica matriz dominante social que nomeia os indivíduos desde o nascimento ou antes mesmo dele e inscreve normas sexuais de gênero, será a mesma lógica que nomeará estes mesmos sujeitos ou determinados grupos sociais que não correspondem a essa lógica como parte irrelevante/apagada. O apagamento é nomeado até mesmo quando este corpo é apagado (não contabilização da morte). Este fenômeno nega toda a possibilidade desse corpo ter sido considerado como vivido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o direito existir são restringidos pelos governos porque corpos LGFTBI+, dizem, não deveriam poder exercer esse tipo de existência, estes estão sendo definidos e privados de um direito fundamental: a existência. Não se trata apenas de definir que estes corpos não





devem existir, e sim que o Estado decida os limites dessa existência. A inexistência das estatísticas oficiais dos institutos de segurança pública sobre discriminações e violências LGBTfóbica (não contabilização) no Maranhão é também uma das facetas do apagamento existencial

O apagamento se torna, assim, paradoxalmente, condição de possibilidade de uma ordem patriarcal sexual e de gênero que tenta repelir a perspectiva do poder “destrutivo” do gênero. Em vez de evitar a destruição de corpos, a sociedade e o Estado se dedicam a criar um mundo cada vez mais destrutivo (Butler, ano).

No Maranhão, as limitações na produção de dados referentes à população violência contra a população LGBTI+, constituem o principal desafio técnico à implementação de políticas públicas de segurança destinadas a este grupo, onde o recurso às mortes oportunizaria analisar o contexto da condição de apagamento e construir políticas de enfrentamento. A compreensão de tal análise propicia não apenas uma análise das práticas adotadas pela segurança pública estadual, mas, principalmente, uma observação pelas ciências sociais das possíveis falhas que ainda assolam o Poder Policial em matéria de crime letal homotransfóbica, bem como seu levantamento.

Esta também é uma maneira de chamar a atenção da academia sobre o tema, no que se refere à produção de dados e estatísticas baseadas em bancos de dados oficiais (delegacias de polícia), com destaque a baixa cobertura dos referidos dados, o que impossibilita comparações e acompanhamentos da evolução da violência letal homotransfóbica no Brasil ao longo do tempo.

Logo, este artigo ganha relevo para a compreensão da dinâmica dos crimes letais praticados contra a população LGBTI+, cuja estatística atinge patamar de reivindicações das mortes e pela busca de uma política de segurança pública. Tudo isto para formar um estudo sistemático sobre crimes letais contra corpos LGBTI+, porque não há como construir outras políticas públicas voltadas a essa minoria sem garantir o mínimo – que é a existência.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998
- BUTLER, Judith. **Quem tem medo de gênero?** Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2024.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.





BUTLER, Judith P. **Vida precaria: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires, Paidós, 2009. [Tradução de Fermín Rodríguez]

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010b.

LUGONES, María. **“Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System,”** Hypatia, 22(1), 186-209.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT,

2023. Disponível em <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>> Acesso em: 18 nov.2024

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SWAIN, Tânia Navarro. **O que é lesbianismo?** São Paulo, Brasiliense, Primeiros Passos, 2000.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO. Boletim nº 001/2022. **Boletim da violência letal da população LGBTI+ no Maranhão em 2022**. São Luís: Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2022.





TRANSFOBIA COMO BARREIRA DE ACESSO AO SISTEMA DE SAÚDE: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA

Amanda Gabrielle Carvalho e Souza

Graduanda de Psicologia – UFMA
amanda.gcs@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Thaianne Paixão Cantanhede

Graduanda de Psicologia – UFMA
thaiane.paixao@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Vitória Maria da Silva Santos

Graduanda de Psicologia – UFMA
vitória.mss@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Cláudia Aline Soares Monteiro

Doutora em Psicologia – UnB
cas.monteiro@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Desde a época da infância, somos ensinados que homens são de um modo e mulheres são de outro, e que devemos agir conforme o esperado a partir do que nos foi designado ao nascer, e do que se entende como modelos únicos de mulheridade e de masculinidade. Essas especificações existentes na binariedade de gênero foram construídas, social e culturalmente, considerando os padrões da cisheteronormatividade, e o que lhe escapa é tratado como anormal. Entretanto, há pessoas que não se identificam com o que lhe é determinado no nascimento, desenvolvendo uma identidade de gênero diferente da que lhe foi imposta pelo padrão cisgênero. Essa população transgênero enfrenta diversas maneiras de discriminação em seu cotidiano, como violências físicas, psicológicas e simbólicas. Esses preconceitos estão inseridos no sistema público de saúde, sendo a principal barreira de acesso da população trans a esses serviços no Brasil. Mesmo com políticas públicas que asseguram a equidade e o universalidade de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), a vivência de pessoas transgênero nesses serviços é repleta de obstáculos. O não reconhecimento do nome social, o despreparo de profissionais, a estigmatização e marginalização, assim como a patologização da transgeneridade ao longo dos anos pelo CID e DSM, configuram-se como alguns dos fatores que afastam cada vez mais essa população de direitos básicos como a saúde. O presente artigo é um ensaio teórico que busca analisar criticamente, a partir da Psicologia, como a intolerância institucional se configura como um entrave à entrada da população trans ao SUS, e os impactos que causam na saúde mental desses sujeitos. Para além disso, este estudo versa sobre a garantia de direitos e da cidadania dessa população, assim como a legitimação de sua identidade de gênero, a qual deve ser vivida de forma plena, se apresentando como motivação para novos estudos e discussões sobre essa temática. Não obstante, é imprescindível que esse debate reverbere a fim de promover mais atenção ao tema, bem como servir como ferramenta ao desenvolvimento do acolhimento humanizado, alinhado e comprometido com os princípios de equidade e universalidade do SUS.

Palavras-chave: População Trans; Sistema Único de Saúde; Psicologia.





1. INTRODUÇÃO

Historicamente, as convicções acerca dos fatores que compõem a identidade de gênero e afetivo-sexual humana foram construídas social e culturalmente por uma perspectiva cisheteronormativa. Sendo assim, aquilo que foge aos padrões desse pressuposto é entendido como “anormal”. Tal questão resulta em um movimento de patologização do que se desvia do considerado ‘normal’ na sexualidade humana, tratando, equivocadamente, o sexo, gênero, identidade de gênero, papéis e expressões de gênero de forma linear (Bento; Pelúcio, 2012). Nesse âmbito, a população trans são vítimas constantes de violência, que nem sempre é explícita, mas simbólica, como um tipo “invisível” de agressão, por influência de uma sociedade alicerçada no pensamento cisgênero gerando situações de transfobia (Borget *et al.*, 2023).

De acordo com Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2023, foram registrados 155 casos, sendo 145 casos de assassinatos e 10 pessoas trans por suicídio, um aumento de 10% no número de assassinatos registrados em 2022. Nesse contexto, o Brasil é, pelo 15º ano consecutivo, o país que mais assassinou pessoas trans, evidenciando uma necessidade urgente do compromisso público com a vida dessa população.

Os dados supracitados evidenciam as consequências da violência contra essa população, que submete as pessoas transgêneras diariamente a um contínuo processo estressor da transfobia e do adoecimento psíquico, oferecendo risco a vida da pessoa trans. Um aspecto importante a ser destacado é que, de acordo com a ANTRA, a expectativa média de vida da população trans é de 35 anos, menos da metade da média da população nacional, estimada em 75 anos. Tal questão está relacionada a uma série de fatores que perpetuam a vida cotidiana dos travestis e transexuais, as quais estão expostos a vulnerabilidades sociais e de saúde nas suas mais diversas dimensões, atravessadas pela transfobia (Lobo; Santos; Porcino; Mota *et al.* 2023).

No Brasil, o acesso à saúde é, em tese, garantido universalmente, o que implica dizer que qualquer pessoa, independente da nacionalidade, credo, cor, raça, gênero e orientação sexual pode ter acesso aos serviços de saúde. Entretanto, grupos sociais à margem da sociedade, como a população LGBTQIAP+, em especial os transexuais e travestis, foco deste estudo, estão sujeitos ao não reconhecimento e deslegitimação de suas identidades, sendo vítimas constantes das mais diversas formas de violência, inclusive no âmbito da saúde. Devido ao despreparo dos profissionais da saúde, o não reconhecimento do nome social, a estigmatização e marginalização, pessoas trans enfrentam situações constrangedoras em atendimentos em saúde (Borget, V. *et al.* 2023), vivências essas que moldam a conduta dessa população frente aos serviços de saúde, que passam a evitá-los por receio de sofrerem algum tipo de violência.





À vista disso, a transfobia, demarcada pela manifestação do isolamento social, do estigma, do preconceito e da discriminação, contribuem para o afastamento de espaços de socialização, como em ambientes educativos e de formação profissional, ambientes de trabalho, espaços públicos etc., assim como propicia o surgimento de barreiras no acesso aos serviços de saúde, eixo em que este estudo irá se desenvolver, fator indispensável a vida humana.

A transfobia gera repercussões na vida intrapessoal da pessoa trans, impactando diretamente nas condições de vida dessa população. Tal violência, existente no sistema de saúde, configura uma infração grave à garantia dos princípios da universalidade, integralidade e equidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A discriminação e a violência contra essa população, se mostra como um problema expressivo de saúde pública, tendo em vista que implica na diminuição da sobrevida de transexuais e travestis, na precariedade do cuidado em saúde, os quais não consideram as necessidades singulares dessa população, na violência institucional nesses ambientes etc., o que gera o afastamento da população trans dos serviços de saúde (Lobo; Santos; Porcino; Mota *et al.* 2023).

Diante disso, a realidade vivenciada pela população trans evidencia a urgência de uma transformação estrutural nas esferas social, cultural e institucional, que perpetuam a transfobia e a marginalização dessa população. A discriminação, presente em diversos ambientes, incluindo o sistema de saúde, impacta diretamente a saúde e a qualidade de vida de travestis e transexuais. Esse estudo tem por objetivo, portanto, debater acerca dessas questões a partir da psicologia, entendendo que o sujeito é atravessado por questões da sociedade em que vive, dando ênfase na vivência de pessoas trans no acesso à saúde.

2. BINARIDADE E A TRANSGENERIDADE

Previamente, para a compreensão do conceito de gênero, utilizaremos a definição delineada por Guacira Louro (1995), que se refere a construção social e histórica dos sexos, onde a construção binária de gênero se dá dentro de um processo contínuo, por meio do qual as pessoas se fazem homens e mulheres a partir de práticas e normas culturais masculinizantes e feminilizantes, tradicionalmente perpetuadas ao longo do tempo e que estão imersas nas instituições sociais que manifestam as relações de gênero, sendo assim a identidade de gênero é formada, socializada e educada, não sendo algo determinado a partir do nascimento.

Historicamente, a sociedade tem se estruturado em um sistema binário de gênero, de modo que as pessoas são identificadas como homem ou mulher assim que nascem tendo como base leis religiosas e o discurso biomédico, o poder regulamentador, sendo ele médico e





religioso, possuíam o controle sobre a designação e normatização da sexualidade, desse modo as características biológicas, os órgãos genitais é o que definiria o sexo que as pessoas possuíam (Silva, 2015).

Adriana Silva (2015) também relata que ao decorrer dos séculos a sexualidade e sua legitimidade eram efeitos da imposição de poder da igreja sobre os sujeitos, portanto o que fugisse ao que era determinado era visto como transgressão à norma, estes indivíduos considerados “anormais” não eram aceitos, sendo caracterizados como monstruosos, eram excluídos do convívio social. Ao longo do tempo a narrativa médica colaborou para que as crenças do que era normal e anormal na sexualidade e na classificação dos gêneros, patologizando o que não remetesse a uma adequação ao que era considerado normal na definição de homem e mulher, sendo julgado como doenças psíquicas a recusa ao sexo que como norma “pertencia”, estas determinações de padrões de gêneros resultou na patologização da homossexualidade e a tudo que era considerado desvio do normal na sexualidade, tendo grande importância na estigmatização da travestilidade, transexualidade e transgeneridade.

Esta binaridade de gênero foi construída através de características criadas ou observadas pela sociedade que variam através da estrutura histórica e cultural sobre o que constituiria o mundo feminino ou masculino (Ribeiro, 2006), dessa maneira a sociedade estabelece regras nas quais os pais devem educar seus filhos de acordo com o sexo que pertencem, dizendo que gestos devem fazer, em que tom de voz devem falar, quais brinquedos brincar e quais roupas usar, estas manifestações passam por uma validação consensual quando as pessoas expressam pensamentos, sentimentos e comportamentos socialmente esperados e modelados. Assim sendo, as diferenças anatômicas são acrescentadas do que é esperado de cada um dos sexos pela sociedade (Silveira, 2006), porém este modelo por vezes não funciona a todos, divergindo o sexo anatômico do gênero no qual sente-se pertencente (Cruz, 2020).

Existe uma diversidade no reconhecimento das pessoas com a identificação de seu gênero e o que é julgado devido a aquele gênero, as pessoas que não se identificam com o gênero que fora definido para si, são reconhecidas como trans ou transgênero, englobando todos aqueles não-cisgênero (De Jesus, 2012).

3. GARANTIA DE DIREITOS E CIDADANIA DA POPULAÇÃO TRANS NO CONTEXTO DA SAÚDE

Diante de uma sociedade cisheteropatriarcal, em que a binaridade e a heterossexualidade ainda são colocadas como “normal”, pessoas que não se enquadram nessa ‘norma’ são marginalizadas





e estigmatizadas, como a população LGBTQIA +. Isso provoca o afastamento e/ou exclusão desse grupo de serviços básicos tais como educação e saúde (Tagliamento, 2015). De modo que nos faz pensar sobre a garantia de cidadania da população LGBTQIA + - neste artigo, em especial, de Transsexuais e Travestis - quando direitos básicos lhe são negados(es). Destarte, é imprescindível discutir sobre as políticas públicas afirmativas que buscam possibilitar o acesso dessa população a espaços e serviços, usufruindo de seus direitos enquanto cidadã(ão).

Desse modo, tendo em vista que trataremos do acesso à saúde por parte dessa população, é importante uma breve contextualização do surgimento do Sistema Único de Saúde, o SUS. Assim, temos que o processo de fundação do SUS acontece após a articulação e luta do movimento de reforma sanitária que buscava por um acesso igualitário à saúde, em uma época em que os serviços de saúde eram limitados a uma pequena parcela da população. Nesse sentido, após o processo de redemocratização do país, foi promulgada a Constituição de 1988 que determinava a saúde como um direito de todos(as) e dever do estado. Assim, o SUS surge com três princípios fundamentais: universalidade, equidade e integralidade (Escorel, 2012).

Neste artigo, daremos destaque a dois: o princípio da universalidade e o da equidade. De acordo com Matta (2007), o primeiro, refere-se a garantia da saúde não como um serviço pelo qual só se tem acesso por meio de pagamentos, como era anteriormente, mas sim como um direito básico da cidadania, livre de qualquer discriminação. Já o segundo, diz respeito a “tratar desigualmente o desigual”, isto é, atentar não só para as necessidades coletivas, mas de igual forma para as individuais, buscando identificar onde as iniquidades são observadas e dispor planos de promoção de saúde para tal.

Com isso em vista, têm-se uma política de assistência atenta aos determinantes sociais da saúde, de forma que tais princípios firmam o compromisso do SUS na luta contra a desigualdade no acesso aos serviços de saúde. Essa política possibilita ao sistema de saúde considerar o sujeito de forma integral, sem desconsiderar seu contexto social e os impactos de vivências particulares e coletivas na saúde. Nesse sentido, possui políticas direcionadas especificamente para grupos sociais com necessidades e vivências próprias, à exemplo a população LGBTQIA +.

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), foi resultado da articulação entre movimentos sociais e de usuários LGTBs junto às esferas governamentais com o objetivo de promover a saúde integral dessa população. Com seus princípios ético-políticos constitui, de fato, um marco fundamental para a promoção da equidade em saúde, empenhada não só na luta pela redução das desigualdades por orientação sexual e





identidade de gênero como também no combate à LGBTfobia dentro das instituições do sistema de saúde (SENA & SOUTO, 2017).

Dentro desse contexto, já havia a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, lançada em 2006 e que determinava o atendimento livre de discriminação, colocando em evidência pela primeira vez, um campo em que o sujeito poderia preencher com o nome que deseje ser chamado(a/e), independente de seu nome de registro. Após alguns anos, em 13 de agosto de 2009, o Ministério da Saúde efetivou essa política através da Portaria de nº 1820, que garante às pessoas transexuais e travestis serem tratadas pelo nome social em qualquer rede pública de saúde. Assim, respeita-se a identidade de pessoas transgêneras e proporciona um atendimento acolhedor nos serviços de saúde, evitando o constrangimento dessa população (Tagliamento, 2015).

Outro marco importante na garantia de direitos e cidadania da população trans é a implementação do processo transexualizador dentro do SUS através da Portaria nº 407, em 2008. Contudo, foi só em 2013 que de fato pode-se falar em um processo transexualizador que contemplasse as necessidades de quem buscava por esse serviço, tendo em vista que com a Portaria nº 2.803/13 pode-se implantar uma linha de cuidado desde a atenção básica até a alta complexidade. Não só isso, com as novas diretrizes, garante a atenção integral à saúde do sujeito, não restringindo apenas a cirurgia de redesignação sexual, já que é um erro pensar que toda pessoa transgênera deseja passar por tal processo. E ainda, com essa portaria, houve também a implementação da hormonioterapia, contemplando também o atendimento à travestis, de forma acolhedora e livre de discriminação (Sena; Souto, 2017). Dessa forma, a oferta gratuita desses serviços pelo Sistema Único de Saúde configura-se uma conquista importante na garantia da identidade e dignidade dessa população.

A partir do que foi supracitado, observa-se que as políticas públicas voltadas para a população trans são de suma importância para a visibilidade dessa população, assegurando o direito de todes como cidadão(ã). Contudo, apesar da teoria ser muito bem elaborada e fundamental, na prática, uma das principais barreiras ao acesso à saúde ainda são o preconceito e a discriminação dirigidas ao grupo LGBTQIA+, em especial, à pessoas transgêneras. Isso pois, por mais que haja políticas que assegurem a qualidade dos serviços, a realidade conta com o despreparo de profissionais das instituições de saúde.

4. BARREIRAS NO ACESSO À SAÚDE

Ao longo dos tempos a Psiquiatria, bem como a construção científica, utilizou de seu poder para fundamentar preconceitos, patologizando o que fugia a norma, aproveitando de seu saber





científico e comprovação biomédica para fantasiar violências e discriminação em um suposto favor a sociedade. Como exemplo, em 1952 houve o acréscimo da homossexualidade ao DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) (Sikorski; Ienk, 2024). Do mesmo modo, a transexualidade foi incluída em 1968 ao DSM e só foi anunciada a retirada em 2018.

Logo, percebe-se que esta lógica biomédica impôs o controle destes corpos considerados fora do padrão cis-gênero, que incomodavam por sua diferença e por isso deviam ser tratados e higienizados (Sikorski; Ienk, 2024), o que acarretou na institucionalização de pessoas trans e ao decorrer do tempo estigmas sociais, dificultando a compreensão da sociedade de que a identidade de gênero é uma expressão legítima de diversidade (Borgert *et al*, 2023).

A estigmatização acarreta preocupantes resultados no acesso ao sistema de saúde, como o despreparo dos profissionais, falha no atendimento acolhedor, manifestação de preconceitos e discriminação (Costa; Magalhães, 2024). Diante disto, muitos deixam de acessar os serviços em saúde pelo medo de sofrer preconceito por parte da equipe de saúde, mas também por outros pacientes, por já terem passado por experiências constrangedoras, ignorância por parte de profissionais sobre as necessidades individuais de saúde das pessoas trans o que pode acarretar em um tratamento inadequado, discriminação e até terem experienciado a negação por atendimento (Borgert *et al*, 2023).

Como mencionado, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT consolida os direitos à saúde dessa população ao promover o enfrentamento a iniquidades e discriminações, ampliando o acesso a ações e serviços de qualidade (BRASIL, 2013). Dentre esses direitos está o uso do nome social das travestis e dos(as) transexuais, aquele pelo qual preferem ser chamados(as/es), independentemente do nome de registro civil, atuando como parte do processo de readequação de gênero, uma vez que auto atribuição de um novo nome acompanha os processos de transformação do corpo. O nome carrega junto ao corpo os múltiplos sentidos de feminilidade e masculinidade que operam como constituintes do gênero (Rocon, P. C. *et al*. 2016)

De acordo com Silva *et al*. (2017), o uso do nome social surge como ferramenta para promoção do acesso das pessoas transexuais e travestis aos serviços de saúde, viabilizando o acolhimento por parte dos profissionais e o estabelecimento do vínculo profissional-paciente, fundamental no que se refere à permanência do usuário no serviço e à aderência aos cuidados em saúde.

Em teoria, a presença do campo destinado ao nome social nos documentos e prontuários da saúde, bem como o devido reconhecimento por parte dos profissionais da saúde ao nome de escolha, deveriam reafirmar o compromisso de universalidade e equidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e reforçar sua importância na assistência, que deve ser feita de forma integral,





prestada a travestis e transexuais no que tange ao acolhimento e à humanização. Contudo, na prática o que se observa é a desconsideração do uso do nome social por parte dos agentes de saúde, o que representa uma transgressão desse direito assim como uma forma de violência contra essa população, que constrange, gera sofrimento e os afasta do atendimento à saúde.

Diante disso, entende-se que o nome social assume um caráter identitário para a pessoa trans que, ao ser reconhecido, compreendido em sua identidade de gênero e, principalmente respeitado, o usuário sente-se confortável para acessar os serviços em saúde, assegurando, dessa forma, a humanização da assistência prestada a essa população, assim como garantindo e cumprindo com esse direito básico. De acordo com a Política Nacional de Humanização, objetiva-se com a humanização:

[...] Valorização da dimensão subjetiva e social em todas as práticas de atenção e gestão no SUS, fortalecendo o compromisso com os direitos do cidadão, destacando-se o respeito às questões de gênero, etnia, raça, orientação sexual e às populações específicas (índios, quilombolas, ribeirinhos, assentados, etc.) (BRASIL, 2004, p. 21).

Sendo assim, o primeiro passo para a efetivação dessa assistência humanizada é devido respeito ao nome de escolha da pessoa trans, conduta que deve partir dos profissionais da saúde. De acordo com a pesquisa realizada por Rocon *et. al.* (2016), pessoas trans, diferentemente de pessoas cis, relatam resistência para procurar atendimento devido a experiências prévias que foram constrangedoras e negativas, a exemplo das questões supracitadas: o não reconhecimento do nome social e o despreparo profissional para atender às demandas que são específicas dessa população, mostrando-se como barreiras ao acesso ao sistema de saúde. O fato é que a população trans, enquanto população marginalizada, o preconceito social e violência que vivem diariamente, demandam que os serviços e profissionais de saúde não sejam mais uma fonte de sofrimento. Ao identificarem nesse segmento que é básico e de direito de todos, não como um elemento de apoio, mas um agressor, afasta ainda mais este grupo populacional da atenção que poderia e deveria ser oferecida.

Além disso, a interseccionalidade, junção de marcadores sociais diversos, como: identidade de gênero, raça, situação socioeconômica, escolaridade, que coloque a pessoa em vulnerabilidade social agrava a situação de marginalização dessa população acarretando ainda mais dificuldades em acessar serviços de saúde e políticas públicas em geral, devido ao medo as diversas situações de opressões e violências sofridas (Nunes; Santos, 2023). A falta de políticas públicas efetivas que garantam direitos intrínsecos às pessoas transgêneras também contribuem para a marginalização e o ciclo de exclusão, que dificulta o acesso à saúde e aumenta a desigualdade.





5. IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL

Diante do que fora exposto, não podemos deixar de lado que tais entraves na vivência de pessoas transgênero perante o acesso à saúde impactam diretamente a saúde mental desses sujeitos, o que torna o diálogo com a psicologia imprescindível. À vista disso, a psicologia da saúde traz grandes contribuições para a discussão, a começar pelo seu surgimento a partir do fracasso do modelo biomédico em explicar o processo saúde-doença. Ademais, foi fundamental na compreensão do termo saúde de maneira mais abrangente e não só referente a ausência de doença, de modo que a qualidade de vida do sujeito estava diretamente ligada à saúde. Isso só foi possível pela mudança de perspectiva que a psicologia trouxe para área, que deixou de centrar-se apenas na doença (Ribeiro, 2011).

Nesse sentido, destaca-se o modelo biopsicossocial que coloca em discussão a saúde como uma produção social e de dimensões subjetivas (Pereira, Barros, Augusto, 2011). Dessa forma, o primeiro ponto é entender que o sujeito não pode ser visto fora do contexto em que vive, isto é, sendo *elu* parte de uma sociedade, a estrutura social em que está, vai atravessá-lo de diversas formas. Assim, já que a conjuntura atual é permeada por comportamentos e discursos discriminatórios, principalmente pela transfobia, pessoas transgêneras tem sua integridade física e mental afetadas por essas questões.

Nesse sentido, de acordo com Da Silva *et al* (2021), vivências de violência e discriminação estão diretamente relacionadas com sintomas de ansiedade e a altos níveis de angústia na população trans. Tais sintomas também são observados nas salas de espera para atendimentos, diante da incerteza de que o nome social será respeitado pelos profissionais da saúde (Sales *et al*, 2016). Aqui, é importante destacar que tal conduta por parte dos profissionais da saúde, é um ataque direto à dignidade do sujeito, configurada como violência simbólica. Isso, relacionado à falta de uma rede de apoio tanto familiar quanto estatal, ambas instituições que deveriam cumprir com seu papel de proteção, impactam significativamente no sofrimento psíquico desses sujeitos.

Dentro desse panorama, a constante exposição à vivências de violências, seja física, verbal e /ou simbólica, favorecem a exclusão e marginalização dessa população e, por consequência, corroboram para o desenvolvimento de quadros depressivos (Silva *et al*, 2021). De tal forma que, ainda de acordo com as pesquisas da autora citada previamente, a população trans possui um risco significativamente maior de ideação suicida e tentativas de suicídio, diretamente relacionada a estressores decorrentes de experiências discriminatórias. Tal pauta precisa ser colocada como uma questão de saúde pública que deve, urgentemente, ter mais atenção. A





começar pela inclusão dessa população nos dados censitários que até 2022 era excluída, o que dificulta a produção de conhecimento e políticas públicas para o grupo.

Outrossim, é importante resgatar a questão de que a transgeneridade foi, por muitos anos encarada como patologia, sendo incluída no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). Dito isso, a psicologia de forma infeliz, durante tais anos, acabou por contribuir com a exclusão e marginalização dessa população já que, baseado nesse discurso patologizante, o apoio oferecido foi no sentido de cura, falhando com seus princípios éticos;

Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:

- a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;
- b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais; (CFP, 2005, p. 9)

Nos dias atuais, com a tardia resolução nº 01/2018, o Conselho Federal de Psicologia determina uma prática profissional alinhada à eliminação da transfobia de modo que a travestilidade e transgeneridade não sejam colocadas como patologias.

Contudo, a patologização das identidades trans ao longo desses anos deixou marcas significativas para esse grupo, tornando-o ainda mais suscetível a atitudes discriminatórias, principalmente no campo da saúde e, como consequência, os afastou de acessar esses serviços. Assim, pontua-se em Sales *et al* (2016):

O que adoce, dessa maneira, são processos de exclusão que reforçam discriminações na medida em que negam ou dificultam o acesso aos serviços públicos (de saúde, educação, cultura, etc.), entendidos como direitos constitucionais. Dessa maneira, o que precisa ser objeto de intervenção são os mecanismos de acesso na busca por promover alterações nesse quadro para efetivação de direitos (SALES *et al*, 2016, p. 70)

É imperativo a reorganização de políticas públicas que visam a promoção da equidade no acesso à saúde para que atuem de modo efetivo, cumprindo com seus objetivos. Além disso, nota-se que o diálogo com a psicologia se torna fundamental no debate dessas questões tanto dentro das organizações governamentais, na elaboração de políticas específicas, quanto dentro dos sistemas de saúde, como parte da equipe multiprofissional. De forma que sua atuação esteja pautada nos princípios éticos - livre de qualquer discriminação - e entendendo o sujeito de forma biopsicossocial, em que sua integridade física e mental estão atreladas aos fatores sociais, econômicos e culturais.





6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível compreender que saúde não se refere apenas a ausência de doença. O processo saúde-doença engloba dimensões sociais e subjetivas, em que as interações com o outro e a forma como o próprio indivíduo se vê impactam na forma de viver. Nesse sentido, a população trans enfrenta diariamente situações de preconceito e discriminação, o que impacta diretamente na saúde mental e física, e consequentemente gera prejuízos na qualidade de vida dessa população. Posto isso, o presente artigo buscou discutir como a transfobia impacta o acesso aos serviços de saúde, a partir da perspectiva da psicologia que, como campo teórico e prático, se faz fundamental na promoção da saúde da população trans.

Apesar dos avanços significativos nas políticas públicas voltadas à população trans, como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, ainda existem muitos obstáculos para a plena garantia de direitos à saúde e à dignidade da pessoa trans. Sendo assim, a transfobia é uma barreira persistente para o acesso aos sistemas de saúde, agravadas pelo despreparo de profissionais, que não estão devidamente capacitados para lidar com as especificidades e necessidades dessa população, a estigmatização e marginalização, assim como a patologização da transgeneridade.

Nesse sentido, é de suma importância que se pense em uma reestruturação institucional dentro dos sistemas de saúde, que respeite a diversidade de gênero, garantindo o exercício pleno dessas cidadanias. Não obstante, a promoção de saúde também se dá a partir de uma legislação que vise e cumpra de maneira efetiva com o objetivo de proteção a esses sujeitos diante de violências, seja física, verbal e/ou simbólica.

De igual maneira, a psicologia deve estar comprometida com a dimensão social a qual o sujeito está inserido, participando ativamente de discussões voltadas para desconstrução de narrativas conservadoras e normativas, tendo em vista o impacto na saúde mental. E, é importante reforçar mais uma vez que a formação desses profissionais deve estar alinhada aos princípios éticos que regem a profissão, pois se tivessem sido colocados em prática desde o primeiro momento, a resolução sobre a patologização da transgeneridade não seria tão tardia - ou não teria sido necessária. Assim, a formação acadêmica deve estar voltada para a compreensão das especificidades de cada grupo social, entendendo suas questões e especificidades. Para, assim, contribuir para uma promoção de saúde de fato universal e equânime.

REFERÊNCIAS

Brasil. Portaria n. 2.803/GM, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial União** 2013; 19 nov.





Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS**: política nacional de humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. – 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

BORGERT, Vivian et al. "A gente só quer ser atendida com profissionalismo": experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33036, 2023.

Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005.

COSTA, Geisa Alves da; MAGALHÃES, Kaline Dantas. **Impasses enfrentados pela pessoa transgênero no acesso aos serviços de saúde na atenção primária e as atribuições do enfermeiro**: uma revisão integrativa. 2024.

DA SILVA, R. R. *et al.* **Estresse de minoria de gênero e seus efeitos na saúde mental como fator de risco para depressão em pessoas transgênero: Revisão da literatura**. Research, Society and Development, v. 10, n. 3, 2021.

ESCOREL, S. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L., LOBATO, L.V.C., NORONHA, J. C., CARVALHO, A. I., eds. **Políticas e sistemas de Saúde no Brasil [online]**. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, p. 323-363.

MATTA, Gustavo Corrêa. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lucia de Moura (Org.). **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 61-80.

NUNES, Vanessa Ester Ferreira; SANTOS, Alexsandro do Nascimento. A INTERSECCIONALIDADE E A MULHER NEGRA TRANSGÊNERO. **Revista Interfaces**, v. 15, n. 10, 2023.

PEREIRA, T. T. O., BARROS, M. N. S., AUGUSTO, M. C. N. A. **O Cuidado em Saúde: o Paradigma Biopsicossocial e a Subjetividade em Foco**. Mental, IX(17), p. 523-536. 2011.

RIBEIRO, J.L.P. A psicologia da Saúde. In: ALVES, R.F., org. **Psicologia da Saúde: teoria, intervenção e pesquisa (online)**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 23-64. ISBN 978-85-7879-192-6.

ROCON, P. C. et al.. **Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 8, p. 2517–2526, ago. 2016.

SALES, Adriana; LOPES, Herbert de Proença; PERES, Wiliam Siqueira. **Despatologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos**. Periódicus, Salvador, v. 1, n. 5, p. 56-72, maio-out. 2016.

SENA, A. G. N.; SOUTO, K. B. **Avanços e desafios na implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT**. Tempus, actas de saúde colet, Brasília, v. 11, n. 1, p. 09-28, mar. 2017





SILVA, G. W. S.; *et al.* **Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 11, p. 4955-4966, 2021

SILVA, Adriana Sousa. **Normatização do gênero na construção da identidade transexual.** XI Colóquio Nacional Representações de gênero e sexualidade, 2015.

SILVA, L. K. M. DA . *et al.*. **Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 3, p. 835–846, jul. 2017.

SIKORSKI, Diego Brugnago; IENK, Taline. A TRANSCODIFICAÇÃO DA PSICOLOGIA COMO AÇÃO DE RESISTÊNCIA: UMA CRÍTICA A PSIQUIATRIZAÇÃO DA TRANSFOBIA. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 10, 2024.

TAGLIAMENTO, G. . Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. *In*: Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; Departamento de Apoio à Gestão Participativa. (Org.). **Transexualidade e travestilidade na saúde**. 1ed.Brasília: Ministério da Saúde, 2015, v. , p. 65-79.





UM BILHETE PARA O TERRITÓRIO DO DESEJO: REFLEXÕES SOBRE A PROSTITUIÇÃO MASCULINA E AS VULNERABILIDADES SOCIAIS

Wlisses Figueiredo Matos

Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA

wlissesfmatos@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Marília Samália Martins Ferreira

Bacharel em Serviço Social e Licenciatura em Ciências Sociais – UFMA

Mestranda em Políticas Públicas – UFMA

marilia.samalia@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A prostituição masculina nas periferias brasileiras é um fenômeno multifacetado que envolve questões de vulnerabilidade social, racismo, sexualidade e exploração econômica. Este texto busca compreender o fenômeno à luz das dinâmicas históricas e sociais que moldam a realidade desses jovens, especialmente os negros, em contextos de pobreza e exclusão social. A partir de uma revisão crítica da literatura, são analisadas as relações de poder, as dinâmicas de gênero e as condições estruturais que contribuem para a marginalização e exploração desses homens. A perspectiva interseccional, abordada por autores como Carla Akotirene, Judith Butler, Stuart Hall e Don Kulick, é central para entender como as opressões de classe, raça e gênero se interconectam e afetam as escolhas desses jovens, muitas vezes levando-os à prostituição como uma estratégia de sobrevivência. O contexto histórico de escravidão e desigualdade racial no Brasil continua a influenciar as dinâmicas de marginalização de corpos negros, particularmente masculinos. A fetichização do corpo negro, como discutido por Stuart Hall, coloca esses corpos em uma posição contraditória, ao mesmo tempo desejados e desumanizados. Essa dinâmica é exacerbada na prostituição, onde a exploração sexual se mistura com a exploração econômica, criando uma relação de subordinação que remonta à exploração colonial e à escravidão. Além disso, a performatividade de gênero, conforme analisado por Judith Butler, evidencia como os homens envolvidos na prostituição rejeitam rótulos tradicionais de sexualidade, adotando identidades fluidas, como "Homens que fazem sexo com outros homens" (HSH), o que reflete a complexidade das normas sociais que impõem identidades fixas e estigmatizantes. A segregação espacial, conforme apontado por Milton Santos, também desempenha um papel crucial na manutenção das desigualdades. A organização espacial das periferias, com sua falta de infraestrutura e acesso limitado a oportunidades, coloca os jovens em uma situação de vulnerabilidade, onde a prostituição é vista como uma alternativa econômica viável. O espaço urbano, portanto, não apenas reflete, mas também perpetua as desigualdades sociais e econômicas, tornando-se um local de alta vulnerabilidade. Além disso, a prostituição masculina nas periferias não deve ser vista apenas como um comportamento individual, mas como um reflexo das estruturas de opressão que limitam as escolhas e a mobilidade social desses jovens. A interseccionalidade, como ferramenta analítica, permite que se compreendam as diversas camadas de opressão que convergem nesse fenômeno, apontando a necessidade de políticas públicas que abordem de maneira integrada as questões de gênero, raça, classe e sexualidade. A análise crítica proposta neste trabalho visa sensibilizar para a urgência de um olhar mais atento e consciente para as realidades sociais que impulsionam a prostituição masculina nas periferias e como essas práticas refletem a reprodução das desigualdades estruturais na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Prostituição masculina; Vulnerabilidade social; Fetichização; Exploração econômica.





1. INTRODUÇÃO

A prostituição masculina nas periferias brasileiras é um fenômeno complexo que reflete desigualdades sociais profundamente enraizadas e exige uma abordagem interseccional para compreender suas dimensões. Jovens negros e periféricos são frequentemente empurrados para essa prática como estratégia de sobrevivência, enfrentando formas específicas de exclusão relacionadas à raça, sexualidade e classe.

A prostituição masculina nas periferias brasileiras é um fenômeno complexo que reflete desigualdades sociais e estruturais profundamente enraizadas na sociedade brasileira. Esse fenômeno está intimamente ligado a uma série de desigualdades interconectadas, como raça, classe social e sexualidade. Nas periferias, onde predominam jovens negros e de classes sociais mais baixas, a falta de acesso a oportunidades de educação e emprego leva muitos a recorrer à prostituição como uma das poucas alternativas para a sobrevivência. Esses indivíduos vivem em condições de vulnerabilidade extrema, sendo muitas vezes forçados a se envolver na prostituição para garantir sua subsistência e atender às necessidades financeiras de suas famílias (Santos, 1996).

A análise da prostituição masculina nas periferias brasileiras deve ser feita a partir de uma perspectiva interseccional, que leve em consideração as múltiplas formas de opressão e exclusão social que esses indivíduos enfrentam simultaneamente. A interseccionalidade permite compreender como as desigualdades relacionadas a classe social, raça e sexualidade se entrelaçam e moldam as trajetórias desses jovens, influenciando suas opções de vida e experiências. O gênero, enquanto uma categoria fundamental na organização das relações de poder, deve ser analisado dentro deste contexto, pois as normas de gênero são frequentemente interligadas com outras formas de desigualdade, como a classe e a raça, o que influencia diretamente as identidades desses jovens e como são vistos pela sociedade (Scott, 1998).

Além disso, a prostituição masculina nas periferias é também um reflexo das dinâmicas de poder mais amplas da sociedade. A sexualidade e o gênero não são apenas categorias identitárias, mas formas de performatividade que moldam as expectativas sociais e a socialização dos indivíduos. No contexto da prostituição, muitos jovens evitam se identificar com rótulos como “gay” ou “bissexual”, uma vez que esses termos carregam estigmas em sociedades marcadas por homofobia e machismo. Em vez disso, eles se identificam com uma categoria mais fluida, como “Homens que fazem sexo com outros homens” (HSH), que permite a expressão de comportamentos sexuais sem a imposição de uma identidade fixada, muitas vezes marginalizada (Butler, 2003).





A análise das condições estruturais de opressão e exclusão também envolve uma compreensão de como as opressões relacionadas à raça, classe e gênero se sobrepõem, criando uma rede de marginalização que limita as oportunidades desses jovens. A prostituição deve ser entendida não apenas como uma escolha individual, mas como uma resposta às condições de exclusão social e à falta de alternativas econômicas. O processo de mercantilização dos corpos negros, especialmente os masculinos, é um exemplo claro de como essas desigualdades se manifestam no contexto da prostituição, com esses corpos sendo fetichizados e, ao mesmo tempo, desumanizados pela sociedade (Akotirene, 2019).

Esse processo de fetichização e marginalização reflete as hierarquias raciais e sexuais que ainda predominam nas relações de poder no Brasil e que se manifestam de forma intensa nas práticas de prostituição nas periferias. A prostituição masculina, assim, não deve ser vista apenas como uma questão de escolha ou comportamento individual, mas como um fenômeno complexo que é influenciado por uma série de fatores estruturais, econômicos e sociais. A compreensão dessas dinâmicas exige uma análise que leve em consideração as diversas formas de opressão que afetam esses jovens e como essas questões estão entrelaçadas na formação de suas identidades e nas suas experiências de vida (Kulick, 1998; Hall, 1997).

Baseando-se em uma revisão sistemática da literatura, este trabalho utiliza contribuições teóricas de autores como Joan Scott, Judith Butler, Carla Akotirene e Don Kulick para discutir como a prostituição masculina é influenciada por dinâmicas de poder e exploração. Como Scott sugere, “o gênero deve ser compreendido como uma forma primária de significar relações de poder” (Scott, 1998).

2. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA

A prostituição masculina nas periferias brasileiras não pode ser compreendida sem considerar o contexto histórico que ainda perpetua a desigualdade racial e social, profundamente enraizada na estrutura colonial e escravocrata do país. O Brasil, em sua história de exploração dos corpos negros, construiu uma sociedade marcada pela exclusão social e pela marginalização de determinados grupos, em particular aqueles com condições econômicas mais precárias. Joan Scott (1998) argumenta que as relações de gênero “são construídas dentro de contextos históricos específicos, atravessadas por questões de classe e raça”, o que é crucial para entender a prostituição masculina nas periferias, pois a sobreposição dessas opressões contribui para o processo de marginalização dos indivíduos, especialmente os jovens negros e periféricos. A dinâmica histórica de exploração dos corpos negros no Brasil, principalmente durante o período





escravocrata, estabeleceu uma base para a opressão que perdura até hoje, afetando diretamente as escolhas de vida e as oportunidades dessas populações. Durante a escravidão, os corpos negros eram objetos de exploração não só no trabalho, mas também sexualmente, sendo subjugados à vontade dos senhores. Esta exploração sexual dos corpos negros, como destaca Angela Davis (1981), não se limitava apenas ao trabalho, mas era um aspecto integral do processo de dominação, onde os corpos negros eram reduzidos a simples objetos de desejo e controle. Esse contexto de exploração sexual, com as hierarquias raciais em jogo, faz com que a prostituição masculina nas periferias brasileiras se configure, muitas vezes, como uma continuação dessa lógica de subordinação e dominação, mas adaptada às condições sociais e econômicas contemporâneas.

Em um país onde o racismo estrutural se manifesta em múltiplos níveis, as populações negras continuam a ser marginalizadas tanto nas esferas sociais quanto econômicas. O conceito de racismo estrutural é bem explicado por Abdias do Nascimento (1989), que observa que o racismo no Brasil é uma forma de exclusão sistemática que não só priva os negros de direitos iguais, mas também os impede de alcançar um reconhecimento pleno de sua humanidade. Isso é particularmente evidente nas periferias urbanas, onde a falta de acesso à educação de qualidade, saúde e emprego, somada à discriminação racial, limita as opções de vida dessas populações. No contexto da prostituição masculina, isso resulta em uma vulnerabilidade ainda mais acentuada, pois esses jovens são muitas vezes empurrados para essa prática como uma forma de sobrevivência diante da falta de alternativas viáveis. Dessa forma, a prostituição masculina torna-se uma saída econômica para aqueles que, devido à exclusão social, não conseguem acessar os recursos necessários para uma vida digna.

Além da exclusão racial, a prostituição masculina também está intimamente ligada às normas de gênero e à maneira como a sociedade brasileira constrói as identidades sexuais. Judith Butler (2003) nos ensina que "as normas de gênero não são simplesmente regras que os indivíduos seguem; elas são também os meios pelos quais as subjetividades são formadas". Os homens que se envolvem na prostituição nas periferias muitas vezes rejeitam rótulos como "gay" ou "bissexual", principalmente por conta da carga estigmatizante associada a essas identidades, dentro de um contexto social profundamente machista e homofóbico. Em vez disso, muitos preferem a categoria "Homens que fazem sexo com outros homens" (HSH), que se apresenta como uma forma de se distanciar de uma identidade fixa ou de uma categorização que possa colocá-los ainda mais em risco. A adoção do termo HSH, que surgiu nas pesquisas de Thomas C. Quinn e seus colaboradores nos anos 1980, foi uma tentativa de classificar





comportamentos sexuais de maneira mais fluida, sem a necessidade de atribuir uma identidade fixa, algo que ainda persiste como um dilema para muitos homens em contextos onde a sexualidade é marcada por tabus (Quinn et al., 1989).

A performatividade de gênero, como explorada por Butler, revela a tensão entre o desejo de autonomia sexual e as restrições impostas por uma sociedade que busca categorizar e, muitas vezes, estigmatizar qualquer comportamento que se desvie da normatividade sexual heterossexual. Para esses homens, envolver-se na prostituição pode ser, em muitos casos, uma forma de adaptação às exigências do mercado, que não só fetichiza, mas também desumaniza o corpo negro e o sexualiza de maneira que perpetua seu papel subordinado e marginalizado na sociedade. Don Kulick (1998) faz uma importante observação ao afirmar que "os corpos negros na prostituição são simultaneamente desejados e marginalizados", uma dicotomia que reflete a forma como a sociedade branca e dominante trata os corpos não-brancos, sempre os objetificando e ao mesmo tempo os relegando a posições sociais inferiores. Os homens negros, ao serem expostos a essa sexualização, acabam sendo incorporados ao imaginário coletivo como objetos de desejo e prazer, mas também como sujeitos sem voz ou agência, com suas identidades reduzidas ao consumo e à exploração.

A análise interseccional proposta por autores como Carla Akotirene (2019) e Kimberlé Crenshaw (1989) oferece uma chave de leitura importante para a compreensão da prostituição masculina nas periferias brasileiras, ao destacar como as diferentes formas de opressão – raça, classe, gênero e sexualidade – se entrelaçam e criam um cenário em que a marginalização desses indivíduos é mais complexa do que a simples exclusão de um único fator. Akotirene (2019) argumenta que "as desigualdades de gênero, raça e classe se sobrepõem de forma a criar barreiras sistêmicas que restringem as possibilidades de agência dos indivíduos", e isso se reflete diretamente nas escolhas de vida dos jovens periféricos que se veem forçados a recorrer à prostituição como uma forma de sobrevivência diante da falta de alternativas. A interseccionalidade, como proposta por Crenshaw (1989), permite compreender que as experiências de opressão não podem ser desassociadas umas das outras, mas devem ser analisadas em sua totalidade, reconhecendo que a exclusão e a marginalização desses jovens não são consequência apenas de um fator isolado, mas de uma rede de fatores que operam conjuntamente para manter a desigualdade.

No Brasil, a segregação social e espacial também desempenha um papel importante na perpetuação da prostituição masculina. Milton Santos (1996) aponta que "o espaço urbano é um reflexo das desigualdades sociais e econômicas, organizando a vida das populações marginalizadas de forma a limitar suas possibilidades de mobilidade social". Nos bairros periféricos,





onde a pobreza e a exclusão são características marcantes, as opções para os jovens são limitadas, e a prostituição se torna uma das poucas alternativas para alcançar alguma forma de sustento. Santos (1996) também destaca que "o espaço é vivido de forma fragmentada e excluída do processo de decisão política e econômica", o que evidencia como as políticas públicas falham em integrar as periferias ao resto da cidade, perpetuando a marginalização dessas populações. O fato de as periferias serem espaços segregados, sem acesso a recursos e oportunidades, cria um ciclo de pobreza e vulnerabilidade que reforça a prostituição como uma estratégia de sobrevivência, em um processo que remonta a séculos de exclusão social.

Esse quadro social de exploração, marginalização e exclusão exige uma reflexão mais profunda sobre as condições de vida dos homens negros e periféricos que se envolvem na prostituição, e como a interseção das várias formas de opressão contribui para a perpetuação de suas condições de vulnerabilidade. Como observa Stuart Hall (1997), "os significados culturais atribuídos aos corpos negros os reduzem frequentemente a objetos de desejo e exotismo, reforçando estereótipos racializados", o que nos leva a entender que a prostituição masculina não é apenas uma prática de troca sexual, mas também um reflexo de um sistema de exploração que continua a submeter os corpos negros a uma dinâmica de fetichização e objetificação.

3. PROSTITUIÇÃO MASCULINA E ESPAÇOS URBANOS:

A prostituição masculina nas periferias brasileiras está intimamente ligada às dinâmicas de segregação espacial que marcam as desigualdades sociais e econômicas. O conceito de espaço urbano, conforme desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos, nos oferece uma chave de leitura crítica para compreender como as condições de vida nas áreas periféricas moldam as escolhas e a vida dos seus habitantes. De acordo com Santos (1996), "o espaço urbano é um reflexo das desigualdades sociais e econômicas, organizando a vida das populações marginalizadas de forma a limitar suas possibilidades de mobilidade social". Em outras palavras, as estruturas físicas e sociais da cidade, incluindo a distribuição do espaço e dos recursos, contribuem para a manutenção da segregação e da exclusão, e são fatores determinantes na dinâmica da prostituição masculina nas periferias (Santos, 1996).

Nos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras, como as comunidades de favelas e outros espaços segregados, os jovens negros e pobres enfrentam uma combinação de condições que os empurram para alternativas econômicas que nem sempre são visíveis ou compreendidas como questões estruturais. A falta de acesso a infraestrutura básica — como saneamento, saúde, transporte e educação — cria um ambiente no qual as opções de inserção no





mercado de trabalho formal são extremamente limitadas. Como aponta Santos (1996), "o espaço é vivido de forma fragmentada e excluída do processo de decisão política e econômica", o que significa que as políticas públicas não alcançam de forma eficaz as necessidades das populações periféricas. A exclusão social e econômica, portanto, se reflete no espaço urbano, cujas falhas em integrar as periferias ao centro das dinâmicas urbanas geram um ciclo contínuo de marginalização (Santos, 1996).

Essa segregação espacial tem um impacto profundo nas possibilidades de mobilidade social para os jovens das periferias, particularmente os negros, que historicamente são marginalizados nas esferas econômica e social. A ausência de oportunidades e a violência estrutural enfrentada no dia a dia são realidades para muitos desses jovens, e a prostituição masculina aparece muitas vezes como uma das poucas alternativas viáveis para garantir a sobrevivência. Além disso, o estigma e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal intensificam a sensação de impotência e a percepção de que a prostituição é uma opção não apenas válida, mas necessária. Para muitos, o corpo se torna um meio de sobrevivência, algo que reflete uma forma de resistência contra a exclusão imposta pela sociedade (Gonzalez, 1988).

É importante destacar que essa prostituição não ocorre de maneira isolada, mas está inserida dentro de um sistema de relações de poder que remonta à estrutura colonial e ao legado da escravidão. A exploração sexual de corpos negros, particularmente nas periferias, segue a lógica da opressão racial que, desde a época da escravidão, trata os corpos negros como recursos de uso econômico. Essa dinâmica é bem analisada por Lélia Gonzalez (1988), que aponta que "os corpos negros, principalmente nas periferias, são os que mais sofrem com as consequências de um processo histórico de marginalização". A prostituição masculina, dentro desse contexto, pode ser vista como uma extensão da exploração dos corpos negros, agora dentro de um sistema de mercado sexual que não apenas transforma os corpos em mercadorias, mas também perpetua a violência simbólica contra esses indivíduos (Gonzalez, 1988).

O conceito de segregação urbana é também central para compreender a noção de "espaços de exceção" descrita por Giorgio Agamben (2002), que define esses espaços como aqueles em que a vida humana é reduzida a uma existência biológica, em que a dignidade humana é constantemente negada. Nas periferias, a vida cotidiana é marcada pela luta pela sobrevivência, e as alternativas à prostituição, como a educação ou o trabalho formal, são constantemente frustradas por uma série de fatores, incluindo o racismo, a violência policial e a escassez de oportunidades. A prostituição masculina, nesse sentido, se configura não apenas como uma prática de troca de sexo por dinheiro, mas como uma tentativa de afirmar alguma forma de controle





sobre o próprio corpo, mesmo que este seja, por sua vez, constantemente explorado. A prostituição, então, se torna uma resposta ao "estado de exceção" em que essas populações vivem, onde suas vidas e corpos são usados e abusados pelas lógicas de mercado e pela falta de alternativas (Agamben, 2002).

No campo da análise social, a segregação espacial e a prostituição masculina também estão entrelaçadas com o conceito de "lugar de refúgio" e "lugar de aprisionamento" (Davis, 1981). Por um lado, os espaços periféricos, muitas vezes invisíveis para os centros urbanos e para os olhos da política pública, oferecem algum grau de refúgio para aqueles que são excluídos das normas sociais dominantes. No entanto, esse "refúgio" também é um espaço de aprisionamento, onde os jovens são confinados em uma lógica de sobrevivência que, por sua vez, perpetua suas condições de vulnerabilidade e de exploração. Essa dicotomia reflete-se também na prostituição masculina, em que o espaço periférico oferece alguma forma de alívio financeiro imediato, mas aprisiona esses homens em um ciclo de exploração e subordinação (Davis, 1981).

A segregação espacial também intensifica a discriminação dentro da própria comunidade LGBTQIA+. Como ressaltam autores como Carla Akotirene (2019), as interseções de raça, classe e sexualidade criam barreiras que dificultam a inserção desses jovens em ambientes mais inclusivos, como a comunidade gay. A exclusão interna dentro da própria comunidade LGBTQIA+, em que os corpos negros, periféricos e empobrecidos são estigmatizados, contribui para a marginalização desses homens. A experiência de discriminação não é apenas externa, mas também interna, e isso os coloca em uma posição de vulnerabilidade ainda mais exacerbada. A segregação espacial contribui para essa dinâmica, pois os jovens negros das periferias não têm acesso aos "espaços seguros" ou ao apoio que poderiam ser proporcionados por uma comunidade que, teoricamente, deveria ser acolhedora. Em vez disso, eles enfrentam uma dupla marginalização: pela cor de sua pele e pela condição econômica (Akotirene, 2019).

A relação entre prostituição masculina e segregação espacial também remete à análise de Henri Lefebvre (1991), que afirma que "o espaço não é uma coisa em si, mas sim o produto das interações sociais, das relações de poder e dos processos históricos". Os espaços urbanos, portanto, são construídos por meio das relações de poder que determinam quem pode ocupar quais áreas e sob quais condições. Nas periferias, as condições de vida são determinadas pela escassez de recursos, pela violência e pela falta de políticas públicas eficazes, o que cria um ciclo de exclusão e marginalização. Nesse contexto, a prostituição masculina surge como uma estratégia de sobrevivência, mas também como uma forma de resistência, no sentido de que





esses indivíduos tentam se apropriar de um espaço que, de outra forma, lhes seria negado, mesmo que por meio de práticas extremamente desafiadoras e humilhantes (Lefebvre, 1991).

A prostituição masculina nas periferias brasileiras, portanto, não é apenas uma questão de comportamento sexual ou de escolha individual, mas está inserida dentro de um contexto mais amplo de segregação espacial e social, onde as condições de vida, a exclusão econômica e o racismo estrutural se combinam para perpetuar a marginalização desses indivíduos. As dinâmicas de poder que moldam as cidades brasileiras, com suas segregações espaciais e sociais, não só criam os espaços da prostituição, mas também as condições para que ela se torne uma alternativa viável para os jovens das periferias. A prostituição, portanto, deve ser entendida como um reflexo das desigualdades sociais e espaciais, um sintoma de uma cidade que marginaliza e exclui, e uma prática que, longe de ser apenas uma escolha individual, é também um produto dessas estruturas de opressão e exclusão (Santos, 1996; Gonzalez, 1988; Agamben, 2002; Davis, 1981; Lefebvre, 1991).

4. FETICHIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO NEGRO NA PROSTITUIÇÃO MASCULINA

A fetichização e mercantilização do corpo negro têm sido temas centrais no debate sobre as dinâmicas de poder, exploração e subjetividade, especialmente no contexto da prostituição masculina nas periferias brasileiras. A maneira como o corpo negro é percebido e utilizado na prostituição masculina reflete, em grande medida, os legados históricos de colonialismo e racismo estrutural. Stuart Hall (1997) explica que a construção do corpo negro na cultura ocidental está imersa em estereótipos que frequentemente o reduzem a um objeto de desejo exótico e primitivo, desprovido de complexidade subjetiva. Esses estereótipos não são apenas construções sociais, mas mecanismos de controle e exploração que se atualizam na prostituição, onde o corpo negro se torna simultaneamente um alvo de desejo e uma mercadoria a ser consumida. Na prostituição masculina, esse processo de fetichização não se limita ao consumo sexual, mas se estende à exploração econômica, uma vez que esses corpos são vistos como produtos prontos para serem comercializados, explorados e descartados, dependendo da dinâmica de mercado. Essa mercantilização não se dá apenas no plano do sexo, mas também em uma lógica econômica que visa extrair lucro da exploração das identidades raciais e sexuais desses jovens.

A fetichização do corpo negro é um fenômeno complexo que não se restringe à superfície das relações sexuais, mas também se manifesta nas representações culturais e nas estruturas de poder que constroem a identidade racial. A construção de um imaginário social sobre o corpo negro, com ênfase em estereótipos de "virilidade" e "exotismo", faz com que a sexualidade





desses homens seja muitas vezes tratada como um produto a ser consumido. Como Hall (1997) coloca, “os significados culturais atribuídos aos corpos negros os reduzem frequentemente a objetos de desejo e exotismo, reforçando estereótipos racializados”. Essa noção de exotismo se traduz na prostituição, em que os corpos dos homens negros são projetados como parte de um espetáculo sexual, valorizados pelo que representam em termos de prazer físico imediato, mas despojados de qualquer consideração quanto à sua humanidade e subjetividade. Na prática, essa objetificação racializada gera uma economia sexual que explora as características físicas desses homens, sem lhes oferecer a chance de escapar das amarras da marginalização racial e social (Hall, 1997).

Don Kulick (1998) também oferece uma visão crítica sobre o lugar ocupado pelos corpos negros na prostituição. Ele argumenta que “os corpos negros na prostituição são simultaneamente desejados e marginalizados”, o que revela a ambiguidade central nas relações de poder que envolvem a prostituição masculina. Por um lado, esses homens são altamente valorizados por suas características físicas — especialmente no que diz respeito à sexualidade, associada a uma hipermasculinidade estereotipada. Por outro lado, essas mesmas características se tornam a base para sua marginalização, pois são frequentemente vistas através de um filtro de inferioridade e desumanização. Esse paradoxo de desejo e marginalização reflete as tensões dentro da sociedade brasileira, onde a dinâmica racial funciona de maneira contraditória. Em contextos de prostituição, o corpo negro é simultaneamente desejado por sua hipermasculinidade, mas também é marginalizado pela sociedade que o explora, subvalorizando sua dignidade e identidade. Essa dinâmica de fetichização e marginalização é central para entender as dificuldades que os jovens negros enfrentam ao se envolverem na prostituição, pois estão sendo explorados por características que não controlam, mas que são impostas a eles por uma sociedade racialmente hierarquizada (Kulick, 1998).

A mercantilização do corpo negro na prostituição é ainda mais exacerbada pela interseção de classe social, sexualidade e raça. A prostituição masculina nas periferias, em grande parte composta por homens negros e de baixa renda, reflete uma relação de exploração estrutural em que esses indivíduos são considerados recursos sexuais e econômicos. A relação entre exploração sexual e marginalização social está profundamente entrelaçada com o racismo estrutural presente no Brasil, que se perpetua através da objetificação e mercantilização dos corpos de indivíduos negros. Na lógica de mercado que permeia as periferias urbanas, os corpos dos jovens negros não são apenas desejados como objetos de prazer, mas também usados como instrumentos para gerar lucro para terceiros — sejam eles agenciadores, intermediários ou consumidores. Essa prática é uma das facetas mais cruéis





da mercantilização, pois transforma seres humanos em mercadorias descartáveis, cujo valor é determinado por sua capacidade de gerar lucro imediato, mas que, no fundo, carecem de qualquer dignidade ou autonomia na definição de suas próprias vidas.

Além disso, a mercantilização do corpo negro se entrelaça com a feminização da pobreza, um conceito discutido por várias autoras feministas, que analisa como as mulheres, especialmente as mulheres negras, são mais vulneráveis à exploração econômica e sexual devido à marginalização histórica e estrutural. Embora o foco aqui seja a prostituição masculina, muitos dos mecanismos que operam na exploração dos corpos masculinos são, em grande parte, inspirados pela exploração das mulheres negras, especialmente no contexto da prostituição. A lógica que reduz os corpos a mercadorias de consumo, seja na prostituição masculina ou feminina, é a mesma que opera de forma racializada, tornando os corpos negros uma forma de lucro fácil para aqueles que se beneficiam da exploração sexual (Crenshaw, 1991). Nesse sentido, a prostituição masculina nas periferias pode ser vista como uma continuação das formas de opressão que moldaram a sociedade brasileira durante o período colonial, onde os corpos negros eram tratados como recursos econômicos, sujeitos à exploração e à violência sistemática.

A lógica de fetichização e mercantilização do corpo negro não é uma característica exclusiva da prostituição masculina, mas está presente em várias outras formas de exploração e violência racializada na sociedade brasileira. A representação do corpo negro na mídia, na publicidade e nas artes também contribui para a perpetuação desses estereótipos, ao retratar os homens negros como seres hipersexualizados e exóticos. Esse tipo de representação reforça a objetificação do corpo negro e coloca esses homens em uma posição vulnerável, onde sua identidade e humanidade são frequentemente desconsideradas em favor de um desejo sexual imposto socialmente (Hooks, 1992). Portanto, a mercantilização do corpo negro na prostituição não pode ser vista apenas como uma prática isolada, mas como parte de um sistema maior de racismo estrutural e de mercado sexual que desumaniza os indivíduos negros e os utiliza como fontes de lucro.

Em suma, a fetichização e mercantilização do corpo negro na prostituição masculina nas periferias brasileiras são fenômenos profundamente enraizados nas desigualdades históricas e estruturais do Brasil. O corpo negro, estigmatizado e objetificado, é simultaneamente desejado e marginalizado, refletindo a persistência de um sistema de hierarquias raciais que explora esses indivíduos economicamente e os desumaniza em termos sociais. A prostituição, nesse contexto, é apenas uma das formas de manifestação dessa exploração, e a análise das dinâmicas de fetichização e mercantilização é fundamental para compreender as complexas relações de poder e





opressão que operam sobre esses corpos. A superação dessas dinâmicas exige uma abordagem crítica e interseccional, que leve em consideração as dimensões históricas, sociais e econômicas da marginalização racial, sexual e de classe no Brasil (Hall, 1997; Kulick, 1998; Crenshaw, 1991; Hooks, 1992).

5. CONSIDERAÇÕES FINAS

A prostituição masculina nas periferias brasileiras é um fenômeno complexo, e intrinsecamente ligado às estruturas de opressão que permeiam a sociedade. As discussões aqui apresentadas apontam para a imbricação entre as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas que configuram a realidade desses jovens, muitas vezes negros e de classes marginalizadas, que se veem, por força da exclusão e da falta de oportunidades, empurrados para a prostituição como uma estratégia de sobrevivência.

Ao longo dessa análise, ficou evidente que a prostituição masculina nas periferias não pode ser tratada isoladamente, sem considerar as estruturas de poder, os processos históricos de escravização e exclusão, e as dinâmicas de gênero e raça que definem as relações sociais no Brasil. A interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica, se apresenta como um caminho crucial para a compreensão das complexas camadas de opressão que esses jovens enfrentam, permitindo-nos enxergar além da simples categorização dos comportamentos e começarmos a entender as condições sistêmicas que os geram.

Portanto, é fundamental que qualquer abordagem para lidar com a prostituição masculina nas periferias leve em conta as profundas desigualdades estruturais que a alimentam. Isso exige não apenas políticas públicas que abordem as questões de gênero e sexualidade de maneira mais inclusiva, mas também uma reavaliação das condições sociais, educacionais e econômicas nas periferias. A luta pela igualdade social, pela inclusão e pela garantia de direitos básicos para todos os cidadãos é a chave para romper com o ciclo de exploração e marginalização que caracteriza a prostituição masculina nas periferias brasileiras.

Finalmente, o caminho para a transformação dessas realidades passa pela conscientização, pelo reconhecimento das múltiplas formas de opressão e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a dignidade de cada indivíduo, independentemente de sua origem racial, classe social ou identidade de gênero, seja respeitada e valorizada. A interseção de questões como a prostituição masculina, a exclusão social, a exploração sexual e a marginalização racial deve ser tratada como um problema coletivo, que exige um esforço conjunto e estruturado para garantir a liberdade, a dignidade e os direitos de todos os indivíduos.





REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade:** práticas e políticas. São Paulo: Editora Penso, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CRIMI, Cláudia. **A prostituição masculina nas periferias brasileiras:** questões de vulnerabilidade e exploração. São Paulo: Editora Gênero, 2019.
- CRIMSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins:** intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- HALL, Stuart. **Representation:** cultural representations and signifying practices. Londres: Sage Publications, 1997.
- HOOKS, Bell. **Black looks:** race and representation. Boston: South End Press, 1992.
- KULICK, Don. **Travesti:** sex, gender, and culture among Brazilian transgendered prostitutes. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- QUINN, Thomas C.; JAMES, S. K.; SMITH, F. R. **Men who have sex with men:** sexual behavior and HIV risks among gay and non-gay men in the United States. New York: Oxford University Press, 1989.
- SCOTT, Joan W. **Gender and the politics of history.** New York: Columbia University Press, 1998.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- WILLIAMS, Raymond. **Keywords:** a vocabulary of culture and society. Londres: Fontana Press, 1983.





VIVÊNCIA *QUEER* NAS MÍDIAS: ABJEÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO

Andressa Lima da Cruz

Graduanda em Psicologia

andressalimac432@hotmail.com

Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco

Larissa Vieira dos Santos Nunes

Graduanda em Psicologia

lalavieiranunes66@gmail.com

Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco

Luana Viana Coelho

Graduanda em Psicologia

lu@coelho.eti.br

Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco

Maria Emília Miranda Alvares

Doutoranda em Cultura e Sociedade –UFMA

emiliaalvares@gmail.com

Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco

RESUMO: Este trabalho busca investigar as principais contribuições da Teoria Queer para o entendimento de performances não normativas ou que fujam da chamada matriz de inteligibilidade de gênero e sexualidade reproduzidas nas diversas tecnologias de comunicação, a exemplo do cinema, da televisão e dos streamings, contribuindo tanto para a produção e manutenção de relações hierárquicas de opressão, quanto para a resistência às violências. Para tanto, decidiu-se adotar, como percurso metodológico, a pesquisa bibliográfica sobre os estudos queer, em cotejo com a análise de seriados e filmes, visando à compreensão das vivências dissidentes, do poder de influência das mídias e dos impactos sobre a saúde mental de sujeitos. A análise de categorias propostas por Foucault (2009), Lauretis (2021) e Butler (2003) trouxe reflexões sobre como a mídia, enquanto tecnologia de gênero, propõe controle e homogeneização de corpos e dissemina discursos normativos, relegando pessoas que não performam padrões socialmente aceitos à condição de abjetos e subalternizados, traduzindo-se em locus de construção de significados compartilhados, ao apresentar representações estereotipadas, trágicas ou inautênticas, que reproduzem, através de discursos e vivências de discriminação, a vulnerabilização psicológica, ao tempo em que, noutro contexto, pode também assumir um papel subversivo, ao ousar propiciar às audiências o contato com a alteridade, a partir da representação fidedigna, seja de personagens de ficção ou de pessoas reais, de subjetividades plurais, híbridas e transgressivas, estabelecendo uma ponte para a compreensão e o diálogo; e promovendo o reconhecimento de modelos identitários de autoafirmação e de enfrentamento.

Palavras-chave: Teoria Queer; Tecnologia de Gênero; Mídia; Saúde mental.

1. INTRODUÇÃO

A representação e os significados culturais, para Stuart Hall (2016), não existem somente no imaginário popular, mas têm efeitos reais, materializando-se na sociedade a partir da regulação de práticas sociais, afinal, atribuímos sentido às coisas, definimos aquilo que elas são e o que devem ser a partir de como as representamos, e a linguagem é o nosso sistema de





representação. O reconhecimento dos sentidos atribuídos a uma representação está envolvido na construção de um senso de identidade, a partir da sensação de pertencimento, o que, em larga escala, se trata da cultura (Hall, 2016).

Nesse contexto, se compreende os processos de significação e representação não somente como efeitos da realidade social, mas como produtores e reguladores dela. Dessa forma, ao consumir determinado produto comunicacional, estamos modificando e recriando nossas perspectivas sobre a realidade representada. Aquilo que escolhemos consumir informa também sobre quem nós somos, de forma que assumimos certos valores intangíveis criados e associados a tal produto, constituindo nossos próprios aspectos identitários (Bartolomé, 2019).

A mídia e meios de comunicação em massa, portanto, fazem parte da criação da realidade, compartilhamento de significados e construção de consensos sobre formas de ser e agir na sociedade, fornecendo referenciais identitários e de exclusão. Dessa forma, indivíduos pertencentes a grupos sociais que sofrem exclusão na mídia podem ter afetada sua concepção de pertencimento e escassez de referências positivas para construção de sua própria identidade (Bartolomé, 2019), adotando, ao contrário, noções predatórias quanto à sua existência, consoantes com os ideais propagados nos produtos comunicacionais a que têm acesso.

Esse estudo foi motivado pelo compromisso ético da Psicologia em contribuir com seu conhecimento para mitigar discriminações e estigmas sobre indivíduos que apresentam práticas sexuais não heteronormativas (Conselho Federal De Psicologia, 1999) e identidades e expressões de gênero não cisnormativas (Conselho Federal De Psicologia, 2018), considerando que a vivência da sexualidade e a autodeterminação de gênero são constitutivas da saúde mental e da identidade do sujeito, e que a atuação psicológica “percorre um caminho de diálogo com os profissionais, comunidade e sociedade como um todo, no enfrentamento à discriminação, no combate ao preconceito e na garantia do respeito à diversidade” (Conselho Federal De Psicologia, 2023, p. 99).

Metodologicamente, esta é uma pesquisa bibliográfica, devido ao uso de artigos e livros que falam sobre a Teoria Queer e seus principais autores, além de permitir debater as possíveis problemáticas que envolvem as mídias sociais no psicológico de jovens LGBTQIA+, trazendo informações e respondendo a hipóteses sobre o assunto (Gil, 2008). Ademais, pode-se afirmar que ela possui também um caráter exploratório, em razão do uso de documentos e bibliografia, assim como pelo seu teor investigativo, que traz mais informações e ideias sobre o assunto tratado ao longo do estudo (Prodanov; Freitas, 2013). E de abordagem qualitativa por interpretar





os fenômenos e atribuir significados não traduzíveis numericamente, possuindo um enfoque descritivo (Velloso; Tizzoni, 2020).

O objetivo central deste estudo, portanto, é analisar o papel de mídias diversas (cinema, TV, publicidade, redes sociais) na construção de significados compartilhados sobre vivências queer na sociedade. Para atingi-lo, levantam-se os seguintes objetivos específicos: a) resgatar as contribuições da Teoria Queer para o entendimento de sexo, gênero e vivências dissidentes; b) explorar o papel da mídia na reprodução de discursos hegemônicos de abjeção da população queer e suas repercussões; c) investigar o potencial da mídia para dar visibilidade às alteridades e fomentar a autoafirmação de vivências queer.

2. RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA QUEER

Em primeiro lugar, é interessante resgatar as noções sobre gênero e sexualidade construídas ao longo da história das sociedades humanas, para então compreender de que forma elas se expressam pela mídia. A pesquisa de Silva (2021) traz o histórico dessas formulações a partir de diversos teóricos. Num panorama geral, entende-se que a distinção entre gêneros não foi formulada, como se passou a crer, em cima de diferenças sexuais/biológicas, mas sim a partir das respectivas representações que homens e mulheres passaram a ocupar na sociedade, uma dinâmica que pressupõe hierarquia e dominação. Dessa forma, gênero é uma categoria política, instrumento para conduzir discursos que legitimem práticas de opressão, atravessadas pelo seu contexto histórico-social, e conforme ele, passível de mutação constante, devendo ser estudado tal qual se estuda a produção de alimentos e artefatos numa sociedade (Silva, 2021).

Historicamente, o termo “queer”, derivado da língua inglesa, era utilizado com uma conotação negativa e agressiva para designar pessoas que diferiam das normas de gênero e sexualidade vigentes da época (Oliveira, 2021). Foi apenas na segunda metade do século XX que um conjunto de teóricos reivindicou esta palavra e a ressignificou, adquirindo uma perspectiva de estudo crítico dos processos sociais normalizadores em oposição ao estudo das minorias (Miskolci, 2007). Após constantes lutas, a comunidade passou a abraçar essa palavra e ressignificou seu sentido, utilizando-o como uma fonte de forças positivas, abrangendo todos que fogem da normatividade e questionam os padrões impostos, resistindo à definição dada a eles (Salih, 2015).

É válido ressaltar que o termo “Teoria Queer” foi criado pela Teresa de Lauretis, professora de História da Consciência, em 1991 (Miskolci, 2015). Teresa de Lauretis explica de que forma se concretiza a construção sociocultural do gênero, a partir do conceito de





“tecnologia de gênero”. Ela argumenta que o gênero seria uma construção semiótica, fruto de um conjunto de representações discursivas e visuais, que partem de diversos agentes, como a família, a igreja, a justiça, a ciência, mas também da língua, arte, cinema, enquanto campos de produção de imagens e significados (Lauretis; Silva; Souza, 2021). Mesmo sendo uma representação, ainda tem efeitos concretos, materiais e subjetivos nos indivíduos, pois:

a realidade do gênero consiste precisamente nos efeitos de sua representação: o gênero se “real-iza”, se torna real, quando essa representação se converte em autorrepresentação, quando se assume individualmente como forma de sua própria identidade subjetiva e social. Ou seja, o gênero é tanto uma atribuição como uma apropriação: outros me atribuem um gênero e eu o assumo como meu – ou não (Lauretis; Silva; Souza, 2021, p. 167).

Jesus (2016) afirma que os estudos queer têm como uma das principais contribuições na forma de pensar a obra: “História da Sexualidade I: A Vontade de Saber” de Michel Foucault. Em relação à obra de Foucault, o livro analisa como os sexos foram construídos por meio de discursos do século XVII, quando começaram os esforços para regular práticas e discussões sobre sexualidade. Esse processo resultou em um controle dos corpos, utilizando instrumentos que serviam para disciplinar tanto os corpos quanto a sexualidade. A Teoria Queer faz uso desse entendimento para explicar que, devido a esse discurso, foi criada a heteronormatividade.

Foucault foi um grande precursor da Teoria Queer, ainda que não seja a “origem” dela e considerando que esta teoria não era o “destino” do seu pensamento (Marinho; Veras, 2017). De acordo com estas autoras, “a emergência queer teve o aporte do pensamento foucaultiano sobre a relação entre sexualidade, discurso, saber e poder, tendo, ambos, construído alianças com os ‘anormais’, ‘estigmatizados’, ‘abjetos’, ou seja, queer” (Marinho; Veras, 2017, p. 23), e o filósofo parte da noção de que a sexualidade é um dispositivo, articulando saber e poder na penetração dos corpos e consequente controle dos prazeres, sensações e das populações (Oliveira, 2021). Segundo Duarte (2017, p. 256),

o dispositivo da sexualidade tem de ser entendido como uma rede histórica de saberes e poderes que incide sobre corpos, prazeres, órgãos, relações interpessoais e alianças, produzindo como seu efeito aquilo que nós então experimentamos como o sexo que nos compete e nos define.

Além disso, a noção de biopoder, proposta por Foucault, refere-se a uma forma de regular e normalizar comportamentos por meio de discursos e práticas sociais, conectando-se com a maneira como a política lidou com as questões referentes à epidemia de HIV/Aids. Isso resultou em políticas públicas que tentavam controlar as relações homoafetivas, seguindo padrões heteronormativos (Oliveira, 2021).





Nesse sentido, Louro (2001) argumenta que a homossexualidade e o indivíduo homossexual são invenções do século XIX, pois o que antes era uma sodomia (pecado a que qualquer um estava suscetível) passou a resultar na categorização e compreensão de um desvio da norma, o que implicava que estes sujeitos passariam a viver dentre duas formas: na segregação ou em segredo. Foucault, em consonância, afirma que, no século XIX, houve um deslocamento das relações para a monogamia heterossexual, ou seja, a sexualidade passou a ser classificada entre “normal” e “perversa”, evidenciando a medicina, a psiquiatria, a psicologia e a religião como saberes hegemônicos da época que contribuíram para a patologização do sexo; o sexo passa a ser uma conduta desviante que é transpassado por patologias que necessitam de ser curadas e desvendadas (Duarte, 2017).

Ideais como o papel da sexualidade a serviço da reprodução da espécie, a sacralidade do casamento e da organização familiar patriarcal, tendo o homem no centro, justificariam a imposição do binarismo heteronormativo das relações sexuais, permitindo condenar todos aqueles que vivem suas identidades de forma diferente como pecadores, transgressores, ou loucos, e legitimar a violência, carência de políticas públicas e o ostracismo político e social infligido neles (Silva, 2021). Fica claro ao observar os índices de crimes contra mulheres, homossexuais e transgêneros no Brasil, país com grande número de cristãos e associação histórica do patriarcado com a religião, o quanto o discurso religioso serve para legitimar e garantir impunidade aos sistemas de dominação estrutural, bem como taxar movimentos não normativos de liberação como impureza, depravação e negação da vontade divina (Silva, 2021).

Judith Butler, influenciada pelo pós-estruturalismo, desafia o paradigma de que o gênero e o sexo são elementos naturais, desenvolvidos intrinsecamente nos humanos. Para ela, a noção de “identidade” é uma construção ilusória que contribui para o entendimento popular de identidades estáveis e diferenças de gênero; essa concepção, por sua vez, é produto de coerções sutis (Oliveira; Villa, 2023). “Conforme Butler, o gênero não está intrinsecamente ligado a fatos corporais materiais, mas é inteiramente uma construção social, uma ficção que está sujeita a mudanças e contestações” (Oliveira; Villa, 2023, p. 5), e defende que a gênese do gênero se dá por meio de ações e atos que são repetidos, revistos e fixados ao longo do tempo – o gênero existe na medida em que é performado (Oliveira; Villa, 2023).

As coerções que estabelecem o “normal” contribuem para a criação de um espaço inabitável e indesejável; a “matriz heterossexual”, como é nomeada por Butler,

trata-se de um modelo performativo e epistemológico hegemônico que requer a estabilidade e a coerência entre sexo, gênero e desejo por meio da prática compulsória da heterossexualidade. Para a sua manutenção, a matriz regulatória opera com a produção





de identidades (sexuais e de gênero) a serem reafirmadas cotidianamente (Oliveira, 2021, p. 8).

Como consequência disso, é interessante para a matriz heterossexual que sejam fabricados desvios, “corpos abjetos” que não são considerados vidas e têm materialidade insignificante (Oliveira, 2021), ou seja, a oposição à norma é necessária para que esta mantenha sua hegemonia. “Afim, para que exista um ideal de normalidade faz-se necessária a produção de seus contrastes complementares, que sejam fabricadas noções de anormalidade e corpos que a sustentem” (Oliveira, 2021 p. 9). O conceito de suplementaridade, criado por Jacques Derrida, expressa justamente a operação da linguagem por binarismos - a heterossexualidade, para assegurar sua posição hegemônica, necessita da homossexualidade enquanto seu negativo abjeto e inferior (Miskolci, 2007). A heteronormatividade estabelece o modelo da heterossexualidade, formando todas as pessoas para serem heterossexuais e organizarem suas vidas a partir destes pressupostos (Miskolci, 2007).

Com base no livro “Judith Butler e a Teoria Queer” de Sara Salih (2015), para Butler, o gênero independe do sexo, sendo ambas esferas permanentes. Na cultura heterossexual e heterossexista, estabelece-se uma coerência dessas categorias para perpetuar a chamada “heterossexualidade compulsória”, que limita as escolhas dos indivíduos a se definirem apenas como heterossexuais. Tomando como gancho o termo “heterossexualidade compulsória”, Ribeiro (2022) apresenta um estudo que mostra que duas pessoas que se identificam como gays ou lésbicas podem ter vivências distintas dependendo de como são percebidas pela sociedade. A autora, fundamentando-se em Butler (2003), aponta que a sexualidade ainda é um tabu cercado de preconceitos, com a heterossexualidade compulsória controlando a narrativa e impondo uma dicotomia rígida de gênero, onde apenas homem e mulher são reconhecidos (Ribeiro, 2022)

De forma análoga, Butler (2003) afirma que o discurso científico construiu a naturalidade do sexo através da elaboração do conceito de gênero, portanto, nem sexo, nem gênero são categorias pré-discursivas. Sendo assim, não se pode entender sexo e sexualidade como algo puramente biológico, na medida em que as distinções sexuais também foram produzidas e evidenciadas em prol de justificar o sistema de dominação de um grupo sobre o outro, a partir de uma suposta origem inata, imutável e, portanto, impassível de discussão (Silva, 2021).

Na realidade, a vivência da sexualidade é atravessada culturalmente pelos modos de se relacionar e de significar essas relações, sendo “continuamente influenciada pelos processos sociais que organizam a estrutura e a expressão do desejo” (Senem; Caramaschi, 2017, p. 170).





Muito mais do que o ato do coito em si, a relação sexual envolve um encontro entre pessoas e toda a bagagem vivencial e cultural que carregam (Senem; Caramaschi, 2017).

A partir dessa concepção, Butler pretende romper com os esforços de encarceramento do sujeito por meio das categorias atribuídas de gênero, que o submetem a uma inadequação, que não faz referência à natureza humana, mas sim à determinação social, promovendo, dessa maneira, uma libertação desse indivíduo (Silva, 2021). Sendo assim, os estudos queer concebem corpos, gênero e sexo a partir da diferença, admitindo subjetividades ambíguas, fluidas e transgressivas. Entende também gênero e sexualidade enquanto performances, que podem tanto se submeter, quanto subverter as normas em que se encontram engendradas (Grespan, 2019).

Nessa perspectiva, é possível analisar os instrumentos e dispositivos utilizados culturalmente para a expressão, produção/reprodução, subversão e reconstrução das concepções sociais sobre gênero e sexualidade. As mídias, com seu alcance e impacto cultural, figuram como um dos principais lócus de construção de significados compartilhados, tendo papel importante no fenômeno analisado, como será visto a seguir.

3. PAPEL DA MÍDIA NA PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS ATRELADOS ÀS VÊNCIAS QUEER

Inicialmente, entende-se o papel de mídias como cinema e televisão na democratização da arte e da cultura, o que significa mais amplo acesso da população em geral a esses conteúdos, mas que, ao mesmo, tempo, requer uma certa homogeneização, para que se tornem acessíveis e apelem a diversos perfis de consumidores, isto é, transforma-se a arte em mercadoria para um público-alvo em massa (Silva, 2021).

Nesse sentido, Miskolci (2007) argumenta que a influência do desconstrutivismo impulsionou a análise da heteronormatividade em produções midiáticas e discursos legais, destacando o interesse queer na compreensão das estratégias sociais de normalização dos comportamentos, que, por sua vez, criam classificações normativas. As mídias de massa são um grande vetor de transmissão e manutenção de ideias e valores contidos no imaginário social, de modo que Cruz (2017) descreve a comunicação como uma ferramenta para “modelar mentes” nesse contexto.

A representação, portanto, envolve a construção e intercâmbio de significados partilhados sobre um determinado objeto, de forma que seja possível reconhecê-lo coletivamente, e que exista algum grau de consenso sobre os conceitos, ideias e sentimentos a ele atrelados, interpretados de forma semelhante por várias pessoas diferentes, movimento que só é possível por meio do acesso comum à linguagem, formando um sistema de representação. É a partir desse





sistema que a mídia pode, então, realizar uma construção da realidade, propagando valores e axiomas a serem reproduzidos socialmente, representando também um referencial de informação, pensamento e comportamento para seus consumidores (Silva, 2021).

Não obstante, o questionamento e a desconstrução dos valores estigmatizantes e taxativos engendrados nos discursos midiáticos promoveria a abertura para mudança dos mecanismos que reforçam as relações de poder (Cruz, 2017), movimento que tem estado cada vez mais em evidência com o aumento da apropriação, por indivíduos queer, de espaços que antes lhes era negado o acesso – a esta luta, dá-se o nome de empoderamento (Cruz, 2017). A partir do supracitado, entende-se que as mídias, enquanto espaços de produção e reprodução de identidades e valores, podem tanto contribuir quanto serem danosas à saúde dos indivíduos queer.

Diante de tamanho poder de influência, as mídias reiteradamente retratam vivências marginalizadas de forma a ridicularizá-las, estereotipá-las, ou apresentá-las de forma superficial, ao tentar apelar para todos os públicos ao mesmo tempo, o que esvazia suas representações de qualquer significado subjetivo, e as enfraquece como meios de promoção de mudanças, permanecendo, ao contrário, num lugar comum inofensivo e facilmente aceito pela massa de espectadores, por não demandar análises reflexivas e não ameaçar seus valores já bem sedimentados (Silva, 2021).

A representação de vivências queer, que são desviantes da norma de gênero e sexualidade, portanto, não raro sofre distorções, o que reforça estereótipos e constrói ideias inautênticas sobre a comunidade retratada.

Hall (2016) acrescenta que a representação depende que associemos um conjunto de características gerais ao grupo representado, para que ele possa ser reconhecido, o que acaba por generalizar as particularidades de seus integrantes. Quando esse conjunto de características reconhecíveis, no entanto, é exagerado e simplificado, e quando um sujeito é reduzido a isso, chama-se de estereótipo. A estereotipagem é um componente da manutenção da ordem social e simbólica. Por meio dela, definem-se os limites do normal e aceitável, e tudo aquilo que os ultrapassa, torna-se, portanto, anormal e inaceitável (Hall, 2016). Como tal, ela é um instrumento da hegemonia de um grupo, na medida em que assegura o consentimento generalizado e a percepção de suas ideias como algo natural e inevitável.

É frequente que personagens LGBTQIA+ em obras sejam clichês, despersonificados, e apareçam meramente a serviço de um humor depreciativo (Silva, 2021). Nesse sentido, não se trata de representatividade, mas de uma carnavalização. Para Baggio (2013), os personagens e suas vivências se tornam meros adereços, que dão ao espectador médio a chance de rir daquela





caricatura, como forma de declarar que jamais se igualará a ela. A ridicularização funciona como o afastamento pessoal daquilo que está sendo ridicularizado.

Isso pode ser observado em personagens LGBTQIA+ de novelas da Rede Globo, onde havia uma tendência para a morte destes personagens (foram 6 mortes entre 1980 e 2000). Em um país onde o fundamentalismo cristão e a intolerância são latentes e a heteronormatividade, esperada e compulsória, Araújo (2020) identifica os finais trágicos de queers como uma punição que a audiência espera pela não conformação ao padrão heteronormativo, somando à ideologia conservadora de que vidas queer valem menos que as vidas de heterossexuais e cisgêneros.

No Brasil, observa-se uma certa difusão de representações preconceituosas e alguns tabus sobre a presença e visibilidade da população LGBTQ+. Mendes (2017) nos mostra alguns personagens LGBTQ+ que surgiram na mídia brasileira: o primeiro personagem, que teve sua aparição inicial em 1995, na novela Explode Coração, foi a travesti Sarita. Em Torre de Babel (1997), o casal lésbico Rafaela e Leila morreu em uma explosão de um shopping por não agradar ao público. [...]. O primeiro beijo gay na história das telenovelas brasileiras ocorreu entre dois homens na novela Amor à Vida, somente em 2013. (Pereira, Santos, 2021, p. 6)

Todo esse movimento da mídia dificulta o reconhecimento das vivências reais de pessoas queer, bem como perpetua o preconceito e a discriminação na forma de falta de acesso a direitos sociais básicos, ao mesmo tempo em que permite que a população brasileira, uma das que mais mata em nome da homofobia, continue ignorando a humanidade desses indivíduos (Silva, 2021).

A partir disso, entende-se que as representações de pessoas queer nas mídias de massa influencia diretamente a percepção da sociedade sobre estes indivíduos. Bonoto (2021) comenta em seu estudo sobre como o audiovisual é um instrumento significativo na sociedade, pois contribui para a compreensão que o indivíduo tem sobre o mundo, além de muitas vezes trazer um sentimento de pertencimento. Logo, pode-se dizer que a mídia atua na subjetividade do ser e, quando se fala especificamente sobre jovens queer, essa questão se torna mais delicada. Devido à carência de mídia LGBTQIA+ de forma clara, esse jovem tende a crescer com a percepção de que está sozinho no meio do caos que é o momento de se descobrir.

A representação de pessoas LGBTQIA+ na mídia ainda é restrita, mas tem um futuro promissor (Leite; Jordão, 2019). A abertura das mídias de massa para novas representações apresenta um reflexo da saída de indivíduos – historicamente marginalizados, como negros, mulheres e queers – de sua condição de subalternidade, condensando a exigência pela participação em um contexto que se propõe a ser um reflexo da sociedade (Cruz, 2017). Nota-se cada vez mais comerciais de TV protagonizados por casais homossexuais, como em datas





comemorativas, e ainda que as marcas que investem nessas publicidades sofram boicotes e repúdios, há uma união entre queers e apoiadores da causa na defesa por um diálogo mais aberto e consciente acerca dos direitos LGBTQIA+ (Silva, 2021)

Além disso, a popularização da cultura de streamings, “tecnologia que permite que conteúdos, principalmente de música e de vídeo, tenham seus dados transmitidos por plataformas, sem que seja necessário fazer o download dos mesmos” (Silva, 2021, p. 31), contribuiu imensamente para a criação e desenvolvimento satisfatório de personagens queer, em razão da maior liberdade audiovisual que um grande catálogo de obras promove. Desse modo, conteúdos progressistas e abrangentes têm sido mais veiculados, e tratando-se da comunidade LGBTQIA+, o fator da representatividade

vai de encontro ao sentimento de inadequação social de milhões de pessoas que se sentem excluídas da sociedade por não se encaixar nos padrões da cultura de massa. Essa identificação é capaz de promover o bem-estar e o aumento da autoestima dessas pessoas, que se fortalecem na afirmação de sua identidade (Silva, 2021, p. 33).

Embora lentamente, novelas, livros e séries estão cada vez mais apresentando personagens LGBTQIA+ de forma clara, ao contrário dos tempos passados, quando obras com qualquer menção à homossexualidade eram censuradas, como o livro *O Retrato de Dorian Gray* (1890) de Oscar Wilde. Exemplos recentes de mídias LGBTQIA+ incluem a série *Heartstopper* de Alice Oseman, o remake de *Entrevista com o Vampiro*, e o filme brasileiro *Hoje Eu Quero Voltar Sozinho*, de Daniel Ribeiro, além de livros como *15 Dias* de Vitor Martins e *Os Sete Maridos* de Evelyn Hugo de Taylor Jenkins Reid.

Outra obra que se conecta com esses pensamentos é “*Orlando*”, da escritora Virginia Woolf. Mesmo sendo lançado em 1928, o livro toca em muitos pontos que caminham junto com as ideias dos pensadores da Teoria Queer, trazendo assuntos como gênero, sexo, sexualidade e identidade à tona. Em resumo, a obra trata sobre Orlando, um personagem que, com o decorrer da narrativa, transiciona entre o masculino e o feminino. No meio disso tudo, a autora traz algumas críticas e reflexões sobre a questão de gênero, como o fato de que o gênero é uma questão de socialização e que pode variar. Como afirma um trecho da obra, quando Orlando, após cair em um sono profundo, transiciona de homem para mulher, percebe os limites e aproximações entre os sexos na sociedade, bem como a natureza cultural do conceito de gênero:

As roupas são apenas um símbolo de algo oculto bem lá no fundo. Foi uma mudança na própria Orlando que ditou sua escolha por um vestido de mulher e pelo sexo de mulher. [...] Isso porque, aqui outra vez, chegamos a um dilema. Apesar de serem diferentes, os sexos se misturam; Em todo ser humano ocorre uma vacilação entre o sexo e o outro e, muitas vezes, apenas as roupas é que conservam a semelhança





masculina ou feminina, ao passo que, por baixo, o sexo é o exato oposto do que está por cima (Woolf, 2019, p. 180-181).

Dessa forma, a mídia serve como instrumento de questionamento e reflexão, “humanizando, na forma dos personagens, a alteridade. Quando o outro deixa de ser um conceito e passa a ser um ser humano, com experiências de vida, reações, sentimentos, se torna mais difícil despersonificá-lo em função de sua orientação sexual” (Silva, 2021, p. 23). Ao se permitir viver pela trajetória do outro, é possível compreender que as experiências humanas são plurais, heterogêneas e impossíveis de se enquadrar em categorias finais, o que pode aproximar o espectador dos entendimentos da Teoria Queer, na tentativa de promover a empatia e o diálogo e quebrar barreiras de distanciamento e rejeição.

Isso vale para a experiência do espectador que tem uma vivência próxima da representada. A história retratada pode revelar suas próprias vontades, princípios e convicções e permitir uma aproximação de si mesmo, ou um espaço onde sua existência é acolhida e vista, contribuindo para a produção de subjetividades singulares, e sendo ainda um instrumento poderoso de resistência ao silenciamento dessas vozes no mundo cotidiano (SILVA, 2021). Portanto, a identificação com personagens LGBTQIA+ bem construídos e próximos da realidade é um fator importante para a saúde mental destes jovens, porém é importante destacar a internet como facilitador de troca de experiências e construção de identidade.

As redes sociais online, devido à anonimidade, conectividade e interatividade, propiciam a criação de identidade dos usuários, especialmente quando se fala de jovens. Este processo é contínuo e benéfico para uma melhor compreensão de si próprio e também está associado à abolição de limites geográficos, permitindo que se encontre pessoas semelhantes que não era possível conhecer de outras formas (Santos, 2023). O acesso a informações acerca da comunidade LGBTQIA+, a troca de experiências e informações, a exploração de identidades sexuais e, acima de tudo, a validação e acolhimento são motivos centrais que atraem jovens queer às comunidades online (Santos, 2023), e estes ambientes online representam um espaço seguro que muitas pessoas não vivem em suas realidades. Dessa forma, a internet atua como uma fonte informacional e de validação a indivíduos LGBTQIA+, o que contribui para a saúde mental e para a construção do senso de identidade.

Como afirma Santos (2023), o ambiente online não é isento de riscos, pela divulgação de informações pessoais, que pode levar a cyberbullying, perseguição e outras violências, estresse, solidão, estabelecimento de padrões injustos de comparação entre usuários, além do risco de sofrer invalidação ou discriminação mesmo dentro de seus espaços conhecidos. Apesar





disso, a internet cria debates, amplia perspectivas e possibilita que inúmeras pessoas silenciadas reclamem suas vozes e encontrem apoio umas nas outras, sendo, portanto, um ambiente único para a vivência de identidades marginalizadas, como a de pessoas queer (Santos, 2023). “A noção de ‘comunidade’ emerge através de um processo de curadoria de mundos sociais confiáveis” (Alcaire, 2024, p. 43).

As mídias, sejam tradicionais, ou virtuais, podem ser tanto espaço de reprodução de estereótipos e discursos prejudiciais sobre performances de gênero e sexualidade, representando rejeição social e entrave para conquista de direitos básicos, como uma ferramenta para se entrar em contato com vivências que extrapolam categorias normativas, confrontando a população com as subjetividades queer, que tanto podem expandir horizontes e promover mais empatia, como ser parte do processo de subjetivação e autoafirmação de pessoas queer de todas as idades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste artigo, compreendeu-se que os teóricos que serviram de base e os que formularam a Teoria Queer são essenciais para a evolução deste campo de estudo, que investiga e questiona as relações de sexualidade e de gênero entremeadas nas relações de poder. Nesse sentido, as mídias são influentes veiculadoras de conteúdo e, frequentemente, podem servir a propósitos de manutenção de discursos hegemônicos ao produzirem e reproduzirem narrativas que inferiorizam, estigmatizam e aniquilam identidades historicamente abjetas.

Apesar disso, as mídias também simbolizam possibilidade de mudança, ao passo que pessoas queer são cada vez mais representadas e estão inseridas em posições que antes não lhes eram acessíveis, o que viabiliza que narrativas de inclusão e de celebração da diversidade sejam cada vez mais frequentes e aceitas pelo público. Ainda há um longo caminho a ser percorrido, porém os avanços já percebidos são imprescindíveis para o combate contínuo ao preconceito e à intolerância.

Por fim, conclui-se que as mídias, sejam elas tradicionais ou virtuais, podem ser uma importante fonte de suporte e acolhimento a pessoas LGBTQIA+, contribuindo para a construção de identidade e para o acesso à informação, quando não há apoio e suporte material para os indivíduos.

A psicologia, como área científica e profissional, deve se aliar e se posicionar em prol da diversidade de modos de ser e existir. Acolher a população LGBTQIA+ é uma reparação histórica, no sentido, de que esse campo já se estabeleceu como tecnologia de gênero normativa através de teorias e explicações patologizantes das existências queer. Deste modo, uma prática competente e ética depende de mais estudos acerca da relação entre mídias tradicionais, online





e comunidade queer também, em virtude da extrema relevância do tópico para o auxílio à saúde mental dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALCAIRE, Rita. Sexualidades, Identidades de Gênero e Interfaces, 2024. In: AMARAL, Inês; FLORES, Ana Marta; ANTUNES, Eduardo (Ed.). **Apps e Jovens Adultos: Contributos para um Mapeamento de Práticas Mediadas**. Braga, Portugal: UMinho Editora, 2024. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=zvzyEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=apps+e+jovens+adultos+&ots=xTh030wwY2&sig=ENudZwH05nZrPbGhA11W9ODWkw#v=one-page&q=apps%20e%20jovens%20adultos&f=false>. Acesso em: 22 set. 2024.

ARAÚJO, Eudes Freitas de. **A TV do Brasil é em cores?: um estudo de caso sobre a representatividade LGBT a partir de Félix Khoury, da novela Amor à vida (2013)**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BAGGIO, Adriana Tulio. A temática homossexual na publicidade de massa para público gay e não-gay: conflito entre representação e estereótipos. **Revista uninter de Comunicação**, v. 1, n. 1, p. 100-117, 2013. Disponível em: <https://revistasuninter.com/revistacomunicacao/index.php/revista/article/view/507>. Acesso em: 22 set. 2024.

BARTOLOMÉ, Willian Jhonathan Dias Ferreira. **Assisto, logo existo: a representação da identidade LGBT na trama do personagem Eric da série Sex Education, da Netflix**. 2019.

BONOTO, C. “AQUI TEM GENTE COMO EU”: SUBJETIVIDADE LGBT EM TRAJETÓRIAS MIDIÁTICAS. **TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA** (ISSN: 2358-212X), [S. l.], v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4605>. Acesso em: 26 set. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 236 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **CFP n. 1, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. Brasília, 22 mar. 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n. 1, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis**. Brasília, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+**. Brasília, 28 jun. 2023.

CRUZ, Dandara Palankof e. **A outra ponte do arco-íris: discursos e representações LGBTTT nas histórias em quadrinhos de super-heróis norte-americanas**. 2017. 226 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.





DUARTE, André de Macedo. Reler Foucault à luz de Butler: repensar a Biopolítica e o Dispositivo da Sexualidade. **Dois pontos**, v. 14, p. 253-264, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GRESPLAN, Carla Lisboa. **Heterotopias on-line: sociabilidades e performatividades juvenis LGBT no facebook**. 2019. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade La Salle, Canoas, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1146/1/clgresplan.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

HALL, Stuart McPhail. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Puc-Rio: Apicuri, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

JESUS, Cassiano Celestino de; O Que é a Teoria Queer? Notas introdutórias de um saber subalterno, subversivo e contrahegemônico. **Veredas da História**, [online], v. 9, n. 2, p. 21-34, dez., 2016, ISSN 1982-4238.

LAURETIS, Teresa de; SILVA, Gabriel Bosco Vaz da; SOUZA, Leonardo Lemos de. Gênero e Teoria Queer. **Albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 26, p. 165-176, 2021.

LEITE, Davi Aparecido; JORDÃO, Janaína Vieira de Paula. Call Me By Your Name: Representatividade LGBT no Cinema. In: XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 11., 2019, Goiânia. **Resumos**. Goiânia: Intercom, 2019. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2019/resumos/R66-0410-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.

MARINHO, Cristiane Maria; VERAS, Elias Ferreira. Michel Foucault e a Teoria Queer. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 16, 2017.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de leitura do Brasil**. p. 10-12, 2007.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças** / Richard Miskolci. – 2. ed. rev. e ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora : UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, 2015. -- (Série Cadernos da Diversidade; 6)

OLIVEIRA, Genival Santos; VILLA, Lucas. Seja queer você quiser, segundo Judith Butler. **Filosofia e Educação**, v. 15, p. 1-20, 2023.

OLIVEIRA, Kris Herik de. Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a Teoria Queer. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. 1-16, 2021.





PEREIRA, Ane Kelly da Silva; SANTOS, Marcela Côrtes Salgueiro dos. **As microagressões a pessoas lgbtq+ na mídia e seu impacto na Saúde mental de estudantes universitários LGBTQ+.** Centro Universitário de Brasília - CEUB - Programa De Iniciação Científica. 2021

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho** 2. Edição. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Ana Beatriz Oliveira. Heterossexualidade compulsória e violência(s): relatos de experiência de mulheres lésbicas e de homens gays sobre preconceito. **Revista Intercâmbio**, v.LI: 228-249, 2022. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer** / Sara Salih: tradução e notas Guacira Lopes Louro. – 1. ed.; 3. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. Título original: Judith Butler Bibliografia ISBN 978-85-65381-38-3.

SANTOS, Ana Beatriz dos. **Influência da identidade queer nas representações do "eu" em redes sociais online.** 2023. 61 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/29642>. Acesso em: 22 set. 2024.

SENE, Cleiton José; CARAMASCHI, Sandro. Concepção de sexo e sexualidade no ocidente: origem, história e atualidade. **Barbarói**, n. 49, p. 166, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/82764587/6910.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

SILVA, Uli Almeida. **A representatividade LGBT na plataforma Netflix:** um estudo a partir de quatro personagens. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

VELLOSO, Isabela Silva Cancio; TIZZONI, Janaína Soares. Critérios E Estratégias De Qualidade E Rigor Na Pesquisa Qualitativa. **Ciencia y Enfermeria**, n. 26, v. 28, 2020.

WOOLF, Virginia, 1882 - 1941. **Orlando: uma biografia**/ Virginia Woolf; tradução e notas Eliane Fittipaldi Pereira e Katia Maria Orberg. - São Paulo: Martin Claret, 2019.





EIXO 6 – Estado, patriarcado e violências de gênero





CONSTRUÇÃO DE SABERES POR MEIO DAS HISTÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS

Francisca Geysa Lopes Araujo

Ciências Humanas/Sociologia – UFMA
Francisca.geysa@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Alinny Layane Valentim da Silva

Ciências Humanas/Sociologia – UFMA
alinny.valentim@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Ana Caroline Amorim Oliveira

Professora do Curso de Ciências Humanas/Sociologia – UFMA
Professora do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – UFMA
oliveira.ana@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho visa apresentar a relevância do papel da mulher na construção de saberes na comunidade do povoado Araçá em Santa Quitéria no Maranhão. Compreendemos que seu papel na comunidade está para além de “somente” educar filhos, ou até mesmo estar na cozinha. Sua trajetória na comunidade também é associada a força e luta. Essas mulheres do Araçá que pouco são notadas, buscam transmitir seus conhecimentos por meio do ensinar a fazer, e também pelas histórias por elas contadas (ARAUJO, 2021). Será proposto neste trabalho uma pesquisa de campo, para que melhor se aplique o entendemos por local de fala (MONTENEGRO, 1998). A partir dessa perspectiva analisaremos os seus saberes enquanto peça fundamental para a construção da identidade coletiva desse povoado (CANDAU 2018). Assim, tencionaremos os saberes por elas apresentados para que a partir desse ponto possamos compreender como se dá o processo de ensino cultural na comunidade elencando alguns aspectos do cotidiano de suas jornadas de trabalho enquanto profissionais da pesca. Fica perceptível, portanto, a importância de direcionarmos nosso olhar enquanto pesquisadoras para esses saberes que na maioria das vezes ficam subtendido, porém, não explícito. Logo, por meio deste trabalho poderemos perceber quão necessária é a inclusão desses saberes para a compreensão do todo.

Palavras-chave: mulheres; identidade; (re)existência; pesca artesanal.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho serão apresentados elementos cotidianos da vida de mulheres pescadoras da comunidade do povoado Araçá. Para que possamos compreender a importância dessas mulheres na comunidade, devemos primeiro entender o “local de fala” de onde se emitem tais argumentos a respeito de seus conhecimentos. No processo de construção deste trabalho será utilizado a categoria de “local de fala” de Montenegro (1998), pois, para ele o indivíduo passa pelo processo de reconhecimento do seu “eu” dentro de suas atividades desenvolvidas junto de seus grupos.

O processo de resistência será apresentado por meio da ideia de “comunidade imaginada” de Benedictine () onde será possível perceber as histórias (Hartog) contadas por elas como





um meio de se fazer presente e pertencente ao seu local de fala apresentado acima. Essa comunidade passa a ser imaginada devido ao fato de ser contada por meio das experiências vivenciadas por elas. Esses conceitos serão utilizados para melhor situar o leitor do que seria essa comunidade do Araçá que outrora existiu, mas que por diversos motivos não existe mais.

Trabalharemos com o conceito de identidade trazida pelo autor Joel Candau (2018), onde apresenta as diversas formas de construção dessa identidade, junto da ideia de pertencimento ao processo de modelação e remodelação dos indivíduos pertencentes aos grupos designados dentro da comunidade. Assim, tencionaremos por meio desses conceitos chave, as abordagens trabalhadas em campo, para melhor entendimento do que é ser mulher dentro de uma comunidade tradicional da pesca.

2. MULHERES E SEUS DIVERSOS PAPÉIS

O tempo inteiro ouvimos, vemos e lemos sobre as comunidades tradicionais onde a pesca é uma das principais atividades a ser desenvolvida. Entretanto, as narrativas sempre se voltam ao papel do homem e suas habilidades e manuseio com materiais de pesca. Acabamos que esquecendo que na maioria das vezes as mulheres dessas comunidades também são entrevistadas na mesma perspectiva da pesquisa, porém, quase nunca elas aparecem enquanto protagonistas da pesca artesanal.

As mulheres ainda ficam muito subtendida nas entrelinhas dessas pesquisas e profissão. De antemão é bom situar o leitor de que a pesquisa se trata de uma comunidade chamada de Araçá, localizada no município de Santa Quitéria do Maranhão, a três quilômetros do centro comercial do referente município.

A comunidade dispõe de histórias encantadoras sobre seus antepassados (ARAÚJO 2021) sendo ela transmitida pelas mulheres mães e pescadoras, que por diversas vezes repassam suas vivências por meio do ensinar a fazer alguma atividade.

Tudo que eu sei até os dias de hoje, eu lhe juro que foi Deus e minha mãezinha que Deus a tenha que me ensinou. Ela levava nós pra vazante e lá ela dizia tantim por tantim... dizia como era pra cavar a cova do arroz do feijão e assim eu aprendi... (Lera Brito 19/09/2019)

Pode-se reafirmar o que foi dito acima sobre o ensinar a fazer por meio de atividades cotidianas da comunidade. A entrevistada aponta elementos pelos quais ficam perceptível o papel das mulheres que além de serem mães, elas também são as responsáveis por repassar o ofício de lavrador e pescador para os filhos e filhas, que desde muito cedo são levados(a) as





lavouras de arroz e feijão junto de sua família para que ajudem nas tarefas, assim como também para aprender fazendo. Se analisarmos bem o trecho da entrevista acima, poderemos notar que as atividades desenvolvidas pelas mulheres ultrapassam o papel de mãe e dona de casa. Poderíamos dizer que facilmente receberia o título de professora, pois ensina as diversas formas de conhecimento para os integrantes do seu grupo familiar ensino o outro a desvendar sobre o processo de mudanças da vida.

A cultura é um conjunto de significados/significantes que através das tradições desvia-se para uma nova forma de situar-se, produzir-se, no sentido mais amplo, num processo de metamorfose em que novos conceitos, compreensões e caminhos nos permite o surgimento de novos sujeitos. Esse processo de metamorfose nos permite refletir sobre o caminho que percorremos perante nossas tradições e, se esse caminho está sendo codificado a partir das intervenções do cotidiano, pois o “fazer” pressupõem reconstruir-se a partir de debates advindos da contestação da tradição e a nova forma de pensar contemporaneamente a cultura. (FERREIRA, 2011, p.2).

O autor apresenta os momentos que tendem a fazer parte da vida dos indivíduos que vivem em sociedade, pois as metamorfoses são de suma importância para adentrarmos nos diversos personagens e papéis que coexistem em nós, mas que para aflorar precisam de meios propícios. As mudanças nas formas de ver e viver a vida, faz parte desse processo de remodelação também apresentada por (CANDAU 2018).

A memória ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, e se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2018, p.16).

Na comunidade do povoado Araçá as mulheres antes de se deslocarem aos seus locais de trabalhos, deveriam acordar mais cedo, fazer café para todos os membros da família, assim como também organizar as crianças para ir à escola (caso houvesse alguém da casa frequentasse a escola), abastecer a casa com água, para que só depois dessas primeiras atividades feitas elas fossem para as vazantes de arroz.

Nas lavouras cabe a elas o papel de plantar, colher e repassar ensinamentos aos que com ela estavam. Ao término de tal atividade, essas mulheres junto de seus maridos adentram a lagoa para que possam conseguir o alimento de suas famílias. Sua jornada começa por volta de duas ou três da manhã, como é explicitado no relato a seguir.

Primeiro cada uma no dia antes de dormir, já tem que deixar tudo ajeitado... O milho pra ser ralado, o ralador que é feito com um pedaço de madeira e uma lata ou alumínio... nos deixa no ponto que é pra na primeira cantada do galo nós começar o serviço. Quando dava três e meia mais ou menos, isso na nossa cabeça porque não tinha





relógio...ai pegava água na lagoa, já levava os menino pra banhar, depois enchia os potes e os pneus... era o tempo de o marido amolar a foice, o cavador e a inchada pra ir no rumo da vazante. (Maria Geraldene; idade: 47; entrevista realizada em 20/08/2024)

Nas palavras da entrevistada fica notório o papel desenvolvido por Geraldene Lopes, onde ela apresenta uma rotina árdua de trabalho, que na maioria das vezes tornava-se invisibilizados diante das análises feitas por pesquisadores que adentram a comunidade para fazer estudos sobre a vida cotidiana dos pescadores.

Percebemos uma mulher que desenvolve o papel de mãe no qual está incluso o ato de proteger e ensinar a viver a vida de acordo com suas condições habituais do momento (como já mencionado anteriormente). Na sociedade em que vivemos todos nós em algum momento, precisamos aprender o papel que deve ser desenvolvido no meio em que estamos inseridos. Aprendemos olhando e fazendo junto com o outro tais coisas.

Nessa comunidade, as mulheres tendem a ensinar suas filhas e filhos a se perceberem pertencente à aquela comunidade desde cedo no processo de “ensino\aprendizado” da vida coletiva, pois entende que são esses conhecimentos de casa que contribuirão para o fortalecimento do ser pertencente a cultura do povoado Araçá.

Percebe-se que na fala da entrevistada sua tarefa enquanto mulher mãe, esposa, cozinheira, babá, pescadora e agricultora perpassam os limites de trabalho estipulado pela sociedade do trabalho. O exaustivo trabalho de manter-se bem para que os que estão a sua volta permaneçam bem, é imprescindível para a manutenção da sua importância da família ou no grupo ao qual a mesma pertence.

Esta, em face da constante privação de comida, saúde, educação, transporte, moradia, cria muitas vezes, estratégias de luta e sobrevivências próprias, desenvolvendo uma compreensão do mundo e da realidade muitas vezes bastante distinta da que a cultura oficial procura difundir. No entanto, apesar de a realidade material ser um elemento constitutivo da determinação cultural, ela não é suficiente, ou mesmo, por que não dizer, ela não é determinística-mente determinante. Um dos elementos que contribui para a produção simbólica diferenciada estaria na própria relação com a linguagem. A população evidencia uma consciência da diferença que também aí se projeta entre a fala, a linguagem dos pobres em relação ao restante da sociedade. (Montenegro; 1992; p.14)

Montenegro 1992 evidencia sobre a importância de se aprender a cultura local para que seja desenvolvida a conscientização entre os próprios integrantes da comunidade sobre a valorização das suas diversas formas de linguagem; Sendo ela a linguagem falada ou a corporal. A cultura pode não ser um elemento determinante, porém diz muito sobre qual o papel desenvolvido por cada membro participante do grupo.





Se para entendermos o outro pela ótica de análise do autor, precisamos entender um pouco sobre os responsáveis pela transferência desses conhecimentos. Nesse momento nos remetemos as mulheres, que fornecem mais da metade das informações da comunidade, sendo elas as que pouco aparecem nos textos, mas, que muito dizem e participam no processo de construção desses conhecimentos.

3. ENSINO E CONVIVÊNCIA

Todos nós passamos vários momentos tentando nos lembrar de algo ou alguém. Quando a entrevistada diz: “tenho seis filhos pra cuidar” ela diz não somente do fato de tê-los de educar, mas é para além das entrelinhas, pois sua forma de cuidar também está associada ao processo de repasse de ofício de algum trabalho.

Nesta pesquisa foi proposto às entrevistadas nos contarem um pouco sobre quem elas são diante do grupo em que elas são inseridas; e como elas se enxergam diante de si mesma. As respostas que nos foram apresentadas revelam o desejo dessas mulheres serem reconhecidas enquanto protagonistas de suas histórias.

Menina é assim, eu gosto muito do que faço, sempre gostei de cozinhar, pescar e fazer tudo isso. Casei com 16 anos e eu já tinha aprendido tudo que tu puder imaginar com minha finada mãe. Ela desde moçotinha colocada cada uma das filha pra fazer as coisas de dentro de casa. Eu sei fazer uma galinha, sei matar pato e assim sei de tudo um pouco, sei pescar também, até mais que o bonitinho aí (risos). E aí eu tive a mesma sorte...ensinei tudo pras minha filha pra se virar no mundo. Sempre me virei e eu me alembro de cada coisinha que ela falava pra mim. Eu sei das coisas de lua, de plantar tudo por causa dela e de Deus. (Lera Brito; idade: 72 anos; lavradora; entrevista realizada em: 17/10/2018)

É notório nas palavras da entrevistada a satisfação em ter aprendido a “se virar” na sua vida adulta por meio dos conhecimentos de sua “finada mãezinha”, onde demonstra muito respeito e admiração pelos ensinamentos.

Ao analisarmos o trecho da entrevista, poderá ser percebido diversos papéis de uma mulher da comunidade do Araçá, que usa de suas técnicas de ensino para facilitar a vida dos demais membros do grupo. Percebe-se também as histórias dos antepassados e as mudanças nos direcionamentos das atividades “ensinei pras minhas filhas pra se virar no mundo”. O que antes era colocado como ensinamentos para o casamento, agora é colocado para suprir suas próprias necessidades.

A principal renda do povoado Araçá advém da pesca artesanal. Assim, pode-se perceber que as falas aqui trabalhadas se ecoam de forma sutil a respeito dessas atividades que possuem muita significância para cada uma das mulheres aqui entrevistadas.





“sei pescar também, até mais que o bonitinho...” Lera Brito de 72 anos, ao soltar tal fala demonstra que sabe o ofício de pescadora, mas que por algum motivo se intimida ao dizer em voz alta que o sabe fazer melhor do que seu parceiro.

Assim, muitas mulheres passam despercebidas diante de relatos sobre a profissão de pescador.

As teorias feministas destacam que a posição das mulheres na sociedade é marcada por desigualdades estruturais, fruto de sistemas patriarcais que naturalizam a divisão sexual do trabalho. Autoras como Scott (1995) argumentam que gênero não é apenas uma categoria de análise, mas um campo de poder que regula as interações sociais e limita o acesso das mulheres a espaços de protagonismo. Nesse contexto, o trabalho feminino é frequentemente invisibilizado ou desvalorizado, reforçando desigualdades que perpassam questões de classe, raça e território.

4. CONCLUSÃO

As mulheres pescadoras enfrentam desafios específicos que combinam desigualdades de gênero e precarização laboral. Além de participar ativamente das práticas pesqueiras, muitas delas assumem a gestão familiar, desempenhando múltiplas jornadas de trabalho. Seu protagonismo é evidenciado na transmissão de saberes tradicionais, na conservação ambiental e na luta por direitos. No entanto, barreiras como a falta de reconhecimento formal, acesso restrito a políticas públicas e condições insalubres de trabalho perpetuam sua invisibilidade. Ainda assim, iniciativas lideradas por mulheres têm emergido como exemplos de resistência e transformação social.

As mulheres pescadoras são agentes fundamentais nas dinâmicas das comunidades pesqueiras, mas sua relevância ainda é ofuscada por um sistema que privilegia a invisibilidade de seus feitos. Este artigo evidenciou como a perspectiva feminista contribui para iluminar essa realidade, destacando os desafios enfrentados e as potencialidades do protagonismo feminino nesse contexto. Reverter essa invisibilidade passa por reconhecer e valorizar suas contribuições, promovendo políticas públicas inclusivas e fomentando a igualdade de gênero nas atividades pesqueiras.

É de suma importância direcionarmos nosso olhar enquanto pesquisadoras para esses saberes que na maioria das vezes ficam subtendido, porém, não explícito. Logo, por meio deste trabalho poderemos perceber quão necessária é a inclusão desses saberes para a compreensão do todo.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.





CAVALCANTE, Erinaldo. **História e história local** – 2018; revista História hoje. ; volume 7, n 13, 2018, p. 272- 292.

FERREIRA, Antonio José de Araujo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-11082009-141934. Acesso em: 2020-11-26.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo/ François Hartog. – 1. Ed; 2 reimp. —Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**/ François Hartog — 1. Ed; 2 reimp. —Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

NOA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**”, trad. Yara Aun Khoury, **Prof. História**, São Paulo, (10), dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

SCOOT, Joan. Gênero como Categoria Útil de Análise Histórica. **In: Educação e Realidade**, 1995.





EXPLORAÇÃO INTERSECCIONAL NA ECONOMIA DO CUIDADO

Anna Beatriz Ferreira Lima

Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado – UEMA
annabflima@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Gabriel Rafi Soares Leão Santos

Graduando em Ciências Sociais Bacharelado - UEMA
gabrielrafi16@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Rarielle Rodrigues Lima

Doutora em ciências sociais – UEMA
rariellerodrigues@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: No contexto da teoria marxista, a mercadoria é um objeto externo que atende às necessidades humanas de qualquer tipo. A manutenção das forças produtivas é garantida, principalmente, por meio do bem-estar, isto é, a reprodução social. No que se refere a força produtiva como principal mercadoria no sistema capitalista, é importante salientar, para além da precarização dos proletários, como o trabalho de cuidado é historicamente invisibilizado e desvalorizado. Sob essa perspectiva, o Manifesto Contra o Trabalho do grupo Krisis apresenta uma crítica ao trabalho em si, não obstante podemos considerar que o trabalho de cuidado ao ser inviabilizado revela como o capitalismo reduz o valor humano ao valor do mercado, assim como estabelece uma ascensão do trabalho alienado, tendo em vista que os cuidados para a reprodução – a exemplo do cuidado com crianças e idosos – não garantem, diretamente, a produção de mais-valia. Portanto, o objetivo deste trabalho é explicitar que a condição da mulher é uma construção social, analisar a intersecção entre as opressões na economia do cuidado, assim como investigar legislações e políticas públicas que pretendem o reconhecimento do trabalho das mulheres. A partir do levantamento bibliográfico de cunho narrativo para apropriação da temática. O trabalho do cuidado como força motriz que engendra o modo de produção capitalista é realizado pelas mulheres, em grande parte sem remuneração, que assinala para diversos tipos de exploração, seja pelo recorte de gênero, seja como a sobrecarga de trabalhos a serem executados dentro e fora do ambiente laboral. Além disso, o conjunto de atividades que configuram esse trabalho, sobretudo as atividades domésticas, por não serem reconhecidas no mercado, aponta para uma “responsabilidade” de mulheres racializadas e marginalizadas. À luz das autoras como Nancy Fraser e Angela Davis, podemos entender o recorte referido ao trabalho do cuidado, antes de tudo, como uma prática colonialista potencializada no capitalismo para dar continuidade às relações patriarcais, dada a posição de subalternidade marcada não somente por mulheres, mas mulheres racializadas e marginalizadas. Ademais, a exploração interseccional mediada pelo sistema capitalista remete a convergência das opressões expressada na sociedade por meio da atuação de mulheres não brancas em posições ainda mais precárias, evidenciando o contexto de nações anteriormente colonizadas. Com a constituição do capitalismo industrial e a divisão sexual do trabalho, no século XIX, as mulheres foram direcionadas para o mundo doméstico, separadas do contexto de produção do capital. Entretanto, as mulheres, no interior do capitalismo, são percebidas como aquelas que devem ser controladas e disciplinadas para reproduzir as forças de trabalho necessárias para a geração de valor, contribuindo, assim, para a continuação do sistema. Por outro lado, com a luta histórica pela emancipação das mulheres, no século XX e XXI, a partir das pautas de reivindicação desse coletivo em movimentos políticos organizados e da literatura feminista, vários direitos foram garantidos para esse





coletivo. Contudo, o aparecimento desses direitos sob a forma constitucional e jurídica não desencadearam uma ruptura da condição da mulher como um objeto no interior das relações sociais. Isso é evidenciado pela estrutura hierárquica patriarcal e pela realidade colonialista, como apresentado anteriormente. Ainda que se tenha o acesso da totalidade desse coletivo e uma paridade de gênero no mercado de trabalho, essas questões não representam, necessariamente, uma emancipação das mulheres da sua condição de objeto sancionada pelo colonialismo. Em ampla medida, elas são colocadas para o espaço de realização do cuidado, que aparece como uma característica natural da mulher.

Palavras-chave: Cuidado; Exploração; Trabalho; Mulheres.

1. INTRODUÇÃO

Após uma pesquisa no navegador sobre o que é economia do cuidado obtém-se como primeiro resultado uma economia que assegure a plena manutenção da vida engessado na atuação de alguns setores sociais. Trata-se, para além do que imaginamos está restrito somente as atividades domésticas, do papel desenvolvido na esfera da saúde, educação, serviço social e, sobretudo, cuidados pessoais. Nesse contexto, o trabalho do cuidado diante da justiça social e esfera econômica serve como prática da reprodução social, não obstante a sua desvalorização e falta de reconhecimento possuírem como pano de fundo as relações exploratórias fomentadas pelo capitalismo (Fraser, 2013). A proposta desse projeto surgiu então a partir da concepção de trabalho e exploração na teoria marxista e pela invisibilidade da temática no arcabouço teórico da Sociologia clássica, tendo como questão norteadora: como as construções sociais de gênero e raça, articuladas à intersecção de opressões na economia do cuidado, perpetuam a exploração e a invisibilidade do trabalho das mulheres, e de que forma as políticas na América Latina podem contribuir para o seu reconhecimento e valorização? Dessa maneira, propõe-se analisar a intersecção entre as opressões na economia do cuidado, assim como investigar legislações e políticas públicas que pretendem o reconhecimento do trabalho das mulheres.

Antes de prosseguir, contudo, faz-se necessário enfatizar que a pesquisa está em sua fase inicial e que os resultados resultam de pesquisas e leituras realizadas até o presente momento, as considerações e muito do que se pretende estão sob o processo de análise e construção teórica a serem melhor desenvolvidos.

Segundo Mies (2016), a construção da desigualdade de gênero parte desde os primórdios calcado em explicações deterministas de cunho biológico. A própria terminologia utilizada pelos clássicos para determinar relações de exploração é dada como algo natural, como elemento da natureza, em razão da fisiologia da mulher caracterizar a capacidade de gestar uma vida e poder produzir o seu alimento. A fim de justificar a posição subalterna das mulheres, as origens





sociais que estão envoltos nessa temática estabeleceram a partir das diferenças na concepção de corpo, consequências “naturais” atribuídas à função do trabalho doméstico e do cuidado. Desse modo, em todas as principais civilizações patriarcais, as relações entre homens e mulheres envolviam uma dimensão de controle e subordinação, na qual as mulheres eram tratadas como uma extensão da natureza que podia ser dominada (Mies, 2016).

Atualmente, ao pensar o cenário pandêmico em que se encontrava o Brasil nos anos de 2020 e suas decorrências, podemos entendê-lo como um catalizador das desigualdades sociais; no que se refere a economia do cuidado é imperioso notar que nesse contexto a desigualdade de gênero tornou-se mais evidente. As taxas de desemprego e vulnerabilidade foram acentuadas principalmente por realocar a posição dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, em função da proteção e vigilância sanitária estabelecida por meio do isolamento social. No tocante as mulheres, estas já apresentavam estigmas relacionados a herança colonial que foram intensificados pela divisão sexual do trabalho, a crise sanitária desencadeou um acúmulo de atividades que engloba cuidados necessários à reprodução da vida e do bem-estar, em decorrência da paralisação de instituições e serviços que prestavam uma rede de apoio.

Com o advento da pandemia foi possível explicitar a realidade do trabalho doméstico, ao revelar as condições de vulnerabilidade das mulheres assinaladas como “responsáveis”, em detrimento da sua raça e marginalidade, para ocupar esse posto como um trabalho terceirizado. Além disso, contribuiu para o empobrecimento e situações inumanas das mulheres que, ao executarem esse serviço ou não, colocavam suas vidas em risco. O trabalho do cuidado evidencia a necessidade de uma assistência institucional para reduzir não somente a exploração contida na esfera laboral, mas também promover uma divisão mais igualitária do trabalho não remunerado como uma das mudanças para eliminar as diferenças de gênero.

2. METODOLOGIA

Considerando a temática como uma discussão em voga na contemporaneidade, a pesquisa adota uma abordagem que compreende uma retomada na teoria clássica da Sociologia, ao dar notabilidade para autoras tangentes do cânone literário, a exemplo da Flora Tristan. A pesquisa, ainda em desenvolvimento, desempenha uma perspectiva decolonial à luz de autoras feministas que apontam para a luta emancipatória da mulher, com ênfase em teorias e narrativas historicamente marginalizadas na América Latina e Sul Global. Assim, a partir da revisão bibliográfica e da análise documental de políticas públicas e legislações, será realizada a construção de uma base teórica para traçar um paralelo entre a Argentina, que possui regulamentações





específicas para o trabalho doméstico, e o Brasil, que carece de uma legislação robusta de assistência para trabalhadores desse setor.

3. CUIDADO E UNIÃO OPERÁRIA

O cuidado, antes de tudo, é um princípio absoluto necessário a todo e qualquer ser. Partindo dessa lógica, é imprescindível compreender a ética no trabalho do cuidado como um valor mantido para a manutenção da vida, inclusive das mulheres que cuidam. Essa questão pode ser amplamente discutida se pensarmos o cuidado como uma responsabilidade restrita somente às mulheres. O recorte referido aos corpos feminizados estabelecido desde as origens sociais (Mies, 2016) e engendrado por todas as esferas sociais, seja do campo ontológico, civil e intelectual, configura uma irresponsabilidade privilegiada das pessoas que não ocupam a posição de cuidador. Contudo, essa discussão carece de melhor desdobramento atrelados às noções de gênero, mas faz-se válido propor a reflexão do esquecimento do cuidado das mulheres que exercem esse papel. Quem cuida das mulheres que cuidam? A mulher marginalizada possui os direitos naturais para garantir o autocuidado? Por que homens, majoritariamente, e mulheres brancas desfrutam dessa irresponsabilidade privilegiada?

A condição de inferioridade colocada a mulher durante muito tempo, legitimado pelos operadores sociais, define-a como verdadeira *pária* (Tristan, 2015). Flora Tristan utiliza esse termo como metáfora social para descrever a condição em que se encontrava durante sua jornada de vida enquanto mulher, sem direitos civis e marginalizada. A autora, em sua obra “União Operária”, relaciona as injustiças e o esquecimento da mulher com a concepção acerca dos proletariados, que apesar de compartilharem a privação de direitos e demonização, conquistaram, em sua medida, direitos e reconhecimento. A mulher, por sua vez, é invisível perante a conquista de direitos e liberdade conquistados dos homens proletariados, mas valorizada enquanto cuidadora, que garante a reprodução social:

Na vida dos operários a mulher é tudo. – Ela é a única providência. – Se ela lhe falta, lhe falta tudo. Assim dizem: “É a mulher que faz ou desfaz uma casa” e isto é a mais pura verdade: por isto é que existe este provérbio. – No entanto, que educação, que instrução, que direção, que desenvolvimento moral ou físico recebe a mulher do povo? Nenhum. – Quando criança, é deixada aos cuidados de uma mãe ou de uma avó que também não receberam nenhuma educação: – a mãe, de acordo com sua natureza, será brutal e malvada, vai bater ou maltratá-la sem motivo; – a avó será fraca, despreocupada e vai deixar que faça todas suas vontades (Tristan, 2015, p. 117).

A individualidade da mulher no domínio público e privado resultam de arranjos sociais que desconsideram seus direitos civis significativos, em contrapartida, legitimam indiretamente o





privilégio dos cuidados essenciais para o funcionamento do processo produtivo. O trabalho do cuidado, dessa maneira, possui caráter unificador ao mediar a relação que sustenta a produção e reprodução social. Entender que o cuidado funciona com base na reciprocidade, sem restringir-se somente as relações de dependência, como crianças e idosos, nos permite compreender que adultos autônomos, de acordo com Muller e Moser (2022), também podem receber e fornecer cuidados de maneira recíproca, assim, receber cuidados não se opõe necessariamente à independência ou à realização pessoal, dado que o cuidado é essencial em todas as etapas da vida.

Flora Tristan argumenta, além disso, como a domesticação das mulheres implica no processo educativo das crianças, uma vez que o homem ao sair de casa para trabalhar não se ocupa, em consonância da mãe, da paternidade. Nesse sentido, a educação provida pela mãe ou responsável, uma vez que se mostra insuficiente ou denota certa incapacidade para a efetivação da vida social, é reflexo da estrutura patriarcal que delega às mulheres a responsabilidade de cuidado sem o reconhecimento de sua potencialidade para atuar nas demais esferas sociais. O cuidado, portanto, se entrelaça com o trabalho doméstico mesmo que se constituam trabalhos distintos e, por conseguinte, expressa na sustentação das relações sociais as convergências resultantes de cuidado e afeto. Na dimensão dos afetos consoante ao trabalho doméstico, Silvia Frederici argumenta que “o serviço doméstico – que em sua forma mistificada aparece como atividade pessoal ligada a sentimentos de afeto e cuidado – é, na verdade, parte do papel que as mulheres desempenham na reprodução da força de trabalho” (Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro *apud* Fernandes, Raquel de Aragão Uchoa et. al, 2023). Nesse sentido, em diálogo com Tristan (2015), a compreensão sobre matricialidade familiar busca romper com essa concepção imposta historicamente sobre a mulher que, ocupando diferentes posições no núcleo familiar, desempenha o trabalho de cuidado e doméstico como agenciadoras da reprodução social.

A questão que antecede problemas sociais, segundo Flora Tristan, consiste em como podemos e devemos amar e tratar a mulher, visando o bem-estar de todos na humanidade? Tendo como ocasionador das misérias do mundo o desprezo e esquecimento de seus direitos (Tristan, 2015, p. 114).

4. PROTEÇÃO SOCIAL NA ECONOMIA DO CUIDADO

O cuidado dentro e fora da esfera laboral suscita uma diferenciação a partir da sua valorização, a remuneração do trabalho do cuidado relaciona-se com sua exploração para sustentar a reprodução familiar. No que se refere ao mercado, este é mal remunerado, desvalorizado e consideravelmente explorado. Portanto, a falta de importância dada a essa pauta condiciona a





desvalorização da mulher atuante no mercado e a exploração naturalizada do trabalho do cuidado domiciliar. De acordo com um relatório da Oxfam:

[...] o trabalho do cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupo que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência da sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade, casta. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõe dois terços da força de trabalho envolvida em atividades do cuidado remuneradas (Relatório Oxfam *apud* Fernandes, Raquel de Aragão Uchoa et. al, 2023).

O conceito da economia do cuidado é englobado recentemente nas discussões acerca da seguridade do trabalho e conforme as literaturas apontam há diferentes significados ao redor do mundo. Dando maior enfoque para o cenário Sul Global, a economia do cuidado pode ser definida como:

[...] um exercício de responsabilidade em prestar bens e serviços para a população entre o Estado, as empresas, a sociedade e a família. São estes serviços que geram bem-estar, crescimento e reprodução da sociedade, e que são prestados no âmbito privado e, em particular, as mulheres são quem os realizam (Muller; Moser, 2022, p.5).

O dispêndio envolto na economia do cuidado está vinculado ao trabalho, tempo, energia, assim como compreende uma dimensão afetiva. Entretanto, conforme observado por Muller e Moser (2022) a literatura caracteriza o trabalho do cuidado em duas perspectivas, sendo uma atividade sem remuneração realizadas nos lares que compreende o seu esforço, dedicação e afetos para sua concretude e, por outro lado, um trabalho remunerado voltado para os cuidados de crianças, pessoas doentes e idosos ou trabalhos domésticos. Na conjuntura da América Latina os serviços do cuidado, quando inclusos nas políticas públicas, relaciona-os ao âmbito privado e são realizados pelas mulheres, segundo aponta as autoras (Muller; Moser, 2022). A naturalização imposta sobre as mulheres acerca da realização dos serviços de cuidado, bem como sua associação ao espaço privado contribui para a manutenção das relações exploratórias e a cultura do patriarcado, que não compreendem as categorias de gênero e direitos, assim como imbui na subalternidade a impossibilidade de exercitar sua liberdade dentro da condição humana. Portanto, a desarticulação dessa intersecção também envolve uma problemática de política pública, a fim de incluir uma proteção social que vise o direito de cuidados e bem-estar das atividades não remuneradas do âmbito familiar.

Além disso, a provisão econômica para as invisibilidades dos cuidados não remunerados implica na organização social do trabalho formal:





A organização social do cuidado, de outra forma, expressa a própria organização do trabalho remunerado, como exemplo, a participação no mercado de trabalho, o posto de trabalho e o tipo de trabalho, o qual tende a ser diferente para uma mulher que tem acesso a serviços de cuidado pelo Estado ou privado (mediante pagamento e renda suficiente para pagar por estes serviços no mercado), do que uma mulher que não tem este acesso a serviços de cuidado seja via Estado ou via privada, pois este último demanda custos monetários (Muller; Moser, 2022, p. 6).

A intersecção posta aqui se dá não somente pelo acesso a certas posições sociais e direitos básicos, mas quando acessado, como os mecanismos de exploração são acionados em função do gênero, classe e cor. Dessa maneira, cabe ressaltar que a distribuição desses direitos, quando reconhecidos, não se dá de maneira efetiva, uma vez que as desigualdades partem desde a concepção de quem é digno ou não de concebê-lo. As consequências disso nos remete ao contexto pandêmico, onde muitas mulheres que obtinham o trabalho doméstico informal como única fonte de renda tiveram maior exposição para a contração do vírus Covid-19, assinalando para a negligência – pública ou privada – em prover o cuidado dessas trabalhadoras. As desigualdades interseccionadas, essencialmente marcadas por mulheres pretas, pardas, rurais, mãe solo dentre outros marcadores subalternos, foram reveladas na possibilidade de isolamento social e na sobrecarga das atividades por não poder pagar pelo trabalho do cuidado que mantém a reprodução da vida (Fernandes, Raquel de Aragão Uchoa et. al, 2023). Em contrapartida, as mulheres, majoritariamente brancas, que possuíam maior ascensão social puderam arcar com as medidas preventivas diante da crise sanitária, com um apoio nas atividades doméstica e, principalmente, com o trabalho do cuidado terceirizado em decorrência da ausência de uma assistência social para suprir a condição de vulnerabilidade social e econômica.

A crise do cuidado desvelada durante a pandemia, representa a insustentabilidade que permeia as relações necessárias para a manutenção da vida. No texto colaborativo intitulado “A economia do cuidado e a vida cotidiana”, as autoras tratam o cuidado como um pressuposto para a efetivação do Capitalismo, ao denotar que todo trabalho necessita de uma organização social do cuidado para a existência do trabalho assalariado e da própria vida em sociedade. A realização da força produtiva depende diretamente do trabalho produtivo e, por conseguinte, propicia o pleno funcionamento do mercado.

Os conflitos tensionados na amplitude da economia do cuidado, condiciona um debate e reflexão acerca do cuidado como um direito assegurado pelo Estado, como também busca o reconhecimento desse trabalho dentro do espaço domiciliar. A partir da sobreposição da produção e reprodução social as políticas públicas devem incluir uma proteção social para além dos aspectos econômicos. Conforme (Muller; Moser, 2022) a economia do cuidado remete também a necessidade de os formuladores de políticas sociais incluírem o debate sobre gênero no





horizonte da formulação e implementação dessas políticas, considerando que a esfera econômica e a social se articulam.

5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO CUIDADO

Ao tratar a organização social do cuidado têm-se como centro do debate situar a desigualdade entre homens e mulheres dada histórica e socialmente. O intuito desse projeto, no entanto, é apreender a exploração operante nas demais estruturas sociais que classificam raça e classe como sistemas de provisão e regulamentação social (Pereira, 2016).

A divisão sexual do trabalho configurou princípios organizativos que prevalecem como instrumento de estigmatização até a contemporaneidade,

[...] o primeiro deles é o princípio da separação, que estabelece que alguns trabalhos devem ser desempenhados por homens e outros por mulheres. O segundo é o princípio da hierarquização, que define que os trabalhos dos homens valem mais do que os das mulheres. Esses princípios estão vigentes em todas as sociedades conhecidas, a despeito da plasticidade com que se expressam no tempo e no espaço (Pereira, 2016).

A mudança do lugar da mulher na sociedade para sua inserção no mercado de trabalho, fenômeno que marcou a luta dos movimentos feministas do século XX pela emancipação feminina, está intrínseca a percepção de que a mulher é incapaz de exercer as mesmas funções desempenhadas por homens. A delegação das funções executadas por homens e mulheres concretizam a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Ao passo que descobre e incentiva o trabalho feminino – estabelecendo uma falsa sensação de igualdade com a força de trabalho masculina –, o mercado não assegura direitos trabalhistas para a sua permanência nesse espaço e traduz-se em dupla jornada de trabalho.

O cenário de precarização do trabalho realizado nas fábricas e indústrias, era intensificado quando se tratava de uma mão de obra de baixo custo, isto é, as mulheres. No contexto contemporâneo, apesar de alguns direitos fundamentais assegurados pela Constituição, como licença remunerada, seguridade social ou aposentadoria, a falta de benefícios trabalhistas é agravada na realidade do trabalho do cuidado, a exemplo das:

[...] profissões que lidam com o provimento de saúde física e mental e com habilidades psicológicas, cognitivas e emocionais (tais como as dos professores, dos enfermeiros, dos terapeutas e dos cuidadores de crianças) são ocupados sobretudo por mulheres. Exemplificando-se a hierarquização dos trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, verifica-se que sobre a remuneração das pessoas alocadas nessas ocupações incide o que foi chamado de “penalidade salarial” (wage penalty), mesmo quando se trata de homens (England, Buding e Folbre, 2002) (Pereira, 2016).





As consequências sociais engendradas pelos princípios de separação e hierarquização dos trabalhos afetam sobretudo as mulheres, mas também, como aponta o relatório de pesquisa do Ipea (2016, p. 25):

Ao indicar, no entanto, que os homens têm sido os sujeitos privilegiados pela distribuição dos cuidados, e que as mulheres são responsabilizadas por sua execução, tem-se ainda apenas um quadro parcial da organização social dos cuidados. Numa sociedade historicamente desigual como a brasileira, não basta considerar o gênero como eixo articulador de hierarquias e regulador do acesso aos bens sociais. No Brasil, a execução e o acesso ao *care*, como em variados outros aspectos da vida social, está atravessado pelas desigualdades de raça e classe.

Ademais, as clivagens que configuram a organização do cuidado se dão mediante a divisão sexual do trabalho. Marcadores de classe e raça são evidentemente considerados no critério de delegação do trabalho dos cuidados e domésticos, mas negligenciados para legitimação dos direitos civis e trabalhistas. A distribuição desses trabalhos é estratificada não somente entre homens e mulheres, e, sim, composta pela clivagem entre as próprias mulheres, em função do status social. Referindo-se às mulheres de classe média e alta, de acordo com o relatório do Ipea (2016, p. 25), a demanda do cuidado “tem sido historicamente suprida pelo recurso ao trabalho de mulheres das classes baixas, principalmente por meio da contratação de empregadas domésticas”. Isso implica no acesso diferenciado aos serviços do cuidado que, a depender da classe social, contribui para a segmentação social e o empobrecimento mais acentuado de mulheres que já se encontram em situação de vulnerabilidade (*idem, ibidem*). As mulheres negras além de submeterem a jornadas de trabalho precárias e mal remuneradas enquanto empregadas domésticas, negligenciam os cuidados relativos a própria família em decorrência da sobrecarga de trabalho e, principalmente, da ausência de uma assistência pública como rede de apoio; por exemplo ao cuidado dos filhos que são deixados com parentes ou pessoas próximas pela insuficiência de serviços estatais de cuidado. Associar os papéis das mulheres negras (pretas e pardas) essencialmente à terceirização do cuidado remete a um passado colonial onde em função da cor e sexo determina e naturaliza sua inserção precária nas esferas sociais.

No mercado de trabalho, as delegações dos tipos de trabalho também são distintas entre mulheres brancas e negras; as atividades restritas ao espaço privado ou “oculto” geralmente são destinadas às mulheres negras, como por exemplo o preparo de comidas, atividades de limpeza dentre outras; em contrapartida, as mulheres brancas são consideradas aos espaços públicos, de maior notabilidade.

Dessa forma, o imaginário social delega às mulheres negras a execução dos trabalhos reprodutivos que exigem o trato com a sujeira, que demandam maiores esforços físicos, que são realizados nos “bastidores” e que, em resumo, são socialmente mais desvalorizados. As mulheres brancas são atribuídas as funções de supervisão e também as tarefas reprodutivas dessempehadas de maneira pública (Glenn, 1992). De maneira alternativa, essa divisão do





trabalho reprodutivo entre mulheres pode ser descrito como designação do “trabalho servil” (menial work) às mulheres negras e delegação do “trabalho espiritual” (spiritual work) às mulheres brancas (Roberts, 1997) (*idem*, p.28).

O imaginário social a respeito da mulher negra restaura um passado opressor e colonial, uma vez que naturaliza sua posição nos trabalhos invisibilizados, como reforça as relações subalternas desses corpos. Além disso, as desigualdades presentes nas relações de cuidado, retratam que as percepções do papel da mulher não possuem caráter homogêneo e faz-se necessário integrar aos debates do tema as demais intersecções. A diferenciação entre as mulheres e as divisões no interior da economia do cuidado consiste em um desafio para abarcar a complexidade da organização social nas práticas e ações políticas que pretendem a justiça e o reconhecimento social de grupos subalternos.

6. CONSIDERAÇÕES

Cabe observar que a hierarquização ocorre em conjunção do gênero, classe e raça, assim como, a partir das considerações anteriores constata uma herança colonial cristalizada aos moldes do racismo e sexismo que, por conseguinte, determina os sistemas de organizações sociais do cuidado. Outrossim, infere-se a reflexão de que maneira o trabalho do cuidado é efetivado e para quem é direcionado, tendo em vista que é ilustrado pelos setores sociais um descaso na extensão dos direitos trabalhistas ao setor dos cuidados. No contexto dos beneficiados pelo trabalho do cuidado terceirizado deve considerar as opressões de gênero articuladas as questões de raça e classe como motores do seu funcionamento a fim de evidenciar que ainda persistem desafios como a regulamentação completa desses direitos e a formalização dos vínculos empregatícios, que são fundamentais para assegurar que as conquistas legislativas se traduzam em realidade prática.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, RAQUEL DE ARAGÃO UCHOA et. al. **Economia do cuidado e a vida cotidiana, reflexões sobre matricialidade familiar e a pandemia da Covid 19**. 2023. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Educação à Distância-EAD. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/05302023012419-texto.02.economia.do.cuidado.e.a.vida.cotidiana.pdf>

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**, 2013





MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 838–873, 2016. DOI: 10.12957/dep.2016.25360. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25360>. Acesso em: 2 nov. 2024.

MULLER, Eliane Fransieli; MOSER, Liliane. Economia do cuidado: um debate conceitual. **SEMINÁRIO NACIONAL: SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL–SENASS**, v. 4, 2022. PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual. 2016.

TRISTAN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.





MATERNIDADE NAS MÍDIAS: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NO MATERNAR MEDIADO POR MÍDIAS TRADICIONAIS E DIGITAIS

Aglaia Leslie Martins dos Santos Montenegro

Bacharelado em Psicologia – UNDB

Especialização em Neuropsicologia Clínica – UniAmérica Descomplica

montenegro.aglaia@gmail.com

UniAmérica Descomplica

Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim

Doutora em Ciências da Comunicação – USP

eliasimeia@yahoo.com.br

RESUMO: Esta pesquisa busca analisar como diferentes formas de mídias, em diferentes momentos históricos, representam e afetam a maternidade e a maternagem de sujeitos-mães em diferentes gerações. Para tanto, faz-se a diferenciação dos conceitos de maternidade e de maternagem, enquanto correlaciona os mesmos à influência das mídias. Assim, foi realizada a comparação entre as mídias tradicionais e as digitais e como seus conteúdos afetaram, moldaram e modelaram os comportamentos dos sujeitos-mães consumidores dos conteúdos presentes em ambas as mídias. Traçou-se por objetivo geral de pesquisa, a análise nas mídias tradicionais e nas digitais, das representações de maternidade e maternagem e seus impactos nos sujeitos-mães que se tornaram mães nas décadas de 1960-1980 e as que se tornaram mães nas décadas de 2000-2020. Enquanto objetivos específicos, buscou-se: perceber as influências e determinações das mídias na maternidade e maternagem numa leitura baseada no Behaviorismo Radical; discutir tais influências na maternidade e maternagem, na construção da subjetividade e identidade dos sujeito-mães e em seus comportamentos; verificar na literatura as diferenças e semelhanças entre os sujeitos-mães dos anos 1960-1980 e dos anos 2000-2020 e as mídias as quais tiveram acesso. A presente pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, pretendendo debater e discorrer sobre o tema proposto, tendo por metodologias a pesquisa teórico-bibliográfica e a revisão bibliográfica. Constatou-se que há uma forte influência midiática sobre os comportamentos dos sujeitos-mães, enquanto locais de reprodução e construção de pensamentos, cultura, identidade e subjetividade, evidenciado pela existência de manuais (nas mídias tradicionais) e influenciadoras (nas mídias digitais) específicas para mães. Nestas é possível observar discursos tanto similares quanto divergentes, que demonstram tanto a reprodução de princípios quanto quebras de paradigmas.

Palavras-chave: Maternidade; Mídias Tradicionais; Mídias Digitais; Maternagem.

1. INTRODUÇÃO

As mídias compõem uma variável importante e cada vez mais relevante na vida cotidiana das pessoas, sendo um "local inegável de produção de sentido" (Tomaz, 2015, p. 155). Tratando-se de maternidade, há uma relação íntima desta com as mídias, uma vez que desde as mídias tradicionais até as digitais possuem um longo acervo de conteúdo voltado para maternidade e maternagem (Tomaz, 2015). Como demonstrado por Santos (2018) e Fernandes & Maksud (2024), as relações de mães com as mídias tornaram-se moldadoras de suas vivências no seu maternar.





A exemplo dos jornais *A Família* e *A Mãe de Família*, nas décadas de 1880-1890, foi-se proposto uma forma de "educação da mãe" através de periódicos (Tomaz, 2015). Logo, tais publicações tornaram-se fonte de saberes que levaram à formação da compreensão da maternidade e de orientações de maternagem para as mulheres e mães da época.

Santos (2018) notou mudanças significativas no "exercício da maternidade", como a medicalização do corpo feminino, entendendo medicalização enquanto "processo pelo qual aspectos da vida cotidiana são transformados em objetos da Medicina de forma a assegurar conformidade às normas sociais" (Vieira, 1999 apud. Santos, 2018, p. 338). Nesse processo de medicalização surgem afirmações como "Depois do parto, a vida volta ao normal", tema e título de um artigo da revista *Pais e Filhos* em 1975, um artigo no qual, dentre outras, cria uma justificativa biológica para a dependência do bebê à mãe.

Tanto Santos (2018) quanto Tomaz (2015) percebem que neste período os saberes perpassados pelas avós, mulheres mais velhas, foram deixados de lado para dar espaço à voz dos especialistas e dos "homens da ciência".

Em contrapartida, Fernandes & Maksud (2024) mostram que as grandes discussões levantadas pelas mídias digitais caem no âmbito da desromantização da maternidade e no papel de mãe em si, além de se caberem grandiosamente na participação de outras pessoas na discussão. Oliveira-Cruz *et al.* (2021) descrevem os ambientes virtuais como locais que possibilitam trocas de experiências, que por sua vez levam à construção e apropriação de significâncias quanto à maternidade e maternagem quando se compartilham, criam e consomem seus conteúdos.

Enquanto a mídia tradicional aparenta mostrar uma forma de ser mãe através de um viés de "especialistas" (Santos, 2018), trazendo informações e artigos de médicos, psicólogos, educadores, ou releituras de estudos feitas pela equipe da própria revista; a mídia digital constrói o ser mãe a partir de vivências, "experiências e informações pessoais" (Oliveira-Cruz *et al.*, 2021).

Assim, entende-se que ambas as formas de mídia apresentam formas de pensar-se a maternidade e maternagem. Deste modo, pensa-se em: quais as semelhanças e diferenças nas representações e influências das mídias tradicionais e mídias digitais no maternar em diferentes gerações de sujeitos-mães?

Para responder essa questão, buscou-se analisar nas mídias tradicionais e nas digitais, as representações de maternidade e maternagem e seus impactos nos sujeitos-mães que se tornaram mães nas décadas de 1960-1980 e as que se tornaram mães nas décadas de 2000-2020. De modo específico: perceber as influências e determinações das mídias na maternidade e maternagem numa leitura baseada no Behaviorismo Radical; discutir tais influências na





maternidade e maternagem, na construção da subjetividade e identidade dos sujeito-mães e em seus comportamentos; verificar na literatura as diferenças e semelhanças entre os sujeitos-mães dos anos 1960-1980 e dos anos 2000-2020 e as mídias as quais tiveram acesso.

A presente pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, pretendendo debater e discorrer sobre o tema proposto, tendo por metodologias a pesquisa teórico-bibliográfica e a revisão bibliográfica. Foram utilizados textos que compreendam o tema, com finalidade de explorá-lo, propondo uma visão contemporânea sobre a maternidade e maternagem mediada pelas mídias, numa leitura analítico-comportamental e/ou Behaviorista Radical. Tais textos foram selecionados através das palavras-chave, a saber: Maternidade, Mídias Tradicionais, Mídias Digitais, Maternagem, Behaviorismo Radical. Por ferramenta de pesquisa foi-se usado o *Google Acadêmico (Google Scholar)*. Foram excluídos textos que não possuíssem relevância com o tema em geral.

2. DESENVOLVIMENTO

“É cada vez mais indissociável a relação entre mídia e maternidade”, afirma Tomaz (2015). Como forma de explorar, discutir e compreender tal relação é preciso inicialmente estabelecer: o que se entende por maternidade e maternagem; e quais mídias serão aqui tratadas e como elas afetam os sujeitos-mães.

Por fim, buscar-se-á analisar semelhanças e diferenças no materno e maternidade de sujeitos-mães de diferentes gerações, levando em consideração como as mídias de suas épocas as afetaram.

2.1 Maternagem e Maternidade

É necessário pontuar que Oliveira-Cruz *et al.* (2021) fazem a distinção entre maternidade, sentidos culturais e sociais e papel social, e maternagem, como as “práticas relacionadas ao cuidado com as crianças, normalmente atribuídas às mães ou, de modo menos exigente/intenso, a outros/a cuidadores/as” (p. 43).

Apesar de haver tal diferença nos termos, em muitas instâncias o papel social relacionado à maternidade e as práticas relacionadas à maternagem se confundem; o ser e o fazer tornam-se similares (Gomes, Port & Cerveira, 2021). Gomes, Port & Cerveira (*ibidem*) mostram que a partir do século XIX passou-se a esperar das mulheres e mães não apenas ocupar o lugar social de mãe, mas também agir como tal, cuidando de seu filho, de suas necessidades, estando sempre feliz e sem reclamar. Ou seja, o materno é intrínseco à maternidade - e vice-versa.





Similar aos demais autores, Fonseca (2011, p. 47) define maternidade como uma prática cultural. Compreendendo, assim, que configura um fenômeno social passível de análise através do comportamento verbal, que é social.

O comportamento que constitui fenômenos como a gravidez, maternidade e/ou gestação na adolescência, resulta de processos de interinfluências entre os comportamentos de mais de um participante ou ator social, de modo que há um controle humano mútuo na definição desses fenômenos. (Idem, *ibidem*, p. 14-15)

A autora (*ibidem*) discorre sobre como a perspectiva analítico-comportamental corrobora com a compreensão da maternidade, as crenças e as atitudes relacionadas à mesma, são construções do meio social e da cultura vigente. Tais crenças e atitudes fazem parte de comportamentos verbais, sociais, que também englobam “concepções, valores, ideias, conceitos, visões, representações e assim por diante” (Idem, *ibidem*, p. 45).

Podendo-se afirmar, assim, que maternidade e maternagem compreendem comportamentos construídos socialmente, os quais Wang, Pereira & Andery (2017) descrevem como se fundamentando “na interação de um indivíduo com outros ou na interação de indivíduos com o produto do comportamento de outras pessoas, e não na relação direta com o ambiente físico imediato”. Ou seja, são comportamentos que necessariamente dependem de interação social, que pode também ocorrer mediado pelas mídias.

Assim, maternidade é uma prática (Fonseca, 2011) e construção cultural (Gomes, Port & Cerveira, 2021) e sócio-histórica (Dias & Lopes, 2003), que pode ser mediada pelas mídias (Tomaz, 2015; Oliveira-Cruz *et al.*, 2021; Fernandes & Maksud, 2024).

Enquanto fenômeno e prática mediada pela cultura, sociedade e momento histórico, que sofre influência das mídias, os comportamentos que englobam a maternidade e o ser mãe não é um fato imutável. Pelo contrário, está em constante mudança, seguindo as mudanças sociais (Dias & Lopes, 2003, p. 72) – e midiáticas.

Dias & Lopes (2003) apontam que a partir do século XIX o ideal de maternidade está ligado ao cuidado integral dos filhos, sendo a mãe a responsável “pela felicidade e infelicidades dos filhos” (p.64). As autoras atribuem esta construção ao “conhecimento produzido na academia” (*ibidem*). Tomaz (2015, p. 158) complementa essas afirmações ao pontuar que no mesmo período havia a comercialização de manuais e periódicos escritos pelos “homens da ciência” que ditavam as práticas da maternagem e o ideal de maternidade. Ou seja, pode-se atribuir à mídia os ideais de maternidade e maternagem em diferentes épocas.

Não há como falar em construção de maternidade sem discutir ideais de gênero. Gomes, Port & Cerveira (2021) deixam claro que ser mulher é um fato atrelado à maternidade, “ao falar





sobre os ideais de felicidade para a mulher, logo associa-se este a maternidade, sendo esta uma visão de parte da sociedade” (p. 69).

Além disso, a carga social sobre a mulher torna-se ainda muito maior, devido ao ideal social contemporâneo de que a mesma precisa além de ser bem sucedida profissionalmente, ser uma boa mãe e esposa, amar incondicionalmente seu bebê, seguir os padrões de beleza impostos e dar conta de todas as atividades domésticas. (Idem, ibidem, p. 71)

Ao passar das décadas, os ideais de família e maternidade tomaram novas formas; todavia, na atualidade, há a presença dos pensamentos tanto das gerações passadas quanto das mais "modernas" (Dias & Lopes, 2003). Tais pensamentos são reforçados, construídos e desconstruídos nas mídias digitais (Oliveira-Cruz *et al.*, 2021). Sendo, nas mídias digitais, possível ver-se as contradições do ser mãe, no contraste entre as ideias do passado e da atualidade, entre a perpetuação da mãe enquanto cuidadora, guerreira, e exausta e da luta pela desconstrução da romantização da maternidade (Oliveira-Cruz & Mendonça, 2021).

Pensando na construção da maternidade e maternagem, durante diferentes décadas e gerações, Dias & Lopes (2003) investigam as diferenças geracionais ao estudar mães jovens e suas mães. Tal pesquisa intergeracional possibilita pensar-se em como a identidade, subjetividade e comportamentos desses sujeitos-mães mudam entre gerações que estão separadas não apenas por momentos históricos, mas também culturais e de acesso à mídia.

2.2 As Mídias

Assim como para Wang, Pereira & Andery (2017, p. 149):

Neste artigo, discute-se mídia de massa na perspectiva da análise do comportamento, adotando-se definição semelhante à de Lima (2004): mídia com sentido etimológico, isto é, meio, aparato tecnológico; e como instituição que realiza a comunicação mediada, comunicação que exige um aparato (diferentemente da comunicação face a face).

As autoras (ibidem, p. 151) discorrem sobre como, nessa perspectiva, as mídias exercem influência enquanto agências de controle, caracterizada, principalmente, como um “sistema social”, formado por indivíduos capazes de manipular variáveis e controlar comportamentos e os controlados. Enquanto variáveis entende-se os diversos estímulos presentes na mensagem que está sendo passada – as ideias, o meio, os termos utilizados e o que eles evocam.

Tomaz (2015), Oliveira-Cruz *et al.* (2021) e Fernandes & Maksud (2024) concordam que as mídias são agentes de controle comportamental, principalmente nos comportamentos associados ao materno e à maternidade. Através destas é possível a formulação de papéis e modelagem comportamental da maternagem e maternidade.





Atualmente há duas formas de mídias: tradicionais e digitais. Tomaz (2015) explana sobre como a construção de maternidade vem sendo atravessada durante várias décadas por ambas as formas de mídias. Desde 1880 há periódicos (mídia tradicional) que buscam ensinar e servir de manuais para mães sobre os mais diversos aspectos da maternidade e maternagem, que evoluíram para revistas (também tradicional), depois blogs e páginas em mídias sociais (mídias digitais) de mães e “mães especialistas” (Idem, ibidem).

2.2.1. Mídias Tradicionais

As mídias tradicionais, a saber rádio, televisão, jornais e revistas, influenciaram diversas gerações. Guarnieri (2021) aponta que na década de 60 os periódicos se tornaram "formadores de opinião" e importantes meios de informação, mesmo que por vezes enviesados ou até mesmo censurados. Wang, Pereira & Andery (2017, p. 150) descrevem-nas, em seu meio impresso, como “porta-voz da esfera pública”, pelo menos em sua apresentação inicial.

Dentro destas, Tomaz (2015) e Santos (2018) mostram que há uma categoria de publicação chamada "imprensa parental", que possui como público-alvo pais-leitores. Havendo séries de publicações em forma de jornais e até mesmo manuais (Tomaz, ibidem). Sob esse termo há revistas como *Crescer e Pais e Filhos*.

Santos (2018) aborda como a revista *Pais e Filhos*, foco de sua pesquisa, discutiu sobre temas pertinentes ao maternar como criação de filhos e infância. A esse passo, foi capaz de influenciar a maternidade e o maternar, com sua proposta de "oferecer às mulheres informação e diretrizes para a criação de filhos de 0 a 18 anos" (Tomaz, 2015, p. 158).

Questões como responsabilidades da maternidade e paternidade, criação de filhos em contextos familiares diversos, sexualidade infantil e educação de filhos já eram vistas em edições de 1980s da revista supracitada (Santos, 2018). As discussões trazidas pela revista influenciaram a geração de mães-leitoras em seu maternar.

Essas publicações tinham por foco disseminar o entendimento da época retratado por Dias & Lopes (2003). As mães eram as mulheres que se doavam por seus filhos e suas famílias, que deviam cuidar do lar e da felicidade de sua prole. Porém, Tomaz (2015) chama a atenção ao fato de que essa mãe era um sujeito privilegiado, que podia dar-se ao luxo de estar em casa e cuidar dos afazeres domésticos e criação dos filhos de forma integral, não eram mães que trabalhavam fora de casa.





Assim, as mídias tradicionais criaram uma Figura de mãe, maternidade e maternagem nos sujeitos-mães dos anos 1960-1980 enquanto mulheres que deveriam ouvir aos “homens da ciência”, seguir as regras sociais de maternidade e maternagem através do viés de especialistas.

Santos (2018) mostra que cada vez mais os pais recebiam repostas às suas questões sobre criação de filhos nas revistas. Se houvesse algo a ser respondido, haveria uma publicação da revista, sintetizando artigos e pesquisas de especialistas. “Nesse contexto, os pais leitores foram devidamente caracterizados por uma mera função mecânica de seguir as instruções enunciadas” (Idem, ibidem, p. 258).

A autora ainda traz à discussão questões importantes de gênero, mostrando que muitos dos periódicos e revistas anteriores e posteriores, eram focados na figura da mulher e do feminino enquanto cuidadora dos filhos. Porém, a revista *Pais & Filhos* serve de marco ao integrar o homem em suas discussões.

Tomaz (2015) mostra que isso é devido ao novo entendimento de maternidade que foi perpassado pelos estudos feministas dos anos 1970. Por isso passa-se da “educação de mães” em 1880 para a família enquanto um todo. Todavia, a autora faz uma leitura de que:

O *slogan* da época, “A revista da família moderna”, apontava para sua principal proposta: oferecer às **mulheres** informações e diretrizes para a criação de filhos de 0 a 18 anos, baseadas no conselho e no conhecimento de especialistas, sobretudo do campo psicológico. (Idem, ibidem, p. 158, grifo nosso)

2.2.2. Mídias Digitais

Em contrapartida, na atualidade, as mídias sociais “disponibilizam espaço social para a revitalização e atualização da cultura de gênero, de troca de saberes entre mulheres, instrumentalizando novas gerações de mulheres para o enfrentamento cotidiano das demandas da maternidade, sexualidade e atividade profissional” (Braga, 2021, p. 16). Tornam-se, assim, espaço de influência sobre a construção da maternidade e materno dos sujeitos-mães que interagem com os conteúdos ali criados, compartilhados, comentados e consumidos (Fernandes & Maksud, 2024; Oliveira-Cruz *et al.*, 2021).

Neste modelo de mídia, também é possível notar o que Skinner (1953, apud Wang, Pereira & Andery, 2017, p. 150) diz sobre agência de controle enquanto “um sistema social no qual os controlados também assumem funções importantes na manutenção do sistema”. Os sujeitos que criam, consomem e interagem com conteúdos midiáticos digitais são os maiores mantenedores de comportamentos nas mídias sociais. Fica ainda mais claro quando confrontado com a presença do sujeito “influenciador”. Oliveira-Cruz *et al.* (2021, p. 49) falam sobre a “capacidade que o/a influenciador/a tem





de concentrar e estabelecer vínculos nas redes, ecoando sua mensagem/conteúdo, articulando ações e conectando pessoas (nesse caso, seguidores)”.

Há, ainda, uma dualidade entre mídias sociais enquanto local de romantização da maternidade e a característica performática da maternidade *on-line* (Fernandes & Maksud, 2024) e local de desconstrução e reconstrução da identidade materna e do maternar (Oliveira-Cruz *et al.*, 2021).

A exposição de uma Figura desconstruída sobre a maternidade, permite que o público tenha contato com várias nuances na criação de crianças que perpassam não somente as questões ligadas ao gênero, mas também sobre a raça e a divisão sexual do trabalho. Isso reflete em diferentes aspectos que envolvem o ato da maternagem promovendo a humanização da figura da mãe colocando-a em um lugar onde ela não personifica uma Figura historicamente idealizada, como tem se perpetuado ao longo dos séculos. (Oliveira-Cruz *et al.*, 2021, p. 67)

Semelhante às mídias tradicionais, a discussão de maternidade não tem como ser desvinculada às questões de gênero, uma vez que “dados publicados pelo IBGE indicam que as mulheres brasileiras constituem a maioria da força de trabalho responsável pelo cuidado das crianças” (Oliveira-Cruz & Mendonça, 2021, p. 11). Pode-se ver que as mulheres ainda são as grandes responsáveis pelo cuidado infantil, seja em casa ou no trabalho – em funções de psicólogas, enfermeiras, pediatras, domésticas e professoras.

Porém, Oliveira-Cruz *et al.* (2021) realçam o potencial das mídias digitais enquanto veículos de mudança. Em especial porque “com as novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), sobretudo com o surgimento das mídias sociais, o processo de produção e disseminação de conteúdo deixou de ser privilégio da indústria de comunicação de massa: tornou-se fácil, barato, acessível a quase qualquer um” (Wang, Pereira & Andery, 2017, p. 149).

Nessas mídias, os sujeitos-mães que se tornaram mães entre 2000-2020 presenciam mudanças significativas no entendimento do que é maternidade e maternagem, sendo elas mesmas agentes da mudança.

Agora, no início do século XXI, as novas tecnologias se tornam lugares de interação entre as mães, que não abriam mão dos especialistas, mas começam a se incluir nessa categoria, dando conselhos umas às outras, compartilhando suas experiências, questionando não só as antigas figuras de autoridade, mas, em alguns casos, os próprios especialistas. (Tomaz, 2015, p. 163)

2.3 Diferenças e Semelhanças

Diante do que foi exposto, é possível perceber diferenças e semelhanças no maternar de diferentes gerações controlado por diferentes mídias.





2.3.1. As Diferenças

Enquanto a mídia tradicional aparenta mostrar uma forma de ser mãe através de um viés de "especialistas" (Santos, 2018; Tomaz, 2015), a mídia digital constrói o ser mãe a partir de vivências, "experiências e informações pessoais" (Braga, 2021; Oliveira-Cruz *et al.*, 2021).

Quem dizia o que é ser uma boa mãe para a “mulher moderna” e “família moderna” eram os médicos e os especialistas, através das mídias tradicionais (Fernandes & Maksud, 2024; Santos, 2018; Tomaz, 2015). Todavia, “as mulheres não ficaram “reféns” dos médicos, incorporando o papel de corresponsáveis na garantia do crescimento e do desenvolvimento sadio de seus filhos” (Fernandes & Maksud, 2024, p. 3).

Porém, tal entendimento de maternidade e maternagem cabia apenas para as “mulheres abastadas” (Idem, *ibidem*). Tomaz (2015) e Fernandes & Maksud (2024) apontam as desigualdades sofridas pelas classes sociais e demográficas marginalizadas, principalmente no tocante à maternidade. Para essas mulheres não-brancas, pretas, pardas e indígenas, e pobres, tanto sua identidade quanto seu fazer (maternagem) eram deixados de lado, junto com os saberes ancestrais.

Em contrapartida, nas mídias sociais vê-se o retorno das trocas entre diferentes classes, como mostrado por Oliveira-Cruz *et al.* (2021) através do perfil @familiaquilombo, por exemplo. As mídias sociais são mais acessíveis e instantâneas, tornando a comunicação mais diversificada – apesar de não ser necessariamente completamente democrática (Wang, Pereira & Andery, 2017)

A dinâmica da presença dessa diversidade de vozes e representações no campo das mídias digitais promoveu uma radicalização da segmentação midiática nesses ambientes, permitindo a criação de ambientes tratando de uma miríade de diferentes perspectivas relacionadas à mulher e à maternidade (Braga, 2021, p. 24)

Fernandes & Maksud (2024, p. 3) ilustram como os modelo de maternidade mais atuais e os tradicionais se diferem ao afirmar que:

Os requisitos para ser uma “boa mãe” também mudam: se antes prevalecia a figura da mulher recatada, devotada e restrita ao ambiente doméstico, na contemporaneidade, não basta ser uma “boa mãe”; a mulher precisa ser atrativa sexualmente, ter uma carreira profissional e independência financeira, cuidar da saúde física e mental, ter uma vida social invejável a outras mulheres e, acima de tudo, dar conta de todos esses campos, executando-os com maestria.

Curiosamente, as mães de 1960-1980 deixaram de ouvir aos conselhos das mais velhas, deixaram de lado a “sabedoria das avós, sogras, comadres, vizinhas, parteiras e curandeiras” e voltaram-se para a ciência (Fernandes & Maksud, 2024; Santos, 2018; Tomaz, 2015), apenas para as mães de 2000-2020 tornarem-se elas mesmas as “especialistas”.





A edição de outubro de 2013 da revista *Pais e Filhos* trouxe a seguinte chamada de capa: "Chega de tanto manual para criar os filhos, a especialista no seu bebê é você mesma", e, na edição seguinte, em novembro: "Sem medo de exercer o cargo de mãe. Sim, somos chatas e sabemos o que é melhor para os nossos filhos. Vai encarar?". O saber especialmente das mães é cada vez mais valorizado nas novas mídias. (Tomaz, 2015, p. 163)

2.3.2. As Semelhanças

Como dito anteriormente, as revistas eram de maior serventia para as mulheres e famílias abastadas (Fernandes & Maksud, 2024). Os saberes tradicionais não se perderam e continuaram fazendo parte do maternar de mulheres de culturas africanas e indígenas, porém de forma apagada das mídias.

A estrutura conceitual que anima a dinâmica comunicacional dos fóruns digitais não é homogênea. Operam nesse ambiente hierarquias simbólicas de poder entre participantes, em que se entrecruzam cultura de consumo, habilidades tecnológicas, pressupostos feministas, saberes tradicionais e alternativos sobre a feminilidade/maternidade, idealizações de atributos e papéis de gênero, troca de informações e experiências pessoais, intervenções interpretativas de participantes que apresentam lógicas alheias, além dos valores, interesses, repertório e realidade particular de cada indivíduo materializado em cada subjetividade. (Braga, 2021, p. 23)

De igual forma, os especialistas não sumiram de forma completa, ainda havendo presença de cientistas, pediatras, professores, psicólogos nas mídias sociais, criando conteúdo, compartilhando e discutindo sobre temas de maternidade e maternagem. Porém, tomam nova roupagem, tornam-se mais acessíveis, mais plurais (Tomaz, 2015, p. 164).

A revista *Pais & Filhos*, a mesma que antes falava reproduzia o saber dos homens da ciência, em 2013 afirmou que as mães é quem sabem mais sobre os filhos. Assim como as mídias digitais mostram um novo entendimento sobre maternidade e maternagem, também as mídias tradicionais se moldam aos novos paradigmas.

A página na internet do jornal *Folha de S. Paulo* abriga o *blog* Maternar, escrito por duas mães. Em *O Estado de S. Paulo*, o *blog* Crianças em desenvolvimento mostra em seu *slogan* o lugar compartilhado pelos responsáveis e peritos: "o saber dos pais e o conhecimento dos especialistas" (Tomaz, 2015, p. 163)

Com a nova construção do entendimento de maternidade e maternar acontecendo de forma grupal e plural, o saber da ciência e da experiência individual se mesclam.

Há, ainda, a continuação da representação do papel social da mãe que “ainda giram em torno de sentidos como completude, realização pessoal ou instinto (que aproxima ao imaginário de natureza materna)” (Oliveira-Cruz *et al.*, 2021, p. 46). Há a presença da romantização da





maternidade nas mídias sociais, Figura remanescente da demonstrada nas mídias tradicionais das décadas passadas (Idem, *ibidem*).

Fernandes & Maksud (2024, p. 5) apontam que, apesar da busca pela desconstrução, ainda há um número de sujeitos-mães que repetem discursos do passado, e “reafirmam modelos maternos e femininos hegemônicos”. Dias & Lopes (2003) discutem como as mães da década de 80 já buscavam se desvincular do modelo apresentado por suas mães, da década de 50, porém concordavam em muitas das descrições de “mãe ideal”; há ainda a presença de uma “visão clássica” da maternidade.

Mais que isso, uma das grandes semelhanças entre ambas as formas de mídias e como afetaram as mães de diferentes épocas está no fato de que se iniciou uma discussão pública sobre a maternidade, que era um comportamento antes restrito ao lar, mas tornou-se objeto de discussão nos meios midiáticos (Tomaz, 2015).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando na construção da maternidade e maternagem, durante diferentes décadas e gerações, é possível compreender-se contingências diferentes e semelhantes em ação em contextos distintos. Através de uma pesquisa intergeracional, pode-se ver como comportamentos sociais são modelados, modificados e mantidos pelas mídias e sujeitos-mães, alvo e mantenedoras do comportamento.

Wang, Pereira & Andery (2017) escrevem que a mídia implementa o comportamento, porém ela e o alvo do comportamento o mantêm. Todavia, as autoras apontam que a mesma mídia muda o comportamento-alvo conforme seus próprios interesses e/ou interesses da sociedade vigente.

O que pode ser visto nas pesquisas de Braga (2021), Dias & Lopes (2003), Fernandes & Maksud (2024), Oliveira-Cruz *et al.* (2021) e Tomaz (2015) é a presença de discursos tanto similares quanto divergentes, que demonstram tanto a reprodução de princípios quanto quebras de paradigmas.

Wang, Pereira & Andery (2017) ainda afirmam que conforme as mídias se desenvolvem, tornam-se inevitáveis. Tomaz (2015, p. 155) reitera que as mídias possuem uma relação “indissociável” com a maternidade.

Entretanto, não se pode deixar de pensar que a mídia foi um importante ambiente para que as questões da mulher, restritas ao mundo doméstico, pudessem ser expostas e, nesse sentido, problematizadas, discutidas, desnaturalizadas, repensadas. Ela trouxe a





mulher, de certa forma, para o espaço público – com todos os custos que isso pôde acarretar. E, agora, a mídia não estaria possibilitando à mulher-mãe tornar visíveis suas dúvidas e experiências? Isso não possibilitaria que a maternidade fosse um lugar mais nuançado? (Idem, ibidem, p. 164)

Ou seja, essa relação, na atualidade, permite que sejam realizadas discussões como a proposta no presente artigo, que busca elaborar não apenas sobre a relação da maternidade com a mídia, mas com a cultura, sociedade e com outras gerações de sujeitos-mães.

Respondemos, assim, nossa questão principal, deixando, porém, a discussão da relação maternidade-mídias em aberto, entendendo que há ainda solo fértil para elaboração de saberes sobre o assunto. Conforme as mídias digitais e sociais evoluem, assim também evoluem e tornam-se mais complexas as relações forjadas com elas. Portanto, deixamos a sugestão à academia de elaboração de maiores estudos sobre esse tema de mídias e maternidade.

REFERÊNCIAS

BRAGA, A. Maternidades digitais: identidade, classe e gênero nas redes sociais. IN: OLIVEIRA-CRUZ, M. F. & MENDONÇA, M. C. (org.). **Maternidade nas mídias**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, Brasil, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21291>. Acesso em: jul. 2024.

DIAS, A. C. G. & LOPES, R. C. S. Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, p.63-73, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300009>. Acesso em: jul. 2024.

FERNANDES, C. R. & MAKSUD, I. Mulheres, maternidade, não maternidade e mídias sociais: reflexões sem tabus. **Interface** (Botucatu). 2024; 28: e230300. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230300>. Acesso em: jul. 2024.

GOMES, M. S.; PORT, I. F & CERVEIRA, L. A. Ideais culturais acerca da maternidade e seus possíveis impactos subjetivos na mulher. **Revista Fronteiras em Psicologia**, n. 2, p. 60-76, jul-dez 2021. Disponível em: <https://fronteirasempsicologia.com.br/fp/article/view/128>. Acesso em: jul. 2024

GUARNIERI, D. C. Os periódicos brasileiros e sua trajetória na década de 1960 / Brazilian periodicals and their history in the 1960's. **Brazilian Journal of Development**, 7(8), 2021. Disponível em: 77357–77375. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n8-109>. Acesso em: jul. 2024.

OLIVEIRA-CRUZ, M. F. & MENDONÇA, M. C. Apresentação. IN: OLIVEIRA-CRUZ, M. F. & MENDONÇA, M. C. (org.). **Maternidade nas mídias**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, Brasil, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21291>. Acesso em: jul. 2024.

OLIVEIRA-CRUZ, M. F.; FERRARI, C. T.; CONRAD, K.; NOSVITZ, M. E. B. & FREITAS, M. J. S. A maternidade "real" no Instagram: uma reflexão sobre as temáticas predominantemente compartilhadas por mães influenciadoras. IN: OLIVEIRA-CRUZ, M. F. &





MENDONÇA, M. C (org.). **Maternidade nas mídias**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, Brasil, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21291>. Acesso em: jul. 2024.

SANTOS, L. P. B. **Infância e família em revista: Pais & Filhos (1968-1989)**. 2018. 401 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/10281>. Acesso em: jul. 2024.

TOMAZ, R. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galaxia** (São Paulo, *Online*), n. 29, p. 155-166, jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-25542015120031>. Acesso em: jul. 2024.

WANG, M. de L., PEREIRA, M. E. M., & ANDERY, M. A. Mídia, comportamento e cultura. **Perspectivas Em Análise Do Comportamento**, 7(2), 147–164. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18761/pac.2015.024>. Acesso em: jul. 2024.





EIXO 7 – Gênero, corporalidades e expressões artísticas





A ESTRUTURA MONOGÂMICA: VIOLÊNCIA E CONTROLE DOS CORPOS DE MULHERES NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

Ana Karolyny Diniz Pinheiro

Bacharel em Psicologia – UnDB

Pós-graduanda em Saúde mental e Desenvolvimento Humano – PUC-PR

karoldiniz228@gmail.com

RESUMO: O processo colonizador impôs para os povos originários que tinham suas maneiras diversas de agir, pensar e se relacionar um modelo único, alegando que somente este modelo monogâmico seria aceito. Através do cristianismo no processo colonizador que foi estabelecido a monogamia como critério de tentativa de civilização dos povos originários que já viviam suas não monogamias. Para que esse processo acontecesse, era necessário que o casal se tornasse somente um, em uma única união, “até que a morte os separe”, ideologias que influenciaram as leis e os ideais românticos. Este estudo é uma revisão bibliográfica de natureza básica, sendo um trabalho descritivo com método hipotético dedutivo e de abordagem qualitativa. Tem como objetivo descrever as influências da estrutura monogâmica na violência e controle dos corpos de mulheres nas relações afetivo-sexuais. Com objetivos específicos de analisar as violências que mais acometem as mulheres dentro de relacionamentos; descrever os impactos sociais, psicológicos e culturais das violências ocasionadas pelas ideologias moralistas e monogâmicas; mostrar as consequências dos ideais cristãos e moralistas a respeito do corpo de mulheres; expor a monogamia enquanto uma contribuição ideológica das práticas machistas e sexistas e demonstrar as influências do cristianismo nos pensamentos moralistas. Possui como hipóteses a monogamia enquanto fortalecedora do moralismo e dos estigmas que envolvem os corpos de mulheres, tornando-as corpos invisibilizados, violados e vulnerabilizados; a violência cometida aos corpos de mulheres está diretamente influenciada pelos ideais monogâmicos inseridos na sociedade colonizada. Por se tratar de um estudo acadêmico, esta pesquisa se referirá a relações afetivo-sexuais de mulheres cisgêneros e hetero, a fim de estabelecer os limites do estudo. Contudo, é de grande relevância que esta investigação acrescente nos estudos sobre a temática para que se estenda a estudos das influências da monogamia em pessoas sexo-gênero dissidentes, pois durante a pesquisa foi identificado uma escassez de produções científicas a respeito da monogamia e de suas influências nas violências de gênero. Levando em consideração o atual contexto de estatísticas desanimadoras, é extremamente necessário estudos e discussões a respeito das influências de uma estrutura hegemônica que nutre ideologias machistas, sexistas e patriarcais e reforça um padrão de relacionamentos que são pautados no controle e na subordinação de mulheres, contribuindo para a desigualdade e violência de gênero.

Palavras-chave: Monogamia; Violência de gênero; Femicídio; Relações

1. INTRODUÇÃO

A monogamia se caracteriza como uma estrutura hegemônica, que segundo Rodriguez et al (2021), se direciona ao controle das relações e do modo como é posicionado o olhar para elas, seja relações com seres humanos e não humanos. Esta estrutura é acompanhada de ideologias e estigmas que ditam o que é certo e o que é errado sobre as diversas relações que uma pessoa constrói durante a vida, “...uma receita única do como e de que formas vivenciar uma





relação, no caso, romântica-sexo-erótica-afetiva, seguindo uma linearidade” (Rodriguez et al, 2021, p 138).

Esta visão única, quando se trata do contexto brasileiro, advém de ideias majoritariamente influenciadas pelo cristianismo, pois segundo Núñez (2023), a monogamia parte da colonização, que acarretou também na invalidação de uma cultura dos povos originários que já viviam suas não monogamias e as formas nas quais utilizaram para uma catequização e tentativa de civilização desses povos foi violenta, sangrenta e violadora.

Com isso, estes ideais influenciaram a maneira de ver as relações, visto que juntamente com o Deus no qual o cristianismo trouxe que dispõe que amar e adorar outros deuses é pecado veio os ideais de amor romântico baseados na violência, controle da sexualidade do (a) parceiro (a), ideal de violência distorcida, e segundo Núñez (2023), a indissolubilidade dos vínculos que traz a visão de que um relacionamento só tem fim quando uma das pessoas que compõem a entidade casal vem a óbito (ou as duas). Partindo desse pressuposto, é indispensável discussões a respeito da monogamia, tendo como problemática as suas influências na violência e no controle dos corpos de mulheres dentro de suas relações afetivas-sexuais.

Esse trabalho mostra a sua importância por ir de encontro a um caminho inverso ao de uma monocultura que impacta a vida da maioria das pessoas. Falar sobre monogamia, relacionamento, violência e relacionar os três assuntos já é um ato de desobediência a essas raízes coloniais. É de grande importância para a autora que é uma mulher negra, psicóloga, bissexual, não monogâmica e periférica contribuir para a propagação de outras maneiras de olhar o mundo e as relação, indo contra um modelo que fortalece estruturas violentas que as afetam diretamente.

A relevância deste estudo também parte da ideia que a psicologia enquanto ciência e profissão é contra todo o tipo de violência e negligência. Partindo desse pressuposto, trabalhos nesta área voltados para esse assunto é uma forma de contribuir por um futuro com menos desigualdade e violências de gênero, considerando a escassez de produções com essa temática na atualidade.

Esta pesquisa tem como objetivo mostrar as influências da estrutura monogâmica na violência e no controle dos corpos de mulheres nas relações afetivas-sexuais, analisando as violências que mais acometem as mulheres dentro de relacionamentos, descrevendo os impactos sociais, psicológicos e culturais das violências ocasionadas pelas ideologias moralistas e monogâmicas, mostrando as consequenciais dos ideais cristãos e moralistas a respeito do corpo de mulheres, expondo a monogamia enquanto uma contribuição ideológica das práticas machistas e sexistas e demonstrando as influências do cristianismo nos pensamentos moralistas.





O presente estudo é uma revisão de literatura de natureza básica para que possa destrinchar através da pesquisa bibliográfica sobre a estrutura monogâmica e suas influências na violação dos corpos de mulheres que estão em relacionamentos afetivo-sexuais. Logo, a pesquisa bibliográfica e documental foi feita de maneira qualitativa e exploratória, reunindo a leitura, análise e reflexão de artigos, livros, leis e Projetos de leis brasileiras de 1988 até 2023, utilizando as plataformas digitais Scielo e Google Acadêmico. Com critérios de inclusão em relação a monogamia, a desigualdade social e de gênero, as violências e negligências que mais afetam as mulheres, a estigmas sociais e patriarcais, empregando a literatura em idioma português e traduzidos para o português.

2. DESENVOLVIMENTO

É necessário, segundo Foucault (2016), que para abrir discussões e pensamentos em relação ao moralismo sexual na atualidade, é necessário que retorne no passado e entenda como chegamos ao entendimento de hoje em dia. Com base nisso, é de extrema importância que se destrinche a forma como o modelo mono chegou na cultura brasileira e como permanece nesta, perpetuando na vida de diversas pessoas e gerando impactos violentos nos relacionamentos e na vida de mulheres.

O modelo monogâmico oferece uma única visão sobre relações, “...uma receita única do como e de que formas vivenciar uma relação, no caso, romântica-sexo-erótica-afetiva, seguindo uma linearidade” (Rodriguez et al, 2021, p 138). Esta visão única, quando se trata do contexto brasileiro, advém de ideias majoritariamente influenciadas pelo cristianismo, pois segundo Núñez (2023), a monogamia parte da colonização, que acarretou também na invalidação de uma cultura indígena que tinha outras formas de olhar as relações e a vida.

Em um estudo as cartas jesuítas, Núñez et al (2021) expõe que indígenas vivam suas não monogâmias, entre elas a liberdade entre relações e cuidados, seja com os seres humanos e não humanos, e no processo violento de catequização os jesuítas viram que o modo como os indígenas enxergavam as relações ia contra os ideais cristãos, com isso, os indígenas não podiam ser batizados se não aderissem a monogamia. Com o objetivo da conversão a religião, começou um movimento de tentativa de “civilizar” os povos originários.

Partindo desse pressuposto, entende-se que o processo colonizador impôs para os povos originários que tinham suas maneiras diversas de agir, pensar e se relacionar um modelo único, alegando que somente este modelo monogâmico seria aceito. Núñez (2023), aponta nos seus escritos que o cristianismo já prega a monogamia na própria bíblia, alegando em trechos citados





pela autora que o deus do cristianismo não aceita que seus seguidores adorem outros deuses além dele.

A autora dispõe que assim que os jesuítas tiveram contato com os indígenas concluíram que para batizá-los eles precisariam não só aderir a monogamia, mas a união matrimonial formada somente por duas pessoas que se tornam uma só pessoa, “até que a morte os separe”. Através dos impactos da espiritualidade cristã, foi se criando um ideal de amor direcionado a lógica que só se é amado, se for amado unicamente, ideal que segundo Núñez (2023), fundamenta a monogamia.

Em minha pesquisa, constatei que a noção de adultério foi utilizada primeiro nesse âmbito espiritual para então ser aplicada também às relações interpessoais. Há diversos trechos bíblicos nos quais se menciona o ciúme de deus ao se ver “traído” pelo seu povo, em momentos em que esse povo estaria cultuando outros deuses ao mesmo tempo. (Núñez, 2023, p 30-31)

É evidente, quando este deus é analisado e identificado como alguém que só se sente amado se for o único amor na vida de quem o ama, com isso, o cristianismo e sua fé não permite outras espiritualidades em seu alicerce, como afirma a autora acima citada, “Não se diz que esse é um dos caminhos entre muitos, mas o único caminho, a verdade e a vida...” (Núñez, 2023, p 31). Com isso, as influências dessa monocultura impactam diretamente as leis presentes na constituição, visto que o direito ao divórcio é algo recente.

Como consequência desse processo colonizador, atualmente, a monogamia ainda se encontra nos diversos contextos, sendo considerada “... a forma autêntica, jurídica e normal de se relacionar, junto ao hetero-cis-patriarcado” (Rodriguez et al, 2021, p 138). Contudo, o projeto de “salvação” civilizatória do cristianismo sendo justificado por ser em exercício do “bem”, trouxe ideais violentos, entre eles estão os ideais sobre as relações, sobre o amor e sobre o que é ser uma mulher em sociedade.

Rodriguez et al (2021) afirmam que a monogamia traz uma legitimidade a violência disfarçada de amor, e segundo as autoras, é comum ler em noticiários sobre crimes passionais, aqueles que são motivados pelo “excesso de paixão”. Contudo, quando se volta o olhar para esses crimes, é possível ver que se trata de feminicídios, cometidos majoritariamente por homens cis heteros. Nunez (2023) nos chama atenção para esses crimes e para as discussões a respeito do feminicídio. Segundo a autora, geralmente a sociedade coloca a culpa dos feminicídios e das agressões contra mulheres no machismo e na cultura sexista, mas esquece de refletir quais as ideologias que contribuem para essas estruturas estarem presentes até hoje em sociedade, rompendo a vida de diversas mulheres.





De acordo com o Anuário de Segurança Pública do ano¹ de 2020, 90% dos casos de feminicídio, as vítimas foram assassinadas por seus companheiros e ex companheiros. Com isso, apesar da violência contra as mulheres ser colocada na conta da cultura machista e sexista, é de extrema importância que se traga um olhar mais profundo no quanto uma hegemonia que prega o termo “até que a morte vos separe” influencia tal prática violenta, visto que não são somente homens aleatórios nos dados acima apresentados, e sim parceiros e ex-parceiros dessas vítimas, pessoas que já haviam se relacionado romântico-sexualmente com as vítimas.

Na mesma linha de pensamento, o conceito de fidelidade, pecado e adultério se fundou nas raízes culturais e nas legislações, visto que só é visto como adultério casais que acreditam que possuem direito ao corpo e sexualidade do conjugue, fazendo com que a liberdade sexual seja uma ofensa (Núñez, 2023). Juntamente com esses conceitos, veio o ideal de como este corpo é visto dentro dos relacionamentos, como uma espécie de posse do conjugue, e como a autora demonstra em sua obra, há um trecho bíblico que ilustra esse pensamento em Coríntios 1, capítulo 7, versículo 4, que dispõe que a mulher não pode dispor do seu corpo, pois este pertence ao homem.

Essa concepção fez com que, no imaginário social, a abdicação da própria autonomia sobre si se tornasse um sinal de desrespeito e de ofensa. Ainda são comuns “crimes de legítima defesa da honra”, em que o homem cis sente justificado coletivamente o agir com violência contra sua companheira que teria (supostamente) quebrado o combinado de exclusividade sexual (Núñez, 2023, p 36).

Com isso, é notório que as bases monogâmicas possuem raízes cristãs, que constrói um ideal de mundo que favorece um sistema monocultural. Núñez (2023) e Rodriguez et al (2021) apontam que essa exclusividade sexual e amorosa dessa estrutura é falha, e por vezes é quebrado os acordos, contudo, o peso da culpa por essa quebra pesa para o lado que é mais vulnerabilizado: mulheres morrem e/ou são agredidas por isso, enquanto os homens cis não sofrem essa “punição” violenta.

Partindo desse pressuposto, esses estigmas conseguem influenciar até mesmo a noção de violência dentro dos relacionamentos (Núñez, 2023), pois faz com que o indivíduo pense que a pior coisa que poderia acontecer dentro do seu relacionamento seria ver seu parceiro ou parceira se relacionando e se apaixonando por outras pessoas. Com isso, entende-se que o critério que foi proposto pelo cristianismo para que um relacionamento se findasse foi a traição (sendo aplicada somente a culpabilização excessiva e violenta às mulheres), fazendo com que

¹ ABSP 2020





mulheres ignorem outros motivos para esse término como: “...violência física, a falta de redistribuição do trabalho doméstico, o cerceamento da sexualidade etc...” (Núñez, 2023, p. 97).

Partindo desse pressuposto fica esclarecido o porquê que a monogamia é alimentada pelo sistema capitalismo, pois este sistema se nutre de uma sociedade com ideologias cristãs que fazem com que uma mulher seja inferiorizada até mesmo dentro de sua casa, tomando de conta do serviço mais pesado e não remunerado, conclui-se que a monogamia, o capitalismo e o sexismo andam de mãos juntas e estão em terrenos confortáveis.

Esses ideais não afetam somente as relações, mas a saúde, o social e o psicológico dessa mulher. Segundo Bussinguer e Salvador (2022), vivemos em uma sociedade que detém de um olhar desnaturalizado referente ao corpo feminino e seus processos, e aqui cabe inserir a sexualidade feminina, processos como a menstruação e outros processos carregados de estigmas. Esses processos são vistos como algo estranho, errado e imundo, visões influenciadas pelo moralismo e a cultura sexista. Bussinguer e Salvador (2022) acrescentam que isso se deve ao fato de que a sociedade se estrutura em um padrão reforçado por uma hegemonia, onde existe um padrão hetero-branco-normativo que faz uma divisão sexual e distribui papéis de influência e hierarquia, onde mulheres são ensinadas desde meninas sobre sua subordinação aos homens.

Fáveri e Venson (2007) dispõem de uma pesquisa sobre menstruação em que a maioria dos discursos das mulheres entrevistadas vinham de uma visão religiosa, afirmando que a menstruação é um motivo de vergonha por simbolizar a marca do sexo, e segundo estas, o sexo é proibido e motivo de pecado, exceto se for para reproduzir. As autoras dispõem que é pautado nessa visão que ocorre o controle dos corpos femininos e a tentativa de desnaturalizar e desumanizar mulheres através dos seus processos fisiológicos. Como consequência disso e do ideal social sobre o “ser mulher”, mulheres falam sobre os seus processos fisiológicos e emocionais sussurrando, ou através de códigos. Como exemplo disso, temos a menstruação que até nos dias de hoje são utilizados termos como “estou de bode”, “estou de Chico”, “estou naqueles dias” para evitar usar a palavra menstruada ou sangrando.

3. CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto que as hipóteses desse estudo é a monogamia enquanto fortalecedora do moralismo e dos estigmas que envolvem os corpos de mulheres, tornando-as corpos invisibilizados, violados e vulnerabilizados; a violência cometida aos corpos de mulheres está diretamente influenciada pelos ideais monogâmicos inseridos na sociedade colonizada, conclui-se que foram confirmadas e atendidas.





A estrutura monogâmica influencia diretamente a maneira com que homens e mulheres cis se relacionam, sendo esta, uma maneira violenta, opressora e violadora para mulheres. Em contrapartida, o ideal de amor pregado pelo cristianismo, fortalece a monogamia, oferecendo uma visão ilusória de controle e posse com o conjugue. A violência doméstica também é alimentada por essa estrutura, tendo em vista que na centralidade dessa violência está presente a entidade casal heterossexual.

Para que as violências e o feminicídio permaneçam fortes até hoje, há por trás estruturas que os alimentam como a monogamia, o machismo, o cristianismo e o capitalismo. É necessário destrinchar os efeitos e impactos de cada um, visto que é de grande importância contribuições acadêmicas a respeito dessa temática, visto que este estudo não abrangeu amplamente essas estruturas.

É importante enfatizar que as dificuldades para a realização desta pesquisa partiram da escassez de literatura disponível que adentre nessas temáticas, visto que ir de encontro a divergência dessa estrutura monocultural já é de grande dificuldade. Durante a pesquisa também foi identificado uma escassez em artigos que trabalhassem a relação da monogamia com o cristianismo e os ideais do patriarcado, contudo, há uma presença considerável de trabalhos atuais que expõem a relação da monogamia com as violências de gênero. Em contrapartida, foi encontrado diversos materiais, livros e artigos que discutem sobre gênero e sexualidade, um grande avanço para as pesquisas atualmente, pois essas temáticas ainda costumam ser rodeadas de estigmas e tabus.

É imprescindível mostrar e entender as influências de uma estrutura hegemônica, visto que esta justifica as violências de gênero e constrói ideias de como se relacionar, amar e viver. É importante trazer referências de como a monogamia contribui para o formato de relações que possuem ideais violentos e controladores que reforçam a Figura de subordinação de uma mulher, contribuindo diretamente para a desigualdade e a violência de gênero. Durante a pesquisa foi identificado uma escassez em artigos que trabalhassem a relação da monogamia com o cristianismo e os ideais do patriarcado, contudo, há uma presença considerável de trabalhos atuais que expõem a relação da monogamia com as violências de gênero

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 14, 2020. ISSN 1983-7364.





DE FÁVERI, Marlene; VENSON, Anamaria Marcon. Entre vergonhas e silêncios, o corpo segredado. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 14, n. 25, p. 65-97, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e Verdade** (Curso no Collège de France 1980-1981). Trad. Rosemary C. Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

NÚÑEZ, Geni Daniela; DE OLIVEIRA, João Manuel; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho. Monogamia e (anti) colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3, 2021. Disponível em:< [Monogamia e \(anti\)colonialidades: | Teoria e Cultura \(ufjf.br\)](https://monogamia.e(anti)colonialidades.teoriaecultura.ufjf.br)>. Acesso em: 10 jul. 2024.

NUÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. Paidós, 2023.

RODRIGUEZ, Ale Mujica; DEMORI, Carolina Carbonell; WOLFF, Caroline. Da monogamia ao feminicídio: Algumas reflexões. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 3, p. 137-147, 2021. Disponível em:< [Da-Monogamia-ao-Feminicidio.pdf \(researchgate.net\)](https://researchgate.net/publication/354444444)>. Acesso em: 10 jul. 2024.





CIDADES INTELIGENTES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: COMO O URBANISMO E A TECNOLOGIA PODEM COMBATER A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS ESPAÇOS URBANOS DA AMÉRICA LATINA

Claudiceia Silva Mendes

Arquiteta Urbanista – UEMA

Mestre em Energia e Ambiente – UFMA

Doutoranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – UFMG

claudiceiasm@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A violência de gênero nos espaços urbanos é um problema estrutural que afeta especialmente mulheres e minorias de gênero. Assédio, agressões e outras formas de violência limitam o uso e a apropriação segura desses espaços por essas populações, impactando diretamente sua mobilidade e qualidade de vida. Com o avanço das cidades inteligentes, que integram tecnologias digitais para otimizar a gestão urbana, há uma oportunidade de desenvolver soluções para reduzir a violência de gênero nas cidades da América Latina. No entanto, é necessário questionar se os planos de cidades inteligentes estão devidamente alinhados com essa realidade e se suas soluções tecnológicas são eficazes para enfrentar o problema. Este estudo investiga como o urbanismo e as tecnologias associadas às cidades inteligentes podem contribuir para mitigar esse problema na América Latina. A pesquisa inclui uma análise documental da Minuta do Plano Municipal de Cidade Inteligente (MPMSLZ) de São Luís e uma revisão de literatura sobre iniciativas de combate à violência de gênero em cidades latino-americanas. Embora o MPMSLZ apresente inovações tecnológicas, como videomonitoramento e iluminação inteligente, ele carece de um foco específico na violência de gênero, o que limita sua eficácia. Os resultados apontam que tecnologias digitais têm grande potencial para combater a violência, desde que integradas a políticas públicas que priorizem a inclusão social e a privacidade. No entanto, foi constatado que as tecnologias aplicadas nas cidades inteligentes têm grande potencial para combater a violência de gênero, especialmente quando integradas a políticas urbanas voltadas para a segurança, inclusão dessas populações e respeitando o direito à privacidade. Como contribuição ao campo de estudo se destaca a importância de integrar tecnologia e políticas públicas para enfrentar efetivamente essa questão.

Palavras-chave: Cidades inteligentes; Violência de gênero; Segurança urbana; Inclusão social.

1. INTRODUÇÃO

A violência de gênero nos espaços urbanos é uma questão estrutural que impacta diretamente a mobilidade, segurança e qualidade de vida de mulheres e minorias de gênero. Atos como assédio e agressões restringem o acesso e o uso desses espaços, perpetuando desigualdades sociais e exclusões históricas (Fischer, 2000; Monteiro, 2020; Kern, 2021). No contexto da América Latina, onde as cidades enfrentam elevados índices de desigualdade e desafios na segurança pública, iniciativas de cidades inteligentes despontam como potenciais ferramentas para abordar esses problemas.





O espaço geográfico também deve ser compreendido sob a perspectiva de gênero (Bondi, 1992; Rose, 1993; Silva, 2003; Lan, 2009), e de acordo com Lefebvre (2000), as contradições existentes no espaço e como as relações sociais manifestam e mudam o espaço e são modificados por ele, isso implica a necessidade de relacionar as diferentes dimensões de classe, raça, gênero, geração, religião e outras, já são fundamentais para a estruturação das relações sociais.

Este artigo tem como objetivo geral investigar como o urbanismo e as tecnologias associadas às cidades inteligentes podem contribuir para mitigar a violência de gênero nos espaços urbanos da América Latina. A pesquisa busca responder à seguinte pergunta: *Como os planos de cidades inteligentes estão devidamente alinhados com essa realidade e se suas soluções tecnológicas são eficazes para reduzir efetivamente a violência de gênero nos espaços urbanos da América Latina?*

A metodologia adotada é de caráter qualitativo e exploratório, estruturada em duas etapas principais. Primeiro com a revisão de literatura, incluindo estudos sobre violência de gênero em espaços urbanos e soluções tecnológicas aplicadas em cidades latino-americanas, com o objetivo de identificar boas práticas e lacunas nas implementações existentes e posteriormente com a análise documental: focada nas diretrizes do MPMSLZ de São Luís, com especial atenção às propostas voltadas para segurança urbana, como tecnologias de monitoramento de espaços públicos, iluminação inteligente e sistemas de segurança digital.

Os dados foram interpretados com base em um referencial teórico que articula conceitos de urbanismo feminista, segurança urbana e cidades inteligentes. Espera-se que esta pesquisa contribua para o debate sobre como integrar tecnologia e políticas públicas de forma a promover cidades mais inclusivas e seguras para todos os seus habitantes.

2. URBANISMO FEMINISTA: RECONFIGURANDO AS CIDADES PARA INCLUSÃO E SEGURANÇA

O **urbanismo feminista** surge como uma crítica ao planejamento urbano tradicional, que historicamente negligenciou as necessidades de mulheres e minorias de gênero. Essa abordagem propõe a reinterpretação e o redesenho das cidades, priorizando aspectos como segurança, mobilidade e acessibilidade para promover a inclusão social e mitigar desigualdades estruturais (Monteiro, 2020).

Lefebvre (1968), no livro *O Direito à Cidade*, apontou a necessidade de construir cidades mais democráticas, um conceito expandido por estudiosos como Dolores Hayden (1980), que introduziu o "design feminista" para evidenciar como o urbanismo convencional invisibiliza o trabalho doméstico e de cuidado, essenciais para a sociedade. A autora é uma das





principais vozes no campo do urbanismo feminista, com destaque para suas análises críticas sobre como os espaços urbanos são projetados e como eles refletem e reforçam desigualdades de gênero, sua obra evidencia a necessidade para que o planejamento urbano adote uma perspectiva interseccional, visando a construção de cidades mais democráticas e justas, através do reconhecimento das diferentes experiências de gênero, raça, classe e outras identidades.

O urbanismo feminista vai além das críticas ao modelo tradicional, busca soluções práticas para criar espaços urbanos mais inclusivos e seguros, de acordo com Monteiro (2020) argumenta que questões como iluminação pública adequada, transporte coletivo seguro e acesso a equipamentos urbanos são fundamentais para a vivência plena de mulheres nas cidades. Fischer (2000), por sua vez, destaca que essa abordagem não se restringe à infraestrutura física, mas investiga como as dinâmicas de poder, trabalho e cuidado moldam as experiências femininas no ambiente urbano. Hayden (1980) trata o urbanismo como uma ferramenta de emancipação e justiça social, influenciando profundamente o debate sobre a cidade como um lugar para todos. Jane Jacobs (2011), em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, complementa ao destacar a importância da vitalidade urbana e da presença de “olhos na rua” como elementos centrais para a segurança e convivência.

Kern (2021) ressalta que mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+ ¹ enfrentam desafios específicos devido à confluência de discriminações. Essa perspectiva amplia o escopo do urbanismo feminista, reconhecendo a diversidade de experiências como elemento central para a construção de cidades verdadeiramente inclusivas, ou seja, coloca a interseccionalidade em um papel essencial no urbanismo feminista.

Além disso, o urbanismo feminista aborda a violência de gênero nos espaços urbanos, frequentemente associada à falta de planejamento inclusivo. Ambientes inseguros, como ruas mal iluminadas e praças desertas, não apenas aumentam a vulnerabilidade, mas refletem a reprodução de desigualdades de gênero. Nesse contexto, a obra de Jean Gehl (2010), que enfatiza o design de espaços centrados no ser humano, contribui ao destacar a importância de ambientes que incentivem o uso coletivo e seguro, alinhando-se aos objetivos do urbanismo feminista.

Portanto, o urbanismo feminista combina crítica social e propostas concretas para transformar o ambiente urbano. Ele desafia as abordagens convencionais, propondo um redesenho das cidades que reconheça as especificidades das mulheres e minorias de gênero, garantindo

¹ Esta é a sigla comum que reúne as diversas identidades de gênero e orientações sexuais. O "+" é usado para representar a inclusão de outras identidades e experiências que não estão diretamente representadas pelas letras da sigla, como por exemplo, pansexuais, demissexuais, gender fluid, etc.





que todos os habitantes possam exercer plenamente seu direito à cidade (Hayden, 1980). Essa abordagem representa uma oportunidade para repensar o espaço urbano como um local de convivência segura, democrática e igualitária.

3. CIDADES INTELIGENTES E TECNOLOGIA

Cidades inteligentes integram tecnologias digitais para otimizar a gestão e operação urbana, promovendo eficiência, sustentabilidade e qualidade de vida. Segundo Carvalho (2018), esse conceito envolve a utilização de inovações tecnológicas para melhorar a administração pública e os serviços urbanos. No entanto, é essencial que essas soluções sejam inclusivas, éticas e voltadas para a segurança. Tecnologias como iluminação pública inteligente, sistemas de monitoramento e aplicativos de denúncia podem prevenir crimes e mitigar problemas como a violência de gênero, desde que acompanhadas de políticas públicas que garantam acessibilidade, privacidade e participação cidadã.

Críticos das CI como Hollands (2008) e Marvin et al. (2016) argumentam que os modelos tradicionais priorizam eficiência econômica e tecnológica, muitas vezes negligenciando questões sociais, como desigualdades de gênero, raça e classe. Hollands (2008) aponta que "a retórica das cidades inteligentes frequentemente ignora a complexidade social das cidades, favorecendo interesses corporativos". Para enfrentar essas limitações, Carvalho (2018) e Cardullo e Kitchin (2018) defendem um enfoque mais humano e inclusivo, com co-criação de soluções tecnológicas em diálogo com as necessidades e os contextos culturais das populações.

Na América Latina, Bolívar (2020) destaca que as iniciativas de cidades inteligentes devem é importante levar em conta as desigualdades históricas da região e implementar políticas públicas que integrem tecnologia e promovam a inclusão social. O autor Jean Gehl (2010) reforça que a tecnologia deve ser um meio para humanizar os espaços urbanos e melhorar a qualidade de vida, enquanto Jane Jacobs (1961) argumenta que a interação comunitária e a complexidade social não podem ser substituídas por soluções tecnológicas.

4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS ESPAÇOS URBANOS

A violência de gênero nos espaços urbanos reflete desigualdades estruturais, limita o direito à cidade e afeta desproporcionalmente mulheres e minorias de gênero. Estudos, como os de Valentine (1989) e Low (2000), demonstram que os espaços públicos frequentemente





reproduzem hierarquias de gênero, restringindo a mobilidade urbana e a apropriação desses ambientes. Esses fatores impactam negativamente a qualidade de vida dessas populações.

Monteiro e Silva (2018) destacam que elementos como iluminação inadequada, infraestrutura precária e falta de vigilância intensificam a sensação de insegurança, especialmente em áreas economicamente desfavorecidas. Essa percepção é corroborada por estudos na América Latina, que revelam a maior exposição de mulheres pobres à violência urbana.

A perspectiva interseccional de Crenshaw (1991) contribui para entender como fatores como raça, classe e sexualidade agravam essas experiências. Em contextos latino-americanos, autoras como Falu (2016) apontam que a violência de gênero é tanto um reflexo quanto um mecanismo de manutenção de desigualdades estruturais. Assim, políticas públicas inclusivas tornam-se fundamentais para promover a equidade e a segurança nesses espaços.

A infraestrutura urbana exerce papel decisivo na mitigação da violência de gênero. Segundo Campos e Silva (2020), espaços com iluminação adequada, transporte público seguro e policiamento eficiente ampliam a sensação de segurança e a mobilidade das mulheres. Por outro lado, cidades mal planejadas intensificam a vulnerabilidade e limitam o acesso pleno ao direito à cidade.

Programas que buscam construir Cidades mais Seguras, conforme menciona Oliveira (2023), ilustram como a participação comunitária pode transformar a dinâmica urbana. Essas iniciativas promovem a criação de espaços mais inclusivos, ao engajar a população na construção de ambientes seguros e na mobilização social contra a violência. Além disso, a educação emerge como ferramenta essencial para prevenir comportamentos violentos e desconstruir estereótipos de gênero, como ressaltam Costa e Almeida (2020).

A urbanização, embora traga desafios, oferece oportunidades para transformar as cidades em agentes de equidade e justiça social. A violência de gênero nos espaços urbanos transcende questões de segurança pública, demandando políticas eficazes, infraestrutura inclusiva e uma cultura de respeito à diversidade. Como concluem Santos e Lima (2023), construir cidades seguras e igualitárias é essencial para garantir o direito à cidade, à dignidade e ao desenvolvimento sustentável para todas as pessoas, independentemente de seu gênero.

5. ESTUDOS DE CASO NA AMÉRICA LATINA

No contexto latino-americano, algumas cidades têm adotado tecnologias para aumentar a segurança e combater a violência de gênero em espaços públicos. A cidade do México, no México, por exemplo, implementou sistemas de iluminação inteligente em áreas de alta incidência de violência, combinados com câmeras de monitoramento conectadas a centros de





controle (Sánchez, 2020). Esses dispositivos permitem uma resposta rápida a incidentes, diminuindo a sensação de insegurança nas ruas, especialmente para mulheres. Essa tecnologia atua diretamente no fortalecimento da vigilância e no aumento da presença visível de segurança nas áreas mais vulneráveis (Sánchez, 2020).

Além disso, Buenos Aires, na Argentina, tem se destacado com o desenvolvimento de aplicativos móveis de segurança, como o *Alerta Buenos Aires*, que permite às mulheres enviarem sinais de socorro em tempo real. Esses aplicativos integram diretamente a população com os serviços de segurança e emergência, fornecendo uma resposta imediata em situações de risco. Com um simples toque no celular, as mulheres podem alertar as autoridades sobre assédios ou agressões, criando uma rede de proteção em tempo real (Soria & González, 2021). tem adotado mapeamento geoespacial para identificar as áreas com maior incidência de violência de gênero. A cidade também faz uso de dados geográficos permite que as políticas públicas de segurança sejam mais direcionadas, priorizando locais com maior vulnerabilidade e ajudando a alocar recursos de forma mais estratégica. Este tipo de análise de dados permite a identificação de padrões e a criação de soluções personalizadas para cada contexto urbano (López, 2018).

Em São Paulo, a implementação de plataformas digitais como o *Disque 180* reflete uma abordagem semelhante de integração entre tecnologia e políticas públicas, onde essas plataformas que permitem a denúncia anônima de violência doméstica e oferecem acesso a informações sobre serviços de apoio, proporcionando às mulheres uma forma segura de buscar ajuda sem a necessidade de se exporem a riscos. A solução também visa reduzir as barreiras físicas e psicológicas que muitas mulheres enfrentam para denunciar abusos (Silva, 2019).

No Rio de Janeiro, a segurança nos sistemas de transporte público tem sido um foco de inovação tecnológica. A instalação de sensores e câmeras de monitoramento nos ônibus e estações de metrô visa prevenir assédios e agressões contra mulheres. Com isso, a cidade busca criar um ambiente de transporte mais seguro, proporcionando a sensação de proteção e estimulando o uso público desses espaços por todas as pessoas, independentemente de gênero (Ribeiro, 2020).

Medellín, na Colômbia, adotou uma abordagem de monitoramento urbano integrado, utilizando câmeras e sensores, além de tecnologias de big data, para mapear áreas de risco de violência de gênero. Essa ferramenta permite uma resposta mais eficiente das autoridades, que podem antecipar e agir de forma preventiva em áreas identificadas como críticas. O uso desses dados ajuda a direcionar ações de segurança de maneira mais eficaz e estratégica (Hernández & Ramírez, 2022).

Em Montevideu, Uruguai, a preocupação com a segurança dos espaços públicos levou à instalação de sistemas de câmeras de alta definição e à inclusão de serviços de segurança





privada, com monitoramento digital em tempo real. Essas medidas buscam aumentar a segurança nas áreas mais frequentadas por mulheres, como praças e parques, melhorando a sensação de proteção em locais públicos (Martínez & Pérez, 2021). A combinação dessas tecnologias com a gestão pública visa garantir que as mulheres possam usufruir desses espaços sem receio de agressões ou assédios.

Essas iniciativas tecnológicas demonstram como as soluções digitais podem ajudar a enfrentar as desigualdades estruturais de gênero, tornando as cidades mais inclusivas e seguras. Ao integrar tecnologias de monitoramento, aplicativos de emergência e sistemas de dados, as cidades latino-americanas estão criando ambientes urbanos mais seguros e acessíveis para todas as pessoas, especialmente para mulheres e minorias de gênero, promovendo um urbanismo mais justo e igualitário.

6. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL

A violência de gênero permanece um problema estrutural no Brasil, conforme apontado pela Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo DataSenado em 2023. O levantamento revela que "62% das mulheres percebem o país como muito machista" (DataSenado, 2023, p. 4). Cerca de 30% das entrevistadas afirmaram ter sofrido violência doméstica, predominantemente psicológica (89%), moral (82%) e física (76%) (DataSenado, 2023, p. 13). Fatores como medo do agressor (73%), dependência financeira (61%) e impunidade (61%) contribuem para a subnotificação dos casos (DataSenado, 2023, p. 10).

Apesar de avanços como a Lei Maria da Penha, "51% das mulheres acreditam que ela protege apenas parcialmente as vítimas, enquanto apenas 29% consideram que oferece proteção efetiva" (DataSenado, 2023, p. 14). Mulheres negras e de baixa renda enfrentam maior exposição à violência e acesso limitado a serviços especializados, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam equidade racial e econômica e ampliem a infraestrutura em regiões periféricas (DataSenado, 2023, p. 27).

Tecnologias urbanas, como câmeras de vigilância, iluminação inteligente e aplicativos de denúncia, podem ser ferramentas eficazes para prevenir e mitigar a violência de gênero. O Observatório da Mulher contra a Violência (2023) destaca que "os instrumentos de proteção às mulheres são fundamentais para garantir a segurança e o amparo das vítimas de violência" (p. 45). Contudo, sua eficácia depende da integração com abordagens socioculturais que enfrentem desigualdades estruturais e fortaleçam a autonomia feminina. O relatório conclui que "transformar espaços urbanos em ambientes



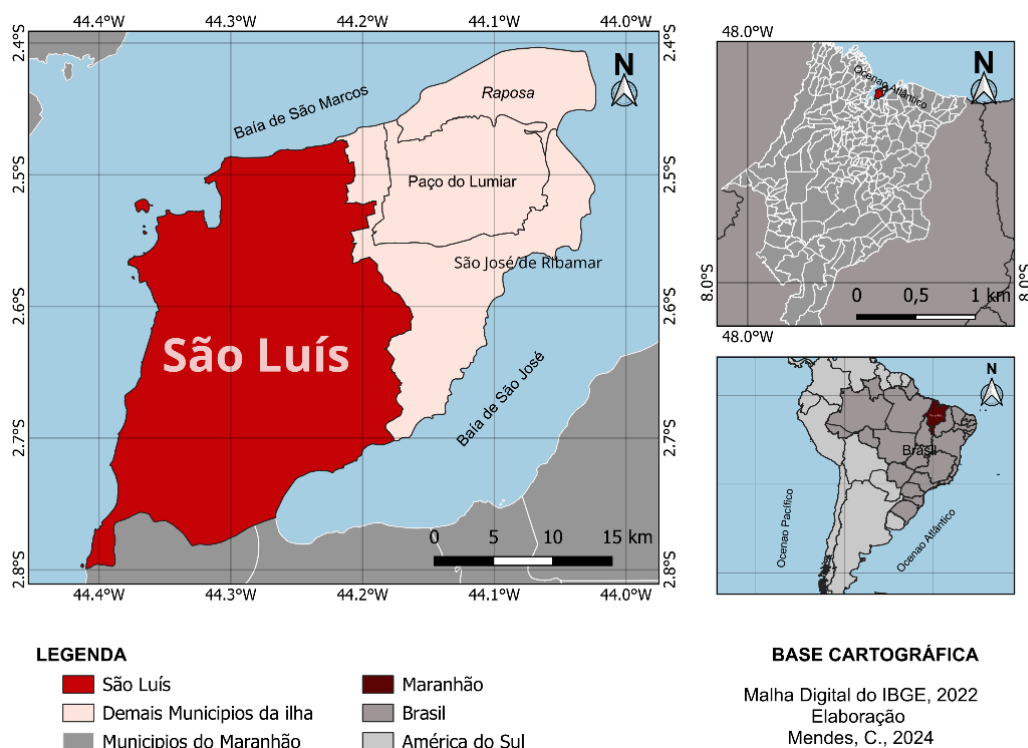


seguros exige a integração entre inovação tecnológica e políticas públicas inclusivas" (Observatório da Mulher Contra a Violência, 2023, p. 45).

7. CONTEXTUALIZAÇÃO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

São Luís, capital do estado do Maranhão, está situada na região Nordeste do Brasil, em uma ilha cercada pelas baías de São Marcos e São José. Possui uma população de 1.037.775 pessoas, com uma área territorial de 583,063 km². (IBGE, 2022). Foi fundada em 1612 por colonizadores franceses, a cidade foi posteriormente ocupada por portugueses e holandeses, acumulando uma rica diversidade cultural e histórica (Prefeitura de São Luís, 2023). Conhecida como a "Cidade dos Azulejos", devido à abundância de fachadas coloniais revestidas por azulejos portugueses, seu Centro Histórico foi reconhecido como Patrimônio Mundial da UNESCO em 1997, destacando-se como um dos mais preservados do país (UNESCO, 2023).

Figura 1 – Localização de São Luís do Maranhão.



Fonte: IBGE, 2022.

Além de seu patrimônio cultural, São Luís desempenha um papel estratégico no cenário econômico brasileiro, abrigando um dos principais portos do país, responsável por conectar grandes corredores de exportação (Prefeitura de São Luís, 2023). Contudo, como outras cidades





brasileiras, enfrenta desafios urbanos significativos, como desigualdade social, violência urbana e deficiências de infraestrutura (IBGE, 2022).

Essas questões têm motivado a implementação de iniciativas de modernização, como o MPMSLZ, que visa transformar a cidade em um modelo de inovação tecnológica, sustentabilidade e inclusão social (Prefeitura de São Luís, 2023). Essas ações buscam equilibrar a preservação de seu rico patrimônio histórico com soluções modernas para os desafios do século XXI.

8. ANÁLISE DO MPMSLZ DE SÃO LUÍS

A análise da minuta do plano revelou inovações tecnológicas voltadas para segurança urbana, como monitoramento digital e iluminação inteligente. Contudo, essas diretrizes carecem de uma abordagem específica sobre violência de gênero. Embora as tecnologias sejam promissoras, a ausência de um foco claro limita sua eficácia em enfrentar os desafios enfrentados por mulheres e minorias de gênero.

A MPMSLZ possui XIV Capítulos com 68 Artigos que tratam dos seguintes temas: *disposições preliminares; dos princípios, diretrizes e propósitos de sustentabilidade; dos objetivos da cidade inteligente (OCI); das metas e iniciativas da cidade inteligente; do sistema de gestão e governança da cidade inteligente; das infraestruturas inteligentes da comunidade; da privacidade e da segurança cibernética nas iniciativas da cidade inteligente; do uso de sistemas de inteligência artificial nas iniciativas da cidade inteligente; do programa Sandbox são luís; do “anexo orçamentário da cidade inteligente; do fundo municipal da cidade inteligente; do fomento à economia criativa; do intercâmbio de experiências e da capacitação contínua dos servidores públicos da cidade inteligente; disposições finais*. Este plano está em processo de avaliação das contribuições desde o final de 2023 para posteriormente seguir para a aprovação.

A MPMSLZ apresenta estratégias tecnológicas para transformar a capital maranhense em uma cidade inteligente, com foco na inclusão social, sustentabilidade e segurança urbana. Entre as ações propostas, destacam-se a implementação de iluminação inteligente, sistemas de videomonitoramento e ferramentas de mobilidade tecnológica. Contudo, embora o plano aborde a segurança pública e a proteção de grupos vulneráveis, não incluem diretrizes específicas para o enfrentamento da violência de gênero, uma lacuna importante considerando as necessidades de mulheres e minorias de gênero.

A ausência de medidas direcionadas, como sistemas de alerta rápido, parcerias com ONGs especializadas e campanhas de conscientização, limita a efetividade do plano em abordar essa questão. Além disso, embora o Escritório de Inteligência de Dados, previsto na Seção III,





proponha centralizar e monitorar informações municipais, é necessário regulamentar o uso ético dos dados coletados, garantindo privacidade e segurança cibernética. Sugere-se, ainda, a inclusão de indicadores específicos sobre gênero para avaliar o impacto das ações, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e 16, que promovem a igualdade de gênero e a construção de sociedades pacíficas.

A integração de soluções tecnológicas, como aplicativos de denúncia e redes de apoio, pode contribuir significativamente para a segurança de mulheres e populações vulneráveis, desde que acompanhada de uma abordagem ética e inclusiva. As ações propostas devem ser acompanhadas por governança participativa, participação popular e monitoramento constante, permitindo que São Luís avance como uma referência em gestão urbana inteligente e equitativa.

A MPMSLZ possui um potencial significativo para enfrentar a violência de gênero nos espaços urbanos, especialmente ao incorporar tecnologia, inclusão digital e políticas de segurança. No entanto, sua eficácia depende de uma abordagem mais específica e sensível às questões de gênero. Ao incorporar treinamento, monitoramento direcionado e maior participação popular, o plano pode se tornar uma ferramenta transformadora no combate às desigualdades.

Para aprimorar o MPMSLZ e torná-lo mais inclusivo e eficaz no enfrentamento da violência de gênero, o Quadro 1:

Quadro 1 – Propostas e sugestões para o MPMSLZ.

Propostas	Objetivos
Incorporação da Perspectiva de Gênero	Inserir a violência de gênero como eixo específico nas políticas de segurança urbana, com medidas voltadas para mulheres e minorias de gênero.
Criação de Espaços Seguros e Inclusivos	Desenvolver zonas seguras em áreas de maior risco, equipadas com iluminação inteligente, câmeras de vigilância e policiamento visível.
Campanhas Educativas e de Conscientização	Promover campanhas permanentes sobre violência de gênero, focadas na prevenção e na igualdade, utilizando mídias digitais e tradicionais.
Aplicativos de Segurança	Implementar ferramentas digitais para denúncias anônimas, com geolocalização e alertas em tempo real, conectadas a autoridades e serviços de apoio.
Capacitação das Forças de Segurança	Oferecer treinamentos regulares às equipes de segurança, abordando formas humanizadas e eficientes de atuação em casos de violência de gênero.
Parcerias Estratégicas	Colaborar com ONGs e especialistas em gênero para criar estratégias específicas e promover ações comunitárias direcionadas.
Análise de Dados sobre Violência	Utilizar big data para mapear áreas de maior vulnerabilidade e direcionar recursos estratégicos de forma mais eficiente.
Monitoramento e Avaliação Contínuos	Estabelecer indicadores para medir a eficácia das ações, como aumento de denúncias e redução de incidentes.
Participação Feminina na Tomada de Decisões	Criar conselhos consultivos com representação feminina para garantir que as políticas urbanas atendam às necessidades das mulheres.
Aprimoramento da Mobilidade Urbana	Assegurar a segurança no transporte público por meio da instalação de câmeras, iluminação inteligente em pontos de parada e botões de emergência nos veículos.

Fonte: IBGE, 2022.





9. DESAFIOS E POTENCIALIDADES

A violência de gênero nos espaços urbanos da América Latina é uma questão persistente que compromete a segurança, a mobilidade e a autonomia de mulheres e minorias de gênero. Soluções tecnológicas, como sistemas de monitoramento, câmeras de segurança e aplicativos de denúncia, oferecem respostas rápidas e eficientes, mas levantam preocupações éticas relacionadas à privacidade, vigilância e controle de dados. A falta de regulamentação pode gerar abusos, reforçando desigualdades já existentes, especialmente para populações marginalizadas, como alerta Lefebvre (2000) ao discutir os riscos de uma “cidade panóptica”.

Embora as tecnologias possam reduzir a violência, sua implementação exige transparência, controle adequado dos dados e uma perspectiva interseccional que reconheça diferentes formas de opressão. Gehl (2010) e Hayden (1980) defendem que segurança e liberdade devem coexistir, enquanto Kern (2021) destaca a importância de evitar que soluções tecnológicas reforcem exclusões sociais. Além disso, é crucial considerar desigualdades socioeconômicas, já que muitas mulheres não têm acesso a dispositivos ou à internet de qualidade, limitando a eficácia dessas ferramentas em contextos vulneráveis.

Assim, a integração entre tecnologia e urbanismo deve ser acompanhada de regulamentações claras que garantam acessibilidade, respeito à privacidade e adaptação às realidades locais. Aplicativos de denúncia, por exemplo, mostram-se eficazes para conectar vítimas a serviços de apoio, desde que implementados com responsabilidade social, portanto, a construção de cidades mais inclusivas e seguras depende de um enfoque ético e estratégico, que equilibre inovação tecnológica com justiça social.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades inteligentes têm o potencial de mitigar a violência de gênero nos espaços urbanos da América Latina, desde que suas tecnologias sejam integradas a políticas públicas inclusivas e direcionadas. Planos como o MPMSLZ de São Luís precisam incorporar abordagens de gênero em suas diretrizes de segurança, garantindo que mulheres e minorias de gênero usufruam plenamente do direito à cidade. Para isso, é essencial que as iniciativas contem com pesquisas participativas envolvendo populações diretamente afetadas, além de monitoramento contínuo das tecnologias implementadas e de suas implicações para segurança e privacidade.

Ferramentas como sistemas de vigilância inteligentes, aplicativos de denúncia e plataformas de mobilização social têm demonstrado eficácia na prevenção e resposta à violência de





gênero. Essas tecnologias oferecem suporte às vítimas ao disponibilizar informações sobre direitos, acesso a canais de comunicação com autoridades e conscientização pública sobre o problema. No entanto, o uso dessas soluções requer respeito à autonomia individual, garantias de privacidade e regulamentação ética que evitem abusos ou discriminações, especialmente no manejo de dados sensíveis.

A integração de tecnologias como Internet das Coisas (IoT) e inteligência artificial possibilita intervenções em tempo real, enquanto o desenho urbano pode prevenir a violência ao criar ambientes mais seguros e inclusivos. Para que essas ferramentas sejam eficazes, é necessário envolver comunidades locais em sua concepção e avaliar continuamente sua adequação ao contexto social. Assim, iniciativas tecnológicas devem ser complementadas por campanhas educativas e estratégias voltadas à igualdade de gênero, promovendo cidades mais inclusivas, resilientes e comprometidas com o respeito aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 37122:2020 - Indicadores para Cidades Inteligentes*. ABNT, 2020.

CAMPOS, A. A.; SILVA, M. R. **Violência de gênero em espaços urbanos: desafios e perspectivas**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 12, n. 2, p. 45-61, 2020.

CARVALHO, M. C. *Cidades Inteligentes e Desafios Urbanos no Século XXI*. São Paulo: Edusp, 2018.

COSTA, M. A.; ALMEIDA, T. F. **Educação e violência de gênero: uma análise das campanhas de conscientização**. *Revista Brasileira de Educação e Gênero*, v. 5, n. 1, p. 25-40, 2020.

FISCHER, F. *Citizens, Experts, and the Environment: The Politics of Local Knowledge*. Durham: Duke University Press, 2000.

GONZÁLEZ, A. *Violência de Gênero e Urbanismo: Uma Perspectiva Latino-Americana*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2019.

HERNÁNDEZ, A.; RAMÍREZ, L. **Innovación tecnológica en la seguridad urbana: el caso de Medellín**. *Editorial Universitaria*, 2022.

INSTITUTO DATASENADO. *Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher*. Brasília: Instituto DataSenado, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado>. Acesso em: 18 nov. 2024.

IBGE. **Estatísticas sobre desigualdade social e urbana no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.





KERN, L. *The Intersections of Gender, Race, and Urban Space: Critical Perspectives on Gendered Urbanism*. London: Routledge, 2021.

LIMA, R. S.; SILVA, J. P.; SOUZA, F. R. **Segurança urbana e igualdade de gênero: desafios e perspectivas**. *Revista de Políticas Públicas e Direitos Humanos*, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2021.

LÓPEZ, M. **Geografía urbana y violencia de género en Buenos Aires: mapeo de riesgos**. *Revista Latinoamericana de Urbanismo*, v. 22, n. 3, p. 145-160, 2018.

MARTÍNEZ, S.; PÉREZ, F. **Seguridad urbana y tecnologías de monitoreo: una mirada desde Montevideo**. *Revista de Políticas Urbanas*, v. 19, n. 2, p. 112-125, 2021.

MONTEIRO, L. *Urbanismo Feminista: Repensando as Cidades para Todas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Plano Municipal São Luís Inteligente - Consulta Pública**. São Luís: Prefeitura Municipal, 2023.

OLIVEIRA, L. F. **A importância da participação comunitária na segurança urbana: o caso das Cidades Seguras**. *Revista de Segurança Pública e Cidadania*, v. 9, n. 2, p. 30-50, 2023.

OLIVEIRA, L. F.; FERREIRA, S. M. **Cidades da Paz: uma análise da participação comunitária na segurança urbana**. *Revista de Políticas Públicas*, v. 10, n. 1, p. 15-30, 2022.

UNESCO. **São Luís: Patrimônio Mundial da Humanidade**. Disponível em: <https://whc.unesco.org>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ONU MULHERES. *Relatório sobre a violência contra as mulheres em espaços públicos*. 2021. Disponível em: <https://www.unwomen.org>. Acesso em: 18 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://sdgs.un.org>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PEREIRA, A. C.; SANTOS, R. P. **Urbanização e violência de gênero: um estudo de caso em grandes cidades brasileiras**. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 14, n. 1, p. 15-28, 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. *Plano Municipal São Luís Inteligente - Consulta Pública*. São Luís: Prefeitura Municipal, 2023.

MENDES, C. **Rede de transporte público de São Luís**. [Mapa]. São Luís: Autora, 2024. Digital.

RIBEIRO, A. **Tecnologia e segurança no transporte público: o caso do Rio de Janeiro**. *Revista de Estudos Urbanos*, v. 27, n. 1, p. 78-91, 2020.

SÁNCHEZ, P. **Tecnologías para la seguridad en el espacio público: el modelo de Cidade do México**. *Urbanismo y Sociedad*, v. 35, n. 4, p. 233-245, 2020.





SANTOS, R. P.; LIMA, T. C. **Cidades inclusivas e seguras: um caminho para a igualdade de gênero.** *Revista de Direitos Humanos e Políticas Públicas*, v. 8, n. 4, p. 85-100, 2023.

SILVA, C. **Plataformas digitais para denúncias de violência doméstica em São Paulo.** *Revista de Direito e Cidadania*, v. 14, n. 2, p. 65-79, 2019.

SORIA, D.; GONZÁLEZ, R. **Aplicativos de segurança e resposta rápida: um estudo de caso em Buenos Aires.** *Journal of Urban Technology*, v. 15, n. 3, p. 98-112, 2021.





COMO MODOS DE PENSAR IMPLICAM EM MODOS DE VIVER A PARTIR DA OBRA *MONOCULTURAS DA MENTE* DE VANDANA SHIVA

Isnara Maria Frazão dos Santos¹

Graduada em Filosofia Licenciatura Plena – UFMA

Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA

Isnarafracao@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Flavio Luiz de Castro Freitas²

Professor Doutor do departamento de Filosofia – UFMA

Professor Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – UFMA

flavio.luiz@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho³

Professora Doutora do departamento de Filosofia – UFMA

Professora Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – UFMA

zilmara.jvc@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O objetivo do presente trabalho consiste em investigar como um modo de pensar implica em um modo de viver a partir da análise do capítulo I da obra *Monoculturas da Mente* de Vandana Shiva. Para o aprimoramento deste trabalho o método utilizado é a análise de texto, tendo como obra principal o texto supracitado, em que enfatizaremos o capítulo I, intitulado *Monoculturas da mente*. Nesta obra, Vandana Shiva investiga as causas do desaparecimento da diversidade e os desafios para sua preservação. Ela argumenta que as monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição, que é descrita como progresso e desenvolvimento por essa mentalidade. Portanto, a mentalidade monocultural consiste em uma forma única de pensar, viver e produzir, que elimina a diversidade e a resiliência. Essa perspectiva desvaloriza e exclui outros saberes, como os tradicionais e locais, enfraquecendo a capacidade das sociedades de enfrentar desafios globais e locais, como mudanças climáticas, desigualdade social e perda de biodiversidade. Contudo, trataremos primeiramente de examinar as bases epistemológicas que sustentam e promovem essa ideia de uniformidade no pensamento. Desse modo, buscaremos refletir acerca da relação entre a colonização intelectual e cultural, em que o conhecimento dominante marginaliza a pluralidade de perspectivas e conhecimentos que poderiam enriquecer e diversificar nossa compreensão do mundo e nossa capacidade de responder a seus problemas. Portanto, compreender a relação necessária entre modos de pensar e modos de viver é um passo significativo para possibilitar o vislumbre de novas alternativas de vida para além da colonização mental pelo uno/mono que deslegitima a possibilidade de outros modos de vida.

Palavras-chave: Vandana Shiva; Monocultura das Mentes; Diversidade; Uniformidade.

¹ Integrante do grupo Teoria da Afetividade na Idade Moderna e Filosofia das PSIS. Bolsista CAPES, desenvolvendo pesquisa acerca das implicações ético-políticas do desejo no Espinosa do Deleuze. E-mail: isnara.fraza@discente.ufma.br. ORCID: 0009-0002-0682-3502.

² Líder do Grupo Teoria da Afetividade e Filosofia das PSIS. E-mail: flavio.luiz@ufma.br. ORCID: 0000-0002-7648-0341.

³ Bolsista de estímulo à produtividade FAPEMA (03677/2023). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Kant (GEPI Kant/UFMA) E-mail: zilmara.jvc@ufma.br. ORCID: 0000-0003-1991-0250.





1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho consiste em investigar como modos de pensar implicam em modos de viver a partir do conceito de monoculturas da mente de Vandana Shiva. Nesse sentido tomamos como base o capítulo I da obra *Monoculturas da mente*, em que a autora amplia o conceito de monocultura, pensando não apenas como um modelo agrícola, mas compreendendo que as monoculturas ocupam primeiro a mente e depois são transferidas para o solo, isto é, a uniformidade ou a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e de viver. Desse modo, a mentalidade monocultural consiste em uma matriz de pensamento de colonização mental pelo uno/mono que deslegitima a possibilidade de outros modos de vida, implicando sempre em modelos de produção que destroem a diversidade.

A monocultura, do ponto de vista agrícola, é um modo de produção em que se cultiva uma única espécie em uma grande área durante um período prolongado. Esse método é utilizado na agricultura industrial, visando unicamente objetivos de mecanização e maximização do rendimento de uma única colheita. Esse método de produção tem várias consequências negativas: ela reduz a biodiversidade; promove a erosão do solo devido à falta de rotação de culturas e esgota os nutrientes rapidamente, o que leva à dependência de insumos químicos.

Além disso, a homogeneidade genética das plantas as torna mais suscetíveis a pragas e doenças, já que a falta de diversidade genética impede a resistência natural, pois além de produzirem uma única espécie, existe também a padronização genética dela. Essa maior necessidade de fertilizantes e pesticidas artificiais, causam mal não só para o solo, as plantas e animais, mas também para nós. Portanto, a monocultura tem uma perspectiva reducionista da agricultura, exigindo da terra unidade, mas o que a natureza fornece é multiplicidade, diversidade, abundância.

Nessa perspectiva, descreveremos os prejuízos da monocultura enquanto modelo agrícola, identificando o cerne que fundamenta esse modelo, seu modo de operar; seus objetivos; o que se entende como válido e útil, entre outros elementos que caracterizam a monocultura. Em seguida investigaremos qual a matriz de pensamento que fundamenta esse modelo agrícola, isto é, quais são as bases epistemológicas que endossam um modo de vida monocultural.

Desse modo, ao tratarmos de Monoculturas da mente a partir de Vandana Shiva, pensamos muito mais do que um modelo agrícola, mas sim uma ideologia dominante, que se coloca como solução universal para todos os modos de vida, para comunidades locais, independente das singularidades geográficas, do ecossistema, do clima, das especificidades e demandas das populações instaladas com organizações sociais e políticas próprias, dos saberes coletivos





milenarios de cultivo da terra e da relação de respeito e integração que a comunidade tem com a biodiversidade daquele local.

Portanto, a monocultura da mente se caracteriza como um controle ideológico, socio-cultural e econômico que devasta florestas diversas e saberes milenarios. Além disso, tem como base uma epistemologia ocidental que implica na exclusão de qualquer alternativa de vida que não segue esse modelo de colonização mental. Sendo assim, esse modelo sufoca as possibilidades alternativas de um outro modo de vida que não esteja afastado da nossa própria realidade, e que esteja em sintonia com as demandas locais.

Nessa perspectiva, as monoculturas da mente constituem a principal ameaça à vida em meio à diversidade. Visto que, para enxergarmos modos de vida alternativos requer a adoção da própria diversidade como uma forma de pensar e mover a vida prática de modo a permitir o surgimento de muitas opções.

2. PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS DA MENTALIDADE MONOCULTURAL

Tratar acerca das implicações práticas de uma base epistemológica requer a investigação crítica dos impactos das perspectivas emergentes. Após a revolução científica no século XVI, não faltou quem questionasse acerca dessa nova ciência⁴, que se colocou como saber hegemônico, deslegitimando toda a diversidade de saberes locais. Para problematizar o monopólio hegemônico do sistema de saber ocidental, destacamos o conceito de monoculturas da mente da filósofa Vandana Shiva.

A monocultura das mentes consiste na imposição de um único tipo de conhecimento, considerado universal e válido para todas as sociedades, o que resulta na marginalização de saberes diversos e na exclusão de perspectivas alternativas. Vandana entende que a ciência é um processo social e cultural moldado pela visão do mundo e pelos objetivos da comunidade a que serve, nessa perspectiva, afirma Vandana Shiva:

⁴ Em 1949 a academia de Dijon propôs a seguinte questão: o progresso das ciências e das artes contribuirá para purificar ou para corromper os nossos costumes?. Para responder essa questão, o filósofo Jean-Jacques Rousseau propôs outras questões como: há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática?

Já no século XX, no capítulo IV da obra *O mal estar na civilização* (1929) Freud constata que apesar do progresso técnico, e da subjugação das forças da natureza, a ciência não foi capaz de nos trazer felicidade. Segundo Freud, não houve nenhum ganho, pois, a ciência se ocupa de trazer soluções para os problemas que ela mesmo criou.





Em geral, os sistemas ocidentais são considerados universais. No entanto, o sistema dominante também é um sistema local com sua base social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas a versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores. (Shiva, 2018, p. 21).

Desse modo, este sistema dominante consiste em uma tradição local que foi globalizada, de modo violento, entretanto se apresenta como uma tradição universal e superior aos sistemas locais. Sendo assim, essa forma violenta de se estruturar, legitima uma prática agressiva pela qual transformam a natureza e a sociedade, se impondo sempre de modo superior e dominante e deslegitimando sistemas alternativos. O primeiro passo para violência contra os saberes locais é justamente não considerá-los um saber, tal como afirma Vandana:

A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber dominante do ocidente. A própria distância elimina os sistemas locais da percepção. Quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça, negando-lhe o status de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos de “primitivo” e “anticientífico”. Analogamente o sistema ocidental é considerado o único “científico” e universal (Shiva, 2018, p. 22-23).

Dentro dessa perspectiva, a forma de caracterizar os saberes locais como primitivo e anticientífico, tem mais relação com o poder do que com a qualidade do saber. Assim, o saber predominante se afirma enquanto norma e marginaliza todos os outros saberes que se estruturam de um outro modo e que implicam em uma outra prática. Através dessa exclusão das alternativas, os sistemas ocidentais de saber se fecharam também ao exame e a avaliação da sua qualidade, criando assim um monopólio exclusivo do conhecimento, mesmo que seu projeto traga prejuízos, seu modo de funcionamento consiste na perspectiva de que: “a ciência ocidental moderna não deve ser avaliada, deve ser simplesmente aceita” (Shiva, 2018, p. 24). Assim, o conhecimento válido se reduz a dados mensuráveis e quantificáveis, como defendido pelo cientificismo e positivismo.

Além disso, um dos fundamentos epistemológicos da monocultura das mentes é o dualismo, que separa o mundo em dicotomias como mente/corpo, sujeito/objeto, natureza/cultura, razão/sensibilidade. Essa perspectiva cria uma hierarquia de conhecimento, onde a racionalidade científica é vista como superior a outras formas de saber, especialmente aquelas que integram a experiência subjetiva e o contexto cultural.

A agricultura industrial, os monopólios de sementes e as patentes de sementes baseiam-se numa visão mais ampla do patriarcado capitalista que nasceu da ilusão de que a natureza é matéria morta ou inerte e que as mulheres são passivas - são corpos sem mentes. Como disse Descartes, homens poderosos "são coisas pensantes sem corpos". Tendo definido a natureza como morta e as mulheres como não criativas e improdutivas, o patriarcado capitalista apropria-se do que a natureza e as mulheres criam





e produzem e apresenta-o como se fosse criado por uma construção morta, o "capital" (Shiva, 2018, p. 117-118)

Este dualismo também reforça a alienação entre o ser humano e a natureza, promovendo uma visão instrumental da realidade em que a natureza é tratada como um objeto de exploração. Essa matriz de pensamento implica em um modo de vida que considera a sociedade, os seres humanos e a natureza como objetos a serem manipulados, nesse sentido afirma Vandana:

De fato, todas as emergências estão enraizadas na visão de mundo industrial, mecanicista, militarista, antropocêntrica e patriarcal de que os seres humanos são separados da natureza e superiores aos outros seres, que eles podem possuir, manipular e controlar para obter lucro e poder; que os homens são superiores às mulheres; que os brancos são superiores às outras diversas cores da humanidade. As crises globais são interligadas e também enraizadas em um modelo econômico baseado no extrativismo, na ilusão de crescimento interminável e na ganância ilimitada, que sistematicamente viola a integridade das espécies e os limites do ecossistema. (Shiva, 2018, p. 123)

Contudo, a imposição dessa matriz de pensamento está intimamente ligada à colonialidade do saber, que consiste na imposição de epistemologias ocidentais como universais, deslegitimando saberes locais. Essa colonialidade intelectual é um dos legados do colonialismo, que não só dominou territórios, mas também impôs uma monocultura do pensamento, marginalizando as cosmologias dos povos colonizados. Contudo a monocultura da mente envolve sempre a imposição de um modelo epistemológico que desconsidera a pluralidade de perspectivas.

Portanto, ao suprimir a diversidade e a interculturalidade, promovendo uma forma única de conhecimento e racionalidade, essa matriz de pensamento naturaliza hierarquias culturais e intelectuais, fazendo parecer que a superioridade do conhecimento científico ocidental é uma consequência inevitável do progresso humano. Isso mascara os processos históricos de violência, colonização e dominação que levaram à imposição desse modelo único de conhecimento, apresentando-o como um desenvolvimento natural e inquestionável.

As monoculturas são fontes de escassez e pobreza, tanto por destruir a diversidade e as alternativas quanto por destruir o controle descentralizado dos sistemas de produção e consumo. A diversidade é uma alternativa à monocultura, à homogeneidade e à uniformidade, à diversidade enquanto maneira de pensar e enquanto maneira de viver, é necessária para superar o empobrecimento gerado pelas monoculturas mentais.

3. OS SISTEMAS DE SABERES

O saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de





plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante destrói a existência de ideias alternativas, assim como à introdução de monoculturas, destroem as próprias condições de existências de diversas espécies. As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, da realidade prática. Portanto, a instalação da monocultura destrói a biodiversidade das florestas, a diversidade política e qualquer tipo de multiplicidade.

Nessa perspectiva, existe uma narrativa que, apesar de reconhecer os malefícios de um modo vida, busca justificar a adoção do mesmo sistema afirmando que não há alternativas embora se trate de um sistema totalmente insustentável, esta se coloca como a única possibilidade. Vandana chama essa narrativa de *Síndrome FALAL* - falta de alternativas - em oposição a essa perspectiva afirma Shiva:

O desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas - e leva à síndrome FALAL (falta de alternativas). Com que frequência, nos tempos de hoje, o extermínio completo de natureza, tecnologia, comunidades e até de uma civilização inteira não é justificado pela "falta de alternativas"? As alternativas existem, sim, mas foram excluídas. Sua inclusão requer um contexto de diversidade. Adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções (Shiva, 2018, p. 15).

Sendo assim, a mentalidade monocultural destrói a diversidade e as alternativas à medida que consiste na centralização e uniformização dos sistemas de produção e consumo. Contudo, diversidade é uma alternativa à monocultura, à homogeneidade e à uniformidade. As diversidades natural e cultural são fontes de riquezas alternativas “a diversidade enquanto maneira de pensar e enquanto maneira de viver, é necessária para superar o empobrecimento gerado pelas monoculturas mentais” (Shiva, 2018, p. 19).

Portanto, existe uma relação entre a preservação da diversidade e a produção de alternativas, isto é, manter vivas as formas alternativas de produção. Entretanto, a ciência e os modelos de produção se submeteram ao poder e interesses econômicos e políticos⁵, que implicam diretamente na assunção do modelo agrícola. Nessa perspectiva, destacamos que a monocultura não se dissemina porque é uma boa técnica agrícola, por aumentar a produção, mas sim por aumentarem o controle, pelo o que é considerado útil por um pequeno grupo e não pela comunidade que é afetada pelo sistema agrícola de diversas formas, visto que se relacionam com a natureza visando muito mais do que um objetivo reducionista da natureza.

⁵ Na obra *Um discurso sobre as ciências* (1987) Boaventura afirma que a industrialização da ciência acarretou o compromisso de centros de poder econômicos, sociais e políticos, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas.





As lentes do sistema do uno não consegue extrair multiplicidade da floresta, implicando em uma relação reducionista com a natureza, e antidemocrática do ponto de vista político, visto que não considera as especificidades nem das florestas de cada comunidade, nem dos impactos que um sistema monocultural tem nessas comunidades. Assim, a expansão das monoculturas está mais relacionada com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção agrícola.

A forma pela qual as comunidades locais conseguem extrair da natureza tudo para a manutenção da vida, não consiste em uma perspectiva reducionista ou focada em visar o lucro, pois sabem que a floresta vale mais viva, do que morta.⁶ Contudo, não é possível tratar as coisas como se estivessem dissociadas, visto que não é possível alcançar um modo de vida sustentável com uma prática que atenda o que é útil sob o horizonte da comunidade, de modo democrático, e não à luz do lucro, enquanto mantermos uma mentalidade monocultural do ponto de vista epistemológico. Nesse sentido, afirma Santos:

Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (Boaventura, 1987, p. 58).

Portanto, é necessário que surja uma ciência emergente (1987) que supere esse paradigma que produz um modo de vida totalmente insustentável para o planeta; e que não atende as demandas sociais de modo democrático. Vandana Shiva fez diversos estudos acerca das tecnologias agrícolas milenares utilizadas pelas comunidades locais da Índia, sendo as mulheres as maiores detentoras desses saberes de manutenção da vida. A partir desses estudos apontaremos brevemente uma perspectiva alternativa à mentalidade monocultural, e ainda como esses métodos que são tidos como primitivos pelo sistema dominante, são na verdade mais abundantes do que as práticas do saber que, como visto, além de se tratar de um modo de vida insustentável, que não atende as demandas democráticas pois visa o lucro e não o produto vivo da floresta, ainda é um sistema menos produtivo do que outras alternativas diversas de produção.

⁶ As práticas que derivam de uma mentalidade monocultural utiliza da natureza em seu estado morto, como por exemplo na extração de madeira, lenha, celulose entre outros produtos. Enquanto que as comunidades locais se utilizam da natureza extraindo forragem, combustível, fertilizante, alimento, óleos, fibras para a fabricação de objetos, enquanto a floresta está viva, a vida da floresta é a garantia da sua sua qualidade de vida, logo a qualidade de vida da comunidade depende da floresta. enquanto do ponto de vista da economia hegemonia o lucro, o objetivo da relação com a natureza residem na morte da floresta. O uno e o mono sempre indicam a morte.





4. QUEM SABE O VALOR DA FLORESTA?

Dado o que já foi exposto acima, os efeitos práticos dessa mentalidade nos fazem questionar se esse é de fato o melhor modelo; e se não é possível encontrarmos alternativas diversas que nos torne capazes de lidar com a abundância e diversidade da natureza, visto que essa perspectiva exclui plantas e animais, e desequilibra não apenas os ecossistemas naturais, mas também comunidades locais que vivem de forma integrada com a natureza.

Os estudos da Vandana apresentam como riqueza a experiência prática das mulheres indianas em suas lutas pela manutenção da vida e preservação da biodiversidade contra as monoculturas. As mulheres são as grandes responsáveis pela manutenção da vida, e têm o conhecimento de uma tecnologia que consegue extrair muito mais da floresta do que apenas um produto e com muito mais abundância, elas sabem o real valor da floresta viva, visto que pensam para além do reducionismo da mentalidade cultural. Através do movimento Chipko⁷ podemos observar claramente as diferentes perspectivas de pensar a utilidade da floresta, durante este movimento foram as mulheres que continuaram a lutar contra a exploração das florestas, não importava se a floresta estava sendo destruída por outros ou por seus próprios maridos. O movimento sofreu várias tentativas de intimidação, durante uma dessas tentativas as mulheres responderam o seguinte:

Vimos ensinar silvicultura a vocês. E ele respondeu: "mulheres tolas! Como vocês, que querem impedir o corte das árvores, podem saber o valor da floresta? Vocês sabem o que as florestas produzem? produzem lucro, resina, madeira e as mulheres imediatamente cantaram em coro: o que as florestas produzem? solo, água, ar puro, solo, água, ar puro, sustentam a terra e tudo o que ela produz." (Shiva, 2024, pg. 40).

Contudo, se por um lado a mentalidade do sistema dominante visa objetivos artificiais, de lucro para o saber local, especificamente para aquelas mulheres, a floresta tem objetivos reais. "Para as mulheres, porém, as florestas são alimento, não na morte, mas na vida" (Shiva, 2024, pg. 35). Para demonstrar as lentes pelas quais as mulheres do movimento Chipko enxergavam a floresta destacamos a classificação dos 5 Fs que é dado para aquelas árvores que

⁷ O Movimento Chipko foi uma ação ambientalista iniciada na Índia em 1973, especialmente na região do Himalaia. O nome *Chipko* significa *abraçar* em hindi, e o cerne do movimento estava em mulheres locais literalmente abraçarem as árvores para protegê-las do desmatamento indiscriminado causado por interesses comerciais. O movimento iniciou em resposta à exploração comercial das florestas, que gerava degradação ambiental e ameaçava a subsistência das comunidades locais, ele resultou na proibição do corte de árvores em várias áreas do Himalaia por cerca de 15 anos, e se tornou um símbolo de resistência ambiental e inspirou movimentos ecológicos em todo o mundo. Através desse movimento a Vandana argumenta que as mulheres têm um papel essencial na proteção do meio ambiente, pois seu vínculo com a terra e os recursos naturais está enraizado em práticas de cuidado e preservação. Para Shiva, o movimento Chipko demonstra como mulheres resistem não apenas à destruição ambiental, mas também às estruturas de poder patriarcais.





conseguiam oferecer uma diversidade de utilidades, na perspectiva Chipko as espécies do 5 Fs eram aquelas que forneciam: *Food, fodder, fertilizer, fiber, fuel* (comida; forragem; fertilizantes; fibra; combustível). Nesse sentido, as camponesas de Garhwal, por exemplo, sabiam que as monoculturas de pinheiros não tinham condições de realizar as múltiplas funções de fornecer água e conservar o sol, nem de prover as diversas comunidades com espécies que possam servir de alimento, forragem, fertilizantes, fibras e combustíveis.⁸

Contudo quem enxerga a florestas com as lentes da manutenção da vida e necessidades reais, consegue extrair dela diversas funcionalidades vitais, abundância e diversidade da qual o sistema ocidental nunca foi capaz de fazer devido a sua perspectiva reducionista e uniforme do mundo, nessa perspectiva afirma Vandana:

Os agricultores indianos sempre souberam que as leguminosas fixam o nitrogênio; enquanto isso, o Ocidente estava industrializando a agricultura baseada no nitrogênio sintético. Enquanto consumíamos uma variedade de lentilhas nas nossas refeições diárias ("dhal-roti"), os britânicos, que não tinham ideia do rico valor nutricional das leguminosas, reduziam-nas a ração animal - chana virou grão-de-bico, gahat virou feijão kulthi e toor virou feijão-guando. (Shiva, 2024, p. 110-111).

Sendo assim, o modo de vida que advém do sistema dominante não é capaz de lidar com a multiplicidade da natureza, visto que estas não são as suas lentes de enxergar a realidade. Além disso, a prática monocultural expressa em muitos momentos uma forma vulgar de avaliar a produtividade, visto que, o fato de extrair em grande quantidade um mesmo produto não significa necessariamente mais ganhos. O fato de haver uma uniformidade na plantação torna a espécie mais suscetível a pragas, isto não ocorre quando é mantida a biodiversidade da natureza; as diferentes espécies em rotatividade no solo, o torna mais fértil, assim os produtos extraídos da diversidade são mais ricos do que aqueles que são produzidos por um solo monocultural.

Nessa perspectiva, destacamos uma tabela comparativa em que Vandana compara as implicações agrícolas do sistema local e do sistema dominantes considerando suas características e sustentabilidade:

⁸ As monoculturas de pinheiros, assim como as monoculturas de eucalipto, que são árvores que não fazem parte do clima local, demanda muito mais água do que as árvores próprias do solo, assim, a monocultura de eucalipto significou a seca dos rios, falta de água para comunidade que utilizavam do rio para diversas atividades, e ainda, falta de tudo o que a comunidade extraía das árvores próprias daquela localidade. Assim, o eucalipto destruiu o ciclo da água nas regiões áridas porque tem alta necessidade de água e não produz húmus que é um mecanismo da natureza para conservar água.





Tabela 1 – Comparativo das implicações agrícolas do sistema local e do sistema dominantes

SISTEMA LOCAL	SISTEMA DOMINANTE
1. Silvicultura e agricultura integradas	1.Silvicultura e agricultura separadas.
2. Os sistemas integrados têm produções multidimensionais. As florestas produzem madeira, forragem, água etc. A agricultura produz uma grande diversidade de safras de alimentícias.	2. Todo sistema separado torna-se unidimensional. As florestas produzem apenas madeira comercial. A agricultura produz somente safras comerciais.
3. A produtividade do sistema local é uma medida multidimensional, que tem um aspecto de preservação.	3. A produtividade é uma medida unidimensional, sem nenhum vínculo com a preservação.
4. O aumento da produtividade nesses sistemas de saber leva ao aumento de produções multidimensionais e ao fortalecimento da integração.	4. o aumento da produtividade nesses sistemas de saber leva ao aumento de uma produção unidimensional ao romper as integrações e tomar o lugar das produções diversificadas.
5. Produtividade baseada na preservação da diversidade.	5. produtividade baseada na criação de monoculturas e na destruição da diversidade.
6. sistema sustentável.	6. Sistema insustentável.

Fonte: Vandana Shiva, 2018, p. 80.

A análise dos dados da tabela mostra que os sistemas integrados de silvicultura e agricultura são mais sustentáveis ao longo prazo porque eles diversificam a produção; oferecem uma gama de produtos e serviços (madeira, forragem, alimentos, serviços ecológicos, etc.); eles mantêm a biodiversidade que é essencial para a saúde do ecossistema e a resiliência ambiental, é também o que evita o ataque de praga; preservam os recursos naturais e promovem a sustentabilidade ao equilibrar a produção com a conservação do meio ambiente.

Por outro lado, os sistemas fragmentados e unidimensionais focam apenas em produtos comerciais, como madeira ou uma única safra agrícola, o que limita a diversidade e aumenta a vulnerabilidade a riscos ecológicos; destroem a biodiversidade e comprometem a sustentabilidade, levando à degradação do solo, escassez de água e perda de benefícios ambientais essenciais.





Em suma, a integração entre silvicultura e agricultura não só é mais produtiva em termos de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, mas também é fundamental para a sustentabilidade a longo prazo. Enquanto os sistemas fragmentados, focados em monoculturas, são insustentáveis e levam à degradação ambiental.

Portanto, apesar do modo de vida predominante sempre se eleger como o ideal, mais produtivo ou mais útil, a monocultura não é de alto rendimento por si só, o aumento das monoculturas eliminou a diversidade, erodindo o capital natural e social: "o impacto social e ecológico desse modelo falido empurrou o planeta e a sociedade para uma crise profunda"(Shiva, 2024, p. 90). A unidade e centralização não só levam à vulnerabilidade e ao colapso social e ecológico, e, também, não se adequam à realidade, que é diversa.

Contudo, o estudo acerca das monoculturas da mente expressa que o modo de vida que advém do sistema de saber hegemônico não produz um modo de vida sustentável que atenda de modo democrático às demandas das comunidades locais, assim como não é portador do melhor sistema para lidar com a biodiversidade e multiplicidade que é a natureza. Desse modo, o que para eles significa "matérias-primas para a indústria e o comércio; para a natureza e as mulheres, significa um novo empobrecimento, a destruição de meios de produção diversos pelos quais ambas asseguram alimento e água e reproduzem a sociedade" (Shiva, 2024, p. 44). Com isto, tem-se uma mentalidade diversa, que nos permite acessar uma diversidade de alternativas tanto do ponto de vista epistemológico, quanto do ponto de vista prático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos analisar as reflexões acerca da monocultura da mente a partir do pensamento de Vandana Shiva, enfatizando como essa perspectiva uniformizadora molda modos de pensar e, conseqüentemente, modos de viver. A análise dos impactos epistemológicos e práticos da monocultura revelou que essa mentalidade não só afeta o modo de produção agrícola, mas também transforma a relação entre os seres humanos e a natureza, subjugando a multiplicidade da vida e do conhecimento.

A monocultura da mente reflete uma matriz de pensamento colonial e dominadora, que estabelece uma visão reducionista do mundo ao considerar a natureza e os saberes locais como recursos ou saberes *inferiores*. Este sistema hegemônico impõe um único tipo de racionalidade, marginalizando saberes e práticas alternativas que poderiam oferecer soluções mais sustentáveis e integradas às demandas locais. A mentalidade monocultural, portanto, não se limita ao





campo da agricultura, mas se estende ao plano cultural, epistemológico e econômico, estabelecendo uma homogeneidade que ignora e desvaloriza a diversidade.

Conforme discutido, a diversidade, seja ecológica ou cultural, constitui uma alternativa fundamental à monocultura. Ao rejeitar a pluralidade e a interculturalidade, a monocultura da mente perpetua hierarquias e naturaliza a exclusão de outras formas de saber e modos de vida. Assim, através desta pesquisa consideramos que a preservação da diversidade não é apenas um aspecto técnico ou ecológico, mas um imperativo ético e epistemológico que, para construir alternativas viáveis que promovam um modo de vida sustentável e democraticamente precisam estar integrados às necessidades das comunidades.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Ed. Cortez, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Ed. Cortez, 2014.

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o estado**: São Paulo: Cosac e Naify, 2013.

DUSSEL, Enrique. Crítica do 'Mito da Modernidade'. In: _____. **1492 O encobrimento do outro**. Petrópolis, Rio de Janeiro: 1993.

HARVEY, David. **O problema da Globalização**. Revista Novos Rumos, (27). <https://doi.org/10.36311/0102-5864.13.v0n27.1954>.

SAHLINS, Marshall. A sociedade afluenta original (1972). In: **Cultura na prática**. Rio Janeiro: ed. UFMG, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VANDANA, Shiva. **TERRA VIVA: Minha vida em uma biodiversidade de movimento**. Tradução Marina Keter. – 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

VANDANA, Shiva. **MONOCULTURAS DA MENTE: Perspectivas Da Biodiversidade E Biotecnologia**. São Paulo: Ed. Gaia. 2018.





DESIGUALDADE DE GÊNERO E AUMENTO DO ÍNDICE DE “DESOCUPADAS” NO ESTADO DO MARANHÃO: OS IMPACTOS DA COLONIALIDADE NO DESEMPREGO FEMININO

Valéria Cristina Lopes dos Santos Souza

Cientista Social – UFMA
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
valeria.cristina@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Ester Avelar S. R Mariz

Advogada – OAB/MA
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
ester.mariz@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Ana Carolina Amorim Oliveira

Professora do Curso de Ciências Humanas/ Sociologia – UFMA
Professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – UFMA
oliveira.ana@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Márcia Manir Miguel Feitosa

Professora do Curso de Letras – UFMA
Professora do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – UFMA
marcia.manir@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este artigo investiga a relação entre colonialidade de gênero e desemprego feminino na contemporaneidade, com foco no Estado do Maranhão. Argumenta-se que a colonialidade de gênero influencia significativamente as dinâmicas do mercado de trabalho ao perpetuar desigualdades estruturais. Um ponto central da discussão é o uso inadequado da palavra "desocupadas" para designar mulheres fora do mercado de trabalho formal, terminologia amplamente utilizada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), base de dados utilizada no presente estudo. Propõe-se tensionar essa expressão, destacando a invisibilidade do trabalho informal e do cuidado não remunerado, atividades frequentemente realizadas pelas mulheres nas estatísticas analisadas. A pesquisa adota revisão de literatura e análise documental, incluindo dados históricos, estatísticos, notícias e produções acadêmicas. O critério de seleção concentra-se em materiais de relevância para o tema, cobrindo o período sociopolítico de 2023-2024. A questão central é como a colonialidade de gênero impacta o desemprego feminino. Para isso, fundamenta-se nas teorias de Aníbal Quijano (colonialidade do poder e divisão racial do trabalho), María Lugones (colonialidade de gênero), Judith Butler (precariedade e reconhecimento) e Heleieth Saffioti (patriarcado e opressões de gênero). Os resultados indicam que o mercado de trabalho feminino é estruturado por lógicas patriarcais e hierárquicas, afetando negativamente as mulheres e contribuindo para altos índices de desemprego, como demonstram os dados analisados no Estado do Maranhão.

Palavras-chave: Colonialidade; Gênero; Desemprego Feminino.





1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como escopo principal investigar a relação entre colonialidade de gênero e desemprego feminino na contemporaneidade, com foco específico no Estado do Maranhão. Para alcançar tal intento, articulamos as categorias gênero, desemprego e colonialidade de modo a argumentar que a colonialidade de gênero ainda influencia de forma significativa as dinâmicas do mercado de trabalho ao perpetuar desigualdades sociais estruturais. Além disso, buscamos levantar um questionamento acerca do uso inadequado da palavra “desocupadas” para designar mulheres que se encontram fora do mercado de trabalho formalizado. O referido termo se encontra amplamente utilizado na base dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), fonte de dados estatísticos utilizado na presente pesquisa. Desse modo, buscamos tensionar a terminologia “desocupadas” e suscitar a reflexão acerca da invisibilidade do trabalho informal e do trabalho de cuidado não remunerado, frequentemente realizado por muitas mulheres contempladas nas estatísticas. A revisão de literatura e pesquisa documental se dará a partir do levantamento de documentos históricos, dados estatísticos, notícias e produções acadêmicas relevantes que tratem acerca do tema proposto. O critério de seleção será baseado na relevância do tema e no período histórico delimitado entre os anos de 2023 e 2024, que compreende o contexto sociopolítico recente. Como questão de pesquisa, buscaremos entender como a colonialidade de gênero impacta no desemprego feminino. O objetivo é explorar a intersecção de gênero, desemprego e colonialidade, buscando respaldo nas teorias de Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do Poder e divisão racial do trabalho; María Lugones (2008) sobre a colonialidade de gênero; Judith Butler (2015) sobre precariedade e reconhecimento, e Heleieth Saffioti (1976) sobre o poder patriarcal e suas opressões contra o feminino.

A pesquisa em andamento revela que o mercado de trabalho feminino é estruturado de forma patriarcal e hierárquica, o que afeta negativamente as mulheres e contribui para o desemprego, conforme indicam os dados de desocupação no Maranhão. Ademais, argumentamos que a colonialidade de gênero ainda influencia de forma significativa as dinâmicas do mercado de trabalho, perpetuando desigualdades estruturais e invisibilizando o trabalho não remunerado e informal realizado por mulheres.





2. COLONIALISMO E COLONIALIDADE: DESIGUALDADE DE GÊNERO E SEUS EFEITOS CONTEMPORÂNEOS

O colonialismo moderno, ocorrido entre os séculos XV e XIX, se caracterizou pela dominação extensiva sobre territórios, culturas, políticas e economias de nações subjugadas, conhecidas como colônias. Neste contexto, as colônias eram governadas por um Estado metropolitano que exercia soberania sobre o território conquistado (Gonçalves e Ribeiro, 2018). Haja vista a exploração direta das colônias, bem como seu controle político e cultural, é possível afirmar que o colonialismo se manifestou de formas diversas ao longo dos séculos, bem como foi capaz de produzir uma série de impactos sociais, culturais e econômicos, sobretudo nos territórios subjugados.

Dentre as repercussões do colonialismo nas colônias, podemos citar a criação de desigualdades econômicas e sociais estruturais; a hibridização cultural, frequentemente acompanhada pela erosão das tradições locais, e a fragilização das dinâmicas políticas.

Tais efeitos não se limitaram ao período colonial, pelo contrário, continuam a influenciar a realidade atual sob novas formas. A dominação colonial ainda persiste nos dias de hoje através da colonialidade, um conceito que examina como as estruturas de poder e as desigualdades estabelecidas durante o período colonial continuam a influenciar o mundo contemporâneo.

A colonialidade, portanto, é uma espécie de continuação do fenômeno do colonialismo, e “se mantém viva no saber, na cultura, no senso-comum, na autoimagem, no cotidiano, enfim, na experiência moderna do sistema-mundo colonial” (Maldonado-Torres, 2007, p.131). Entende-se por colonialidade a “dimensão simbólica do colonialismo que mantém as relações de poder que se desprenderam da prática e dos discursos sustentados pelos colonizadores para manter a exploração dos povos colonizados” (Tonial, Maheirie e Garcia Jr, 2017, p. 19).

Tratamos como colonialismo, o movimento de dominação de um povo sobre outro a partir de uma relação verticalizada que se encerrou em datado período histórico, com a independência dos países colonizados e a colonialidade trata-se da perpetuação desse movimento que, mesmo após ter sido encerrado historicamente com a independência dos países, ainda possui uma grande força de dominação em diferentes âmbitos da vida dos povos que foram colonizados (Maia e Melo, 2020, p. 232).

Em outras palavras, mesmo após o período histórico da colonização moderna ter findado, a lógica colonial continua a influenciar o mundo nos séculos seguintes, mantendo a subalternização dos povos colonizados e a supremacia das potências coloniais.

Nesse sentido, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, ao analisar os legados duradouros do colonialismo, desenvolve o conceito de colonialidade do poder para discutir de que modo as





estruturas de poder implementadas durante o período colonial ainda influenciam e moldam a sociedade atual mesmo após o seu fim. O conceito de colonialidade do poder foi amplamente utilizado pelo grupo de estudos modernidade/colonialidade, que tratam sobre “noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI” (Ballestrin, 2013, p. 99).

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais (Ballestrin, 2013, p. 100).

Assim sendo, falar de colonialidade do poder é falar das maneiras pelas quais colonialismo estabeleceu um sistema de poder que organiza e molda as relações políticas, econômicas e sociais mesmo depois da independência das colônias, até os dias atuais. Um aspecto central da colonialidade do poder é a utilização do conceito de raça para hierarquizar/classificar sujeitos, justificando assim a subjugação entre os seres humanos.

A racialização dos povos implementada durante o período colonial foi utilizada para legitimar a suposta superioridade dos colonizadores sobre os colonizados. Segundo Quijano (2005), essa ideia de raça é criada junto com a colonização, ou seja, é neste momento que a raça se consolida como elemento de “naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus” (Quijano, 2005, p. 118).

Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Isto é, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p. 118).

Partindo desse pressuposto, emerge uma estrutura social profundamente marcada pela racialização, na qual o europeu branco é visto como superior, enquanto os corpos não brancos e não europeus são marginalizados e considerados naturalmente inferiores. Essa configuração perpetua a lógica de poder entre dominantes e dominados, mesmo após a descolonização, criando novas maneiras de validar antigas práticas de hierarquia entre os envolvidos.

A ideia de raça pode ter surgido em razão das diferenças fenotípicas, mas tem como principal função promover a classificação de superioridade de um povo em relação ao outro, e para legitimar a subordinação do povo considerado inferior, os colonizados. O conceito segregador da ideia de raça surge embasado por uma fundamentação teórica que é primordial para a sua validação (Maia e Melo, 2020, p. 232).





Desde a colonização, o conceito de raça tem sido usado para justificar estratificações e violências. Consequentemente, as novas identidades formadas com base na ideia de raça foram ligadas a determinadas funções e posições na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim sendo, raça e divisão do trabalho se interligaram estruturalmente, reforçando-se de forma mútua para definir quem deve exercer qual tipo de trabalho/função e por quê.

A partir dessas bases criadas na colonização, a população das Américas e do mundo foi classificada nesse novo padrão de poder europeu. Padrão que é naturalizado por todos e cria identidades novas, hierarquias, papéis sociais. Lugares que antes eram definidos geograficamente passam a ser definidos através da classificação de raça (Maia e Melo, 2020, p. 233).

Nessa nova estrutura global de poder, a raça surge como elemento fundamental e imprescindível para validar o poder europeu sobre os demais povos. A partir da criação do conceito de raça, foram criados e perpetuados “preconceitos dicotômicos e polarizantes do que é bom e do que é ruim, do válido e do inválido” (Maia e Melo, 2020, p. 234).

Além disso, o branco e o negro têm seus futuros predeterminados no organismo social, uma vez que o futuro do indivíduo é determinado por sua cor (Maia e Melo, 2020). Neste cenário, o racismo se solidifica como uma espécie de “ciência” de superioridade eurocristã (branca e patriarcal) (González, 2020, p. 117), promovendo uma internalização quase inconsciente da suposta superioridade dos colonizadores sobre os colonizados.

A raça, portanto, passou a ser o instrumento mais eficaz e duradouro para dominação social universal, legitimando todas as dinâmicas de poder entre colonizadores e colonizados. Entretanto, este elemento passou a se interligar a outro igualmente abrangente, porém mais antigo: o de gênero. Nesse sentido, a socióloga argentina María Lugones busca desenvolver a noção de colonialidade de gênero, “a interpretando como uma imposição colonial responsável por criar hierarquias e antagonismos sociais” (Dominguez et al, 2021, n.p.).

Tal conceito refere-se à imposição de normas de gênero pelo colonizador sobre as sociedades colonizadas, com objetivo de reestruturar os sistemas gendrados já existentes. Essa imposição não apenas alterou as relações de poder entre os colonizados, como também introduziu uma nova camada de hierarquia entre os indivíduos, que persiste até os dias atuais.

Embora as diferenças de gênero já existissem antes da chegada dos colonizadores, as práticas coloniais acentuaram e tornaram estas relações de poder ainda mais complexas e interligadas (Maia e Melo, 2020).

A colonialidade refere-se a um complexo processo que perpassa as mais variadas vertentes da nossa vida. E uma dessas vertentes de exclusão está no preconceito de





gênero, que coloca a mulher numa posição inferior e de submissão ao homem. Isto se dá em razão de uma criação da sociedade colonial patriarcal que resultou numa dicotomização que desqualifica a mulher (Maia e Melo, 2020, p. 235).

A relações de gênero, portanto, se constituem como “um dos vários níveis da colonialidade do poder” (Carvalho, 2022, p. 314), razão pela qual a filósofa argentina María Lugones discute as noções de colonialidade a partir das categorias de sexualidade e gênero. Desse modo, conforme entendimento de Lugones (2014, p. 935), a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade”.

No processo de colonização, além das formas de classificação baseadas na noção de raça, mencionadas por Aníbal Quijano (2005), teriam sido engendradas categorizações de gênero. María Lugones (2007) acrescenta o sistema de gênero colonial na análise da colonialidade do poder. Esse sistema está centrado em uma estrutura binária e hierárquica, na qual o patriarcado institui práticas de opressão e a heterossexualidade se caracteriza como modelo de organização da vida. Por sua vez, a epistemologia feminista branca desconsiderou a intersecção entre “raça” e gênero, em suas teorias. (Carvalho, 2022, p. 319).

Assim como a noção de raça, o gênero é uma construção social e histórica fabricada pelo colonialismo, que impôs papéis sociais eurocêtricos. Com o surgimento desse novo padrão de poder centrado no Ocidente, novas classificações sociais emergiram, baseadas em uma estrutura binária de hierarquia social, sobretudo para as mulheres.

Nesse sentido, Lugones ressalta que, além desse sistema colonial moderno articular diferentes formas de colonialidade (do poder, do ser e do saber), ele também intersecciona as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade (Lugones, 2007). Na visão da filósofa argentina, a intersecção entre raça, gênero e sexualidade é fundamental para compreendermos os efeitos duradouros do colonialismo na categorização e subalternização de determinados indivíduos e grupos sociais.

Haja vista o claro recorte de raça, gênero e classe social que caracteriza o desemprego contemporâneo no Brasil, é mister utilizar a interseccionalidade, tanto como conteúdo quanto como ferramenta analítica para compreender esta problemática, uma vez que permite observar de forma mais profunda o “sistema de opressão interligado” que nos cerca e debater profundamente os mecanismos de poder existentes na sociedade (Akotirene, 2019, p. 15).

Corroborando neste aspecto, a socióloga argentina María Lugones afirma:

A interseccionalidade revela o que não é visível quando categorias como gênero e raça são conceitualizadas separadamente. O movimento para interseccionar essas categorias foi motivado pelas dificuldades de tornar visível aquelas/es dominadas/os e vitimizadas/os nos termos de ambas as categorias. Embora cada um/a na modernidade capitalista eurocêntrica seja racializado/a e gendrado/a, nem todos são dominados/as ou vitimizados/as com base em seu gênero ou raça. (...) É somente quando percebemos o





entrelaçamento ou fusão do gênero e da raça que vemos efetivamente a mulher de cor (Lugones, 2007, p. 192-193).

A colonialidade de gênero, portanto, exerce grande influência sobre a identidade e a representação feminina na sociedade, especialmente no que concerne à imposição de estereótipos, normas de comportamento, papéis sociais e, sobretudo, na divisão sexual do trabalho.

O colonialismo foi responsável por estabelecer e reforçar normas de gênero específicas, subordinando mulheres e outros grupos marginalizados dentro de um sistema articulado de opressões. Tais normas são moldadas por um sistema de dominação complexo e imbricado, que impacta diversos aspectos da vida cotidiana.

Dessume-se, portanto, que a colonialidade de gênero não é apenas fenômeno histórico, mas uma estrutura sofisticada que continua a influenciar as dinâmicas sociais e econômicas atualmente. Nesse aspecto, além de reforçar hierarquias sociais e catalisar desigualdades econômicas e políticas, também temos como produto do colonialismo a desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Ao longo dos séculos, essa realidade passou por transformações significativas. Hoje, embora as mulheres estejam cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, ainda enfrentam diversos obstáculos estruturais para acessar cargos mais elevados e funções de liderança. Apesar dos avanços em direção à igualdade, essas barreiras continuam a limitar as oportunidades de ascensão profissional para as mulheres.

Além disso, o índice de desemprego no Brasil afeta predominantemente as mulheres, revelando que, mesmo com o progresso alcançado, elas ainda enfrentam maiores dificuldades em comparação aos homens. Essa disparidade no mercado de trabalho reflete uma persistente desigualdade de gênero que não foi completamente resolvida com os avanços das últimas décadas.

Nesta pesquisa, exploraremos a questão do desemprego feminino e analisaremos como ele se relaciona com a colonialidade de gênero, discutindo de que maneira esta última reitera papéis tradicionais e limitantes para as mulheres, perpetuando desigualdades sociais e influenciando negativamente suas oportunidades no mercado de trabalho.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) reunidos pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Economia e Estudos Socioeconômicos), 66,286 milhões pessoas estavam fora da força de trabalho no 4º trimestre de 2023 (Dieese, 2024). Desse montante, 42,839 milhões eram mulheres, o que corresponde a 64,6% do total (Dieese, 2024, p. 02). Além disso, o índice de desemprego entre as mulheres é de 53,3% maior que o dos homens, sendo que 35,5% dessas mulheres são negras e 18,9% não negras (Dieese, 2024, p.





02). Somente no 4º trimestre de 2023, foram registradas 2.865 milhões de mulheres negras “desocupadas”, correspondendo a uma taxa de desocupação de 11,1% em comparação às não negras, cuja taxa equivale a 7% de desocupação (Dieese, 2024, p. 02).

Diante dos dados supracitados, é possível perceber que o desemprego no Brasil afeta de maneira mais contundente certas camadas da população, a saber: mulheres, negras, em situação de vulnerabilidade social, que “ocupam a base de uma estrutura societária piramidal que admite pouca ou nenhuma mobilidade a esses sujeitos, ao longo de gerações” (Dias e Almeida, 2021, p. 10).

3. PRECARIEDADE E RECONHECIMENTO EM JUDITH BUTLER E HELEIETH SAFFIOTI: OPRESSÕES PATRIARCAIS E O CRESCENTE ÍNDICE DE DESOCUPAÇÃO FEMININA NO MARANHÃO.

Na sociedade capitalista patriarcal, a mulher, em diferentes momentos do processo de produção, enfrenta desvantagens econômicas e sociais. Suas funções são subvalorizadas diante a dominação masculina. Nesse aspecto, Saffioti (1978) nos leva a refletir sobre as transições entre o modo feudal de produção para o capitalista, ressaltando que, a partir desse momento, as classes sociais privilegiadas se consolidam, e a força de trabalho feminina é explorada nesse novo regime.

Para a autora, o capitalismo surge em contextos adversos à realidade da mulher. Ela afirma:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural e tradicional uma subvalorização das capacidades femininas trazidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolveria as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 1978, p. 18).

No capitalismo industrial da sociedade burguesa, a mulher se torna uma peça fundamental para o sistema produtivo de bens e serviços altamente lucrativos. Inicialmente, como mão de obra não remunerada, é útil, mas também inferiorizada. As mulheres tornam-se instrumento desse processo e, posteriormente, passam a ser mão de obra assalariada e precarizada ganhando menos e recebendo os salários inferiores aos dos homens, além de vivenciarem longos processos de proletarização (Saffioti, 1978).

No Estado do Maranhão, localizado no Brasil, país pertencente ao Sul Global, essas mulheres enfrentam condições nas quais o capitalismo exerce um impacto significativo sobre a posição social da mulher, reforçando a divisão sexual do trabalho. O estado do Maranhão registra aumento nos índices de desalentados, conforme destaca a reportagem do G1,





O estado do Maranhão, dentre as 27 UF's, registrou a segunda maior taxa de desalentados no 4º trimestre de 2023: 11,7%, atrás somente do Piauí (12,0%). A taxa de desalentados do Brasil no referido trimestre foi de 3,1%, disse o economista José Henrique Braga Polary, coordenador de Ações Estratégicas da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) (G.1,2024).

Neste contexto, as mulheres maranhenses continuam ocupando posições de subordinação no mercado de trabalho. “Mulheres ocupam apenas 37% das vagas de emprego no Maranhão em 2023. Das 22.039 vagas geradas no Estado em 2023, elas ocupam apenas 8.354 das oportunidades (Serra, 2024)”. Além disso, muitas fazem parte do aumento do índice de desocupação por gênero, recorrendo a empregos informais, mas ainda exercendo trabalhos secundários.

As mulheres exercem atividades secundárias em empregos mal remunerados, muitas vezes relacionados a funções vistas como “extensões” do trabalho doméstico, o que representa uma expressão simbólica do colonialismo. Segundo Saffioti (1978), o capitalismo se beneficiou ao naturalizar o papel das mulheres no lar, fazendo com que as responsabilidades de cuidado permaneçam fora da esfera pública.

Para Butler (2015), certas vidas são vistas como mais vulneráveis ou descartáveis, sendo indignas, não recebendo reconhecimento social, políticas públicas de gênero que as favoreçam e, na maioria das vezes, nem condições mínimas de trabalho e sobrevivência. No Brasil, a exemplo, podemos observar que de acordo com o IBGE 2024, os índices de mulheres com idade para trabalhar representam a maioria quando se pensa em trabalho formal,

Os dados da pesquisa mostraram que as mulheres continuavam sendo maioria entre as pessoas em idade de trabalhar. No 1º trimestre de 2024, elas representavam 51,7% dessa população. Acrescenta-se que este resultado foi similar nos demais trimestres observados. A análise dos dados confirmou, no 1º trimestre de 2024, uma proporção maior de mulheres em idade de trabalhar em todas as Grandes Regiões (IBGE,2024).

Ainda apontamos que “nas Regiões Nordeste, 37,3% das mulheres com idade para trabalhar apresentam esse percentual de nível de instrução” (Serra, 2024). Essas mulheres, acometidas por funções secundárias e outras ocupações, são excluídas de outros espaços e níveis de educação. Butler (2015), num espectro mais amplo e ético, apontaria que a precarização marca esses corpos femininos, o que os desumaniza, além de apagar outros corpos que se encontram na margem e na dissidência. Isto é reflexo da divisão social do trabalho. Neste contexto, os corpos de mulheres em suas multiplicidades não são reconhecidos, levando-nos a refletir sobre as propostas de políticas de gênero.

Ao refletir sobre as formas de resistência ao modelo patriarcal, nos deparamos com a dicotomia entre ocupação e desocupação dos corpos femininos, os quais são instrumentalizados e compreendidos dentro das distinções patriarcais com fissuras burguesas. Esse processo torna





o corpo feminino alvo de disputa política, mas um corpo em luta. É fundamental considerar que as mulheres no mercado de trabalho estão inseridas em condições desiguais em termos de gênero. No entanto, elas persistem em múltiplas ocupações. Ainda assim, o reconhecimento desse corpo permanece condicionado ao poder patriarcal, que perpetua opressões e precariedades direcionadas ao feminino, com impactos profundos, especialmente nas micro camadas do social (Saffioti, 1978); (Butler, 2015).

Na cena do reconhecimento, para Judith Butler (2015), os sujeitos emergem na relação, e, nesse encontro, formula-se um suposto de alteridade, um movimento da ação, em que o sujeito, na ideia de “ser” outro, permeia as concepções de humanidade. A vida, categoria problematizada pela filósofa, é pensada no contexto social como uma ética da responsabilidade. Como é possível reconhecer um “Outro” ao qual se deve ter responsabilidade ética, pensando coletivamente em políticas que salvaguardam as vidas de modo geral? Esse “Outro” deve ser reconhecido como um igual. Assim, se não se pensam políticas de gênero, com responsabilidade com preocupação pelas vidas de múltiplas de todas as mulheres, produz-se uma violência ética.

Quando pensamos em mulheres vistas como desocupadas e não consideramos isto como um problema social - mulheres não têm opções porque o mercado de trabalho formal capitalista as exclui -, quando essa exclusão não nos gera comoção ou resposta política, ou mesmo quando os trabalhos informais realizados por mulheres são vistos como improdutivos, isso resulta em exclusão de acessos mais básicos, proteção legal e direitos trabalhistas, gerando sofrimento e perda de vidas que, simbolicamente, não são consideradas vidas, como as de mulheres *trans*, não-binárias ou LGBTQIAPN+ (Butler, 2015).

A precariedade emerge no discurso, na relação, como uma ação. Os sentidos que compreendemos numa linguagem universal mostram que as mulheres são representadas por uma produção que emerge de uma ideia política de condições iguais no trabalho. No entanto, estamos condicionados a um discurso capitalista e utilitarista que desvaloriza as mulheres e de seus manejos em prol de sua subsistência (Butler, 2015).

Nos é afirmado que a precariedade conduz à potencialização da violência e ao aumento dos índices de vulnerabilidade, e o que se expande para cenários de guerra. Neste trabalho, extraímos reflexões sobre os direitos daqueles que sequer aparecem ou são reconhecidos, ou quando os direitos não os contemplam. “Contudo, quero demonstrar que, se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção e o exercício do direito à sobrevivência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social” (Butler, 2015, p.14), é necessário pensar essas estruturas.





Assim, Butler (2015) sugere que a precariedade se afirma no não reconhecimento de algumas vidas. Quando uma vida não é reconhecida como vida, temos também um problema ontológico. Cabe-nos, então, questionar: quais os caminhos para que a vida das mulheres se enquadre em formatos mais vivíveis, sem as condições sequeladas ou fissuradas pelos rasgos sociais e trabalhistas em suas formas de poder? Enquadrar as vidas das mulheres é essencial.

Ao pensar nas guerras como um movimento de precariedade, de subsistência corporal, de pertencimento social, algumas vidas não seriam invisibilizadas, silenciadas ou apagadas dos processos políticos e sociais. “Como, então, as condições de ser reconhecido deve ser entendida? Em primeiro lugar, ela não é uma qualidade ou uma potencialidade de indivíduos humanos” (Butler, 2015, p.18).

Quando pensamos nas mulheres maranhenses, pensar nos índices de desocupação, exige uma análise da precariedade do reconhecimento de suas vidas e condições de trabalho. Essas mulheres são impactadas nas estruturas sociais que fissuram suas oportunidades e direitos, afetando sua inserção no mercado de trabalho.

Neste cenário, exposto pelos índices refletem as formas de invisibilidades e exclusão que Butler (2015) aponta, onde muitas dessas vidas não são reconhecidas e consideradas “ocupadas” ou até mesmo como mulheres trabalhadoras, o reconhecimento não acontece de maneira plenas, tanto no campo social quanto no laboral, resultando na vulnerabilidade socioeconômica.

Por fim, há uma guerra constante na tentativa de controlar os corpos das mulheres, e os mecanismo de poder que as marginalizam e desumanizam são institucionalizados nas políticas trabalhistas, sendo possivelmente visíveis nos índices de desemprego, que refletem a colonialidade como resquícios de uma estrutura colonial que perpetua formas de opressão.

Essas opressões se manifestam nas esferas econômicas e sociais, afetando especialmente mulheres negras, indígenas e outras populações historicamente subalternizadas, conforme apontado por autores e dados coletados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessume-se, portanto, que é essencial compreender a colonialidade de gênero como um fator determinante na perpetuação das desigualdades estruturais que impactam as mulheres no mercado de trabalho, especialmente no estado do Maranhão. Ao longo do estudo, evidenciou-se que o desemprego feminino reflete uma herança colonial que se manifesta por meio de preconceitos de gênero e raciais profundamente enraizados, que continuam a marginalizar as mulheres, especialmente as negras, nos espaços de trabalho.





A análise realizada destaca que o conceito de “desocupadas”, aplicado às mulheres fora do mercado formal, invisibiliza o trabalho informal e não remunerado, setores nos quais essas mulheres atuam significativamente. Essa categorização reflete a falta de reconhecimento social e político que reforça a precarização das condições de trabalho das mulheres. Assim, ao questionar as terminologias e evidenciar as estruturas de opressão que se interligam entre raça, gênero e classe, o estudo contribui para uma compreensão mais crítica e inclusiva do desemprego feminino e dos desafios enfrentados para a igualdade no mercado de trabalho.

Nesse sentido, os teóricos Aníbal Quijano e Maria Lugones apresentam as perspectivas fundamentais para compreender as desigualdades de gênero e o desemprego feminino no contexto da colonialidade, especialmente em regiões como o Maranhão. Quijano, introduz a “colonialidade do poder” para explicar como as estruturas coloniais dividiram o mundo entre europeus e não-europeus, estabelecendo assim uma matriz de dominação que continua a impactar as hierarquias sociais, raciais e de gênero. No estado do Maranhão, constatamos os índices que excluem sistematicamente mulheres racializadas, que são condicionadas a posições mais baixas de remuneração e alta precariedade.

Além disso, Maria Lugones expandiu a análise para “colonialidade de gênero”, apontando que a opressão colonial não só produziu hierarquias raciais, mas reinventou o patriarcado, impondo uma divisão de gênero eurocentrada sobre as sociedades colonizadas. Assim, este sistema redefine o “ser” mulher. A colonialidade de gênero nos permitiu compreender o desemprego feminino maranhense e as continuidades das violências sobre as mulheres.

Heleieth Saffioti, oferece uma leitura teórica e histórica para analisar as desigualdades de gênero e o aumento do desemprego, especialmente no contexto de estados como o Maranhão, considerado o mais empobrecido da federação. A autora argumenta que as relações de gênero são estruturadas de modo a perpetuar as opressões sociais, reflexo da estrutura patriarcal pautada na divisão social do trabalho.

Judith Butler (2015) tensiona o campo das teorias de gênero e nos ajuda a refletir sobre como as normas sociais e políticas moldam a subjetividade e restringem a agência das mulheres maranhenses. Seu conceito de “guerras” ou batalhas para existir e conquistar direitos e melhores condições de trabalho e ocupação serve como uma metáfora potente para entender o desemprego como uma forma simbólica e material de violência estrutural e de não reconhecimento dos mecanismos de desumanização.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento dessas desigualdades exige não apenas políticas públicas inclusivas, mas também uma revisão crítica das estruturas sociais que mantêm as





mulheres em posições de vulnerabilidade e invisibilidade, reafirmando a necessidade de um compromisso coletivo para superar as barreiras impostas pela colonialidade de gênero.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. Coordenação: Djamilia Ribeiro.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 11, p. 89-117, mai. /ago. 2013.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Quando a vida é passível de luto?. Tradução: Sérgio Tadeu de Nicmeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2011.

CARVALHO, Camila Moura de. **A Colonialidade do Poder e as Subalternidades de Raça e Gênero nas Relações de Trabalho Contemporâneas**: Uma abordagem interseccional e decolonial do Direito do Trabalho brasileiro. 2023. 72 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/29560>. Acesso em: 07 set. 2024.

DIAS, Luciana de Oliveira; ALMEIDA, Lyzyê Inácio. **Eu, empregada doméstica: heranças, resistências e enfrentamentos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia: Programa de Pós-Graduação em Antropologia | UFPEL, Pelotas, Rs, v. 9, n. 1, p. 8-31, jan-jun. 2021.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico. **Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes**. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024/index.html?page=2>. Acesso em: 08 set. 2024.

DOMINGUEZ, Brenda de Paula Mendes; OLIVEIRA, Gabriela Aparecida de; RAYMUNDO, Isabella Anselmo; SARTORI, Laís Gomes; BATISTA, Luiza Caroline Silva; ROSSI, Maria Eduarda Kobayashi. Dicionário de Gênero e Segurança: feminismo decolonial. Feminismo Decolonial. 2021. **Núcleo de Estudos de Gênero - UNESP**. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/feminismo-decolonial/>. Acesso em: 08 set. 2024.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. **Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de María Lugones**. Universidade Federal do Rio Grande. 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/46.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro latinoamericano**. São Paulo: Editora Zahar, 2020.





LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, set/dez. 2014.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF, Minas Gerais, v. 15, n. 2, p. 231-242, jul. 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser. Antología del Pensamiento Crítico Puertorriqueño Contemporáneo, [S.L.], p. 565-610, 1 nov. 2018. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. CLACSO. <http://dx.doi.org/10.2307/j.ctvnp0jr5.23>. Acesso em: 07 set. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JUNIOR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da Unesp**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 18-26, jun. 2017

Maranhão registra aumento da taxa de pessoas desocupadas, mas fica abaixo da média nacional. **G1**, São Luís, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/02/16/maranhao-registra-aumento-da-taxa-de-pessoas-desocupadas-mas-fica-abaixo-da-media-nacional.ghtml>. Acesso em: 21.09.2024.

SAFFIOTI. Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na Sociedade de Classes**: Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SERRA, Fabiana. Mulheres ocupam apenas 37% das vagas de emprego no Maranhão em 2023: Das 22.039 vagas geradas no Estado em 2023, elas ocupam apenas 8.354 das oportunidades. **Imirante.com**, São Luís, 12 mar. 2024. Disponível em : <https://imirante.com/noticias/maranhao/2024/03/12/mulheres-ocuparam-apenas-37-das-vagas-de-emprego-no-maranhao-em-2023#:~:text=MARANH%C3%83O%20%2D%20As%20mulheres%20ocuparam%20apenas,no%20Estado%20foi%20de%2022.039>. Acesso em 20.09.2024.





GENDRAMENTOS: IDENTIDADE, ESPAÇO E MEMÓRIA NA CANÇÃO BALADA DE GISBERTA

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo

Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA

igor.farias@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Luana Kerly Alves Coelho

Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA

luanakerlyalves@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Cristiane Navarrete Tolomei

Doutora em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa – UNIFESP

Docente do Mestrado em Cultura e Sociedade – UFMA

cristianetolomei@unifesp.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este artigo propõe uma análise discursiva sobre memória, espaço e identidade a partir da canção *Balada de Gisberta*, escrita por Pedro Abrunhosa e interpretada por Maria Bethânia. Sob engendramentos conceituais de memória, espaço e identidade, a figura representativa de Gisberta, travesti brasileira, imigrante, que fazia trabalho sexual, vivia com HIV/AIDS e estava em situação de sem-abrigo na cidade do Porto-Portugal, denuncia um corpo dissidente atravessado por desigualdades sociais e percebido, embora num cenário de invisibilidade, no espaço urbano como tal. Para uma análise que contemple a performance deste corpo dissidente pela sua ocupação espacial, a criação de sua subjetividade pela identidade e a propagação de sua vida pela memória, foi utilizado autores como Dardel (2011), Tuan (1983), Holzer (2013); Balman (2005), Hall (2005), Butler (2023); Pollak (1988), Halbwachs (2004), entre outros, em uma proposta de tensionar tais categorias de forma política e social.

Palavras-chave: Memória; Espaço; Identidade; Balada de Gisberta.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A canção *Balada de Gisberta* foi escrita pelo cantor e compositor português Pedro Abrunhosa, lançada em 2007 no álbum *Luz* e que ganhou notoriedade com a interpretação de Maria Bethânia (2010). O posicionamento musical tem como figura principal Gisberta Salce, travesti, artista performista, que se tornou símbolo de resistência após ser brutalmente assassinada na cidade de Porto-Portugal. Sob a chave da resistência, frente ao ódio desproporcional ao se impor contra uma matriz binária cisheteronormativa, lógica que instrumentaliza os atributos sexo, gênero e sexualidade como padrões e marcadores disciplinares dos corpos, cujas premissas presumem sempre uma forma de comportamento “normal” ou “natural”.

Gisberta Salce, mais conhecida como Gis, nasceu no bairro de Casa Verde, na cidade de São Paulo e teve sua infância marcada por desafios, uma vez que era uma criança que não





correspondia às expectativas de gênero. Na juventude, dava sinais de que estava num corpo que não correspondia à sua identidade, a partir da percepção da cisheteronormatividade como não direcionadora de sua existência.

Aos 18 anos, com medo da crescente violência homotransfóbica na capital paulista, oriundas de um regime político hegemônico instaurado na ditadura militar, mudou-se para Franca. Mais tarde, mudou-se para Porto, no Norte de Portugal, onde passou a exercer a atividade de babá, trajetória ilustrativa de uma pessoa imigrante, tida como obediente, trabalhadora dedicada, escolarizada, flexível e dócil (De Jesus, 2015).

Prostituta, contraiu HIV, além de ter sido toxicodependente e moradora de rua, passou a viver exclusivamente da renda obtida por meio da prostituição, à margem de calçadas, esperando por clientes. Gisberta, sem um lugar para morar, pernoitava em um edifício em construção quando foi violentamente abordada por um grupo de 14 jovens, com idades entre 12 e 16 anos. As agressões iniciaram-se no dia 19 de fevereiro de 2006, e culminaram em sua morte, no dia 22 de fevereiro do mesmo ano (Da Mata, 2015).

O júri português decretou pena aos menores envolvidos, afirmando que deveriam cumpri-la em um internato para menores, cumprindo medidas tutelares, com penas variantes entre 11 e 13 meses, em regime aberto e semiaberto. Ao jovem de 16 anos, foi destinada a pena de 8 meses de prisão em regime fechado, mas podendo entrar com recurso para solicitação de cumprir a pena em regime domiciliar. Tais penas foram assim estabelecidas, pois o tribunal português alegou que Gisberta foi morta por afogamento (De Jesus, 2015).

Embora reconheçamos a melodia como fator fundamental de produção de sentido, priorizamos, neste artigo, a análise da letra da canção que expõe, de forma contínua e intrínseca, a relação entre identidade, espaço e memória, tendo em vista a relevância destes no processo na (r)construção da identidade de Gisberta. Em sua homenagem e como forma de denúncia à discriminação, Pedro Abrunhosa escreveu a música “*Balada da Gisberta*”.

A seguir, transcrevemos os versos que compõem a letra da canção:

Perdi-me do nome,
Hoje podes chamar-me de tua
Dancei em palácios
Hoje danço na rua
Vesti-me de sonhos
Hoje visto as bermas da estrada
De que serve voltar
Quando se volta para o nada
Eu não sei se um Anjo me chama
Eu não sei dos mil homens na cama
E o céu não pode esperar





Eu não sei se a noite me leva
Eu não ouço o meu grito na treva
O fim quer me buscar
Sambei na avenida
No escuro fui porta-estandarte
Apagaram-se as luzes
É o futuro que parte
Escrevi o desejo
Corações que já esqueci
Com sedas matei
E com ferros morri
Eu não sei se um anjo me chama
Eu não sei dos mil homens na cama
E o céu não pode esperar
Eu não sei se a noite me leva
Eu não ouço o meu grito na treva
E o fim quer me buscar
Trouxe pouco
Levo menos
A distância até ao fundo é tão pequena
No fundo, é tão pequena
A queda
E o amor é tão longe
O amor é tão longe
O amor é tão longe
O amor é tão longe
(Abrunhosa, 2010)

Para tanto, propomos examinar a construção discursiva de *Balada de Gisberta*, com ênfase na Análise de Discurso, de como se trabalha com a língua no mundo “com maneiras de significar, com indivíduos falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” (Orlandi, 2005, p.16). A pretensão que se almeja por meio disso, é perceber como os trechos da canção podem denunciar valores socialmente embutidos numa letra musical, de maneira a apresentar as concepções importantes desses valores discursivos a fim de mostrar como se constitui a existência de Gisberta, em uma complexa e profícua dialogização entre a construção de sua identidade, os espaços por ela ocupados e as possibilidades de memória.

2. PERDI-ME DO NOME, HOJE PODES CHAMAR-ME DE TUA: IDENTIDADES DISSIDENTES

Em sua obra intitulada *Identidade* (2005), o sociólogo polonês Zygmund Bauman afirma que a identidade do indivíduo não é determinada logo no seu nascimento, mas pode ser estabelecida de acordo com a comunidade a qual pertence ou está inserido, visto que se molda às normas daquele campo social. Já Stuart Hall (2005) nos faz refletir sobre o conceito de identidade na contemporaneidade e a necessidade de se desconstruir esse conceito conforme é





apresentado, a ponto de levantar discussões acerca da questão da identidade para além de meros conceitos de “O que é?”, para “*Quem precisa de identidade?*”.

As contribuições de Bauman (2005) que pode ser revisitada, na mesma trilha de visão de Hall (2005) nos ajudam a entender a conjectura e complexidade na construção identitária do indivíduo e sua relação com o mundo exterior. A respeito de Gisberta, e sobre o juízo discursivo no que tange à canção, nossos ouvidos alcançam uma tipificação inicial: a revelação da sua identidade como um intrincado processo de produção de gênero, que será relançado diversas vezes ao longo de sua vida, mas que nunca vai ser concluído.

A identidade, portanto, não se trata de algo com que já se nasce e que apenas se desdobra no curso da vida, a partir de um núcleo original, é, na verdade, um processo social e histórico complexo de produção do sujeito, no curso de suas vidas, dos quais interferem diferentes fatos e que envolvem, dentre outras coisas, a atualização e o questionamento sobre normas sociais regulatórias sobre seus corpos.

Essa noção de construção social de uma identidade se evidencia nos primeiros versos da canção, quando o compositor diz: “*Perdi-me do nome/ Hoje podes chamar-me de tua*”. O enunciado “*Perdi-me do nome*”, tece uma ideia de construção identitária feminina. Gisberta aos olhos da sociedade não nasceu uma mulher, mas tornou-se uma, buscou refutar a ideia binária homem e mulher como molde naturalizado do sexo, se permitindo existir para além dessa naturalização. Visualiza-se aqui um marcador discursivo de que o gênero não está diretamente conjugado com uma análise do corpo humano (genitália masculina para caracterização do indivíduo homem e genitália feminina para caracterização da mulher), mas sim com uma realidade social.

Para Butler (2003), a distinção entre sexo e gênero se estabelece na ideia de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído, de modo consequente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco aparentemente fixo como o sexo. Nessa perspectiva, a autora assinala que:

A ideia de que gênero é construído sugere um certo determinismo de significados de gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (Butler, 2003, p.26).

O efeito que o trecho da canção produz é, por conseguinte, traduzir que o gênero e a sexualidade não são uma mera decorrência direta e sem desvios de enunciados discursivos. Se questões importantes, no que diz respeito ao gênero e à sexualidade, se produzem em momentos





precoces da vida, desde as socializações mais iniciais, como o nascimento, não é menos verdade que seu curso posterior se encarrega de pô-las à prova e imbricar novos movimentos e significações (Butler, 2003).

No enunciado “*Hoje podes chamar-me de tua*”, o uso do pronome “tua” desencadeia a lógica de que o gênero não é uma realidade biológica, mas um conjunto de captura social de subjetividades, isto é, a percepção que Gisberta teve sobre si resultante do convívio social, enquanto travesti, imigrante, prostituta, soropositiva e em condição de semi abrigo, marcadores sociais indissociáveis e que possibilitaram o processo de formação e apresentação de sua identidade de gênero, não podendo ser reivindicada por nenhuma norma ou teoria.

A contribuição de Hall ao questionar “quem precisa de identidade?”, vereda a ideia que Gisberta precisou de uma identidade feminina ao ser nomeada no trecho da canção pelo pronome “tua”, referenciando sua identidade, enquanto um ser social, perdendo o nome que lhe foi atribuído ao nascer, reivindicando sua figura para além daquela que lhe foi atribuída ao nascer.

A identidade de gênero de Gisberta enquanto travesti expõe os aspectos construídos do sistema sexo-gênero-sexualidade e abre margem para subversões dos ideais de uma masculinidade/feminilidade normalizada. A questão que expõem a fragilidade dessa representação binária de gênero se dá quando Gisberta questiona a sociedade: “Mas eu não posso ser uma mulher?” (Nascimento, 2021).

A afirmação de Beauvoir (1970), “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*”, nos remete que a identidade de uma mulher não é natural, mas um processo de produção de “*ser mulher*” (Nascimento, 2021). Nos ensinamentos da socióloga Heleieth Safiotti (1999), a proposição que o feminismo de Beauvoir articula e a compreensão do “*torna-se mulher*” é um processo de produção na construção do ser feminino. A razão pela qual a frase de Beauvoir (1970) torna-se uma das mais revolucionárias, é justamente pelo fato de que ninguém jamais tinha ousado questionar com essa clareza sobre o evidente processo de tornar-se mulher.

Gisberta revelou a possibilidade de ressignificar o masculino/feminino, mostrando seu caráter performático. As mulheres e os homens biológicos também, em suas ações cotidianas, interpretam o que é a mulher/homem “de verdade”, isso porque a verdade dos gêneros não está no corpo. A vivência e identidade de Gis já evidenciam muito bem sobre possibilidades múltiplas de construir novos significados para os gêneros. Materializou-se no universo das construções simbólicas, das fabricações significantes sobre enredados enquanto ser humano. Assim, sua existência deve ser entendida como performativa no sentido de que, em vez de





simplesmente designar o que a realidade é, produz essa mesma realidade pela injunção de que assim seja.

Tal afirmação nos revela nuances da subjetividade, criando uma narrativa repleta de intermitências da memória, com base em impressões de um eu que já não é o mesmo e que, portanto, está passível das influências socioculturais. Na música o emprego do pronome ‘tua’ contempla a construção identidade do ‘ser’ Gisberta, travesti, imigrante ilegal, transexual, prostituta, sem-teto e soropositiva .

Amara Moira (2016), escritora travesti e militante pelos direitos de sua categoria, assinala que:

A nomeação daquilo que seria não-trans, não-nós, surge duma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem que ver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são, ao falarem de nós, dado que são essas as pessoas majoritariamente que falam de nós, por nós: se lhes damos um nome, “cis”, é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que, hoje, começa a nos deixar existir (Moira, 2016, p. 3).

Questionamentos sobre a própria identidade podem levar a modificações e à busca por outras comunidades que englobam as características individuais do ser, afinal, como afirma Bauman (2005, p. 25), “perguntar: quem é você? só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo” ou do que lhe foi nomeado como identificação. É possível afirmar que o processo de busca pela sua identidade individual nasceu de um conflito por meio do qual Gisberta adquiriu experiências e, posteriormente, construiu valores distintos dos já preestabelecidos.

Não é uma questão que se encerra em si, pois se refere à forma como Gis se relacionou com as representações do feminino e do masculino e, como isso se traduziu em sua prática social, em suas “performances” sociais (estas, por sua vez, dissidentes do sexo atribuído ao nascer). Daí reforça-se mais uma vez que sua identidade não foi uma questão natural, para além disso, se referiu a uma construção subjetiva.

2.1 DANCEI EM PALÁCIOS, HOJE DANÇO NA RUA: um espaço que desloca um corpo

Situando o sujeito no local em que este ressignifica a sua identidade, cabe pensar a constituição do espaço, considerando para isto que a construção do significado de espaço se dá a partir dos conceitos próprios da geografia, mas também, da construção de um espaço social, proposto por exemplo, nos estudos discursivos, nos usos da linguagem e nas formulações





ideológicas determinadas pela localização de um sujeito. Dardel (2011) ao falar da etimologia da palavra geografia, o que aqui relaciona-se diretamente à ideia de espaço, destaca que a geografia se refere à descrição da terra, sendo esta terra “um texto a decifrar” (Dardel, 2011, p. 2), texto esse que revela ao homem, segundo o autor, “sua condição humana e o seu destino” (Dardel, 2011, p.2).

Logo, partir da concepção da geografia e ao se considerar os diferentes textos inscritos no/pelo espaço, cabe ressaltar quais histórias podem ser narradas e por consequência, quais corpos podem não apenas habitar o espaço, mas também modificá-lo, falar através dele, e na mesma medida, quais as identidades que não são convidadas a falar ou, pela sua condição de subalternidade, como pensado por Spivak (2010) também não possuem o direito ao diálogo, que também só é possível pela habilitação da escuta.

Pensar na concessão de um espaço também dialógico, se constitui ao se considerar a experiência do sujeito, uma experiência que se dá diretamente pela sua relação com o espaço que ocupa, assim, Gisberta enquanto mulher transsexual é atravessada pelo efeito geográfico do espaço, que se materializa pela performance do seu próprio corpo, um corpo-território que se inscreve em um não-lugar. Tuan (1983), ao discutir a perspectiva experiencial, pontua que a experiência é o próprio ato de aprender e o sujeito expõe a experiência pela construção dos novos significados daquilo que já viveu.

A significação dos espaços que se dão pelas experiências de Gisberta, destaca o ato de deslocar-se do Brasil para Portugal, em uma tentativa de fuga do massacre do seu corpo, logo, embora Gisberta estivesse em um território que poderia ser “seu”, há na necessidade de se retirar deste território uma demarcação de criação do que se nomeia por lugaridade, uma ação que se efetiva pela transição, que para Holzer (2013) expressa “a relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos que, como pausa, como convivência íntima, arrumam e delimitam os espaços” (Holzer, 2013, p.24). Assim, a lugaridade de Gisberta existe pela delimitação e exploração de sua própria identidade que é perseguida no Brasil e mais tarde, apagada em Portugal. A lugaridade permitida a um corpo que se desvia da norma se revela pelo eco doloroso de uma existência caçada, posta como questionável, como não merecedora de ocupação, de significação e de experiências.

Ainda pela perspectiva da experiência, Tuan (1983) destaca a ação de sentir determinado lugar a ponto de conhecê-lo, em um movimento afetivo de vínculo, criando raízes, logo, o teórico diz que “sentir um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos, em uma mistura singular de





vistas, sons e cheiros” (Tuan, 1983, p.203). Porém, se tratando de Gisberta, essa experiência do espaço se dá essencialmente pela obrigatoriedade da mudança, da passagem e do rompimento, quando no início da vida adulta Gisberta passa pela experiência de precisar se deslocar do Brasil, especificamente de São Paulo, para a cidade de Porto, em Portugal.

O deslocamento espacial e a tentativa de dar novos significados a si mesma a partir dessa nova habitação, de modo controverso, mina a subjetividade de Gisberta, pois enquanto sujeito não legitimado, por desviar da heteronorma, Gisberta experimenta a fragilidade do abandono e da tristeza, de ser destituída do espaço físico, ao ser lida como uma “sem-teto” e do espaço social como um corpo nascido exclusivamente para morrer, pertencendo, como pontuado por Nunes (2019) “à categoria do sujeito matável [...] tendo em vista que sua exclusão e rejeição aparecem marcadas em sua subjetividade marginal” (Nunes, 2019, p.159).

Assim, na canção *Balada de Gisberta* os versos iniciais “*Dancei em palácios/Hoje danço na rua/Vesti-me de sonhos/Hoje visto as bermas da estrada/De que serve voltar/Quando se volta pro nada?*” (Abrunhosa, 2010), fala da perda do local ocupado por um sujeito, logo, destaca-se aqui a transição mais imaginativa e poética da mudança de Gisberta de um espaço de prestígio para as margens da cidade, da construção fantasiosa de seu destino artístico para a realidade excludente e por fim, do encontro insistente do seu corpo com o vazio, afinal, voltar para o nada é também pensar que pela noção do espaço, não há um território ou um lugar que contemple dignamente a sua existência.

2.2 ESCREVI O DESEJO/CORAÇÕES QUE JÁ ESQUECI/COM SEDAS MATEI/E COM FERROS MORRI: reposicionamentos da memória

Pelo rompimento do espaço, também destaca-se na vida de Gisberta as entrelinhas de suas memórias, para isso, considera-se que a memória pode ser lida como um efeito do sujeito, tem-se por ela a construção de significados particulares, a desmontagem e recriação de um mundo e as incontáveis possibilidades de transição e transgressão. A memória é assim uma percepção da realidade, algo que se expande no sujeito social e que promove o encontro com um outro.

Partindo da apreensão e da problemática dada pela ligação entre memória e identidade social, Pollak (1988) trata a memória como uma troca com o ambiente em que o sujeito habita, havendo para isso a junção de diferentes elementos que constroem uma nova história. O autor destaca os acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles vividos por tabela, ou seja, aquilo que o sujeito experienciou no plano real de sua própria vida e aquilo que foi propagado pelos seus pares ou pela comunidade em geral como uma verdade, que faz com que o sujeito de agora





se sinta “parte”, inaugurando uma memória do pertencimento, da identificação e da recolocação de uma identidade.

Partindo das marcações temporais vividas por Gisberta, é possível pensar uma memória que é atravessada pelo trauma, pela desautorização de uma vida “comum” e pela negação dos sonhos. Sendo uma mulher transxesual, considerando especificamente as questões de gênero e sexualidade, Nascimento (2021), também uma mulher trans, pontua que “em uma perspectiva histórica, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência: como mulheres transexuais e travestis, somos forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero” (Nascimento, 2021, p.49). Logo, se não há o direito à vida, por consequência, o direito de uma memória que de fato seja ativa, a ponto de transformar um espaço social, também é corrompido.

Se considerado o sentido da memória pelas vias das recordações, há a marcação de Gisberta pelo sentimento de esquecimento, um amor que se esquece, um desejo que é subtraído do seu plano de vida. Nos versos “*Escrevi o desejo/Corações que já esqueci*” há a explanação não apenas de uma falta, afinal, pode uma mulher transexual/travesti amar? pode ela ser desejada e amada de volta?, mas também, de um salto da memória que é reforçado pela violência de gênero, pelo projeto de morte direcionado a mulheres trans. .

O deslocamento de Gisberta já pontuado aqui, o ato de vestir-se de um sonho e de uma expectativa de vida e posteriormente vestir os acostamentos de uma avenida, de uma estrada, é a demonstração da ausência de uma materialidade desejada, alcançada pelo desejo, pelo sonho que é próprio de uma memória. Contudo, ainda que exista uma realidade que foi potencialmente mais violenta com Gisberta não só em seu deslocamento mas também na destituição de seus projetos de vida, a canção aqui analisada propõe uma nova formatação de memória, uma memória viva que se dá pela arte, em uma potência transformadora entre sujeitos que pertencem a um mesmo cenário, que compartilham de insuportáveis dores, mas que também se levantam contra o CISTema.

A memória de Gisberta e especificamente da precariedade de oportunidades em sua vida, retoma a ideia de memória coletiva como justiça social, ou seja, de subverter a falta através de uma postura política assertiva de enfrentamento. Maurice Halbwachs (2004) propõe um conceito de memória coletiva que atravessa diferentes grupos sociais, em uma defesa de que a memória seria moldada socialmente enquanto a lembrança é um fenômeno, um acontecimento social, assim a individualização da vida de Gisberta é também resultado de um movimento coletivo, nomeado pelo autor como um quadro social de memória, que é também lembrada por um outro, como ele pontua:





Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. É porque em realidade nunca estamos sós, não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1999, p.26).

Deste lugar de uma memória que se faz pela existência de outros em nós, que outras pessoas trans, homens e mulheres, recontam a história de Gisberta como um fato que não pode ser vivido novamente, uma tragédia anunciada que não deve ser repetida, uma memória que está intimamente ligada a uma responsabilidade histórica que incomoda um sistema de desassistência a corpos dissidentes, mas que também, relembra, pelos movimentos sociais, o papel das instituições policiais, de saúde e o próprio governo de forma macro na obrigatoriedade de proteção a essas pessoas submetidas à subalternidade.

Todas as posturas sociais já mencionadas e que se dão pela narrativa da vida de Gisberta e mais precisamente, pela transcrição dessa vida a um formato artístico, musicado, podem ser também pontuadas pelo que Paul Ricouer, em seu livro *“A memória, a História e o Esquecimento”* (2007) destacou como fenomenologia da lembrança, ou seja, o ato de entender como que uma lembrança coletiva- aqui demonstrada pela barbárie direcionada a Gisberta- se manifesta em nossa consciência, uma mesma consciência que faz com que o sujeito contemporâneo se organize de forma política sobre o que foi vivido, assim, como o autor defende, essa lembrança que nos aproxima do que foi vivido, como que, mesmo se não vivida por nós, nos comove como se fosse a nossa própria experiência, é também o que configura uma presença de uma ausência, aquilo que mentalmente se acessa, mas que fisicamente já não existe, o que questiona e apreende uma memória que não se dá apenas por uma contação do que foi vivido nas ruas de Portugal, mas que se recria e é reinterpretada à medida que temos acesso a novas formas de perceber e defender a existência de um corpo que desobedece a heteronormatividade e a performance binária do gênero.

A defesa de uma memória de Gisberta, dela enquanto ser social que sonhou suas próprias narrativas e também dela que tornando-se figura pública construiu nos grandes outros a necessidade de recordação e de ativismo pelo seu nome, torna-se essencial para a manutenção de identidades que possam de fato viver, em espaços seguramente arquitetados também para elas e por fim, pela validação de uma memória que afeta a todos e que possa ser concretizada, como um sonho possível e real.

2.3 COM SEDAS MATEI E COM FERROS MORRI: um eu deslocado para o quê?

Nos versos *“Com sedas matei e com ferros morri”* há a indicação da própria morte que se manifesta como forma de construção de gênero, da forma que Gisberta foi, não construída





biologicamente, mas através de um conjunto social de exclusão e de apagamentos radicais, pelos quais recusa a possibilidade de construção de novas realidades culturais (Butler, 2011).

Ao existir como travesti, categoria além do binarismo de gênero (masculino/feminino), uma série de eventos violentos recaiu sobre o seu corpo, ficando relegada aos quadros de invisibilidade, marginalização e violência, com atuações sistêmicas cuja matriz de inteligibilidade é historicamente situada, que possibilita que determinados que sua existência seja nomeada como inexistente, matável e morrida. Não basta a distância (própria daqueles que não querem o contato), é preciso a eliminação, o apagamento. E essa eliminação/apagamento se perfaz em um jogo metafórico entre vida/morte, onde o verso, “*com sedas matei*”, remete a ascensão artística em que Gisberta alcançou, enquanto o último verso “*E com ferros morri*”, representa a sua morte.

Gisberta, assim como outras tantas mulheres trans e travestis, ao performarem fora de uma lógica binária e exercerem um livre desenvolvimento subjetivo de ser quem são, estão sujeitas à discriminação e, conseqüentemente à exclusão social. Este duro quadro social é reverberado nas estruturas sociais. A morte não foi mero acaso, mas como uma das fontes resultantes.

Com relação à construção de memórias coletivas, a apropriação e ressignificação da histórica Gisberta Salce, como um momento de inflexão da consciência da população trans com relação a sua história, e não apenas como um mero registro formal de uma existência determinada. A (re)construção histórica da personagem participa, de forma relevante, da evidência de outras perspectivas sobre a multiplicidade de experiências relacionadas à vivência de uma identidade de gênero travesti, apagada por enredos históricos, mas que deve ser eternamente lembrada.

Para Paul Ricoeur (2007), o verbo “lembrar” está sempre relacionado ao substantivo “lembança”, uma vez este apresenta a memória como sendo pragmática, significando que ela deverá ser exercitada, isto é, não apenas lembrar o que passou, mas fazer alguma coisa em relação a essa lembrança. Eis, pois, que a recordação ora aqui empregada opera para sinalizar a busca pelo apagamento dos sinais de “humanidade” nas inúmeras “Gisbertas”, o ódio desproporcional voltado a corpos indefesos e que teimam em existir.

Esse apagamento ou tentativa de apagamento revelam a persistência de imaginários sociais avessos às diferenças e que se concretizam em práticas sexistas e lgbtfóbicas. O verbo “lembrar” está também sendo empregado em caráter reivindicatório, que corpos diversos e suas expressões sexuais e identitárias anseiam pelo direito de ser e existir, contestando noções sagradas e especializadas do ser masculino/feminino e exigindo da própria estrutura normativa a possibilidade de eleger projetos existenciais subjetivas.





Após a morte de Gisberta Salce, houve uma transformação social no campo legislativo português, com a criação de leis que tratou da igualdade de gênero, onde se criou uma série de leis voltadas para a igualdade de gêneros, com o objetivo de garantir a pessoas trans maior acesso à Justiça, à educação e ao emprego. Além disso, foi aprovada a concessão de asilo a pessoas trans estrangeiras em risco de perseguição e situação de vulnerabilidade social. O campo legislativo se apresentava como espaço generificado/categorizado, onde necessitou de reformulação no que concerne a instrumentação de leis existenciais para todos os corpos, descontinando, assim, um ordenamento legislativo também binário.

3. CONSIDERAÇÕES, NÃO FINAIS

Sem a intenção de finalizar as necessárias discussões que passeiam, ainda que pelo recurso da memória, no corpo-território de Gisberta, pontuamos que a canção *Balada de Gisberta* e sua análise pujante discursiva sobre a experiência de vida de Gisberta Salce, subjaz uma reflexão acerca de sua existência, da sua complexa vivência e de sua morte.

A música, mais do que qualquer outra arte, tem uma representação neuropsicológica extensa, com acesso direto à afetividade, controle de impulsos, emoções e motivação. Embora partamos da observação de alguns aspectos temáticos e discursivos presentes na canção a fim de melhor localizar a situação concreta de composição da canção, a tomamos aqui como objeto autônomo, tendo em vista não apenas a “vida própria” por ela adquirida em seu contexto de recepção, como também sua singular potência crítico-política.

Assim, por meio de trechos musicais, o compositor faz uma reconstituição do passado pessoal da Gisberta e o contexto social a qual estava inserida, denunciando a sua realidade marginal na cidade de Porto-Portugal, como prerrogativa de uma história singular, de luta e sofrimento. Pedro Abrunhosa militou em nome de Gisberta, a fim de homenageá-la e denunciar um crime cruel.

Ao longo deste texto, buscamos analisar a letra da canção partindo de uma perspectiva social e política, utilizando para isso a constituição do sujeito pela sua identidade de gênero; implicando ainda nos significados que seu corpo foi adquirindo por influência do espaço geográfico e social que ocupou e por fim, como a sua memória, não apenas individual, mas uma memória que impulsiona outras histórias, incitou novas ações de proteção e defesa a corpos dissidentes. Assim, destaca-se a vida de Gisberta como centro e não como margem, lembrando intencionalmente como o seu corpo ocupou um espaço, resistiu, mudou leis de país, e hoje é símbolo de resistência para mulheres transexuais e travestis, como uma mensagem de que a





morte dos nossos corpos, não mais serão naturalizadas. Gisberta é um levante potente contra um Sistema e também é, pela eternização da arte, uma forma de seguir firme e juntas, em luta.

REFERÊNCIAS

ABRUNHOSA, Pedro. **Balada de Gisberta**. In: BETHÂNIA, Maria. Amor Festa Devoção. Rio de Janeiro: Biscoito Fino - Sarapuí Produções Artística, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Actosperformativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). Gênero, cultura visual e performance. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

DARDEL, Éric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DE JESUS, T. C. (2018). **Denúncia sobre o assassinato de Gisberta Salce em Indulgência Plenária de Alberto Pimenta**. Revista Periódicus, 1(10), 85–94. Acesso em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.28019>

HOLZER, Werther. **Sobre territórios e lugaridades**. Grupo de estudos urbanos. Cidades. 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NUNES, Arthur Anoroço. **Três versões para o assassinato de Gisberta Salce: a análise do discurso no jornalismo e na arte**. Catalão- GO, vol. 23, n.2, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**/ Eni P. Orlandi – 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, vol. 5, nº10, São Luis: Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. DIFEL, São Paulo, 1983.





DA MATA, Paulo Aurélio. Capítulo dez: eu Gisberta. Cia Excessos, maio 2015. Disponível em: <http://ciaexcessos.com.br/paulo-aureliano-da-mata/livro-da-mata/capitulo-dez>. Acesso em: 20 de agosto 2024.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Almeida; Marcos Feitosa e André Feitosa. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth (1999). “**Primórdios do conceito de gênero**”. Cadernos Pagu, n. 12 (Dossiê “Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX”), p. 157-163.





GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO COMO FERRAMENTA DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA PATRIARCAL

Ana Catarina Brito Aires

Graduanda em Psicologia – UFMA
ana.cba@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Gabriel Elyfran Oliveira Bonfim

Graduando em Psicologia – UFMA
gabriel.elyfran@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Polyana Gabriele Rodrigues Leal

Graduanda em Psicologia – UFMA
polyana.leal@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Raimundo Ferreira Pereira Filho

Mestre em Ciências da Educação – Universidade Americana
rffilho@tjma.jus.br
Tribunal de Justiça do Maranhão

Romulo Saerlle Oliveira Lima

Psicólogo – Uninassau
romulosaerlle@gmail.com
Centro Universitário Maurício de Nassau

RESUMO: O patriarcado, uma estrutura social que existe há mais de 2500 anos, permanece muito presente na sociedade atual. Nesse sistema, os homens detêm o poder e o utilizam para dominar e explorar as mulheres. O machismo é a expressão cultural desse patriarcado, que discrimina e desvaloriza as mulheres pelo simples fato de serem mulheres. Além de submeter as mulheres, o patriarcado impõe um modelo rígido de comportamento para os homens, exigindo que ajam de forma dominante, agressiva e exploradora. Qualquer desvio desse padrão é considerado inferior, sendo associado ao feminino. Esses fatores estão profundamente conectados a uma das maiores questões contemporâneas: a violência doméstica. A violência de gênero é resultado direto desse desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, manifestando-se de diferentes formas, como agressões físicas, patrimoniais, psicológicas, sexuais e morais. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) foi criada justamente para combater esse tipo de violência e proteger as mulheres. A lei impõe medidas como prisão preventiva e ordens de afastamento dos agressores, além de oferecer suporte psicológico e jurídico às vítimas. Além disso, ela também estabelece a criação de grupos reflexivos para os autores de violência, com o objetivo de reeducá-los e conscientizá-los sobre os impactos de suas ações, buscando a prevenção de novas agressões. Dessa forma, a Lei Maria da Penha é um marco essencial na luta contra a violência de gênero e no enfrentamento das estruturas patriarcais que perpetuam essa violência, promovendo não apenas a proteção das vítimas, mas também a mudança de comportamento dos agressores. Os grupos reflexivos, nesse contexto, surgem como espaços de diálogo e transformação. Neles, os homens são incentivados a refletirem sobre suas relações de gênero e vivências cotidianas, buscando reconstruir suas masculinidades de forma mais saudável e responsável. Esses grupos não se limitam a conscientizar os agressores, mas também ultrapassam a lógica de culpa e punição, promovendo a prevenção de novos episódios de violência. Dessa forma, tanto a Lei Maria da Penha quanto os grupos reflexivos atuam de maneira complementar para transformar as dinâmicas que alimentam a violência de gênero, contribuindo para a





construção de relações mais justas e igualitárias. Nessa direção, buscou-se abordar neste estudo a importância desses grupos reflexivos como parte fundamental da estratégia de enfrentamento à violência de gênero, destacando como a reeducação e a reflexão podem efetivamente contribuir para o combate da violência patriarcal. Tem-se, então, o objetivo de relatar a experiência de acompanhamento dos grupos realizados no primeiro semestre de 2024 na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, Maranhão. Os grupos reflexivos têm como objetivo promover um processo de reflexão e responsabilização dos autores de violência, desconstruindo estereótipos e desigualdades de gênero. Além disso, buscam fomentar o entendimento sobre os impactos da violência, incentivando mudanças comportamentais e emocionais. Por meio de atividades e discussões em grupo, os participantes são incentivados a desenvolver habilidades de comunicação não violenta, autoconhecimento e respeito nas relações, contribuindo para a construção de uma cultura de paz e igualdade. Este é um estudo descritivo baseado na observação de dois grupos reflexivos da 1ª Vara da Mulher, realizada por três estagiários. Os encontros ocorrem semanalmente, com duração de cerca de duas horas, facilitados por uma dupla, um homem e uma mulher, em formato não hierárquico. Antes dos encontros, a equipe multidisciplinar faz uma triagem individual para garantir acolhimento e inclusão de participantes. As atividades incluem a observação dos encontros e a elaboração de relatórios sobre a dinâmica, conduta dos facilitadores e participação do grupo. Após os encontros, realizam-se reuniões de supervisão entre facilitadores e observadores para compartilhar percepções e planejar a próxima dinâmica. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, coletando dados das atividades realizadas. Ao final do processo, fica evidente a importância desse trabalho na promoção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Durante o percurso, observou-se que muitos homens, ao ingressarem no grupo, demonstravam resistência e reproduziam estereótipos de gênero. No entanto, após alguns encontros, os participantes já começaram a usar a ferramenta da reflexão. Isso ressalta o papel essencial dos grupos reflexivos na criação de novos sentidos e significados para as relações de gênero, na construção das masculinidades e no combate à violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Grupo reflexivo; Violência; Gênero.

1. INTRODUÇÃO

O patriarcado, uma estrutura social que existe há mais de 2500 anos, permanece muito presente na sociedade. Atualmente, ainda é possível observar a representação da mulher ideal imposta por uma sociedade patriarcal, que considera, até hoje, mulheres como sujeitos inferiores, cuja função primordial é servir o homem e a família (De Paula e Sant'ana, 2022). No patriarcado, a mulher é vista como inferior, “cujas docilidade e submissão são consideradas suas únicas virtudes. Ela, como objeto (e não como sujeito), ‘pertence’ a um homem (ao pai, quando jovem; e ao marido, após o casamento) e sua obrigação é, de acordo com esse *ethos*, manter-se pura e dedicada a ele e às suas vontades” (De Paula e Sant'ana, 2022, p. 7558).

Apesar das lutas estabelecidas pelos movimentos feministas na tentativa de questionar essas concepções, é possível perceber que muitas destas concepções ainda estão enraizadas na consciência social atualmente (De Paula e Sant'ana, 2022). Contudo, muitos avanços foram conquistados e as





mulheres alcançaram alguns direitos. Porém, apenas mudanças na legislação não são capazes de solucionar o machismo estrutural, tendo em vista que “aqueles que impõem as leis (majoritariamente, ainda hoje, homens), continuam sendo, em grande parte, sujeitos que assumem a voz social dominante de discriminação à mulher”, o que contribui para a naturalização da discriminação e reflete nos dados alarmantes de violência contra a mulher nos últimos anos (De Paula e Sant’ana, 2022).

De acordo Balbinotti (2018), da colonização aos dias atuais, a posição da mulher, na família e na sociedade, demonstra que o patriarcado foi uma das matrizes da organização social brasileira. Nesse contexto, embora não se possa reduzir esse sistema “a explicação de todas as formas de desigualdades e de opressão do gênero feminino, a violência contra as mulheres tem ali seu nascedouro, como sustentam as correntes feministas” (Balbinotti, 2018, p. 251). Nesse sistema, os homens detêm o poder e o utilizam para dominar e explorar as mulheres. O machismo é a expressão cultural desse patriarcado, que discrimina e desvaloriza as mulheres pelo simples fato de serem mulheres.

Além de submeter as mulheres, o patriarcado impõe um modelo rígido de comportamento para os homens, exigindo que ajam de forma dominante, agressiva e exploradora. Qualquer desvio desse padrão é considerado inferior, sendo associado ao feminino. Esses fatores estão profundamente conectados a uma das maiores questões contemporâneas: a violência doméstica. A violência de gênero resulta diretamente desse desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, manifestando-se de diferentes formas, como agressões físicas, patrimoniais, psicológicas, sexuais e morais.

Nesse sentido, o presente estudo descritivo, do tipo relato de experiência, tem como objetivo apresentar a experiência de acompanhamento dos grupos realizados no primeiro semestre de 2024 na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, Maranhão. Os grupos reflexivos têm como objetivo promover um processo de reflexão e responsabilização dos autores de violência, desconstruindo estereótipos e desigualdades de gênero. Além disso, buscam fomentar o entendimento sobre os impactos da violência, incentivando mudanças comportamentais e emocionais. Por meio de atividades e discussões em grupo, os participantes são incentivados a desenvolver habilidades de comunicação não violenta, autoconhecimento e respeito nas relações, contribuindo para a construção de uma cultura de paz e igualdade.

O estudo foi desenvolvido a partir da observação de dois grupos reflexivos da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, Maranhão. Dentre as atividades realizadas durante o estudo, além do acompanhamento e observação dos encontros, estavam a produção dos relatórios que descreviam a dinâmica, a condução dos facilitadores, as colocações dos participantes, o olhar dos facilitadores, os fatores identificados durante o





encontro, as dificuldades encontradas e os pontos a serem ressaltados nos próximos encontros. Também eram realizadas reuniões, caracterizadas como “supervisões”, entre facilitadores e observadores, onde todos colocavam suas percepções gerais sobre o encontro e planejavam a dinâmica da semana seguinte. Dessa forma, a abordagem qualitativa caracteriza a pesquisa, com a coleta de dados realizada a partir das atividades descritas.

1.1 Lei Maria da Penha e Grupos Reflexivos

No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) foi instaurada para criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Além disso, a lei dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal, e dá outras providências.

Os grupos reflexivos de gênero, por força da Lei nº 13.984/2020 (Lei que altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), atualmente estão inseridos no rol de Medidas Protetivas de Urgência, de que trata a Lei Maria da Penha, visando ao comparecimento do homem autor de violência contra as mulheres a programas de recuperação e reeducação e o seu acompanhamento psicossocial (ESMAM, 2023). Esse acompanhamento se dá por meio de atendimentos individuais e/ou grupais de apoio, nos quais se discutem variados temas, visando responsabilizar ativamente o agente, empoderar a sociedade e contribuir para a redução de eventuais reincidências (ESMAM, 2023).

Dessa forma, a Lei Maria da Penha é um marco essencial na luta contra a violência de gênero e no enfrentamento das estruturas patriarcais que perpetuam essa violência, promovendo não apenas a proteção das vítimas, mas também a mudança de comportamento dos agressores. Com o advento da lei, as ações direcionadas aos homens foram propostas legalmente, e houve o surgimento de discussões mais assertivas acerca da educação e responsabilização desses homens (GAMA, 2021). A partir de sua implementação, a lei se mostrou como uma importante inovação, e as ações com os homens foram incorporadas como mais um mecanismo de enfrentamento à violência contra a mulher (GAMA, 2021).

A Lei 11.340/2006, no seu artigo 35, orienta sobre a possibilidade dada ao Estado acerca do trabalho a ser desenvolvido com os homens em situação de violência e indica no seu artigo 45 que “nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (GAMA, 2021, p. 28).





Nesse contexto, os grupos reflexivos representam um espaço de diálogo para que os homens possam refletir e repensar sobre as relações de gênero e suas vivências cotidianas, a fim de produzir outros sentidos e significados sobre a construção das masculinidades (Filho, 2020). Diante disso, o trabalho com os grupos visa produzir reflexão e responsabilização dos atos cometidos pelo autor da violência, a fim de ultrapassar a lógica de culpa/punição (Filho, 2020). Dessa forma, as intervenções são direcionadas de modo a promover a desconstrução de estereótipos de gênero e das masculinidades hegemônicas, com o objetivo de promover a prevenção de novos episódios de violência, desnaturalizar a vinculação existente entre masculinidades e violência e criar uma rede de atendimento para homens (Beira, Martins e Hugill, 2024).

Assim, tanto a Lei Maria da Penha quanto os grupos reflexivos atuam de maneira complementar para transformar as dinâmicas que alimentam a violência de gênero, contribuindo para a construção de relações mais justas e igualitárias. Ademais, os grupos reflexivos ultrapassam a lógica da ressocialização, visto que se pode considerar que esses sujeitos já estão integrados numa sociedade patriarcal que fundamenta a lógica de opressão às mulheres. Desse modo, é por meio da reflexão, promovida pelo diálogo, que se pode questionar as normativas de gênero estabelecidas e criar um novo modo de se relacionar, menos violento e mais equitativo (Beiras *et al.*, 2021).

1.2 O Trabalho do Grupo Reflexivo na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís

A 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís atende à determinação da Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha - que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse sentido, no âmbito da Psicologia e do Serviço Social, a vara conta com uma equipe composta por duas assistentes sociais, uma comissária da infância e juventude, um psicólogo e estagiários de Psicologia e Serviço Social. No âmbito da Psicologia, o trabalho é realizado através do projeto “O Amanhã”, que corresponde ao grupo reflexivo de gênero para homens envolvidos em situação de violência doméstica. No Maranhão, esse trabalho teve início no ano de 2008, após a criação da Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís (Filho, 2020). Após mais de trezentos homens passarem pelo grupo, esse trabalho registra índices de reincidência zero (Filho, 2020).

Segundo Filho (2020, p. 21),

essa iniciativa de intervenção foi proposta pelo Juiz Nelson Melo de Moraes Rego, na época juiz Titular deste juízo e pela equipe multidisciplinar da Vara, tomando-se como





referência a Lei n.º 11.340/2006, com um viés de responder de forma diferenciada à questão da violência doméstica e familiar contra a mulher.

De acordo com Ferreira (2024), além do trabalho realizado pela 1ª Vara, existem outros grupos para autores de violência em funcionamento no Maranhão, realizados por outras instituições do Sistema de Justiça, como o Ministério Público e a Defensoria, em parceria com o Poder Judiciário, o Poder Executivo (especialmente por equipes da Política de Assistência Social), Universidades e outras instituições.

O grupo reflexivo da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, no início de sua formação, teve como inspiração as experiências desenvolvidas na cidade de Nova Iguaçu-RJ, no Instituto Albam – MG e no instituto NOOS (Filho, 2020). No que concerne à base teórica que fundamenta o trabalho do grupo, esta originou-se da experiência do Instituto NOOS, a partir de três aportes: o pensamento sistêmico, com base na proposta reflexiva de Tom Andersen, a abordagem construtivista e as bases da Pedagogia da Pergunta de Paulo Freire. Aliado a isso, acrescentou-se a abordagem existencial da Logoterapia e a teoria de Marshall Rosenberg sobre comunicação não violenta (Filho, 2020).

O trabalho realizado na 1ª Vara tem por objetivo produzir reflexão/responsabilização, ultrapassando a lógica de culpa e punição. Assim, as intervenções do/a facilitador/a do processo grupal estão direcionadas à desconstrução de estereótipos de gênero, das masculinidades e à construção de outras possibilidades de vivências das masculinidades, por meio de uma abordagem que estimule a participação ativa dos homens na reflexão sobre o cotidiano de suas vidas. (Filho, 2020) Desse modo, confrontar os sujeitos sobre como construíram as suas dinâmicas de relações, como cada um contribuiu ou se deixou levar por contextos normativos que os colocaram em situações de violência, são questões consideradas fundamentais no processo de reflexão e responsabilização, dentro de uma abordagem sustentada por uma visão ampliada e estrutural da violência.

Durante esse trabalho, a pergunta é o ponto central para o desenvolvimento do processo reflexivo. Nesse espaço, todos são confrontados sobre suas vivências e cotidianos, acionando, assim, o processo de des(re)construção e questionamentos de si mesmos e de seus atos nas relações diante do mundo, tendo em vista que os participantes não estão no grupo apenas para receber conteúdos, mas sim para refletir sobre as situações do cotidiano (Filho, 2020). Dessa forma, dentro do grupo, os homens são considerados sujeitos ativos; ou seja, não estão no grupo simplesmente para receber conteúdos e tirar dúvidas, mas sim para exercer um papel ativo dentro de um processo coletivo de reflexão, sendo livres para interagir, questionar, bem como expressar sentimentos e posicionamentos (Filho, 2020).





Com relação a metodologia de trabalho, a Resolução nº 124, de 7 de janeiro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece que o número de encontros dos grupos não deve ser inferior a oito sessões, pois um número de encontros reduzido impossibilita o aprofundamento e a conexão grupal. Assim, os grupos geralmente possuem entre dez e quinze encontros semanais, cada encontro com duração de até duas horas e com um número ideal de até vinte homens.

Os(as) facilitadores(as), profissionais que mediam o processo reflexivo, podem advir das mais diversas áreas de formação e devem basear-se em uma proposta pedagogicamente ativa, a fim de fomentar o debate crítico e estimular a busca pelo contínuo aperfeiçoamento da desconstrução e reconstrução. Esse processo se manifesta nas estratégias de promoção do diálogo e questões problematizadoras, inspiradas em situações da realidade, que objetivam estimular os participantes ao processo reflexivo, à interpretação e a promover o raciocínio sobre as possíveis narrativas e situações no contexto das violências de gênero que se manifestam. Além disso, recomenda-se que a condução dos grupos seja feita em dupla, preferencialmente por uma pessoa do gênero feminino e uma do gênero masculino.

Outrossim, antes de iniciar os encontros, a equipe multidisciplinar realiza ações individuais de triagem, com o objetivo de promover o acolhimento e explicação do processo grupal, a observação de características de inclusão e exclusão no grupo e a familiarização com a equipe e o processo de trabalho. As entrevistas são fundamentais durante esse processo, pois funcionam como um instrumento de acolhimento e geração de um vínculo inicial com o homem, prestando orientações sobre a decisão judicial e o funcionamento do grupo reflexivo (Ferreira, 2024). Após os encontros, realizam-se reuniões de supervisão entre facilitadores e observadores para compartilhar percepções, analisar a conduta dos facilitadores e planejar a próxima dinâmica, além da produção de relatórios.

Durante o funcionamento do grupo, os conteúdos dos encontros são distribuídos pedagogicamente a partir dos seguintes eixos temáticos: gênero, masculinidades, violência, família e futuro (Pereira Filho, 2020). No entanto, existe uma flexibilidade no que diz respeito à temática a ser trabalhada, tendo em vista que cada grupo apresenta características e demandas específicas. Além disso, os encontros são desenvolvidos através de recursos didáticos, como dinâmicas de grupo, vídeos, textos, músicas, entre outros (Filho, 2020).

Os agentes da reflexão são responsáveis por promover o processo reflexivo por meio da apresentação de perguntas problematizadoras e incentivando a manifestação da expressão dos participantes sobre os temas abordados. Durante os debates das atividades geradoras, os facilitadores assumem a mediação das discussões, a fim de facilitar a participação de todos dentro





da dinâmica reflexiva de forma acolhedora. Os participantes e os facilitadores entram em um processo contínuo de ensino-aprendizagem, no qual todos são elementos ativos do processo grupal. Na finalização do trabalho, o grupo avança para etapa de “acompanhamento”, onde são realizados alguns encontros com o objetivo de avaliar o impacto do trabalho na vida dos participantes e verificar como eles têm utilizado os conhecimentos adquiridos ao longo do grupo (Gama, 2021).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do processo, fica evidente a importância desse trabalho na promoção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Durante o percurso, observou-se que muitos homens, ao adentrarem no grupo, demonstraram resistência, assim como reproduziam estereótipos de gênero. Contudo, após alguns encontros, os participantes começaram a utilizar a ferramenta da reflexão. Isso ressalta o papel essencial dos grupos reflexivos na criação de novos sentidos e significados para as relações de gênero, na construção das masculinidades e no combate à violência contra as mulheres.

Nessa direção, os grupos reflexivos, ao promoverem um processo de reflexão e responsabilização dos homens autores de violência, contribuem para a desconstrução de estereótipos e desigualdades de gênero. Além disso, fomentam o entendimento sobre os impactos da violência doméstica, incentivando mudanças comportamentais. Por meio das atividades propostas, os participantes são incentivados a desenvolver habilidades de comunicação não violenta, autocohecimento e respeito nas relações, contribuindo para a construção de uma cultura de paz e igualdade.

Destaca-se ainda os benefícios percebidos na experiência da equipe da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, com reincidência próxima a zero (Pereira Filho, 2020; Maranhão, 2021; 2023) e mudanças qualitativas nas vidas dos participantes em diversas áreas (Ferreira, 2024). Acrescenta-se o reconhecimento da importância do trabalho em grupo pelos próprios participantes, visto que não é raro, em suas avaliações finais, relatarem que o trabalho deveria ser feito desde a idade escolar.

Percebe-se, assim, que a proposta de estimular a reflexão, para pontuações de gênero e também cotidianas e ir em oposição à lógica da naturalização de comportamentos produz resultados positivos para uma problemática social tão presente no cotidiano de milhões de mulheres.

Ao se depararem com comportamentos enraizados e muitas vezes impostos sob pressão, a reflexão se apresenta como uma ferramenta capaz de impulsionar transformações em direção





a um comportamento mais significativo. Ao se distanciar da culpabilização, é possível promover a responsabilização, contribuindo para um direcionamento rumo a produção de relações mais saudáveis e significativas, promovendo, então, maior qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BALBINOTTI, Izabele. **A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo**. Rev ESMESC. 2018; 25 (31): 239: 64.

BEIRAS, Adriano. *et al.* **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil**: Mapeamento, análise e recomendações. Florianópolis: CEJUR. 2021.

BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel F. W. , HUGILL, Michelle de S. G. **Recomendações e Critérios Mínimos para Grupos Reflexivos para Homens autores de violência: resumo esquematizado**. Grupo Margens/UFSC: Florianópolis, 2024.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

BRASIL, Lei nº 13.984/2020, de 3 de abril de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022.

DE PAULA, Luciane; SANT'ANA, Carolina Gomes. A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. In: **Fórum linguístico**. 2022. p. 7555-7574.

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MARANHÃO. **MAPEAMENTO DO PERFIL DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA**: uma análise do Grupo Reflexivo da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís - Maranhão. Coordenadoria Estadual da Mulher. São Luís, 2023.

FERREIRA, Edla Maria Batista. **Grupos reflexivos para homens autores de violência**: representações de homens e profissionais na experiência da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres de São Luís-MA. Belo Horizonte, 2024.

FILHO, Raimundo Ferreira Pereira. **Intervenção com homens envolvidos com a situação de violência contra a mulher**: uma experiência desenvolvida pela vara especializada de São Luís do Maranhão. In: Revista Interdisciplinar Sistemas de Justiça e Sociedade, São Luís, v.1, n.1, set/dez, p. 20-29. 2020.

GAMA, Carla Jeanne da Silva Cruz. **Rodas reflexivas**: a Psicologia como recurso para mudança de percepção dos homens em situação de violência contra a mulher. São Luís, 2021.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. **Coordenadoria Estadual da Mulher. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher**: 12 anos de experiência da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís-MA. São Luís: Coordenadoria Estadual da Mulher/Esmam, 2021.





MARANHÃO. Tribunal de Justiça. Coordenadoria Estadual da Mulher. **Mapeamento do perfil dos homens autores de violência:** uma análise do grupo reflexivo da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de São Luís. São Luís: Coordenadoria Estadual da Mulher/Esmam, 2023.

SCOTT, Juliano Beck. **Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher:** limites e potencialidades. 2018.





POLÍTICA, EDUCAÇÃO E GÊNERO: ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Katiana Souza Santos

Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA

katianasouzasantos@gmail.com

Instituto de Ensino Superior Franciscano

RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir a relação entre política, educação e gênero no contexto da construção das políticas educacionais brasileiras, a partir do recorte do debate de gênero e sexualidade. Como proposta metodológica o trabalho aqui apresentado, parte da revisão de literatura, utilizando a pesquisa bibliográfica como fonte para a coleta de dados. Baseia-se na proposta foucaultiana que se apresenta como uma investigação árdua, que tenta identificar indícios nos fatos desconsiderados ou apagados no curso da história tradicional. Entendemos avanço das investidas conservadoras nos espaços das políticas públicas tem sido ampliado nos últimos anos, especialmente quando evidenciamos temas progressistas como os debates sobre diversidades nas diferentes políticas sociais. A implementação da BNCC está alinhada com a construção do novo ensino médio com ações políticas que interferem diretamente nos processos de aprendizagem. As construções que perpassam o chão da escola a partir das normativas e silenciamentos dos documentos oficiais sobre gênero e sexualidade têm sido chaves de leitura para a elaboração de estratégias de enfrentamento e de construções de debate na escola.

Palavras-chave: Política; Educação; Gênero; Sexualidade.

1. INTRODUÇÃO

A estrutura social e política brasileira se configura como um espaço tensionado por relações marcadas por elementos conservadores e de segregação, que contribuíram para construção de desigualdades raciais, sociais, de gênero e econômicas.

O artigo aqui apresentado objetiva discutir a relação entre política, educação e gênero no contexto da construção das políticas educacionais brasileiras, a partir do recorte do debate de gênero e sexualidade.

Entendemos que no que tange à educação, o país tem marcada sua trajetória de organização das ações neste campo, por meio do processo de agravamento da questão social e manutenção de discursos originários das elites. A educação serve, majoritariamente, para manter as classes menos abastadas nos lugares que os grupos dominantes desejavam que estes ocupem.

A proposta metodológica adotada parte da revisão de literatura, utilizando a pesquisa bibliográfica como fonte para a coleta de dados. Realizamos uma abordagem às teorias sobre gênero a partir dos estudos de Butler (2003, 2024), Safiotti (2015) e Biroli, Machado e Vaggione (2020); educação por meio das contribuições de Saviani (1999) e Adorno (2020) como





primordiais para nossa discussão; e conservadorismo e suas relações com as políticas públicas do país com os estudos de Burity (2016), Tadvald (2015), Chauí (2016), Almeida e Toniol (2018). A análise aqui proposta baseia-se na proposta foucaultiana que busca compreender o cotidiano e as relações de poder, a partir dos fatos desconsiderados ou apagados no curso da história tradicional.

Entendemos avanço das investidas conservadoras nos espaços das políticas públicas tem sido ampliado nos últimos anos, especialmente quando evidenciamos temas progressistas como os debates sobre diversidades nas diferentes políticas sociais.

A perspectiva foucaultiana nos auxilia na análise dos enunciados e das formações discursivas como uma construção histórica. (Foucault, 1993, p. 22). Ainda usaremos o conceito de discurso produzido por Foucault (2011), que considera o discurso como um acontecimento num dado momento, composto de elementos diversos que exprimem estruturas e relações de poder.

Compreendemos que gênero está direcionado para a desconstrução dos pressupostos binários que pautaram os primeiros estudos de gênero, Butler (2003) afirma ser impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais das quais elas são produzidas e mantidas.

Entendemos avanço das investidas conservadoras nos espaços das políticas públicas tem sido ampliado nos últimos anos, especialmente quando evidenciamos temas progressistas como os debates sobre diversidades nas diferentes políticas sociais.

No que tange ao processo de organização da educação no país, pudemos observar debates e disputas em diversos campos de poder que culminaram na organização da Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

O artigo está estruturado em três tópicos que debatem a distorção entre a relação público/privado no contexto de avanço do conservadorismo, onde buscamos debater a origem desta percepção dualista no contexto grego por meio do Arendt (2008) e quais os desdobramentos desta relação que se configurou a base das sociedades ocidentais com a emergência da polis e, posteriormente, dos estados-nações. Avançaremos no debate com a discussão sobre quais as estratégias usadas pelo movimento conservador no contexto nacional para disseminar suas ideias e propor mudanças na agenda pública educacional. Por fim analisaremos quais as incursões deste pensamento na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que tange aos debates sobre gênero e sexualidade, entendidos como agendas necessárias ao debate público que foram distorcidas, ideologizadas e por fim atacadas pelos conservadores no contexto de aprovação do texto final desta reforma educacional. Consideramos como necessários ao debate contemporâneo as reflexões aqui propostas, visando a construção de estratégias de fomento ao pensar livre.





2. A DISTORÇÃO NA RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO E SUA RELAÇÃO COM O AVANÇO DO CONSERVADORISMO

O debate sobre os impactos do conservadorismo no Brasil é necessário para ampliarmos o conhecimento sobre como inverteram a lógicas entre o público e privado, incorporando ao debate público e governamental, pautas muito privadas e que objetivam restringir direitos de algumas minorias sociais.

Como aponta Chauí (2016) o movimento conservador no Brasil está presente em toda história da formação do Estado brasileiro, em determinados contextos ele se apresenta com elementos mais claros, em outros momentos se configura de maneira mais velada, mas permanece como um elemento que atravessa todos os contextos sociais e políticos brasileiros.

Uma das grandes questões que norteiam o movimento conservador no país é a dissolução das fronteiras entre as esferas público/privadas, com a investida de pautas de origem privadas na organização de políticas públicas.

Urge pensarmos sobre as origens ou gênese do público e do privado, para tal investidura trazemos a filósofa Hannah Arendt (2008) para compreender de onde surge estas demarcações no mundo ocidental antigo.

Em a *Condição Humana*, Arendt (2008) ressalta que as atividades humanas são condicionadas pela condição de sociabilidade dos sujeitos. Difere ação de labor, compreendendo que ação corresponde à atividade que é feita entre os homens sem a necessidade de mediação por coisas ou matéria. Já o labor é definido como processo biológico do corpo humano. Defende que houve um desprezo pelo labor entre os gregos que vai demarcar parte das produções intelectuais posteriores. Ela difere o labor do resultado da ação, que seria o que é considerado trabalho na tradição marxista. Contrapondo-se ao conceito aristotélico de *zoon politikon* defende que o conceito de homem como animal político está atrelado à vida em comum, logo diz respeito ao conceito de ação.

Considerando que a ação se configura como exclusiva ao homem no processo de sociabilidade, Arendt (2008) expõe que a perda da dimensão do homem como animal político para dar surgimento à ideia de animal social impactaram na concepção de política, no contexto grego. A ideia de homem como animal político relaciona-se profundamente com a vida em comum a outros sujeitos, desta forma a capacidade de organização política tem seu auge no processo de surgimento das cidades-estados onde há a fusão da vida privada à vida política, tendo o discurso o elemento mediador das relações. “No discurso, tornavam-se manifestas a importância política da amizade e a qualidade humana própria a ela. (Arendt, 2008, p. 29).





Pelo discurso marca-se o limite entre o que se debate no contexto coletivo e aquilo que se trata no contexto privado/ íntimo. Aqui demarca-se a divisão entre a esfera pública (esfera da pólis) e a esfera privada (esfera da família). Na esfera pública se encontra a liberdade, enquanto na esfera privada os homens se relacionavam devido às suas necessidades, havendo desigualdade entre seus membros. Na esfera da família não havia o elemento da liberdade, pois o chefe de família (dominante) só se torna livre quando deixa o ambiente doméstico e ingressa na esfera pública onde poderia disputar e debater com seus iguais. Aqui demarcamos que o conceito de igualdade difere do conceito mais contemporâneo, pois é entendido viver entre seus pares e relacionar-se com eles. Para a autora no contexto da antiguidade grega havia um interstício, uma lacuna muito significativa entre as esferas público e privadas, que demarca o surgimento da polis. (Arendt, 2008).

O termo “público” tem inserção em dois fenômenos, sendo o primeiro entendido como aquilo que pode ser visto e ouvido por todos; e o segundo fenômeno diz respeito ao próprio mundo, visto sua condição de comunhão a todos, lugar em que todos estão. Para Arendt (2008) aquilo que não pode ser dito na presença dos outros torna-se privado, renegado ao ambiente individual. A dissolução da esfera pública implica no processo de impossibilidade de reafirmação da tradição, portanto quando pensamos nas questões de poder e violências imersos a estes processo de reversão da esfera pública, compreendemos não é possível que sujeitos que não tenham a menor noção da res publica defendam práticas não violentas e que tenham capacidade de abrir debates públicos sobre temas de interesse coletivo, como podemos identificar em contextos de tiranias e em condições de sociedade de massas onde os sujeitos se identifiquem numa matriz familiar única, tornam-se, assim, prisioneiros de sua subjetividade.

Para Arendt (2008) o surgimento da esfera social é percebido no contexto de transformação da preocupação individual em preocupação pública, processo intermediado pela ocorrência da propriedade privada. A perda da esfera pública impacta diretamente na perda da condição de igualdade, construída e defendida pela liberdade pública. Quando este aspecto deixa de existir ou é limitado o sujeito tende a engessar suas diferenças.

No contexto mais atual da década de 2000, considerando o contexto brasileiro, identificamos que os elementos sócio-políticos e econômicos vão impactar na relação do conservadorismo e seus impactos nas fronteiras entre o público/ privado, tendo o campo educacional um setor estratégico para sua atuação.

A reforma estatal pensada a partir do Consenso de Washington desvincula o público do estatal e reforça a dimensão público-privado adotando os parâmetros do mercado como “novo” paradigma. O Estado redefine suas bases para encaixar à proposta de Estado Empresarial,





prevista nas reformas de segunda geração do Consenso de Washington que contemplam as reformas políticas e institucionais. Nesse contexto o Estado delega ao setor público não estatal a responsabilidade pela execução das políticas sociais, com clara incursão da lógica privatista, que no Brasil são percebidas desde 1995 com o Plano Diretor da Reforma do Estado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Neste documento são percebidas as orientações estadunidenses sobre como o governo deveria reorganizar suas agendas, sobretudo no que tange às políticas sociais entendidas como de responsabilidade não exclusiva do Estado, deixando o centro dos debates no que tange ao planejamento estratégico governamental. Surgem as experiências de privatização, terceirização e publicização dos serviços sociais agora desenvolvidos pelo setor público não estatal. (Puello – Socarras, 2008)

Para esta orientação ideológica político-econômica a crise é entendida como necessária e desta forma observa no conservadorismo em sua versão atualizada, uma forma de solucionar a crise: diminuindo os processos democrático. Assim o neoliberalismo que reconfigura o espaço público/ privado do campo para a retomada das ideias conservadoras. “Esta natureza antidemocrática do sistema neoliberal explica em grande parte a espiral sem fim da crise e o aceleração diante dos nossos olhos do processo de desdemocratização, pela qual a democracia se esvazia de sua substância.” (Laval; Dardot, 2019, p.11).

Concordado com os autores que o conservadorismo é um instrumento do neoliberalismo e não está marcado apenas no contexto brasileiro. Este movimento é geral e se materializa e solidifica no interior do “marco formal do sistema político representativo que se estabelecem dispositivos antidemocráticos de uma temível eficácia corrosiva”. (Laval; Dardot, 2019, p.13).

Veremos no próximo tópico como o movimento conservador, pensado como estratégia do capital, tem seus tentáculos na organização das políticas educacionais no contexto nacional.

3. O MOVIMENTO CONSERVADOR NO BRASIL E OS REBATIMENTOS NAS QUESTÕES EDUCACIONAIS

O avanço do pensamento conservador é uma realidade que muito preocupa teóricos e cidadãos que prezam pela manutenção da liberdade e justiça social. Chauí (2016) e Sennett (1988), em trabalhos distintos, concluem que em alguns contextos contemporâneos, atravessados pelas ideias neoliberais e construção de aparatos, fortalecem a superposição do imaginário privado ao imaginário público. Tais posturas podem ser compreendidas por uma linha de reflexão que nos leva a identificar as posturas, ideologias e comportamentos entre os séculos XIX e XX.





É necessário compreendermos, diante deste entrecruzamento os elementos que compõe o que estamos considerando como conservadorismo na sociedade contemporânea. O conservadorismo clássico pode ser observado a partir de elementos como a crítica à modernidade e ao conceito iluminista da razão, com a constante crítica ao postulado abstrato, supervalorização do concreto e reforço do senso comum.

Um dos pressupostos da filosofia iluminista era a valorização da razão que levaria o homem ao caminho da liberdade, ato de fazer uso público de sua razão em questões que lhe fizerem necessárias, sem amarras ou limitações. Um importante filósofo iluminista foi Kant (1985) que propôs uma crítica à metafísica tradicional, postulando a questão do homem a partir do pensamento infinito e da verdade como valor absoluto. Ele preconizou que o conhecimento é problematizado a partir das faculdades humana e elabora um conceito que nos é muito interessante em pensar, o esclarecimento. Kant (1985) considerava que o homem coexistia em situação de minoridade, tornando-se prisioneiro de si próprio, sem ter a atitude de romper com essa condição. Para ele o esclarecimento seria a saída da condição de medíocre, ou seja, o homem passando a servir a si próprio, sem intermediários, cultivando o autocontrole e a liberdade. Defende que o homem deve ter a ousadia de fazer uso do seu próprio entendimento, rompendo com o comodismo, preguiça e covardia. A propositura kantiana reforça um pensar livre que não conceberia espaços para ampliação de contextos que impusessem amarras ao pensamento ou colocasse o homem em condição de dominação.

A onda conservadora ou onda azul, conceituada por Almeida e Toniol (2018), é gerida por quatro eixos: economicamente liberal; moralmente reguladora; securitariamente punitiva; socialmente intolerante. Os autores demarcam que os eixos perpassam as agendas públicas, incluindo suas pautas nos debates do Congresso Nacional.

Burity (2016) destaca que a maior adesão dos setores populares às pautas conservadoras tem justificativa pois o imaginário conservador, presentes em momentos históricos anteriores, não fora vencido ou anulado em sua raiz. Estiveram de algum modo presentes nos processos políticos nacionais, disputando espaços com as agendas emancipatórias. Burity (2016) e Tadvall (2015) demarcam que este ideário conservador estava apenas “adormecido”, sendo reatualizado com a ascensão das questões identitárias e políticas.

Chauí (2016) analisa que o processo político vivenciado em 2016 demarcou as divisões políticas que permeiam a nova classe trabalhadora, tendo parte destes aderido a proposta da classe média que motivada pelos meios de comunicação de massa e partidos políticos ergueu e





fixou o discurso anticorrupção e favorável a um golpe de estado objetivando restaurar a “ordem e progresso”, permeado por uma violência, ressentimento e desejo de vingança.

Esta relação organizada entre as classes dominantes e o ideário conservador, no Brasil, configura-se como um grande entrave para o desenvolvimento do processo democrático, estando os setores mais progressistas da sociedade nacional sempre em alerta para as tentativas de ataque às bases da democracia. Chauí (2016) aponta que o caráter autoritário que perpassa a sociedade brasileira pode ser compreendido como entrave à democracia, pensada na perspectiva da mentalidade democrática que tem a igualdade como postulado.

Dentro desta perspectiva, as pautas moralistas ganham força e tentam anular campos de conhecimento como os estudos de gênero. Um dos eixos orientadores do conservadorismo, conforme Almeida e Toniol (2018), é ser moralmente regulador. Desta forma, um dos grandes campos de produção de estratégias de ataque e tentativas de regulação são os campos da sexualidade e os debates sobre os estudos de gênero. O conservadorismo, em seu viés religioso, criou a expressão que cerceia e limita os debates sobre as temáticas que giram neste campo, assim a ideologia de gênero, enquanto expressão criada no seio da Igreja Católica e propagada por outras vertentes religiosas, ganha espaço nos debates públicos (Junqueira, 2017).

Urge aqui demarcarmos, ainda, outra estrutura de pensamento importante no debate aqui proposto. Diante dos tentáculos que o conservadorismo possui e suas diversificadas formas de atuação, o pensamento foucaultiano de poder é bastante interessante para usarmos como perspectiva teórica. Para Foucault (1993) o poder não seria uma manifestação que se observa isoladamente, mas ela se configura como parte e conjunto de um todo complexo. O que o autor nomeia por microfísica do poder é compreendido como um deslocamento do espaço e do nível da análise, captando, percebendo e interrelacionando o controle detalhado dos objetos.

O cenário nos faz notar que além da urgência da questão, para refletirmos sobre as relações imanentes entre o avanço da agenda conservadora e suas expressões sociopolíticas. Consideramos que o avanço da agenda conservadora limita o debate científico, a produção do conhecimento na perspectiva emancipatória e visa regular a partir de pressupostos morais as relações públicas e privadas.

4. A BNCC E OS DEBATES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

A sociedade é demarcada por questões que enaltecem as desigualdades de gênero, das quais podemos lançar mão para compreendê-las, das estruturas de pensamentos propostas pelas teorias feministas e de gênero. Safiotti (2015) destaca que a sociedade está atravessada por um regime de dominação, que se manifesta em diversos níveis e setores. Este regime de dominação





produz violências diversificadas, que incluem dos aspectos mais abstratos aos mais materiais, que podemos observar por meio dos dados abaixo apresentados.

O Anuário de Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) apresenta, que comparando os anos de 2021 e 2022, aumento de violência contra mulheres, a citar: 8,2% de crescimento de casos de estupro contra adultos, crianças, adolescentes e vulneráveis; aumento de 6,1% dos casos de feminicídio; aumento de 16,9% dos casos de tentativa de feminicídio; aumento de 2,9% de casos de violência doméstica; crescimento de 7,2% das ameaças no âmbito doméstico. No âmbito das violências contra a população LGBTQIA+ o Dossiê do Observatório de Mortes e Violências contra LBGTI+ afirma que foram registradas 278 mortes violentas no ano de 2022, considerando homicídios que correspondem a 83,52%, suicídios que corresponde à 10,99% e outras causas contemplando 5,49% (Benevides; ANTRA, 2024).

Percebemos que os dados nos apontam para uma realidade problemática, desafiadora e violenta, perpassada pelas desigualdades de gênero, em âmbito nacional. Desta forma, é necessário ampliar o debate sobre as temáticas de gênero e sexualidade em várias frentes, de modo a promover uma cultura de paz e romper com as estruturas de dominação.

Consideramos que houve um deslocamento dos debates de gênero no Brasil, para lugares e públicos muito específicos, demarcando uma vitória da agenda conservadora que ao construir o conceito de ideologias de gênero cerceou o debate em muitos espaços, entrecruzando o privado em detrimento do público. Tal entrave no debate pode ter reflexo nas alterações propostas pela BNCC no tocante aos temas de gênero e sexualidade. O primeiro retirado do texto da proposta que foi aprovada. O segundo deslocado para o debate das ciências naturais, reforçando a perspectiva biologizante.

As manifestações do conservadorismo na atualidade rompem, em alguns aspectos com a lógica do conservadorismo clássico, portanto trazem novas formas de comunicação, bem como nova agenda, que buscaremos mapear nestes estudos, a partir do recorte dos seus impactos na organização das políticas educacionais na atualidade, por meio dos filtros dos temas de gênero e sexualidade.

Dentro do contexto dos estudos de gênero, Butler (2003) propunha a desconstrução da base da teoria feminista, suscitando inúmeros questionamentos como a presumida essência deste sujeito, a lógica do binarismo, as construções discursivas baseadas no discurso heteronormativo. Mudar o foco nas análises e lutas que tinham centralidade no conceito de mulheres foi a primeira grande investida nesta mudança paradigmática nos estudos de gênero.





A filósofa propõe a desconstrução de um postulado bem naturalizado nos estudos de gênero, a partir das perspectivas do essencialismo biológico, psicanálise e estudos antropológicos: o sexo era construído biologicamente e o gênero um construto social. Butler (2003) defende que a noção hegemônica da existência de um patriarcado não consegue explicar os mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais diversificados. Ressalta que houve um equívoco metodológico, já que estudos desta natureza tenderam a fazer análises superficiais de algumas sociedades para buscar elementos que reafirmassem suas hipóteses, excluindo fatores importantes na problematização desta teoria.

Defender a existência de um patriarcado, para opor a ele as perspectivas feministas, é para a filósofa usar os mesmos meios de produção do poder. A defesa do binarismo exaure a discussão ao estabelecer uma “noção singular de identidade”.

Esta discussão acerca da unidade na teoria feminista perpassa a discussão sobre a noção de sujeito no pós-estruturalismo. Nesta vertente, onde estão pautadas as elaborações teóricas de Judith Butler, o sujeito é observado como um construto sem origens e essência. Essa noção de sujeito que não é constituído como essência ou não unitário, é atualmente questionado dentro dos estudos feministas. Embora essa unidade seja necessária muitas vezes para efetivar políticas representativas.

Butler (2024) propõe uma reflexão, na atualidade, sobre como os estudos de gênero estão sendo atacados pelos grupos conservadores. Defende que estas mudanças trazidas pela presença dos corpos que não se regulam pelas regras heteronormativas e pelos padrões pensados nos séculos passados, torna-se cada vez mais uma realidade que não será aplacada. Não desconsidera o poder e as investidas do movimento conservador sobre as pautas de gênero e sexualidade, mas defende que por maior que seja a repressão não há como voltar a um ponto de regulação total sobre os corpos e desejos. Ela afirma que quando se monta uma agenda moralista e conservadora de ataque aos direitos sexuais e liberdades, já está se falando em gênero, portanto os esforços destes grupos tornam-se tensos e repetitivos.

Biroli, Machado e Vaggione (2020) destacam a organização dos movimentos “anti-gênero” que pautam sua emergência na convergência entre as dimensões econômicas e morais, produzindo efeitos no campo político, sobretudo no que tange à defesa dos princípios democráticos. Destacam neste bojo de produções sobre bases moralistas do movimento conservador, as ditas ideologias de gênero que encampam instituições das mais diversas vertentes e origens. Definem ainda o neoconservadorismo como “[...] lógica normativa e disciplinadora





interiorizada pelos sujeitos contemporâneos” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 26), sendo um modelo de governança, adentrando as agendas públicas.

Neste processo onde são materializadas as agendas do neoconservadorismo, a educação se configura como um campo de interesses destes grupos. Partimos da ideia que a educação pode ser pensada por prismas distintos, como destaca Saviani (1999): *as teorias não críticas* compreendem a educação como uma estratégia de eliminação das desigualdades e superação das marginalidades, estas sendo pensadas pelo prisma individual, retirando do foco de análise o contexto sócio-político que constituem as sociedades. Para estas teorias a educação teria a função de correção destas distorções, como “força homogeneizadora”; as *teorias crítico-reprodutivistas* já entendem a marginalidade como sendo resultados do campo de força que compõe a sociedade, estando a educação no lugar de reprodução dos ideais dos grupos dominantes, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades. Desta forma destacamos que “a escola é determinada socialmente; [...] portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade.” (Saviani, 1999, p. 41). Adorno (2020) ainda destaca que urge questionarmos “*Formação para quê?*” e “*Educação para que?*” de forma a incluirmos o debate sobre o(s) objetivo(s) da educação. Avança ainda na defesa da educação em contextos democráticos, enaltecendo que numa democracia, pensar a educação deslocando da perspectiva emancipatória é inaceitável.

Desta forma, entendemos que os avanços das pautas conservadoras sobre a regulação dos debates de gênero são percebidos no cenário de erosão da democracia, marcado sobretudo pela “erosão do público”, privatizando e redefinindo o sentido de coletividade. Identifica-se de um lado a agenda crítica e de outro a agenda neoconservadora produtora de “ideias e valores alternativos” com a defesa da família heteronormativa, sustentadas por uma dinâmica de autoridade restritiva em consonância com as “maiorias sociais”.

Identificamos neste contexto o surgimento de movimentos sociais como o Projeto Escola Sem Partido, Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua que defendem um pensar mais tecnicista e menos afeito às liberdades e justiça social. No mesmo passo identificamos propostas como *homeschool* e militarização da educação como saídas do projeto conservador para um possível inimigo comum à toda sociedade, a saber: o comunismo/socialismo¹ e as ideologias de gênero.

¹ São colocadas num mesmo patamar dois conceitos distintos como o comunismo e socialismo. Demonstrando o erro de compreensão histórica, política e filosófica de quem o propõe.





A implementação da BNCC² está alinhada com a construção do novo ensino médio³ com ações políticas que interferem diretamente nos processos de aprendizagem. As construções que passam o chão da escola a partir das normativas e silenciamentos dos documentos oficiais sobre gênero e sexualidade têm sido chaves de leitura para a elaboração de estratégias de enfrentamento e de construções de debate na escola. Chama-nos atenção a investida da pauta conservadora nos debates que aconteceram nos órgãos deliberativos e consultivos quando da organização do texto da BNCC, que culminaram na ocultação destes temas, em sua versão definitiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto compreendemos que o Estado dentro de suas relações de forças entre os diversos projetos societários que o atravessam e que são tensionados por questões específicas e identitárias, assume uma lógica mercantil e neoconservadora. Neste contexto as agendas conservadoras ganham espaço dentro do sistema público, tornando temas necessários como gênero e sexualidade em ameaças as bases de uma ordem, pensada e desenvolvidas por estes grupos.

Deslocam o debate para terrenos religiosos e ideológicos, empobrecendo o debate e cerceando novas formas de pensar estratégias para minimizar as desigualdades e violências. Um campo estratégico ocupados pelos conservadores foram as instituições responsáveis por pensar as políticas sociais, com destaque à política de educação que no Brasil passou por reforma na última década, culminando na elaboração da Base Nacional Comum Curricular que no que tange aos temas de gênero e sexualidade tem uma mudança fulcral com interdições ao debate.

Consideramos que as reflexões aqui propostas se configuram como um começo para análises de maior envergadura, que busquem pensar a educação pelo prisma humanista e emancipatório.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 5. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

² A Base Nacional Comum Curricular foi instituída pela Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017. O Novo Ensino Médio (Brasil, 2017b).

³ A Lei nº 13.415 de 2017 (Brasil, 2017a) alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio (Brasil, 1996).





BENEVIDES, Bruna G.; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio. 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. 2017b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESO_LUCA-OCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

BURITY, Joanildo. **A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao Poder?**. São Paulo, SP: Editora UNICAMP, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo de gênero**. Tradução de Hereci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.) **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário de Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária-ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, P.





R. C.; MAGALHÃES, J.C. **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Tradução de Raimundo Vier, Floriano de Sousa Fernandes e Emmanuel Carneiro Leão. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. Disponível em: <https://ppg-fil.prospesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Processo%20Seletivo/2019.2/KANT,%20Immanuel.%20Que%20%C3%A9%20Esclarecimento.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

LAVAL, C.; DARDOT, P. Dardot e Laval: a “nova” fase do neoliberalismo. **Outras Mídias**, 2019. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 15 nov. 2024.
PUELLO-SOCARRÁS, J. F. **Nueva gramática del Nel-liberalismo** Itinerarios teoricos, trayectorias intelectuales, claves ideologicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008. In: <<http: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/662/3/Nu_gram_neo.pdf>>. Acesso in: 10 mar 2024.

SAFIOTTI, Heleith. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.





POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA ELABORAÇÃO DAS BASES CURRICULARES DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO MARANHÃO

Hayanne Galvão Pereira Alves

Mestranda – UFMA

hayanne.galvao@discente.com.br

Universidade Federal do Maranhão

Fábio Azevedo Palácio

Doutor – USP

Fabio.palacio@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), as internas do Sistema prisional brasileiro possuem direito à educação básica, ao ensino profissionalizante e à formação universitária. No entanto, na prática, o acesso a essas oportunidades é limitado, por conta das condições precárias do Sistema Prisional brasileiro. Com base nas informações divulgadas no Relatório de Informações Penais (RELIPEN) referente ao último semestre de 2023, existem 13.253 internas matriculadas no ensino formal, dentre essas 256 estão no Sistema Prisional maranhense. Com base nessas informações, a presente pesquisa tem como objetivo propor possíveis contribuições da perspectiva de gênero na elaboração das bases curriculares do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade no Maranhão. Considerando os desafios enfrentados pelo sistema prisional e a importância da educação como ferramenta de empoderamento, transformação e reintegração social, o estudo se propõe a explorar como a inclusão de uma abordagem orientada pela perspectiva de gênero pode contribuir de forma significativa para o aprimoramento e a efetividade das políticas educacionais para a população carcerária. Inicialmente, é traçado um breve panorama sobre as diretrizes e bases legais que regem o sistema prisional brasileiro; com o objetivo de conhecer mais as leis do campo em que as internas estão inseridas. Em seguida, o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão é analisado e por fim, discute-se como a perspectiva de gênero pode contribuir para a criação de conteúdos e metodologias que promovam o empoderamento, a autonomia e a equidade de gênero, tanto dentro quanto fora do ambiente prisional. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica e na análise de documentos oficiais, permitindo uma compreensão aprofundada a respeito das possíveis intersecções entre gênero e educação no contexto prisional maranhense. A conclusão aponta que a inclusão da perspectiva de gênero nas bases curriculares pode resultar em uma educação mais inclusiva e eficaz, que favorece a reintegração social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Educação; Bases curriculares; Perspectiva de gênero.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Relatório de Informações Penais (RELIPEN) referente ao último semestre de 2023, os dados sobre a educação no sistema prisional brasileiro revelam diferenças significativas entre as populações carcerárias masculina e feminina. No sistema prisional





masculino, dos 615.615 internos de unidades prisionais de todo o país, apenas 124.063 estão matriculados em programas de ensino formal, representando aproximadamente 20,15% dessa população. Contrastando com o sistema prisional feminino que, das 26.876 internas em unidades prisionais, 13.253 estão matriculadas, o que equivale a cerca de 49,31%. Essa comparação evidencia que, proporcionalmente, a população carcerária feminina tem uma taxa de matrícula em programas educacionais mais que o dobro da observada entre os homens. Esses números sugerem que as mulheres encarceradas estão mais engajadas em atividades educacionais, o que pode refletir diferenças nas oportunidades de acesso, na motivação individual ou nas políticas educacionais implementadas em cada tipo de unidade prisional (RELIPEN, 2023).

Esses dados vão de encontro ao contexto do sistema prisional brasileiro. Pois, apesar da educação dentro dos sistemas prisionais no país desempenharem um papel fundamental na reintegração social de pessoas privadas de liberdade, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento pessoal e profissional, a implementação de políticas educacionais adequadas para essa população enfrenta diversos desafios, especialmente no que se refere às particularidades de gênero (Cardoso e Bonfim, 2022). Segundo Bonatto e Brandalise (2019 Apud Mainardes, 2018), as pesquisas sobre políticas e programas educacionais podem ser analisadas com base no nível um de análise de uma política educacional, pois trata-se de programas e políticas específicos, onde é imprescindível o estabelecimento de vínculos entre o que foi pretendido e o que de fato foi observado.

Com base nessas informações, a presente pesquisa tem como objetivo propor possíveis contribuições da perspectiva de gênero na elaboração do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade no Maranhão. Considerando os desafios enfrentados pelo sistema prisional e a importância da educação como ferramenta de empoderamento, transformação e reintegração social, o estudo se propõe a explorar como a inclusão de uma abordagem orientada pela perspectiva de gênero pode contribuir de forma significativa para o aprimoramento e a efetividade das políticas educacionais para a população carcerária feminina.

Inicialmente, é traçado um breve panorama sobre as diretrizes e bases legais que regem a educação no sistema prisional brasileiro, com o objetivo de conhecer mais o campo ao qual essas internas encontram-se inseridas. Em seguida, o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão é analisado e por fim, discute-se como a perspectiva de gênero pode contribuir para a criação de conteúdos e metodologias que promovam o empoderamento, a autonomia e a equidade de gênero, tanto dentro quanto fora do ambiente prisional. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica feita a partir da pesquisa no banco de dados *Research Rabbit* com os descritores "sistema





prisional feminino" e "educação" e na análise de documentos oficiais, permitindo uma compreensão aprofundada das intersecções entre gênero e educação no contexto prisional maranhense.

2. DIRETRIZES E BASES LEGAIS QUE REGULAMENTAM A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO;

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um marco jurídico fundamental que estabeleceu a educação como um direito de todos e um dever do Estado, incluindo a população carcerária. Pode-se citar o artigo 205 presente na constituição que destaca a educação como um direito universal e essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Este princípio foi reforçado no artigo 208, que assegurou o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles privados de liberdade no país (Brasil, 1988).

A Lei de Execução Penal (LEP), instituída pela Lei nº 7.210 de 1984, estabeleceu diretrizes para a execução de penas e medidas de segurança no país, com o objetivo de efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a reintegração social do condenado e do internado no sistema prisional. Um dos aspectos fundamentais abordados pela LEP refere-se à educação prisional, que é considerada um direito, efetivando-se como ferramenta essencial para reintegração social. De acordo com a LEP, a assistência educacional deve incluir instrução escolar e formação profissional, sendo o ensino de 1º grau obrigatório e integrado ao sistema escolar da unidade federativa. A lei também determina a implantação do ensino médio, regular ou supletivo nos presídios, em conformidade com o preceito constitucional de universalização da educação (Brasil, 1984).

As atividades educacionais podem ser realizadas em convênio com entidades públicas ou privadas, que podem instalar escolas ou oferecer cursos especializados dentro dos estabelecimentos penais. Cada estabelecimento deve ser dotado de uma biblioteca para uso dos reclusos, contendo livros instrutivos, recreativos e didáticos. A LEP também prevê que o tempo de estudo pode ser utilizado para remição de pena, incentivando a participação dos presos em atividades educacionais como forma de reduzir o tempo de cumprimento da pena. Esses pontos destacados na legislação refletem a importância atribuída à educação como um meio de ressocialização e redução da reincidência criminal (Brasil, 1984).

Outra lei que pode ser citada é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A lei complementa a legislação educacional ao definir as diretrizes gerais para a educação no Brasil, incluindo a educação de jovens e adultos, abrangendo a população carcerária. Esta lei estabelece que a educação é um direito de todos e deve ser oferecida de forma a





respeitar as diversidades culturais e sociais, promovendo a inclusão e a equidade no acesso à educação (Brasil, 1996).

A Resolução CNE/CEB nº 2/2010 estabeleceu diretrizes operacionais específicas para a oferta de educação nas prisões, orientando a organização dos sistemas educacionais e a implementação de programas educacionais dentro dos estabelecimentos penais. Em continuidade a essas diretrizes, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado em 2014, estabeleceu metas para a educação em todo o país, incluindo a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da educação nos presídios. O PNE destacou a importância de garantir a educação básica e profissional para a população carcerária como parte das estratégias para promover a reintegração social e reduzir a reincidência criminal ((Brasil, 2010; 2014). Essa continuidade entre a resolução e o PNE reforçou o compromisso do Estado em integrar a educação como um elemento central na política de ressocialização dos indivíduos privados de liberdade.

Por fim, a Portaria Interministerial nº 1.677/2016 instituiu o Programa Nacional de Educação nas Prisões (PNEP), que teve como objetivo promover o acesso à educação básica e profissional aos presos. O programa buscou integrar esforços de diferentes esferas governamentais e promover parcerias com organizações da sociedade civil para ampliar e qualificar a oferta educacional no sistema prisional (Brasil, 2016).

No contexto do sistema prisional maranhense, pode-se citar duas Instruções Normativas do Manual de Rotinas das Unidades Prisionais (SEAP, 2018) que abordam a assistência à educação e ao trabalho nas unidades prisionais femininas no estado. A Instrução Normativa nº 103, referente à Unidade Prisional de Reintegração Social Feminina de Carolina (UPRS1), estabelece que "Art. 22. Serão asseguradas às mulheres presas a alfabetização, ensino formal e profissionalizante" (p. 344). Por sua vez, a Instrução Normativa nº 106, que trata da Unidade Prisional Feminina de São Luís (UPFEM), além de reiterar o artigo mencionado, acrescenta o Art. 21, garantindo "trabalho e estudo adaptado às peculiaridades de mulheres gestantes, lactantes e que se encontrem no berçário" (p. 350).

Segundo Cardoso e Bonfim (2022) a realidade do sistema carcerário evidencia que as mulheres não têm acesso a oportunidades adequadas ou suficientes para atender suas necessidades específicas. Embora a legislação contenha dispositivos que garantem a educação para pessoas presas, esses processos não asseguram igualdade nas condições formativas entre mulheres e homens. As políticas tendem a ser generalistas e superficiais, frequentemente ignorando ou disfarçando as questões particulares relacionadas à condição existencial das mulheres privadas de liberdade. Dito isto, a próxima





contém algumas informações acerca do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão.

3. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL DO MARANHÃO

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão foi elaborado a partir da parceria da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), o plano se fundamenta em diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; a Resolução nº 021/2015 do Conselho Estadual de Educação, além de ser norteado com base no "Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (Decreto nº 7.626/2011), pela Resolução CNE nº 02/2020 e pela Nota Técnica nº 9/2020/CO-ECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ" (MARANHÃO, p. 4).

O plano é estruturado para abranger o quadriênio de 2020 a 2024, delineando objetivos e estratégias que visam erradicar o analfabetismo, expandir a oferta de educação básica e promover a qualificação profissional. A apresentação do plano destaca a importância da articulação entre diferentes órgãos e a sociedade civil, enfatizando a necessidade de um esforço conjunto para garantir que as ações educativas sejam efetivas e sustentáveis. Com um enfoque na diversidade de modalidades educacionais, incluindo a educação formal e não formal, o plano busca atender às necessidades específicas dos reeducandos, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizado que contribuam para seu desenvolvimento pessoal e profissional (MARANHÃO, 2021).

A colaboração entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) é essencial para a implementação eficaz das Diretrizes e dos objetivos propostos no documento, que refletem um compromisso com a promoção da dignidade e dos direitos dos indivíduos em situação de privação de liberdade, reconhecendo a educação como um instrumento essencial para a reintegração social e a redução da reincidência criminal (MARANHÃO, 2021). No que se refere às Diretrizes, destaca-se:

"Fomentar atividade educacional com orientação pedagógica buscando o desenvolvimento humano e a reintegração social das pessoas presas e egressas do sistema prisional; Fortalecer as ações articuladas com diversos órgãos estaduais dos Poderes Executivo e Judiciário; Estabelecer tratativas e parcerias formais com a Sociedade Civil Organizada para ações e controle social relacionados à política de mulheres no sistema prisional; Buscar a diversidade de oferta educacional, considerando atividades culturais e esportivas; Qualificar os espaços e atividades educacionais em sentido amplo; Evidenciar a educação das pessoas presas; Respeitar a dignidade do custodiado e aos seus direitos assegurados na Lei de Execução Penal; Apoiar e articular as políticas





referentes à educação formal e informal de acordo com a Lei de Execução Penal" (MARANHÃO, 2021, p. 4-5).

Os objetivos por sua vez, foram traçados a partir das diretrizes e acordados com base nas possibilidades oferecidas pelas redes parceiras. Dentre eles, pode-se destacar: A oferta de formação contínua aos profissionais da educação lotados no sistema prisional e; o compromisso com o recrutamento de profissionais com graduação em Assistência Social; Pedagogia; Licenciaturas e profissionais com especialização (Pós-graduação *Latu Sensu*) além de especialistas em Pedagogia, Especialista em Gestão Educacional e Especialistas em Docência. (MARANHÃO, 2021). A gestão do Plano é feita a partir da parceria entre a SEDUC através da Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais/ Assessoria da Educação de Jovens e Adultos (SUPMODE), e a SEAP-MA, por meio da Supervisão da Educação. A SEDUC-MA é responsável por:

"Acompanhar a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como o processo de criação e reconhecimento dos cursos das escolas existentes e das que vierem existir nas unidades prisionais de todo o Estado (...) Promover formação continuada em serviço de professores que atuam nas unidades prisionais por meio de cursos de capacitação, aperfeiçoamento e treinamento, seminários entre outros (...) Elaborar e reelaborar o Plano Estadual nas Prisões em parceria com a SEAP/MA, com a finalidade de ampliar as matrículas e qualificar a oferta de educação" (MARANHÃO, 2021, p. 8-9).

Ao passo que, compete a SEAP-MA: Disponibilizar capacitação para os servidores das escolas, preparando-os para atuarem nas Unidades Prisionais, no atendimento de jovens, adultos e idosos. Sugere-se também, estabelecer protocolos com a SEDUC-MA para realizar e consolidar ações conjuntas, como encaminhamentos, acolhimentos e estudos de caso, visando a inclusão social e educacional dos indivíduos encaminhados por programas e projetos que ajudem a reduzir vulnerabilidades e contextos de violência nas escolas e suas regiões; Sugerem o diálogo como ferramenta que pode ser utilizada com os profissionais das escolas sobre o público encaminhado pelos programas e projetos da SEAP-MA, desenvolvendo projetos que favoreçam o retorno desse público ao ensino regular em escolas externas promovendo a aproximação com o espaço escolar e Por fim, há a intenção de fomentar a cooperação com a SEDUC-MA em suas ações de capacitação de servidores, por meio da Academia de Gestão Penitenciária (MARANHÃO, 2021).

Os indicadores e o plano de ação mencionados no Plano têm como foco os resultados, com base no cumprimento dos objetivos, baseados na eficácia e efetividade das ações e metas planejadas. Pode-se evidenciar, os indicadores que citam a "Contratação de profissionais para execução de projetos e programas na educação prisional, e o que destaca a Capacitação contínua aos





profissionais que trabalham com educação prisional" (p 18). Além disso, destaca-se também, os eixos: Educação Formal/Alfabetização; Educação não Formal; Exames Nacionais; Qualificação Profissional; Estrutura; Formação e Capacitação de Profissionais. Referente a capacitação de profissionais, destaca-se a estratégia para alcançar a meta, que tem como proposta "Veicular treinamentos acerca de assuntos específicos e de diversidades, tais como: LGBT, idosos, indígenas, estrangeiros, pessoas com deficiência" (p. 30), excluindo as questões relacionadas ao gênero, como categoria passível de análise (MARANHÃO, 2021).

Por fim, na sessão que propõe o Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Maranhão, ressalta-se que o monitoramento e a avaliação, tem como objetivo verificar a aplicabilidade e execução dos objetivos, projetos e programas pautados no Plano no quadriênio 2021-2024. Para tal fim, são estabelecidos como meta encontros periódicos entre as comissões que representam a frente de trabalho e quando for necessário, propõe-se readequações, visando a manutenção e cumprimento do que foi proposto (MARANHÃO, 2021). Como o quadriênio vigente ao Plano já se encontra no fim, pode-se, enquanto proposta de inclusão no novo documento, considerar a inclusão de questões ligadas à perspectiva de gênero, a importância da inclusão desse referencial pode ser observada na seção a seguir.

4. CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

De acordo com Scott (1995), o conceito de gênero deve ser utilizado como uma categoria fundamental para a análise histórica, permitindo uma compreensão mais profunda das relações sociais e políticas. Ela argumenta que o gênero não é apenas uma questão de sexo, mas uma construção social que influencia a forma como as sociedades se organiza e como as identidades são formadas. Em seu trabalho "Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica", a autora defende que o gênero deve ser utilizado como uma categoria central para a compreensão das relações sociais e políticas, permitindo uma análise mais profunda das dinâmicas que moldam as sociedades. Segundo Scott, o gênero não se limita a uma questão de sexo, mas é uma construção social que influencia a forma como as identidades são formadas e como as sociedades se organizam.

Além disso, sugere que a história política tem sido tradicionalmente dominada por narrativas que ignoram ou minimizam o papel das mulheres e das questões de gênero. A análise de gênero, conforme argumenta a autora, pode revelar como as percepções de masculinidade e feminilidade





moldaram as estruturas de poder e as relações sociais ao longo da história. Essa abordagem crítica permite uma reavaliação das narrativas históricas, desafiando a noção de que o "homem" é o senhor racional de seu próprio destino. Outro ponto relevante abordado por Scott é a invisibilidade das mulheres na história. A autora discute como as contribuições e experiências das mulheres foram frequentemente omitidas das narrativas históricas, questionando as razões por trás dessa omissão. A inclusão do gênero nas análises históricas, segundo Scott, pode ajudar a corrigir essa lacuna e a reconhecer a agência das mulheres ao longo do tempo (SCOTT, 1995). A autora destaca que a definição do conceito de gênero baseia-se em duas proposições: "O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (p. 91).

"Alguns(mas) pesquisadores(as), notadamente antropólogos(as) reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando o seu olhar sobre o universo doméstico e na família como fundamento da organização social). Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero)" (SCOTT, 1995, p. 92).

Um conceito que pode contribuir significativamente para este estudo, é o conceito de interseccionalidade. Akotirene (2018) pontua que é fundamental para o contexto do feminismo porque permite uma compreensão mais abrangente das múltiplas opressões que as mulheres enfrentam, especialmente as mulheres negras. A autora argumenta que a interseccionalidade oferece uma instrumentalidade teórico-metodológica que revela a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, que são fatores que se sobrepõem e interagem nas experiências de vida das mulheres negras. Inspirada em trabalhos de autoras como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez e Audre Lorde, Akotirene adapta a teoria ao cenário brasileiro, enfatizando a importância de entender as experiências de mulheres negras, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e econômica.

"O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo" (p. 16).





Akotirene (2018) destaca que a interseccionalidade não deve ser vista como uma abordagem fragmentada ou liberal, mas sim como uma dimensão prática que busca justiça social e reconhecimento das diversas identidades e experiências. Assim, a interseccionalidade é apresentada como uma ferramenta essencial para desafiar as estruturas de opressão e promover uma luta feminista mais inclusiva e representativa.

Bonatto e Brandalise (2019) ao avaliarem o Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná (PEESPP) com base nas questões de gênero no campo acadêmico da educação prisional, constataam que, apesar do PEESPP e das produções acadêmicas pesquisadas reconhecerem a educação como um direito a população privada de liberdade, não há evidências relativas à inclusão de uma perspectiva de gênero como ponto de construção. Apesar das discussões acerca das relações de gênero integrarem um aspecto constitutivo da sociabilidade, elas são ignoradas em discussões relativas à construção de políticas públicas e no campo teórico da educação.

A compreensão acerca das questões de gênero, podem representar uma ferramenta importante na elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas de educação direcionadas ao sistema prisional. As autoras frisam que, a população penitenciária feminina, por ser uma minoria, não é mencionada nas políticas públicas com um discurso específico. Além disso, não há registro documental da parte da população penitenciária, tanto masculina quanto feminina, que se identifica como lésbica, gay, bissexual, travesti ou transexual. Observa-se a falta de posicionamento nas políticas públicas em relação às especificidades na gestão da Educação Prisional. Vale ressaltar que as análises de questões de gênero podem ser equivocadas se tratarem apenas da historiografia das mulheres, já que a complexidade dessa categoria abrange uma diversidade de outras existências (Bonatto e Brandalise, 2019).

As autoras destacam ainda que, é importante a adoção de uma abordagem interdisciplinar, ao elaborar questões relativas à concepção de gênero na Educação Prisional, dada a relevância da concepção de gênero no campo das políticas públicas, marcada por uma visão que precisa levar em consideração o contexto histórico, a organização social e as possibilidades e desafios relacionados à temática. Frisam ainda que:

"A partir da perspectiva da análise sociológica da avaliação, percebe-se a necessidade de agregar a categoria gênero quando o objeto de avaliação consiste nas políticas e/ou programas educacionais no ambiente prisional. Nesse sentido, se faz necessária à compreensão da influência dos aspectos da conjuntura social na elaboração, no desenvolvimento e na aplicabilidade de uma política e/ou programas educacionais para que se possa tensionar o debate acadêmico a respeito das possibilidades e dos limites das perspectivas de avaliação até então desenvolvidas para esses objetos" (BONATTO E BRANDALISE, 2019).





Pode-se observar a relevância da inclusão de questões referentes aos delineamentos de gênero no Sistema Prisional a partir da observação de pesquisas feitas nesse campo com a população carcerária que possui acesso a esse enfoque. Oliveira e Oliveira (2018) realizaram uma pesquisa na escola prisional do Centro de Reeducação Feminino (CRF) em Ananindeua, Pará, com o propósito de investigar a contribuição da educação carcerária para o processo de reinserção social de mulheres privadas de liberdade. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa incluiu entrevistas com duas professoras, duas coordenadoras pedagógicas e três egressas do CRF, o que permitiu uma análise detalhada das experiências e desafios enfrentados. Os resultados principais destacaram várias problemáticas que cercam a educação no cárcere, como a falta de financiamento, a formação inadequada de professores e a evasão escolar. Apesar desses desafios, o estudo evidenciou a importância da educação como um meio de resgate social e transformação de vidas. As pesquisadoras ressaltaram o papel fundamental que as professoras desempenharam na formação das egressas, trabalhando a partir de um planejamento feito com base em uma diagnose, que abarcou questões relativas ao gênero:

"O debate sobre a questão de gênero é realizado por meio de filmes, levantando problemas vivenciados pela mulher na sociedade, como o machismo, a violência, a profissionalização por meio do trabalho, a educação, entre outros. O objetivo deste debate é destacar a importância da educação, do conhecimento e do próprio saber humano para qualificar a existência humana, retirando as mulheres da condição de vítimas, para assumirem outras formas de comportamentos sociais traduzidos pela capacidade de crescimento pessoal, no sentido de assumir-se enquanto sujeito de mudança, capaz de traçar uma história de vida de superação destas diferenças sociais" (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2018).

Cardoso e Bonfim (2022), por sua vez, pontuam que as questões de gênero são tratadas como pautas desnecessárias por parte do Estado e da sociedade no geral. No cárcere, as mulheres vivem à mercê da precariedade, em uma realidade demarcada por vulnerabilidade e falta de assistências básicas. O efeito do cárcere é desproporcionalmente mais danoso para as mulheres, uma vez que a taxa de abandono e exclusão familiar é maior quando comparado a taxa nas Unidades Prisionais masculinas. A respeito do perfil encontrado nas pesquisas sobre o sistema prisional feminino, os autores demonstram que:

"São mulheres com condições financeiras baixas, solteiras, com ensino fundamental incompleto, mães e de cor negra. A falta de acesso à educação e o descumprimento das previsões legais ocasionam a negligência em relação a elas em todas as suas especificidades. A questão de gênero é descaracterizada e banalizada no ambiente prisional brasileiro" (p. 174).

Além do descaso por parte do estado e do perfil sociodemográfico encontrado no ambiente prisional, os autores pontuam que, a educação orientada em uma perspectiva de gênero





pode trazer diversos benefícios para mulheres no sistema prisional. Primeiramente, essa abordagem permite a desconstrução de estereótipos e preconceitos que historicamente marginalizam as mulheres, promovendo uma formação que valoriza suas experiências e individualidades. Ao integrar questões de gênero no currículo educacional, as mulheres podem desenvolver uma consciência crítica sobre suas realidades, o que é fundamental para a ressocialização e a construção de uma identidade mais autônoma e empoderada, tanto dentro quanto fora do cárcere. Ao oferecer cursos e capacitações que vão além das funções tradicionalmente atribuídas ao papel feminino, a educação pode abrir novas oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal. Isso é crucial para que as mulheres possam romper com ciclos de violência e exclusão, proporcionando-lhes ferramentas para uma reintegração social mais digna e produtiva (Cardoso e Bonfim, 2022).

Por fim, a implementação de práticas educativas que considerem as especificidades de gênero pode criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso dentro das prisões. Isso não apenas favorece o aprendizado, mas também promove um espaço de apoio mútuo entre as detentas, onde elas podem compartilhar experiências e construir redes de solidariedade. A educação, nesse contexto, torna-se um meio de transformação social, permitindo que as mulheres encarceradas vislumbrem novas possibilidades de vida e se sintam valorizadas como cidadãs, contribuindo para a diminuição da invisibilidade feminina no sistema prisional e na sociedade como um todo (Cardoso e Bonfim, 2022).

5. CONCLUSÃO

A análise das diretrizes e bases legais que regulamentam a educação no sistema prisional brasileiro, em conjunto com o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão, revela a importância da educação como um direito fundamental e uma ferramenta essencial para a reintegração social, mas a realidade prática muitas vezes contrasta com esses princípios. A falta de recursos, a precariedade das condições de ensino e a ausência de políticas específicas para atender às necessidades das mulheres no sistema prisional são desafios que precisam ser enfrentados (Brasil, 1984; 1988; 1996; 2010; 2014; 2016, Maranhão, 2020; Cardoso e Bonfim, 2022).

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão busca abordar essas questões, propondo diretrizes que visam fomentar a educação como um meio de desenvolvimento humano e reintegração social. A ênfase na formação contínua dos profissionais da educação e na articulação com diversos órgãos e a sociedade civil é





um passo importante para garantir que as ações educacionais sejam efetivas e respeitem a dignidade dos custodiados. No entanto, é fundamental que essas diretrizes sejam implementadas de maneira a garantir igualdade de acesso e oportunidades para todos, especialmente para as mulheres, que frequentemente enfrentam condições desiguais (Maranhão, 2020; Bonatto e Brandalise, 2019).

A inclusão da perspectiva de gênero na elaboração das bases curriculares do Plano Estadual de Educação é uma proposta que pode contribuir significativamente para a efetividade das políticas educacionais no sistema prisional. A realidade das mulheres encarceradas é marcada por especificidades que muitas vezes são ignoradas nas políticas gerais. A abordagem de gênero permite que as necessidades e desafios únicos enfrentados por essas mulheres sejam reconhecidos e abordados, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo (Oliveira e Oliveira 2018; Cardoso e Bonfim, 2022).

A educação, quando orientada por essa perspectiva, não apenas fornece conhecimentos e habilidades, mas também contribui para a construção de uma identidade mais forte e para a promoção da equidade de gênero. Isso é crucial para a reintegração social das mulheres e para a construção de uma sociedade mais justa. Em conclusão, a intersecção entre as diretrizes legais, o Plano Estadual de Educação e a perspectiva de gênero é fundamental para a transformação do sistema educacional no contexto prisional. A implementação de políticas que considerem as especificidades de gênero e que garantam o acesso à educação de qualidade para todos os internos é um passo essencial para a promoção da dignidade humana e da justiça social. A educação deve ser vista não apenas como um direito, mas como uma ferramenta poderosa para a mudança social e a reintegração de pessoas privadas de liberdade, especialmente mulheres, em uma sociedade que ainda enfrenta desafios significativos em termos de igualdade e inclusão (Scott, 1995; Oliveira e Oliveira 2018; Bonatto e Brandalise, 2019; Cardoso e Bonfim, 2022).

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 set. 2024.





_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010.** Estabelece diretrizes operacionais para a educação nas prisões. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 maio 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6322-rceb002-10-pdf&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 set. 2024.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

_____. **Portaria Interministerial nº 1.677, de 2 de outubro de 2016.** Institui o Programa Nacional de Educação nas Prisões (PNEP). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/programa-nacional-de-educacao-nas-prisoas>. Acesso em: 21 set. 2024.

BONATTO, Bruna Mayara; BRANDALISE, Mary Ângela T. **Avaliação do Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná: discursos dos sujeitos de uma penitenciária feminina.** Práxis Educativa, [S. l.], v. 18, p. 1–17, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.21737.053. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21737>. Acesso em: 25 set. 2024.

CARDOSO, Fernando da Silva; BOMFIM, Alanna. **O acesso à educação por mulheres presas: a educação nas prisões em perspectivas de gênero.** Revista Educar Mais, [S. l.], v. 6, p. 164–182, 2022. DOI: 10.15536/reducarmais.6.2022.2697. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2697>. Acesso em: 4 set. 2024.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão.** São Luís, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/politicas-nacionais-penitenciarias/politica-nacional-de-educacao-prisional/ma.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

OLIVEIRA, S. S. de; OLIVEIRA, I. A. de. **Educação De Jovens e Adultos no Sistema Prisional: Reinserção Social De Mulheres.** Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 14, n. 29, p. 88-105, 2018. DOI: 10.22481/praxis.v14i29.4100. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4100>. Acesso em: 24 set. 2024.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIIS. SISDEPEN. **Relatório de informações penais – RELIPEN.** Brasília, SENAPPEN, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semester-de-2023.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA/ SEAP. **Manual de rotina das unidades prisionais.** São Luís, 2018.





SCOTT, J. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, 2(20), 71-99.





RELAÇÕES DE GÊNERO E UNIVERSIDADE: FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO E GARANTIA DE DIREITOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Giovanna Barbosa Soares

Graduanda em História – UEMA
giovannasoares1620@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento – UFPA
neuzelipinto2609@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: A presente pesquisa analisou a estruturação e a reprodução das relações de gênero na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), relacionando-as às ações e construção do debate de gênero no contexto acadêmico. Para tanto, verificou-se a adoção de práticas político-pedagógicas pela universidade na prevenção e no combate às violências de gênero, ressaltando aspectos interseccionais à realidade das mulheres. Assim, foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) voltados para a temática de gênero, a fim de efetivar um estudo reflexivo sobre a vivência das mulheres no meio acadêmico, destacando o modo como a universidade vem se posicionando no combate e na prevenção à violência de gênero no espaço universitário. A metodologia do presente estudo consistiu em uma pesquisa quali-quantitativa, sendo realizado um levantamento acerca das condições que envolvem as relações de gênero e identificação de ações no campo de políticas públicas referentes ao combate às desigualdades e violências de gênero. Desse modo, o estudo foi desenvolvido na UEMA e se baseou na pesquisa bibliográfica, referenciando autoras que utilizam a categoria gênero como pressuposto teórico, a exemplo de Joan Scott (1989), Heleieth Saffioti (1987) e Gerda Lerner (2019), perpassando temas como a formação histórica do gênero, patriarcado e opressão, construção de uma consciência feminista, interseccionalidade, estereótipos, violência de gênero e discriminação dentro da universidade, visando compreender as causas, consequências e persistências da opressão feminina no meio acadêmico, além da pesquisa documental e de campo. Nesse sentido, foram analisados os projetos político-pedagógicos de determinados cursos (CCSA e CECEN), projetos de pesquisa, extensão, grupos de estudos e grade curricular que estejam atreladas à discussão de gênero. Por conseguinte, foram analisadas as diretrizes e ações do Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero da UEMA, a fim de compreender de que forma a Universidade vem se posicionando no tocante aos problemas intrínsecos às mulheres a partir de ações político-pedagógicas preventivas e combativas, fomentando discussões acerca do tema. Por fim, a presente pesquisa constatou uma quantidade tímida de grupos de estudos que abordam as relações de gênero e uma defasagem em relação ao debate da temática na universidade, tanto na grade curricular quanto nas práticas políticas atreladas à questão de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Universidade; Práticas político-pedagógicas; Desigualdade.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe efetivar uma análise reflexiva acerca da vivência das mulheres no meio acadêmico, destacando problemas que as permeiam neste ambiente e o modo como a universidade vem lidando com essas situações no que se refere ao combate e prevenção





da violência de gênero no espaço universitário. Para tanto, foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) atrelados à categoria gênero, a fim de efetivar um estudo crítico sobre a vivência das mulheres no meio acadêmico, destacando o modo como a universidade se posiciona no combate e na prevenção à violência de gênero, além de fomentar o debate no tocante às pautas femininas no meio acadêmico.

Desse modo, para a elaboração do referido trabalho, faz-se necessário estabelecer de que modo se deu a formação da categoria gênero como análise histórica, perpassando temas como patriarcado e opressão, construção de uma consciência feminista, interseccionalidade, estereótipos, violência de gênero e discriminação dentro da universidade, a fim de compreender as causas, consequências e persistências da opressão feminina na esfera acadêmica.

A história das mulheres é imprescindível e essencial para a emancipação feminina, entretanto, há uma distância entre a produção do conhecimento intelectual e crítica feminista, conforme aponta Gerda Lerner (2019). Ademais, ainda de acordo com a perspectiva da autora, em primeiro plano deve-se conceituar o que é história e distinguir o passado não registrado de todos os eventos antigos registrados e interpretados como historicamente importantes. Assim, é necessário frisar que as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história, isto é, as mulheres participaram da história tanto quanto os homens, contudo, dada a exclusão feminina à medida que a vivência masculina era enaltecida, o protagonismo foi integralizado aos homens, fazendo com que as mulheres vivessem à margem da sociedade (Lerner, 2019).

Além disso, é preciso enfatizar que homens e mulheres sofreram exclusões ao longo da história, porém, em contextos diferentes; toma-se como exemplo a discriminação por classe ou raça/etnia: homens e mulheres foram marginalizados em decorrência da sua classe social ou etnia, mas nenhum homem foi excluído pelo seu gênero, apesar de todas as mulheres terem sido (Lerner, 2019). Nesse sentido, é evidente que as mulheres foram impedidas de participar do processo histórico e apesar de serem muitas vezes maioria, foram estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria (Lerner, 2019). Toma-se como exemplo desse fato a vivência feminina na universidade, uma vez que muitas vezes as mulheres são a maior parte nos espaços acadêmicos, mas acabam sendo articuladas como minoria.

Dito isso, é inegável que as mulheres foram vitimadas e forçadamente subordinadas aos homens, porém, é um erro básico definir as mulheres essencialmente como vítimas, pois essa narrativa contribui para o apagamento e invisibilidade das práticas de resistências adotadas por mulheres, retirando o protagonismo feminino como sujeito histórico, colocando-as em uma posição de vulnerabilidade e inferioridade (Lerner, 2019).





Após o exposto, enfatiza-se que é imprescindível abordar os movimentos feministas para o estudo da história das mulheres em sua totalidade e extensão. Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conquistaram direitos importantes, em termos formais e judiciais, sobretudo no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação (Piscitelli, 2001). Dito isso, sabe-se que o feminismo é um movimento político que defende a igualdade entre os gêneros, sendo responsável por diversas conquistas femininas ao longo da história, entretanto, o movimento está longe de ser unificado, possuindo muitas variações.

Nessa mesma perspectiva, para o entendimento das relações de gênero no meio acadêmico, torna-se fundamental analisar o gênero como categoria de análise histórica, os estereótipos de gênero na universidade, os entraves enfrentados pelas mulheres no espaço universitário, sobretudo referente ao papel da instituição no combate e prevenção à violência, aos preconceitos de gênero e à efetivação dos direitos das universitárias. Por fim, destaca-se a relevância da presente pesquisa, visto que é de suma importância mapear e sistematizar os procedimentos e ações adotados pela universidade referentes aos problemas enfrentados pelas mulheres, para que a instituição seja uma ferramenta alinhada à participação feminina na academia e à consolidação de políticas públicas que visem a diminuição das desigualdades de gênero nesse espaço.

O referido trabalho se baseou em ampla pesquisa bibliográfica, além da coleta de dados, culminando assim em uma abordagem quali-quantitativa. No que se refere à coleta de dados, destaca-se que houve entraves no processo, devido à instabilidade das plataformas digitais da UEMA e dos materiais desatualizados, o que dificultou a análise. O projeto de pesquisa foi aplicado na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), instituição pública e estadual.

Dessa forma, grande parte da coleta de dados foi efetivada através do site da UEMA, sendo utilizado ao longo da pesquisa um levantamento acerca das condições que envolvem as relações de gênero e identificação de ações no campo de políticas públicas referentes ao combate às desigualdades e violências de gênero. Assim, entende-se que a abordagem adotada no referido trabalho contribui para minimizar aspectos fragmentados dos métodos qualitativo e quantitativo, tendo em vista que se complementam, ampliando a pesquisa e tornando-a mais completa (Creswell, 2003).

Por fim, o estudo foi efetivado a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No que se refere à pesquisa de campo, destacam-se as fases de levantamento de dados quantitativos e de análise dessas informações, envolvendo os projetos político-pedagógicos de determinados cursos (CCSA e CECEN), projetos de pesquisa, extensão, grupos de estudos e grade curricular que estejam atreladas à discussão de gênero. Em relação à coleta de dados,





foram utilizados como procedimentos a produção de ofícios, visitas à UEMA e o acesso ao acervo digital da instituição.

Os resultados obtidos são de caráter teórico, metodológico e quantitativo. Nos meses iniciais do projeto, voltou-se para os estudos bibliográficos e análise de artigos, teses e livros que dialogam com a temática de gênero, resultando em um momento de extrema relevância para a pesquisa, pois consistiu na leitura do material específico que norteou o trabalho através das atividades com o NEGESF (Núcleo de estudos e extensão sobre gênero, sexualidade e família) – UEMA. Além disso, foram realizadas nesse período inicial o aprofundamento das discussões de gênero tendo como pressupostos teóricos as autoras Heleieth Saffioti, Joan Scott e Gerda Lerner.

Com o intuito de compreender e analisar as relações de gênero e as suas implicações dentro do contexto acadêmico, foi necessário entender como essas relações se originaram e se transformaram ao longo da história até atingir a contemporaneidade. Em outras palavras, foi imprescindível traçar um paralelo histórico referente à historicidade do gênero, ao modo como a dominância masculina se institucionalizou nas estruturas da sociedade e como esse fato vem oprimindo as mulheres no meio universitário.

1.1 O gênero sob uma perspectiva histórica

Grosso modo, pode-se afirmar que o gênero é a construção social do sexo. Para Joan Scott (1989), gênero é um elemento que constitui as relações baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos, isto é, uma forma básica de dar significado às relações de poder. Dito isso, o conceito de gênero, tal qual o conceito de poder, são fundamentais para estabelecer essa linha de pensamento.

O termo “gênero” surgiu entre as feministas estadunidenses e de acordo com Scott (1989), o conceito é uma rejeição ao determinismo biológico, presente no uso de definições como “sexo” ou “diferenciação sexual”. Nesse contexto, a categoria gênero é uma reivindicação das feministas contemporâneas, que não acreditam na definição do sexo como fator determinante nas diferenças entre homens e mulheres, pois o gênero e o sexo são compreendidos aqui como distintos, apesar de estarem relacionados. A fim de corroborar o argumento, tem-se um trecho da obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1980), que propõe a desmistificação das representações que inferiorizam as mulheres, incentivando uma nova forma de pensar sobre a construção do ser mulher:





Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma como a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado que qualificam de feminino. [...] a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade (Beauvoir, 1980, p.9-21).

Ao analisar a fala da autora, torna-se evidente que “ser mulher” é uma construção sociocultural e é possível perceber esse fato sobretudo quando Beauvoir afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, ou seja, a feminilidade e o comportamento disciplinador imposto às mulheres desde o seu nascimento é uma aquisição cultural e não um fato biológico. Teorizando acerca do gênero, pode-se considerá-lo como uma aquisição cultural a partir do processo de socialização que prepara os indivíduos para desempenharem papéis sociais conforme o seu sexo biológico, ou seja, a sua “natureza”. Em outras palavras, o gênero é uma construção sociocultural que atribui ao homem e à mulher papéis distintos dentro da sociedade, que podem variar conforme os costumes de cada lugar (Scott, 1989).

Historicamente, o conceito de gênero foi utilizado como rejeição ao determinismo biológico e às noções normativas da feminilidade na sociedade. Para a historiadora feminista Natalie Davis (1976), o objetivo da análise histórica acerca do gênero consiste em desvendar a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas variadas sociedades e épocas, a fim de compreender a sua estrutura e o seu funcionamento através da preservação ou transformação da ordem social (Scott, 1989). Nessa mesma perspectiva, a socióloga Heleieth Saffioti (1987) explica:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (Saffioti, 1987, p.8).

Nesse contexto, os discursos que objetivavam legitimar o homem e a mulher como sexos biologicamente e socialmente distintos corroboraram as desigualdades políticas, sociais e econômicas entre os gêneros, de modo que essas assimetrias foram utilizadas para consolidar comportamentos de subordinação e submissão feminina em diversos aspectos (Piscitelli, 2001). Outrossim, tem-se a concepção foucaultiana, que elucida acerca da existência de dispositivos de poder atuando sobre o indivíduo, um determinado grupo ou até mesmo a sociedade como um todo, constituindo um caráter normalizador que beneficia as estruturas sociais e as classes dominantes através do controle, ou seja, do poder (Foucault, 1979). Assim, é de suma importância





estudar e compreender as nuances que permeiam a opressão feminina e a institucionalização do poder masculino, presente no sistema patriarcal.

1.2 Patriarcado e opressão

O termo “opressão” significa subordinação forçada e é utilizado para descrever a condição vulnerável de indivíduos ou grupos específicos; o patriarcado, por sua vez, é a manifestação e institucionalização do poder masculino sobre as mulheres e crianças na família e a extensão desse poder na sociedade em geral (Lerner, 2019). Dito isso, parte-se da premissa de que “a sociedade é patriarcal quando é dominada pelo homem, identificada pelo homem e centrada no homem. E, também, envolve vários aspectos da opressão das mulheres” (Richartz, 2007, p.35).

A existência da história das mulheres foi ignorada e escondida pelo patriarcado, que as subjugou e fomentou uma narrativa misógina: as mulheres não produziram avanços importantes no campo intelectual, pois estavam ocupadas tratando de questões domésticas/familiares, conforme a sua “natureza” (Lerner, 2019). Essa premissa foi baseada no determinismo biológico a fim de justificar uma suposta “inferioridade” feminina; sabe-se que homens e mulheres possuem distinções biológicas, no entanto, os valores machistas atribuídos a essas diferenças são resultantes da cultura patriarcal (Lerner, 2019).

Desse modo, é natural questionar-se como e onde surgiu esse sistema patriarcal. No livro “A criação do Patriarcado”, Lerner (2019) afirma que o patriarcado como sistema histórico tem início na história e é exatamente por isso que ele pode (e deve) ser extinto pelo processo histórico. Além do mais, a autora reitera que os questionamentos sobre a forma como o patriarcado se consolidaram e se institucionalizou são muito mais importantes do que a origem de fato desse sistema.

Conforme a perspectiva de Lerner (2019), o estabelecimento do patriarcado não foi um evento, mas sim um processo que se desencadeou no tempo e na história. Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, Saffioti (2004) discorre sobre o surgimento do sistema patriarcal no seu livro “Gênero, patriarcado e violência”, no qual a autora afirma que a palavra patriarcado originalmente se refere à autoridade do pai, que exerce poder sobre a família, ou seja, mulheres e crianças.

No patriarcado, a opressão das mulheres pelos homens é inevitável, o que constitui relações de gênero desiguais, nas quais o poder masculino é hegemônico, seja na ordem política, moral, social, econômica ou cultural. Assim, a base para o sistema patriarcal é a ideologia machista, que defende a superioridade natural dos homens à proporção que as mulheres são tidas como inferiores e essa forma de dominação depende da sujeição feminina (Saffioti, 1987).





Nesse viés, a socióloga Terezinha Richartz (2007) produziu uma tese na qual aborda as relações de gênero:

Analizando como se estabelecem as relações entre homens e mulheres, em parte significativa dos países, é possível mostrar como as desigualdades são construídas historicamente, numa relação de exploração-dominação e o privilégio dos homens em detrimento das mulheres. Isso quer dizer que os valores e ideias existentes na sociedade, estabelecem uma hierarquia de poder entre os sexos e fazem com que a relação dominação/submissão entre homens e mulheres esteja presente em todos os lugares: na família, na empresa, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos (Richartz, 2007, p.26).

Nesse sentido, entende-se que as relações de gênero estão imbricadas com as relações de poder, ou seja, tem-se uma hierarquização dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres nas mais diversas esferas da sociedade. Desse modo, no sistema patriarcal, o homem detém o poder de múltiplas formas, demonstrando que a história da humanidade está baseada nas relações de gênero (Saffioti, 1987).

1.3 Gênero: uma análise interseccional

Grosso modo, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária (entre tantas outras categorias de análise) são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade nada mais é do que uma forma de explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Hill; Bilge, 2021).

Inicialmente, faz-se necessário conceituar o surgimento histórico da interseccionalidade como ferramenta analítica. Nas décadas de 1960 e 1970, temas como condições de trabalho, educação, emprego e acesso à saúde estavam em evidência, sobretudo devido às pautas abordadas pelas ativistas negras estadunidenses, no entanto, elas não obtiveram o apoio almejado nos movimentos antirracistas, nem no feminismo ou nos sindicatos que defendiam os interesses da classe trabalhadora, pois cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria em detrimento de outras, por exemplo: raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical (Hill; Bilge, 2021).

Contudo, tendo em vista que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, não existia um movimento que englobasse a complexidade das dificuldades enfrentadas por elas. Assim, as questões específicas no tocante às mulheres negras continuavam invisíveis dentro dos movimentos, uma vez que nenhum deles iria ou sequer poderia abordar sozinho todos os tipos de opressões vivenciadas por essas mulheres. Dessa maneira, a





interseccionalidade é utilizada como instrumento de análise em resposta a esses desafios (Hill; Bilge, 2021).

Em relação ao Brasil, a socióloga Saffioti (1987) assinala que as mulheres afro-brasileiras passam a sistematizar seus estudos feministas a partir da sua condição específica de mulher negra, enfrentando os preconceitos de raça, classe e gênero, pois “Tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas de dominação-exploração, que garantem relações sociais do mesmo gênero, isto é, também de dominação-exploração” (Saffioti, 1987, p. 91). O sistema patriarcal de dominação e exploração feminina se torna evidente, sobretudo quando se refere à questão da raça/etnia:

De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente na discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na “ordem das bicadas” é uma mulher. Na sociedade brasileira esta última posição ocupada por mulheres negras e pobres (Saffioti, 1987, p.16).

Seguindo com essa mesma linha de pensamento, Lélia González (1984) elucida sobre o “duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, onde o racismo se constitui para as mulheres negras como a “sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (González, 1984, p. 224). Desta feita, a articulação entre essas duas formas de opressão, racismo e sexismo, proporciona resultados violentos sobre a mulher negra em específico. A intelectual Saffioti (1976) aborda a função da mulher escravizada no sistema produtivo da sociedade escravocrata e relaciona com a “prestação de serviços sexuais”. Dessa maneira, a autora enfatiza que a mulher negra foi convertida no “instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar” (Saffioti, 1976, p. 165). Assim, percebe-se que historicamente a mulher negra foi desumanizada e utilizada como objeto sexual, ao passo que a mulher branca cabia a função de ser “rainha do lar” e esposa.

Originalmente, o termo interseccionalidade surgiu em 2001, quando a jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw palestrava na África do Sul no tocante à questão racial. Sobre a necessidade da implementação do conceito interseccional, Butler (2018) afirma que a teoria feminista demandava uma linguagem que representasse de modo completo as mulheres, porém o próprio movimento feminista estava fragmentado e começaram a surgir questionamentos referentes à eficiência de tal representatividade. Assim, a interseccionalidade surge nesse contexto, como uma teoria que engloba diversos sistemas de opressão:





A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

A partir da análise dos estudos teóricos, percebe-se que o conceito de interseccionalidade desconstrói a ideia de universalidade das mulheres, pois reconhece a pluralidade dos sujeitos femininos e das opressões que as cercam. Em outras palavras, uma mulher de elite branca não vai experimentar as mesmas formas de opressões que uma mulher negra periférica, conforme está explícito no livro “O que é lugar de fala?” de autoria da filósofa Djamila Ribeiro: “Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma” (Ribeiro, 2017, p.61).

Conforme o que foi exposto, entende-se a variedade de opressões que atingem as mulheres negras e pobres e essa condição de vulnerabilidade é acentuada pela ausência de políticas públicas no tocante à violência de gênero atrelada à questão étnico-racial. Desse modo, a interrelação do patriarcado com o racismo evidencia os sujeitos femininos mais expostos às opressões cotidianas. Em contrapartida, a interseccionalidade considera as pautas identitárias coletivas, se mostrando como um instrumento de análise a fim de abordar a complexidade dos problemas específicos de um determinado grupo (Hill; Bilge, 2021).

1.4 Gênero, estereótipo e Universidade

Entende-se que os estereótipos seguem o pensamento popular e o modo como as opiniões e os valores são atrelados a grupos específicos. O termo estereótipo foi utilizado pela primeira vez em 1922 pelo jornalista americano Walter Lippmann em um estudo intitulado “Opinião Pública”, onde ele afirmou que o estereótipo designa uma opinião preconcebida baseada em aspectos exteriores (Lippmann apud Campos et al; 2021).

Nessa mesma perspectiva, destaca-se que os estereótipos de gênero são construídos através de um conjunto de elementos históricos, sociais, culturais e psicológicos que representam crenças simplistas e genéricas. Assim, os estereótipos são uma forma de atribuir características específicas a um determinado grupo e no caso das mulheres, estes se consolidam a fim de fomentar um caráter disciplinador através da naturalização dos fatos sociais, ignorando seus aspectos culturais e políticos (Louro, 2011).





Desse modo, vai sendo construída uma percepção subjetiva do que é masculino ou feminino conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os homens e para as mulheres. Assim, os estereótipos de gênero são a base para o machismo na sociedade, uma vez que tudo que é entendido como masculino é dominante e superior à proporção que o que está associado ao feminino é dominado e inferior. Assim consolida-se a desigualdade de gênero (Louro, 2011).

Partindo do pressuposto de que a universidade é uma instituição social que manifesta de modo evidente a estrutura e a forma de funcionamento da sociedade como um todo, entende-se que as relações na universidade são o reflexo das relações sociais (Chauí, 2003). Nesse viés, a universidade não foge do padrão de desigualdade e violência de gênero presente nas estruturas sociais. Apesar disso, é importante destacar que as mulheres têm sido maioria em grande parte das universidades, inclusive na universidade estadual do Maranhão (UEMA), de acordo com os dados coletados na presente pesquisa.

Não obstante esse avanço, percebe-se que os estereótipos de gênero também estão presentes no espaço acadêmico, à medida que existem profissões consideradas adequadas ou inadequadas às mulheres. Em outras palavras, constatou-se a presença significativa de mulheres em áreas atreladas ao ensino e ao cuidado ao passo que os homens dominam as áreas relacionadas à ciência e tecnologia e esse fato está diretamente atrelado aos estereótipos de gênero e a construção sociocultural do que significa ser homem ou ser mulher.

1.5 Gênero na Universidade: debates e políticas públicas

Durante a pesquisa de campo, foram analisados todos os cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN) em São Luís. Assim, foram encontradas temáticas relacionadas ao estudo de gênero nos seguintes cursos: direito, ciências sociais, CFO, letras (português, inglês e espanhol), pedagogia, história, ciências biológicas e geografia. Por outro lado, não foi identificado a inserção de pautas de gênero nos cursos de administração, filosofia, química, matemática, música e relações internacionais. É importante destacar que a análise foi efetivada a partir dos projetos pedagógicos vigentes, que estão disponíveis no acervo da própria UEMA.

É interessante perceber como as mulheres são a maior parte no espaço acadêmico, mas ainda assim existe uma defasagem no tocante à pautas femininas. Esse fato evidencia o que foi apontado por Lerner (2019), quando a autora afirmou que apesar das mulheres serem maioria em muitos espaços da sociedade, são estruturadas como grupo minoritário.





Ao efetivar uma análise reflexiva acerca dos dados, percebe-se como o meio acadêmico é um espaço em que as relações de gênero são desiguais e reforçam os estereótipos presentes na sociedade. Assim, é essencial que a universidade efetive políticas públicas no que tange as pautas de gênero, a fim de minimizar as desigualdades. Nesse sentido, é imprescindível mencionar o Comitê de prevenção e combate à violência de gênero da UEMA, que possui caráter consultivo-deliberativo e executivo, de proposição, articulação estratégica, implementação e avaliação de ações que promovam a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero no âmbito da UEMA, garantindo o acolhimento e a assistência às vítimas.

Contudo, a existência da cultura patriarcal e da ideologia machista dificulta o combate às violências e desigualdades de gênero, tendo em vista que as estruturas sociais são pautadas nesse modelo que se baseia na exploração de mulheres, impactando a vivência feminina no espaço acadêmico. Dito isso, é essencial que se consolide planos de ação, a fim de promover discussões e intervenções que proporcionem problematizações, reflexões e debates relevantes para a temática de gênero (Fiori, 2020).

Desta feita, a simples criação de legislações, protocolos, comissões, programas ou comitês não tem sido suficientes, apesar de reconhecer a indiscutível importância da legitimação desses mecanismos jurídicos no combate à violência de gênero, não se pode ignorar que as universidades criam protocolos a fim de justificarem, de certa maneira, que a instituição dispõe de mecanismos de proteção e defesa e essa implementação de protocolos se mostra mais reativa do que proativa (Guinot, 2020).

Para que seja instaurado um sistema eficaz na prevenção e combate à violência de gênero na universidade é necessário a adoção de medidas como: educação conscientizadora sobre violência contra mulheres, para que estudantes revejam suas concepções machistas (autoconsciência); prevenção de relações pessoais não saudáveis (alerta de gatilhos em relações abusivas, instruções de como identificar os sinais); interação e empoderamento entre mulheres através do debate acerca do tema; apoio psicológico especializado às vítimas de violência de gênero; momentos de acolhimento e solidariedade entre mulheres; acesso e incentivo às denúncias de violência dentro da universidade; campanhas de conscientização para toda a comunidade acadêmica (Fiori, 2020).

Seguindo nesse viés, enfatiza-se que a fim de que haja eficácia no combate à violência, Fiori (2020) destaca uma espécie de tripé: acolhimento, investigação/punição dos agressores e educação/prevenção. Esses três elementos são imprescindíveis na rotina de uma universidade e só será possível alcançar a redução da desigualdade e violência de gênero com a modificação dos valores e crenças de todos aqueles envolvidos no meio acadêmico.





2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou refletir sobre as opressões de gênero, a institucionalização do patriarcado, a interseccionalidade como ferramenta de análise, a temática de gênero no espaço acadêmico e os projetos políticos pedagógicos adotados pela universidade no combate e prevenção às violências e desigualdades de gênero. Nesse sentido, uma evidência dessa reflexão se coloca nos estereótipos de gênero, que julga as mulheres menos capazes do que os homens para funções consideradas dominantes, ao passo que diante dessa lógica cabe à atuação feminina restrita ao âmbito doméstico. Assim, a ideologia machista do sistema patriarcal reflete nas relações universitárias, a exemplo da presença minoritária de mulheres nos campos da ciência exatas, da tecnologia e da política, áreas consideradas tradicionalmente masculinas.

Além disso, constatou-se que embora as mulheres sejam a maioria na universidade, elas estão situadas em cursos específicos, que estão atrelados ao cuidado e ao ensino, à proporção que os homens são predominantes em cursos de exatas, conforme já foi mencionado. Desse modo, buscou-se analisar as circunstâncias em que as mulheres exercem sua vivência no meio universitário e em que medida possuem o apoio da instituição no que se refere aos embargos no tocante às pautas femininas. Ademais, objetivou-se verificar até que ponto a universidade fomenta os debates de gênero no meio acadêmico e o estudo do tema na grade curricular, destacando os cursos de graduação do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN) e Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

Em relação aos Projetos Pedagógicos, constatou-se uma defasagem em relação à abordagem da temática de gênero em grande parte dos cursos, sobretudo de Ciências Exatas, evidenciando a ausência de discussões no tocante à questão. Apesar disso, é fundamental destacar o protocolo de enfrentamento à violência de gênero adotado pela UEMA através da criação do Comitê de prevenção e combate à violência de gênero. Contudo, enfatiza-se a necessidade de mais políticas públicas a fim de minimizar as desigualdades e violências de gênero na universidade.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública sob Nova Perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, 2003.





COOPER, J. et al. **Melhorar a equidade de gênero na educação pós-secundária.** In: KLEIN, S. S. (Ed.). Manual para alcançar a igualdade de gênero por meio da educação. Nova York: Routledge, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero.** Tradução Liane Schneider. Los Angeles: University of California, 2002.

CRESWELL, John W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed method approaches. London: Sage, 2003.

DAVIS, Natalie. Womens History in Transition: the European case. **Feminist Studies**, v.3, n.3/4, 1976, p.83-103.

FIORI, Ana Letícia de. **Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação: Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida.** Ponto Urbe [On-line], v.26, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 21. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GUINOT, H. V. Las universidades frente a la violencia de género. El alcance limitado de los mecanismos formales. **Revista mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Chile, v. 65, n. 238, p. 49-80, 2020.

HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Editora Boitempo, 2021.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** São Paulo, Cultrix, 2019.

LIPPMANN, W. **Opinião pública.** Tradução: Jacques A. Wainberg. 1. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. cap. 3, n. 6, p. 83-95.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação docente–revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

PISCITELLI, Adriana. **“Recriando a (categoria) mulher?”.** In: ALGRANTI, L. (org.). “A prática feminista e o conceito de gênero”. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCHUnicamp, 2002, p. 7-42

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

RICHARTZ, Terezinha. **Paradoxos da implementação da lei de cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB e PFL.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). São Paulo, 2007, p. 26-52.





SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I.B., **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho feminino e capitalismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 1, 1976.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. 1º edição, 1989.





VIOLÊNCIA LABORAL NAS UNIVERSIDADES: REFLEXÕES SOBRE BRASIL E ARGENTINA DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Karoline Parrião Rodrigues¹

Assistente Social

Mestra e doutoranda em Políticas Públicas – UFMA

kparriao@yahoo.com.br

Instituto Federal do Maranhão

RESUMO: Apresenta-se breves reflexões sobre pesquisa doutoral ainda em curso sobre assédio laboral em instituições de ensino, desde uma perspectiva de gênero, onde estão sendo avaliadas experiências do Brasil e da Argentina, após intercâmbio acadêmico na Universidad de Buenos Aires - Argentina, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior. Embora a Organização Internacional do Trabalho – OIT tenha reconhecido oficialmente a violência laboral apenas em 2019, essa não é uma problemática recente e encontra-se inserida nos mecanismos de gestão do trabalho neoliberal capitalista nos dias atuais. Dentre as diversas tensões experimentadas por trabalhadoras/es nas universidades brasileiras e argentinas, destaca-se aqui o assédio moral e sexual, considerado por muitos estudos como uma problemática cotidiana que possui forte recorte de gênero à medida em que fortalece as desigualdades e relações hierárquicas de poder em favor dos sujeitos masculinos. Compreende-se que a violência de gênero possui caráter estrutural, visto que é parte do sistema de dominação masculina e sujeição feminina que naturaliza as desigualdades de gênero, expressas pelo sexismo, machismo, homotransfobia, entre outros elementos que dão corpo às mais variadas formas de violência de gênero. Em se tratando da América Latina, compreende-se que essa estrutura advém do seu processo de formação social, política, econômica e cultural, marcadamente caracterizado pelo colonialismo e escravização de diversos povos. Contudo, com o avanço do sistema capitalista, diversas estratégias para sua manutenção e fortalecimento tem sido adotadas. Nesse sentido, potencializar práticas patriarcais é também objetivo desse sistema econômico, haja vista contribuir para a segregação, opressão e exploração de um determinado grupo contra outro. Portanto, o assédio no e pelo trabalho pode ser considerado violência de gênero, cotidianamente inserida nas relações de trabalho mundialmente, fomentando um ambiente laboral inseguro e insalubre, com consequências muitas vezes irreversíveis, além de resultar na desmobilização da classe trabalhadora. Sob a atual orientação neoliberal, podem ser identificados sofisticados mecanismos de gestão do trabalho que produzem disputas, conflitos, competitividade, individualismo, luta por lugares e consequente fragilização da solidariedade entre trabalhadoras/es. A reestruturação produtiva, sob o viés neoliberal da flexibilização, somada à forte herança patriarcal que alimenta as desigualdades de gênero, impulsionam relações de trabalho inseguras e violentas, solo fértil para a prática dos assédios e outras violências laborais, sendo o Estado corresponsável por sua reprodução. A chamada Convenção 190/ OIT de 2019, ratificada por trinta e nove países, dentre eles a Argentina, é considerado uma importante ferramenta no enfrentamento às práticas neoliberais capitalistas de enfraquecimento e desmobilização da classe trabalho quando traz à luz o direito ao trabalho decente e digno para todos/as trabalhadores/as. Ademais dos dispositivos internacionais, faz-se necessário frisar que a Argentina e o Brasil, possuem legislações e dispositivos próprios que possibilitam o enfrentamento de tal violência. Embora os dois países, a exemplo de outros vizinhos da América Latina, estejam dando passos importantes para a eliminação das violências laborais, essa é uma problemática estrutural e requer muito mais

¹ Pesquisa realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Brasil – Código de Financiamento 001, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.





empenho de todos os sujeitos envolvidos. Por essa razão, o debate aqui proposto é urgente, tendo em vista a necessidade de desconstrução dessas relações hierárquicas de poder e a construção de relações de solidariedade na perspectiva de um projeto de sociedade emancipatório.

Palavras-chave: Violência; Trabalho; Gênero.

1. INTRODUÇÃO

Apresento breves resultados do projeto de pesquisa “Trabalho e relações de gênero: a experiência da Universidad de Buenos Aires”, parte da investigação doutoral que estuda o assédio nas relações de trabalho no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) no Brasil desde uma perspectiva de gênero, problematizando o silenciamento, o enfrentamento e as formas de resistência à essa violência na instituição.

Para tanto, na intenção de ampliar as possibilidades de responder a tal problema, foi realizado um intercâmbio acadêmico na Universidad de Buenos Aires – UBA/ Argentina com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Brasil – Código de Financiamento 001, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, como parte do processo de elaboração da tese doutoral, sendo de imensa relevância para o processo de busca pela essência do objeto de estudo o diálogo e interação entre os saberes latino-americanos relativos à temática, visto que o acúmulo teórico, metodológico e empírico dessa experiência vai compor os escritos da minha tese, outras produções científicas, como também podem subsidiar estratégias de intervenção frente às desigualdades de gênero e suas violências nas instituições de ensino brasileiras.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que permite o uso de múltiplas fontes de dados, observações e análises, cujo processo metodológico está estruturado por meio de: pesquisa bibliográfica, a partir da literatura relacionada às categorias centrais de estudo, quais sejam: trabalho, gênero, assédio e violência; pesquisa documental; e pesquisa de campo com realização de entrevistas semiestruturadas aplicadas com trabalhadoras/es da UBA e outras instituições educativas que compõem espaços estratégicos de atendimento e/ ou enfrentamento às desigualdades e violências de gênero. Essa valorosa oportunidade de estudo possibilita realizar importante diálogo entre as experiências do Brasil e da Argentina quanto às históricas violências laborais e suas formas de resistência e enfrentamento desde uma perspectiva de gênero, movimento necessário para lançar luz a uma cruel realidade que afeta fortemente o continente latino americano.





Para as reflexões aqui propostas, se apresenta indispensável reconhecer a centralidade do trabalho visto que é uma ação objetiva e subjetiva inerente ao ser social e encontra-se imbricado na produção e reprodução da vida humana. Entretanto, o sistema capitalista, sob a atual orientação neoliberal, adota estratégias de gestão e exploração da força de trabalho com mecanismos cada vez mais sofisticados que fomentam disputas, conflitos, competitividade, individualismo, luta por lugares e consequente fragilização dos vínculos entre trabalhadoras/es.

Nesse contexto, as violências de gênero no trabalho encontram solo fértil para produzir-se e reproduzir-se enquanto violência cotidiana e persistente concretamente atravessada pelo patriarcado por eleger como principais alvos as mulheres e demais dissidências de gênero, conforme evidenciam estudos de diversos países, estando as universidades também imersas nesse cenário de opressão e hierarquia de poder que possui implicações em vários níveis devendo ser abordada como uma problemática de âmbito social e não individual.

Entretanto, identifica-se que os esforços empreendidos até o momento são insuficientes – embora necessários – até mesmo nos países que possuem maior trajetória no que tange à resistência e ao enfrentamento às práticas neoliberais, coloniais e patriarcais de opressão e exploração, fato que justifica a urgência do debate aqui proposto, como também a ampliação de ações de mobilização, enfrentamento e resistência.

2. (RE) CONHECENDO AS OPRESSÕES

Nesta pesquisa, o assédio é considerado uma violência que expressa as desigualdades de gênero, abordado de forma dialética, vinculado ao contexto de formação/ colonização socioeconômica de ambos países e situado no tempo e no espaço da sociedade capitalista que, conforme nos ensina Letícia Nascimento (2021), “tentou instituir o padrão hegemônico do homem branco, cristão, heterossexual, burguês, sem deficiências e magro como medida para todas as outras ‘coisas’” a partir de “um imenso aparato discursivo jurídico, médico, político, religioso e educativo” (p. 93). Elementos esses que estruturam o continente latino americano balizando as desigualdades e opressões até os dias atuais.

Esse processo tem por base um sistema de dominação que impôs e naturalizou um padrão hegemônico euro centrado de ser, categorizando e hierarquizando a vida humana nos diversos aspectos como raciais, de gênero, de classe, entre outros, capturando as subjetividades para garantir a dominação e o poder. Nessa perspectiva, Lugones (2020, p. 52), adverte que:





‘Colonialidade’ não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, ao trabalho e a subjetividade/ intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas.

Com base nesse contexto, a pesquisa aponta o assédio como reconfiguração da violência no trabalho, visto que, mecanismos de violência são utilizados contra trabalhadoras/es desde os tempos mais remotos. Em se tratando da América Latina, como já citado, isso se aprofunda com seu processo violento de formação socioeconômica e cultural, marcadamente caracterizado pelo colonialismo e escravização de diversos povos. Nesse sentido, tem-se uma formação social classista, racializada e patriarcal que impõe a supervalorização masculina e sujeição feminina, naturalizando as desigualdades e violências de gênero, expressas pelo sexismo, machismo, homotransfobia, cultura do estupro, etc. Tal estrutura desigual de poder é igualmente refletida e reproduzida nas relações de trabalho, a exemplo dos assédios moral e sexual vivenciados principalmente por corpos femininos e dissidentes de gênero e praticados majoritariamente por homens, de acordo com diversas pesquisas a nível mundial.

Considerando que o trabalho é inerente ao ser social e encontra-se imbricado na produção e reprodução da vida humana, é indispensável reconhecer sua centralidade. Contudo, o sistema capitalista, sob a atual orientação neoliberal, adota estratégias de gestão e exploração da força de trabalho com mecanismos cada vez mais sofisticados que fomentam disputas, conflitos, competitividade, individualismo, luta por lugares e consequente fragilização dos vínculos entre trabalhadoras/es.

A atual gestão do trabalho impõe à classe trabalhadora a flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho, o controle e manipulação do medo e outras emoções (Souza, 2012), isolamento, individualismo e competitividade na luta por lugares (Gaulejac, 2007). Em consequência, vive-se a fragmentação da força de organização, mobilização e reivindicação, onde as demandas individuais se sobressaem às coletivas, se aprofunda a superficialidade dos vínculos e se pulveriza a solidariedade e censo de organização coletiva, aumentando a alienação e submissão de trabalhadoras/es.

Conforme analisa Fraser (2023), a economia capitalista necessita de quatro condições não econômicas indispensáveis para existir, quais sejam: a) imensa reserva de riqueza expropriada de povos subalternos e racializados, incluindo terra, recursos naturais e trabalho dependente, que funcionam como insumos gratuitos ou de baixo preço; b) abundante reserva de trabalho não remunerado ou mal remunerado a serviço da reprodução social, majoritariamente realizado por mulheres; c) grande reserva de insumos gratuitos provenientes da natureza não





humana, matéria prima que o capital usufrui como “um tesouro escondido do qual pode servir-se livremente e de forma ilimitada, sem necessidade de reabastece-la ou repará-la” (pp. 214-215); e amplo conjunto de bens públicos do Estado e outros poderes públicos como ordenamentos jurídicos, infraestrutura e forças repressivas. Compreender essas precondições que tornam possível a constituição e manutenção da sociedade capitalista é primordial para o debate aqui proposto pois, como alerta a autora, trata-se de um sistema canibal, que devora a democracia, o planeta ao mesmo tempo em que coloca em risco sua própria existência.

Nesse contexto, o assédio moral/sexual, enquanto conduta abusiva, humilhante, vexatória, desqualificante e degradante que investe contra a dignidade e integridade física e mental de uma pessoa ou grupo no âmbito laboral, tornou-se uma violência cotidiana e persistente. Trata-se de uma violência que gera um ambiente de trabalho hostil e insalubre, provocando implicações graves e muitas vezes irreversíveis não somente para quem sofre tal violência. É necessário reconhecer as consequências para as famílias, as equipes de trabalho, as instituições/ organizações e para a sociedade em geral, visto que é uma violência provocada pela forma como o trabalho está estruturado e organizado sob a lógica capitalista neoliberal que individualiza, subjugua, expropria e fragiliza as possibilidades de organização e solidariedade da classe trabalhadora, sem as quais não é possível superar o *status quo*.

A reestruturação produtiva, sob o viés neoliberal da flexibilização, somada às estruturais desigualdades de gênero, impulsionam relações de trabalho inseguras e violentas, solo fértil para a prática dos assédios, elegendo como principais alvos as mulheres e demais dissidências de gênero, conforme evidenciam estudos de diversos países. Posto isso, pensar a categoria trabalho na sociedade capitalista é pensar também as opressões de gênero, raça/ etnia, classe e outras intersecções que aí estão imbrincadas e formam parte das diversas tensões experimentadas por trabalhadoras/es nas instituições educativas brasileiras e argentinas. A partir desse contexto, se faz imprescindível identificar de que maneira os países em estudo tem enfrentado as práticas neoliberais, coloniais e patriarcais de opressão e exploração da classe trabalhadora e quais as possibilidades potenciais de transformação.

3. BRASIL E ARGENTINA – DIÁLOGO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO TRABALHO

Como dialogam as experiência do Brasil e da Argentina quanto à violência de gênero no trabalho? Quais mecanismos de enfrentamento e resistência é possível identificar nesses países e de que maneira as universidades são atravessadas por tal problemática? De modo a





ampliar e fortalecer o debate, se faz necessário contextualizar o panorama internacional e latino americano sobre o tema. Como reconhecimento desse contexto de violências no trabalho, em 2019 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a primeira legislação internacional para eliminação da violência e assédio no trabalho reconhecendo seus efeitos nocivos e a violência de gênero nela impressa. A Convenção 190, ratificada pela Argentina e mais trinta e oito países dos quais o Brasil ainda não se encontra, é considerado uma imprescindível ferramenta no enfrentamento às práticas neoliberais capitalistas de enfraquecimento e desmobilização da classe trabalhadora em diversos aspectos. A normativa internacional inaugura forte direcionamento contra a violência com base no gênero em âmbito trabalhista por ser considerada ameaça aos direitos humanos, à dignidade e igualdade de oportunidades, sendo incompatível com o trabalho decente.

Apesar disso, importante pesquisa realizada pela instituição Grow Género y Trabajo e Fundação Friedrich Ebert (2022) acerca da situação da violência laboral na América Latina e Caribe com 14 países revela que apenas 5 desses países ratificaram a C190. O levantamento que contou com 5.992 questionários e 57 entrevistas aponta ainda que a maioria das pessoas afetadas são mulheres (76%) e outras dissidências de gênero (82%), sendo o quantitativo de homens menor (58%). Violência cometida principalmente por chefes diretos e colegas do gênero masculino.

Ademais, importante observar dado preocupante quanto à precarização dos vínculos de trabalho e baixo nível de organização coletiva no continente. Conforme o levantamento, 49% das pessoas participantes possuem vínculo de trabalho informal e apenas 9,5% são sindicalizadas. Em paralelo, observa-se, como possível consequência da desmobilização coletiva, a tímida atuação do Estado em termos de legislações e políticas públicas de proteção e prevenção à violência no e pelo trabalho.

Interessante notar que a Argentina ganha destaque quanto ao nível de organização coletiva trabalhista. Relevante pesquisa da Universidad Nacional de Avellaneda, Iniciativa Spotlight e Red Nacional Intersindical contra la Violencia Laboral que envolveu 8.011 respondentes afirma que 79% possui vínculo trabalhista formal e todas possuem algum vínculo sindical, visto que a pesquisa foi realizada por meio dos sindicatos argentinos. Entretanto, a violência laboral persiste, atingindo 56,9% das/os respondentes (Organización Internacional del Trabajo, 2021).

O levantamento demonstra que 03 de cada 10 pessoas afirmaram haver sofrido violência no trabalho, subindo esse número para 06 de cada 10 quando as situações de violência são elencadas de maneira mais descritiva, denotando a naturalização do processo histórico e





persistente de violência de gênero e no trabalho, pois a maioria das pessoas afetadas também são do gênero feminino ou dissidências de gênero. Quanto às principais violências sofridas tem-se: 78% violência psicológica, 67% discriminação, 52% de cunho sexual e 35% de caráter físico, esta geralmente é praticada por cliente e/ ou usuários de serviços públicos contra trabalhadoras mulheres ou de gênero não binário, manifestando as impressões patriarcais e machistas dos atos (Organización Internacional del Trabajo, 2021).

No Brasil, pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva (2020) revelou as percepções sobre a violência e o assédio contra mulheres no trabalho. O levantamento contou com a participação de 1.500 pessoas de todas as regiões do país e ratifica muitos dos dados acerca dessa realidade no continente, como por exemplo o fato das mulheres serem o principal alvo dessa violência. Conforme os dados divulgados, 36% das mulheres e 15% dos homens afirmam terem vivenciado situações de constrangimento, preconceito, violência ou assédio em razão do seu gênero no âmbito do trabalho. Em semelhança à alteração identificada no levantamento da área sindical na Argentina, essa porcentagem muda para 76% de mulheres e 68% de homens quando são apresentadas situações concretas aos participantes, sendo as mulheres as que mais reconhecem as práticas de assédio, uma vez mais demonstrando a naturalização e normalização impressas nessas violências.

O relatório da pesquisa brasileira do Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva (2020) mostra como a vida pessoal e profissional das mulheres é marcada pela possibilidade de sofrerem situações de assédio e outras violências e quão grande é o desafio de, embora as reconhecendo, reagir e enfrentá-las. Nesse aspecto, a falta de confiança nas instituições prevalece quando se trata de denunciar e frear tais situações. Apenas 23% das trabalhadoras denunciaram a situação na empresa/ instituição, entretanto, 12% não teve seu relato ouvido, em 34% dos casos houve a responsabilização do agressor e 54% das denúncias não resultou na responsabilização, reforçando a certeza de impunidade e descrença na empresa/instituição, como também o endereçamento dessas questões para um trato individual. Soma-se a isso os efeitos psicossociais de tais atos, considerando que a tristeza, a ofensa, a humilhação e a raiva foram os sentimentos mais recorrentes nos relatos das trabalhadoras que sofreram assédio no trabalho.

No que tange ao manejo das situações de violência por parte de trabalhadoras/es na Argentina, o levantamento da Universidad Nacional de Avellaneda, Iniciativa Spotlight e Red Nacional Intersindical contra la Violencia Laboral aponta realidade similar à brasileira. O relatório indica também o baixo nível de denúncias, quando apenas 30% das pessoas conseguiu romper o silêncio. Em sua maioria (60,7%) as/os trabalhadoras/es acionaram o sindicato





associado, 43, 8% recorreu à empresa/ instituição e 37,8% demandou a família. Ainda assim, 27% das/os participantes dizem não acreditar na resolutividade das denúncias (Organización Internacional del Trabajo, 2021).

É preciso destacar a insuficiência de pesquisas e levantamentos sobre a violência no trabalho, principalmente em se tratando de dados oficiais do Estado, revelando o silenciamento que ainda rodeia fortemente tal problemática. Os dados acima apesar de serem relativamente recentes, são de suma importância para inscrever o assédio e demais violências no âmbito laboral nas agendas públicas desses países. De outra forma, a invisibilidade da problemática contribui para sua (re) produção e consequente manutenção do *status quo*.

Apesar dos dados alarmantes, o estudo revela avanços importantes quando do enfrentamento a essas violências em ambos países investigados. Na Argentina ganha destaque a ratificação de convenções e pactos internacionais como a Convenção C190 da OIT, em que foi um dos primeiros países no mundo a aderir, além de ter participação ativa em sua construção e formulação. Normativas como o Decreto nº 254/1998, que regulamenta o Plano para Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho e a Lei nº 26.485/2009, que dispõe sobre a prevenção e sanção da violência contra a mulher, incluindo a violência no trabalho, possibilitam a efetivação de políticas públicas. A Lei Micaela (Lei nº 27.499/2019) foi um marco nas instituições públicas argentinas por instituir a capacitação obrigatória em gênero para todas/os funcionárias/os públicas/os a nível municipal, estadual e federal.

Com base nesse aporte legislativo e a partir das mobilizações de estudantes e trabalhadoras/es as universidades nacionais argentinas passaram a adotar políticas de gênero a exemplo das comissões “No a la violencia de género”, responsáveis pela condução dos Protocolos de prevenção e intervenção ante situações de violência e/ou discriminação de gênero ou orientação sexual. Atualmente, cerca de 90% das universidades nacionais possuem protocolos e outras políticas gênero, sendo considerada ferramenta imprescindível no enfrentamento à essas violências no âmbito universitário. Ademais, já existem setores específicos de relações de trabalho que funcionam com base na C190 e em articulação às comissões dos protocolos, além da organização sindical fortemente presente no país ainda hoje.

O Brasil, apesar dos retrocessos impostos pela última reforma trabalhista (2017), possui avançada legislação sobre o tema. Entretanto, quando se trata da prevenção e intervenção contra o assédio e demais violências no trabalho e o reconhecimento do recorte de gênero nelas imbricado, o país caminha timidamente. Apesar da C190 haver sido promulgada em 2019, o processo de ratificação por parte do Brasil ainda está em curso. Não existe normativa específica





a nível nacional para enfrentamento da problemática, embora seja necessário reconhecer os esforços recentes de algumas instituições públicas no que tange às iniciativas de prevenção, como a realização de campanhas educativas e capacitação em gênero para servidoras/es, além do aumento de jurisprudência e fortalecimento dos canais de denúncia.

Paralelo a isso, identifica-se a ampliação dos espaços de debates em torno do tema e também aumento de pesquisas científicas, fato que tem contribuído com a construção de políticas de gênero nas universidades públicas brasileiras, ainda que de maneira incipiente. Embora não haja um direcionamento nacional, já é possível identificar em algumas instituições de ensino a atuação por meio de Protocolos de prevenção e atendimento a violências de gênero, passo importante para o reconhecimento da demanda a nível nacional. Acrescenta-se a isso o Programa Nacional de Integridade (2019) que versa sobre prevenção a irregularidades, desvios éticos e de conduta envolvendo trabalhadoras/es federais, o que inclui a prática de assédio e outras violências. E de modo mais recente, ganha destaque a Lei nº 14.540/2023 que instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública nos três níveis de governo, sendo considerada importante conquista para o país.

Em importante levantamento sobre os mecanismos de gênero nas universidades brasileira, Furlim (2024, p. 4) revela que, das 69 universidades federais, “58% delas possuíam algum mecanismo com a finalidade de promover a igualdade e equidade de gênero”, sendo identificados 51 mecanismos e “somente 23 tinham a finalidade ou possuíam ações para a prevenção, acolhimento e enfrentamento das violências de gênero que ocorrem no interior das instituições acadêmicas”. São dados sintomáticos de um cenário preocupante no âmbito das universidades brasileiras, apesar dos esforços já mencionados, o que também denota a complexidade da problemática e urgência em seu enfrentamento.

A partir desse contexto, é possível também constatar, inclusive por meio de noticiários, o aumento de demissões de servidores universitários e a própria responsabilização da instituição em decorrência das violências de gênero no âmbito acadêmico/laboral, podendo contribuir com a ampliação das denúncias e credibilidade por parte de quem sofre essas violências no processo de responsabilização. De acordo com os apontamentos de Furlim (2024, p. 2-3) sobre os espaços acadêmicos,

[...] a cultura de violência de gênero tem se materializado na forma de assédio moral, assédio sexual, misoginia, sexismo, agressão física e psicológica, estupro, desqualificação intelectual, discriminação de mulheres em espaços e cursos tradicionalmente masculinos, acesso desigual a recursos de pesquisa e bolsas de estudos, dentre outros.





Esse fenômeno, coloca em cena o debate sobre a necessidade da construção de políticas e/ou mecanismos com perspectiva de gênero para o enfrentamento das violências e desigualdades.

Nesse sentido, é imprescindível ratificar a importância dos movimentos e mobilizações sociais feministas e LGBTQIAP+ dos últimos anos na América Latina, que iluminaram, desnudaram e nomearam as desigualdades e violências de gênero historicamente vivenciadas, ainda que alguns países estejam mais avançados nesse aspecto, como a Argentina. A partir disso, identifica-se que a voz dessas mobilizações transcende as ruas e redes sociais, possibilitando a ampliação do debate nos espaços públicos, criação e implementação de legislações e mecanismos de enfrentamento às violências de gênero no âmbito institucional, presentes de forma massiva nas universidades nacionais argentinas, mas ainda de forma tímida no Brasil.

Interessante notar que quanto maior o grau de organização coletiva e sindical, como no caso argentino, mais políticas e conquistas possuem o país. No entanto, é necessário ter em conta que nenhuma conquista é permanente. Com o avanço da extrema direita na América Latina vive-se o desmonte das políticas sociais, especialmente nas áreas que possibilitam reflexão, crítica, autonomia e possibilidade de emancipação, como é o caso da educação e da ciência constantemente sucateadas, desfinanciadas e desqualificadas por determinados grupos políticos que exercem forte poder na sociedade. Nessa perspectiva, também as políticas de gênero são alvo prioritário do desmonte, visto que representam ameaça ao poder patriarcal desses grupos.

4. CAMINHOS POSSÍVEIS: A SOLIDARIEDADE COMO (RE) EXISTÊNCIA

Vive-se um movimento recente de ampliação do debate e reconhecimento ao assédio e demais violências laborais. O aparato de ferramentas acima exposto possui grande relevância no reconhecimento, visibilidade e enfrentamento às violências de gênero no âmbito do trabalho por possibilitar a institucionalização do diálogo e de ações frente à uma problemática que está longe de ser individual, mas sim social e coletiva posto que é estrutural e intrínseca ao sistema capitalista neoliberal patriarcal. Contudo, identifica-se o quão insuficientes se mostram diante sua complexidade e das disputas de poder em curso.

Dessa maneira, é urgente alimentar nossa imaginação para criar estratégias mais potentes de superação e transformação dessa realidade estruturalmente (re)construída para fomentar as desigualdades sociais que se entrecruzam, desmobilizar a classe trabalhadora e fortalecer o sistema capitalista atual.





Quanto mais invisibilizada tal problemática, mais distante da agenda pública. Assim, se apresenta o desafio de pensar criticamente a sociedade patriarcal capitalista que produz desigualdades e violências estruturais sob a justificativa de desenvolver e modernizar o mundo (Para quem? Sob a que custo? Sobre quais corpos?). Construir estratégias pedagógicas e coletivas que rompam as barreiras do individualismo se torna indispensável à classe trabalhadora. Ou seja, resgatar as práticas políticas e organizativas, fortalecer os laços comunitários e afetivos, bem como frear os ataques e retrocessos dos governos de extrema direita se apresenta como vital.

É urgente desconstruir essas relações hierárquicas de poder que disciplinam, encarceram, aprisionam e oprimem para construir relações de solidariedade na perspectiva de um projeto de sociedade emancipatório. Que tenhamos ânimo para reconstruir as relações sociais a partir da solidariedade e com o horizonte na emancipação humana livre de violências e opressões.

REFERÊNCIAS

Fraser, Nancy (2023). **Capitalismo canibal**: qué hacer con este sistema que devora la democracia y el planeta, y hasta pone en peligro su propia existencia. Siglo XXI Editores Argentina.

FURLIM, Neiva. **Mecanismos institucionais em universidades brasileiras**: ações para o enfrentamento das violências de gênero. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. 2024, Florianópolis – SC. Anais Eletrônicos. 2024, p. 1 – 12.

Gaulejac, Vicent de. (2007). **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. (I. Stornioli, Trad.). Ideias Letras.

Nascimento, Letícia. (2021). **Transfeminismo**. Jandaíra.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

Organización Internacional del Trabajo (2021). **Trabajar sin violencias**: aportes del sector sindical en Argentina: encuesta nacional sobre la violencia y el acoso en el mundo del trabajo. Oficina de País de la OIT para la Argentina. <https://www.undav.edu.ar/general/recursos/adjuntos/30734.pdf>.

Souza, Sheila A. D. de (2012). **Transformações do trabalho no serviço público**: o caso dos técnicos em educação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Espírito Santo.





EIXO 8 – Gênero, Corporalidade e Expressões Artísticas





A ATUAÇÃO DE MULHERES COMO LIDERANÇAS NAS TURMAS DE SAMBA DO MARANHÃO¹

Rafaela Moreira Alves da Cunha
Graduanda em Ciências Sociais - UFMA
rafaela.moreira@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Marilande Martins Abreu
Doutora em Ciências Sociais- UNICAMP
marilande.ma@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A pesquisa *Inventário das Turmas de Samba do Maranhão* é uma pesquisa em andamento, desenvolvida a partir de convênio entre UFMA e IPHAN, com o objetivo de realizar o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) das Turmas de Samba do Maranhão. A metodologia utilizada consiste em trabalho de campo e revisão bibliográfica, para sistematizar dados sobre essa manifestação cultural e sua importância para as comunidades e cidades nas quais se mantém. As Turmas de Samba se apresentam no período do carnaval, tem como característica marcante a sonoridade particular, em decorrência dos tambores utilizados, que indicam forte influência do tambor de mina do Maranhão, bem como outras manifestações da cultura popular como bumba boi, tambor de crioula, entre outras. Essas turmas são conhecidas também como batucadas, blocos tradicionais e escolas de samba. A brincadeira é realizada nas comunidades rurais quilombolas do estado, e sedes de diversas cidades do Maranhão. Neste artigo realizamos um recorte de gênero, para apresentar dados sobre a participação das mulheres, consideradas aqui agentes culturais importantes dessa manifestação cultural, que vem desaparecendo nos últimos anos.

Palavras Chaves: Mulheres, Turmas de Samba, Maranhão.

1. SOBRE A PESQUISA E AS TURMAS DE SAMBA NO MARANHÃO:

Em primeiro plano, faz-se importante destacar que o presente trabalho é uma discussão descritiva e etnográfica, sendo um recorte de uma pesquisa ainda em andamento. O projeto de Inventário Nacional de Referências Culturais das Turmas de Samba do Maranhão tem como objetivo mapear essa manifestação cultural em diversas cidades do estado, a fim de identificar onde estão localizados esses grupos, como são organizados, quem participa, quais políticas públicas podem ser acessadas por essa manifestação, com quais outras brincadeiras da cultura popular se relacionam e também como se dá a participação das mulheres nessa brincadeira.²

¹ Todas as imagens deste trabalho foram autorizadas de forma oral pelos interlocutores e interlocutoras para o desenvolvimento desta pesquisa.

² Expressão utilizada cotidianamente em diversos lugares do Maranhão para denominar manifestações culturais como o Bumba meu Boi, Turmas de Samba, Tambor de Crioula e outras





Até o presente momento foi realizado trabalho de campo em 26 cidades do Maranhão sendo elas; Axixá, Icatu, Presidente Juscelino, Morros, Rosário, Santa Rita, Bacabeira, Alcântara, Bequimão, Mirinzal, Guimarães, Porto Rico, Cedral, Cururupu, Pinheiro, Santa Helena, Pedro do Rosário, Turilândia, Codó, Coroatá, Timbiras e São Luís. Nessas cidades visitadas até o momento foram localizadas 37 turmas de samba que estão presentes principalmente em comunidades rurais e quilombolas.³

A ausência de trabalhos escritos e desenvolvidos sobre as Turmas de Samba do Maranhão indica a falta de conhecimento sistematizado sobre essa manifestação cultural. Até o momento, identificamos uma escassez de trabalhos que retratam o carnaval do estado, os poucos trabalhos localizados atualmente abordam apenas o carnaval e o samba na capital São Luís, porém, apesar disso é impossível falar do carnaval do Maranhão sem fazer alusão ou referências às chamadas turmas de samba.

Portanto, as discussões aqui apresentadas são resultados, observações e questionamentos levantados a partir de sete meses de trabalho de campo -que consiste em aplicação de questionários, entrevistas gravadas e conversas informais- nas cidades citadas, e tem como objetivo descrever as Turmas de Samba, o trabalho artístico, função de liderança realizado pelas mulheres, entre outras características que definem esses grupos.

Para compreender e descrever a atuação das mulheres nas Turmas de Samba precisamos primeiramente entender o que são as Turmas de Samba e como elas se organizam. As Turmas de Samba são manifestações culturais que ocorrem especificamente no período do carnaval. Todo o calendário é organizado a partir dessa data festiva, iniciando os ensaios e preparativos com alguns meses de antecedência dos dias da festa carnavalesca, a quantidade de dias que se apresentam e brincam nas ruas variam de acordo com cada grupo. Essa manifestação é marcada pela sonoridade marcante e particular em decorrência dos tambores utilizados; tambor marcação (também chamado de treme terra), tarol, retinta e outros diversos, se assemelhando a outras manifestações culturais como Bumba meu boi e tambor de crioula. Nas apresentações, os grupos são organizados por alas, podendo conter a ala das passistas, baianas e também integrantes como mestre sala, porta bandeira e rainha de bateria. Roupas coloridas, com brilhos, e cuidadosamente costuradas também são características marcantes, sendo utilizadas na maioria dos grupos.

³ Entres as comunidades já visitadas temos: Centro Grande- Axixá, Raimundo Sú- Alcântara, São José dos pretos- Guimarães, Recurso- Santa rita, Juçaral dos pretos- Presidente Juscelino e outras





Figura 1 – Instrumentos da Turma de Samba Amor do Samba, localizada em Santa Rosa- Axixá. Pesquisa das Turmas de samba do Maranhão



Fonte: MOREIRA, R (2024)⁴

Figura 2 – Participantes da bateria da Guia do Samba (Bagrinho) - Rosário



Fonte: Autor desconhecido (2012) - Foto disponibilizada pela atual líder do grupo

É notório tamanha dedicação e empenho para manter anualmente as turmas. Dedicação esta que é possível notar na produção artística das vestimentas e instrumentos, que anualmente são criados e reformados. Na maioria dos grupos pesquisados até o momento há uma colaboração coletiva da comunidade para que os grupos se mantenham, desde a execução de bingos para ajuda financeira, aos preparativos necessários para que a brincadeira saia na rua.

⁴ Todas as imagens desta pesquisa são da pesquisadora Rafaela Moreira, uma das autoras deste capítulo.





Destaca-se também na realidade observada nos trabalhos de campo, a ausência de incentivo e investimento por parte das prefeituras e governo do estado. Em diversas conversas e entrevistas com essas pessoas fazedoras de cultura, ouvimos relatos das dificuldades financeiras enfrentadas e da ausência de investimentos por parte do Estado. Sendo então, constantemente invisibilizados e negligenciados, fazendo com que cada vez mais as Turmas de Samba sejam apagadas e substituídas por outras manifestações, como os blocos de abadá, de influência baiana. Uma outra grande dificuldade enfrentada é a falta de interesse da juventude, que segundo os relatos se interessam mais pelos de “bloco de abadá” e/ou “bloco de paredão”⁵

Se faz importante também enfatizar que dentre os 37 grupos estudados até o momento há diversas semelhanças e particularidades. As descrições presentes aqui são referentes ao que foi observado como características comuns em todos eles, o que se repete e se mantém. Em alguns grupos, principalmente nas sedes dos municípios, pode-se observar maiores articulações políticas, gerando então mais visibilidade e investimentos financeiros. Enquanto as turmas das comunidades quilombolas e rurais enfrentam diversas dificuldades para manterem-se a cada ano. Pode-se afirmar que são diversas as diferenças e particularidades de cada turma, o intuito desta pesquisa e descrição etnográfica não é se aprofundar nas especificidades de cada uma delas - pois nem seria possível desenvolver em um trabalho como este- mas sim descrever as características em comum que podem definir o que são essas Turmas de Samba.

Figura 3 – Passistas e baianas da Guia do Samba (Bagrinho) - Rosário



Fonte: Autor desconhecido (2012) - Foto disponibilizada pela atual líder do grupo

⁵ Blocos carnavalescos que utilizam carros de som tocando músicas atuais, geralmente é utilizado abadás que são comprados pelos foliões





2. A ATUAÇÃO DAS MULHERES COMO LIDERANÇA

Uma característica já observada nessa fase inicial de sistematização de dados, em todas as turmas de samba é a presença majoritariamente masculina, porém, a presença das mulheres, da comunidade LGBTQUIAP+ é notável e importante para a manutenção dessas turmas, incluídas nas diversas manifestações da cultura popular fortemente ligada às festas rituais das religiões afroameríndias e outras festas como bumba boi e tambor de crioula. Mas, apesar disso não existem turmas formadas somente por homens, a presença das mulheres e do feminino estão também na estrutura das turmas de samba nas quais temos realizado levantamento de dados. Os homens geralmente são os líderes e fundadores dos grupos, são eles que tocam os instrumentos e compõem toda a bateria, são responsáveis pela organização e liderança, cantam e criam diversos sambas. Contudo, a presença das mulheres como lideranças, passistas, costureiras, também é inegável. Ao perceber essa forte presença masculina surgem diversos questionamentos, entre eles: Quais funções são desempenhadas pelas mulheres que participam das turmas de samba? Como se dá a participação das mulheres e a presença do feminino nas turmas de samba do Maranhão? Essas e outras perguntas nos fazem questionar as relações de gênero presentes em diversas esferas da vida cotidiana, mas também em manifestações culturais como o carnaval.

Nesse contexto, dentre as funções exercidas pelas mulheres, está a de liderança, ocupam cargos de direção das turmas; exercem o trabalho criativo de desenhar as roupas, que também costuram, bordam, pintam, algumas ensaiam/transmitem a dança das pessoas que participam; bem como compõe sambas e puxam a cantoria. Quem são essas mulheres? Quais funções elas exercem dentro e fora da brincadeira? Quais políticas públicas podem ser acessadas por elas e pelos grupos que mantêm essa brincadeira? Qual o perfil socioeconômico dessas fazedoras de cultura? Quais dificuldades enfrentadas por essas líderes estando inseridas num ambiente fortemente dominado por homens?

Das 37 turmas pesquisadas até o momento, apenas 6 têm mulheres como fundadoras ou líderes, todas são autodeclaradas negras ou pardas, possuem entre 49 e 77 anos, são aposentadas, trabalhadoras rurais e funcionárias públicas. Juntamente com a função de liderar e comandar também assumem outras funções como costurar, compor músicas, cantar. Além disso, são também, mães, trabalham na roça e são também donas de casa.





Em uma das entrevistas e conversas realizadas na comunidade Recurso em Santa Rita, Maria Domingas⁶ nos relatou sua trajetória dentro e fora da cultura popular. Ela lidera o grupo, costura as roupas, canta, compõe os sambas com seu filho, e para além dos trabalhos com o grupo também foi trabalhadora rural a vida inteira, hoje em dia já é aposentada, além disso também exercia as tarefas domésticas como mãe solo.

Histórias como as de Maria Domingas nos fazem perceber as diversas atividades exercidas por ela e por outras líderes, que assumem funções dentro e fora dessa manifestação cultural. Resistindo e se mantendo em espaços predominantemente masculinos e opostos ao que socialmente lhes é imposto. Uma vez que as turmas de samba estão ligadas ao carnaval, às ruas, às festas, ao mundo externo, contrário ao lar e aos cuidados maternos e familiares. Domingas e outras diversas mulheres resistem e são fundamentais para a continuidade, transmissão e existência desse e de outros bens culturais.

Assim, podemos compreender brevemente o que são as Turmas de Samba, como se organizam, onde estão localizadas e algumas das dificuldades e invisibilização que elas vêm enfrentando ao longo do tempo. Outrossim, as mulheres têm um papel fundamental na execução e existência dessa importante manifestação cultural, sendo fundamentais para todo o processo artístico, criativo, administrativo e organizacional. Elas resistem e se mantêm enquanto mulheres, mães, trabalhadoras, artistas e líderes.

Ao fim desse trabalho de sistematização inicial dos dados até aqui coletados, volto a enfatizar a ausência de bibliografia específica que discuta as turmas de samba⁷, projetos, financiamentos e recursos destinados a essa população, gerando diversas dificuldades para se manterem e resistirem, sofrendo um processo cada dia mais de invisibilização e apagamento.

⁶ Maria Domingas tem 79 anos, é lavradora aposentada, e atualmente lidera e organiza a turma de samba Turma do morro no município de Santa Rita.

⁷ O que encontramos são bibliografias que dialogam com o tema, como os diversos e importantes trabalhos sobre a cultura popular maranhense.





Figura 4 – Gravação de entrevista e roupas da Nova Estrela do Samba- Centro Grande- Axixá



Fonte: MOREIRA, R. (2024)

Figura 5 – Fantasia da Nova Estrela do Samba- Centro Grande- Axixá



Fonte: MOREIRA, R. (2024)

REFERÊNCIAS

GUEDES, Olegna de Souza; DAROS, Michelli Aparecida. **O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético.** *Revista da Universidade Estadual de Londrina (UEL)*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

MARTINS, Ananias ALVES; **Carnaval de São Luís: tradição e mudança, 2001**

Trabalhos de campo, observação participante e viagens

Entrevistas do acervo projeto





CICLANDO O GÊNERO: A MONSTRUOSIDADE *QUEER* NO FILME ‘O AMOR SANGRA’

Maria Emília Miranda Alvares

Doutoranda em Cultura e Sociedade – UFMA
emiliaalvares@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Ângela Bárbara Lima Saldanha Rêgo

Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA
angela.saldanha@ifma.edu.br
Instituto Federal e Tecnológico do Maranhão

Dante Saldanha

Graduando em História da Arte
saldanhadante@gmail.com
Universidade Federal de São Paulo

RESUMO: Buscamos, no presente trabalho, identificar, com base na Teoria *Queer*, comportamentos de insurgências (ou de conformação) evidenciados pelas personagens da obra fílmica ‘O amor sangra’ (*Love lies bleeding*), produção estadunidense de 2024, dirigido por Rose Glass. Sua trama, ambientada no fim dos anos 1980, explora o encontro de Lou (Kristen Stewart), solitária gerente de uma academia de ginástica, e Jackie (Katy O'Brian), fisiculturista andarilha em seu percurso a um concurso em Las Vegas. O romance avassalador entre as duas traz à tona cicatrizes de passados violentos e sedentos de vingança, bem como uma ânsia brutal por liberdade, custe o que custar. Partindo-se da ideia de que a Teoria *Queer*, conforme cunhada por Teresa de Lauretis (2019), aposta no conhecimento a partir das diferenças, sem ignorar que tais diferenças, em relações de poder, informam desigualdades, bem como no fato de que as produções culturais configuram tecnologias de gênero que podem servir à reprodução de discursos normativos ou à contestação das estruturas sociais hegemônicas, articulando as categorias de gênero inteligível, performatividade de gênero de Judith Butler (2003) e farmacopornografia e testomania de Paul Preciado (2018), constatamos as lutas travadas pelas personagens por reconhecimento e por autodeterminação, como sujeitos num ambiente precipuamente cisheteronormativo, ressaltando as estratégias de que se valem, por vezes contraditórias, para afirmarem suas identidades, seus corpos, seus atos, seus desejos e seus sonhos.

Palavras-chave: Teoria *Queer*; Fisiculturismo; Tecnologia de gênero; Testomania.

Prefiro minha nova condição de monstro à de homem ou mulher, porque essa condição é como um pé que avança no vazio, apontando o caminho para outro mundo.

Paul Preciado





Figura 1: Arte de divulgação do filme.



Fonte: Love Lies Bleeding (2024)

1. PRIMEIRAS LINHAS

‘Oamor sangra’ (do original *Love Lies Bleeding*) é um longa-metragem lançado em 2024, dirigido por Rose Glass e com roteiro co-escrito por Weronika Tofilska. Ambientada em 1989, a trama acompanha a história de Lou (Kristen Stewart), gerente de uma academia na área rural do Novo México. A protagonista leva uma vida de trabalho solitária, afetada pela presença indireta, mas constante, de seu pai, Lou Sr. (Ed Harris), e pela sua grande preocupação com sua irmã, Beth (Jena Malone), que vive um relacionamento abusivo com JJ (Dave Franco). É nesse cenário que Lou conhece Jackie (Katy O'Brian), uma *bodybuilder* que está de passagem pela cidade, a caminho de um concurso de fisiculturismo em Las Vegas. As duas logo iniciam um romance que, em meio a esteroides, clubes de tiro e valas no deserto, traz à tona uma sede violenta por vingança.

Tendo como elemento central a utilização de esteroides por Jackie, prática na qual foi iniciada por Lou, o longa-metragem, ainda que ambientado na década de 80 do século passado, reatualiza estereótipos de gênero e sexualidade, ao tempo que desafia a percepção dos espectadores acerca da existência e da possibilidade de agência de certos sujeitos sociais historicamente





situados à margem: a mulher hétero vítima de violência doméstica, a ‘sapatão’ caminhoneira, a ‘sapatilha’⁸, a mulher-macho, entre outros.

A Teoria *Queer* é um campo de estudo crítico aos estudos sociológicos sobre políticas identitárias e minorias sexuais assentados na lógica cisheteronormativa. O *queer*, visto como estranho, dissidente e amoral é necessário para a centralidade, visibilidade e autoridade da identidade normativa (Miskolci, 2009). Situar e centralizar a discussão em corpos dissidentes é trazê-los da margem ao centro. É denunciar os intensos processos de violência e opressão aos quais são rotineiramente submetidos. Nós, pesquisadores, que nos reconhecemos como corpos também dissidentes, escolhemos discutir criticamente, à luz de algumas categorias advindas da Teoria *Queer* como tecnologia de gênero de Teresa de Lauretis (2019), performatividade de gênero e gênero inteligível de Judith Butler (2003), era farmacopornográfica, monstrosidade *queer* e testomania de Paul Preciado (2018, 2021), as identidades protagonizadas no filme “a fim de desvelar os regimes de verdade ali presentes e que são responsáveis pela reiteração de normatividades” (Oliveira; Nascimento, 2023, p. 96), mas também os seus movimentos de resistência a elas.

Utilizando como metodologia a análise fílmica – que, segundo Penafria (2009), consiste no processo de decomposição da obra cinematográfica de modo a melhor compreender seus elementos isoladamente, interpretando-os – em cotejo com a revisão bibliográfica da Teoria *Queer*, busca-se, nesse artigo, analisar ‘O amor sangra’ através de lentes críticas da cisheterossexualidade compulsória e do binarismo de gênero, fenômenos hegemônicos nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas. Empreender este estudo se torna importante visto que a exposição à obra, invariavelmente, exige do espectador um posicionamento, seja para justificar as atitudes de suas personagens, tão contraditórias quanto semelhantes, seja para rechaçá-lo, ante a exposição escancarada das abjeções e monstrosidades humanas reveladas por seu desfecho.

2. CONTEXTUALIZANDO O FILME

Na primeira cena do filme, a câmera percorre a academia em que Lou trabalha, mostrando o espaço e seus frequentadores. A luz artificial incide sobre os corpos, destacando músculos, veias e suor. Placas pelas paredes trazem mensagens como ‘Treine por seu próprio risco’, ‘Sem dor, sem ganho’ e ‘Dor é a fraqueza saindo do corpo’. A trilha sonora acompanha o ritmo das séries de exercícios, com batidas metálicas espaçadas. Tais elementos não só destacam o

⁸ Diz-se da mulher lésbica de performance mais feminina, de acordo com os padrões sociais hegemônicos.





espaço da academia como o de criação de corpos modificados e melhorados através de um esforço próprio, como também reforçam um constante sentimento de tensão quando esses corpos se encontram.

No trabalho, Lou demonstra ser uma pessoa reclusa e focada em suas funções, sempre recusando as investidas de Daisy, uma mulher que frequenta a academia. Jackie, por sua vez, acaba de chegar na cidade e já consegue um emprego temporário no clube de tiro de Lou Sr. Ao ser perguntada por ele sobre seu interesse em armas, e responder não ter nenhum, ela diz que ‘qualquer um se sente forte por trás de um pedaço de metal’. Na noite em que Lou vê Jackie pela primeira vez, ela também é abordada por dois agentes do FBI que buscam informações sobre seu pai.

As duas se encontram logo após Jackie revidar uma abordagem invasiva de outro frequentador da academia, que rapidamente tornou-se violenta. Conversando depois do incidente, Jackie fala de seus planos de seguir viajando até Las Vegas para o concurso de *bodybuilding*. Assim, Lou lhe oferece esteroides para melhorar seu treino. Apesar de inicialmente recusar, Jackie aceita testar uma pequena dose. Depois da aplicação, as duas se beijam e seguem para a casa de Lou. A cena de sexo entre as duas é cortada com músculo do bíceps de Jackie enrijecendo de forma quase inumana, acompanhado de um som estranho de rasgo.

A montagem seguinte acompanha o cotidiano das duas, alternando momentos de trabalho, treino, planos para ir a Las Vegas e aplicações de esteroides. A cada semana, Jackie aumenta sua dose, aparentemente melhorando sua performance, ao mesmo tempo que seu relacionamento com Lou evolui. Ao propor que as duas saíssem viajando após o concurso, Jackie questiona o porquê de Lou nunca ter saído da cidade. Tal questão é respondida na sequência seguinte, após um jantar desastroso com Beth e JJ: Lou diz que o único motivo que a prende naquele lugar é sua preocupação com a irmã, e confessa seu desejo de matar o cunhado.

No dia seguinte, as duas são acordadas com a notícia que Beth está em estado crítico no hospital após ter sido brutalmente agredida por JJ. Mesmo sendo essa claramente a situação, não é garantido que ele vá ser punido, já que isso depende de Beth prestar queixa. No hospital, Lou Sr. sugere lidar com JJ sem a polícia, mas mostra-se cúmplice da violência por sugerir que tê-lo preso ou morto não é o melhor para sua filha. No canto, aterrorizada pela visão do rosto desfigurado de Beth, Jackie entra em um transe: seus músculos enrijecem novamente e suas veias saltam, e movida pela visão de Lou chorando desesperada pela irmã, ela toma as chaves do carro e sai em busca de JJ.





Jackie então invade a casa de Beth e JJ, e o toma de surpresa. Ela o agride violentamente enquanto ele implora por perdão, até o ponto que o mata, deixando seu rosto absolutamente desfigurado, da mesma maneira que ele havia feito com a esposa. A câmera enquadra o rosto tranquilo de Jackie, mostrando não só sua superioridade física, como também destacando que a brutalidade de seu ataque é igualmente grande à sua vontade de destruir aquele homem. Incapaz de conter sua raiva devido aos esteroides, sua frieza mostra que tal fim é inevitável.

Voltando do hospital, Lou passa pela casa da irmã e encontra Jackie na cena do crime. As duas então põem em ação um plano para ocultar a situação, fazendo com que o assassinato pareça ter sido cometido por Lou Sr. Apesar de serem interceptadas por Daisy no meio do caminho, elas dirigem levando o corpo e carro de JD até o deserto. Lá, encontram uma ravina que, em *flashbacks*, foi revelada ser um local usado pelo pai de Lou para queima de arquivo e desova de cadáveres. Elas empurram do precipício o carro de JJ com seu corpo dentro, e Lou arremessa um coquetel molotov no fundo da fenda. Uma enorme explosão ilumina a noite vazia do deserto, e as duas se beijam, finalmente livres do agressor de Beth.

Abalada pelos acontecimentos da noite anterior, Jackie retoma seus treinos com ainda mais afinco, bem como intensifica seu uso de esteroides. Realizando cada vez mais aplicações – como indica uma marca roxa por entre os dedos do pé – ela treina sem parar, focada na competição de Vegas. Na academia, as mensagens motivacionais das paredes ressoam de maneira assombrosa, com as letras derretendo à medida que ela perde controle do próprio corpo. Fora de si, ela discute com Lou e sai a caminho do concurso.

Todo o caminho de Jackie até o torneio é tomado por alucinações, que se confundem com os corpos extraordinários e situações pouco usuais que são de fato parte do concurso. Durante sua apresentação individual, que a princípio ia bem, ela se vê vomitando Lou, em uma Figura surreal. Por fim, em um surto de raiva, ela ataca uma das competidoras que observava a situação e é detida.

Enquanto isso, Daisy decide chantagear Lou a respeito do seu envolvimento, junto de Jackie, no assassinato do cunhado. As duas então iniciam um relacionamento, de maneira que Jackie não tem mais acesso a Lou – recorrendo então à ajuda de Lou Sr. para ser liberada. Voltando para casa, ele a coage a matar Daisy, sabendo que ela é a única testemunha do assassinato de JJ. Após disparar contra Daisy no apartamento de Lou, Jackie vai de encontro a Lou Sr., e é imediatamente golpeada e largada inconsciente.

Ele em seguida liga para a filha, e comunica seu plano de fazer Jackie a única culpada pelas mortes de JJ e Daisy. Contudo, Lou rebate que, caso ele o concretize, ela irá colaborar





com as investigações dos crimes cometidos por ele, e dos quais ela é a única testemunha. A ligação termina em tom de desafio, e Lou sai armada ao encontro do pai.

Na propriedade de Lou Sr., ela encontra Jackie e a liberta. Para fugir sem serem vistas, as duas se separam, com Jackie indo pela estrada dos fundos e Lou com o carro. Contudo, seu pai a intercepta e atira em sua perna. Jackie ouve disparos e percebe que Lou corre sério perigo. Alimentada por uma enorme raiva, ela vê seus músculos se contorcerem e crescerem de maneira surreal. Assim que Lou Sr. está prestes a matar a filha, Jackie aparece, agora gigante, e o imobiliza. Elas consideram matá-lo, mas não o fazem, e a polícia chega ao local. Na cena seguinte, uma montagem mostra Jackie e Lou correndo juntas e tranquilas por entre as nuvens, e dirigindo em direção ao nascer do sol, havendo finalmente colocado um fim no ciclo de violência e medo em que viviam.

3. *GENDERBUILDING* – CONSTRUINDO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE

O filme pode ser analisado à luz da Teoria *Queer*, uma subdivisão dos Estudos Culturais estadunidenses, uma abordagem crítica às estruturas fixas, normativas e da sociedade (Miskolci, 2009). Logo, as questões marginais relacionadas ao gênero encontram espaços de discussão, precisamente subjetividade e identidades de sujeitos que não operam na lógica cisheteronormativa. O significado do termo *queer*, traz representatividade àqueles considerados bizarros e estranhos, com o propósito de trazer tais pessoas reconhecidas como párias e abjetas para o centro.

Há três personagens do filme lidos como mulheres: duas dissidentes e uma normativa. Beth é uma mulher casada, com filhos, vítima de violência doméstica de gênero, porém tentando manter a todo o custo o matrimônio. As outras, protagonistas do filme, Lou e Jackie são lidas socialmente como pessoas à margem da sociedade, por viverem a vida de uma maneira diversa àquela que é esperada para a identidade e o papel da mulher cisgênero, tanto na expressividade de gênero e na orientação sexual.

Antes de se conhecerem já quebravam a inteligibilidade de gênero. Os “gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2003, p. 38). Lou morava sozinha, trabalhava em uma academia de ginástica, com aparência de gênero mais fluída, cabelos cortados, calça jeans e camiseta, mantendo uma relação familiar mais estreita com a irmã e distante do pai. A outra personagem Jackie viajava pelo país de carona com o objetivo de chegar a Las Vegas para um concurso de fisiculturismo, além de que sua própria estrutura corporal musculosa se afasta do corpo esguio e frágil esperado para as mulheres. Quando as duas se conhecem,





se apaixonam e imergem em uma relação afetiva-sexual lésbica. A outra personagem do filme traz o contraponto cisheteronormativo que reforça a diferença entre mulheres⁹.

Desconstruir o gênero inteligível coloca os sujeitos em uma posição de abjeção, de monstrosidade. “O monstro é aquele que vive em transição. Aquele cuja face, corpo e práticas ainda não podem ser considerados verdadeiros em um regime de conhecimento e poder determinados” (Preciado, 2021, p. 297). Jackie é considerada um monstro por sua família, por não representar o ideal universal de mulher e ela mesma assume isso a partir de suas performances que confrontam normas corporais de feminilidades e masculinidades. Para Foucault (2001), o monstro, apesar de ser uma ameaça à normatividade, é criado por ela como estratégia para a afirmação e manutenção de seu poder e hegemonia.

A monstrosidade de Jackie se mostra no corpo e nas ações potencializadas pela utilização de anabolizantes para ganho e a definição muscular, ofertado por Lou como uma vantagem competitiva, mas que com o desenrolar da história do filme torna-se um artefato transformador de sua performance de gênero. Dessa maneira, evoca-se Butler (2018, p. 3) nesse posicionamento de que o gênero “não é de modo algum uma identidade estável nem locus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos”.

Os esteroides anabólicos androgênicos (EAA) é uma classe de substâncias farmacológica, advinda da sintetização laboratorial da testosterona, com função reprodutora e de construção de caracteres sexuais secundários, o efeito andrógeno e encarregada de produzir modificações estruturais em tecidos não-sexuais, como é o caso da pele, dos músculos, o resultado anabólico de força e crescimento (Cunha *et al.*, 2004).

A testosterona, em sua caracterização biomolecular, é produzida fisiologicamente pelos testículos, e tratada como hormônio masculino por excelência, ligada à virilidade e seus desdobramentos: libido excessiva, fonte de desejo sexual, força e rejuvenescimento (Tramontano, 2023). Os usos nos quais ela se engaja apontariam para a noção de otimização (Rose, 2012). Constata-se os efeitos anabólicos no corpo de Jackie, à medida que cicla o EAA. Ciclar é um termo popular nas academias de ginástica e no fisiculturismo que significa a alternância entre uso e suspensão do uso dos anabolizantes com o objetivo de crescimento, definição dos músculos e aumento da força (Souza *et al.*, 2002).

⁹ Termo discutido pela Profa. Leticia Nascimento (2021) que usa “mulheridades”, e não “mulher”, no singular, para demarcar os diferentes modos de se produzir mulher nas experiências sociais, pessoais e coletivas.





Nota-se aqui um *Genderbuilding*, à medida que o corpo se constrói, os comportamentos e a identidade de Jackie se transformam, aparentado maior determinação, impulsividade e agressividade. Ela se encontra em condição de testomania. Conforme, Preciado (2018) a testomania seria um estado de gratificação imediata, de acesso e de produção abstrata de poder, que vem do uso voluntário da testosterona e de como esse ato demonstra subversão às normas biopolíticas de gênero.

Jackie não é a única pessoa a estar numa situação como essa, pois, desde a metade do século XX, estamos na era farmacopornográfica, que começou a se estabelecer a partir das guerras mundiais com a descoberta e produção massiva de drogas sintéticas e outras técnicas biomédicas que passaram a modular políticas de controle sobre a vida, o sexo, o gênero, a sexualidade e desejo dos sujeitos, sendo os medicamentos, cirurgias e pornografia artefatos de controle dos corpos e estabilização das tensões.

Mas, hoje, a administração de testosterona em mulheres continua sendo um tabu hormonal com implicações políticas. A produção da feminilidade no regime farmacopornográfico funciona de acordo com uma lógica paradoxal: por um lado, a Pílula é autoadministrada por mulheres cis de uma maneira generalizada; por outro, o objetivo é uma forma farmacológica de superar a depressão e a frigidez.' A mulher cis do século XXI é o resultado desse curto-circuito somatopolítico: a subjetividade da mulher cis cresce dentro da margem estreita de liberdade criada por esses campos de força divergentes (Preciado, 2018, p. 225-226).

Nesse caso, tecnologias hormonais são produzidas estrategicamente para reforçar normas binárias de gênero, sendo disruptivo uma mulher cisgênero recorrer a uma ferramenta de produção de masculinidades, a testosterona, para quebrar a sexopolítica do corpo e do gênero.

4. À GUIA DE CONCLUSÃO: MONSTRUOSIDADE *QUEER* COMO REPRESENTATIVIDADE OU REIFICAÇÃO?

A obra cinematográfica 'O amor sangra' é um produto da indústria cultural contemporânea, indústria esta que trabalha em prol da manutenção dos interesses das classes dominantes da sociedade. Foucault (2001) discutiu sobre os diversos dispositivos e tecnologia culturais para disciplinar os corpos e subjetividades, sendo o sistema sexo/gênero, a cisheteronormatividade, e o binarismo de gênero, tecnologias que operacionalizam relações e estabilizam regras sociais.

Filmes hollywoodianos são tecnologias de gênero (Lauretis, 2019), ao modo que operacionalizam silenciosamente modos de ser e de se relacionar baseados na inteligibilidade de gênero. Ou seja, se no século XIX preponderaram discursos e práticas que essencializam e normalizam os sujeitos homens e mulheres, impingindo neles certas formas de ser e de agir, no





século XX, tais estratégias precisam ser reatualizadas e reencenadas, de modo a se reafirmarem as noções de heterossexualidade e de sexo redutível aos órgãos reprodutores (Alencar, 2016).

Nesse contexto, ainda que ‘O amor sangra’ veicule relações dissidentes, conclui-se que ele também reforça normas de gênero e padrões cisheteronormativos. Isso porque, ao mesmo tempo que abre espaço para a exposição de identidades não-normativas, ainda as relega ao lugar do monstruoso, do incontrolável e do fantástico. Toda tecnologia é dominada por ideias masculinistas e cisheteronormativas (Lauretis, 2019). Percebe-se que o filme mantém alguns estereótipos quando apresenta a personagem mais musculosa e *queer* como agressiva e assassina e o uso de EAA por ela como um caminho nefasto e autodestrutivo. Uma herança das biopolíticas e do biopoder do pensamento foucaultiano, regulador de vida e morte.

Por outro lado, abordar o uso da testosterona por uma mulher cisgênero é tirar o homem do centro, principalmente pela fuga do uso comum do hormônio, hegemonicamente considerado como masculino, como afirmação de uma masculinidade igualmente hegemônica. Uma narrativa contra-hegemônica para corpos de mulheres e corpos *queer*, possibilitando a existência de subjetividades dissidentes é escancarada na obra analisada, de modo que ‘O amor sangra’ conclui uma história sobre a potência do encontro de pessoas *queers* para a destruição de um ‘CISstema’ opressor que as rodeia. A partir da retomada do próprio corpo – e sua alteração visando propósitos e desejos pessoais – as protagonistas enterram seus passados de monstros e vítimas, seguindo em direção a um final feliz de triunfo e de liberdade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Willame Araujo. Tecnologias Sexopolíticas de produção e de resistência, inscritas nos corpos em Beatriz Preciado. **Occursus**, v. 01, n.01, p. 237-267, 2016.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Caderno de leituras**, n. 78, p. 1 – 16, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, T. S. *et al.* Esteroides anabólicos androgênicos e sua relação com a prática desportiva. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 40, n. 2, p. 165–179, abr. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.





MISKOLCI, R. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, n. 21, p. 150–182, jan. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8863>. Acesso em: 5 nov. 2024.

LOVE LIES BLEEDING: O AMOR SANGRA. Direção: Rose Glass. Estados Unidos/ Reino Unido: A24, 2024. Digital. Disponível: https://www.max.com/br/pt/movies/love-lies-bleeding-o-amor-sangra/552f0116-65dc-4a87-9666-b2ef6135ed3d?utm_source=universal_search. Acesso: 10 nov 2024.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismos**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PENAFRIA, Manuela. Análise de filmes - conceitos e metodologia(s). In: VI Congresso SOPCOM, Lisboa, 2009. **Anais eletrônicos... Lisboa**, SOPCOM, 2009.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Por uma (Est)Ética da monstrosidade *Queer*: uma análise indisciplinada do filme Todos estão falando sobre o Jamie. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**. v. 13, n. 27, jan-abr. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2237-5864.2023.41679>>

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: Relatório para uma academia de psicanalistas. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, v.22, n.1, p. 278-331, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: Sexo drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1, 2018. 448p.

ROSE, N. Políticas de la vida: **Biomedicina, poder y subjetividad en el siglo XXI**. Córdoba: Unipe Editorial Universitaria, 2012.

SOUZA, Amanda; LOHMANN, Luciana; OLIVEIRA, Vitor; GOMES, Alanna. Achados clínicos causados pelo uso de anabolizantes esteroides por mulheres para fins estéticos. **Research, Society and Development**. v. 11, n. 14, e579111436635, 2022.

TRAMONTANO, Lucas. **Testosterona**: a biografia de um hormônio. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.





MARIQUINHAS: UMA *GRAFIC NOVEL* SOBRE VIOLENCIA DE GÊNERO NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX

Nila Michele Bastos Santos

Doutoranda em História – UEMA

nila.santos@ifma.edu.br

Instituto Federal e Tecnológico do Maranhão

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo delinear a construção do produto didático intitulado "Mariquinhas: Mulheres, crime e poder na capital maranhense do século XIX", resultado da tese de doutorado da professora Nila Michele Bastos Santos. Trata-se de uma *graphic novel* que, além de divulgar e evidenciar o protagonismo feminino na investigação e resolução do crime do desembargador Pontes Visgueiro, possibilita seu uso na educação básica como um instrumento para problematizar questões de gênero, as violências contra a mulher e os feminicídios no Maranhão, tanto no passado quanto no presente. O crime, ocorrido em 14 de agosto de 1873, envolveu o sexagenário desembargador Pontes Visgueiro, que, premeditadamente, esfaqueou, esquartejou e enterrou no quintal de sua residência a jovem Maria da Conceição, conhecida como Mariquinhas, de aproximadamente 15 anos, tida como sua amante. Esse seria mais um caso de impunidade, dado o prestígio, o gênero, a cor e a posição social do acusado, se não fosse pela ação das mulheres, familiares e amigas da vítima, que, diante da inércia das autoridades, uniram esforços para buscar informações e percorrer os caminhos necessários para revelar a verdade. Elas não se limitaram a esperar por respostas de uma estrutura policial dominada por homens, muitas vezes coniventes com a impunidade de criminosos influentes, como Pontes Visgueiro. Por meio de uma pesquisa orientada pela micro-história e pela descrição densa, foi possível identificar vestígios das ações dessas mulheres. Embora não possamos acessar plenamente suas subjetividades para afirmar com certeza o que pensaram, podemos, no campo do provável e distantes de um etnocentrismo ingênuo, interpretar seus universos valorativos. Assim, ao agir de maneira proativa e articulada, essas mulheres não apenas buscaram justiça para Mariquinhas, mas também desafiaram as normas de gênero e as estruturas de poder vigentes. Suas investigações, muitas vezes mais diligentes que as das autoridades, representam um exemplo de resistência feminina em um ambiente profundamente patriarcal. Essas nuances, centradas nas ações das mulheres e extraídas da pesquisa histórica, serviram de inspiração para a criação do roteiro da *graphic novel*. Este formato foi o escolhido devido à complexidade da história, que nos levou à construção de uma narrativa mais densa e de maior extensão que as histórias em quadrinhos convencionais. No entanto, é importante ressaltar que o produto é uma versão livremente inspirada nos fatos reais. Pessoas, lugares e comportamentos ganharam novas características, adaptadas a partir das interpretações da autora e do quadrinista sobre as fontes históricas. Dessa forma, a narrativa opera com critérios e regimes de "verdade" distintos dos de um trabalho historiográfico, pois, no produto didático, foi possível preencher as lacunas das fontes com criatividade e imaginação. Ao focalizar as lutas por justiça das "Mariquinhas" reais daquela sociedade patriarcal, hierárquica e escravocrata, que foram outrora marginalizadas pela historiografia tradicional, o produto busca evocar debates que possam servir como ferramentas de encorajamento e empoderamento para meninas e mulheres que resistem às violências de gênero herdadas de práticas passadas, além de educar meninos e homens na luta contra o machismo e o patriarcado que sustentam essas violências. Afinal, se os preconceitos são historicamente construídos, eles também podem — e devem — ser historicamente superados.

Palavras-chave: *Graphic Novel*; Gênero; Mariquinhas; Pontes Visgueiro.





1. INTRODUÇÃO

Em 14 de agosto de 1873, em São Luís do Maranhão, o Alto magistrado José Candido de Pontes Visgueiro, de 62 anos, atraiu para sua residência a jovem Maria da Conceição, de aproximadamente 16 anos, popularmente conhecida como Mariquinhas. Visgueiro, que não se conformava com o término da relação que possuíam, premeditou o assassinato da jovem, que, além de ser dopada e esfaqueada, teve o corpo esquartejado e colocado em um baú de madeira forrado com zinco, provavelmente encomendado para esse fim.

Seria mais um crime em que o gênero, a posição social e o cargo ocupado protegiam o autor se a mãe da vítima e suas amigas, prováveis companheiras de lida, não empreendessem uma campanha consistente para solucionar o desaparecimento e, posteriormente, punir o responsável. Infelizmente, a luta dessas mulheres foi negligenciada e invisibilizada durante muito tempo. O escândalo que tomou as páginas dos jornais do país tornou Pontes Visgueiro o personagem principal da história e é mais um exemplo emblemático da submissão, difamação e silenciamento das mulheres, especialmente aquelas que estão nas classes subalternas.

Mulheres como Mariquinhas, que independente de suas condições financeiras ou dos motivos que as levaram a se envolver com diversos homens, foram consideradas prostitutas, vadias ou devassas. Essas classificações eram usadas nos tribunais como justificativas para a violência ou a suposta "irracionalidade temporária" dos agressores, uma vez que, nesses casos, a culpa e a punição eram, muitas vezes, julgadas com base na "natureza" ou no comportamento sexual das vítimas, e não no crime em si.

A difamação de Mariquinhas, por exemplo, tanto durante o processo quanto nas representações sociais posteriores, revela um padrão recorrente de culpabilização da vítima que ultrapassa os limites temporais. A narrativa em torno da sexualidade feminina foi utilizada não apenas para justificar as violências sofridas, mas também para moldar a percepção pública sobre a legitimidade do crime cometido. No caso de Mariquinhas, o suposto comportamento sexual teria sido utilizado como uma desculpa para minimizar a brutalidade de sua morte.

Esse mecanismo de subjugação e controle da Figura feminina permanece visível em julgamentos contemporâneos, como exemplifica o caso Mariana Ferrer, em 2018, no qual a jovem foi moralmente agredida quando sua sexualidade usada como ferramenta para desviar a atenção da violência que sofreu. A manutenção dessas práticas revela que, apesar dos avanços legais e discursivos, as raízes do feminicídio e da violência de gênero estão profundamente arraigadas no imaginário social.





Embora o crime cometido por Pontes Visgueiro tenha se destacado na história do Direito brasileiro como o primeiro em que um magistrado foi julgado e condenado pelo homicídio de uma pessoa de “condição inferior”, a história de Mariquinhas e das mulheres que a cercavam, como mãe, irmã, comadre, amigas, vizinhas e conhecidas, que desempenharam um papel crucial na denúncia e investigação do caso, ainda permanece marginalizada na historiografia e inexistente nos livros didáticos da educação básica.

É importante salientar que essas mulheres foram as primeiras a investigar e levantar suspeitas a respeito do desembargador, articulando uma rede de informações que forçou as autoridades a agirem. Sob esse olhar, Mariquinhas e outras mulheres envolvidas no caso assumem o papel de protagonistas, desafiando a narrativa passiva e submissa que, historicamente, lhes foi atribuída. Dessa forma, ressaltamos a relevância de uma reinterpretação crítica deste evento, tanto para a academia quanto para a educação básica.

Utilizando a micro-história e a análise de gênero como ferramentas metodológicas, podemos identificar as formas de resistência feminina que surgiram ao longo do processo, desde o momento em que as mulheres perceberam o desaparecimento da amiga, até a prisão do desembargador. Dessa forma, optamos por apresentar esta história de forma didática e acessível a um amplo espectro de públicos. Através da linguagem dos quadrinhos acreditamos que podemos, além de alcançar os jovens da educação básica, divulgar as histórias de resistência e luta dessas mulheres e, dessa forma, inspirar as lutas contemporâneas contra as violências de gênero.

2. A CONSTRUÇÃO DA *GRAFIC NOVEL* “MARIQUINHAS”

O produto educacional proposto possui uma relação simbiótica com a pesquisa de doutorado desenvolvida no PPGHIST-UEMA sobre violências de gênero na capital maranhense do século XIX. Embora o termo violência de gênero tenha surgido apenas em meados do século XX, defendemos que as práticas que levaram à sua criação já existiam no século XIX. Dessa forma, o assassinato de Mariquinhas pelo desembargador Pontes Visgueiro, em 1873, ilustra a violência de gênero do passado, uma vez que ela é assassinada devido ao seu gênero e às intersecções que ele comportava: mulher, menor, pobre e possível prostituta. Nesse sentido, acreditamos que a representação gráfica das violências sofridas por Mariquinhas, bem como pelas demais mulheres que a buscaram, contribui para a comparação e entendimento das permanências dessas práticas no tempo presente.

A pesquisa doutoral sob a perspectiva da micro-história revelou uma série de particularidades, geralmente esquecidas ou subvalorizadas nos trabalhos acadêmicos. Apesar de reconhecermos que o





gênero, a cor e a classe social são critérios relevantes nas questões históricas, outras características, como o peso, a altura, as roupas, as personalidades, a forma de falar e de se expressar - fundamentais para a elaboração do nosso produto -, além de serem difíceis de serem encontradas, pouco acrescentam ao âmbito macroscópico dos debates sociais. No entanto, cada um desses detalhes foi crucial para a construção dos personagens que compõem a obra e, consequentemente, são problematizados em cada quadro da história contada em quadrinhos.

Confiamos que esses microdetalhes do cotidiano, além das formas de ver e sentir de um grupo reduzido de pessoas, às vezes, revelam mais da sociedade que particularmente o contexto macro. Como exemplo, podemos apontar a conformidade e subserviência conferida tanto as classes sociais menos abastadas, quanto as mulheres. Em nossa pesquisa, essa característica é contestada justamente a partir das ações de familiares, vizinhas e amigas, que, em uma espécie de rede de solidariedade, investigaram o crime do desembargador e contribuíram para que este fosse desvendado. Sendo assim, tais atos não podem ser descartadas ou vistas como simples exceções.

São justamente as nuances da investigação e as particularidades centradas nas ações das mulheres, que serviram de inspiração para a criação do roteiro de nosso produto didático: uma *graphic novels* sobre o assassinato de Mariquinhas. Igualmente, nossos personagens foram pessoas reais que viveram nos fins do século XIX testemunhando os eventos históricos em torno do crime e, como qualquer sujeito de seu tempo, deixaram rastros de suas vivências, cotidiano e sociabilidades. Todavia, mais que relatar os fatos graficamente, o objetivo principal é mostrar as experiências de mulheres outrora ocultadas, quando não subjugadas às condições de coadjuvantes de suas próprias histórias.

No entanto, apesar de estarmos referenciados pela pesquisa acadêmica, em fontes jurídicas e jornais do período, uma *graphic novels* ainda é uma mídia única que possui suas próprias especificidades. Em outras palavras, é preciso deixar claro, que mais que baseado, o produto é uma versão inspirada nos fatos.

Nesse sentido, pessoas, lugares e comportamentos ganharam características novas, livremente adaptada, a partir das interpretações da autora sobre as fontes. Desse modo, a narrativa, dispõem de critérios e regimes de “verdade” distintos de um trabalho historiográfico. Ouso dizer que no produto didático foi possível preencher as lacunas encontradas nas fontes com criatividade e imaginação e embora, há quem afirme que a escrita da História é também um discurso ficcional, temos a clareza que tal afirmação não se aplica, pois, preocupar-se com a narrativa e elaborações de cunho verbal, não define um texto como ficção, ou literatura. São os métodos e técnicas próprios do estudo da História, além de sua intencionalidade e compromisso





com a verdade, que tornam um texto em discurso historiográfico. Portanto, o produto apresentando recorre à historiografia, mas não cogita ser parte dela.

Nosso produto foi pensado como uma história em quadrinhos com foco narrativo centrada nas mulheres, que investigaram por sua própria conta o desaparecimento de Mariquinhas. E embora essa história — a partir da real — se desenvolva nos cinco dias entre o desaparecimento e descoberta do corpo da jovem, a narrativa é permeada de flashback, contando uma espécie de “passado recente” dos acontecimentos pré-crime e flashforward — cenas que revelam parcialmente o que acontece no futuro. Logo, a narrativa não é meramente linear.

Para alcançarmos essa proposta, extremamente visual, optamos por um produto com cerca de 81 páginas coloridas, com quadros grandes, pouca intervenção de narrador e duplo formato: impressa e virtual, para maior alcance e disponibilidade do público alvo. Estes são prioritariamente os alunos do Ensino Médio, mas dada a natureza e caráter lúdico do produto ele também poderá alcançar outros públicos. Desse modo, estipulamos a classificação indicativa para maiores de 14 anos seguindo os critérios estipulado pela “Classificação indicativa do guia prático de artes visuais”, organizado pela Secretaria Nacional de Justiça (2021). Contudo, essa indicação foi feita voluntariamente, pois;

Segundo o Eduardo de Araújo Nepomuceno, Chefe de Divisão de Classificação Indicativa, “as histórias em quadrinhos não fazem parte do escopo de obras classificáveis (digitais e impressas). Não há a regulamentação de que tais produtos tenham que apresentar a classificação indicativa” (HQs Brasileiras, 2019, on-line)

De certa forma, a falta de uma regulação mais específica acaba por contribuir com a ideia que os quadrinhos são apenas produtos infantis e livres de questões mais profundas e complexas. Essa visão deturpada, mas ainda muito presente nas academias e centros educacionais, contribui tanto para a marginalização dessas obras, quanto para as pesquisas que as tem como objeto de estudo ou metodologia. Em uma espécie de hierarquização de saberes, não é incomum as histórias em quadrinhos serem vistas como elementos menores e pertencente a territórios mais apartados dos domínios da História. Logo, corroboramos Priscila Pereira (2021, p.13) ao defender que,

inserir no domínio propriamente historiográfico os questionamentos advindos do campo da arte e da cultura visual é hoje um imperativo. Ademais, é preciso historicizar a “história” desses artefatos culturais, a fim de recuperarmos sua materialidade e compreensibilidade históricas, e que pertencem ao âmbito da temporalidade.

Não há histórias em quadrinhos apartadas de seu próprio tempo, assim sendo, a historiografia não pode negá-las como fonte e simplesmente deixá-las de lado eximindo-se de análises





e contribuições sobre a égide de que “as HQs seriam um produto da indústria cultural sem maiores aspirações, direcionado exclusivamente ao público infantil ou adolescente, associado à 'infância' e/ou 'fantasia' em nossa cultura” (RODRIGUES, 2021, p.21). Segundo o historiador Marcio dos Santos Rodrigues (2021) este imaginário, apesar de não ser o único, é um dos fatores que afastam diversos historiadores das temáticas em quadrinhos.

Embora, há quem prefira separar as obras sob os rótulos de quadrinhos “adultos” e “infantis”, negando estes últimos, Rodrigues aponta que tais nomenclaturas apenas contribuem para definir distintos pesos culturais às obras, mesmo que não existam fronteiras entre os personagens, visto que estes podem ser representados tanto para crianças quanto adultos em diferentes histórias sem perder suas formas. “Mariquinhas: crime e resistência feminina na São Luís do Maranhão de 1873”, foge desse binarismo preconceituoso e busca se apresentar como um rico recurso didático para os debates de gênero e violências, independente dos espaços em que circular.

2.1 A criação dos personagens

A criação dos personagens para a *graphic novel* não foi uma tarefa simples. Embora as pessoas retratadas tenham, de fato, existido, a tentativa de criar uma Figura que refletisse a realidade parecia-nos praticamente impossível, pois, excetuando o desembargador Pontes Visgueiro, o delegado Miguel de Calmon du Pin e Almeida e o advogado Franklin Dória, aos quais conseguimos encontrar fotografias, nenhuma das outras pessoas relevantes na história tinha alguma representação imagética.

Dos interrogatórios publicados nos jornais e nos que constam na compilação realizada para o Direito¹, pudemos extrair informações como idade e poucos aspectos das possíveis personalidades de alguns personagens. Todavia, as características físicas necessárias à construção dos desenhos não apareceram em nenhuma das fontes pesquisadas. Mesmo a nossa personagem principal, Mariquinhas, era descrita apenas como “muito bonita” para uns e “nem um pouco atraente” para outros. O próprio o corpo de delito da vítima apresenta características inconclusivas e de pouca ajuda ao desenhista. Segundo este documento Mariquinhas,

Era o cadáver de uma mulher de cor branca, que representava ter 15 anos, estatura regular e medianamente gorda, cabelos negros, lisos e compridos, tendo uma camisa de paninho, anágua de bico, vestido de cassa chitada e uma fita de veludo preto em roda do pescoço; todo ele estava tumefacto, largando a epiderme das mãos e dos pés; os olhos estavam fora das

¹ Esta compilação reúne os principais documentos do Processo Original e foi publicada para venda pela “Tipografia Teatral e Comercial”, no Rio de Janeiro, em 1874, sob o nome de “Processo e Julgamento do desembargador José Candido de Pontes Visgueiro por crime de homicídio cometido na capital do Maranhão contra a infeliz Maria da Conceição segundo a compilação feita para o Direito”.





órbitas, rôtos e alterados pela putrefacção, de maneira que se não pôde reconhecer a sua cor.
(CORPO DE DELICTO, IN: BRASIL, 1874, p.15 – 16)

Dessa forma, mesmo se almejássemos construir “retratos falados” as fragilidades das fontes disponíveis não nos permitiriam. Felizmente, desde o início deste projeto não houve esse interesse, assim como aponta Brian Michael Bendis² (2000, p. 21) “quadrinhos são uma arte, o que implica uma grande variedade de opções artísticas, experimentações e expressões pessoais” e, como tal, são fruto do seu próprio tempo. Portanto, embora ambicionemos contar uma história ocorrida no século XIX, as influências contemporâneas e os objetivos didático-pedagógicos da autora são o que se sobressaem nas páginas desta *graphic novel*. É crucial discutir as violências de gênero presentes, os frequentes feminicídios e as discriminações contra as mulheres, demonstrando que tais atitudes são resultados de preconceitos historicamente construídos nas relações de poder entre os gêneros.

Deseja-se contestar a “tradição inventada”³ da subserviência das mulheres do passado, mostrando que as resistências as opressões sempre existiram, sendo feitas por mulheres comuns nos cotidianos de suas sociabilidades e que, portanto, a contestação ao machismo e ao patriarcalismo hoje é a continuidade dessas lutas ancestrais. Evidentemente, para isso acontecer, o leitor precisa se identificar não somente com a trama, mas também com os personagens. Assim, procuramos inspirações em sujeitos do tempo presente, familiares e vítimas de crimes recentes, militantes e ativistas das questões de gênero e contras as violências a essa categoria.

Novamente, reforçamos que não se trata de fazer “retratos falados”, ou caricaturas dessas personalidades, mas sim, buscar determinados atributos que, ao mesmo tempo, possam representar os indivíduos do passado e despertar familiaridade com o público-alvo, pois, ao reconhecer que histórias como as relatadas na *graphic novel* não são exclusividades do passado, ou mesmo da ficção em quadrinhos, será possível estabelecer o espaço desejado para os debates e desconstruções de gêneros necessários para combater as causas implícitas de tantos feminicídios e demais violências de gênero, atualmente. Esclarecido nossa intencionalidade, apresento-lhes como construímos cada personagem.

Primeiramente, optamos por usar uma metodologia comum na criação de HQs: a construção das fichas de personagens. Por ela descrevemos, além das características físicas, elementos que possibilitam a construção emocional e psicológica das personagens, tais como: história

² Quadrinista multipremiado e um dos roteiristas de maior sucesso nos quadrinhos. Suas criações dominam o topo das listas de vendas de revistas e *graphic novels* nos Estados Unidos.

³ Ver mais HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. – Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.





familiar, experiências mais dolorosas do passado, traços admiráveis de personalidade (forças), traços negativos na personalidade (fraquezas): objetivos/metaspersonagem e o que o motiva para conseguir, de que ele tem medo ou raiva, o que estima na vida, etc.

Além disso, as fichas contêm outros elementos fundamentais que determinam o grau de sociabilidade das personagens, tais como: local de moradia, estilo de vida, nível intelectual, familiares e a relação do personagem com elas, profissão, local de trabalho e a relação com as pessoas deste ambiente, melhores amigos, religião, dentre outros. Embora seja um trabalho insólito, uma vez que uma grande parte dessas informações não aparecerá, diretamente, na história, ele é indispensável para definir o papel e a dinâmica do profissional que realizará a arte final do produto. Logo, “por isso é que precisamos de utilizar técnicas bem definidas e estruturadas para criar os personagens e registrar suas características, de forma a permitir que o desenhista tenha à mão tudo o que ele precisa saber para completar o trabalho de trazer o personagem à vida” (LOBÃO, DANTON, SANTANA, 2020, p. 114).

Enviamos para o artista responsável, além da ficha técnica, fotografias e desenhos de pessoas que poderiam ser utilizados como inspiração para a criação imagética de cada personagem. Para Mariquinhas, especificamente, enviamos as imagens produzidas por Ângelo Agostini, e publicada nas edições de 4 e 11 de outubro de 1973, da revista “O Mosquito”, do Rio de Janeiro. Contudo, o intuito, não foi seguir o padrão desenhado por Agostini (1973), que apesar de ser contemporâneo aos fatos, não conheceu pessoalmente a vítima, tão pouco conseguimos as informações sobre que critérios, ou investigações, que ele utilizou para produzir seus desenhos, tais como: quem descreveu a vítima, que documentos utilizou, quais aspectos do processo ele priorizou, dentre outros.

A Figura que Agostini cria, ao qual contribuiu para a disseminação da história do crime do desembargador, é a de uma jovem mulher, bem vestida e que não aparenta ter a idade entre 15 e 16 anos, que o corpo de delito estipulou.





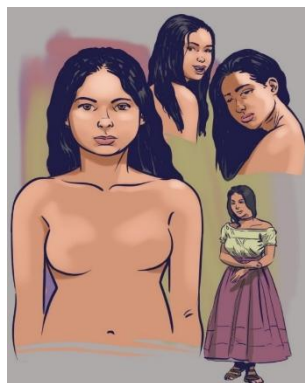
Figura 4 – Mariquinhas, de Ângelo Agostini



Fonte: Revista “O Mosquito”, Rio de Janeiro — edições de 4 a 11 de outubro de 1973.

Logo, tivemos em vista contrapor essa imagem, apresentando uma Mariquinhas mais adolescente, com características mais próximas da população maranhense. Assim, após várias conversas com o desenhista, com acertos e intervenções nos protótipos apresentados, chegamos à seguinte imagem:

Figura 5 – Esboço de personagem: Mariquinhas



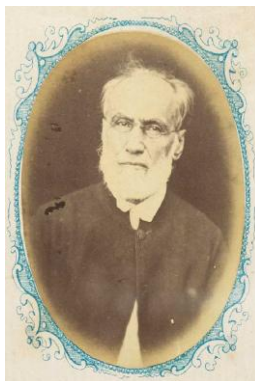
Fonte: Marcos Caldas (2024).

Já o desembargador Visgueiros, buscamos apresentá-lo o mais próximo possível da fotografia que encontramos em sua ficha criminal. Deste modo, após o processo de esboço, definimos a seguinte imagem:





Figura 6 – José Candido de Pontes Visgueiro - [Galeria dos condenados]



Fonte: Livro de registros contendo histórico de condenados e suas penas, vol.2.

Figura 7 – Esboços de personagem: Pontes Visgueiro



Fonte: Marcos Caldas (2024).

Para as personagens que apontamos como as protagonistas da história, como a mãe de Mariquinhas, Luiza Sebastiana, a comadre Tereza de Jesus Lacerda, as amigas Anna Rosa e Clotildes, das quais não foram encontradas nenhuma descrição ou vestígios de suas características, optamos por tomar como referências personalidades ligadas à militância dos direitos humanos, às questões de gênero ou ainda envolvidas em crimes dessa categoria. Nesse sentido, serviram de referências, Dona Pureza, Marielle e Aniele Franco, entre outros.

No entanto, não se trata de criar uma caricatura dos indivíduos escolhidos, ou transpor suas imagens para o desenho, mas sim de fornecer referências que possam inspirar o desenhista na criação das imagens dos personagens. Essas referências foram tratadas como homenagens e escolhidas com consideração e empatia, evitando estereótipo ou representações negativas, pois, embora sua seleção seja para inspirar características físicas de personagens pseudo-fictícios, elas foram escolhidas por suas lutas ou conquistas que devem ser exaltadas.





Como se trata de uma história que se desenrola na capital maranhense do século XIX, foi necessário também ter um cuidado especial com as imagens que contextualizam o espaço geográfico das personagens. Para os ambientes foi feito além de um levantamento de mapas, plantas baixas dos sobrados e casarões, gravuras e fotografias da época, uma pesquisa de campo nos lugares onde as mulheres passaram, de modo que criamos um acervo fotográfico dos prédios e ruas que ainda preservavam características do século XIX. Por fim, queremos deixar claro que a forma, como nos dedicamos à criação do roteiro e das imagens, o esforço na pesquisa de detalhes e na busca por referências imagéticas não foram meros caprichos estéticos, mas sim princípios indispensáveis para uma *graphic novel* histórica de qualidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa histórica que deu origem à *graphic novel* “Mariquinhas: crime e resistência feminina na São Luís do Maranhão de 1873”, buscou visibilizar a articulação feminina que se formou em torno do desaparecimento de Maria da Conceição e que acabou por descobrir seu brutal assassinato. A história dessas mulheres, por muito tempo marginalizada, revela uma teia de cooperação formada pela mãe, irmã e amigas de Mariquinhas, que uniram esforços para buscar respostas, mobilizando-se de forma autônoma e eficaz. Não se tratava, portanto, de uma rede de apoio passiva, mas sim de uma rede de solidariedade ativa e estratégica num contexto em que as autoridades policiais as negligenciavam e, frequentemente, eram coniventes com a impunidade de homens de prestígio, como o desembargador Pontes Visgueiro.

Dessa forma, esse movimento de solidariedade feminina representou uma resistência às estruturas de poder que as condenavam ao silêncio e à invisibilidade que cotidianamente permeavam a vida das mulheres pobres na sociedade da época. Utilizando suas conexões sociais na comunidade, essas mulheres criaram uma rede informal de troca de informações e investigação que desafiava a inércia institucional. Ao articular suas narrativas sobre o desaparecimento de Mariquinhas e compartilhar suas suspeitas, elas plantaram as sementes de uma mobilização popular mais ampla, de modo que as conversas que circulavam “de boca em boca” não apenas serviram para disseminar a notícia, mas também funcionaram como uma estratégia de pressão contínua sobre as autoridades. Essa agência feminina demonstra como essas mulheres buscaram alternativas para garantir a segurança e a justiça que lhes eram negadas.

É fundamental, portanto, que suas histórias de resistência e luta sejam divulgadas, a fim de que suas experiências inspirem as lutas contemporâneas contra as violências de gênero. Assim um produto didático com uma linguagem mais próxima do cotidiano de lazer dos estudantes pode





aproximar a história do passado à realidade contemporânea. Suas possibilidades de uso são variadas podendo contribuir para fomentar o debate sobre questões de gênero em sala de aula, apresentando uma proposta de interdisciplinaridade e transversalidade, de modo que temas como o contexto histórico, social, político e geográfico, presentes no produto, podem ser amplamente abordados nas disciplinas de História, Sociologia, Geografia, Português, Literatura e Artes.

A memória dessas mulheres, assim como suas ações no caso de justiça para Mariquinhas, ecoa no presente. Suas estratégias de resistência, mesmo em um contexto social restritivo, demonstram a determinação das mulheres em resistir aos sistemas que as oprimem. Ao recuperar essas histórias e apresentá-las em quadrinhos pretendemos não apenas recontar um episódio do passado, mas também oferecer uma nova perspectiva sobre o protagonismo feminino e a relevância da articulação coletiva na luta por justiça.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI. Ângelo. Mariquinhas. **Revista “O Mosquito”**. Anno 5°. Rio de Janeiro. 04 de outubro de 1873. N° 212 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709654/665> Acesso em: 16 dez. 2024

ASSASSINATO DE MARIA DA CONCEIÇÃO PELO DESEMBARGADOR PONTES VISGUEIRO NO DIA 14 DE AGOSTO, NO MARANHÃO. **Revista “O Mosquito”**. Anno 5°. Rio de Janeiro. 04 de outubro de 1873. N.º 212.

BENDIS. Brian Michael. **Escrevendo para quadrinhos** / tradução Érico Assis. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.

CALDAS, Marcos. **Esboço de personagem: Mariquinhas** – desenho autoral. 2024.

CONTINUAÇÃO DO ASSASSINATO DE MARIA DA CONCEIÇÃO. **Revista “O Mosquito”**. Anno 5°. Rio de Janeiro. 11 de outubro de 1873. N.º 213.

CORPO DE DELICTO. IN: **Processo E Julgamento Do Desembargador José Candido De Pontes Visgueiro, por crime de homicídio cometido na capital do Maranhão Contra a infeliz Maria da Conceição. Segundo a compillação feita para o Direito**. Rio De Janeiro, TYPOGRAPUIA THEATRAL E COMMERCIAL 29 A. Rua da Ajuda 29 A. 1874.

Galeria dos condenados: Bacharel José Candido de Pontes Visgueiro: Livro de registros contendo histórico de condenados e suas penas, vol.2 - Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5935> Acesso em: 25 maio. 2023

HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. – Tradução de Celina Calvante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

HQs Brasileiras. **Entramos em contato com Ministério da Justiça para entender a classificação de HQs**. HQs Brasileiras. Ago. de 2019 Disponível em:





<http://www.hqsbrasileiras.com.br/entramos-em-contato-com-ministerio-da-justica-para-entender-a-classificacao-de-hqs/> Acesso em: 06 out. 2024.

LOBÃO, Alexandre Santos; DANTON, Gian; SANTANA, Leonardo A **Bíblia do roteiro de quadrinhos**. Brasília: Trampolim, 2020.

PEREIRA, Priscila. PREFÁCIO. IN: CALLARI, Victor; RODRIGUES, Márcio dos Santos. (org.) **História e quadrinhos: contribuições ao ensino e à pesquisa**. Belo Horizonte–MG: Letramento, 2021.

RODRIGUES, Márcio dos Santos. APONTAMENTOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA SOBRE QUADRINHOS. IN: CALLARI, Victor; RODRIGUES, Márcio dos Santos. (org.) **História e quadrinhos: contribuições ao ensino e à pesquisa**. Belo Horizonte–MG: Letramento, 2021.

SANTOS, Rafa. **TJ-SC confirma absolvição de acusado de estuprar Mariana Ferrer**. 7 out. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-out-07/tj-sc-confirma-absolvicao-acusado-estuprar-mariana-ferrer/> . Acesso em: 06 out. 2024.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992.





RAP FEMININO E GELEDÉS: APROXIMAÇÕES ENTRE INTERSECCIONALIDADE E MOVIMENTO HIP HOP

Renan Augusto Fernandes Silva

Graduado em Ciências sociais – UEM

Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA

renan.augusto@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Valéria Matos Cutrim

Graduada em Serviço Social – UFMA

Especialista em Políticas Públicas, Planejamento e Gestão

Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA

valeria.cutrim@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Raul Brunno Pereira Sousa

Graduado em Ciências Sociais – UFMA

Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA

raul.brunno@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente texto busca analisar expressões musicais do rap nacional e sua relação com questões de identidade e política no âmbito do feminismo negro. A respeito da conexão entre identidade, política e rap, busca-se uma abordagem que, ao fundamentar-se na teoria interseccional apresentada por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), a partir do sexto capítulo do livro *Interseccionalidade*, intitulado *Interseccionalidade e identidade*, elucida a correlação entre identidade e política, trazendo o rap como um exemplo possível dessa intersecção. Ainda a partir de Collins, será apresentada uma breve abordagem do capítulo *Do Black Power ao Hip Hop: Racismo, Nacionalismo e Feminismo* para refletir sobre o Geledés coletivo de mulheres negras e a pergunta-título do capítulo: *O pessoal ainda é político? Movimento das mulheres, feminismo e mulheres negras da geração Hip Hop*. No que tange mais especificamente a respeito a cultura Hip Hop, serão realizadas revisões bibliográficas a partir do livro de Tricia Rose *Barulho de Preto: rap e cultura negra nos Estados Unidos contemporâneo* (2021), através do terceiro capítulo intitulado *Soul Sonic Forces: tecnologia, oralidade e prática cultural negra no rap*, e, utilizando ainda o mesmo livro, demonstrar a relação entre aspectos políticos e a cultura hip hop através de análise do quarto capítulo, *Profetas da Fúria: Rap e políticas da expressão cultural negra*. A fim de contextualizar os aspectos deste debate dentro do cenário nacional, será abordado o livro *Projeto Rappers: a primeira casa de hip hop brasileira* (2023) de Clodoaldo Arruda, Mc Sharylaine e Jaqueline Lima Santos, que traz a tona a importância do movimento hip hop no Brasil e suas possíveis implicações em questões políticas, de gênero e raça. A partir da revisão bibliográfica, espera-se identificar como o Geledés Coletivo de Mulheres Negras se aproxima da epistemologia feminista negra proposta por Collins e sua abordagem a acerca dos laços entre interseccionalidade e movimento Hip Hop.

Palavras-chave: Epistemologia feminista negra; interseccionalidade; rap; Hip Hop.





1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma revisão bibliográfica que explora aspectos do movimento Hip Hop através de perspectivas da interseccionalidade, com base nas teorias de Patricia Hill Collins (2007, 2021, 2023), Tricia Rose (2021) e busca aproximar a discussão ao contexto brasileiro com o coletivo Geledés através do Livro Projeto Rappers de Clodoaldo Arruda Clodoaldo Arruda, MC Sharylaine, and Jaqueline Lima Santos (2023). Primeiramente, explora-se a aproximação entre o Hip Hop e a interseccionalidade segundo Collins, seguido pela análise de Rose sobre a composição sonora e forças políticas, e, finalmente, tenta identificar como movimentos como o coletivo Geledés no Brasil pode exemplificar as dinâmicas entre identidade, gênero e práticas políticas que fundamentam a cultura Hip Hop no contexto nacional e se liga a aspectos da interseccionalidade postulado por Collins.

Embora seja frequente afirmar que o movimento Hip Hop é ‘cria’ das periferias, tal recorrência ressalta um ponto crucial: o contexto de seu surgimento sinaliza raízes que podem estar ligadas a processos culturais diaspóricos de resistência e criatividade. Geralmente, após contextualizar o espaço periférico, também são destacados a época e o país onde surge o movimento, não necessariamente nessa sequência. Adotando esse caminho para tratar sobre a origem do movimento Hip Hop, é em meados dos anos 1970 no sul do Bronx, em uma ‘*block party*’ na periferia dos Estados Unidos¹ que surge o movimento (Rose, 2021). Além disso, a criação da ONG Zulu Nation por Afrika Bambaataa no ano de 1979 é um fenômeno importante que destaca a amplitude que o movimento adquiriu naquele contexto, expandindo-se das questões artísticas para as políticas institucionais.

Outro ponto importante que é constantemente abordado diz respeito à composição do Hip Hop a partir de quatro elementos: o breakdance, o grafite, o DJ, e o Rap (Mc). De forma extremamente resumida, estes elementos estão ligados a dança, a arte em forma de pintura, a produção de ritmos musicais e ao ato de cantar, respectivamente. O foco majoritário deste texto está nos pilares musicais do Rap (ligado aos Mc’s e Dj, o ritmo e o canto), entretanto é inevitável refletirmos sobre uma interconexão entre o conjunto de elementos que compõem a cultura Hip Hop.

Trazendo para o contexto nacional, é nos *bailes black*, e no centro da cidade de São Paulo que, durante a década de 1980, o movimento Hip Hop ensaia seus passos iniciais. Como escreve Macedo, “No decorrer dos anos 1980 e até o início dos 1990, *B,boys*, *Djs* e *rappers*,

¹ Mais precisamente no ano de 1973, em uma festa de bairro conhecida como “block party”, onde o DJ Kool Herc tocou trechos instrumentais em discos de vinil e seu amigo cantou sobre essas bases rítmicas.





fizeram da estação de metrô São Bento o local de origem do movimento *Hip Hop* no Brasil” (Macedo apud Clodoaldo, 2007, p. 39). No ano de 1983 uma multiplicidade de jovens utilizavam os espaços públicos da cidade como as estações de metrô e praças para dançar *break dance* ao som de ritmos que possuíam sua medula na *black music*.

Em relação ao surgimento do rap no Brasil Clodoaldo pontua, “Em meados dos anos 1980 surgia nos bailes black um novo estilo musical formado nos Estados Unidos e caracterizado por ser um canto falado, o *rap*” (Clodoaldo, 2023, p. 38). A exemplo da ONG Zulu Nation, o coletivo Geledés Instituto de Mulheres Negras, é um grupo organizado que também possui significativa importância para impulsionar o movimento Hip Hop nacional nas décadas de 1980 e 1990, especialmente ao trazer os marcadores de gênero, raça e classe para o debate cultural sobre o rap.

Complementando essa contextualização histórica, existem linhas argumentativas que relacionam o movimento Hip Hop com processos afrodiaspóricos anteriores aos recortes históricos acima mencionados. Essa ideia enriquece a compreensão de que o momento de surgimento do Hip Hop não se dá de modo repentino e isolado, porém inserido em uma complexa dinâmica sociocultural; ele reflete uma conexão transnacional de experiências negras que reverbera em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil e Estados Unidos. A partir desta perspectiva, considera-se o Hip Hop como um eco de práticas culturais que se redefinem ao longo das gerações, criando pontes entre diferentes tempos e espaços (Gilroy, 2001, p. 89).

Aspectos relacionados à música podem servir como exemplo dessa retroalimentação artística diaspórica, como destaca Paul Gilroy quando trata da identidade de um músico inglês chamado *Funk! Dread*, e sua música composta por recortes musicais composto por diferentes nações. Para o autor o nome do músico e o som por ele produzido representam uma miscigenação, entre o funk americano, o reggae jamaicano e o dub inglês, “Esta unidade formal de elementos culturais diversos era mais do que apenas um símbolo poderoso. Concentrava a intimidade diaspórica lúdica que tem sido característica marcante da criatividade transnacional do Atlântico negro” (Gilroy, 2001, p. 59). Também é de suma importância a proposta que o autor faz para abordagens analíticas das expressões culturais de matrizes negras, onde deve-se considerar tal processo “[...] como um discurso filosófico que rejeita a separação moderna, ocidental, de ética e estética, cultura e política”, assim “A história e a utilidade da música negra, discutidas no capítulo 3, permite que acompanhem parte dos meios pelos quais a unidade entre ética e política tem sido reproduzida como uma forma de conhecimento popular” (Gilroy, 2001, p. 98-99).





Assim, o movimento Hip Hop não é um reflexo puro da diáspora, mas materializa as intersecções de raça, gênero e classe que moldam as experiências negras em processos de expressões culturais ligadas a eixos de opressão e resistência.

2. COMPLEXIDADE SONORA E FORÇA POLÍTICA DO RAP

Assim como diversas outras práticas culturais de origem africana ou afrodiaspórica, o rap constitui uma forma de expressão artística que, no contexto ocidental, é sistematicamente desvalorizada. Tanto a sociedade civil quanto os meios acadêmicos e da indústria musical frequentemente a categorizam como uma manifestação com limitada profundidade estética e intelectual, o que leva a uma menor consideração para sua apreciação e investigação. Esse processo de aviltamento decorre do contexto sócio-histórico de dominação racial imposto às populações negras em escala global e, adicionalmente, da própria natureza lírica do rap, que frequentemente desafia o status quo ao expor e denunciar as desigualdades sociais que continuam a impactar, de maneira desproporcional, as comunidades negras e periféricas. (Rose, 2021; Collins, 2021).

Se por um lado, uma parcela da classe média e alta branca manifesta desaprovação em relação ao rap, seja por este gênero musical questionar sua posição hierárquica, seja pela perspectiva limitada que essa fração social possui sobre a realidade. Por outro lado, o campo acadêmico frequentemente reduz o rap a um som considerado musicalmente pouco elaborado² ou a um produto distorcido pela influência da indústria cultural, em virtude do uso de tecnologias na sua produção musical³. Ou seja, o rap, como produto cultural da modernidade, seria enviesado por instituições econômicas que o utilizam para manipulação das massas⁴. (Rose, 2021).

Tricia Rose (2021), entretanto, ultrapassa a superficialidade da discussão ao abordar o rap não apenas em termos de seu impacto social, mas também em relação às complexas estruturas musicais que o fundamentam. Para a socióloga, essas estruturas são construídas por meio de práticas culturais negras e sustentadas por relações intrincadas, que envolvem o uso da tecnologia de equipamentos eletrônicos, elementos fundamentais na articulação e produção do rap.

² Ou quando raramente o é abordado no debate acadêmico, a discussão do rap, por vezes, não vai além do impacto que suas líricas trazem.

³ O uso de *samples* em suas músicas é um exemplo, em que os produtores de rap utilizam trechos de outras músicas para formar seus *beats*.

⁴ No que se refere a essa discussão, é trabalhada pelos teóricos críticos da Escola de Frankfurt, que argumentam que a arte na modernidade é pautada por instituições capitalistas que transformam bens culturais em mercadoria para amplo consumo. Ver Adorno (1991).





Contrapondo então a premissa que a organização musical do rap (por meio de repetições presentes em *samples* e *loopings*) seria apenas um subproduto da produção industrial.

A socióloga apresenta acerca das forças sonoras que caracterizam o rap, sugerindo que estas são amplamente moldadas por legados das tradições culturais negras, pela reconfiguração das experiências de vida nas áreas urbanas em um contexto pós-industrial e pelas dinâmicas próprias do avanço tecnológico contemporâneo. Nesse contexto, observa-se que a comunidade negra se apropria de tecnologias, muitas vezes de acesso limitado, como meio de expressão cultural. Contudo, essa apropriação ocorre mediante um processo de reelaboração cultural, no qual predominam as referências e heranças culturais afrodiaspóricas, conferindo novos sentidos e significados à utilização tecnológica. Como ela situa:

Esses hibridismos entre música negra, formas orais negras e tecnologia, que estão no cerne do poder sonoro e oral do rap, são um modelo arquitetônico para o redirecionamento de ideais sociais, tecnologias e formas de organização sonoras aparentemente difíceis, ao longo de um percurso que afirma as histórias e as narrativas comunitárias de pessoas afrodiaspóricas. (Rose p. 103-104)

Ao contrário da organização estrutural da música clássica ocidental, caracterizada principalmente por arranjos melódicos e harmônicos e pelo objetivo de alcançar uma sequência musical delimitada dentro de uma métrica específica, a organização do rap fundamenta-se em sua densidade rítmica e percussiva. No rap, a configuração dos ritmos apresenta independência entre si, embora mantenham uma conexão intrínseca. Nesse contexto, a complexidade da música ocidental tende a se centrar na resolução de dissonâncias harmônicas, adotando um controle sonoro que se limita a uma estrutura rítmica marcada por pulsos fortes e fracos. Em contraste, o rap, assim como diversas expressões musicais de matriz africana e afrodiaspórica, constrói sua complexidade a partir de ritmos que não se confinam a sequências irrepetíveis. Ao contrário, a presença de repetições é recorrente e intencional, permitindo uma flexibilidade rítmica característica dessa tradição musical.

Rose (2021, p. 107) expõe que essa característica repetição nas músicas, que são marcadas de africanidade, é, de uma das formas, materializada no rap por meio dos *samples*. Sobre a representação da complexidade da característica de repetição de músicas africanas e o uso da tecnologia dos *samples* no rap, Rose (2021) expõe:

As técnicas dessa música, particularmente o uso da tecnologia do *sample*, envolvem a repetição e a reconfiguração de elementos rítmicos que demonstram uma atenção redobrada aos padrões rítmicos e ao movimento entre esses padrões por meio de *breaks* e dos pontos de ruptura musical (p. 108).





Ao investigar a característica da repetição no rap, Rose (2021) argumenta que os elementos musicais associados a essa prática não se limitam a escolhas estilísticas, mas configuram expressões que carregam “perspectivas filosóficas sobre os ambientes sociais” (Rose; 2021, p. 109). A autora, baseando-se nas reflexões de James A. Snead (1981), destaca que as culturas negras atribuem à repetição um significado distinto, percebendo-a como um processo de circulação e equilíbrio, em contraste com uma força reguladora destinada a alcançar um objetivo harmônico final. Nesse sentido, a repetição no rap fundamenta-se em uma episteme própria, que difere significativamente da matriz europeia.

A repetição, quando analisada por teóricos culturais no contexto da cultura de massa, é frequentemente compreendida como uma manifestação característica dessa dinâmica cultural, especialmente em uma era marcada pela reprodutibilidade técnica. Esses teóricos argumentam que o advento da tecnologia de gravação musical na modernidade simbolizou o surgimento de uma sociedade de massa caracterizada pela produtividade e pela repetição sistemática. Nesse cenário, a repetição é frequentemente associada à padronização industrial, refletindo os processos de uniformização próprios das práticas produtivas em larga escala.

Rose (2021) reconhece a perspectiva de que a repetição desempenha um papel relevante nos sistemas de produção de massa. No entanto, a autora argumenta que essa característica não pode ser reduzida exclusivamente a uma força repressiva de caráter industrial. A socióloga critica o enfoque predominante entre teóricos que associam a repetição unicamente às condições industriais, apontando que essa abordagem não apenas reflete uma incompreensão das práticas culturais negras, mas também contribui para a distorção das manifestações culturais populares de matriz negra.

Ademais, as relações entre o rap e a tecnologia apresentam uma complexidade que transcende o simples uso de *samples* para a criação de *beats*. Segundo Rose (2021, p. 136), o rap articula uma dinâmica que integra práticas orais de matriz negra e elementos tecnológicos, moldando a narrativa de sua produção musical. Nesse contexto, a composição no rap emerge da fusão entre tradições de oralidade e a linguagem tecnológica, configurando novas formas orais. Essa interação transforma a oralidade em algo tecnológico e, simultaneamente, a tecnologia em uma extensão da oralidade. Em outras palavras, enquanto o rap é possibilitado pelos recursos tecnológicos, ele também altera e ressignifica a lógica desses dispositivos.

Rose (2021) destaca que, em culturas orais, os parâmetros ocidentais de autoria e composição não são aplicáveis de forma direta. Nesses contextos, a originalidade narrativa não reside na invenção de histórias inéditas, mas na capacidade de gerir interações com o receptor da





mensagem. Esse princípio é observado na prática de *sampling* pelos *DJ's*, que recorrem a referências musicais já existentes e as reconfiguram em novas composições. Ao fazer isso, eles não apenas criam algo original, mas também resgatam elementos da identidade negra e constroem uma identidade coletiva. Esse processo conecta temporalidades, unindo passado e presente, e reafirma as raízes culturais da música rap⁵. Ela coloca:

[...] a maneira como os artistas de rap usam o *sample* indica a importância das identidades coletivas e das histórias do grupo[...] A música é uma reformulação cultural complexa do conhecimento e da memória de si de uma comunidade. As letras de rap e os sons *sampleados* que as acompanham são altamente letrados e tecnológicos, contudo, eles articulam um passado oral singular (p. 152)

O agenciamento de elementos da oralidade africana e tecnologia na composição do rap refletem a sua dimensão intrínseca à sua natureza artística. Para além dessa característica, as narrativas presentes nas letras do gênero são atravessadas por uma longa tradição cultural de subversão protagonizada por sujeitos negros por meio de sua crítica social manifestada nas artes. Por meio de suas composições, os rappers descrevem suas experiências vividas, marcadas por desigualdades raciais e de classe, que denunciam as múltiplas formas de violência geradas por uma sociedade capitalista e estruturalmente racista. Nesse contexto, as canções se tornam instrumentos de crítica ao sistema que perpetua a opressão. Assim, a dimensão lírica do rap revela e expõe as contradições inerentes a um sistema que a ideologia dominante busca obscurecer.

Rose (2021) utiliza o conceito de hegemonia, conforme desenvolvido por Gramsci (2007), para analisar a posição do rap em relação à supremacia exercida pelos grupos dominantes. De acordo com Gramsci, a hegemonia refere-se à capacidade dos grupos dominantes de estabelecer normas e valores que são aceitos como universais pela sociedade, legitimando, dessa forma, a supremacia de um grupo sobre outro. Esse processo naturaliza a violência estrutural ao mesmo tempo em que a oculta, fazendo com que pareça inexistente. A noção de hegemonia, nesse contexto, exige uma análise complexa que abrange a interação dialética entre sociedade civil e sociedade política (Gramsci, 2007, p. 21). Assim, a legitimidade dos grupos dominantes não se baseia exclusivamente no controle das instituições, mas também na manutenção de um discurso ideológico que se articula por meio de uma "guerra de posições". Esse processo é contínuo, frequentemente implicando ajustes e concessões estratégicas.

⁵ Um exemplo dessa prática que Rose (2021) discorre no capítulo é o uso de *samples* de funk, soul e jazz, ritmos afroestadunidenses anteriores ao rap.





O movimento presente nas letras do rap consiste na crítica de véu discursivo burguês da ideologia dominante, expondo suas contradições com o objetivo de desestabilizar os discursos hegemônicos e legitimar interpretações contra-hegemônicas. A contestação expressa nas letras, insere-se em um discurso cultural negro, que se engaja simultaneamente em uma prática discursiva inserida no âmbito de se tornar o discurso dominante (ou seja, também ocupar o espaço público legítimo) e em oposição à atual ideologia dominante. Com isso, Rose (2021) demonstra as potencialidades do rap e a sua dimensão política:

A capacidade do rap como uma forma de testemunho, como articulação de uma voz crítica urbana jovem negra de protesto social tem um profundo potencial como base para uma linguagem de libertação. A contestação sobre o significado e a importância do rap e sua capacidade de ocupar o espaço público e manter a liberdade expressiva constituem um aspecto central da política negra contemporânea (Rose, p. 224).

3. INTERSECCIONALIDADE E O MOVIMENTO HIP HOP: A ENCRUZILHADA NAS LETRAS E NAS VOZES DE MULHERES NEGRAS

O Hip Hop enquanto movimento nasce nos bairros negros das grandes cidades estadunidenses, cidades como Nova Iorque, Chicago e Los Angeles nas décadas de 60 e 70, sendo um tipo de enfrentamento a violência urbana na qual eram submetidas os grupos de afrodescendentes e hispânicos. Tal movimento, espalhou-se pelas “periferias do mundo, numa relação estreita e essencial com cada lugar no qual se desenvolveu” (Moassab, 2011, p. 48). Entre essas periferias encontram-se cidades latino-americanas, que ainda possuem resquícios do processo colonial racista, machista, classista e heterocentrado europeu, espaços que se constituem como produtores e reprodutores de relações de poder e encadeamentos que deveriam ter sido superados pela modernidade (Quijano, 2005; Ballestrin, 2013a).

Enquanto grupo de luta, em específico o elemento de que se fala é o *rap*, que busca romper com vestígios do sistema colonial que se camufla pela colonialidade do poder, com constantes narrativas de disputas e tomadas desses espaços através de histórias contadas pela oralidade

Eu acredito que se a gente for pensar, por exemplo, em Rap, Hip Hop, nessas formas de manifestações artísticas que nasceram à margem do que a gente poderia chamar de uma cultura erudita, dita erudita ou dita de elite, talvez seja um pouco de uma retomada dessa questão dos Griôs né?! Eu vejo esses rappers como Griôs, sabe?! Como detentores de uma história de uma comunidade, e de um local onde eles vivem, de um povo onde eles vivem, que não se sentiram representados por uma...que seja dentro da música, que seja dentro da literatura e acharam essas novas formas de apresentação ou de representação artística que tem muito mais a ver com um público ao qual a literatura impressa né, e principalmente essa impressa literatura disgrada [sic] e meio canônica né, não atinge (Gonçalves, 2016).





Para Holston (2013), esse processo histórico surge devido uma concentração populacional dentro dos grandes centros urbanos, e que a criação das favelas potencializou, bem como, tem como protagonistas pessoas que nem o sistema, nem a lei, os enxerga. São instrumentos de subjugação deles, jovens negros e periféricos, grupo vulnerável as desigualdades brasileiras que se posicionam como críticos de uma sociedade que não os vê como cidadãos. Em Holston (2013), vai nos mostrar que se assume no Brasil uma cidadania diferente com a incorporação dos indivíduos ao Estado

Nação não implica na igualdade legal entre os cidadãos. Nossa formulação da cidadania toma o status atribuído a categorias sociais específicas como medida para o reconhecimento de direitos e a observância de diferenças sociais da ordem de gênero, raça, ocupação, propriedade, renda e educação, que são critérios utilizados para sua distribuição seletiva entre cidadãos de diferentes tipos. A cidadania, no nosso caso, não equipara cidadãos, antes disso, é uma medida "para diferenciar e uma forma de distanciar as pessoas umas das outras" (apud Cardoso, p. 23).

Sendo assim, os discursos elitistas corroboram com as desigualdades existentes, tendo na prática um sistema diferenciado de distribuição de direitos, dessa forma, é com a música que a juventude negra e periférica, vai conduzir um papel extremamente necessário na construção de uma dinâmica social e de formas de sociabilidade e resistência expressos artisticamente. O rap se transforma em uma potente possibilidade de rompimento, dessa barreira da invisibilidade, de discursos meritocráticos e do silenciamento, um dos motivos para que o Hip Hop enquanto movimento tenha começado se deu através do break, por meio da exibição nos cinemas de vários filmes musicais norte-americanos (Rodrigues, 2013, p. 26).

Ao se falar de Brasil, o *rap* surge em meados da década de 80, destaca-se que nessa época havia poucas mulheres produzindo canções nesse estilo, sendo a maior parte dominada por homens. Para Matsunaga (2008), as produções musicais masculinas são amplas, abrangendo mais a classe, entretanto, as composições das mulheres o que predomina são suas próprias experiências. Ao fazer uma comparação entre as letras de ambos, observa-se que as mulheres ao descrevem seus atravessamentos pessoais revelam como se veem, ou seja, como constroem suas identidades (Matsunaga, 2008, p. 110).

Com as mudanças que foram ocorrendo dentro das relações de gênero na sociedade, bem como, o surgimento de diversos questionamentos das mulheres acerca do machismo, ocorreu um expressivo aumento dessas mulheres no movimento na década de 90. As mulheres no *rap* são em sua maioria de classe baixa e/ou negras, que se posicionam em um trabalho artístico tecendo explicitamente críticas contra a marginalização que vivenciam por racismo, machismo e baixa remuneração. Assim, para compreendermos tais recortes de marcadores sociais que são





existentes no *rap*, precisa-se tensionar a categoria da interseccionalidade em um olhar multidimensional. Para Collins & Bilges (2021, p. 139), o seu conceito se torna uma importante ferramenta de análise

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica promove entendimentos mais amplos das identidades coletivas e da ação política. A identidade foi uma dimensão importante para o surgimento da interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas – é o caso, por exemplo, das negras brasileiras que politizaram a identidade negra e feminina em uma sociedade que desvalorizava ambas as coisas (...)

A relação entre mulheres e rap com o passar do tempo tem sido cada vez mais explorada pelas militantes com um necessário espaço de atuação da política feminina. Contudo, é de conhecimento que essas mulheres dentro do movimento, são atravessadas por um simbólico conceito estrutural chamado de “imagens de controle” termo esse trabalhado por Patricia Hill Collins (2021), ao debater como representações culturais e simbólicas, podem interferir na dominação e opressão de grupos marginalizados, em específico, ao se tratar de interseccionalidade entre classe, gênero e raça. Segundo Sodré (2005), essas minorias com destaque a essas de gênero, são bastante vulneráveis diante de políticas públicas e disposições jurídicas, devires identitários que lutam contra a hegemonia, utilizando-se de estratégias discursivas e demonstrativas para ocupar esses espaços.

A identificação de mulheres com a cultura do *rap* parte da vontade de evidenciar sua vida e suas lutas, podendo ser como mulher, mãe e periférica. Essa identidade é “preenchida” com essa arte que elas acreditam que a permitam “ser” elas por completo, que sejam ouvidas, uma encruzilhada entre o que vivem e entre o que ecoam em suas vozes

Rap de mulher não é tudo igual. A gente vê hoje, mulheres falando de sexo, mulheres falando sobre questões sociais, sobre feminismo, sobre racismo, sobre lesbofobia. Porque você vê essa diversidade, aprende muito uma com a outra. Porque vai ser bom para a gurizada, para as minas que tão chegando, ver esse monte de mina cantando. Quantas vezes as minas, depois do show, vêm agradecer a gente, falar que nunca tinha ido num show. Mas só de ver quatro, cinco mina rimando diferente, cada uma no seu estilo, e ver que eu posso criar o meu estilo também. Eu não tenho que seguir cartilha nenhuma, e vou ser menina do rap de calça, de saia, de tênis, de salto, rimando o que eu quiser, é fantástico. A representatividade importa, sim. E tem muita mulher foda cantando no Brasil. Nós somos mulheres de palavra. (Brisa Flow, 2016, p. 19)

Dessa forma, as estratégias femininas de resistência são desenvolvidas por meio de questionamentos a fim de que se consiga perceber a intencionalidade das opressões ao seu redor, “transmitindo coletivamente nossos conhecimentos, nossos recursos, nossas habilidades e nossa sabedoria de uma para a outra, criamos um novo local onde a subjetividade negra radical pode ser nutrida e sustentada” (Hooks, 2019, p. 127). As articulações entre esse grupo e o *rap* conferem espaços, práticas e agentes, entre outros discursos, além de propósitos e





formas de modo de execução. Fica evidente a necessidade de juntar experiências individuais e coletivas, sempre em processos comunicacionais de desenvolvimento, a fim de propor “formas e modos sociais, culturais e individuais de coconstruir um mundo compartilhado de experiências; de ver, ouvir, interagir e compreender como construímos – consciente e inconscientemente – nossos contextos sociais [...]” (Vizer, 2005, p. 2, trad. nossa).

4. GELEDÉS COLETIVO DE MULHERES NEGRAS

Fundado em 1988, o Geledés Coletivo de Mulheres Negras iniciou-se como uma organização não governamental criada por um grupo de mulheres negras que, segundo Sueli Carneiro, no prefácio de *Projeto Rappers*, possui o “objetivo de combater as discriminações raciais e de gênero na sociedade brasileira e desenvolver propostas que promovam a equidade” (Carneiro, 2023, p. 13).

A aproximação entre o coletivo e o movimento Hip Hop se deu em 1990 quando Deise Benedito, representando o Coletivo de Mulheres negras, ouviu jovens rappers cantando “[...] sobre desigualdades, violência, racismo, perseguição policial e lideranças negras como Zumbi Dos Palmares e Malcom X [...]” (Clodoaldo, 2023, p. 44) na Marcha da Consciência Negra no dia 20 de novembro, e os convidou para uma visita. É a partir desse encontro que se foi desenvolvendo a criação do *Projeto Rappers*.

O Projeto Rappers foi desenvolvido pelo coletivo a partir da provocação de jovens negros periféricos pertencentes a bandas de rap. O início dessa empreitada se deu quando os jovens instigaram o Geledés a assumir responsabilidades frente às violências que ocorriam com eles enquanto realizavam as suas apresentações de rap com contundentes protestos a respeito da marginalização e violências sistemáticas a que estavam submetidos.

A partir dessa interação o coletivo e as bandas que estavam girando em torno dele, inicia-se a composição de Fóruns de Denúncia e Conscientização do Programa de Direitos Humanos do Geledés, “[...] trazendo a originalidade de articular atividade cultural com ação política, usando a linguagem musical como tecnologia de conscientização e valorização da juventude negra [...]” (Carneiro, 2023, p. 14).

Desta maneira, o Projeto Rappers constituiu-se de uma estratégia voltada para potencializar jovens que compunham o movimento Hip Hop enquanto atores sociais com vozes ativas nas atividades em busca de justiça social, seja dentro ou fora do coletivo.

O combate às múltiplas violências, quando provocado pelos grupos de rap de São Paulo, exigiram um movimento de atuação contextualizado, onde se considerou importante uma ética





de responsabilidade e cuidado ao se posicionar por causas sociais ligadas às particularidades do local. Tanto os grupos de indivíduos particularmente envolvidos com rap, como para grupos maiores, o coletivo Geledés buscou tensionar a criação de uma estrutura social que permita a existência das diferenças e minimize desigualdades. Considerando o exposto, essas ações corroboram o argumento de Patricia Hill Collins sobre a convergência entre interseccionalidade e o movimento Hip Hop, especialmente no que se refere à práxis e à formação crítica.

Ainda sobre o contexto em que está inserido o coletivo Geledés, também se torna imprescindível pensar no aspecto do local para refletir acerca dessa intersecção entre classe, raça e gênero e o movimento Hip Hop. Esse movimento, emergindo das periferias do Brasil, parece sustentar um duplo atravessamento periférico no que diz respeito à localização: um em escala nacional, combinado a outro em escala global. Este fator é um agravante somado aos outros processos de marginalização a partir dos marcadores sociais acima citados.

É importante observar que as experiências vividas dos sujeitos envolvidos com o coletivo, foram imprescindíveis para construções teóricas e práticas do Geledés e a revista Projeto Rappers. Esse é mais um aspecto que aproxima o Coletivo de Mulheres Negras das propostas teóricas de Collins (2007, p. 148-153) sobre o feminismo negro, particularmente na validação da 'experiência vivida como critério de significação', em contraste com um operacionalismo científico focado em aspectos universalmente propostos que as vezes se torna excludente.

Os processos de interações sociais ao serem atravessados por marcadores sociais de raça, classe, gênero e local, impactam em processos relacionados à construção de identidades de formas singulares. Estas singularidades acendem um debate sobre macro e micro escalas de análises sociais, e chegam a avançar para uma dicotomia entre individual e coletivo.

Collins (2021, p. 226-252), aborda esta dimensão do debate apontando que as ondas do feminismo perpassaram focos centrados em direitos individuais e, a partir dos movimentos feministas negros, progrediram para aspectos mais coletivos acerca dos direitos das individualidades exigindo transformações que fomentem uma estrutura social que abarque as diferenças. Nesse caminho a autora responde afirmativamente à pergunta “o pessoal ainda é político?”. Quando focado no feminismo negro e trazendo as ações e protagonismo do coletivo Geledés e membros do movimento hip hop (aqui e nos EUA), ambos tensionam, a partir de questões das vivências dos indivíduos, uma mudança estrutural, fazendo com que o pessoal seja político e torne múltiplas identidades possíveis de existir.

Assim, os marcadores sociais da diferença presentes na construção das identidades dentro do movimento Hip Hop e dos membros do coletivo Geledés, conectam-se à





interseccionalidade e identidades políticas, visando formação e práticas críticas em busca de equidade e justiça social. Deise Benedito, Sueli Carneiro, Solimar Carneiro, Mc Sharylaine com a revista Projeto Rappers e os Foruns de Denúncia e Conscientização, juntamente com e suas músicas *Mulheres pretas* e *Codinome Feminista* feitas por MC Sharylaine são exemplos notáveis destes casos⁶.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o rap nacional, é possível traçar uma linha que conecta aspectos da diáspora africana, os contextos dos Estados Unidos e do Brasil. Nos pilares que estruturam seu nascimento em nosso país estão presentes marcadores sociais de nação, classe e raça, e gênero que se interconectam e se complexificam nas periferias urbanas e tem raízes em processos transatlânticos. As festas e encontros culturais que marcam o início do Hip Hop – como as block parties nos Estados Unidos e os bailes blacks no Brasil – exemplificam essa conexão entre diferentes gerações periféricas, que se reafirmam através da música, dança e estética negra, refletindo formas culturais com ecos de continuidade e transformações das tradições afrodiaspóricas. Elementos como a oralidade e as construções rítmicas do rap e suas batidas representam processos de tradição, inovação, e resistência sociocultural, onde, como aponta Tricia Rose (2021), podemos examinar “as intervenções tecnológicas do rap e, na sua produção, a relação entre as tradições orais e musicais negras com a tecnologia” se destacando como símbolos da articulação diaspórica e da modernidade.

Do surgimento às técnicas utilizadas, os marcadores sociais de nação, classe, raça e gênero, foram elementos essenciais para estruturar o rap em seus aspectos de resistência e formação crítica. Nesse sentido, as pesquisas interdisciplinares revelam-se valiosas, pois permitem o envolvimento de diversas áreas de estudo para explorar tanto as interconexões complexas entre os quatro elementos do Hip Hop, assim como a intersecção entre sua trajetória histórica-social, e suas relações com formação de identidades, questões de classe, política, e movimentos socioculturais. A interdisciplinaridade é crucial para pensar a composição do Hip Hop na formação crítica e práticas de resistência, justamente por esses atravessamentos múltiplos.

⁶ Aqui fica uma sugestão com os links para ouvir as músicas de Mc Sharylaine, uma das pioneiras dentro do Movimento Hip Hop:

Lady Rap - Mulheres Pretas

Lady Rap - Codinome Feminista





Diante dessas conexões entre diferentes áreas, a interseccionalidade se torna uma ferramenta analítica que demonstra um grande potencial porque “a heurística básica da interseccionalidade, a ideia aparentemente simples de que entidades tratadas em geral como separadas podem ser interconectadas, teve um grande impacto no conhecimento disciplinar” (Collins, 2021, p. 256). A partir deste preceito, os aspectos das pesquisas interseccionais “[...] tentam ir além das hipóteses do pensamento opositivo e moldar uma compreensão complexa das relações entre história, organização social e formas de consciência, tanto pessoais como coletivas” (Collins, 2021, p. 256). O Hip Hop é feito de conexões, e demanda conexões em propostas que se debruçam sobre o tema.

Outro aspecto crucial da conexão entre Hip Hop e interseccionalidade é a conexão entre o saber e o fazer, entre a investigação crítica e a práxis. Também é fundamental para pensar a construção da identidade em contextos sociais permeados por relações de poder interseccionais. Collins (2021) argumenta que as pessoas que enfrentam discriminação em diversas dimensões, como raça, classe e sexualidade, “têm sido fundamentais para a criação e a reprodução do Hip Hop e da interseccionalidade”, o que, segundo a autora, “torna lógico existirem paralelos significativos entre essas duas formas de investigação e práxis críticas” (p. 190).

O grupo Geledés, coletivo encabeçado por mulheres negras, se dedicou para contribuir com a formação crítica de grupos periféricos ligados à cultura Hip Hop em busca de reforçar práticas de combatividade e a busca por justiça social. Havia nesse movimento do coletivo um foco formativo e prático, atravessado por teorias críticas e a fortificação de lutas contra processos de desigualdade social e injustiça. Além disso, esse protagonismo feminino demonstra uma aproximação entre as atividades políticas do movimento Hip Hop e do grupo Geledés. O feminismo negro presente nas atividades do grupo não é tido como uma simples adição de pauta reivindicatória, ele estabelece correlações e retroalimentações com o movimento Hip Hop e as práticas coletivas ligadas a aspectos políticos das identidades.

Collins também ancora a aproximação entre Hip Hop e interseccionalidade na ideia de *relacionalidade*, um dos pilares analíticos da interseccionalidade. Segundo a autora, a *relacionalidade* é importante para pensarmos a “construção de corresponsabilidades entre várias lutas pela justiça social que, embora muitas vezes pareçam isoladas, podem, na realidade, ser fenômenos inter-relacionados” (Collins, 2021, p. 257). Esse aspecto é particularmente significativo para considerar que os movimentos da diáspora africana, o surgimento do Hip Hop nos Estados Unidos e as dinâmicas entre o grupo Geledés junto dos primeiros passos no movimento Hip





Hop brasileiro, representam essa complexa rede de conexões entre práticas culturais que correlacionam lugares, gerações, culturas e identidades.

Collins, na introdução do capítulo interseccionalidade e identidade, em particular no último parágrafo, escreve que tal capítulo se encerra com um debate baseado em quatro dimensões valiosas a respeito dos laços entre interseccionalidade e identidade, “Esses tópicos mostram como as principais ideias da interseccionalidade - em particular, o contexto social, a relacionalidade, a desigualdade social e a justiça social - se relacionam” (Collins, 2021, p. 190). Há na relação entre o grupo Geledés e o movimento hip hop no Brasil, justamente estes elementos fundamentais para a interseccionalidade, segundo postula Patrícia Hill Collins, uma valorização do contexto social e da relacionalidade para fomentar formação e práxis crítica em busca de justiça social e combate às desigualdades. Portanto, o caso Geledés é um exemplo daquilo que, segundo Patrícia Hill Collins, poderia ser apontado como prática interseccional.

As experiências vividas serviram como fundamentos para as ações teóricas, práticas e artísticas. O diálogo entre o Coletivo de Mulheres Negras e jovens pertencentes a bandas de rap de São Paulo pavimentaram mutuamente um caminho a ser trilhado em busca de denunciar práticas discriminatórias de variadas naturezas. O cuidado e a responsabilidade foram valores fundamentais ao coletivo, e as singularidades das identidades colocadas como uma força para políticas coletivas de valorização das diferenças. O grupo Feminino rap e suas duas frentes de discussão principais, a específica sobre jovens negras dentro e fora do rap, e a de conscientização de bandas de rap masculina a respeito de questões de gênero, métodos contraceptivos, paternidade responsável, é um processo explícito desse diálogo interseccional dentro do Hip Hop formando e sendo formado através de identidades que atuam de maneira política ao buscar organicamente, sonoramente e institucionalmente, minimizar as violências advindas de discriminações e desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. **O fetichismo na música e a regressão da audição**. In: Os Pensadores: Horkheimer e Adorno. São Paulo. Nova Cultural, p. 1991.

ARRUDA, Clodoaldo. **Projeto Rappers: a primeira casa do Hip Hop brasileiro: história e legado** / Clodoaldo Arruda, Ildslaine Silva (Mc Sharylaine), Jaqueline Lima Santos; prefácio Sueli Carneiro. 1ª edição. São Paulo. Perspectiva: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2023.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n.11, p.89 - 117, 2013.





BRISA FLOW, Com a palavra: Brisa Flow. In: ALLUCCI, Fernanda; VALENCIO, Ketty; ALLUCCI, Renata R.. **Mulheres de Palavra: Um retrato das mulheres no rap de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo e Secretaria da Cultura, 2016 p.16 – 19.

CARDOSO, Marcus. **Democracia disjuntiva e cidadania insurgente**, Soc. estado. vol.30 no.1 Brasília Jan./Apr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0102-69922015000100269>. Acessado em 13/11/2024.

CARNEIRO, Sueli. **Projeto Rappers, o antídoto**. Prefácio. In: Projeto Rappers: a primeira casa do Hip Hop brasileiro: história e legado / Clodoaldo Arruda, Ildslaine Silva (Mc Sharylaine), Jaqueline Lima Santos; prefácio Sueli Carneiro. 1ª edição. São Paulo. Perspectiva: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2023.

COLLINS, Patricia Hill; SIRMA, Bilge. **Interseccionalidade**. 1ª edição. São Paulo. Boitempo, fevereiro de 2021

COLLINS, Patricia Hill. **Do Black Power ao Hip Hop: racismo, nacionalismo e feminismo**. 1ª edição. São Paulo. Perspectiva, 2023.

GILROY, Paul. **Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. 1ª edição. São Paulo. Editora 34 Ltda, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOLSTON, James. Cidadania **Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MATSUNAGA, Priscila S. **As representações sociais da mulher no movimento hip - hop**. Psicol. Soc., Abr 2008, vol.20, no.1, p.108 - 116. 2008

MOASSAB, Andreia. **Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do hip-hop**. São Paulo: EDUC, 2011, 338p.

MONDELLI, Maria Luiza Botelho; GADELHA JR., Luiz Manoel Rocha; ZIVIANI, Artur. **O Que os Países Escutam: Analisando a Rede de Gêneros Musicais ao Redor do Mundo**. iSys - Brazilian Journal of Information Systems, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 53–72, 2019. Disponível em: <https://seer.unirio.br/isys/article/view/8099>. Acesso em: 11 nov. 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino - americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, p. 227 - 278, 2005.

ROSE, Tricia. **Barulho de Preto: rap e cultura negra nos Estados Unidos contemporâneos**. 1ª edição. São Paulo. Perspectiva, 2021.





SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SNEAD, James A. **On Repetition On Black Culture**. In: Black American Literature Forum. African American Review (St. Louis University). Vol. 15, No 4., Black Textual Strategies, 1981.

VIZER, Eduardo A. **Aportes a una teoría social de la comunicación**. Intexto, Porto Alegre, v.1, n. 12, p. 1-14, 2005.





REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NAS PÁGINAS DO JORNAL PACOTILHA E O PÓS-ABOLIÇÃO MARANHENSE (1888 – 1890)

Carlos André Colins dos Santos
Mestre em História – UFMA
cacollins850@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O jornal Pacotilha foi um veículo de comunicação de caráter diário que exerceu forte influência política no cenário da imprensa maranhense durante os períodos das lutas pelo fim da escravização de indivíduos de pele e pós-abolição. Tratava-se de periódico cujo objetivo era tratar de variados assuntos como política, religião, artes e ciência, por meio de uma linguagem clara, capaz de atingir os mais diversos locais da sociedade maranhense. Seus articulistas intentavam transformar o Pacotilha na vanguarda dos movimentos em prol da defesa da modernidade em terras maranhenses, no ponto de encontro entre as novidades vindas da Europa e a avidez do público em descobrir as invenções e modas oriundas do centro do capitalismo. O Pacotilha foi criado no ano de 1880 pelo jornalista Victor Lobato. Possuía, geralmente, 4 páginas com ampla utilização de figuras e diferentes modelos de escrita. A produção das páginas e encadernação era realizada em tipografia própria, a tipografia do Pacotilha. O intuito desta pesquisa foi conceber como o Jornal Pacotilha representava as mulheres de pele negra nos textos destinados a tratar de variados temas presentes neste periódico no período do imediato pós-abolição (1888 – 1890), como este jornal compreendia a identidade das mulheres negras no recorte histórico em destaque. As edições do Jornal Pacotilha publicadas entre o recorte temporal de 13 de maio de 1888 a 1890 e que se encontram nos acervos da Biblioteca Benedito Leite, Arquivo Histórico do Estado do Maranhão e Hemeroteca Digital constituíram a base documental desta pesquisa. Nestas edições, os textos que remetem a expressões que indicam direta ou indiretamente mulheres de pele negra foram separados e classificados segundo a temática a qual se referiam e o tipo de coluna a qual estavam associados. Para tanto, realizamos, também, pesquisa bibliográfica acerca das condições sociais em que se encontrava o Maranhão no recorte histórico em análise. Os textos que remetem a população feminina de pele negra indicaram tendência a não indicação direta da cor de pele dos indivíduos tratando-os através de expressões indiretas. O receio do descumprimento de normas éticas, o corpo feminino negro enquanto símbolo de inferioridade moral, caminho para acesso a sexualidade e o preconceito explicitado na indicação de incapacidade da população negra feminina em adequar-se a condição de cidadão alcançada por intermédio da promulgação da Lei Áurea constituiu as bases para formulação dos textos do Jornal Pacotilha que tratavam do tema em estudo.

Palavras-chave: Imprensa; Pós-emancipação; Mulher; Negra.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o campo de estudos sobre jornais e representações tem ganhado destaque devido sua importância no contexto das possibilidades de entendimento do pós-emancipação no Brasil. Isto ocorre particularmente porque periódicos foram, no imediato pós-abolição, espaços de intenso debate acerca do fim do trabalho escravizado de indivíduos negros e núcleo das reverberações de tal acontecimento (Rios; Mattos, 2004).





Sendo assim, no caso do Maranhão, periódicos são capazes de oferecerem possibilidades de compreensão a respeito das representações acerca da população feminina negra que devido a promulgação da Lei de 13 de maio obteve cidadania. Neste sentido, o periódico Pacotilha é objeto central deste estudo.

O jornal Pacotilha inaugura suas atividades no ano de 1880 em meio ao contexto da intensificação das lutas pelo fim da escravização legalizada de trabalhadores negros no Brasil. Da mesma maneira, este também é o período de maior desgaste das instituições monárquicas frente ao cenário político nacional.

Deste modo, o fundador do referido veículo de comunicação foi o jornalista Victor Lobato. Escritor ludovicense, nasceu no dia 28 de Abril de 1854, tendo como pais Amélia Maria Branco Lobato e Victor Lobato. Sendo assim, constituiu-se em escritor com vasta participação no ambiente literário e de gestão de negócios no Maranhão, feitos estes relatados nas próprias páginas do jornal Pacotilha:

Ainda funcionário público, teve ingerência direta na <Flecha>, que João Afonso do Nascimento organizou e no <Jornal para Todos>, donde saiu a <Pacotilha>, título este duma de suas secções. Para se dedicar de corpo e alma á nova iniciativa, deixou o cargo da secretaria de governo (Pacotilha, 1921, p. 02).

De fato, o periódico Pacotilha era um jornal que começou suas publicações em regime semanal, após, tornou-se diário. Além do mais, continha, em geral, quatro páginas, sendo a primeira e a última destinadas a publicações de avisos e propagandas comerciais. Logo, as duas páginas eram destinadas a publicação de textos noticiosos, análises e colunas específicas de variados assuntos como política, literatura, acontecimentos nacionais e internacionais.

Assim sendo, Victor Lobato e os demais articulistas do Pacotilha procuraram fazer deste veículo um periódico popular, com escrita agradável, simples e acessível; capaz de interagir com múltiplos assuntos (Pereira, 2007). Desta maneira, mediante a esta busca empreendida por Victor Lobato em relação à variedade de conteúdos, não tardou para que textos cujo conteúdo era voltado para temáticas relativas ao impacto da promulgação da Lei Áurea estivessem presentes neste periódico.

A cobertura e análise da promulgação da Lei de 13 de maio suscitava assuntos como ordem pública, a fiscalização das posturas estatais, economia, ambiente de trabalho e cidadania. Estes temas que perpassavam pela escrita dos articulistas do jornal Pacotilha traziam em seu bojo a insegurança acerca dos caminhos a serem seguidos pela sociedade e como as parcelas mais pobres da população poderiam contribuir frente aos desafios impostos no pós-





emancipação. Entretanto, as camadas populares com menor nível de acesso à capital, no oitocentos, tinham em sua composição larga participação de indivíduos negros ou mestiços.

Desta forma, os jornais do período histórico em destaque constituíam ambiente onde os articulistas, com base em suas experiências sociais e lugar de origem, representavam os acontecimentos referentes ao pós-abolição e os indivíduos alvo da promulgação da Lei Áurea, neste caso, os indivíduos de pele negra. Logo, questões raciais ocupavam posição importante neste debate.

Para Schwarcz (1993), no final do século XIX, teorias raciais espalharam-se pela sociedade brasileira e serviam de base ideológica para as classes detentoras dos meios de produção tratarem a inserção da população de pele negra em condição social na qual a escravização legalizada de trabalhadores inexistia. No conteúdo destas teorias raciais, o princípio de que a pobreza, a violência, o crime e os vícios eram maximizados por causa da vulnerabilidade genética da “raça” negra fazia-se presente tornando problemas de segurança social em item de discussão racial.

O jornal Pacotilha participou intensamente dos debates a respeito da questão racial diante da implementação da Lei Áurea, publicava com frequência textos que tinham por objetivo análise das conjunturas políticas e sociais mediante a ascensão dos indivíduos negros à condição de cidadãos e as condições sociais presentes na incidência de comportamentos considerados desviantes ou criminosos para a crítica do recorte histórico em análise, segundo indica (Pereira, 2007).

Descrever e analisar a forma como o Pacotilha interpretava acontecimentos referentes ao pós-emancipação maranhense e assuntos que dizem respeito a população negra são necessários para compreensão de como as classes destituídas dos meios de produção eram representadas na imprensa maranhense e como as questões raciais eram tratadas frente a temáticas de gênero no campo jornalístico.

Portanto, o intuito desta pesquisa foi conceber como o Jornal Pacotilha representava as mulheres de pele negra nos textos destinados a tratar de variados temas presentes neste veículo de comunicação no período do imediato pós-abolição, ou seja, no período de três anos após a promulgação da Lei Áurea.

2. O JORNAL PACOTILHA E A SÃO LUÍS DOS PRIMEIROS ANOS DO PÓS-ABOLIÇÃO

São Luís, cidade de origem do jornal Pacotilha, no final do século XIX, apresentava situação de forte declínio econômico segundo a imprensa da época. O tema da decadência maranhense fazia-se presente nas páginas do jornal Pacotilha por meio de textos de seus





colaboradores. Entretanto, este assunto possuía larga abrangência atingindo o campo literário, acadêmico e artístico, segundo indica (Pereira, 2007).

Desta maneira, o poder público era alvo de críticas intensas em relação à infraestrutura da cidade. A saúde pública, as estruturas viárias e segurança pública foram os temas de maior destaque observados nas colunas acerca de São Luís que encontramos no recorte histórico em análise.

Foram identificados 16 textos que tratavam diretamente da situação estrutural de São Luís no recorte histórico indicado. Estes textos não foram assinados por nenhum redator, entretanto, consideramos que passam ao leitor uma visão básica de como os redatores do periódico Pacotilha compreendiam a situação da capital maranhense diante do tema em destaque.

Estes temas, associados à situação política e estrutural vigente pautadas principalmente no fim da escravização de trabalhadores de pele negra, formaram a base do olhar dos redatores do Pacotilha acerca do ambiente econômico em relação à situação da população negra no pós-abolição.

Desta forma, Braga (2017) indica que a estrutura da cidade em termos de saúde pública, por exemplo, gerava um ambiente de potencial confronto entre os aparatos do Estado e parcelas mais precarizadas da população, em sua maioria, formadas por indivíduos de pele negra. Como exemplo de tal choque, os programas de prevenção de doenças, por meio de vacina, enfrentavam resistência por parte da população, os níveis de adesão eram insuficientes e o poder público buscava mecanismos para levar a população a aderir às campanhas de vacinação.

No Pacotilha é possível observar tal intento das autoridades. Anúncios inerentes a editais de convocação para vaga em órgãos públicos como escolas e repartições, a exigência de vacinação, são constantes como, por exemplo, o que se observa em notícia de vagas no Liceu Maranhense na qual é relatada a obrigatoriedade de apresentação de documento comprobatório de vacinação (Pacotilha, 1889, p. 02).

Por sua vez, a infraestrutura das ruas, logradouros públicos e prédios colocavam a população em exposição a intempéries. Os prédios onde funcionavam organizações públicas importantes como hospitais, matadouros públicos, escolas e sistemas de saneamento recebiam críticas sistemáticas por parte dos articulistas do jornal Pacotilha.

Desta forma, os problemas estruturais da cidade origem do jornal Pacotilha refletiam as dificuldades econômicas materializadas no recorte temporal em destaque. Os articulistas do Pacotilha vivenciaram o ambiente de incertezas e oscilações econômicas experimentadas pelo Maranhão no período que antecedeu a promulgação da Lei de 13 de maio de 1888 e imediato pós-abolição.

Aluísio Azevedo, exemplo de grande personalidade literária da época que escreveu no Pacotilha, utilizou de sua produção artística para denunciar o estado de declínio de São Luís:





Que Aluísio vivenciou as contradições e dificuldades da vida em uma juventude entranhada nos debates a respeito de liberdade e cidadania, esta qualidade foi importante na representação da cidade na obra *O Mulato*. A obra *O mulato* é assinalada como umas das primeiras e mais relevantes construções literárias que ensejam a vertente naturalista, tendência concebida da escola realista moderna, esta informação configura-se importante, uma vez que, a forma como este autor descreve a cidade perpassa pela maneira de compreensão cunhada junto a concepção de estilo naturalista (DINIZ, 2008, p. 40).

Nascimento Moraes, outro importante nome da literatura maranhense que perdurou nos quadros de articulistas do Pacotilha, escreveu *Vencidos e Degenerados* como um texto de crítica à sociedade ludovicense do pós-abolição. Ao contar a história de um jovem mestiço que almejava sagrar-se entre os grandes do jornalismo, desnudou as contradições estruturais da cidade mediante as concepções racistas e classistas das camadas detentoras do poder político e financeiro, segundo observa (Araújo, 2017).

A cidade representada por Nascimento Moraes assemelha-se a interpretações dadas por Aluísio Azevedo. Uma cidade carente de aparatos urbanos capazes de oferecer à população serviços mínimos nas mais diferentes áreas da existência da coletividade. Tal precarização é denunciada nas páginas do Pacotilha e forma o conteúdo principal do ambiente de desenvolvimento deste periódico.

Desta forma, nesta cidade permeada por dificuldades econômicas e imersa nas incertezas advindas com o fim da escravização legalizada de trabalhadores negros é que os articulistas do periódico Pacotilha desenvolveram suas representações acerca das mulheres que obtiveram direito a cidadania com a promulgação da Lei Áurea.

3. MULHERES E O JORNAL PACOTILHA

No dia 21 de dezembro de 1880, o jornal Pacotilha publica edição que possuiu como tema principal a visita a capital maranhense da pianista paraense Idalia França. Os articulistas trataram de tornar esta edição em uma ode à pianista em destaque. Foram declamados poemas em favor da musicista, assim como, textos com elogios intensos foram redigidos e até mesmo uma Figura da artista foi ilustrada na primeira página.

A referida edição tem início com texto em análise à presença de Idália França no Maranhão. O articulista do Pacotilha, que assinou o texto através do pseudônimo João Affonso, utiliza como forma de introdução ao assunto uma pequena análise acerca da sociedade em que surge o talento musical de Idalia França.





Assim sendo, para o articulista, a sociedade move-se em uma marcha cuja direção constituiu-se em uma organização ou estágio superior, trata-se de um movimento de progresso ou evolução. Segundo este redator:

É certo que o progresso não é uma palavra vã, negada pelos pessimistas sentimentais, nem um termo sonoro e ôco estafado pelos gongoristas entre o – Away – de Byron e uma ephigraphe de Castro Alve. É o destino fatal e infallível das cousas. Tudo caminha no mundo. Do atomo mais imperceptível ao momento mais grandioso, cada criação é uma molécula que se vai agregara este corpo – o progresso. Desde o infimo infusorio, insignificante como um grão de areia, que consome seculos na sua elaboração lenta e paciente de construir montanhas que desviam os mares e despedaçam as náos, até a expansão instatanea do pensamento humano, que n’uma palavra opéra uma revolução – nada escapa a tarefa que lhe foi imposta: trabalhar para a perfectibilidade e ser util as funções organicas do meio m que foi produsido. (Pacotilha, 1880, p. 01).

Desta maneira, para o autor do texto em análise, o progresso da sociedade era o fim manifesto de todos, até mesmo das menores coisas inertes. Logo, os indivíduos possuiriam lugares específicos de contribuição para a marcha do desenvolvimento. Assim, a pianista Idalia França é apresentada como exemplo de mulher, modelo ideal feminino a contribuir para o desenvolvimento social.

A saber, as características que fazem da pianista um exemplo feminino do progresso são especificadas pelo redator ao longo do texto. Entretanto, estas características aparecem de maneira enumerada em trecho em que o redator agradece a pianista por sua contribuição ao progresso social:

(...) é agradecer a Idalia França imenso e impagavel que elle presta essas idéias; a a Idalia França o ter dado com o seu frágil braço de mulher apertado n’um bracelete de ouro, com o seu sorriso ingenuo a encorva-lhe a face pallida, com um clarão de intelligencia no olhar limpido e azul, com a cabecinha loura pendida a um lado, um golpe energico a profundo nos nossos prejuizos sociais, na nossa educação envenenadora toleirona e sentimental; agradecer a Idalia França o exemplo, a lição que ella – uma creança! – dá à velha sociedade emphatica e pedantesca do que é a força de vontade, a energia de character, o culto da arte e o amor ao trabalho. (Pacotilha, 1880, p. 01).

De fato, para o articulista, Idalia França era o modelo de progresso feminino porque tinha a fragilidade unida à materialidade das classes detentoras dos meios de produção. Assim, tratava-se de uma mulher branca, pálida, ingênua segundo um “ar” infantil, voltada para arte como forma de trabalho e apresentava-se com adereços de ouro impondo, desta forma, uma Figura de superioridade material (Pacotilha, 1880, p. 01). Logo, estas são as características ideais de uma mulher para o articulista e endossadas pelo Pacotilha ao publicar tal texto em destaque.

Por conseguinte, mulheres que não comungassem destas características estariam em desacordo com as representações ideais de feminilidade defendidas pelo articulista do jornal Pacotilha. Em virtude disso, mulheres oriundas de camadas pobres da população, incapazes de





demonstrarem a opulência material por meio de adereços caros e gestos de etiqueta, assim como, mulheres advindas da escravização de corpos negros, marcadas pelo julgo social do racismo, não poderiam figurar como pertencentes aos ideais de gênero expostos no Pacotilha.

Em outras palavras, os articulistas do periódico Pacotilha formam suas representações acerca do gênero feminino em ambiente de lutas pelo fim da escravização de trabalhadores negros e eminente promulgação da Lei de 13 de maio. Logo, suas formas de vivenciarem os conceitos a respeito das possibilidades de manifestação do gênero feminino no pós-abolição serão marcadas por este ambiente de forte embate em termo de emancipação de corpos negros frente à luta das camadas dirigentes em busca por controle das parcelas desprovidas dos meios de produção.

4. PÓS-ABOLIÇÃO E REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

No período em destaque, o periódico Pacotilha teve aproximadamente 600 edições catalogadas nos acervos da Hemeroteca Digital, Arquivo Histórico do Maranhão e Biblioteca Benedito Leite. Desta forma, a quantidade de edições a serem analisadas constitui uma tarefa de dificuldade intensa.

Desta maneira, a pesquisa seguiu uma abordagem metodológica que inclui a utilização de palavras-chave que serviram de indicadores para contexto em que as produções textuais presentes no periódico em destaque teriam maior probabilidade de apresentarem observações acerca do tema em destaque. A saber, as palavras-chave utilizadas foram: preta (s), mulata (s), morena (s) e negrinha (s).

Ademais, o critério para escolha das palavras indicadoras foi o significado destas para o ambiente linguístico em destaque. Portanto, as palavras indicadoras ocupavam lugar de destaque na indicação do gênero feminino em termos de população de pele negra. No entanto, os termos negra e negras não foram eleitos devido sua grande incidência nas edições analisadas enquanto adjetivos de variados itens; a incidência deste vocábulo como qualificador de itens se deu aproximadamente nas 600 edições analisadas.

Neste sentido, encontramos a palavra “mulata” nove vezes nas edições em destaque. Assim, em duas exposições deste termo, o texto em que palavra foi utilizada tratava-se de publicação destinada a identificação de indivíduos.

Na edição número 264, publicada em 3 de outubro de 1888, é possível observar anúncio acerca de pedido de informações sobre pessoa. O anúncio com título Saturnina indicava que: “quer saber notícias de sua irmã Vicencia, natural do Piauí, que reside nesta capital. Não podendo descobri-la, faz este annuncio, para quem souber o lugar em que mora sua dita irmã”





(Pacotilha, 1888, p. 03). A característica de indicação de indivíduo na continuação do texto é o vocábulo “mulata” (Pacotilha, 1888, p. 03).

Da mesma maneira, na edição número 267, publicada no dia 6 de outubro de 1888, é exposto anúncio com o título “Pedido Justo” em que o termo “mulata” é, novamente, utilizado para identificação de indivíduo: “Pede se a mulata velha lavadeira, que vá entregar a roupa que levou pra lavar do homem que mora defronte do Gazometro, si não quer ver o seu nome estampado nas colunas dest’e jornal.” (Pacotilha, 1888, p. 03).

Nos exemplos anteriormente relatados, o termo “mulata” é utilizado como ente de definição racial. Da mesma forma, na edição 338, referente ao dia 28 de dezembro de 1888, o termo “mulata” é utilizado como item capaz de diferenciar ou caracterizar uma mulher frente a sociedade: “Convidamos a senhora Jacquelina, filha da mulata Geralda e afilhada da falecida sra. D. Altina Rosaura de Castro Lemos Abreu, a comparecer em nossa casa na rua do Trapiche” (...) (Pacotilha, 1888, p. 03).

Assim sendo, encontramos o termo “mulata” nove vezes nas edições em estudo. Já o termo no plural foi identificado duas vezes. Em todas as vezes, o termo “mulata” é utilizado como indicativo de diferenciação racial. Contudo, nos textos em que o referido termo é utilizado não observamos nenhum detalhamento acerca da condição social e racial imposta pelo termo “mulata”.

Da mesma forma, o termo “morena” possui citações nas páginas do jornal Pacotilha. Identificamos a utilização deste termo, nas edições em análise, 81 vezes. Ademais, tal vocábulo constitui-se em item capaz de dar aos articulistas do jornal Pacotilha dimensão de sexualidade em referência ao gênero feminino. Desta maneira, o termo “morena” aparece fortemente ligado a sexualidade de corpos femininos e mestiços.

Na edição 146 do Pacotilha, publicada em 28 de maio de 1888, encontramos texto em que o termo “morena” é utilizado pelo articulista como expressão identificativa de sexualidade feminina. Para o articulista:

Solteira, uma flor; casada, um canteiro; viuva uma planta abandonada; freira, um cogumelo de humildade; irmã de caridade, uma planta medicinal; e solteira, uma enredadora.

Como solteira, é um problema; como casada, um premio; como irmã, uma cousa; como mãe, um anjo; como amante, um luxo; como sogra, um demonio; como madrasta, um inferno.

Bonita, é um anjo; feia é uma nuvem; morena é uma virgem, loura, um anjo. (Pacotilha, 1888, p. 03)





Assim sendo, o articulista propõe uma série de condições femininas para então qualificá-las. Se “solteira”, por exemplo, torna-se uma “flor”; se é uma freira, constitui-se em “cogumelo de humildade”. Entretanto, quando “morena”, trata-se de uma “virgem, enquanto que, em se tratando de “loura” é um “anjo”.

Desta maneira, o termo morena não aparece como indicador de raça ou posição social mas como característica natural do gênero feminino que evoca condição sensual, uma condição de virgem. O termo loura aparece ligado a item que evoca tema relacionado a pureza, a situação angelical, em comparação, o termo morena é situado em contexto de pureza, porém, virtude feminina e sensual, voltada a castidade.

Na edição de número 331, publicada em 6 de dezembro de 1890, é possível observar texto em que o articulista do jornal Pacotilha faz uso do termo morena de maneira semelhante ao exemplo anteriormente citado. Segundo o escritor:

Um engenhoso inventor acaba de fabricar em Pariz bonecas do tamanho de uma mulher, e, aproveitando os modernos e enormes progressos da sciencia, deu ás mesmas todos os movimentos, voz, etc., de sorte que as mulheres fabricadas são iguais as legítimas!

No estomago das bonecas há um machinismo completo para os movimentos, e esse machinismo faz com que ellas caminhem, movam os olhos e as pálpebras, conversam, riam-se e cantem.

Que excellente descoberta!

O rapaz que quiser casar-se é só ir á fabrica fazer encommenda e dahi a pouco tem uma companheira a seu gosto: clara ou morena, etc. e ainda por cima com mais esta vantagem – fica livre da sogra. (Pacotilha, 1890, p. 03).

Assim sendo, o articulista constrói texto de caráter cômico, ilustrando caso em que usa de maneira ácida a possível construção de uma mulher artificial capaz de imitar perfeitamente uma companheira humana. Entretanto, ao abordar o gosto masculino, utiliza o termo morena como qualidade aparente, sem mover-se em direção ao conceito de raça.

Entretanto, o termo em destaque foi utilizado até mesmo como característica de extrema positividade. Na edição 185, publicada em 8 de julho de 1891, é explicitada poesia em louvar às mulheres morenas, sendo que, a publicação é assinada por Guerra Junqueira ¹. Desta maneira, não identificamos utilização do termo morena como indicador de condição negativa.

¹ Abílio Manuel Guerra Junqueiro foi escritor nascido em Portugal, Freixo de Espada a Cinta, no ano de 1850. Faleceu em 1923 na cidade de Lisboa, capital portuguesa. Teve notável carreira na literatura e política, foi deputado e servidor do Estado português. Suas obras tiveram significativa aceitação em termos de público em Portugal, assim como no Brasil. Seu estilo de escrita era popular, de fácil entendimento, voltado para assuntos do cotidiano e de cunho político. (Breunig, 2012).





Além do mais, o termo *morena* também poderia ser relacionado com indivíduos de condição masculina como forma de caracterização corporal, sem, contudo, carregar conteúdo pejorativo em termos de análise racial. Assim, na edição 39 do periódico *Pacotilha* é possível observar anúncio que exemplifica de maneira direta as indicações anteriormente descritas:

Auzenotou se da casa n. 27, à rua do Pespontão, o menor de nome José da Piedade, com onze annos de idade, cor morena, de cabelos lizos, trez falhas de dentes, trajava de calça paninho preto e camisas de mangas curtas tambem de panninho preto, quem o encontrar e levar a casa referida, será bem gratificado querendo. (*Pacotilha*, 1891, p. 03).

Em síntese, o vocábulo *morena* não foi utilizado pelos colaboradores do periódico em análise como termo responsável por classificação racial ou de gênero. O termo evocou representações positivas e inerentes a indivíduos que não possuíam, necessariamente, cor de pele negra ou mestiça. Quando ligado a sujeitos femininos, não apresentava contexto eminentemente sensual, embora evocasse, por vezes, tal cenário. Em referência ao termo *morenas* (plural), encontramos o item 7 vezes nas edições em análise e as representações invocadas assemelham-se à análise feita junto ao termo no singular.

5. REPRESENTAÇÕES DE CORPOS PRETOS E O PERIÓDICO PACOTILHA

Outro termo a qual utilizamos no objetivo de alcançar as representações dos articulistas do periódico *Pacotilha* a respeito das mulheres pretas no pós-abolição maranhense foi o vocábulo “*negrinha*”. Este item foi identificado 7 vezes no conjunto de edições em análise do *Pacotilha*.

Desta forma, na edição de número 293 do ano de 1889 é publicado informativo policial que ilustra a forma como este vocábulo era utilizado pelos redatores do jornal em análise: “Por ter ferido a sua colega Maria Rubim, foi ante-hontem recolhida á cadeia a *negrinha* Satyra Rosa. A paciente foi medicada na pharmacia do sr. Luiz Carvalho.” (*Pacotilha*, 1889, p. 03).

O vocábulo, também, era utilizado como indicativo de atividade laboral destinada a mulheres negras, pobres e jovens. Assim, este é o caso de anúncios acerca de oferta de trabalho doméstico contidos no periódico *Pacotilha*: “*Negrinhas*. Na rua da Viração, casa n. 2, precisa alugar uma; a tratar na mesma casa.” (*Pacotilha*, 1889, p. 01).

Entretanto, na coluna *Publicação a Pedido* da edição número 195, de 16 de julho de 1888, o colaborador do periódico em análise descreve a situação em que se encontrava grande parte dos libertos pela Lei de 13 de maio:

Uma autoridade não tem que pergunte quanto ganhou e quanto recebeu, isso não é preciso saber. Saber-se porque o preto anda nú, se é porque não trabalhou ou se por





ter sido levado, também pouco adianta. Reunir o pai decerpito ao filho, isso não é justo, que importa saber se o pai do preto come ou não come.

Nas ruas vê-se negrinhas immundas que faz dó. Quem quer uma negrinha, é só assignar uma tutoria, esta como escrava, embora os pais possam tratar que não possam, chorem ou não horem. (Pacotilha, 1888, p. 02).

Assim sendo, o colaborador indica que a situação dos libertos era de grande necessidade, a transição do modo escravista de trabalho para as formas assalariadas de ocupação teria gerado grande penúria aos negros devido baixos salários e abandono social. As mulheres negras, por sua vez, andavam em situação deplorável nas ruas.

Ademais, a rua é representada como um ambiente onde as “negrinhas” mantinham-se constantemente. Assim, na edição 218 de 1889 encontramos o texto intitulado O Público em que esta forma representacional é explicitada objetivamente:

Deparando-se no jornal Globo, de 10 do corrente, na secção Gazetinha, com uma notícia, contesto a má forma com que ella estreou para o aldo do Ribeirão, chamando attenção do sr. subdelegado de policia, para um ajuntamento de negrinhas que há na rua do Sol canto da do Ribeirão, tendo por directora d’assembleia uma de nome Emigdia. (Pacotilha, 1889, p. 02).

Em referência ao termo “preta”, o identificamos 11 vezes no conjunto de edições em análise do jornal Pacotilha. Trata-se de vocábulo que invoca mecanismos de representações cuja função é indicar raça ou implicações oriundas de temática racial. Desta forma, carrega forte ideia negativa acerca dos indivíduos classificados por seu espaço conceitual.

Por exemplo, na edição do dia 30 de maio de 1888, é possível observar publicação intitulada O livro de um preto na coluna Letras. Nesta publicação em que o autor não se identifica, a temática da inclusão dos libertos devido promulgação da Lei Áurea é abordada segundo critérios raciais.

Assim, o autor do texto reconhece a necessidade de integração à rede de proteção estatal das parcelas populacionais de pele negra, entretanto, indica que “com a raça preta” existiriam dificuldade oriundas da própria natureza social deste extrato da classe trabalhadora (Pacotilha, 1888, p. 02).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisadas 600 edições do jornal Pacotilha, referentes ao recorte histórico em análise. Em todas as edições existem, em geral, nas segundas e terceiras páginas, notícias referente a temáticas em que mulheres são citadas. Entretanto, em apenas 107 edições encontramos descrições de notícias





ou textos em que os termos preta, pretas, morena, morenas, mulata, mulatas, negrinha e negrinhas fazem menção direta ou classificatória a indivíduos segundo gênero e raça.

Desta forma, constatou-se que os articulistas do jornal Pacotilha optaram preferencialmente pela não descrição racial dos indivíduos na descrição dos fatos jornalísticos inerentes à temática que envolvessem gênero. Porém, tal indicação não é suficiente para destacar os articulistas do Pacotilha como isentos de análise racial em relação a população feminina de pele negra, já que outras palavras indicadoras com possibilidades de uso para a descrição de população feminina de pele negra não foram utilizadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ana Carusa Pires. **Identidade afrodescendentes em vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes**. Dissertação. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual do Piauí. Teresina. 2017.

BRAGA, Sylmara Maria dos Santos. **Entre miasmas, Bacilos, Ungentos e Rosários: a peste bubônica em São Luís na primeira república**. 2017. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2017.

BREUNIG, Gustavo. Guerra Junqueiro e a bem-humorada crítica a decadência. **Nau Literária**. Porto Alegre. Vol. 08. N. 02. Jul/dez. 2012.

DINIZ, Leudjane M.V. **Nas linhas da literatura: um estudo sobre as representações da escravidão no romance O mulato, de Aluísio Azevedo**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2008. p. 40.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís. 1889. p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís. 1889. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís. 1891. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00





PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 03 Out. 1888. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 06 Dez. 1890. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 06 Out. 1888. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 11 Mar. 1921. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 16 Jul. 1888. p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 21 Dez. 1880. p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 24 Out. 1889. p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 28 Dez. 1888. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 28 Jul. 1891. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 28 Mai. 1888. p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00

PACOTILHA, **Jornal da Tarde**. São Luís: 30 Mai. 1888. p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=idalia%20fran%c3%a7a&pagfis=1263. Acesso em: 20 jan. 2023. 21:00





MINICURSO





EIXO 1 – Feminismos, mulheridades e interseccionalidades





FEMINISMOS E A INFLEXÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: EM PAUTA, O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Elisângela Santos de Amorim

Graduação em Pedagogia – UFMA

Mestre em Educação – UFMA

Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC

es.amorim@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Suly Rose Pereira Pinheiro

Graduação em pedagogia – UFMA

Especialista em Metodologia do Ensino Superior – UFMA

Mestre em Educação – UFPA

Doutora em Educação – UFF

suly.rose@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Maria do Socorro Gonçalves da Costa

Graduação em Filosofia – UFMA

Especialista em Filosofia política – UFMA

Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA

Doutora em Filosofia – UFBAmaria.sgc@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

1. INTRODUÇÃO

Este texto objetiva demonstrar como os estudos feministas têm redefinidos o campo de análise das relações de gênero no Brasil e na América Latina, evidenciando a construção de identidades em uma dimensão de gênero, raça e classe, bem como as contribuições da teoria crítica decolonial e das epistemologias feministas decoloniais. Será demonstrado que a produção científica hegemônica sobre os movimentos feministas obscurece outros envolvimento e movimentos de mulheres dos demais estratos sociais: as mulheres negras, camponesas, as indígenas, as prostitutas, cujas demandas têm características marcadamente políticas, no sentido amplo.

Abordaremos movimentos “outros” que estão balançando as estruturas do poder da academia e que, aos poucos, estão cedendo espaços para este debate, a exemplo da luta da mulher negra que contempla diversas frentes, em particular o enfrentamento da discriminação racial que intersecciona com questões de gênero e classe. Nesse sentido, as mulheres negras lutam na direção da construção de sua identidade em um país que até hoje sustenta o discurso fantasioso da existência da democracia racial. Então, a luta contra o racismo e igualdade de condições faz a convergência na luta das mulheres negras brasileiras. A questão racial foi uma dimensão por muito tempo negligenciada como bandeira de luta dos movimentos de mulheres. Até a segunda metade do século XX não se identificava o recorte de raça nos movimentos de mulheres no Brasil, nesse sentido, o movimento de mulheres lutava por igualdade de gênero no campo social





e econômico, sem considerar que para as mulheres negras a luta pela igualdade ultrapassa a questões de gênero, alçar espaços sociais; as barreiras eram bastante intensas, sendo muito marcante o lugar de inferioridade racial, de machismo e sexismo.

Então, o movimento de mulheres precisa ser pensado de maneira a trazer as resistências históricas das mulheres negras, desconstruir o paradigma da mulher europeia, branca, em contraposição às estereotípias de mulheres negras. É essa a direção desta proposta de minicurso: debater mecanismos de resistências frente ao racismo estrutural que engloba a figura da mulher negra no Brasil, trazer as contribuições de pesquisadoras do tema como, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, entre outras estudiosas e lutadoras contra a negação das opressões que ainda é marcante no cotidiano dessas mulheres.

Apresenta-se uma metodologia de estudo pautada em análises e reflexões, debates, documentários e ações propositivas frente à importância e necessidade de pautar o lugar da resistência e contribuições de estudos sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe. Trazemos o debate do fortalecimento e a necessidade da igualdade das lutas das mulheres em todos os lugares, na saúde, na educação, campo de trabalho, lutas contra as opressões, machismo, sexismo; ações afirmativas e legislações que têm contribuído para o avanço das lutas das mulheres negras de forma geral.

2. O FEMINISMO LATINO-AMERICANO E A CATEGORIA GÊNERO

Teóricas como Lugones (2007), Ochy Curiel (2009), Yuderkys Espinosa Miñoso (2009) e Breny Mendoza (2010), afirmam que há uma origem majoritariamente burguesa, branca, urbana e heteronormativa no feminismo latino-americano influenciado pelas classes dominantes e intelectuais e pelos programas políticos e ideológicos anglo-saxões, ligados ao ideário emancipatório e igualitário. Como consequência, implicitamente, importou-se uma herança etnocêntrica que converge para a incorporação do eurocentrismo e do colonialismo inerentes à produção teórica dos feminismos hegemônicos ocidentais, criticados principalmente por Gayatri Spivak e Chandra Mohanty (ESPINOSA MIÑOSO, 2009).

A crítica dessas feministas repousa principalmente no que Mohanty (2008) denominou de *colonização discursiva*, como a prática acadêmica feminista ocidental de colonizar a heterogeneidade, material e histórica da vida das mulheres do “terceiro-mundo”. Com este entendimento, a autora revisa criticamente o trabalho teórico do feminismo ocidental, suas metodologias eurocêntricas, falsamente universalizantes, a serviço de seus próprios interesses. Argumenta a autora que uma parte considerável do trabalho feminista do Ocidente sobre as mulheres





do terceiro mundo peca, por um lado, por assumir privilégios universalistas e etnocêntricos e, por outro, por uma compreensão deficiente sobre o impacto da teorização ocidental sobre o terceiro mundo no contexto do sistema global dominado pelo Ocidente.

Mohanty (2008) ainda problematiza que a relação entre mulher (outro cultural e ideológico construído a partir de diversas representações discursivas: científicas, literárias, jurídicas, linguísticas, cinemáticas etc.) e as mulheres (sujeitos reais, materiais, de suas próprias histórias coletivas) é uma das questões centrais que a prática da teorização feminista persegue. E acrescenta que a aplicação da noção de mulheres como categoria homogênea coloniza as mulheres do “terceiro mundo” e apropria as pluralidades de localização simultânea de diferentes grupos de mulheres em marcos de referência de classe e étnicos e, ao fazê-lo, rouba-lhes a *agência* histórica e política.

Ainda sobre a colonização discursiva, Mohanty (2008) defende que ela está presente na forma como são retratadas as mulheres do Terceiro Mundo e da América Latina e suas lutas. Isso não somente tem sido uma tarefa dos feminismos hegemônicos do Norte, mas também conta com a cumplicidade e o compromisso dos feminismos hegemônicos do Sul, dados seus próprios interesses de classe, raça, sexualidade e gênero normativos, legitimação e *status* social. Tal questão remete a Spivak (apud Espinosa Miñoso, 2009), quando afirma que, dentro dessa construção, não há lugar para uma verdade da experiência da subordinação; a subalterna não pode falar, pois sua voz permanece encoberta pelos discursos sobre elas, e sua experiência é colonizada por eles.

Refletindo sobre as especificidades do continente, Canavae (2009) afirma que o perfil da militante feminista latino-americana dos anos 1970 está diretamente relacionado com o ambiente político que enfrentavam, não somente o nascente movimento feminista, mas todos os movimentos sociais progressistas e revolucionários, num período de regimes militares repressivos (Chile, Uruguai, Brasil, Peru, Argentina) e de democracias formais restritas ou do autoritarismo civil que se estendiam pelo continente. Nesse contexto, desafiavam o patriarcado e seu modelo de dominação estatal militar e outras correntes de oposição, a opressão e a exploração econômica e política.

Essas particularidades da história do pensamento feminista latino-americano permitem que as feministas realizem críticas aos conceitos e categorias europeias e norte-americanas por não ser compatível fazer uso de tais categorias, signos e conceitos para interpretar sociedades onde não há uma unidade política de base, pela heterogeneidade de figuras e vozes políticas. Isso é o que defende Gargallo (2006) e Canavae (2009). Ambas compartilham do pensamento de que a política feminista no





âmbito latino-americano tem transitado em todos os sentidos, desde uma luta pela emancipação da afirmação de uma diferença positiva das mulheres com respeito ao mundo dos homens, a da “teoria de gênero”. E ainda confrontam tanto as experiências políticas de esquerda com algumas abordagens econômicas, políticas e ecológicas que coincidem com os novos desafios que os critérios de globalização, como as políticas das agências internacionais de financiamento, que de certa forma minam a sua autonomia. Tais questões conduzem o feminismo latino-americano a buscar em seu seio as diferenças vitais que o compõem.

É nesse sentido que as citadas autoras afirmam que o feminismo latino-americano não é uma teoria nem uma prática homogênea. Desde as últimas duas décadas, ele expressa cada vez mais as diferenças entre concepções do feminismo da *Nuestra America*. Durante a primeira reunião do Encuentro Feminista de América Latina y el Caribe em 1981, em Bogotá, foi notório o conflito entre o feminismo de esquerda, que professava sua proximidade com partidos e guerrilhas, e um feminismo de mulheres que exigiam a plena autonomia das organizações políticas masculinas e dos sistemas de pensamento androcêntrico, ao enfrentamento com o Estado e com os homens. O ideal da autonomia foi invocado para evitar cooperação por atores, como partidos políticos, o Estado, as agências e outros movimentos sociais (Alvarez et al., 2003). Nos anos 1990, quando parecia que os conflitos históricos do movimento acerca da autonomia, da inclusão e da expansão pareciam ter sido resolvidos, surgem com força renovada nos encontros seguintes dos anos 1990: Costa del Sol, El Salvador (1993); Cartagena, Chile (1996); e Juan Dolio, República Dominicana (1999).

Gargallo (2007) aprofunda e radicaliza suas críticas, estendendo-as ao gênero. Segundo sua compreensão, as latino-americanas que, na década de 1990, adotaram em seus estudos e pesquisas a “perspectiva de gênero” sem se assumirem como feministas estavam, na maioria das vezes, impregnadas pelos organismos internacionais ou de grupos sociais ligados à Igreja, a partidos políticos e a alguns sindicatos. Somente em Cuba, na República Dominicana e no Paraguai houve organizações de mulheres diversas, periodistas, legisladoras, enfermeiras, médicas, economistas e advogadas que se definiram feministas sem se esconderem por trás das “perspectivas de gênero” para pleitear obtenção de benefícios legais, patrimoniais e de trabalho para as mulheres.

A utilização da categoria gênero para estudar a realidade pelas feministas significou a aceitação de um mundo binário ligado a uma hierarquização dos sexos no imaginário e na realidade social. Na teoria geral do movimento feminista latino-americano, “a questão de gênero”





ou a afirmação da “diferença sexual”, a “política de mulheres”, ou a “crítica da heterorrealidade” têm sido aceitas para articular a análise e a defesa da corporeidade e da sexualidade.

Ativistas e feministas como a filósofa brasileira Sueli Carneiro, a dominicana Ochy Curiel e a indígena ñahño Macedonia Blas Flores afirmam que toda a situação de conquista e dominação cria condições para a apropriação sexual das mulheres dos grupos derrotados para afirmar a superioridade do vencedor. Tais condições estão expressas nas mais diferentes formas de violência contra as mulheres, em geral, e, em particular, contra as mulheres indígenas, negras e pobres. Os feminicídios no México, na Guatemala, no Brasil e em outros países mostram esta naturalização da violência masculina contra as mulheres.

Carneiro (2001) argumenta ainda que a violação colonial praticada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas estruturou o mito da democracia racial latino-americana, base da construção da nossa identidade nacional. A violência sexual serviu de “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça em nossa sociedade. A autora cita Ângela Gilliam para definir essa questão como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional” a partir de três afirmações: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance (2001, p. 1)”.

Curiel (2005), a partir de uma posição radicalmente lésbica, reivindica a liberdade sexual na América, submetida à influência do cristianismo colonial. Essa liberdade seria possível pela “radicalização da democracia”: deixar de viver na mentira da democracia como sistema que se opõe à ditadura, para mostrar sua face patriarcal e liberalista, por isto deve ser desconstruída para dar lugar a corpos históricos, autônomos, políticos. Para a autora, defender a vida das mulheres significa defender os espaços das lésbicas. Enquanto se assume a heteronormatividade como o modelo de relações erótico-amorosas-sexuais, diz ela: “nós desde uma posição radical, seguiremos defendendo os espaços políticos autônomos, ainda abertos a articulação com outros movimentos sociais e sócio sexuais”. O antirracismo feminista e o lesbianismo feminista contemporâneos compartilham a ideia de demarcar a questão racial e sexual na configuração da caracterização da violência contra as mulheres e no estudo de que a democracia vigente mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas, as índias e as negras, entre as heterossexuais e as lésbicas.

Grupos como Mujeres Creando, Las Chinchetas, Lesbianas Feministas en Colectiva, Mujeres Rebeldes, Brecha Lésbica (de La Paz, México, Buenos Aires, Porto Alegre) e pensadoras como Jurema Werneck se localizam numa “perspectiva de anterioridade de uma história





que não é fundada por europeus, ainda que fundamentalmente influenciada por eles, de outras possibilidades interpretativas ou de diferentes possibilidades de estabelecer outros marcos para recontar uma história”. Confrontam a ideia liberal de democracia e pensam o feminismo tal como propõe Gargallo (2006): como um movimento e uma teoria política radical.

O X Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em outubro de 2005, em Serra Negra, São Paulo, teve como uma de suas pautas a discussão sobre “Feminismo e Democracia”, desde a perspectiva das feministas que ingressaram nos partidos políticos, criando dinâmicas de inclusão e exclusão entre as feministas conservadoras e as radicais, pelo simples processo de invisibilidade e esquecimento dos coletivos autônomos e das feministas e organizações independentes. As feministas dissidentes defendiam três temas: racismo, etnocentrismo e lesbianismo, para evidenciar que a democracia, entendida como exercício do voto e partilha da representatividade, é um conceito patriarcal e neoliberal. As dissidentes reafirmaram no Brasil que só há sentido na democracia se houver espaço para abordar a luta contra os sistemas de opressão que abrangem as mulheres, com críticas à perspectiva ocidental do feminismo que, ao longo dos séculos, como movimento de reflexão urbano e acadêmico, tem diminuído seu impulso emancipador e libertador.

Para Gargallo (2007) o que se impõe é a descolonização do feminismo. Ela acredita que, embora difícil, é possível desconstruir sua ocidentalidade. Sob este mesmo ponto de vista, Castillo (2013) afirma que para descolonizar os feminismos se faz necessária a construção de diálogos interculturais que rompam com as lógicas de apagamento de outros saberes e desnaturalizem as hierarquias de gênero, classe e raça. Já Espinosa Miñoso (2009) constata que a participação de mulheres na longa tradição de resistências indígenas e de lutas populares está dando uma nova voz ao feminismo latino-americano e, nesse momento, se abre para o discurso produzido a partir do feminismo decolonial, antirracista e indígena como forma de legitimá-lo.

3. LÉLIA GONZALEZ: UM LEGADO DE LUTA E RESISTÊNCIA

Lélia Gonzalez¹ nasceu em 01 de fevereiro de 1935 em Belo Horizonte -MG e faleceu 10 de julho de 1994 no Rio de Janeiro. Filha de pai preto e mãe indígena. Pai ferroviário e mãe empregada doméstica, foi a penúltima de 18 irmãos.

¹ Lélia Gonzalez foi intelectual paradigmática no Brasil no contexto das lutas contra a ditadura militar e pela democratização do Brasil. Fundou o Movimento Negro Unificado (MNU) e esteve na formação de partidos de oposição ao regime militar. Atuou nas mobilizações civis brasileiras contra o apartheid na África do Sul e fundou a organização Nzinga — Coletivo de Mulheres Negras. Ela também colaborou com deputados negros durante o processo constituinte (1986-8), além de ter integrado o primeiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.





Mudou-se de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro - RJ por conta de seu irmão, Jaime Almeida, era jogador do conhecido do Clube Atletico Mineiro e foi convidado para jogar no Flamengo, em 1942. Então, Lélia com apenas 7 anos de idade mudou-se com a família para o Rio de Janeiro por conta do deslocamento do irmão, jogador profissional de futebol.

No Rio de Janeiro, com o apoio da família e de amigos, Lélia Gonzalez teve a oportunidade de estudar no Colégio Estadual Orsina da Fonseca e por fim no Colégio Pedro II, sempre uma aluna com um considerado destaque. Fez Bacharelado em História (1958). Em alguns registros de sua biografia, encontra-se que na época em que Lélia cursou o bacharelado e licenciatura em história e geografia, era possível a dupla graduação, alguns biógrafos de Lélia registram essa graduação – geografia. A graduação em nível superior aconteceu na Universidade Estadual da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 1962, ela conclui a graduação em bacharelado filosofia, na mesma instituição. Seguindo sua jornada de formação, ela cursa o mestrado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e inicia seu doutorado em Antropologia Política pela Universidade de São Paulo (USP)². (Fonseca, 2021).

Faz-se uma ressalva que na adolescência, Lélia teve como ocupação o trabalho de babá de filhos de diretores do Clube em que seu irmão trabalhava, o Flamengo, ocupação que não raras vezes é labor de mulheres negras - babá, empregada doméstica, merendeira nas escolas. Vale destacar que a Lélia conseguiu romper uma das barreiras da segregação quando ingressou no ensino superior³, lugar muito difícil para a mulher negra chegar naquela época.

Iniciou a carreira como professora de escola pública e depois seguiu para a carreira de professora universitária em universidades consideradas bastante seletivas para o ingresso enquanto docente, a Pontifícia Universidade Católica / PUC – RJ e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro / UERJ. Como já mencionado, o lugar da universidade era uma barreira quase

Participou ainda de inúmeros encontros feministas e de mulheres negras no Brasil e em outras partes do mundo, muitos deles promovidos pelas Nações Unidas durante a Década da Mulher, na América do Sul, Caribe, Europa e África (Rios, Lima; 2020, p.341).

² Os dados relativos à formação acadêmica de Lélia são pouco trabalhados ou mesmo revisitados, muito provavelmente devido à falta de bibliografia existente. Algumas vezes ela é apresentada como socióloga e outras como antropóloga. Todavia, não existe nenhuma divulgação que Lélia tenha defendido sua dissertação. Provavelmente enquanto mestranda ingressou no doutorado, que infelizmente não chegou a terminar devido ao seu falecimento (Fonseca, 2021, p.98).

³ De acordo com o censo de 1950, dados mais próximos do período em que Lélia estava cursando a graduação, os brancos – representando 63,5% da população total – detinham 97% dos diplomas universitários, 94% dos secundários e 84% dos diplomas de escolas primárias (Ratts; Rios Apud Fonseca, 2021, p.89-90).





intransponível para mulheres negras, então, considera-se que Lélia Gonzalez deixa registrado em sua história, a marca da resistência das mulheres negras, como: Dandara dos Palmares, Maria Firmina dos Reis, Antonieta Barros, Teresa de Benguela, Ruth de Souza, Luísa Mahin, foram mulheres que lutaram com muita garra pela libertação dos escravizados, das mulheres negras, e Lélia Gonzalez, bem mais recente, deixou um legado de denúncias contra o racismo e o sexismo, sua voz na literatura acadêmica sobre a resistência do povo negro tem um grande impacto nos movimentos sociais.

Lélia Gonzalez foi persuadida a projetar à teoria do branqueamento. Na época em que ela foi professora de escola pública, o lugar da mulher/professora era uma mulher branca bem vestida e com “bons modos”, ou seja, nada de comportamento subversivo. Pra Lélia esse comportamento refletiu para a negação da identidade da mulher negra.

Como registra Ratts e Rios (2016, p. 388);

Gonzalez⁴ experimentou ascensão social via formas expressas de embranquecimento, isto é, realizou um casamento inter-racial, estudou em boas escolas onde aprendeu os gostos das classes médias e seu estilo de vida. Fez amigos no seio do estrato médio carioca e adotou sua forma de viver e sentir a vida, como o gosto pela bossa nova, a preferência por roupas e cortes de cabelo à moda “dos anos dourados”, incluindo o alisamento capilar e o uso de perucas. Era uma forte candidata ao ingresso no mundo dos brancos ilustrados – parafraseando Florestan Fernandes –, tendo para isso todos os artifícios econômicos e sociais aprendidos no convívio com seus colegas não-negro

Entretanto, na década de 1960, especificamente em 1964, o processo de negação do branqueamento toma corpo na vida de Lélia, ao conhecer seu colega de faculdade, que se tornou companheiro/ cônjuge, Luiz Carlos Gonzalez (Fonseca, 2021). Ao casar com Luiz Carlos Gonzalez, e ser rejeitada pela família do companheiro, Lélia começa a questionar o lugar da mulher negra na sociedade brasileira. Mas, a partir das leituras que se tem realizado em torno da militância da Lélia, chega-se a entender que ela já tinha essa veia revolucionária, questionadora, sempre exerceu lugar de destaque nos espaços que ocupou, na escola, na faculdade, nas lutas. Então, a rejeição da família de seu companheiro foi mais um despertar, importante, para ela questionar esse lugar difícil da mulher negra na sociedade brasileira.

Uma das centralidades da militância de Lélia foi sobre ampliar a luta da sociedade brasileira com as questões raciais e de forma específica, as mulheres negras. Vale lembrar que a

⁴ Lélia de Almeida Gonzalez: seu sobrenome, Almeida, é de origem de nascimento, e, Gonzalez, é uma homenagem que Lélia faz ao seu companheiro, Luiz Carlos Gonzalez, ela registra em entrevista que ele foi um grande e importante incentivador na construção de sua identidade de mulher negra. Luiz Carlos Gonzalez, no momento em que sua família rejeita sua companheira, ele rompeu com a família e fica ao lado de Lélia e, então, começa a questionar a falta de identidade de Lélia, como ela registra: “falta de identidade comigo mesma”, questiona o branqueamento de Lélia (Gonzalez, 1988).





época em que ela entra com força na militância do movimento negro, estava-se permeado pela ditadura militar.

Destaca-se um excerto de uma pesquisa de mestreado realizada por Fonseca (2021), quando faz referência ao contexto da formação política de Lélia Gonzalez, a pesquisadora descreve no capítulo, “Tornar-se Lélia Gonzalez, tornar-se uma mulher negra”.

O clima político de grupos ligados aos diversos movimentos negros estava eclodindo em vários lugares do Brasil. Em 1944, Abdias Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN), No Rio Grande do Sul, o Grupo Palmares, fundado em 1971, fez incursões no 92 campo das artes. Na Bahia, ocorreu a criação do bloco afro Ilê Aiyê, em 1974. Em São Paulo, na capital e no interior, havia uma efervescência do teatro negro amador desde o final dos anos 1960. Depois, desabrocharam a poesia e a literatura negras, com a criação dos Cadernos Negros, em 1978. No Rio de Janeiro, destaca-se a fundação do Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo, em 1975, do qual Lélia Gonzalez participaria posteriormente, (Fonseca, 2021, p. 91).

Com o seu processo de consolidação na luta do movimento negro, ela começa a atuar no recém-criado MNU (Movimento Negro Unificado)⁵, na primeira reunião de Assembleia Nacional do MNU, ela assumiu o cargo de diretora executiva, dali não parou mais a luta por dentro do movimento negro, participando de palestras, entrevistas, produções. Sua militância foi no campo da teoria e da prática, para Lélia Gonzalez, não faz sentido a militância teórica sem a confirmação na prática, a luta precisa ser no campo teórico e prático.

Lélia foi muito atenta com relação ao lugar da mulher negra em todos os espaços, no MNU. Ela fazia críticas às posturas machistas de seus colegas de militância, dizia que suas posturas machistas não dialogavam com o projeto político-social que era o propósito de suas lutas. “Nas entidades, os homens agiam de modo autoritário, controlavam a fala das mulheres, faziam ameaças verbais e dominavam as estruturas decisórias (Fonseca, 2021, p.94)”.

Uma questão que chama atenção com relação ao movimento feminista está relacionada ao recorte de classe e raça, categorias bem marcantes na luta da Lélia. Então, a pauta era da mulher universal, relacionava mulheres brancas, acadêmicas e de classe média. Não entrava na pauta universal do movimento feminista, o lugar da mulher negra, que em boa parte, no mercado de trabalho ocupava o lugar da empregada doméstica. Considera-se que isso impedia o avanço dos movimentos de mulheres. Então, a proposta de Lélia era que o movimento feminista ampliasse o debate para as questões das mulheres negra, as relações de raça e classe.

⁵ ... como organização de caráter político, foi que se deu a criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial em junho de 1978. Seu objetivo fundamental consiste na mobilização e organização do povo negro para lutar contra a superexploração econômica de que tem sido objeto, assim como contra a “mais-valia” cultural e ideológica dele extraída pelo grupo branco dominante (Rios, Lima; 2020, p.42).





Lélia traz em sua luta e resistência uma abordagem sobre a *interseccionalidade* entre raça, classe e sexo, sua luta no campo social foi no sentido de localizar o lugar do/a negro/a na sociedade brasileira, suas categorias de análises e que têm contribuído para o debate da questão racial, são: Americanidade, Racismo de omissão e racismo de denegação, Mito da Democracia Racial, Pretuguês e Mulher Negra.

São categorias que proporcionam reflexões apuradas sobre a situação do/a negro/a tanto no Brasil quanto internacionalmente. Suas intervenções nas lutas sociais, entrevistas, passeatas, seminários e nas análises escritas, seguiam no sentido de refutar a discriminação racial, de classe e de sexo⁶. Ela articulava as categorias de análises como centralidade de suas intervenções para confirmar o quanto a população negra precisava e precisa ultrapassar e exploração e opressão e o racismo que perpassa a América Latina.

4. SUELI CARNEIRO: RECONHECER OS DISPOSITIVOS DE RACIALIDADE PARA RESISTIR

Na esteira dos debates que contribuem para se discutir raça e classe no Brasil contamos com a influente contribuição da filósofa Sueli Carneiro (1950-)⁷, numa perspectiva decolonial, de resistência (s) e enfrentando às várias formas que os negros e negras se deparam e se depa-ram não só na atualidade, mas também em outras épocas, que, embora sutil e negada estabeleceram o relacionamento e o assentamento da necessidade do movimento negro como forma de assegurar o reconhecimento das disparidades raciais no Brasil.

Assegurar, no sentido de reconhecer que o problema existe e que, perante sua constatação ações precisam ser desenvolvidas em defesa da preservação dos direitos e das identidades dos negros e negras e da criação de mecanismos de defesa que vão desde debates teóricos, criação de grupos identitários, de movimentos sociais.

Em seu livro “Dispositivo de racialidade”, Carneiro utiliza algumas categorias filosóficas do filósofo e historiador francês Michel Foucault (1926-1984-), como saber, biopoder, dispositivos de poder e as emprega para análise das questões raciais no Brasil. Uma dessas

⁶ No período em que Lélia fazia as intervenções no movimento de mulheres negras, o termo “gênero”, ainda não estava em evidência enquanto categoria de análise (ver texto: SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila. Texto original de Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia: University Press, 1989.)

⁷ Sueli Carneiro, filósofa brasileira, importante ativista do movimento negro. É uma das fundadoras do Instituto Geledés-Instituto da mulher negra. Teve sua tese de doutorado (Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser) defendida em 2005 transformada em livro e lançado em 2023.





categorias é dispositivo, que para Foucault é sempre de poder, dispositivos de poder; essas categorias utilizadas por Foucault, são instrumentos de positivação para submeter um dito inferior ao comando, poder entre outros de um dito inferior, que Carneiro identifica como o poder do branco sobre os negros esses dão de diferentes formas. Assim, Carneiro cria a categoria dispositivo de racialidade.

Em Foucault, dispositivo de poder se refere a um mecanismo de poder repressor e segregador. Dessa forma, é usado de várias maneiras por instituições, discursos, organizações, leis, que visam legitimar violências, impor poder sobre o outro como tentativa de desqualificar esse "outro", identificado como sendo o Negro e suas nuances, em que se efetivam disparidades. "Para Foucault, um dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que opera em determinado campo e se desvela pela articulação que se engendra a partir de uma multiplicidade de elementos e pela relação de poder que entre eles se estabelece" (Carneiro, 2023, p. 24).

Dessa maneira, Carneiro desenvolve a categoria dispositivo de racialidade para analisar em nível de Brasil.

A minha proposta é a de que essa noção de dispositivo oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se realinham para cumprir um determinado objetivo, para Foucault, consiste em 'estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas' (Carneiro, 2023, p. 25).

São esses operadores teóricos que, segundo Carneiro, geram na sociedade brasileira a superposição de um grupo -branco sobre o outro- negro, com o objetivo de deslegitimar sua identidade, poder, papel social e direitos. O que gera a constante disputa entre negros e brancos, entre um ser superior e aceito e um inferior e rebaixado.

A minha proposta é complementar a visão de Foucault, afirmando que esse Eu, no seu encontro com a racialidade ou etnicidade, adquiriu superioridade pela produção do inferior, pelo agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade. O dispositivo de racialidade também produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação. (Carneiro, 2023, p. 28).

Essa escala de medida entre brancos e negros no Brasil é traduzida como "dispositivo de racialidade", que mata, vilipêndia, discrimina, segrega e subjuga os não-brancos na sociedade brasileira. Reconhecer isso é o aspecto que na autora se constitui como o contraponto ou o caminho para o enfrentamento desses dispositivos cruéis de diminuição de negros e negras, legado da escravidão.

É assim que na Segunda Parte de seu livro, intitulada Resistências, Sueli Carneiro apresenta quatro personalidades negras que apresentam em suas falas vivências desse dispositivo





de racialidade por meio de seus depoimentos pessoais. Embora essas personalidades tenham construído suas histórias de sucesso permeados por seus pais e por uma boa educação, Carneiro demonstra que elas tiveram suas capacidades questionadas ou diminuídas por serem negras. Apesar disso, eles mesmos se deram conta das discriminações sofridas, mas que num ato de resistência, persistiram em seus sonhos, se juntaram à luta contra o racismo para ajudar a outros negros e negras, como prova de que não é possível não sentir o preconceito racial no cotidiano e não tomar uma atitude.

Essas personalidades são Edson Cardoso, escritor. Sônia Maria Pereira Nascimento, advogada. Fátima Oliveira, médica. Arnaldo Xavier, poeta. Cada um deles torna-se subcapítulo, uma vez que Edson Cardo, Sônia Maria, Fátima Oliveira e Arnaldo Xavier tomam identidade própria ao falarem em primeira pessoa de suas experiências de vida enquanto pessoas pretas. Carneiro apresenta os relatos a partir de entrevistas realizadas por ela a essas personalidades intelectuais de grande relevância para o movimento negro, para a construção de identidade e para as profissões que exerceram.

Conscientes da discriminação racial, social, afetiva, e econômica sofrida, criaram para si um escudo que teve na educação sua origem. A seguir, alguns trechos das falas⁸ dessas personalidades em que se identificam esses enfrentamentos aos dispositivos de racialidade de que foram vítimas nos espaços por onde transitaram.

Edson Cardoso. ‘Olha só: eu acho que o que eu possa falar de minha história de vida são racionalizações que eu venho construindo muito a partir do que eu faço como ativista, valorizando determinados aspectos em detrimento de outros. Não sei se todo mundo faz isso e às vezes eu não sei se isso tem a autenticidade que talvez idealmente um depoimento sobre história de vida devesse ter, mas eu diria que eu nasci numa família na qual meu pai era filho de um português com uma mulher negra, sendo que essa mulher negra não era mulher dele, ou seja, ele não tinha mulher, ele não era casado, ele fez dois filhos numa mulher negra, sendo que ele tinha uma estrutura familiar, digamos assim, com alguns bens e morre muito cedo, morre com 36 anos. E essas duas crianças não vão ter vínculos com essa família branca’;

‘Em Porto Alegre vou viver, aí sim, a experiência que vai ser definitiva pra mim. Em Porto Alegre procuro emprego de paletó e gravata, e não acho, fiz até poesia sobre isso. O contraste racial em Porto Alegre é muito diferente de Salvador. Em Porto Alegre vai ficando claro pra mim, digamos assim, que a barreira de fato era de natureza racial, talvez meu próprio pensamento tenha amadurecido, mas o fato é que Porto Alegre vai ser um lugar onde vou trabalhar de servente de pedreiro, olha que eu tinha quatro anos de faculdade, servente de pedreiro, carregador num depósito da Transdrega, vou trabalhar de auxiliar de polimento. Era bom aluno, escrevia bem, já tinha publicado o meu folheto — e vou trabalhar, despi o paletó e a gravata, se eu queria

⁸ Optou-se por destacar o nome dos entrevistados por Sueli Carneiro bem como alguns trechos de suas falas na entrevista concedida à autora.





ficar, e vou trabalhar em coisas em que nunca havia nem pensado na minha vida que iria trabalhar. E lá estava eu trabalhando duro’.

‘Eu me interessou muito pelas coisas da identidade. Acho que se você senta pra colocar as coisas assim você vê a violência do que foi a escravidão, que é uma coisa sempre vista pelos brancos. Nós temos poucos relatos do que tenha sido o processo... para nós, aqui no Brasil, não quero dizer que seja assim, mas na bibliografia mais ampla. Para nós ficaram poucos relatos sobre o que significa você mergulhar na escravização que vai negar valores de cultura, humanidade. O que isso significa mesmo? Até onde isso toca? Que estrago isso produz, que você possa negar tudo e tudo do indivíduo? Aí não são apenas valores de cultura, seus modos, suas práticas, negá-lo como dimensão de humanidade. O que isso significa? Tenho que extrair desse objeto, porque eu quero um objeto a que eu nego qualquer coisa, quero extrair dele produção. Quem fala sobre isso são os historiadores brancos, sempre falando de um modo que não me toca. A angústia que está em Cruz e Sousa talvez seja, por exemplo na literatura, na poesia, também, o que mais se aproxime do que possa ser uma alma convulsionada por essa negação, entendeu?’

Então, a primeira coisa para a qual quero chamar a atenção é: o que é preciso recuperar? Insisto na coisa da identidade porque me chama a atenção que a relação de dominação se faça através dessa negação: eu me afirmo como superior e senhor através dessa negativa que é você’.

Sônia Maria Pereira Nascimento. ‘Nasci num dezembro, no dia 6, em São Paulo, capital, no bairro de Itaquera, na época Itaquera do Campo, filha de Zilda Gama Pereira Nascimento e Benedito Mineiro Nascimento. Ela, empregada doméstica; ele, um homem trabalhador, caminhoneiro, trabalhava no Mercado Municipal. Minha mãe, uma guerreira, uma mulher que queria ser professora, filha de Castorino Alves de Alencar Pereira.’

‘Eu era muito moleca e levada. Apanhei muito de minha mãe, mas a grande maioria das vezes foi por causa da diretora e de uma gerente; elas exageravam no relato das coisas que eu fazia e até criavam situações das quais eu não participava. Minha mãe me batia e chorava, às vezes, mais do que eu. Eu apanhava e chorava e parava logo para consolá-la. Um minuto depois, eu estava sorrindo e brincando com ela, para não achar que me machucou. Lembro que dizia para ela: “Não liga, boba, não doeu”. E ela dizia: “Você viu o que elas falaram de você?”’, ou: “Você viu o que você fez?”. Eu era bocuda, e às vezes respondia. Ela humilhou muito a gente, [neste ponto, chora]... minha mãe e nós duas, e dizia que era para eu aprender’.

‘Minha mãe queria muito estudar, tinha fixação com estudos, sempre exigiu da gente que entregássemos em suas mãos um diploma de curso superior. Sempre exigiu, examinava caderno, tomava lição todos os dias, exigia a tabuada na ponta da língua. Dizia que estava queimando umbigo no fogão de patroa para que nós não tivéssemos que fazê-lo, portanto a nós cabia estudar. Estudar muito para não depender de ninguém, a não ser de nosso próprio esforço’.

‘Com exceção de matemática, motivo da minha reprovação na terceira série, nas demais matérias eu era boa aluna. Gostava muito de história, inglês e português. Ingressou uma professora negra, a dra. Clélia, a única na escola, que era advogada. Sempre fui liderança e ela gostou dessa história e praticamente nos adotou, as duas alunas negras da classe, eu e a Zélia. Ela dizia: “Vão fazer de tudo pra vocês não chegarem lá, não desanimem, nós vamos juntas, nós vamos lutar e vamos chegar lá juntas”. Ela nos estimulava muito, creio que por isso não sabia se havia racismo, porque eu não sentia’.

‘Cursar direito, na USP, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco? Não pra mim, eu achava, jamais seria uma advogada. Porque sou negra. Não tinha muita confiança, apesar de todos os esforços de minha mãe. Ela era uma mulher confiante, e sempre tentou nos contagiar, mas eu não confiava no meu taco, mas minha mãe, eu sentia, queria que eu fizesse faculdade de direito [chora]’.





‘Agora já está um pouco melhor, mas já passei por muitas assim, com juiz também, olhar pra minha cara e achar que sou eu a ré: “Senta lá!”, antes de eu sentar do lado do advogado, aí ele pedia desculpas. Agora eu paro, paro e fico olhando pra ele. “Senta lá, não, que é isso?” Mas é duro, em sala de audiência, você ser humilhada. No Fórum, na agência do Banespa dentro do Fórum, havia uma placa enorme escrito: “Só para advogados”. Eu na fila, na minha vez, a caixa pergunta: “Você é advogada?”. Eu voltei até a placa e lhe disse: “Pelo menos, ler eu sei”. Ela super sem jeito, pediu desculpas e disse: “Sabe o que acontece?”. Eu respondi: “Há muitos anos que sei o que acontece”. Eu fiz estágios no oje — Centro de Orient Jurídica e Encaminhamento da Mulher, da Procuradoria do Estado. Tinha a secretária na porta, que dizia: “Agora a senhora vai entrar e falar com a advogada”. As pessoas entravam e diziam: “Cadê a advogada?”. Eu, às vezes, até levantava para procurar na sala: “Não tem ninguém mais aqui, sou eu!”. Uma vez, a moça falou: “Então eu volto amanhã”. Saiu da sala, só que no dia seguinte seria eu também, falei pra ela: “A senhora pode esperar que vem uma outra advogada”. Não vinha, deixei ela, no final, “quer voltar amanhã?”. “Não, então eu converso, a senhora é advogada?”. E isso você vai engolindo porque, se não, você passa o dia inteiro brigando e se estressando’.

Fátima Oliveira. “Tem também uma autoestima de fazer inveja a qualquer argentino. Coisa rara em negros, mulheres e nordestinos, sendo ela todos ao mesmo tempo, embora pudesse se considerar ou ser considerada “morena escura” para os padrões raciais do país. Tem absoluta confiança nos saberes de que é portadora e igual convicção para defender suas posições em arenas públicas. Dialoga com áreas da ciência da qual mulheres e negros se acham apartados. Introduziu os temas da bioética e da engenharia genética nas pautas feministas e antirracista. É interlocutora pioneira, crítica e convocadora desse debate com a comunidade científica de uma perspectiva ética”. (Carneiro, 2023, p. 226).

‘Nasci em Graça Aranha, no médio sertão do Maranhão, uma cidade pequena, com apenas 2 mil eleitores. Na época era um povoado chamado Palestina. Sou a primeira médica nascida lá e também a primeira professora primária. Sou de uma família de pequenos proprietários rurais’.

‘O Paivelho achava que a educação era um bem importante, que a gente que era preto, que era pobre, era pela educação que a gente iria se tornar importante, porque dinheiro, segundo ele, acabava, e o saber ninguém tomava da gente. Então, foi um esforço grande que meu avô fez por todos os netos. A família de meu avô era toda de negros. Ele é filho de um vaqueiro de Gonçalo Moreira Lima — que foi deputado estadual no Maranhão por mais de trinta anos. Meu avô e seus irmãos e irmãs, que eram muitos, nasceram nas terras de Gonçalo Moreira Lima, na Fazenda Serra Negra, município de Colinas.’

Arnaldo Xavier (*in memoriam*). “Foi assim que ele viveu. Recusando o aplauso fácil, o diálogo inócuo, a subjetivação proposta pelo racismo e suas múltiplas formas de discriminação. Irreverente, superou a esperança de vida de sua geração de nordestino, que era de menos de quarenta anos, como também o aceno de uma carreira assegurada de administrador de empresa. Trocou-a pela poesia, seu sentido de vida. Contrariar era uma missão, a resistência possível às seduições de cooptação literária ou política; o seu exercício de liberdade”. (Carneiro, 2023, p. 279).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descolonização do feminismo passa pelo entendimento de que nem todas as mulheres devem ter ideias e projetos semelhantes para alcançar sua liberação e que existem tantos sistemas de gênero como quantas culturas existem. A imposição de uma única ideia de opressão de





gênero nos impede de ver a imensa gama de processos de liberação das mulheres (CHIRIX apud GARGALLO, 2011).

As contribuições dessas autoras nos levam a crer que a desconstrução de um feminismo universal e hegemônico leva a possibilidade de se enxergar diversos conhecimentos e diálogos entre os vários feminismos e movimentos de mulheres, conduzindo a uma práxis decolonial, onde “outros” mundos são possíveis.

O texto contempla uma discussão sobre o movimento de mulheres negras no Brasil e traz contribuições de mulheres negras que deixaram um legado de resistência, proporciona reflexões sobre o quanto é importante aprofundar o que foi e como ainda hoje repercute no movimento negro a resistência de mulheres negras, o quanto as mulheres negras têm uma trajetória muito maior de luta pelos seus direitos e superação das desigualdades no campo da raça, da classe e do gênero, essa *interseccionalidade* é importante na medida em que a mulher negra tem um campo muito maior de desigualdade e opressão por a luta perpassar por essa três

campos. Então, a trajetória de vida dessas mulheres por muito tempo fora alijada de estudos acadêmicos, nas escolas e até nos movimentos sociais. Nesse sentido, se advoga que essas resistências devem ser referenciadas em todos os espaços para que se possa evidenciar o legado de lutas, as conquistas e ainda espaços de desigualdades e opressões que as mulheres negras venciam.

Dentro dessas reflexões do chamado feminismo decolonial brasileiro, em Sueli Carneiro é possível identificar que suas contribuições demonstram a preocupação da autora com a constante segregação entre pretos e brancos. Tal segregação ela analisou à luz da teoria foucaultiana de dispositivos de poder e criou a categoria dispositivo de racialidade para apontar que no Brasil isto se efetiva de várias formas. Esclarece que é preciso estar atento a esses dispositivos como forma de resistir a eles, e a educação é uma dessas armas. Exemplo disso são os entrevistados de seu livro, que foram vítimas e se tornaram referências como profissionais e como ativistas de movimentos negros, lembrando-nos que se você é negro ou negra, é preciso resistir sempre!

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541 -575, jul./dez. 2003.

AMORIM, Elisângela Santos de. **Trajetória educacional de mulheres em assentamentos da reforma agrária na região Tocantina-MA**. Florianópolis: Mulheres; São Luís: Edufma, 2009.





BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2000. p. 42-61.

_____. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, jul./ago. 1995.

CANAVAE, Doris Lamus. Localización geohistórica de los feminismos latinoamericanos. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, Santiago, v. 8, n. 24, p. 95-109, 2009.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, jan. 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1ª edição. Zahar Editora: São Paulo, 2023.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de um Feminismo descolonizado. In: PRIMER COLOQUIO LATINOAMERICANO, 2009, Buenos Aires. **Anais....** Buenos Aires, 2009.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 14, n. 33, p. 37-54, jul./dic. 2009.

_____. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, México, n. 184, p. 7-12, mar./abr. 2014.

FONSECA, Fernanda Cardoso. **Nossa Améfrica Ladina**: o pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez. - 2021. 182 f.: il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 42.ed. Petrópolis- RJ, Vozes, 2014.

GARGALLO, Francesca. "Feminismo Latinoamericano". **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v.12, n. 28, p. 17-34, jun. 2007.

_____. **A propósito de un feminismo propiamente nuestroamericano**. 2009. Disponível em: <<https://francescagargallo.wordpress.com/ensayos/feminismo/no-occidental/a-proposito-de-un-feminismo-propiamente-nuestroamericano/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

GOZALEZ, Lelia. Perfil do pensamento brasileiro: Lelia González. [Entrevista cedida a Antonio Carlos Lobo]. Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. 74, serie 250, 1988. Disponível em: https://youtu.be/T9C942D3EUI?si=Yp0ieD_5DrIAOQbi . Acesso em: 07 out. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020. 375 pp. Acesso em 11/09/2024. Site: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>





LIMA, Márcia; RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez, **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

_____. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos del Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: NAVAZ, Lilian Suárez; HERNANDEZ, Rosalva Aída (Eds.). **Descolonizando el feminismo**: teorías y prácticas desde los márgenes. Instituto de la Mujer. Valencia: Ediciones Cátedra, 2008. p. 117-163.

_____. **Ideas feministas latinoamericanas**. 2. ed. Ciudad de México, 2006.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **A perspectiva interseccional da Lélia Gonzalez**. In: Pensadores negros-pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: MC& G Editorial. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila. Texto original de Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia: University Press, 1989.





Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO TRABALHOS COMPLETOS GÊNERO PARA ALÉM DAS FRONTEIROS: Tendências contemporâneas na América Latina e no Sul Global

ORGANIZAÇÃO Amanda Gomes Pereira, Ana Caroline Amorim Oliveira, Ângela Bárbara Lima Saldanha Rêgo, Carlos Wellington Soares Martins, Daisy Damasceno Araújo e Maria Emília Miranda Alvares

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Sansão Hortegal

CAPA E ILUSTRAÇÃO A ilustração de capa foi criada, produzida e desenhada por Dante Saldanha Rego, sem nenhuma utilização da IA para elaboração da arte.

SUPORTE DIGITAL

PÁGINAS 583

TIPOGRAFIA Times New Roman



gaepgenero.shcomunicacao.com.br

REALIZAÇÃO



Grupo de Pesquisa
Epistemologia da
Antropologia,
Etnologia e
Política

FINANCIAMENTO



APOIO



cch

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS



INSTITUTO FEDERAL
Maranhão



Evento gerenciado por



SHCOMUNICAÇÃO
produção • marketing
eventos acadêmicos
shcomunicacao.com.br
(98) 99210-0405



EDUFMA